



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Bruna Cataneo Zamparetti

Tem um sambaqui na minha rua! Multivocalização e experiência patrimonial:
o exercício da Arqueologia Colaborativa

Florianópolis

2023

Bruna Cataneo Zamparetti

**Tem um sambaqui na minha rua! Multivocalização e experiência patrimonial:
o exercício da Arqueologia Colaborativa**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Global.

Orientador(a): Profa. Juliana Salles Machado, Dra.

Florianópolis

2023

Zamparetti, Bruna Cataneo

Tem um sambaqui na minha rua! Multivocalização e experiência patrimonial : O exercício da Arqueologia colaborativa / Bruna Cataneo Zamparetti ; orientadora, Juliana Salles Machado, 2023. 326 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Arqueologia Colaborativa. 3. Patrimônio Arqueológico. 4. Anticolonialidade. 5. Arqueologia Pública. I. Machado, Juliana Salles. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bruna Cataneo Zamparetti

Tem um sambaqui na minha rua! Multivocalização e experiência patrimonial: o
exercício da Arqueologia Colaborativa

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 16 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Marcia Bezerra de Almeida, Dra.
Instituição Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dra. Bruna Cigaran da Rocha, Dra.
Instituição Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Bruno Sanches Ranzini da Silva, Dr.
Instituição Universidade Federal de Sergipe

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em História Global.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Juliana Salles Machado, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2023.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a existência do meu amor maior, Antônio. Filho, há 6 anos, depois de quase dois anos esperando por você, a mãe, então, se preparou para encarar o doutorado. Foi quando você veio me ensinar que era preciso ter calma, paciência, compreensão, tolerância, tudo que eu precisaria para o doutorado e um desafio colaborativo.

Obrigada, filho, por ser compreensível nas noites que eu não te fazia dormir, pelos finais de semana que passava no computador, por ir comigo nas reuniões e ações do projeto. Antônio é um ser tão amoroso que não quis vir sozinho para este mundo, trouxe a prima Maria um mês depois. Minha linda Maria, outro amor maior, obrigada por ser esta mistura perfeita de amorosidade e braveza.

Outro elemento incentivador, parte da minha rede de apoio, foi meu outro amor, Elias. Passamos pela Monografia, Dissertação e Tese; agora prometo dar um tempinho. Obrigada pela parceria, por estar presente nas minhas ausências, pelo fornecimento de chocolate em momentos essenciais.

Agradeço à minha família maravilhosa, os maiores incentivadores das minhas aventuras, apesar de não terem investido em meus dons artísticos de cantora, atriz, escritora, pintora, artesã, capoeirista, karateca, entre outras. Mãe Mari, Pai José, Vô Nena, Débora, Richard, Matheus. Agradeço aos meus tios, inspirações para a minha vida, Marciel e Dolores, Marcelo e Adriana.

Ao amigo Geovan, mais uma vez minha gratidão, ainda que não tenhas me agradecido na sua tese, eu não guardo rancor. Aos demais colegas, professores, estudantes queridos, pesquisadores, agradeço pelas conversas acadêmicas, pela participação nas ações de campo, pelos momentos para espairer. Um especial agradecimento à Daniele e à Tatiana, estudantes, orientadas e agora colegas de profissão.

Um agradecimento especial aos moradores da comunidade vizinha aos sambaquis Capivari I e Capivari II, principalmente àqueles que continuam comigo no Grupo de Moradores Nosso Sambaqui. Obrigada, Seu Clóvis e Ana, Atamir, Filha (Maria do Carmo). Muito obrigado por confiarem em mim, por me acolherem e por encararem esse desafio. Agradeço à Mylena, pela parceria nas aventuras a que nos propomos.

Por fim, encerro com minha imensa gratidão à Juliana (Jú), orientadora neste processo. Obrigada por ser um ser de luz que nos acolhe e orienta, essa mulher potente em tudo a que se dedica. Você é uma das responsáveis por eu ter amado o processo do meu doutorado.

A todos os demais que fizeram parte desse processo, direta ou indiretamente, meu muito obrigada.

RESUMO

Os exercícios patrimônios relacionados à arqueologia carregam um histórico de colonialidade da disciplina, bem como da própria categoria patrimônio cultural. Serviram propósitos nacionalistas, foram acionados na construção da profundidade histórica das nações e dos símbolos e grupos humanos reconhecidos ao longo desse processo. Todavia, na contemporaneidade, o patrimônio arqueológico passa a ser também um importante instrumento de resistência política, principalmente por parte de populações minorizadas. Entendemos esse movimento como um processo de ida/vinda de uma categoria ocidental colonialista, para então ser apropriada e devolvida/*vuelta* como forma de reivindicação política. Apesar de percebermos um avanço nas discussões acerca da função social da arqueologia, com o aparecimento de arqueologias públicas, comunitárias, colaborativas, o exercício da colonialidade do saber persiste. Quando direcionamos nosso olhar para a perspectiva preservacionista, deparamo-nos com discursos extremamente autoritários em relação às comunidades vizinhas. Como parte integrante de uma estrutura acadêmica, em muitos casos, reprodutora desse discurso, propomos um movimento de transformação que analise a construção dessas relações com vistas ao desenvolvimento de práticas colaborativas. Para tanto, direcionamos nossa atenção para uma rua com dois sambaquis, no centro do município de Capivari de Baixo/SC-Brasil. Todas as pesquisas arqueológicas realizadas até então — escavação arqueológica, educação patrimonial, cercamento, sinalização — não envolveram a comunidade circunvizinha, que não foi nem ao menos informada acerca das ações. Partindo desse cenário, questionamo-nos acerca da possibilidade de se promover a preservação patrimonial por meio de ações construídas de forma colaborativa com as comunidades circunvizinhas. Nossa hipótese parte do entendimento de que não só é possível tal feito como ele pode se somar aos demais trabalhos que propõem uma transformação da arqueologia brasileira. Para tanto, traçamos como objetivo desta tese construir um programa de ação protetiva para os sítios arqueológicos Capivari I e Capivari II, a partir de uma experiência patrimonial colaborativa, que buscasse entender a relação existente entre o sítio e a comunidade circunvizinha, respeitando ideias e experiências de pertencimento, memória e identidade construídas localmente. Com vistas a alcançar tal intento, realizamos algumas ações junto à comunidade local: entrevistas, aplicação de formulários, criação de um grupo de moradores, ações educativas, estabelecimento de parcerias, entre outras, para a promoção da multivocalização e da colaboração no exercício patrimonial. O resultado foi a criação de um Programa de Valorização, Educação e Preservação dos Sambaquis Capivari I e Capivari II, construído de forma colaborativa.

Palavras-chave: Arqueologia Colaborativa; Patrimônio Arqueológico; Arqueologia Pública; Decolonialidade; Comunidade local.

ABSTRACT

Heritage exercises related to archaeology carry a history of coloniality of the discipline, as well as of the category of cultural heritage itself. They have served nationalist purposes, activated in the construction of the historical depth of nations, as well as the symbols and human groups recognized in this process. In modern times, however, archaeological heritage has also become an important instrument of political resistance, especially by so-called minorities. We understand this movement as a process of coming and going of a Western colonialist category, only to be appropriated and returned as a form of political claim. Although we see an advance in discussions of the social function of archaeology with the emergence of public, community, collaborative archaeologies, the exercise of the coloniality of knowledge persists. If we turn our attention to the conservationist perspective, we are confronted with extremely authoritarian discourses in relation to neighboring communities. As an integral part of an academic structure that in many cases reproduces this discourse, we propose a transformative movement that analyzes the construction of these relationships with a view to developing collaborative practices. To this end, we focus our attention on a street with two sambaquis, located in the center of the municipality of Capivari de Baixo/SC-Brasil. All the archaeological research carried out so far - archaeological excavations, heritage education, fencing, signaling - did not involve, or at least did not inform the surrounding community of their actions. Based on this scenario, we wondered about the possibility of promoting heritage conservation through actions built in collaboration with the surrounding communities. Our hypothesis is based on the understanding that such a feat is not only possible, but can be added to other works that propose a transformation of Brazilian archaeology. To this end, we set ourselves the goal of building a program of protection for the archaeological sites of Capivari I and Capivari II, based on a collaborative heritage experience that sought to understand the relationship between the site and the surrounding community, respecting ideas and experiences of belonging, memory and identity built locally. To achieve this, we carried out some actions with the local community: interviews, application of forms, creation of a group of residents, educational actions, establishment of partnerships, among others, to promote multivocalization and collaboration in the heritage exercise. The result was the creation of a Program of Valorization, Education and Preservation of Sambaquis Capivari I and Capivari II, built in a collaborative way.

Keywords: Collaborative Archaeology; Archaeological Heritage; Public Archaeology; Decoloniality; Local Community.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Imagem do Lavador de Capivari de Baixo, no ano de 1953..... | 27 |
| Figura 2 – Imagem aérea da área dos sítios arqueológicos retiradas no ano de 1978 | 29 |
| Figura 3 – Depósito de carvão da CAEEB, registro de 1980 | 29 |
| Figura 4 – Mapa do sítio Capivari I com os níveis topográficos da área em que o sítio está instalado | 31 |
| Figura 5 – Sítios Capivari I e Capivari II identificados em imagem da década de 1950 | 37 |
| Figura 6 – Localização dos sambaquis Capivari I e Capivari II | 37 |
| Figura 7 – Diagrama da prática colonialista, referente à pesquisa e à forma de lidar com a comunidade local e seu relacionamento com os artefatos encontrados nos sítios arqueológicos | 45 |
| Figura 8 – Delimitação do sítio arqueológico Capivari I | 50 |
| Figura 9 – Vista aérea, feita por drone, do sambaqui — sentido sul-norte..... | 51 |
| Figura 10 – Vista aérea do sambaqui, feita por drone, parte da rua — Sentido Leste- Oeste..... | 51 |
| Figura 11 – Deque e calçada construída na área do sambaqui | 53 |
| Figura 12 – Imagem aérea, capturada por drone, do sambaqui Capivari II | 56 |
| Figura 13 – Áreas antiga e atual do sítio e galpão da empresa Transferro | 57 |
| Figura 14 – Construção, nos anos de 1960, da primeira usina que compõe hoje a Usina Jorge Lacerda UTLA | 58 |
| Figura 15 – Visão aérea do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, no ano de 1990 — em destaque o sambaqui Capivari II | 59 |
| Figura 16 – Desenho feito por Justino Tiryó para representar o que é patrimônio cultural material e imaterial..... | 119 |
| Figura 17 – O repertório de padrões kusiwarã | 120 |
| Figura 18 – Cartaz do Filme Os Caçadores da Arca Perdida – 1981..... | 140 |
| Figura 19 – Tipos comuns de arqueologia pública de acordo com Moshenska | 161 |
| Figura 20 – Categorias criadas a partir das ações com os públicos | 202 |
| Figura 21 – Delimitação da área de aplicação das entrevistas | 234 |
| Figura 22 – Entrevistas realizadas na comunidade | 235 |

| | |
|---|-----|
| Figura 23 – Primeira reunião com moradores do bairro Centro, de Capivari de Baixo/SC | 263 |
| Figura 24: Registro de reunião e confraternização do Grupo de Moradores Nosso Sambaqui | 266 |
| Figura 25: Reportagem sobre a apresentação do projeto na reunião do Conselho de Meio Ambiente de Capivari de Baixo | 269 |
| Figura 26: Reportagem sobre a apresentação do projeto na reunião do Conselho de Meio Ambiente de Capivari de Baixo | 270 |
| Figura 27 – Ação educativa na escola | 272 |
| Figura 28 – Registro de ações educativas na XV Semana dos Povos Indígenas ... | 274 |
| Figura 29 – Recepção das escolas na XV Semana dos Povos Indígenas — parte da exposição | 275 |
| Figura 30: Registro da oficina de arte rupestre | 275 |
| Figura 31: Registro do plantio do Garapuvu, próximo à área do sambaqui Capivari I | 276 |
| Figura 32 – Espaço expositivo no Parque, no dia 31 de outubro de 2021 | 278 |
| Figura 33 – Espaço expositivo no evento Domingo no Parque, em novembro de 2021 | 278 |
| Figura 34 – Espaço expositivo no evento Domingo no Parque, em dezembro de 2022 | 279 |
| Figura 35 – Espaço expositivo na II Feira Ambiental Diamante, em junho de 2023 | 279 |
| Figura 36 – <i>Flyer</i> produzido para a ação educativa no sambaqui Capivari I | 281 |
| Figura 37 – Adesivo produzido para a ação educativa no sambaqui Capivari I | 281 |
| Figura 38 – Registro da ação educativa realizada em dezembro de 2021 | 282 |
| Figura 39 – Estudantes, moradores e representantes do poder público municipal na ação educativa | 282 |
| Figura 40 – Registro da ação educativa realizada em dezembro de 2022 | 282 |
| Figura 41 – Mutirão de limpeza na parte interna do sambaqui Capivari I | 284 |
| Figura 42 – Reunião de alinhamento com o grupo de moradores e estudantes extensionistas | 286 |
| Figura 43 – Encontro final para a apresentação do programa, socialização e encerramento do semestre | 287 |
| Figura 44 – Representação dos envolvidos no diagnóstico de problemas nas áreas dos sambaquis Capivari I e Capivari II | 288 |

| | |
|---|-----|
| Figura 47 – Principais problemas identificados nas áreas dos sítios arqueológicos | 289 |
| Figura 46 – Apresentação de uma das atividades propostas para a comunidade escolar | 290 |
| Figura 47 – Propostas de melhoria e construção de estruturas na parte interna, acesso pelo parque ambiental | 293 |
| Figura 48 – Propostas de melhorias e construção de estruturas na parte externa, acesso pela comunidade | 293 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Descrição e análise dos classificados de arqueologia pública construídos por Moshenska (2017) | 162 |
| Quadro 2 – Comparativo entre as categorias de Moshenska e as construídas na presente análise | 202 |
| Quadro 3 – Outras nomenclaturas utilizadas nas publicações analisadas..... | 218 |
| Quadro 4 – Questões presentes no formulário aplicado na comunidade | 236 |
| Quadro 5 – Divisão etária segundo critério psicológico..... | 238 |
| Quadro 6 – Classificação de ocupação para pesquisas domiciliares | 239 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Levantamento bibliométrico por bases de dados | 198 |
| Tabela 2 – Exemplo da tabela utilizada para análise dos textos | 199 |
| Tabela 3 – Sugestão dos moradores acerca de ações necessárias às áreas dos Sambaquis Capivari I e Capivari II | 256 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 2 UMA COMUNIDADE, DOIS SAMBAQUIS | 24 |
| 2.1 O SÍTIO CAPIVARI I | 39 |
| 2.2 SÍTIO CAPIVARI II | 55 |
| 3 PARA QUE/QUEM SERVE O PATRIMÔNIO CULTURAL? | 62 |
| 3.1 DO EXCEPCIONAL AO CULTURAL – USOS E DESUSOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE | 69 |
| 3.1.1 O patrimônio cultural na arena de disputas políticas e narrativas | 76 |
| 3.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO – PROCESSOS DE VINDA/IDA E VUELTA | 96 |
| 3.2.1 A Vuelta da categoria: resistência, sobrevivência e o “patrimônio cultural” | 117 |
| 3.2.1.1 “Patrimônio cultural”: o uso da categoria por povos indígenas | 118 |
| 3.2.1.2 O uso da categoria “patrimônio cultural” na relação com o patrimônio natural | 125 |
| 3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A VUELTA DO “PATRIMÔNIO CULTURAL” | 129 |
| 4 REFLEXOS DA ARQUEOLOGIA: DA HEGEMONIA DO DISCURSO À MULTIVOCALIDADE | 138 |
| 4.1 ARQUEOLOGIA E AS TEORIAS PÓS-COLONIAIS | 145 |
| 4.2 O PAPEL DA ARQUEOLOGIA E SEUS ADJETIVOS CONTEMPORANEOS: SOCIAL, PÚBLICA, COLABORATIVA, COMUNITÁRIA | 153 |
| 4.2.1 Arqueologia Colaborativa | 168 |
| 4.3 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO BRASILEIRO – TRAJETÓRIA HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS | 177 |
| 5 COMO, COM QUEM E POR ONDE ANDA A ARQUEOLOGIA COLABORATIVA? | 196 |
| 6 A COLABORATIVIDADE EM CONSTRUÇÃO | 231 |
| 6.1 EXERCITANDO A ESCUTA: A COMUNIDADE LOCAL E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO | 232 |
| 6.1.1 Aplicação de formulários | 233 |

| | |
|--|------------|
| 6.2 GRUPO DE MORADORES NOSSO SAMBAQUI | 261 |
| 6.2.1 Dialogando com agentes do poder público e diretoria do parque..... | 266 |
| 6.2.2 Ações educativas realizadas | 271 |
| 6.3 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS SAMBAQUIS CAPIVARI I E CAPIVARI II | 285 |
| 6.4 REFLEXÕES ACERCA DO FAZER COLABORATIVO..... | 294 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 300 |
| REFERÊNCIAS..... | 308 |
| APÊNDICE A – TABELA LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO | 323 |
| APÊNDICE B – BANNERS CONFECIONADOS PARA AS AÇÕES EDUCATIVAS | 324 |
| APÊNDICE C – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS SAMBAQUIS CAPIVARI I E CAPIVARI II | 325 |
| APÊNDICE D – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA PARA A COMUNIDADE ... | 326 |

1 INTRODUÇÃO

Patrimônio cultural, palavra de origem latina associada aos bens aristocráticos legados aos herdeiros. Serviu propósitos nacionalistas, esteve presente na construção da profundidade histórica da nação, bem como dos símbolos e grupos humanos reconhecidos ao longo desse processo. Na contemporaneidade, a categoria patrimônio cultural é percebida como um importante instrumento de resistência política, principalmente por parte de populações minorizadas.

De maneira integrada ao patrimônio cultural estão os sítios arqueológicos. Os exercícios patrimoniais relacionados à arqueologia seguiram trajetórias semelhantes em suas bases colonialistas¹. Desde a escolha do objeto de pesquisa, passando pela construção do conhecimento e chegando à divulgação das informações, a colonialidade acompanhou a trajetória histórica da disciplina.

Cristiana Barreto² pontua que foi a perspectiva colonial, do europeu branco, explorador de um passado exótico, que predominou na arqueologia brasileira até a institucionalização da ciência nos museus e centros de pesquisa científica. A pesquisadora complementa que,

[...] ao contrário de alguns países vizinhos onde o resgate do patrimônio arqueológico é movido pela identidade cultural das populações atuais, no Brasil, a arqueologia é marcada pela ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena. Também, ao contrário de outros países onde a legislação de proteção deste patrimônio é fruto da demanda de grupos regionais ou nacionais que buscam fortalecer suas tradições culturais, no Brasil, esta legislação é promovida por uma pequena elite intelectual sendo promulgada de forma paternalística ou autoritária pelo Estado³.

Todavia, ainda que tenha ganhado um ar de cientificidade no momento de sua institucionalização, a arqueologia brasileira, como reforçado por Rocha *et al.*⁴, mantém um posicionamento político-epistemológico colonialista em sua *práxis*. Para os

¹ Ver em: FERREIRA, Lúcio M. Quieta non movere: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. **Patrimônio cultural, diversidade e comunidades**. Campinas: Editora Unicamp, 2011. p. 15-36; ROCHA, Bruna C. D. *et al.* Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia**, [S. l.]. v. 26, n. 1, p. 130-140, 2013.

² BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 2000.

³ *Ibid.*, p. 34.

⁴ ROCHA, Bruna C. D. *et al.* Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia**, [S. l.]. v. 26, n. 1, p. 130-140, 2013.

autores, há “[...] uma omissão da reflexão, discussão, posicionamento e manifestação crítica perante os direitos adquiridos por povos tradicionais e ao patrimônio cultural material e imaterial a eles relacionados”⁵.

Os autores complementam que o argumento acerca de uma função social da arqueologia, pautada na defesa do conhecimento passado, que nos ajuda a compreender o presente, e voltada a um planejamento futuro seria uma falácia⁶. Isso, porque o conhecimento acerca do passado tem sido utilizado para fins nacionalistas, imperialistas, empresariais ou, ainda, como escada acadêmica de alguns profissionais.

Em nosso fazer acadêmico e profissional, vivenciamos práticas de pesquisa arqueológica pautadas em uma espécie de “heroísmo”, de “salvaguarda” diante de uma “destruição eminente” dos sítios arqueológicos. Desconfortáveis com a estrutura de relações verticalizadas e desiguais entre os agentes oficiais do fazer patrimonial — instituições de Estado e/ou pesquisadores — e as comunidades diretamente relacionadas com o patrimônio, optamos por analisar a construção dessas relações com vistas ao desenvolvimento de práticas colaborativas⁷.

A área escolhida é a região central do município de Capivari de Baixo, cidade localizada no litoral sul de Santa Catarina, na qual encontram-se dois sambaquis em contexto urbano: os sambaquis Capivari I e Capivari II. Os sítios arqueológicos estão localizados parcialmente em áreas residenciais e na área da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda. Ambos os sítios são cercados, sinalizados e isolados.

No entorno desses sítios está localizada uma comunidade urbana, formada principalmente por trabalhadores da usina, em situação ativa ou aposentados. Há dois sambaquis situados na rua dessa comunidade. No caso do Capivari I, a rua o atravessa; e no caso do Capivari II, este fazia esquina com a mesma rua, como foi possível descobrirmos em imagens antigas, estando hoje isolado em área de acesso restrito da usina.

Desde o registro, em 1975, a presença dos sítios arqueológicos tem servido como “justificativa” do poder público para o abandono do patrimônio e da estrutura à sua volta. Se somarmos as práticas autoritárias do Estado, o isolamento dos sítios

⁵ ROCHA, 2013, p.133.

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*

arqueológicos e o descaso com o espaço patrimonial, temos uma fórmula que constrói e mantém uma relação conturbada entre a comunidade e os sambaquis.

A prática arqueológica desenvolvida até então não contribuiu para transformar esse panorama. Todas as ações realizadas nos sítios — escavação arqueológica, educação patrimonial, cercamento, sinalização —, realizadas entre 2015 e 2019, sendo algumas um pouco antes desse período, não envolveram a comunidade, que não foi nem ao menos informada a esse respeito. Isso, infelizmente, é mais regra que exceção nas pesquisas arqueológicas.

Apesar de presenciarmos, a partir dos anos 2000, um avanço nas discussões acerca da função social da arqueologia, com o aparecimento de arqueologias públicas, comunitárias, colaborativas, o exercício da colonialidade do saber persiste. Quando direcionamos nosso olhar para a perspectiva preservacionista, deparamo-nos com discursos extremamente autoritários em relação às comunidades vizinhas.

Há uma relação de superioridade entre o conhecimento científico e a comunidade local, levando ao entendimento do primeiro a uma suposta existência de um *déficit*⁸ no segundo, que deveria ser preenchido pela educação arqueológica. Isso pode até servir para ambientes educativos formais — escolas e universidades —, contudo é algo problemático quando aplicado aos habitantes de um determinado território.

Os moradores têm suas vidas conectadas àqueles espaços, memórias de infância, histórias místicas, apresentando diversas formas de encontro com os artefatos arqueológicos. Todo esse conjunto de relações é produtor de territorialidade. Como nos lembra Zedeño⁹, o território possui sua história de vida, que está em constante construção nos processos de mudança de grupos humanos e não-humanos que o ocupam. Entender e considerar essa trajetória é essencial para a pesquisa arqueológica.

Partindo desse cenário, questionamo-nos acerca da possibilidade de se promover preservação patrimonial por meio de ações construídas de forma colaborativa com as comunidades circunvizinhas. Nossa hipótese parte do

⁸ MERRIMAN, Nick. Introdução. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 1-18.

⁹ ZEDEÑO, Maria N. The Archaeology of Territory and Territoriality. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian **Handbook of Landscape Archaeology**. Califórnia: Left Coast Press, 2008. p. 210-217.

entendimento de que não só é possível tal feito, como ele pode se somar a outros trabalhos que propõem uma transformação da arqueologia brasileira.

Cabe pontuar que a preservação, na perspectiva do Estado, difere do entendimento de indivíduos e coletivos. Segundo o Dicionário IPHAN, “preservação” é uma “gestão prática” do patrimônio, feita por instrumentos de identificação, proteção e gestão. Logo, o processo de patrimonialização visa à “Preservação”¹⁰. Quando o poder público promove a preservação de algo, ele o faz por reconhecer a existência de um interesse público amplo. Contudo, estamos cientes de que tal interesse nem sempre é amplo, respondendo a uma política de memória específica.

Para os indivíduos e grupos humanos, a preservação é a escolha entre o que “[...] deve sobreviver à passagem do tempo e constituir, assim, o fio que liga o passado ao presente e este ao futuro, pois é sempre o presente — suas demandas, disputas e questões — o que orienta a identificação e a escolha do que deve ser preservado”¹¹. Porém, isso serviria ao momento de seleção do que se quer preservar. Esse movimento pode ocorrer posteriormente em relação aos bens preservados inicialmente pelo poder público, mas mantendo um sentido diferente. O grande desafio está em pensar o movimento de preservação público — patrimônio arqueológico sambaqui — em contato com o que a comunidade local entende por preservar.

Diante desse contexto, traçamos como objetivo desta pesquisa construir um programa de ação protetiva para os sítios arqueológicos Capivari I e Capivari II, a partir de uma experiência patrimonial colaborativa, buscando entender a relação existente entre o sítio e a comunidade circunvizinha, respeitando as ideias e experiências de pertencimento, memória e identidade construídas localmente.

Com vistas a alcançar tal intento, realizamos algumas ações junto à comunidade local. Já havia uma relação com a área dos sítios, como arqueóloga e professora, desde o ano de 2010. Todavia, não conhecíamos as pessoas da comunidade. Vale dizer que o desconhecimento reforça a ideia de afastamento entre a comunidade e os sítios arqueológicos.

Iniciamos a interação com a aplicação de formulários para fins qualitativos; posteriormente, realizamos entrevistas gravadas. Tanto as entrevistas

¹⁰ SANT'ANNA, Marcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria B. *et al.* **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

¹¹ *Ibid.*, p. 2.

quanto a parte qualitativa dos formulários utilizaram a perspectiva da história oral, que trabalha diretamente com a memória, seu caráter seletivo, ideologicamente formado, mas também com o reservatório de experiências que são relegadas ao esquecimento nas histórias ditas oficiais.

Consideramos a relevância desses testemunhos, visto que nos propiciam o contato com as memórias construídas na relação comunidade-patrimônios arqueológicos. Os formulários foram tabulados, e as entrevistas, transcritas, compreendendo que os relatos ali contidos são parte de um “filme” — a vida —, com edições e sobreposição, construídas no momento do testemunho¹².

Nosso primeiro capítulo se dedica à apresentação dos sujeitos desta tese: dois sambaquis, uma comunidade e a pesquisadora. Para tanto, utilizamos as fontes acima descritas, bem como uma análise documental — textos primários e fotografias pesquisadas em arquivos históricos regionais. Correlacionamos esses dados com as publicações existentes acerca dos sítios arqueológicos, construindo uma biografia territorial. Foi a partir desse contato com a comunidade, aliado aos documentos publicados, que pudemos entender como se estruturaram as relações entre as políticas patrimoniais e a comunidade, no passado e no presente.

O segundo capítulo visa problematizar o discurso patrimonial autorizado¹³. Este, por sua vez, entende o patrimônio cultural como algo dado, não construído, portanto de validação necessária por parte de indivíduos autorizados — especialistas credenciados — ao exercício da autoridade na experiência patrimonial. Para tanto, apresenta como a categoria patrimônio cultural se estruturou na perspectiva ocidental, para então ser trazida para as áreas sul-americanas, mantendo sua influência colonialista, uma categoria de *ida*¹⁴.

Ainda no segundo capítulo, apontamos de que modo, na contemporaneidade, o patrimônio cultural passa a ser entendido como um importante instrumento da diversidade cultural. As diferenças passam a ser patrimonializadas¹⁵ — muitas, a partir de coletivos humanos que buscam reconhecimento, respeito e marcam sua

¹² ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar** – Textos em História Oral. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹³ SMITH, Laurajane El "espejo patrimonial". ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.

¹⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-387.

¹⁵ ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Org). **Memória e novos patrimônios**. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93.

resistência. Os mais variados grupos e comunidades passam a utilizar a categoria como um importante elemento de reivindicação social, contributo para a cidadania patrimonial¹⁶.

O terceiro capítulo perpassa a discussão realizada no capítulo anterior, mas voltada ao contexto brasileiro. Há a apresentação da *vinda/ida* da categoria patrimônio cultural para o Brasil, e então nos dedicamos a discutir e relatar casos de (re)apropriação, para fins próprios das comunidades — ações de anticolonialidade. Ao findar o capítulo, detemo-nos em outra categoria, a Educação Patrimonial, e para o modo como esta pode também ser transformada e tornar-se aliada nesses processos.

Nesse percurso, iniciamos com os sujeitos, problematizamos a categoria patrimônio cultural e seus sentidos de colonialidade e, no quarto capítulo, dedicamo-nos a realizar esse mesmo exercício reflexivo, agora a partir da arqueologia e do patrimônio arqueológico. Consideramos a história de atuação dessa ciência para os intuitos colonialistas e imperialistas. Na contemporaneidade, são observados movimentos dedicados a revisar algumas dessas bases, problematizando a função social da arqueologia.

Silva¹⁷ disserta acerca do ganho de espaço que a perspectiva interdisciplinar e a colaboração multicultural têm dado a projetos científicos, bem como a espaços de divulgação e debate científico. Tal forma de pensar

[...] vem fundamentando as críticas sobre a natureza colonialista da disciplina, provocando transformações nas práticas arqueológicas. As críticas são pautadas nos questionamentos sobre os benefícios e os beneficiários das pesquisas arqueológicas, na relativização do direito e da capacidade dos arqueólogos de controlar o conhecimento sobre o passado e na eliminação da supremacia da interpretação científica em detrimento das interpretações êmicas sobre o passado. As transformações, por outro lado, têm conduzido ao desenvolvimento de práticas arqueológicas mais inclusivas, menos colonizadoras e, particularmente, nos contextos indígenas, de uma “indigenização” da arqueologia¹⁸.

Esse momento de reflexão e autocrítica reverte-se em transformações de práticas arqueológicas, algumas das quais começam a se denominar de outra forma,

¹⁶ LIMA FILHO, Manuel F. Cidadania Patrimonial. **Anthropológicas**, Recife, PE, v. 26, n. 2, p. 134-155, maio 2015.

¹⁷ SILVA, Fabíola Andréa; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuarinemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica**, Belém, v. 3, n. 1, p. 32-59, 2011.

¹⁸SILVA, 2011.

marcando sua diferença e destacando a mudança de panorama. Dentre elas estão as arqueologias colaborativas, comunitárias e públicas. Ao discuti-las, direcionamos nosso pensamento para a arqueologia brasileira e para como/onde ela se encontra nesses exercícios de colonialidade e anticolonialidade.

Cientes da discussão acerca de teorias arqueológicas anticoloniais, consideramos relevante entender como as práticas vêm sendo desenvolvidas nos âmbitos nacional e internacional. Para tanto, construímos um estado da arte, por meio de um levantamento bibliométrico, apresentado e discutido no capítulo cinco. Nele, acessamos trabalhos científicos pesquisados em dez bases de dados digitais, nacionais e internacionais. Direcionamos nossa busca por artigos, dissertações, teses e outros materiais que tivessem como premissa discorrer acerca de práticas na arqueologia pública/comunitária /colaborativa.

Obtivemos um total de **141 publicações** escritas em português, espanhol ou inglês. Destas, 41 foram classificadas como discussão teórica; outras **100** continham o exercício/prática da arqueologia pública, colaborativa ou comunitária, sendo datadas entre os anos de 2003 e 2023. Todos os trabalhos foram acessados, lidos de forma dinâmica e analisados. O resultado dessas análises nos auxiliou a entender o exercício da arqueologia dentro dessas discussões, embasando algumas das ações que viemos a desenvolver com a comunidade local.

O último capítulo é a efetivação de toda a discussão feita anteriormente, quando colocamos em prática ações que visavam à colaboração junto à comunidade local. Dentre os atos realizados estão: levantamento bibliográfico e documental; realização de entrevistas gravadas; aplicação de formulários; ações educativas junto à comunidade e escolas locais; construção e manutenção de um grupo de moradores locais; momentos de diálogo com gestores públicos e privados envolvidos na salvaguarda do patrimônio arqueológico; e construção colaborativa de um programa voltado à preservação dos sítios Capivari I e Capivari II.

No que compete aos formulários aplicados junto à comunidade, tivemos um total de 215 respondentes. De forma geral, os moradores entrevistados sabem o que é um sambaqui e atribuem a ele uma construção indígena utilizada para fins funerários. Consideram relevante a proteção daquele espaço, uma vez que a realização de melhorias — asfalto, iluminação, manutenção do espaço quanto ao lixo, segurança — para a área dos sambaquis, em especial o sambaqui Capivari I, incide em melhorias para a própria comunidade.

Na sequência, nos detemos acerca de todas as ações desenvolvidas com a comunidade local, refletindo sobre os desafios do fazer colaborativo. Como ponto principal destas ações destaca-se a formação de um grupo de moradores, a presente autora também o integra, com intuito de construir um projeto colaborativo para a preservação dos sítios arqueológicos, que refletisse os anseios da comunidade. No âmbito deste exercício de colaboração, desenvolvemos: a escuta da comunidade local; a integração da comunidade por meio de grupo formado e ações educativas junto à comunidade; ações educativas voltadas à comunidade escolar; diálogos realizados com agentes do poder público e instituições privadas; mutirões de limpeza e campanhas de cuidado ao descarte de lixo e entulho no local.

O resultado culminou na construção do Programa de Valorização, Educação e Preservação dos Sambaquis Capivari I e Capivari II. Trata-se de um documento, de construção colaborativa, que tendo por base os anseios e exigências da comunidade, foi discutido e estruturado pelo grupo de moradores, universitários extensionistas, arqueólogos, entre outras mãos.

O documento concilia benefícios à comunidade, ações educativas, estruturas de visitação, desenvolvimento econômico. O seu objetivo consiste em promover a preservação dos sítios arqueológicos a partir de processos mais equânimes e multivocais no exercício patrimonial. Houve, pois, o desenvolvimento de uma arqueologia colaborativa em contexto urbano, conectando-se, em muitos pontos, ao fazer de uma arqueologia contemporânea, “em torno da articulação de relações entre passado e presente, cultura material, individual e grupos. (...) visões de problemas contemporâneos sob perspectivas arqueológicas”¹⁹.

Esperamos que as ações pensadas pelo programa sejam implementadas, visto que refletem os anseios da comunidade e promovem espaços que a beneficiem. Ensejamos que a criação de uma prática que reconheça o pensamento coletivo da comunidade continue ativa localmente como forma de reivindicação social da própria comunidade e sirva de exemplo a potencialidade da colaboração para a transformação da arqueologia.

¹⁹ SANTOS, Adriano Batista dos. Arqueologia, Sociedade e Poder: Breves Considerações sobre uma Arqueologia do Passado Recente. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**, Paraná, v. 1, p. 61-76, 2020.

2 UMA COMUNIDADE, DOIS SAMBAQUIS

Toda a discussão teórica e as práticas estabelecidas nesta tese permeiam dois objetos de pesquisa, ambos também pensados como sujeitos da pesquisa, na relação entre humanos e não humanos: os dois sítios sambaquis registrados como Capivari I e Capivari II e a comunidade que se avizinha a eles, localizados no município de Capivari de Baixo, no Estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil. Com intuito de apresentar os protagonistas dessa história, utilizamos fontes de pesquisas publicadas, testemunhos de moradores locais e realizamos a análise de imagens fotográficas antigas.

As entrevistas foram realizadas por meio de questões estruturadas, com gravação de áudio e vídeo. Entrevistamos dois moradores do bairro, o que nos gerou um total de 2h45min de gravação. A primeira entrevistada foi a senhora Maria do Carmo Rodrigues Silva, à época, com 60 anos, residente no bairro Centro há 32 anos e professora da rede estadual. Sua casa está localizada em cima do sambaqui Capivari I e representa o limite das construções na parte mais alta do sítio, no sentido Leste-Oeste.

O segundo entrevistado foi o senhor Clovis Natalino Girardi, de 67 anos, residente do bairro há 47, aposentado da usina termoeletrica Jorge Lacerda, um dos moradores mais antigos da localidade. A esposa de Clovis, Dona Ana, acompanhou nossa conversa e tornou-se uma terceira voz nesse processo. Ambos foram entrevistados em suas residências, após data e horário agendados. As perguntas norteadoras da entrevista foram:

- Para você, o que é um sambaqui, quem o construiu; como os povos que o construíram viviam?
- Como era a região quando você veio morar aqui?
- Que mudanças você percebe no bairro e poderia nos contar?
- Quais ações nos sambaquis você já vivenciou?
- Há lembranças suas, na área dos sambaquis, que queira compartilhar conosco?
- Para você, qual foi e qual é a maior ameaça ao sítio arqueológico?
- Você já encontrou ou conheceu pessoas que encontraram objetos e/ou esqueletos nos sambaquis?

- Você sabe informar se os sambaquis foram minerados?
- Você vivenciou uma escavação nos sambaquis? Pesquisadores já estiveram aqui?
- O que esses sambaquis significam para você? E, na sua opinião, o que significam para a comunidade?
- Existe na memória do bairro algum mito, ou mesmo histórias, lendas envolvendo o sambaqui?

As histórias compartilhadas pelos entrevistados não estão apenas neste capítulo — foram pontos importantes para o exercício colaborativo como um todo. Ambos os entrevistados, assim como Dona Ana, continuaram a participar ativamente do projeto e hoje são membros assíduos do grupo de moradores que estruturamos.

A comunidade faz parte do bairro Centro do município de Capivari de Baixo, cidade ao Sul do Estado de Santa Catarina, com população de 21.674 habitantes, de acordo com o Censo de 2010; hoje, estima-se que esteja chegando a 25 mil habitantes. Esse território possui milhares de anos de história.

A região é ocupada há pelo menos sete mil anos por populações indígenas. Os sítios mais antigos no litoral são os sambaquis, com datas que remontam a 7 mil anos. Enquanto isso, no interior, em áreas de floresta, havia grupos caçadores-coletores, identificados por suas produções líticas — tradição umbu. Há pelo menos dois mil anos, temos uma diminuição da produção de sambaquis — ao menos os de grande dimensão — e o registro da entrada de grupos ligados à família linguística Jê.²⁰

Recentemente, alguns sambaquis rasos, temporalmente mais recentes e com material cerâmico, têm chamado a atenção e direcionado o olhar para uma conexão ou até mesmo junção entre os grupos sambaquieiros e os Jês. Todavia, a área de intensa ocupação Jê se encontrava na encosta e no planalto catarinense, caracterizando o litoral como um local de uso sazonal ou de menor densidade populacional²¹. Há aproximadamente 800 anos adentram na região os grupos

²⁰ FARIAS, Deisi S. E. D.; KNEIP, Andreas. **Panorama arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Unisul, 2010.; BLASIS, Paulo Antonio Dantas de *et al.* Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Sul-americana**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.

²¹ Vide discussão trazida na Tese de MERENCIO, Fabiana Terhaag. **Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP**. 2021.

guaranis, ocupando densamente todo o litoral e estando aqui quando da chegada e ocupação dos colonizadores europeus. Tal diversidade de vestígios denota a região como um propício local de vivência para variadas populações indígenas em temporalidades diferentes.

O município de Capivari de Baixo se emancipa de Tubarão no dia 30 de março de 1992. A região teve sua colonização ligada ao entreposto de produtos da Serra catarinense — Vila de Lages (1777) — para o porto de Laguna (1676), por meio do caminho de tropas e da navegação do Rio Tubarão e seus afluentes. Produtos trazidos pelo caminho das tropas serranas eram trocados por produtos litorâneos, como peixe e farinha de mandioca²².

Permeada por territórios indígenas, vicentistas, açorianos, quilombolas e, mais tarde, italianos e alemães, a região tornou-se o encontro de culturas, resultando em um hibridismo cultural, ainda que não reconhecido por meio do silenciamento da memória indígena e negra no local. Muitas cidades da região são topônimos do Tupi; o nome de Tubarão vem de *Tubá-Nharô* (Pai Feroz), nome dado ao rio e a um cacique indígena. Capivari de Baixo também tem origem no *Capivary* (Rio das Capivaras), ficando na parte debaixo deste. Quanto à memória negra, no último censo de 2022, o município de Capivari de Baixo apresentou o maior número de pessoas autoidentificadas como quilombolas do Estado de Santa Catarina. Elas fazem parte da Comunidade Quilombola Ilhotinha, reconhecida no ano de 2014.

Ainda assim, por muitas vezes, tentou-se apresentar uma história a partir dos colonizadores europeus, ora portugueses (fundadores das cidades), ora imigrantes italianos e germânicos (trazendo o desenvolvimento para a região). Certa vez, um importante historiador da cidade, em palestra na universidade local, no ano de 2008, na qual estudávamos, afirmou que Tubarão não tinha cultura, pois na percepção dele não era possível identificar uma. Isso só confirma que a região foi e ainda é uma zona de confluência cultural, não podendo ser caracterizada por sua etnia.

A formação da cidade de Capivari de Baixo é um exemplo desse movimento, resultado de um processo migratório de trabalhadores oriundos de vários locais do

Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.71.2021.tde-20042021-161057. Acesso em: 06 jun. 2023.

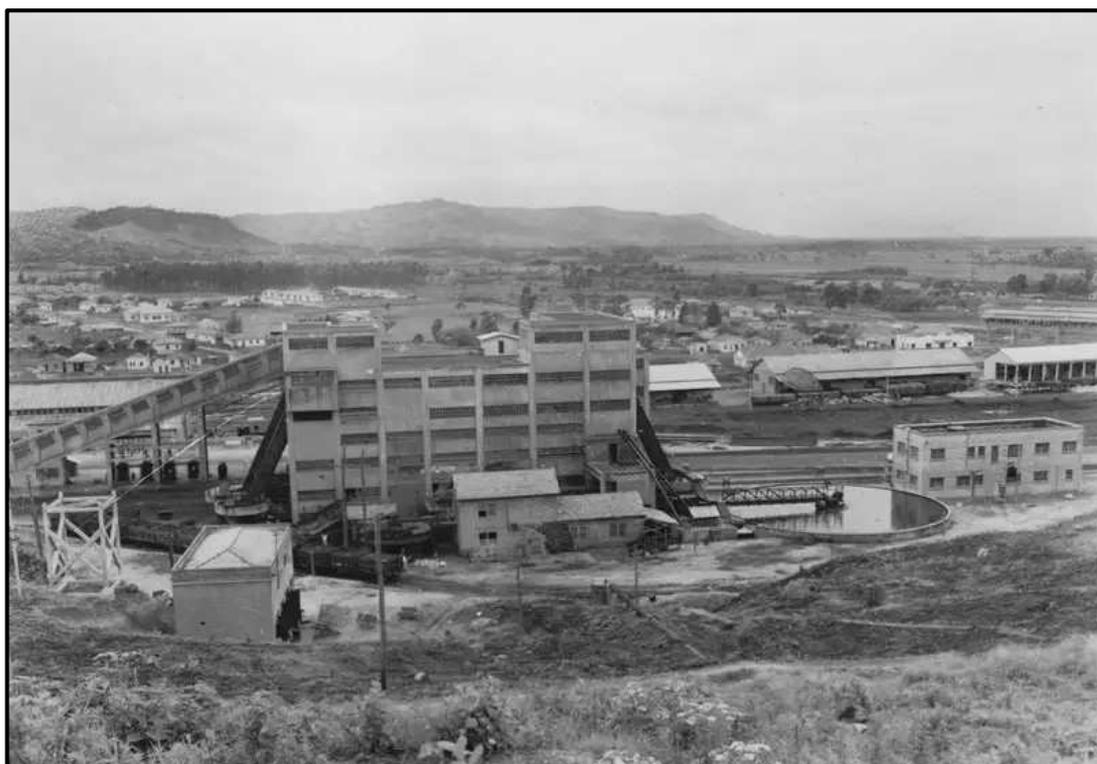
²²ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão**. Florianópolis: IOESC, 1974; VETTORETTI, Amádio.

História de Tubarão: das origens ao século XX. Tubarão: Editora Incopel, 1992. FARIAS, Vilson Francisco de. **Capivari de Baixo Capital Termelétrica da América Latina**. 40 anos do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Florianópolis: Editora do autor, 2004.

Estado e fora dele. A área se desenvolveu fortemente a partir de 1942, data da instalação de um lavador de carvão e de uma pequena usina termoelétrica — a primeira da região com potência instalada de 15.000kW —, para sua manutenção pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Na

Figura 1, é possível ver a parte central da cidade no ano de 1953, com o lavador de carvão já instalado.

Figura 1 – Imagem do Lavador de Capivari de Baixo, no ano de 1953



Fonte: IBGE, 1953.

Contando com a malha ferroviária já existente no entorno, aliada a dois rios próximos — Tubarão e Capivari —, o lugar foi propício para a instalação da estrutura. O carvão oriundo das minas da região de Criciúma e Lauro Muller era ali beneficiado, para, então, seguir aos portos de Laguna e Imbituba, a fim de abastecer as siderúrgicas estatais no Sudeste²³.

À época, Capivari era um bairro rural do município de Tubarão, afastado de áreas com infraestrutura urbana. Com a instalação do lavador, foram necessários

²³GOULARTI FILHO, A.; FARIAS DE MORAES, F. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 251-267, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19214>. Acesso em: 16 jul. 2023.

investimentos locais para viabilizar a vinda e a vida dos trabalhadores. Logo, a CSN construiu uma estrutura de moradia e lazer para seus funcionários, que incluía: vilas, clubes, escola, campo de futebol, sendo a empresa responsável pelo fornecimento de água e luz para a comunidade. Seu Clóvis nos relatou que, quando do fechamento do lavador de carvão, nos anos de 1990, o abastecimento de água que era feito pela CSN foi cortado, deixando sua casa sem água, o que é um exemplo de como a estrutura local estava conectada à empresa.

Junto com o lavador de carvão, é possível sentir o impacto ambiental decorrente da atividade. Depósitos de rejeitos de carvão (fração do material sem valor de venda) foram criados, representando montanhas com milhões de toneladas do resíduo. “A situação tornou-se tão grave que em 1980 cerca de 4 mil hectares estavam totalmente comprometidos e o sul de Santa Catarina foi reconhecido como a 14^a Área Crítica Nacional (Decreto Federal Nº85.206/80) do ponto de vista ambiental”²⁴.

No início da década de 1960, houve a instalação de mais uma usina, constituindo, assim, o Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, por meio da Sociedade Termelétrica de Capivari – Sotelca²⁵. Em 1971, já estavam operando quatro unidades no complexo, chegando a sete nos anos de 2000, o que o tornou o maior da América Latina. O bairro de Capivari de Baixo se emancipou da cidade de Tubarão em março de 1992, e a economia do município, desde então, gira em torno do complexo termoelétrico.

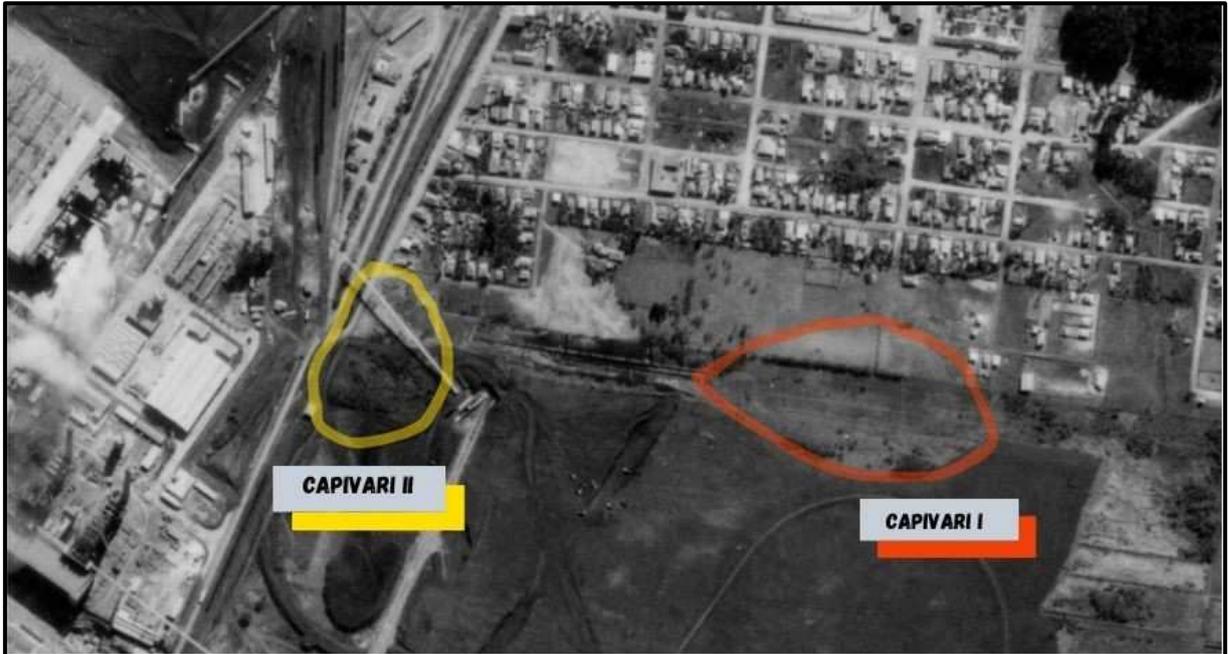
No ano de 1975, a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) se instalou na área do complexo termoelétrico, formando um novo depósito de cinzas. Este chegou a 47 hectares de área e mais de 3 milhões de toneladas de cinzas. Na área de implantação do depósito, existiam dois sítios arqueológicos até então não registrados: os sambaquis Capivari I e Capivari II.

Na Figura 2, capturada no ano de 1978, é possível observar os dois sítios arqueológicos. Nota-se que o Capivari I, apesar de estar em área loteada, não é impactado pelo avanço urbano, apenas pela vala de drenagem que o permeia. O Sambaqui Capivari II, por sua vez, foi intensamente impactado pela construção do pátio de carvão, principalmente a parte norte do sítio, perpassada por uma esteira de carvão.

²⁴ TRACTEBEL ENERGIA, 2009.

²⁵ SERTEK, Paulo. **Jorge Lacerda**: Uma luminosa mensagem de cultura. São Paulo: Cultor de Livros, 2015.

Figura 2 – Imagem aérea da área dos sítios arqueológicos retiradas no ano de 1978



Fonte: Adaptada do Acervo fotográfico da Secretaria de Estado do Planejamento do estado de Santa Catarina, 1978.

A área do pátio, após décadas de impacto ambiental, passou por um processo de recuperação na década de 1990. Na

Figura 3, podemos observar o pátio de cinzas nos anos de 1980. As setas em vermelho indicam a localização dos sítios arqueológicos; a linha amarela delimita o depósito de carvão. Nota-se um impacto significativo nos sítios, ainda que a linha em amarelo demonstre uma tentativa de margear o Capivari I.

Figura 3 – Depósito de carvão da CAEEB, registro de 1980



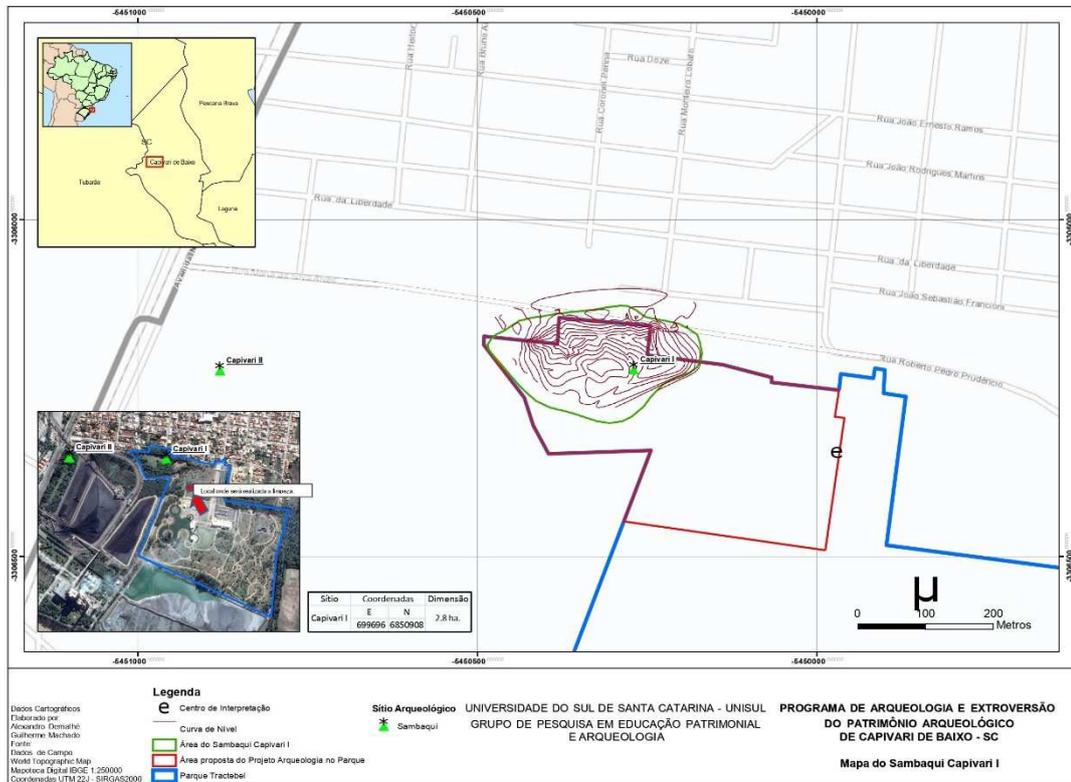
Fonte: Adaptado de AMA – Relatório Prêmio Brasil Ambiental, 2007.

A comunidade limítrofe aos sítios tem sua história conectada à produção de energia no município. Muitos dos residentes mais antigos trabalhavam no lavador de carvão ou descendem desses trabalhadores. Outros vieram após a construção das demais usinas que compõem o complexo, também desempenhando funções na produção de energia.

O crescimento da região, segundo os próprios moradores, ocorreu após o ano de 1974. Em março desse ano, uma grande enchente atingiu a região do rio Tubarão, causando perdas humanas e destruição material, uma marca de medo constante na população local em períodos de chuva intensa. Alguns dos residentes de uma comunidade vizinha, denominada “Abissina”, atualmente Vila Santo André, foram impactados pela enchente e acabaram se mudando para as proximidades da área dos sambaquis.

Tal mudança decorreu da necessidade de um lugar mais seguro para moradia. Topograficamente, a área do sambaqui Capivari I é um pouco mais elevada (vide Figura 4), provavelmente caracterizando uma ilha quando da construção do sítio. A rua que perpassa os sítios arqueológicos — Rua Maria da Silva Alves — era apenas um caminho de pedestres, ao menos na parte que compreende o Capivari I, sendo aberta nos anos de 1990.

Figura 4 – Mapa do sítio Capivari I com os níveis topográficos da área em que o sítio está instalado



Fonte: Grupep/Unisul, 2017.

Na atualidade, a comunidade está instalada em um bairro extenso, urbanizado. Entre muitos de seus residentes estão os aposentados da CSN ou do complexo, bem como aqueles que ainda trabalham na usina. O relato dos moradores traz muitas memórias sobre a história de formação do município e, por conseguinte, a produção de energia na região.

A comunidade não possui uma estrutura e organização comunitárias formalizada, como associações, grupos de moradores, grupos de mães, entre outros coletivos. Todavia, os moradores mais antigos se conhecem pela proximidade residencial, pelo convívio no trabalho municipal público ou por terem compartilhado o local de trabalho na usina. Muitos residentes atuais da Rua Maria da Silva Alves residiam na Rua das Nações (duas ruas paralelas abaixo), que apresenta algumas casas mais antigas e está mais próxima às estruturas construídas no bairro no período da CSN.

Atualmente, são poucos os terrenos baldios encontrados. A construção do Parque Diamante +Energia²⁶ — inaugurado no ano de 2013 — contribuiu para o crescimento local e incentivou a construção de novos loteamentos nas áreas antes alagadas. O parque foi construído no antigo depósito de cinzas, recuperado na década de 1990; sua construção é decorrente de medida mitigatória aos danos ambientais causados pela produção de energia termoelétrica.

O parque é administrado pela Associação Jorge Lacerda, que, por meio de sua diretoria, delega e busca recursos para a manutenção dele. Por meio de projetos de incentivo fiscal e venda de espaço publicitário, o parque se mantém aberto à comunidade e oferta gratuitamente diversas ações educativas e culturais.

Segundo nos relatou seu Clóvis, existiam mais dois concheiros, além dos sítios Capivari I e II. Ele nos contou que, quando mais novo, caçava marrecos nos banhados e passava pelos concheiros, mas disse que hoje eles foram destruídos pelo pátio de carvão e, subsequentemente, pela construção do parque.

Ao estudarmos a história do território, além dos fatores de longa duração evidenciados nos sítios arqueológicos, estabelecemos uma relação entre passado e presente, valorizando as narrativas e construções simbólicas contemporâneas. Zedeño²⁷ defende que a paisagem cultural, o território e seu entendimento são peças relevantes na pesquisa arqueológica. Todo território possui sua história de vida, que está em constante construção com a mudanças de grupos que o ocupam.

A autora nos faz refletir sobre os processos de disputa territorial, pois não devemos focar apenas nos m² divididos por cercas, mas também direcionar nosso olhar analítico para todo o processo histórico, as memórias, as vivências, as marcas construídas e deixadas no local pelos vários grupos que ali habitaram. Estamos falando de territorialidade, resultante de ações e emoções para com um determinado local.

O antropólogo Flávio Leonel da Silveira²⁸, em vista das pesquisas direcionadas a uma antropologia urbana, se utiliza do termo “memória do lugar”, em

²⁶ Inicialmente, o parque era denominado Parque Ambiental Tractebel, em vista do nome da empresa que gerenciava o complexo termelétrico. Posteriormente, quando houve a venda do complexo para a empresa Engie, ocorreu uma votação popular que escolheu nomear o Parque Encantos do Sul, cujo nome persistiu até o final de 2022, quando a empresa que agora administra a usina, a Diamante, optou por mudá-lo e colocar sua marca nele.

²⁷ ZEDEÑO, 2008.

²⁸ PEREIRA, Jesus Marmanillo; ARAUJO, Larissa Aryane Lima. Imaginários, memórias e paisagens na Amazônia urbana: uma entrevista com o antropólogo Flávio Leonel. **PRACS: Revista Eletrônica**

clara oposição a Lugar de Memória²⁹; este, na concepção do autor, é um lugar da “memorabilia”, a cargo de museus, acervos e patrimônios. O que o interessa é uma memória do lugar, ou, melhor dizendo, memórias que contribuam para o entendimento das camadas de memória que compõem um território.

[...] a memória do lugar é um tipo de memória que está entranhada nas coisas, têm camadas sensíveis. Ela está entranhada na paisagem porque ela é constituída por auras que guardam tudo o que aconteceu e que vibram nesses lugares e são passíveis de serem narradas, rememoradas. A memória do lugar faz paisagens, ela constitui paisagem. E essa memória não está descarnada, ela não está destituída das coisas. Daí que fazer etnografia de rua, andar pela cidade, conversar com os narradores é evocar essas imagens, é levantar essas imagens, fazer com que elas emerjam, essas memórias, a partir das narrativas³⁰.

Os sítios arqueológicos possuem várias camadas de memórias, e uma interessante analogia pode ser feita com um sítio sambaqui, construído por camadas de memórias milenares. O patrimônio arqueológico não perde seu caráter de lugar de memória, pois compõe o rol patrimonial nacional, possuindo, também, sensíveis camadas das memórias do lugar.

Nosso contato com os moradores, as narrativas compartilhadas, as sociabilidades proporcionadas pelo espaço dos sambaquis Capivari I e Capivari II traz à tona essas memórias. Que termo poderia melhor dialogar com o patrimônio institucionalizado senão algo pensado como portador de todas essas memórias que compõem aquela paisagem?

Esse entendimento contribuiu para outra abordagem acerca do espaço dos sítios arqueológicos, de serem um território persistente. Na perspectiva de Moore e Thompson³¹, um território persistente é aquele que, por motivos religiosos, culturais ou econômicos, acaba sendo reocupado e reutilizado por diversos grupos humanos ao longo do tempo. É interessante observar que alguns cemitérios contemporâneos foram construídos acima de sambaquis; apenas na região sul de Santa Catarina, podemos citar o cemitério central da cidade de Jaguaruna, o cemitério Horto dos Ipês,

de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v. 14, n. 3, p. 437-444, jul./set. 2021.

²⁹ NORA, 1993

³⁰ PEREIRA e ARAUJO, 2021, p.443.

³¹ MOORE, Christopher R.; THOMPSON, Victor D. Animism and Green River persistent places: A dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. **Journal of Social Archaeology**, [S. l.], v. 2, n. 12, p. 264-284, 2012.

em Tubarão, e o cemitério Mato Alto, em Laguna. Não só há uma persistência no uso desses espaços, como uma continuidade no sentido de uso deles.

Os dizeres de Zedeño, Silveira e de Moore e Thompson nos alertam acerca da construção de territorialidade, por parte de populações pretéritas (em nosso caso, os sambaquieiros) e por parte das populações atuais. Quando nós, do alto do pedestal da ciência arqueológica, ou da gestão patrimonial, dizemos a uma determinada comunidade local que aquele espaço é patrimônio, por ter sido ocupado há milhares de anos por populações autóctones, esquecemo-nos de que eles também são ocupantes daquele espaço. Por vezes, valoriza-se mais o lugar de memória em detrimento das memórias do lugar.

Por isso é que nos dedicamos a contar um pouco das histórias e relações dos territórios em que os sambaquis se encontram. Uma perspectiva de persistência pode ser a escolha do local — por sambaquieiros e pela população atual — por sua elevação, fugindo, assim, de áreas alagadiças no entorno.

Seu Clovis, quando mais novo, ia caçar com os colegas do bairro e relata que passava pelas áreas dos “casqueiros”³², principalmente do Capivari II, e evidenciava objetos, trazendo alguns deles:

Eu recolhi esse material que estava em cima da terra mesmo. Foi ponta de flecha, foi a machadinha. Até ficou um tempão aqui em casa na gaveta, alguém apareceu aqui em casa, eu não lembro se foi lá pra Uca, em Criciúma, ou se foi pra Unisul aqui. Não me lembro (informação verbal)³³.

Além dessa memória sobre os artefatos, ele se recorda da existência de outros casqueiros na área de depósito de carvão. Sobre eles, comenta que:

Esses três que tinha aqui dentro, a gente via o material. A gente saía de madrugada para caçar, né? Quando voltava, voltava carregado. Voltava com cinco, oito marreco. Então, a gente já tava cansado, então, não parava. Só que a gente via as coisas em cima da terra, né? (informação verbal)³⁴.

Trouxemos aqui um pequeno relato de uma longa conversa com o senhor Clovis. Ele, a Dona Maria do Carmo e os demais moradores que conversamos,

³² Forma como os moradores locais, em várias cidades da região, denominam os sambaquis. Tal nomenclatura está associada ao material abundante nos sítios, as conchas.

³³Entrevista concedida por GIRARDI, Clovis Natalino. **Entrevista I**. [out. 2021]. Entrevistadora: Bruna Cataneo Zamparetti. Capivari de Baixo, 2021. 1 arquivo .mp3 (1h32min.).

³⁴ Entrevista concedida por GIRARDI, Clovis Natalino. **Entrevista I**. [out. 2021]. Entrevistadora: Bruna Cataneo Zamparetti. Capivari de Baixo, 2021. 1 arquivo .mp3 (1h32min.).

quando da aplicação dos formulários, têm memórias relacionadas aos sítios. Neles, essas pessoas viveram e criaram seus filhos, usando-o como local de passagem, além do uso econômico, pela mineração. Há, portanto, territorialidade produzida pelas comunidades contemporâneas.

Desse modo, questionamo-nos se a desconexão significativa da comunidade com o local, muito recorrente em discursos acadêmicos, decorre de uma não continuidade cultural entre os povos indígenas e as comunidades atuais ou resulta da forma com que as relações entre os agentes “autorizados” do patrimônio e a comunidade foram estabelecidas. Tende a ser mais fácil atribuir culpa a outrem que tecer uma crítica acerca de nossas práticas colonialistas na produção do conhecimento.

Tal processo se agrava quando cercas, placas informativas e proibitivas, aplicação de multas e discursos autorizados³⁵ continuam a ser uma prática no relacionamento com a população local. Compreendemos que tais medidas foram e, em alguns casos, são necessárias para a preservação da integridade física desses bens patrimoniais, mas erram por desconsiderar que uma ação protetiva, quando realizada de forma integrada à comunidade local, é mais efetiva.

Quando desenvolvi minha pesquisa de mestrado com os moradores da comunidade de Cabeçuda, município de Laguna/SC, foi identificado um sentimento de pertencimento para com o sambaqui ali existente — Cabeçuda 01 —, que, inclusive, foi o responsável por nomear a comunidade. Contudo, esse sentimento não estava relacionado a um conhecimento de base científica acerca da população indígena que ocupou e construiu aquele local, ainda que os moradores estivessem cientes de que se tratava de um cemitério indígena. As memórias estavam relacionadas às suas vivências quando crianças, de seus pais e avós, das idas ao sambaqui para piqueniques, do acesso à área de pesca, das brincadeiras de cabaninhas, do poço de água que havia no local, das lendas e mitos³⁶.

No contexto das pesquisas junto ao sambaqui Cabeçuda 01, foi indicada, pelo IPHAN, no ano de 2015, a construção de uma cerca para frear o avanço das construções em cima dele. Todavia, o cercamento desconsiderou a prática cotidiana

³⁵ SMITH, 2011.

³⁶ ZAMPARETTI, Bruna C. **Sambaqui Cabeçuda 01: Um território resiliente**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3391/1/109595_Bruna.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

de uma comunidade pesqueira — esta tinha no sambaqui um espaço de acesso a áreas de pesca. Esse fator ignorado, aliado ao movimento das marés que influenciava a lagoa circunvizinha, resultou na destruição da cerca após 3 anos.

Os sítios sambaquis, bem como outros sítios arqueológicos e patrimônios culturais, não são apenas um espaço de memória do grupo que ali viveu, mas também um lugar de memória do grupo humano que ali vive, que o significa e (re)significa. Dona Maria do Carmo construiu sua casa e formou sua família na área do sítio; seu Clovis também construiu sua casa e criou seus filhos no entorno dele. Outros moradores também têm suas histórias conectadas a esses territórios, em especial a família dos “Locks”.

Essa família era proprietária de toda a porção de terra compreendida entre um sítio e outro. Gerações da família se formaram ali, até a venda dos últimos terrenos nos anos 2000, à época de posse do senhor Francisco Locks — Chico. Quase todos os moradores conhecem membros dessa família; alguns compraram seus terrenos diretamente deles.

Os “casqueiros” faziam parte da história desse território, mas foi apenas na década de 1970 que se transformaram em patrimônio cultural nacional. Os sítios foram registrados por Rohr em 1975³⁷, decorrente de um corte no Capivari I, produzido no preparo da área para o depósito de cinzas do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda³⁸, pela já aqui citada CAEEB.

Os sítios distam entre si 300m (Figura 6); o Capivari I está mais próximo da comunidade e inserido no Parque Diamante +Energia. Por outro lado, o sambaqui Capivari II está isolado na atual área de depósito de carvão da usina, de acesso restrito. Marcamos essa diferença entre os sítios porque a maioria das histórias e sugestões dadas pela comunidade está relacionada ao Capivari I. A ideia é que as ações pensadas para ele sejam estendidas ao Capivari II.

Na Figura 5, é possível identificar os dois sítios ao fundo da imagem, que tem como primeiro plano a área do lavador de carvão. A foto provavelmente é dos anos de 1950. Na Figura 6, ambos os sítios estão identificados; a imagem foi capturada no ano de 2021, por meio de um drone, em ângulo oposto à imagem anterior. O avanço da área urbana e das estruturas do completo termoelétrico, em direção aos sítios, fica perceptível de uma foto para outra.

³⁷ FARIAS; KNEIP, 2010.

³⁸ *Ibid.*, p. 99-100.

Figura 5 – Sítios Capivari I e Capivari II identificados em imagem da década de 1950



Fonte: Adaptado de Acervo do Museu Ferroviário de Tubarão, 1950.

Figura 6 – Localização dos sambaquis Capivari I e Capivari II



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Acreditávamos que o sambaqui Capivari I havia sido o mais impactado com as ações de terraplanagem, vala de drenagem e avanço residencial. Contudo, em imagens das décadas de 1950 e 1960, é possível ver que o Capivari II foi o mais impactado. Apresentaremos esses processos na sequência, em seção específica destinada aos sítios.

Conhecemos a formação dessa comunidade, todavia, antes da apresentação mais detalhada dos sítios arqueológicos, é preciso que mais um sujeito seja apresentado, a autora desta tese. Sou arqueóloga e historiadora, nascida em Tubarão/SC, e cresci subindo morros de conchinhas na cidade vizinha, Jaguaruna. Desde que entrei para a faculdade, no ano de 2008, integro o Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep, da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Atualmente, sou líder do grupo de pesquisa e professora na graduação. Resido em Capivari de Baixo, local que aprendi a amar e no qual crio o pequeno Antônio, agora com 6 anos.

Minha primeira saída de campo foi no sambaqui de Lageado, município de Treze de Maio, cidade vizinha a Tubarão. Na ocasião, a equipe iria coletar material para datação, o que resultou em 5.980 anos AP, o mais antigo sítio arqueológico da região lagunar sul de Santa Catarina. No ano de 2010, participei da delimitação do sítio Capivari I, local onde afundou parcialmente na vala de drenagem que cortou o sítio em 1975.

Lembro que o local era um espaço abandonado, com muito lixo e entulho, uma cerca em decadência e muito mosquito. Em um dado momento, encontrei um jovem casal, que por lá estaria namorando. Os anos se passaram, e voltei ao sítio para participar da equipe de acompanhamento e escavação, durante o cercamento e a construção do deque/calçada. À época, já havia feito meu mestrado com a comunidade de Cabeçuda, uma experiência acerca dos processos de significação da população atual para com o sítio arqueológico local.

Vivenciando e fazendo parte de uma estrutura, que hoje entendo como colonialista, percebi que, assim como ocorreu no sambaqui Cabeçuda 01, a pesquisa e a gestão do patrimônio se afastam das comunidades locais. Esse distanciamento pouco ou nada resulta naquilo a que os processos de patrimonialização se propõem: a preservação do patrimônio.

Quando da construção da calçada e do deque no Capivari I, presenciei a perplexidade dos moradores locais em relação ao que ocorria na rua. A resposta dos responsáveis pela obra — Usina e Parque — foi somente afixar uma placa com o desenho do projeto. Isso, por óbvio, não cessou o questionamento e contribuiu para atitudes de desaprovação da comunidade.

De todo modo, a pesquisa foi concluída; a cerca e o deque, levantados; a educação patrimonial para a educação básica, desenvolvida. Ali acabava a

intervenção da academia no lugar, que voltaria, esporadicamente, quando os responsáveis pela gestão do patrimônio requisitassem.

Essa trajetória, que mesclou formação acadêmica, atuação profissional e vida pessoal, me trouxe de volta à área dos sambaquis Capivari I e Capivari II. Fiz parte da história desses sítios e continuo a fazer, porém não mais como uma desconhecida encapsulada na categoria pesquisadora/pessoal da universidade. Agora, vou, volto e me volto para aquela comunidade que não se satisfaz com placas, cercas, descaso, entulho, escuridão. Talvez, futuramente não precisem perguntar o que está acontecendo, mas tenham feito parte das decisões do que venha a acontecer no sambaqui da rua onde moram.

O fato de percebermos nossa posição dentro da estrutura de produção do conhecimento arqueológico não a desfaz de pronto. Em verdade, é difícil dizer se um dia ela irá deixar de existir, principalmente pela força do lugar e pela autoridade institucional. A posição de autoridade é difícil de ser desconstruída, mas talvez não seja o intuito; por ora, a mudança é de direcionamento, ou seja, a quem serve essa autoridade?

Opondo-nos à nossa constituição como parte consciente da colonialidade, tornamo-nos agentes do movimento de desconstrução desta. Nossa autoridade está a serviço e a favor dos demais grupos e da comunidade que se relacionam com o patrimônio. Assim, somos também uma categoria de *ida e vuelta*³⁹, pois entendemos a construção do conhecimento como oriunda do ocidente colonizador, contudo essa mesma estrutura pode ser ativada, devolvida como recurso das comunidades locais.

2.1 O SÍTIO CAPIVARI I

O sítio Capivari I, localizado nas coordenadas UTM 22J 699746/6850952, é descrito como um sambaqui extenso, semienterrado, com uma área total de 30.000 m². Foram feitas coletas superficiais, por Rohr, no período de seu registro, em 1975, sendo evidenciados artefatos líticos polidos, e, segundo alguns moradores, houve resgate de remanescentes ósseos humanos⁴⁰. O registro do sítio arqueológico

³⁹ Termos oriundos do trabalho de Cunha, 2009.

⁴⁰ De acordo com FARIAS; KNEIP, 2010, p. 99-100, o material resgatado encontra-se no acervo do Museu do Homem do Sambaqui, em Florianópolis/SC. Todavia, em contato estabelecido com o museu, em junho de 2023, não foi encontrado o respectivo acervo, apenas informações dos sítios, iguais aos que constam na ficha de sítio.

ocorreu devido à terraplanagem do terreno, concomitante à abertura de uma vala de drenagem, que expôs a parte sul.

Em publicação de Rohr⁴¹, há a descrição de que o sítio se localizava em terrenos da Sociedade Termelétrica de Capivari (Sotelca), de propriedade do senhor Luiz Pedro Medeiros. A Sotelca adquiriu a parte ao sul do sítio arqueológico com a finalidade de torná-lo um depósito de cinzas. Quando iniciou a terraplanagem, alguns remanescentes ósseos humanos foram expostos, o que suspendeu, por ora, a ação.

No período, Rohr delimitou o sítio como tendo 200m de comprimento, 150m de largura e 6m de altura, considerando-o intacto, pois a parte mais alta estava fora do depósito de cinzas. Todavia, após pesquisas recentes, é sabido que a ação de terraplanagem impactou consideravelmente a parte sul do sítio. Quando do resgate de remanescentes ósseos humanos, uma das moradoras entrevistadas afirmou se recordar da escavação e da atuação dos pesquisadores no local; na época, ela tinha 13 anos.

O sítio possui uma datação calibrada de 3840 A.P, feita no âmbito do projeto Sambaquis e Paisagens⁴². Atualmente, encontra-se parcialmente integrado ao Parque Diamante+ Energia. Na parte externa à atual área do parque, os terrenos foram loteados — a maioria pertencia à família Locks.

No momento presente, existem dez terrenos acima do sítio, com construções. Devido ao fato de a parte externa ficar em situação de abandono, com descarte incorreto de lixo e entulho construtivo, bem como servindo a atividades ilícitas, o Capivari I foi cercado parcialmente. A cerca compreende apenas os terrenos do parque, fechando o acesso a ele.

A casa da senhora Maria do Carmo está em cima do sítio arqueológico. Antes de residir nessa casa, ela morava a quatro quadras do local, no mesmo bairro. Quando seu marido comprou o terreno, não havia nada ali, apenas grandes árvores de aroeira

⁴¹ ROHR, João. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia, Florianópolis, SC, n. 17, p. 77-168, 1984.

⁴² O Sambaquis e Paisagem foi um projeto de pesquisa multidisciplinar, marcadamente regional, “no qual enfoques paleoambientais e arqueológicos vêm sendo tratados de maneira articulada através da integração de pesquisadores e especialistas de diversas instituições. Além da Universidade de São Paulo (USP), de onde atuam o Museu e Arqueologia e Etnologia (MAE), o Instituto de Geociências (IG), o Instituto de Astronomia e Geofísica (IAG) e o Instituto de Ciências Biológicas (ICB), participam também o Museu Nacional (UFRJ), o Grupo de Pesquisas em Educação Patrimonial da Universidade do Sul de Santa Catarina (GRUPEP/UNISUL), a Universidade do Tocantins (UFT) e a Universidade do Arizona ASM-U of A), além de consultores de outras instituições”. DE BLASIS, Paulo *et al.* Sambaquis e Paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Sul-americana**. v. 3, n. 1, janeiro, p. 29-61, 2007.

que impediam a construção de sua residência. Quando a prefeitura foi ao terreno para arrancar as árvores, ela conta ter percebido algo diferente no terreno: nunca tinha visto tanto cascalho (conchas).

Dona Maria conta que começou a pensar e a prestar atenção no sítio arqueológico, de fato, quando houve um movimento da comunidade para destruí-lo. Relata que uma moradora argumentava que não era preciso cuidar de mortos; os vivos precisavam morar e, por isso, era preciso lotear e vender tudo. É percebido que a comunidade sabe ser aquele local um espaço funerário ou, ainda, de tempos passados.

Há uma relação entre alguns moradores e o sítio arqueológico, dado o entendimento de que o espaço serve aos indivíduos da contemporaneidade. Destaca-se a lógica de uso do capital do território, visto que a única utilidade seria a venda e a moradia no local. Somam-se a isso os atos de proteção impostos pelas instituições de governo, que não inseriram a comunidade no exercício patrimonial. Todos foram elementos necessários a uma relação conturbada entre a comunidade e os demais agentes autorizados do patrimônio arqueológico.

Perceber os significados, ouvir as histórias e reivindicações e integrar a comunidade podem contribuir para a transformação dessa realidade. No decorrer da entrevista com dona Maria, ela conta ter evidenciado vestígios arqueológicos:

Já cheguei a ver, os meus filhos, o mais velho quando ele tinha 13 anos, ele e o amiguinho de vez enquanto cavavam aqui e dizia assim, ó mãe dizem que os jesuítas passavam por aqui e guardavam ouro, tinha ouro. Aí os dois bobos, não tinha o aramado ainda, aí foram cavar e acharam um dente perfeito, com esmalte perfeito. Ele até falou, mãe isso não é de agora né? (informação verbal)⁴³.

A crença do ouro dos jesuítas é comum no imaginário de muitas regiões brasileiras. As pessoas escavam em busca desse ouro ou questionam se os pesquisadores estão à procura do pote de ouro dos jesuítas. Esse imaginário também está presente na região: o fato de acreditarem que há ali algo de valor econômico enterrado é mais um indicativo de que a comunidade percebe o local como antigo.

Outro ponto interessante da construção desse imaginário é o receio de morar acima ou próximo a um cemitério indígena. Percebemos na fala dos moradores essa

⁴³ Entrevista concedida por SILVA, Maria do Carmo Rodrigues. **Entrevista II**. [out. 2021]. Entrevistadora: Bruna Cataneo Zamparetti. Capivari de Baixo, 2021. 1 arquivo .mp3 (46min.).

atribuição de sentido. As pessoas contaram ter tido experiências espirituais no local, relacionadas com festividades indígenas.

Tinha um senhor, ele contava muita história, ela já faleceu também. Ele contava história, disse que via índio ali, via índio a cavalo. [...] Ele assim ó, está cheio de índio ali, de vez em quando eles fazem festa (informação verbal)⁴⁴.

Maria do Carmo disse que, quando construiu sua casa, a parte da frente em que hoje passa a rua era muito alta, quase dando continuidade à altura em que é a sua casa. Todavia, quando um morador comprou o lote do outro lado da rua, que fica na área mais baixa em relação a essa parte elevada do sambaqui, ele pediu para abrir a rua, e, segundo ela, custaram a fazer isso por causa do sítio arqueológico.

Ela não se recorda bem o ano, mas acredita que faz vinte anos ou menos da abertura da rua que hoje corta o sítio arqueológico. No meio da rua, havia uma árvore muito grande e bonita, que foi removida com a abertura. Quando cavaram em frente à sua casa, deixando um corte no sítio (hoje há um barranco íngreme no local), o filho de dona Maria encontrou um osso longo, entre 10cm e 15cm, que levou para a escola com a finalidade de mostrar ao seu professor de Ciências. O professor disse que provavelmente seria um osso de golfinho e ficou para ele. Após o achado, ela e o filho refletiram sobre a existência do osso de golfinho, comentando a possibilidade de a região ter sido mar — o fato de o mar subir e descer de tempos em tempos.

Um ponto interessante dessa fala é que os achados no sítio, decorrentes da transformação urbana no local, os fizeram refletir sobre o grupo humano que ali viveu e sobre as transformações de longa duração no território que hoje ela e os filhos habitam. Ao longo da entrevista, ela no contou que, certa vez, encontrou uma pedra que poderia ser uma “machadinha” ou algo para amassar sementes, mas não se recorda o local onde colocou o objeto.

Maria do Carmo tem parte da sua vida conectada à região do sítio. Em certo momento da conversa, ela demonstrou orgulho por se entender como uma espécie de guardiã do sítio, denunciando furos na cerca e pessoas que considera como invasoras, cobrando dos demais moradores o cuidado com o local. Dona Maria mantém seu quintal arrumado, decorado cuidadosamente com dezenas de suculentas e outras plantas.

⁴⁴ Entrevista concedida por SILVA, Maria do Carmo Rodrigues.

Seu Clovis também nos falou sobre o ambiente passado em que o sítio foi construído.

Os índios não moravam na baixada. Eles tinham um lugar de refúgio, se o mar subisse eles tinham um lugar pra (...). Eles nunca fizeram... Tu vê o tambaqui, é sempre próximo do morro, numa distância de 1km, 2 km, no máximo, né! Uma coisa que não passa despercebido, mas, na verdade, sim, por que que eles faziam isso? De certo porque sabiam que o mar ia subir (informação verbal)⁴⁵.

Ele e sua esposa, Dona Ana (que era professora), mantinham em sua residência uma grande biblioteca e a abriam aos estudantes do município para a consulta de livros. Junto aos livros, em áreas mais destacadas e protegidas, estavam alguns artefatos arqueológicos encontrados por eles, como as machadinhas e pontas de flecha. Há, na fala de ambos, uma felicidade relacionada a esse espaço de fruição do conhecimento. Os artefatos expostos eram utilizados para fins educativos.

A gente se preocupava muito com isso. A nossa antiga casa aqui..[aponta para a casa que fica à frente da sua] ela tinha uma parede aqui, né Clovis? Uma parede grande e tinha uma estante que ocupava a parede toda né. E a gente sempre investia, naquela época não tinha celular, não tinha computador, em livros. Nós comprávamos coleções de livros nossa, né? Então a gente comprava para pesquisa, para... Então a minha casa era sempre cheia de gente fazendo pesquisa (informação verbal)⁴⁶.

Podemos pensar a relação entre a comunidade e o sítio arqueológico por meio das discussões levantadas e defendidas por Bezerra⁴⁷. A autora volta suas pesquisas para um olhar descolonizador da Arqueologia Brasileira. Em experiências suas com os sítios e as comunidades amazônicas, percebeu o ressignificar protetivo dos vestígios arqueológicos por comunidades que vivem e vivenciam esses espaços. Bezerra pensa além de uma arqueologia mais inclusiva, discutindo a questão da preservação em si. Para a autora, na ânsia de manter o máximo de registros possível, o modelo preservacionista acaba por desconsiderar a construção significativa e simbólica que as populações atuais fazem de vestígios pretéritos. Mais uma vez, deparamo-nos com duas formas de preservar, ligadas a sentidos diferentes, de acordo com o agente envolvido, pesquisador ou comunidade.

⁴⁵ Entrevista concedida por GIRARDI, Clovis Natalino.

⁴⁶ Entrevista concedida por GIRARDI, Ana. **Entrevista I**. [out. 2021]. Entrevistadora: Bruna Cataneo Zamparetti. Capivari de Baixo, 2021. 1 arquivo. mp3 (1h33min.).

⁴⁷ BEZERRA, Márcia. **Teto e Afeto**. Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. 1ª ed. – Belém: PA: GKNoronha, 2017.

No desenrolar desta pesquisa, pudemos perceber que as pessoas sempre constroem algum tipo de relação com as coisas do passado, ainda que seja uma “não relação”.

Isso refutava o discurso criado pelo Estado, e repetido por muitos de nós, de que “o patrimônio local não é valorizado”, “a comunidade não reconhece o valor”, “não dá importância”. O discurso autorizado do patrimônio, preocupado principalmente com a preservação de narrativas por ele legitimadas, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, prefere normatizá-las. A patrimonialização conservadora dessas relações esvazia a carga simbólica⁴⁸.

Um dos exemplos usados pela autora no contexto amazônico, mas que também é uma narrativa comum no imaginário da nossa região, é o “corisco” ou “pedra de raio”. Trata-se do modo como essas populações descrevem as lâminas de machado, uma forma mítica de explicar objetos que acabam sendo encontrados pelos moradores. Esse objeto “[...] é incorporado ao repertório material de comunidades que vivem próximas aos sítios arqueológicos, com outros significados que variam de acordo com o contexto em que surgem como *coisas*, evocando, assim, outros sentidos na vida vivida”⁴⁹. Essa construção elaborada não está relacionada ao discurso e à narrativa construídos pela ciência arqueológica, mas, sim, com a vida dessas pessoas, o que não deslegitima a configuração dessas elaborações⁵⁰.

Entendido isso, as histórias aqui narradas partem dos processos de significação e ressignificação do espaço dos sítios arqueólogos, bem como dos itens que são encontrados nele. Para Maria do Carmo, os artefatos geraram reflexão sobre o passado e as transformações territoriais. Na perspectiva de Clóvis, os artefatos contam uma história que deve ser passada para outras gerações.

As “coleções arqueológicas” de casa contribuem para a relevância social de seus proprietários. Os donos são procurados devido à sua curiosidade em conhecer essas “coisas”. Porém, a depender do curioso, os artefatos podem ser “escondidos”. Em pesquisas de campo, por exemplo, ao conversar com a comunidade local sobre os artefatos, percebemos o receio em mostrá-los. Temem perder seus artefatos ou já passaram por essa situação com outros pesquisadores. A partir do momento em que o material é levado, a comunidade perde o elo com ele. Foi constante na fala dos

⁴⁸ BEZERRA, 2017, p. 12-13.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 45.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 45-46.

entrevistados a necessidade de um espaço expositivo, principalmente com as peças retiradas dos sambaquis locais. Elaboramos um diagrama simplificado para mostrar como se dá a relação entre comunidade, artefatos e agentes representantes do patrimônio institucionalizado.

Figura 7 – Diagrama da prática colonialista, referente à pesquisa e à forma de lidar com a comunidade local e seu relacionamento com os artefatos encontrados nos sítios arqueológicos



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Sobre outros acontecimentos e usos do espaço, dona Maria do Carmo se recordou de dois momentos em que o sítio pegou fogo. Segundo a informaram, o primeiro decorreu dos usuários de drogas no local; e na segunda ocorrência, algumas pessoas colocaram fogo em panfletos. Em ambas as situações, ela demonstrou preocupação com as casas vizinhas e com o sítio arqueológico, todavia pontuou que isso era resultado do total abandono da região, o que colocava em risco a segurança dos moradores e transeuntes.

Outro uso, comum no passado, mas que continua a ocorrer, é a atividade de caça. Segundo o senhor Clóvis, a região (bairro como um todo) foi utilizada para

atividades de caça. Como possuía muitas áreas alagadas, os moradores locais e pessoas vindas de outros bairros caçavam marrecos selvagens e outros animais. Essa atividade era tão comum que um dos bairros do município se chama Caçador.

O senhor Clóvis destacou os impactos do lavador de carvão, do complexo termelétrico e do despejo de agrotóxico em áreas de arrozais, o que acabou com os marrecos selvagens. Maria recordou que, certa vez, viu um senhor dentro da área do sítio arqueológico e a informou que estava caçando tatu. Antes do cercamento, era comum o acesso dos moradores ao sítio arqueológico, criando caminhos que deixavam a vegetação mais baixa. Esse acesso servia tanto para atividades econômicas e lazer quanto para o exercício de atividade ilícitas e para o descarte incorreto de lixo/entulho.

Outro uso do sítio era realizado a partir da coleta de capim, para a alimentação de equinos. A prática era frequente antes do cercamento do sítio; como a atividade continuou, os responsáveis pelo parque entraram em contato com essas pessoas e permitiram a retirada do capim em outras áreas. A autorização diminuiu a entrada forçada de pessoas pela cerca construída, mas não cessou tal ação — partes da cerca continuam a ser cortadas para esta e outras finalidades.

É importante pontuar que o cercamento favoreceu o crescimento da vegetação e a coleta de capim; e a circulação de pessoas manteve a vegetação baixa. Também há um descuido por parte dos gestores do parque ambiental, que apenas cuidam da vegetação junto à cerca, deixando todo o resto sem manutenção.

Atualmente, o sítio está com uma vegetação alta, o que impede o entendimento visual do sambaqui; ademais, propicia a propagação de animais que adentram as casas no entorno. O ambiente, assim, se torna um local convidativo às práticas ilícitas, dada a baixa visibilidade de quem passa pela rua.

Dona Maria se recorda de um senhor que plantava aipim, batata e capim na parte mais baixa do sítio. Outro senhor, chamado Abelardo, criava gado no local e plantava cana, tendo sido indenizado para que não mais o fizesse. Esse senhor, atualmente, tem uma casa em cima do sítio, a poucos metros da casa de Maria. A atividade agrícola no local também foi citada pelo Sr. Francisco Locks (80 anos) em entrevista realizada no ano de 2005⁵¹.

⁵¹ GARCIA, Suzana A. **Avaliação e propostas de preservação para os sambaquis de Capivari de Baixo – SC**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005.

Além dos usos da área do sambaqui para fins de criação de animais, gado e habitação, ele foi impactado pela construção de um ramal férreo, distante apenas 20m. O ramal foi construído no ano de 1978, para o transporte de carvão, tanto para a antiga área de depósito como para a atual área, onde está o sambaqui Capivari II.

Garcia⁵² aponta outra atividade econômica no local, a partir de entrevistas realizadas com a comunidade. Ela informa que houve um processo de mineração do material conchífero do sítio. A autora cita uma caieira existente no local, onde o sítio teria sido minerado, contribuindo de forma significativa para sua destruição.

Nas pesquisas arqueológicas mais recentes, não foi evidenciada tal estrutura, ao menos não nas áreas próximas ao sambaqui, contudo a estrutura pode estar embaixo de uma residência. Outra hipótese é ter ocorrido uma confusão quanto ao sambaqui. Segundo a entrevista obtida pela autora, o morador informou que a caieira ficava próxima à área da atual usina, todavia o sítio mais próximo da usina é o Capivari II, sendo mais provável que seja ele o sítio minerado.

Essa caieira extraía material próximo ao local de onde hoje se encontra a Usina Tractebel. Segundo ele, “ali foi tirado muita casca de animais marinho pra fazer cal, quer dizer, tanto que existiu uma caieira por muito tempo”. Durante esse relato, ele lembra de um amigo que havia trabalhado na caieira, este se chamava Pedro Adão Rodrigues. E isso foi comprovado, através do depoimento da filha do Sr. Pedro, pois o mesmo já havia falecido há alguns anos⁵³.

Alguns moradores afirmaram que o pai de Francisco Locks (Chico) foi o responsável pelo loteamento daquela região. Em depoimento a Garcia, seu Chico relembrou o plantio que ele e o pai praticavam na área do sambaqui; segundo ele, a atividade no sítio durou décadas. A autora traz ainda algumas falas sobre os artefatos encontrados.

Continuando seu raciocínio, Francisco recorda que quando arava a terra normalmente removia alguns artefatos, dizia que “existia ali muita daquelas pedrinhas, também de índio, de índio, aquelas machadinha”, e acrescenta “e isso foi jogado tudo dentro de um banhado”. Descreve também, mesmo não sabendo a data precisa, que certa vez, seu pai escavou um buraco no terreno onde está o sambaqui: “O meu pai é que cavô um buraco lá uma vez, uma vez, lá em cima pra tirá terra pra pôde botá na estrebaria, pra podê, a casca assim por causa do atoleiro que tava na estrebaria ali, mas é coisa muito antiga já⁵⁴”.

⁵² GARCIA, 2005.

⁵³ *Ibid.*, p. 30-31.

⁵⁴ *Ibid.*

Algo nos chamou a atenção no trabalho de Garcia: o Sr. Chico Locks relatou que foi denunciado ao IPHAN duas vezes. A primeira teria sido por degradação ao patrimônio arqueológico — o IPHAN fez vistoria e não deu prosseguimento à denúncia. À época da pesquisa monográfica, ele havia recebido uma segunda notificação, por crime ambiental, ainda que alegasse não acessar a área do sítio há algum tempo.

Talvez o fato de os terrenos baldios — na área do sítio arqueológico e pertencentes ao Sr. Chico Locks — servirem para o descarte de lixo e entulho tenha sido o motivo de tal denúncia. Ainda no texto monográfico, identificamos alguns excertos que levam à reflexão da prática da pesquisa arqueológica e sua relação com a comunidade.

Não se pode esquecer de mencionar, também, o próprio descaso público, por parte de nossos administradores que nunca demonstraram interesses em preservar os sambaquis, pelo contrário, alguns serviram para degradar um pouco mais aquele ambiente, com abertura de estradas etc. E, finalmente, verifica-se nos depoimentos o fator de desinformação, pois os poucos que sabem sobre o que é sambaqui, ainda apresentam uma visão deturpada sobre o mesmo⁵⁵.

Mediante ao que foi pesquisado e observado nas entrevistas, percebe-se que os sambaquis Capivari I e Capivari II, sofreram ao longo dos anos, intensos atos de vandalismo, influenciados por aspectos econômicos, uma vez que os terrenos serviram para plantação de produtos agrários, criação de gado, fabricação da cal, nivelamento de terras, depósito de carvão e abertura de estradas.⁵⁶

Outro aspecto importante a se ressaltar, é que partes dos entrevistados tinham uma visão deturpada sobre o sambaqui e outras nem sabiam do que se tratavam, o que nos leva a acreditar que os sambaquis em Capivari de Baixo ainda permanecem ignorados pela população local. Daí a necessidade da identificação cultural com esses monumentos, pois é somente através da educação que será possível estabelecer uma ligação mais estreita entre o público e o patrimônio arqueológico⁵⁷.

Estamos cientes de que a pesquisa tem quase duas décadas e de que muito do nosso fazer e do nosso pensar essa relação foram revistos. Ainda assim, o texto acende nosso alerta acerca de práticas de colonialidade, que entendem as comunidades locais como vândalos, desinformados, de visão deturpada e ignorantes quanto ao seu próprio território. Esse discurso justifica a necessidade dos

⁵⁵ GARCIA, 2005, p. 34

⁵⁶ *Ibid.*, p.54.

⁵⁷ *Ibid.*

especialistas e poderes públicos de lembrar a monumentalidade patrimonial e educar para o estabelecimento da relação entre monumento e comunidade. Não cabe aqui julgar a autora e o trabalho — ele é produto de seu tempo.

No ano de 2002, o senhor Locks, tentando utilizar seu patrimônio para fins imobiliários, solicitou uma análise arqueológica com o objetivo de verificar se o sambaqui não se estendia a outros terrenos seus, circunvizinhos. Foi feito um projeto de pesquisa, desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia da Unisul, intitulado Projeto Levantamento Arqueológico das Terras do Sr. Francisco Locks para Empreendimento Imobiliário em Capivari de Baixo – SC. A dimensão da área que seria loteada era de 3.880 m², ficando o sítio arqueológico Capivari I ao sul dela.

Segundo o relatório de pesquisa, na área estudada não foram encontrados vestígios arqueológicos, mas como o empreendimento estava próximo ao sambaqui Capivari I, foi orientada a sua não instalação, pois as obras iriam impactar o sítio⁵⁸. Após esse momento, os terrenos do seu Chico Locks, acima do sítio arqueológico, também terrenos vizinhos, ficaram sem alterações significativas por anos.

No ano de 2010, devido às obras de construção do Parque Ambiental pela empresa Tractebel⁵⁹, houve um novo processo de terraplanagem, que atingiu parte do sítio. Essa ação gerou um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, por parte do IPHAN⁶⁰, revertido nos seguintes pontos: aquisição, por parte da empresa, da parte externa do sítio sem residência de propriedade do Sr. Francisco Locks; contratação de técnico para o setor de arqueologia do Iphan/SC; e ações de proteção ao sítio, revertidas em Lei Rouanet – Ministério da Cultura⁶¹, com a realização de cercamento, pesquisa arqueológica, construção de calçada na parte externa — com placas informativas — e ações de educação patrimonial com escolas da região, de autoria da Associação Jorge Lacerda (mantenedora do Parque Ambiental).

⁵⁸ NUPEP. Relatório Final do Projeto Levantamento Arqueológico das Terras do Sr. Francisco Locks para Empreendimento Imobiliário em Capivari de Baixo- SC. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão: Grupep-Arqueologia, 2002.

⁵⁹ Posteriormente, o Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda foi comprado pela empresa Engie, e em 2021 concretizou-se uma nova venda para o grupo Diamante.

⁶⁰ Ofício IPHAN nº 250/2010, de 09/11/2010. Parecer técnico sobre o Relatório de Vistoria na Área do Sambaqui Capivari I, Município de Capivari de Baixo/SC – nas dependências da Tractebel Energia, impactado pela Instalação do Parque Ambiental. Processo 01510.000729/2010-79.

⁶¹ Programa de Arqueologia e Extroversão do Patrimônio Arqueológico de Capivari de Baixo – SC – Nº PRONAC: 135022.

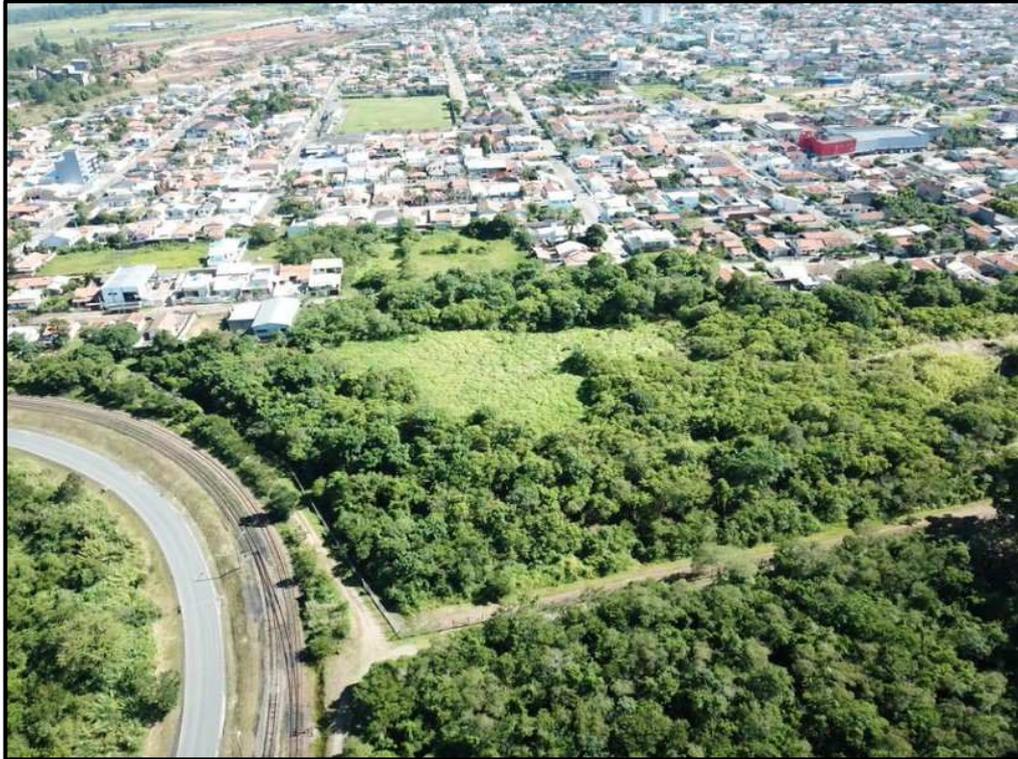
Em decorrência disso, foi feita uma nova delimitação do sítio. A pesquisa foi realizada pela equipe do GRUPEP/Unisul, trazendo a informação de que o Capivari I possui 278m de comprimento, 153m de largura e 6m de altura, vide Figura 8. A largura e a altura estão próximas àquelas que Rohr identificou no registro do sítio; somente no comprimento há uma diferença de 78m.

Figura 8 – Delimitação do sítio arqueológico Capivari I



Fonte: Grupep, 2017.

Figura 9 – Vista aérea, feita por drone, do sambaqui — sentido sul-norte



Fonte: Grupep, 2021.

Figura 10 – Vista aérea do sambaqui, feita por drone, parte da rua — Sentido Leste-Oeste



Fonte: Grupep, 2021.

O Parque Ambiental terminou sua construção no ano de 2013. As ações descritas do TAC foram realizadas somente no ano de 2016, 2017 e 2018. Em 2016, ocorreu a anexação dos terrenos do Sr. Francisco Locks e o posterior processo de cercamento dessa parte do sítio arqueológico. As perfurações dos moirões foram acompanhadas pela equipe da Unisul, passando por processo de peneiragem e coleta de material arqueológico.

Quando da perfuração de dois moirões, na parte oeste do sítio, foram identificados remanescentes ósseos humanos; a área foi, então, aberta para escavação e resgate. Os sepultamentos localizavam-se na parte alta do sítio, em níveis diferentes. O fato de estarem debaixo de grandes árvores, aliado ao uso anterior do local para a criação de cavalos, contribuiu para a alta compactação do solo e deterioração do material ósseo.

O sepultamento denominado “um” teve apenas os membros inferiores evidenciados; houve abertura de novas quadrículas para identificar o restante, mas não se obteve sucesso. O sepultamento denominado “dois” aparentava estar em posição fletida ou semifletida, foi caracterizado pela presença de grandes *Ostreas sp.* na área funerária. O sepultamento “dois”, além de estar deteriorado, continha uma concreção⁶², que dificultou a escavação *in loco*⁶³.

Após o cercamento da área, iniciou-se a construção de um deque/calçada na parte do sítio voltada para a rua, a qual foi impactada pela abertura da rua e por anos de uso do espaço para o descarte de lixo, entulho e enterramento de restos de animais. Pensando em evitar o constante descarte desses itens, estruturou-se o projeto de uma calçada e deque, o qual foi aprovado pelo IPHAN⁶⁴, e sua construção teve acompanhamento arqueológico, principalmente na construção das sapatas que estruturam o deque de concreto modular. A princípio, um deque de concreto foi considerado uma arquitetura agressiva para o contexto, mas a proposta era sua

⁶²Laxson (1970: 157) numa tentativa para descrever a concreção encontrada em sítios arqueológicos a definiu como “um conglomerado rígido (...) encontrado no fundo de alguns sítios (...) consistindo de uma concentração de ossos e conchas e de alguns fragmentos de cerâmica”. Na verdade, os agentes de cimentação não são depositados radialmente à volta de uma concentração nodular”. GUIMARÃES, Márcia; GASPARG, Maria D.; SCHELL-YBERT, Rita. **Da presença de concreções em sambaquis brasileiros: o caso dos sambaquis Boa Vista da Planície Costeira do Rio São João, RJ.** Abequa, 2005. Disponível em: http://abequa.org.br/trabalhos/0163_resumo_abequa.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

⁶³FARIAS, Deisi S. E. **Programa de Arqueologia e Extroversão do Patrimônio Arqueológicos de Capivari de Baixo-SC.** Tubarão: Grupep-Arqueologia, 2017.

⁶⁴ Processo Iphan nº 01510.001686/2016-34.

durabilidade e inibição de destruição. Durante o processo de construção do deque e calçada, não houve resgate arqueológico.

Figura 11 – Deque e calçada construída na área do sambaqui



Fonte: Grupep, 2021.

Com exceção das ações educativas voltadas à comunidade escolar, não houve ações, contato, escuta ou mesmo apresentação do projeto e pesquisa para a comunidade local. As pessoas passavam, viam as ações; algumas questionavam, mas a maioria não se aproximava.

A única ação de comunicação à comunidade foi a inserção de uma placa contendo o desenho arquitetônico do projeto da calçada e do deque, que foi anexada já na metade do processo construtivo. Tanto foi o distanciamento das pessoas, ainda que a justificativa do projeto consistisse exatamente na criação de um espaço para uso da comunidade (há alguns bancos e placas informativas no local), que o projeto

foi modificado, *in loco*, devido à reclamação de um morador. Ele alegava que não conseguiria passar com suas carretas se a calçada mantivesse a largura projetada.

A construção da cerca, da calçada e do deque reduziram a colocação de lixo e entulho no local do sítio, mas não findaram tal prática. O lixo/entulho apenas mudou de endereço; agora ele é descartado do outro lado da rua ou arremessado por cima da cerca. O constante ato de perfurar a cerca fez com que a administração do parque colocasse uma câmera no local, com o objetivo único vigiar a cerca; ainda assim, reparos são feitos com frequência.

Uma das necessidades levantadas no projeto da calçada, que não foi cumprida na execução, era a iluminação pública ao longo de toda a rua. A rua escura impede as pessoas de transitarem à noite, deixando o espaço propício a atos ilícitos. Apesar do descarte incorreto do lixo/entulho ter continuado e de não haver iluminação, muitos moradores consideraram que houve uma melhora no local.

Sobre as novas instalações estruturais no sítio, Dona Maria do Carmo comenta que, antes do cercamento, o sítio era constantemente usado como espaço para uso de drogas, esconderijo de roubo, o que facilitava o roubo das residências vizinhas. Também reforça que a calçada e o deque diminuíram o descarte de lixo no local, deixando-o mais bonito.

Sobre a construção da calçada, a entrevistada reclama que, por estar inacabada (antes não havia calçada trafegável), acaba em um barranco íngreme que, por sinal, já causou a queda de transeuntes. Em dias de chuva, quando a rua esburacada fica parcialmente alagada, os moradores não conseguem passar a pé pelo local, nem mesmo pela calçada.

O sítio Capivari I é apontado no Google Maps como um Parque Memorial; o local possui 7 avaliações, com nota 4.9 de 5. Há apenas três comentários: “Muito bom, falta divulgação e conhecimento dos locais e comunidade. Valor da nossa História!”; “Descobri esse Sambaqui ao acaso. Parabéns pela iniciativa de preservação do patrimônio histórico da região”; “LUGAR LINDO, AINDA MAIS AGORA COM A PASSARELA!!!!!!”.

A “melhora” do espaço não veio acompanhada de uma divulgação. Observa-se o baixo número de avaliações e o conteúdo delas: “falta divulgação e conhecimento” e “descobri esse sambaqui ao acaso”.

O asfaltamento da rua foi pauta recorrente dos moradores. A não execução da obra era atribuída ao patrimônio arqueológico, por parte do poder público

municipal. Entre o final de 2022 e o início de 2023, a rua foi finalmente asfaltada. Já é perceptível uma maior circulação no local — mais uma via de acesso à comunidade e ao parque. Todavia, a iluminação não foi instalada, o que mantém o local perigoso no período noturno.

O sítio Capivari I, por estar hoje mais próximo da comunidade, tem mais histórias, memórias, sugestões e reclamações relacionadas a ele. A relação com esse sambaqui é mais vívida se comparada ao sítio Capivari II, devido ao seu isolamento. Todavia, nem sempre foi assim. A pesquisa documental demonstrou que o Capivari II se fez mais presente durante o período de desenvolvimento do bairro.

2.2 SÍTIO CAPIVARI II

Próximo à área do Sambaqui Capivari I se encontra o Sambaqui Capivari II, localizado nas coordenadas UTM 22J 699210/6850960, ao lado da estrada férrea e da Estação Ferroviária de Capivari de Baixo, dentro da atual área de depósito de carvão do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda.

Assim como o Capivari I, o sambaqui Capivari II também foi registrado por Rohr no ano de 1975. O sítio é caracterizado como semienterrado, apresenta um bloco testemunho de 80m de diâmetro por 4m de altura. Foi intensamente impactado pela construção da ferrovia e pelas edificações no entorno⁶⁵.

Em documento encontrado no Arquivo Histórico Amadio Vitoretti, de Tubarão/SC, tendo como única identificação o nome do pesquisador e sua atribuição como arqueólogo do Pró-Memória⁶⁶, a descrição do sítio, baseada na ficha de registro, o nomeia como Tubarão 5: Capivari II. O sítio estava em terrenos da Sotelca, à época ocupado por diversas casas, hortas e pela estrada de ferro. Foi caracterizado como destruído devido à atividade mineradora no local, não sendo possível precisar as dimensões que teria.

Diferentemente do Capivari I, o Capivari II foi impactado pela atividade mineradora para a produção de cal. Atualmente, o que restou do sítio está cercado e sinalizado, ao lado do acesso constante de veículos automotores pesados e da

⁶⁵ FARIAS; KNEIP, 2010, p.100.

⁶⁶ A Fundação Nacional Pró-Memória, órgão público criado em 1979 e extinto em 1990. Funcionou ao lado da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

estrada de ferro. Não houve pesquisas, tampouco demais ações protetivas para com esse sítio ao longo dos anos, não havendo também datação.

Por sua localização, o sítio deveria ser mais visível pelos transeuntes, pois se encontra em área de cruzamento entre os transportes rodoviário e ferroviário, extremamente movimentados na cidade. Todavia, a vegetação alta e uma placa proibitiva pequena, virada para o lado contrário da estrada, acaba por tornar o sítio desconhecido pela comunidade e pelos demais moradores e frequentadores do local.

Figura 12 – Imagem aérea, capturada por drone, do sambaqui Capivari II



Fonte: Grupep, 2021.

No decorrer das entrevistas na comunidade, foram poucos os moradores que conheciam o sítio; alguns moram bem próximos a ele. Os moradores mais antigos do bairro, dentre eles o senhor Clóvis, visualizaram ações no sítio. Ele nos contou que o sambaqui Capivari II era maior que o Capivari I, todavia foi impactado pela construção do ramal férreo (1940), da nova estação férrea no ano de 1980 e do pátio de carvão no mesmo período.

Segundo o senhor Clóvis, no sentido noroeste, o sítio perpassava a linha férrea e a estrada; no sentido norte, o sítio avançava pela área que hoje é a entrada

do pátio de carvão, tendo sua parte mais alta no local em que se encontra o galpão da empresa Transferro Operadora Multimodal SA⁶⁷.

Na Figura 13, realizamos uma projeção do que seria a área do sítio (linha azul), segundo os moradores locais, antes das alterações, e do que consiste em sua delimitação hoje (linha vermelha), estimada em registro de 1975. Destacado na seta amarela encontra-se o galpão da empresa Transferro.

Figura 13 – Áreas antiga e atual do sítio e galpão da empresa Transferro



Fonte: Arquivo da autora, 2023.

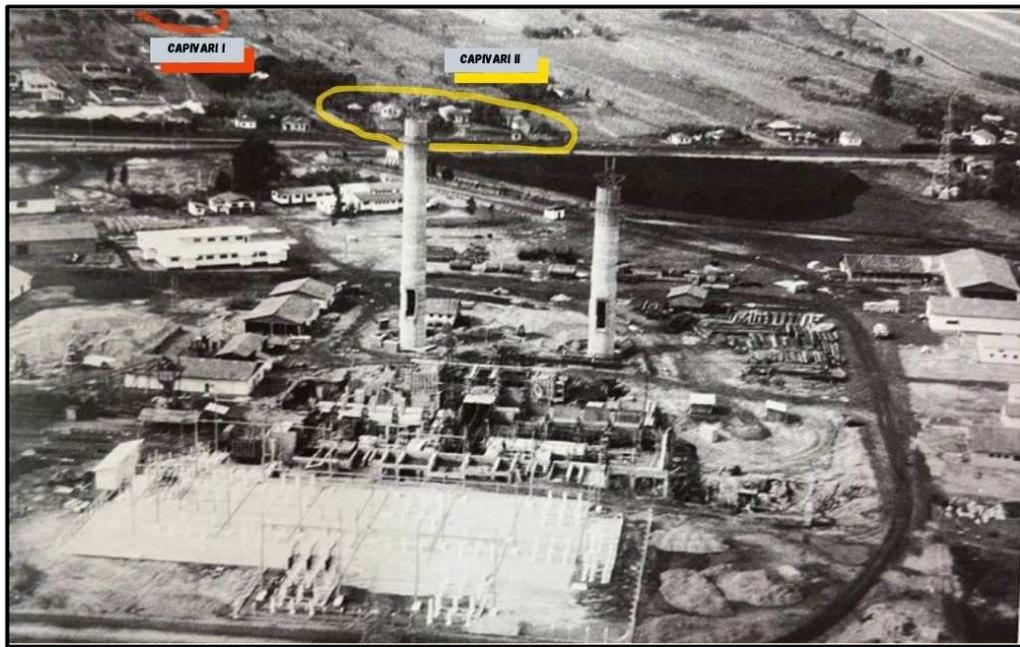
Outros entrevistados confirmaram o avanço do sítio em direção à área onde hoje se encontra o galpão. Relataram que, na construção do galpão, apareceram sepultamentos humanos e artefatos indígenas. Alguns desses entrevistados se indignam por não terem parado a obra e pelo fato de não ter havido uma pesquisa arqueológica no local.

A imagem abaixo (Figura 14) mostra a construção da primeira unidade da Usina Jorge Lacerda (hoje UTLA), que, juntamente com a já existente no lavador de carvão, dava início ao Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, construído a partir de

⁶⁷ Subsidiária da Ferrovia Tereza Cristina S.A., criada em 1999. Os galpões foram construídos entre 1999 e 2000.

1957. Ao fundo da imagem, acima da torre de uma das chaminés, podemos visualizar o Sambaqui Capivari II. Em cima do sítio, havia casas, que, segundo os moradores locais, eram de propriedade da família Locks. No canto da imagem, marcado na cor alaranjada, vemos a ponta do sambaqui Capivari I.

Figura 14 – Construção, nos anos de 1960, da primeira usina que compõe hoje a Usina Jorge Lacerda UTLA



Fonte: Adaptado de TRACTEBEL ENERGIA *et al.*, 2006.

Ao observar o sambaqui Capivari II na fotografia, percebemos um sítio cerca de duas vezes maior que o bloco testemunho hoje encontrado. A comparação da altura das residências, em cima do sítio, em relação às demais, logo à esquerda, nos permite projetar uma altura entre 5 e 6 metros, comprimento no sentido NO/SE de 160m e largura de 120m.

A projeção, feita a partir do relato de moradores locais e da imagem acima, se assemelha. Contudo, alguns moradores relatam que o sambaqui passava o trilho, o que não se identifica na imagem, portanto ele teria um tamanho maior que o identificado nela.

Na Figura 15, datada de 1990, é possível identificar, no canto direito superior, o impacto que o sítio sofreu com a implementação do pátio de cinzas. Também observamos a ação de terraplanagem feita à sua esquerda, com destaque para uma

pequena parte com árvores, à direita da esteira de carvão, que demonstra o corte feito no sambaqui, local em que, posteriormente, foi construído o galpão da Transferro.

Figura 15 – Visão aérea do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, no ano de 1990
— em destaque o sambaqui Capivari II



Fonte: Adaptado de Diamante Energia, 2023.

Tanto o sambaqui Capivari I como o Capivari II sofreram transformações ao longo do tempo, todavia, quando de seu registro, em 1975, o Capivari II foi mais impactado, resultando na metade do sambaqui que havia nos anos de 1960. É interessante notar, nos dois casos, que não foi a mineração, as moradias acima dos sítios, tampouco a abertura da rua ou a atividade agrícola que provocaram mudanças nos sítios arqueológicos.

A destruição maior se deu com a implantação das estruturas adjacentes à usina: a ferrovia e a nova estação férrea, a partir dos anos de 1980, com os pátios de carvão e cinzas; a instalação do galpão da empresa Transferro; e a criação do Parque Diamante +Energia. Todos os impactos citados ocorreram após o registro dos sítios arqueológicos; os últimos aconteceram nos anos 2000, mas apenas um deles foi identificado e penalizado.

Nesse cenário, cabe questionar: Parte da comunidade local integra o movimento de destruição dos sítios arqueológicos? Como visto, a depredação do espaço pela estrutura da usina marcou mais o ambiente, as pessoas e o patrimônio. A comunidade é taxada de insensível e ignorante por discursos advindos daqueles

que destruíram o patrimônio no passado — a usina era de gestão estatal até 1998, bem como por aqueles que deveriam cobrar dos responsáveis essa destruição.

A comunidade lida com os ônus da poluição ambiental, fica com o descaso dos espaços classificados como patrimônio cultural brasileiro; e quando ações são ali desenvolvidas, resta o silenciamento de suas vozes. Esta tese visa quebrar essa lógica, dar espaço de fala e considerar as reivindicações da comunidade, entendê-la como agente desse processo e principal interessada.

Soma-se a isso o desafio de lidar com a multivocalização, a polissemia e as dissonâncias de um fazer colaborativo. Reiteramos que estamos cientes da discussão contemporânea acerca da multivocalização. Cristóbal Gnecco tece a crítica acerca das ações da arqueologia diante do multiculturalismo, que resultaram em uma “acadêmica tradicional acomodada às necessidades e mandatos do multiculturalismo. [...] É o disfarce (necessário) de uma velha prática que decidiu continuar fazendo a mesma coisa que fez durante séculos, mudando tudo para continuar igual”⁶⁸

Entendemos que propostas multivocais podem cair em um ouvir sem considerar, mantendo patamares hierárquicos de falas. O multi pode resultar na homogeneização e mascarar as dissonâncias.

A arqueologia multicultural percorre, com facilidade, o conhecido caminho da rearticulação da diferença. Tolerar histórias não acadêmicas, não totalizantes, não logocêntricas, mas limita-as e neutraliza-as, contestando-as ou transformando-as em decorações festivas no seu altar multivocal. As histórias das comunidades indígenas, algumas feitas com a participação de arqueólogos, são demasiado locais, demasiado relacionais, demasiado radicais, demasiado próprias para passarem despercebidas sob o olhar atento de arqueólogos multiculturais, para que passem pelo filtro do cânone permitido⁶⁹.

Todavia, ainda que ciente das posições de autoridades exercidas, a multivocalização aqui desenvolvida protagonizou outras vozes. Não se tratou de um simples “abrir” as práticas da arqueologia para outros personagens, mas integrar, junto a eles, um grupo pensante conectado ao elo de cuidado e preservação da paisagem em que o sítio arqueológico se encontra.

⁶⁸ GNECCO, Cristóbal. De la arqueología del pasado a la arqueología del futuro: anotaciones sobre multiculturalismo y multivocalidad. **Jangwa Pana**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 26-42, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21676/16574923.71>.

⁶⁹ *Ibid.*, p.35.

A comunidade local ficou do lado de fora da cerca por muito tempo; na parte de dentro estavam os integrantes de uma estrutura patrimonial autorizada: O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, com atuação da superintendência de Florianópolis e do escritório técnico da cidade de Laguna; a Gestão administrativa e ambiental da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda⁷⁰; a Associação Jorge Lacerda, que gerencia o Parque Ambiental; a Ferrovia Tereza Cristina e suas subsidiárias; a Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo, por meio das secretarias de Meio Ambiente e Infraestrutura; o Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

⁷⁰ Atualmente, a usina está sob propriedade da Diamante Energia.

3 PARA QUE/QUEM SERVE O PATRIMÔNIO CULTURAL?

A despeito da dubiedade que essas interpretações podem suscitar, cabe lembrar, como advertiu Jacques Le Goff, o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica⁷¹.

A categoria patrimônio cultural⁷² se formou no contexto europeu, originalmente privada e aristocrática, sendo posteriormente tomada pelos movimentos revolucionários burgueses liberais como um constructo da nacionalidade e identidade dos Estados-Nação Modernos. Na contemporaneidade, tal categoria tem sido utilizada para marcar aquilo que é diferente, caminhando ao lado de outras categorias, como a de cultura e identidade. Jan e Aleida Assmann⁷³ entendem o patrimônio cultural como memória cultural, sendo esta uma memória coletiva, compartilhada por um grupo de pessoas, transmissora de uma identidade coletiva/cultural.

Diferentemente de uma memória comunicativa, a memória cultural tem profundidade histórica, podendo ultrapassar três gerações. Nessa concepção, os patrimônios culturais seriam desencadeadores de uma memória coletiva mais profunda, reativada por meio de objetos, ritos e lugares de memória. Na contemporaneidade, essa memória cultural pode ser ativada a partir de elementos das mais diversas culturas e grupos sociais, transformando uma realidade que persistia em se restringir às memórias de determinados grupos, daqueles que ocupam as coberturas das hierarquias sociais.

Na presente tese, pensamos o patrimônio cultural a partir do que Manuela Carneiro da Cunha⁷⁴ caracteriza como categoria de *ida y vuelta*⁷⁵. A autora aborda

⁷¹ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, p.44.

⁷² Entende-se que tal nomenclatura começa a ser utilizada em meados do século XX, quando tem início a patrimonialização da diferença. Anteriormente, denominavam-se antiguidades, monumentos históricos e patrimônio histórico.

⁷³ ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

⁷⁴ CUNHA, 2009.

⁷⁵ “Cantes de *ida y vuelta*, como *guajiras, colombianas e milongas*, são um gênero tradicional do flamenco andaluz desde pelo menos o século XIX, quando se iniciou a era pós-colonial do império espanhol. A Espanha saía do colonialismo quando a maioria dos outros países ocidentais ingressava nele: ela sempre esteve adiante de seu tempo. Os cantes de *ida y vuelta* eram produtos coloniais introduzidos na Espanha, frutos da apropriação e da transformação de gêneros musicais flamencos praticados nas colônias - as atuais Cuba, Colômbia e Argentina. Daí serem conhecidos como cantos de ida e volta”. CUNHA, 2009, p. 311-312.

categorias oriundas das metrópoles (*ida*) que são posteriormente ressignificadas e retrabalhadas nas colônias, para então serem devolvidas (*vuelta*) e usadas em benefício dos grupos colonizados. Cunha faz essa leitura por meio da categoria cultura (interna ao grupo) e “cultura” (categoria colonial ativada pelos grupos para suas disputas discursivas e políticas), valendo-se de entendimento semelhante. Neste capítulo, utilizamos a categoria patrimônio cultural e “patrimônio cultural” — esta última com aspas por ser aquela que é pensada como o metadiscorso reflexivo sobre ela mesma.

O que acrescentei aqui é que a coexistência de "cultura" (como recurso e como arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante de Estados nacionais ou da comunidade internacional) e cultura (aquela "rede invisível na qual estamos suspensos") gera efeitos específicos⁷⁶.

Assim como grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e demais coletivos têm usado a “cultura” como recurso para afirmar sua identidade e dignidade, a categoria “patrimônio cultural” também vem sendo utilizada como uma *vuelta* ao Estado. Ocorre a apropriação dessa categoria e da forma de pensá-la e construí-la para que tais grupos interseccionem o que é estrutural, institucional e burocrático, o “patrimônio cultural”, e aquilo que é vivido, significado, ressignificado, marcador simbólico de sua identidade e memória, o patrimônio cultural.

A principal virtude de um símbolo é a sua capacidade de expressar de forma sintética e emocionalmente eficaz uma relação entre ideias e valores. Em outras palavras, o símbolo tem a capacidade de transformar concepções e crenças em emoções, de encarnar, de condensá-las e torná-las, portanto, muito mais intensas. Esta capacidade de evocação e condensação de significados é reforçada, também no caso das referências simbólicas patrimoniais, quando há também uma especial intensificação ou condensação dos atributos que as legitimam (neste caso, como sabemos, natureza, história e genialidade⁷⁷).

O patrimônio cultural, a preservação patrimonial e a educação patrimonial são categorias ocidentais, oriundas das metrópoles, que serviram, e ainda servem, ao exercício colonialista. Implementadas no Brasil como uma forma de preservação do

⁷⁶ CUNHA, 2009, p.373.

⁷⁷ PRATS, Llorenç. El concepto de patrimônio cultural. **Política y sociedad**, Barcelona, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <https://patagoniapatrimonio.weebly.com/uploads/3/0/5/9/30594425/prats.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023. p.66. Tradução nossa.

legado de um passado colonial luso-cristão, principalmente no período republicano, se transformam em importantes instrumentos na construção do nacionalismo brasileiro.

Tal categoria, que vem (*ida*) intentando a valorização do excepcional de base europeia, na contemporaneidade é transformada e devolvida (*volta*) como estratégia de reivindicação dos diversos grupos que compõem uma nação. Tal movimento de retorno não acontece somente no Brasil, mas em outras partes do globo, estimulado pela ampliação antropológica e política da categoria cultura. O intento deste capítulo é pensar e problematizar a categoria patrimônio cultural, com vistas a entender como se constrói e se reconstrói a relação entre sociedades e espaços de memória.

Em nosso universo de pesquisa, nos objetos e sujeitos presentes nele, tal reflexão vem contribuir para a reestruturação de estratégias preservacionistas, para que sejam feitas de forma conjunta e em prol da comunidade local. Em todas as ações de intervenção no local dos sítios Capivari I e Capivari II, a comunidade serviu como cenário, plateia das ações de pesquisadores desenvolvidas em seu local de vivência. Quando saiu do papel de espectadora, adentrou no exercício protocolar de medidas educativas extremamente pontuais e descontinuadas, com o agravante de que tais ações tiveram no público escolar seu único grupo participante.

Para que pudéssemos entender a forma com que as instituições do Estado, a comunidade acadêmica e os demais agentes da sociedade civil se relacionaram com esse patrimônio, ao longo do processo de patrimonialização⁷⁸, foi preciso perceber como a categoria patrimônio cultural vem (*ida*) do contexto europeu metropolitano, para pensar em como ela é e pode ser devolvida (*vuelta*) como “patrimônio cultural” — servindo às reivindicações desta e de outras comunidades brasileiras.

Para tanto, consideramos de extrema relevância compreender os patrimônios culturais na contemporaneidade, intencionando formas de uso da categoria em benefício da comunidade circunvizinha aos sítios. Em busca de um movimento anticolonial da pesquisa arqueológica, pautada em uma experiência patrimonial

⁷⁸ “O ato de patrimonializar implica conferir o estatuto de patrimônio para um bem material ou imaterial, a partir do reconhecimento de seu valor identitário, histórico, representativo de tradições culturais, entre outras singularidades que possam ser reconhecidas nos modos de viver de um grupo radicado em um determinado espaço e temporalidade” PELEGRINI, Sandra C. A. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, [S. l.], v. 25, n. 48, p. 87-115, 2018. DOI: 10.22456/1983-201X.82420. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/82420>. Acesso em: 25 out. 2022.

colaborativa, é necessário um exercício de perceber e compreender a colonialidade imbricada nas categorias patrimônio cultural e arqueológico.

Torna-se necessário compreender como essas categorias se formam no Ocidente, são trazidas e aplicadas nos grupos de regiões conquistadas, para que possamos visualizar e experienciar seu uso como instrumento de resistência política. Optamos por utilizar, ao longo do texto, o termo anticolonial, visto que ele reforça a proposta de movimento e ação de combate ao colonialismo ainda vigente.

Para finalizar, resta dizer o óbvio: uma arqueologia anticolonial deve servir à luta anticolonial. Esse é o seu objetivo máximo, e para isso existem diversas estratégias. O principal é o posicionamento político, fazer da arqueologia uma ciência questionadora e capaz de florescer a memória, [...] tão importante quanto é a necessidade de se pensar na arqueologia no seu âmbito colaborativo e educativo, onde a troca de conhecimento honesta é realizada. Diante do colonialismo, que se coloca como a negação da vida, é necessário ter a arqueologia como ciência vital, capaz de pensar também futuras formas de resistência⁷⁹.

Contrariamente às discussões acerca do exercício patrimonial contemporâneo, compreendendo que a escolha e a solicitação para processos de patrimonialização deva partir das comunidades detentoras desses bens patrimoniais, os bens arqueológicos em si já são patrimônios culturais nacionais, basta seu achamento e registro. As produções e vestígios de populações passadas — espaços referentes a grupos indígenas, de matriz africana, comunidades tradicionais ou, ainda, do contexto colonial luso-cristão — adentram no escopo do patrimônio cultural brasileiro quando reconhecidos por profissionais da área e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Apesar de mudanças significativas acerca da relação entre comunidades e representantes da arqueologia, o patrimônio continua a ser legado aos cuidados e à proteção do poder estatal e da academia. Essa forma de lidar com o patrimônio construiu cercas (literalmente, em muitos sítios arqueológicos, em especial nos sambaquis), estimulando o distanciamento e promovendo momentos de tensão para com as comunidades circunvizinhas.

⁷⁹ DENARDO, Thandryus Augusto Guerra Bacciotti. Por uma Arqueologia anticolonial: a ocupação Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e a colonização de guerra. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 37, p. 132-148, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.163753>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/163753>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Nos processos de pesquisa e proteção do patrimônio arqueológico, as comunidades ficaram com o distanciamento (cercas, placas, punições), o silenciamento (não estão integradas nas pesquisas e na gestão desses espaços) e a recepção de ações educativas colonialistas que intentam incutir a necessidade preservacionista institucional. No que compete ao patrimônio arqueológico de longa duração, ocorre uma cobrança discursiva acerca da necessidade de sua identificação com essa memória indígena profunda.

Esse é um dilema das práticas educativas na arqueologia: para preservar é preciso se identificar? Não há um elo identitário entre uma comunidade urbana atual e uma população indígena com quatro mil anos. Ulpiano de Menezes⁸⁰, já em 1984, refletiu sobre essa relação entre identidade cultural e arqueologia. Para o pesquisador, além do processo identitário, um dos pontos que levaria à preservação de um sítio arqueológico antigo é a razão afetiva.

Nela, ocorre a possibilidade de uma ligação entre populações contemporâneas e esse passado longínquo, por meio de outros elementos, sendo a pertença a um território um destes. O lugar em que vivo, habito, construo relações, recheado de memórias do lugar, possui um passado. Se a conexão não se dá por meio da identidade com o grupo construtor do espaço patrimonializado, pode se dar por meio da relação do uso do espaço em comum. Esse é o nosso entendimento acerca da relação entre preservação e identidade; esta última, não com relações étnicas com povos sambaquieiros, mas com algo que os une, o território e a construção da territorialidade.

Identidade e preservação caminhariam juntas. O contraditório está no fato de que o mesmo Estado que constrói tal necessidade é responsável por uma política de memória que segrega e silencia as histórias dos nossos povos originários. Tal contradição não surge ao acaso, compõe uma construção narrativa de antagonização entre o civilizado (europeu) e o selvagem (indígena).

Os sambaquis são construções referentes a um passado indígena de longa duração, ainda que um indígena homogeneizado e de um passado distante componha o mito fundador da nação em oposição ao europeu civilizado. Toda a relação acerca

⁸⁰ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 20, p. 33-36, 1984. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Menezes_UTB_36_1469587_IdentidadeCulturalEARqueologia.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

da memória e da existência das populações indígenas está pautada em sua marginalização, selvageria, atraso, homogeneização, silenciamento e depreciação.

Essa visão construída pelo discurso oficial é aplicada aos povos indígenas, bem como aos patrimônios que fazem referência a eles. O paradoxo está posto na exigência, por parte do poder público, da preservação de um patrimônio indígena, acompanhado de um trato violento para com as sociedades indígenas ao longo de toda a história colonial, com destaque para as situações contemporâneas.

É constante o discurso que valoriza o progresso em detrimento da memória de um passado indígena — este, até então pertencente a um grupo específico, finda por ser apropriado e lançado no escopo patrimonial brasileiro, diluído no processo. Além de um processo institucional de patrimonialização, que se mostra autoritário e excludente para com tais grupos, também há um legado discursivo que desvaloriza a produção indígena e inflama ações de destruição desses espaços.

Não deveríamos, portanto, abordar uma cultura pelo viés de seus modos de saber-fazer, como ainda fazem muitos livros escolares que caracterizam os povos indígenas a partir da simplicidade de sua cultura material: os índios moram em casas de palha e não em casas de tijolo, eles têm arco e não armas de fogo etc. Até hoje, muitas pessoas continuam avaliando o grau de civilização dos povos indígenas em função de seu legado material às futuras gerações, contrapondo assim um nível de tecnologia “primitiva” ao alto grau de desenvolvimento conquistado pelos povos ocidentais⁸¹.

A categoria, que entre tantas outras, como bem assinala Gallois, veio da colônia para justificar a dominação, a catequização, a escravização e o extermínio, é hoje devolvida no exercício de posicionamento político reivindicatório. Pensando “[...] a interação do presente e do passado em contextos socioculturais”⁸², a ideia de memória cultural contribuiu para o processo desafiador da multivocalização e o exercício da colaboração.

Com base nessa discussão, alguns questionamentos podem ser propostos: a quem servem esses patrimônios? Para quem são preservados? Para a academia? Para a memória nacional? Para os povos indígenas? Para a sociedade contemporânea? Para o fetiche do objeto e valorização do exótico? Ao longo da

⁸¹ GALLOIS, Dominique Tilkin (org). **Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas** Exemplos no Amapá e norte do Pará. Iepé, 2006, p.8-9.

⁸² ERLI, Astrid. Cultural Memory Studies: An Introduction. In: ERLI, Astrid; NÜNNING Ansgar. **Cultural memory studies**: An internacional and interdisciplinary handbook. Berlim, v. 8, 2008. p.1-15.

construção histórica da categoria patrimônio cultural, tais questionamentos aparecem em maior ou menor grau.

Tais indagações também permeiam os membros da comunidade local. Eles são cobrados, constantemente, em relação ao cuidado com os sítios sambaquis, são lembrados da proibição de acesso e uso daquele espaço, leem em letras garrafais o termo patrimônio cultural brasileiro nas placas fixadas, as quais, ao mesmo tempo em que informam, proíbem.

Mas por que preservar algo associado a grupos pretéritos, representados como atrasados e inferiores desde a educação básica — ainda que muito já tenha se alterado a respeito —, perpassando o imaginário, o vocabulário e a forma como o poder público verbaliza a relação e a relevância da memória, história e existência indígena em nosso país?

No ano dia 10 de outubro de 2022, o então prefeito da cidade de Capivari de Baixo à época, Vicente Corrêa Costa, por meio de *stories* em sua conta na rede social Instagram, encenou ter recebido uma proposta de visita a um sambaqui municipal. Não ficou claro se a proposta era referente à criação de alguma estrutura no Sambaqui Capivari I, diante da obra de asfaltamento prevista na rua que perpassa o sítio, ou se tratava-se de um pedido de transporte escolar para a visita de um sítio sambaqui.

Na sequência, o prefeito proferiu as seguintes palavras, em tom de deboche: *“Eu nunca vi ninguém sair de casa para visitar sambaqui. Nós vamos investir nosso tempo, nossos recursos naquilo que é prioridade para você, cidadão capivariense! Vou contratar mais fisioterapeutas para reduzir a fila de fisioterapia”*. No referido vídeo, o prefeito está em seu gabinete segurando uma pasta branca, sobre a qual ele se refere em sua fala. Ao fundo, na imagem, é possível ver um crucifixo, e em cima da mesa há uma ampulheta e alguns papéis e agendas organizados. Abaixo no vídeo, lê-se: Governar é definir prioridades!

Qual a intencionalidade da fala em sua rede pessoal? É possível perceber, por meio da estética presente no vídeo, além dos valores cristãos, o trabalho sendo feito, ou, como o prefeito mesmo pontua, o exercício da escolha do que é prioritário ou não. Por mais que nós saibamos que o orçamento da área da saúde é diferente do orçamento da área cultural, ou seja, não consiste em retirar de um para beneficiar o outro, isso não é de conhecimento do grande público. Para os capivarienses, o que se vê é um prefeito preocupado com a saúde, com o presente, não com um passado longínquo, que ninguém quer visitar.

Para os demais agentes envolvidos com esse patrimônio — gestores, parque ambiental, comunidade, academia, instituições escolares —, a impressão que reina é a do descaso, em tom de deboche, com a cultura e a história do município. Quando há um discurso de inferiorização perpetrado pelo poder público municipal, ocorre o reforço da construção narrativa de atraso e empecilho relacionada aos sítios arqueológicos.

Mesmo que a posição do ex-prefeito não reflita a de todos os residentes do município em relação aos sítios arqueológicos, ela impacta e influencia uma relação já desgastada por medidas autoritárias, vozes silenciadas e cercas edificadas. A ideia de uma identificação com os sítios arqueológicos, padronizada a partir do reconhecimento de seu valor científico, finda por desconsiderar outros processos de significação e ressignificação daqueles espaços, cenário recorrente na prática patrimonialista brasileira.

Para transformar essa prática, consideramos relevante entender como ela se estrutura. Nessa perspectiva, a primeira parte deste capítulo apresenta a construção eurocêntrica de patrimônio cultural (a ida ou vinda), com destaque para sua ampliação ao final do século XX como uma categoria utilizada pelos mais diversos grupos sociais para a reivindicação de seus direitos e reconhecimento/valorização de suas memórias (a *vuelta*).

3.1 DO EXCEPCIONAL AO CULTURAL – USOS E DESUSOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Lugar da pessoa pública, em particular da figura do rei, lugar da história edificante, lugar da identidade cultural: assim poderiam ser enunciados, de maneira bastante sumária, os imaginários do patrimônio ocidental⁸³.

O termo *patrimônio*, palavra de origem latina *patrimonium*, refere-se à herança paterna, aos bens legados dos pais aos filhos. Na Roma antiga, a família era tudo aquilo de propriedade do senhor (pai), incluindo a esposa, os filhos, os bens móveis e imóveis, os animais e os escravizados — todos esses elementos constituíam o *patrimonium* e, portanto, poderiam ser legados como herança⁸⁴. Na sociedade

⁸³ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p.14.

⁸⁴ FUNARI e PELEGRINE, 2009, p.10-11.

romana, uma propriedade que envolvesse todos os elementos anteriormente citados era privilégio de uma aristocracia. Só os aristocratas possuíam *patrimoniun*, bens a serem legados. Na origem etimológica do termo, aliada ao seu contexto histórico, o patrimônio era “[...] patriarcal, individual e privativo da aristocracia”⁸⁵.

Com a ascensão do cristianismo, a palavra ganhou um ar mais coletivo, junto ao valor aristocrático individual, somando-se a ela um ideal comunitário, religioso⁸⁶. Todavia, o entendimento de um bem como herança e referencial de toda uma coletividade é forjado e disseminado apenas na modernidade, sendo revisto de acordo com os movimentos sociais e históricos.

No francês, a palavra *patrimoine* se disseminou, e foi nesse espaço etimológico e histórico que, a partir do século XVIII, o termo ampliou seu significado de uma herança familiar, aristocrática e/ou religiosa para uma herança nacional. No inglês, o equivalente *heritage*, também inicialmente ligado aos patrimônios familiares (grandes propriedades de terras), passou, a partir do século XIX, a denominar um legado cultural nacional⁸⁷.

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico etc.) que fizeram dela um conceito nômade, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante⁸⁸.

Nas palavras da historiadora francesa Françoise Choay⁸⁹, compreende-se que esse signo e símbolo — a categoria patrimônio — sofreu alterações de nome e significado junto às transformações sociais ao longo do tempo, mudando substancialmente e se expandindo globalmente com a modernidade. Essa mesma expansão pode propiciar a continuidade desse legado ocidental, assim como pode trazer espaços de ressignificação da categoria histórica.

Por mais que, na contemporaneidade, em uma perspectiva ocidental, denominemos patrimônio cultural o legado de indivíduos, grupos e nações, essa

⁸⁵ FUNARI e PELEGRINE, 2009, p.11.

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ NASCIMENTO, Juliana A. Do patrimônio nacional ao patrimônio mundial: a elaboração e a permanência dos topos patrimoniais. **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 533-553, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/832/1068>. Acesso em: 02 mai. 2023.

⁸⁸ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001. p.11.

⁸⁹ *Ibid.*

nomenclatura só foi associada a uma herança histórica após a ascensão da burguesia moderna europeia, e nada mais propício do que uma palavra com sentido de propriedade para fortalecer a base nacionalista e os ideais liberais do Estado Nação Moderno. Os “monumentos” ou “monumentos históricos”, durante quase toda a história, foram nomeados como o que hoje chamamos de patrimônio cultural.

Os monumentos são assim entendidos por sua intencionalidade, como materialização de uma memória, ou seja, são pensados e efetivados, projetados e construídos para lembrar algo, alguém ou alguma coisa. As mais variadas sociedades, nas mais diversas temporalidades e lugares, erigiram monumentos. Monumento ou patrimônio se trata de memória, do que se quer lembrar e, por consequência, de tudo o que se esquece.

Astrid Erll⁹⁰ pontua que analisar esses fenômenos na perspectiva da “memória cultural”⁹¹ contribui para a transposição de fronteiras, interseccionando várias áreas do conhecimento. Para tanto, seria preciso diferenciar os dois níveis nos quais cultura e memória se cruzam: o individual (cognitivo) e o coletivo (social e medial)⁹². O entendimento coletivo de memória cultural “[...] refere-se à ordem simbólica, à mídia, às instituições e às práticas pelas quais os grupos sociais constroem um passado compartilhado”⁹³.

Nessa concepção, a memória coletiva pauta a reconstrução desse passado e, assim como a memória individual, é carregada de seletividade e versões, a partir

⁹⁰ ERLI, 2008.

⁹¹ “Maurice Halbwachs foi o primeiro a escrever explícita e sistematicamente sobre memória cultural. Se alguém ler os ensaios deste volume, pode haver pouca dúvida de que seus estudos de memória coletiva emergiram como os textos fundamentais dos estudos de memória de hoje – inequivocamente aceitos como tal, não importa qual disciplina ou país os respectivos pesquisadores chamem de lar. Halbwachs não só cunhou o termo fundamental “memória coletiva”; seu legado para os estudos da memória cultural é pelo menos triplo. Em primeiro lugar, com seu conceito de *cadres sociaux de la mémoire* (quadros sociais da memória), ele articulou a ideia de que as memórias individuais são inerentemente moldadas e muitas vezes serão desencadeadas por contextos ou estruturas socioculturais, já apontando para as teorias do esquema cultural e as abordagens contextuais da psicologia. Em segundo lugar, seu estudo da memória familiar e outras práticas privadas de lembrança, têm sido uma influência importante para a história oral. E em terceiro lugar, com sua pesquisa sobre a memória das comunidades religiosas (em *La topographie légendaire*) ele acentuou aspectos topográficos da memória cultural, antecipando assim a noção de *Lieux de mémoire*, e olhou para comunidades cuja memória remonta a milhares de anos, lançando assim as bases para as *Kulturelles Gedächtnis* de Jan e Aleida Assmann. (...) Se Halbwachs é o fundador mais lembrado dos estudos da memória, então Aby Warburg é sem dúvida o mais esquecido. O historiador de arte judeu alemão foi um embaixador precoce e enérgico do estudo interdisciplinar da cultura (cf. *Gombrich*). Ele destacou que os pesquisadores deveriam parar de policiar as fronteiras disciplinares (*grenzpolizeiliche Befangenheit*) para obter *insights* sobre os processos de memória cultural.” (Tradução nossa, ERLI, 2008, p.8).

⁹² *Ibid.*, p.5

⁹³ Tradução nossa, ERLI, 2008, p. 5.

das demandas presentes, tendo na atualização desses processos de significação a continuidade vital de monumentos, ritos, livros. Erll⁹⁴ relembra que o conceito de *Lugares de Memória*, de Pierre Nora, e o conceito de *memória cultural*, de Jan e Aleida Assmann, foram importantes contribuições para tal entendimento.

A ideia de patrimônio como algo celebrativo ou comemorativo é característica da modernidade e da aceleração temporal decorrente dela. Como nos problematiza Pierre Nora⁹⁵, em uma sociedade sem muito dos seus rituais vivos, cria-se a necessidade de erigir ou elencar lugares de memória para aquilo que já não o é mais.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis⁹⁶.

A sociedade global contemporânea concebe lugares ou espaços de memória como aquilo sem o qual o tempo (e, aqui também, o progresso) já teria destruído. Diferentemente dos monumentos, os lugares de memória não precisam ser construídos com tal finalidade. Determinados lugares são posteriormente escolhidos como espaços de memória, diante de demandas do presente. Jan Assmann, fazendo referência ao trabalho desenvolvido por Aleida Assmann⁹⁷, pontua que a definição de Halbwachs⁹⁸ de memória coletiva está conectada ao que ele e Aleida definem como memória comunicativa.

A memória comunicativa tem uma profundidade de tempo limitada a aproximadamente 80 anos, perpassando entre três e quatro gerações, e está relacionada àquilo que determinado coletivo lembra, por meio de uma memória vivida

⁹⁴ ERLI, 2008.

⁹⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. 1993. Tradução Aun Khoury, T. Y. (2012). Projeto História: **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 15 abr. 2022.

⁹⁶ *Ibid.*, p.13.

⁹⁷ ASSMANN, 2008, p.119.

⁹⁸ HALBWACHS, 1997

e corporificada. Jan Assmann esclarece que o próprio Halbwachs manteve a ideia de memória coletiva fora do campo das tradições, transmissões e transferências⁹⁹.

O universo temporal que abordaria tais questões é o que os autores chamam de “memória cultural”. Tal memória possui profundidade temporal, precisa de instituições que servem à sua preservação e difusão (ensino), é cultivada por especialistas e convocada por meio de celebrações e ocasiões especiais.

Coisas não “têm” uma memória própria, mas podem nos lembrar, podem desencadear nossa memória, porque carregam as memórias de que as investimos, coisas tais como louças, festas, ritos, imagens, histórias e outros textos, paisagens e outros “*lieux de mémoire*”. No nível social, com respeito a grupos e sociedades, o papel dos símbolos externos se torna cada vez mais importante, porque grupos que, é claro, não “têm” uma memória tendem a “fazê-la” por meio de coisas que funcionam como lembranças, tais como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos e outras instituições mnemônicas¹⁰⁰.

Os patrimônios culturais estariam incluídos na categoria *memória cultural*, ativada por meio deles. Sob a ótica dos nossos objetos de pesquisa, podemos constatar que a distância temporal entre eles é de pelo menos quatro mil anos; como, então, eles estariam se conectando? A memória cultural faz tal papel, ao menos no aspecto institucional do patrimônio.

As instituições de memória, o acesso de especialistas a esse conhecimento, a evocação daquele lugar como um lugar de memória, quando da sua patrimonialização, podem ser exemplos de mecanismos da memória cultural. Histórias antigas, ritos, mitos e lendas não são fruto de comunicações cotidianas, são formalizadas e institucionalizadas¹⁰¹.

Todas as sociedades humanas possuem suas memórias culturais, memórias de um tempo profundo que são lembradas por meio de “[...] narrativas, canções, danças, rituais, máscaras e símbolos; especialistas, tais como narradores, trovadores, escultores de máscaras e outros são organizados em guildas e têm que passar por longos períodos de iniciação, instrução e exame”¹⁰².

Na perspectiva moderna, ocidental e globalizada, perante mudanças geracionais significativas, até mesmo a memória comunicativa encontra dificuldades, uma vez que o passado recente se torna muito diferente do presente. Trazendo

⁹⁹ ASSMANN, 2008, p.118.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p.119.

¹⁰¹ ASSMANN, 2008, p.120.

¹⁰² *Ibid.*, p.120.

Koselleck¹⁰³ para tal reflexão, podemos pensar que o espaço de experiência que a memória comunicativa guardava se torna cada vez mais diferente e distante do horizonte de expectativas. Esse movimento, em nossa conjuntura, diminui a distância temporal da memória cultural, diante dos abismos geracionais de conhecimento.

Na relação comunidade – sítios arqueológicos, não nos esquecendo dos demais agentes nessa soma, evidenciamos os três tipos de memória: individual, comunicacional e cultural. A individual está relacionada à particularidade dos indivíduos presentes na comunidade, bem como dos demais agentes que interagem com o patrimônio em questão, incluindo-me.

A memória comunicacional aparece nos relatos formados a partir do “ouvi falar”, ou seja, do contato que outros membros da comunidade tiveram com aqueles patrimônios ou com outros existentes na região. Está também nos encontros com os moradores, nas reuniões desenvolvidas, bem como nas diversas construções narrativas acerca dos sítios arqueológicos.

No que concerne à memória cultural, temos, por ora, o sítio arqueológico. Ele está “cercado” por proteção institucional, sendo estudado e validado por especialistas, que são os principais agentes de informação, educação e rememoração desse passado profundo. Nosso desafio foi visualizar, ou estimular, a comunidade como atuante na memória cultural ou pelo menos, como um dos agentes que a aciona, ritualiza e rememora. Há também o que Flávio Leonel denomina como as memórias do lugar, um exercício de oposição a esse lugar de memória institucional, trazendo à tona e valorizando as conexões entre pessoas e lugares formadoras de camadas de memória.

O entendimento de memória cultural contribuiria, inclusive, para a diluição da diferença entre mito e História, uma vez que o que está ali contido não é “[...] o passado como tal, como é investigado e reconstruído por arqueólogos e historiadores, que conta para a memória cultural, mas apenas o passado tal como ele é lembrado”¹⁰⁴.

Na concepção de Poulot¹⁰⁵, na vida cultural são raros os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto o de “patrimônio”. Para o autor, o vocábulo parece acompanhar a multiplicação de comemorações, aniversários, datas

¹⁰³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RJ, 2006.

¹⁰⁴ ASSMANN, 2008, p.121.

¹⁰⁵ POULOT, 2009.

celebrativas, tão característica da modernidade. Poulot destaca a popularização de patrimônio por estar associado a investimentos políticos e econômicos. Na contemporaneidade, o “[...] reconhecimento de ‘novos patrimônios’, que abrange uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades”, acaba por trazer à tona toda uma gama de patrimônios culturais.

Por conseguinte, não cansamos de evocar "patrimônios" a serem conservados e transmitidos, relacionados com universos absolutamente heterogêneos: a apreciação estética do cotidiano, mesmo que apenas de outrora; a indispensável manutenção do legado arquitetural; a preservação de habilidades artesanais, até mesmo de *personnes ressources* [especialistas em determinada área], segundo a expressão quebequense; a proteção de costumes locais, no mesmo plano de certos gêneros de vida ameaçados de extinção... Fala-se de um patrimônio não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial. Às vezes, o ecletismo de tais considerações redundava em contradições ou leva à incoerência¹⁰⁶.

O autor, ao mesmo tempo em que situa esse *boom* de patrimonialização na contemporaneidade, bem como sua relação com o campo político, o critica por correr o risco de cair na contradição ou incoerência. Prats¹⁰⁷, quando conceitua patrimônio cultural, esclarece que o termo ganha na atualidade um caráter polissêmico. Para o autor, o patrimônio cultural pode ser entendido como tudo aquilo que pode ser considerado digno de conservação, independentemente de sua visão e interesse utilitário. O patrimônio natural, aqui entendido, “*se trata de elementos y conjuntos naturales culturalmente seleccionados*”¹⁰⁸.

Tanto Poulot quanto Prats entendem os patrimônios culturais como invenções/construções sociais. Por assim serem entendidos, tal categoria responde a demandas dos mais vários grupos atuantes em períodos históricos específicos. Atuar com o patrimônio cultural é entender seu caráter dissonante, é colocar-se no campo de disputas.

No caso do brasileiro, quando observamos a trajetória acerca do nosso patrimônio cultural, identificamos os espíritos do tempo presentes no entender e aplicar essa categoria. Trata-se, inicialmente, de uma construção elitista, que serve e é legitimada pelo Estado, trazida à colônia Brasil e aos diversos grupos que a

¹⁰⁶ POULOT, 2009, p.10.

¹⁰⁷ PRATS, 1988.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p.63.

compõem. É usada como recurso simbólico de valorização e exaltação de um passado luso-cristão, legando ao arqueológico o exótico, aliado aos “níveis” de um darwinismo cultural. Ao findar do século XX, aliada a movimentos histórico-sociais de base nacionais e internacionais, essa categoria começou a ser apropriada pelas populações minorizadas e, então, devolvida ao Estado, como forma de reconhecimento e reivindicação social, política e econômica.

De raiz etimológica privada e aristocrática, passou pelo patrimônio histórico nacional moderno, alcançando a ampliação semântica da categoria com a patrimonialização da diferença; o patrimônio cultural teve/têm diversas concepções e usos. Entendemos ainda, de forma breve, como a categoria patrimônio cultural se estrutura e se expande e contesta a perspectiva ocidental e colonialista.

Nosso intuito, a partir de agora, é entender como ocorre a devolução dessa categoria. Para tanto, o recorte temporal estipulado será a partir do final do século XX, quando o patrimônio cultural começa a ser utilizado e adentra mais firmemente as disputas discursivas e políticas. Os mais diversos grupos e sociedades passam a acionar o “patrimônio cultural”.

3.1.1 O patrimônio cultural na arena de disputas políticas e narrativas

O patrimônio/monumento, acompanhado do adjetivo histórico, foi cunhado na modernidade europeia, servindo de base para a construção do nacionalismo e favorecendo o fortalecimento dos Estados Nação Modernos. A nação possui uma “necessidade histórica”, ou seja, procura selecionar fatos, personagens e concepções passadas que, junto ao mito fundador, sustentem a narrativa histórica nacional.

Tal necessidade entrou em conflito com o sistema de signos e símbolos arbitrários que expressam o sentimento da cultura nacional¹⁰⁹. Para tanto, conservaram-se determinados monumentos, lugares e objetos visando construir uma

¹⁰⁹ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia Reis e Glauce Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

identidade nacional, constituindo-se, assim, como testemunhos de uma história e de uma memória coletivas¹¹⁰⁻¹¹¹.

Smith¹¹² denomina os bens elencados, em sua maioria relacionados ao ideal nacionalista, como parte de um “discurso patrimonial autorizado”. Este, surgido na Europa, no século XIX, entende o patrimônio cultural como os objetos materiais, sítios, lugares, paisagens que não são renováveis. Diante dessa fragilidade, as atuais gerações devem, então, proteger e venerar essas “coisas” para uma preservação futura.

No âmbito desse patrimônio autorizado, é atribuído a ele um valor inato, portador de mensagem às gerações futuras, assegurando sua compreensão e seu lugar no mundo. Uma vez que o patrimônio existe e é frágil, são necessários especialistas (arqueólogos, arquitetos, historiadores de arte, entre outros) para sua proteção e custódia.

Smith tece tal crítica por entender que o patrimônio é advindo de um processo cultural relacionado à negação da memória, da identidade e do sentido de lugar. Trata-se, portanto, de um processo ativo de recordar, esquecer e comemorar, auxiliando a pensar a troca cultural e social, assim como os temas sociais e políticos contemporâneos.

Todavia, na perspectiva do discurso patrimonial autorizado, as gerações atuais não podem trocar as visões e os valores patrimoniais representados em uma propriedade, em um monumento ou em um lugar¹¹³.

[...] o discurso do patrimônio autorizado obscurece a produção cultural e os processos que ocorrem na gestão e preservação do patrimônio e em torno dele, e em particular obscurece ou deslegitima o debate e as controvérsias sobre a interpretação do passado e do presente. Além disso, o discurso

¹¹⁰ Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) analisa a memória como uma presentificação de uma ausência de tempo, pois é ela, a memória, capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado. Existem as memórias de cada indivíduo e memórias coletivas, vividas e transmitidas a um grupo de pessoas. Apesar da diferença, memórias individuais e coletivas devem ser pensadas conjuntamente, não há memória dita individual que não tenha resquícios de uma memória coletiva, assim como muitas memórias coletivas se constroem sob espectros da memória de indivíduos. Para Le Goff, a memória está relacionada a relações de poder, ou seja, sociedades que dominam a memória coletiva e as mantêm vivas conseguem dominar os grupos que não conhecem a sua história e não presentificam tão acentuadamente, a memória coletiva. Ver: IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da Anpuh/SE, 2009, Aracaju. *Museus: um sensível olhar sobre a sociedade. O cinquentenário do golpe de 64.* out. 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424130779_ARQUIVO_JosefaTelmaSantoseldilenedosSantos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

¹¹¹ NASCIMENTO, 2019.

¹¹² SMITH, 2011.

¹¹³ *Ibid.*, p.43

patrimonial autorizado obscurece a produção cultural que ele mesmo cria e difunde. Na verdade, para mim, patrimônio não é a coisa, o lugar ou o lugar: o patrimônio são os processos de criação e representação de significado que ocorrem quando lugares ou eventos patrimoniais são identificados, definidos, gerenciados, exibidos e visitados. O patrimônio pode ser entendido como uma representação subjetiva, na qual identificamos os 243 valores, memória e significados culturais e sociais que nos ajudam a dar sentido ao presente, nossas identidades e nos dão um senso de lugar físico e social. Patrimônio é o processo de negociação dos significados e dos valores históricos e culturais que ocorrem em torno das decisões que tomamos sobre preservar ou não certos lugares físicos, certos objetos ou eventos intangíveis e a maneira como os gerenciamos, exibimos ou os produzimos¹¹⁴.

A perspectiva que Smith nos traz é da relação entre o patrimônio, enquanto portador de um legado em direção ao futuro, com seus processos de significação e ressignificação. Quem escolhe o que é relevante para as próximas gerações? São aqueles que vão institucionalizá-los, autorizá-los e blindá-los sob a guarda dos especialistas. O patrimônio cultural é reconhecido, legitimado e preservado pelos Estados.

Para a perspectiva nacionalista, os patrimônios são entendidos como recursos da construção e consolidação da identidade nacional. A construção de identidades nacionais, com o objetivo de unidade nacional, está no cerne das políticas patrimonialistas que foram aplicadas em vários países nos séculos XIX e XX. Essa identidade é caracterizada como única, essencialista, estática e “nata”.

A identidade nacional se vale do imaginário de uma comunidade, como bem assinala Anderson¹¹⁵, para formar o sentimento de união. Para tanto, seleciona elementos históricos, pinça alguns bens patrimoniais com o intuito de que sirvam como representações simbólicas de um passado heroico e mítico. Quando Anderson¹¹⁶ define nação como uma comunidade imaginada, ocorre o entendimento de que a identidade nacional é dependente da ideia que fazemos dela — não haveria a possibilidade de que todos os cidadãos de uma nação partilhassem a mesma identidade nacional, por isso há uma ideia de partilha daquilo que a constitui.

As diversas identidades nacionais existentes resultam das diversas formas pelas quais são imaginadas¹¹⁷. Apesar de uma construção recente, se comparada com outras identidades culturais, como a étnica, por exemplo, a identidade nacional

¹¹⁴ SMITH, 2011, p.45, tradução nossa.

¹¹⁵ ANDERSON, 2008.

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos culturais. 14. ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. p. 7-20. pp.24.

foi sustentada de tal forma que, por muito tempo, se confundiu com o próprio conceito de indivíduo. Elementos materiais e imateriais são selecionados como referentes culturais da ideia e do sentimento de nação em construção. Portanto, é no cerne dos Estados-Nação que surgem formas de pensar legalmente a escolha e a proteção desse legado.

Na perspectiva da memória cultural, uma vez que esta é baseada em pontos fixos no passado, alcançaria, no tempo pretérito, apenas aquilo que determinada sociedade elenca como “nosso”¹¹⁸. No ideário nacionalista, esse “nosso” é escolhido por grupos dominantes, alterando-se temporal e socialmente por meio de elementos simbólicos — dentre eles o patrimônio cultural — que contribuem para a formação da identidade nacional.

É por isso que nos referimos a essa forma de consciência histórica como “memória” e não apenas como conhecimento sobre o passado. O conhecimento sobre o passado adquire as propriedades e funções da memória somente se ele é relacionado a um conceito de identidade. Enquanto o conhecimento não tem forma e é infinitamente progressivo, a memória envolve esquecimento. É apenas por meio do esquecimento do que reside fora do horizonte do relevante que se desempenha uma função de identidade. Ao passo que o conhecimento tem uma perspectiva universalista, uma tendência em direção à generalização e à padronização, a memória, mesmo a memória cultural, é local, egocêntrica e específica a um grupo e seus valores¹¹⁹.

Jan Assmann discute o papel da memória e sua característica de “lembrar” e “esquecer” como parte essencial do processo de identificação. A memória cultural é local, relacionada a um grupo e seus valores, e serve como um marcador da diferença e um recurso de posicionamento perante os “outros”.

No cenário brasileiro, a memória cultural construída pelas instituições de Estado em relação às populações indígenas é acionada com vistas a formar um antagonismo entre europeus e nativos, justificando a saga civilizatória e evangelizadora daqueles diante da selvageria destes. Todavia, quando essa memória cultural é estruturada de forma local e “egocêntrica” pelas próprias populações indígenas, “cultura” com aspas caracteriza uma reviravolta, forçando a História a lembrar aquilo que ela mesmo contribuiu para que fosse esquecido.

Os sítios arqueológicos, em nosso caso, os sambaquis, também podem ser envolvidos nessa lógica. Sua patrimonialização contribui para o intento nacionalista,

¹¹⁸ ASSMANN, 2008, p.121.

¹¹⁹ *Ibid.*, p.121

servindo como parte da “memória cultural” institucional. Todavia, o movimento contrário pode ocorrer — as mais diversas comunidades podem usar o “patrimônio cultural” com aspas.

Ao final do século XIX e início do século XX, surgiram inúmeras instituições e legislações patrimonialistas. O patrimônio, de base nacionalista, atingiu seu ápice no período entre guerras — 1914-1945 —, no qual o sentimento nacionalista guiou os ideais e as ações das nações envolvidas, principalmente na vertente nazifascista. “Assim, os italianos usavam os vestígios dos romanos para construírem uma identidade calcada nesse patrimônio, restaurado, glorificado, exaltada como exemplo do domínio do mundo pelos romanos e seus herdeiros, os italianos”¹²⁰.

Já no início do século XX, organizações de profissionais e grupos dedicados ao pensar patrimonial e museológico se reuniram com o intuito de estruturar alguns apontamentos e orientações relacionados ao tema¹²¹. Como resultado de tais encontros, cartas patrimoniais foram publicadas e serviram de guia para o fazer patrimonial, nas esferas nacionais e internacionais. Por meio de uma análise de tais cartas, é possível observar a transformação no entendimento de cultura enquanto erudição, algo que diferenciaria a superioridade civilizacional, o conceito de cultura hierárquico¹²², a partir do entendimento de um conceito antropológico de cultura como diferencial já em meados do mesmo século¹²³.

¹²⁰ FUNARI E PELLEGRINI, 2009.

¹²¹ As cartas patrimoniais são documentos constituídos em convenções e encontros de órgãos internacionais voltados à temática, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, Congresso Internacional da Arquitetura Moderna - CIAM, Organização dos Estados Americanos - OEA, Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais - ICCROM.

¹²² Zygmunt Bauman, em seus Ensaio sobre o Conceito de Cultura, secciona o termo em três conceitos distintos. Num deles, o sociólogo apresenta a cultura como hierarquia social. Nessa visão, profundamente arraigada na camada comum da mentalidade ocidental, a cultura seria o que separa os cultos dos incultos. A cultura hierárquica é herdada ou adquirida, parte separável do ser humano. A partir desse entendimento, cultura é uma propriedade, podendo ser: dissipada, manipulada, transformada, moldada e adaptada. Bauman continua sua reflexão trazendo a origem etimológica – grega do termo cultura, relacionada ao cultivo, à agricultura. Um agricultor competente seria aquele que, com assiduidade e esmero, seleciona as sementes de melhor qualidade, posteriormente cuida desse plantio, entendendo que uma terra abandonada vira inculta e cada vez mais selvagem. Por fim, Bauman aponta que a noção hierárquica de cultura é saturada de valor. Entendendo que nessa conceituação há critérios hierárquicos, nunca poderíamos falar de “culturas”, mas antes, sim, de cultura, no singular. Existiria uma natureza ideal do ser humano, sob responsabilidade da cultura, o esforço para atingir esse ideal. BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. pp.90-94.

¹²³ Bauman apresenta o segundo significado de “cultura” como sendo o termo usado para explicar as diferenças, visíveis, entre comunidades de pessoal. O pressuposto principal dessa conceituação é o entendimento de que “os seres humanos não são totalmente determinados pelo genótipo; o equipamento inato do ser humano, por mais rico que seja, ainda deixa os homens despreparados

Na carta de Atenas (1931), são dadas orientações para a valorização, preservação e conservação dos monumentos, deixando claro que compete ao Estado pensar e implementar tais ações. Os monumentos históricos a serem preservados são aqueles considerados notórios e excepcionais, orientando uma preservação voltada à sua inalteração. Os elementos simbólicos do limiar da prática patrimonialista institucional internacional são de uma cultura erudita, ligada a determinados acontecimentos marcantes de uma história oficial ocidental e eurocentrada.

A perspectiva excepcional do patrimônio histórico é reiterada na Carta de Atenas de 1933, no subitem que trata dos Patrimônios Históricos das cidades, que são entendidos como “[...] testemunhos preciosos do passado, que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano.”¹²⁴. O documento já introduz a concepção universalizante de patrimônio, um legado da humanidade, e daqueles que o detêm (nesse caso, os Estados Nação), os quais possuem a responsabilidade e obrigação de proteger e transmitir para as gerações futuras sua nobre herança.

Notadamente, há a continuidade do entendimento da cultura enquanto erudição e hierárquica; assim sendo, praticamente nada relacionado aos grupos minorizados (diferentes em cada realidade nacional) seria preservado como referencial cultural de uma nação. Todavia, após as duas Grandes Guerras Mundiais, tanto a categoria patrimônio quanto a categoria cultura começaram a receber questionamentos e posições mais ampliadas. A partir da segunda metade do século XX, iniciaram-se as discussões que vão guiar o caminho de *vuelta* da categoria patrimônio.

No dia 16 de novembro de 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A organização tem como objetivo garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros — hoje são 193 países

para o modo humano de vida.” (p.106). O segundo pressuposto está nas várias formas socioculturais podem corresponder a um só conjunto de condições não sociais. O terceiro pressuposto que Bauman versa, coloca que o conceito diferencial de cultural é incompatível com noções universais de cultural. “Usar o termo ‘cultura’ como artigo indefinido só faz sentido se sustentado pelo pressuposto implícito de que nada que seja universal pode ser um fenômeno cultural” (p. 109). BAUMAN, 2012. pp.101-110.

¹²⁴ Assembleia do Congresso internacional de arquitetura moderna. Carta de Atenas 1933. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 21-68.

— na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades¹²⁵. A criação da Unesco no contexto pós-guerras¹²⁶, além de voltar seu olhar para os impactos de estruturas patrimoniais, principalmente na Europa e na Ásia, se atenta ao uso que foi e pode continuar a ser feito da categoria patrimonial, voltado à consolidação de discursos ultranacionalistas dos governos nazifascistas.

Logo após a criação da UNESCO, os Países Baixos propuseram à organização um novo texto acerca da proteção dos bens culturais em tempos de guerra. Tal convecção foi organizada e aprovada em Haia no ano de 1954. Trata-se, novamente, de movimentos ocidentais eurocentrados que servirão, mesmo que disfarçados de preservação do patrimônio da humanidade, a intervenções em disputas políticas-culturais de países contra-hegemônicos. Nos dois textos da Convenção de Haia, nos anos de 1954 e 1999, consta o seguinte:

Dano a bens culturais pertencentes a qualquer povo' é internacionalmente reconhecido como 'dano ao patrimônio cultural de toda a humanidade'. A Convenção também garante 'a concessão de proteção especial' a 'um número limitado de abrigos destinados a proteger bens culturais móveis em caso de conflito armado, de centros que contenham monumentos e outros bens culturais imóveis de grande importância¹²⁷.

A partir de 1954, o patrimônio histórico não seria apenas o excepcional, mas representante das diferenças culturais. Foi também na Convenção de Haia que, pela primeira vez, se usou o termo “bens culturais” para designar os patrimônios. O uso do cultural e o entendimento mais ampliado de cultura intentam uma patrimonialização da diferença, não mais da superioridade. Essa nomenclatura é reafirmada na Carta de Paris, no ano de 1972.

¹²⁵ UNESCO, 2020.

¹²⁶ Ressalva-se que esse não é o primeiro movimento de países voltados para essa temática. Desde o final do século XIX, países da Europa se reuniam para discutir a destruição de monumentos decorrentes de conflitos bélicos. No que ficou conhecida como Convenção de Haia, no ano de 1889, já se estabelecia o princípio da imunidade dos bens culturais. De acordo com o Artigo 27 do documento produzido (artigo revisto na segunda convenção em 1907), ficou estabelecido que: “Em cercos e bombardeios, todas as medidas devem ser tomadas para poupar, o tanto quanto possível, edifícios dedicados a religião, arte, ciência ou para fins de caridade, monumentos históricos, hospitais [...] desde que eles não estejam sendo usados no momento para fins militares. É dever de quem estiver sitiado indicar a presença de tais edifícios ou lugares com sinais distintivos ou visíveis, que serão notificados antecipadamente ao inimigo”. Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (Convenção de Haia). Haia, 29 jul. 1899. Art. 27.

¹²⁷ FIANKAN-BOKONGA, Catherine. Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural. **O Correio da UNESCO**, Paris, out./dez. 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2017nian-di-3qi/uma-resolucao-historica-protetger-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 04 abr. 2022.

[...] os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo de flora e fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais¹²⁸.

O período após as grandes guerras, principalmente nos países capitalistas desenvolvidos, se caracterizou também pela efervescência de movimentos sociais em prol dos direitos civis, pautas feministas, reconhecimento e respeito às diversidades. Esses movimentos estão imersos em mudanças sociais, culturais e econômicas após a década de 1960, denominada a Era de Ouro ou a Era da Prosperidade¹²⁹.

Definimos os anos 60 como um momento em que a expansão do capitalismo em escala global produziu simultaneamente uma imensa liberação ou desprendimento de energias sociais, uma prodigiosa escapada de forças não-teorizadas: as forças étnicas dos negros e das "minorias" ou dos movimentos que eclodiram por toda parte no Terceiro Mundo, os regionalismos, o desenvolvimento de novos e militantes portadores de surplus consciousness nos movimentos estudantis e de mulheres, bem como num sem-número de lutas de outros tipos¹³⁰.

Tais lutas reivindicam o respeito à pluralidade existente, contribuem para minar a ideia de unidade nacional, principalmente a unicidade da língua, da cultura, da origem e do território, que compunham a identidade nacional. Também os movimentos voltados à defesa do meio ambiente contribuíram para a ampliação da noção de patrimônio¹³¹.

Além disso, e como também se sabe, esse deslocamento foi marcado por uma mudança no caráter das exigências apresentadas: em lugar da simples extensão de direitos supostamente universais em nome de uma "igualdade" algo abstrata, os novos movimentos (de mulheres, negros, índios,

¹²⁸ Conferência Geral da UNESCO – 13ª Sessão. Carta de Paris, 1972. In: CURY, Isabelle. *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 177-194.

¹²⁹ A Era de Ouro trata-se do período pós-Segunda Guerra Mundial, no qual o mundo – mais precisamente, os países desenvolvidos – pôde usufruir de crescimento econômico, pleno emprego, desenvolvimento tecnológico, conquistas sociais e trabalhistas. Alguns autores (Hobsbawn, 1995) periodizam a Era de Ouro entre os anos de 1950 a 1973 (crise do petróleo), tendo seu auge na década de 1960. Para Tony Judt (2008), esse período foi uma verdadeira Era da Prosperidade; nas três décadas após o término da Segunda Guerra Mundial, houve uma extraordinária aceleração do crescimento econômico, as economias do oeste europeu recuperaram terrenos – perdidos em quarenta anos de guerra –, e os padrões econômicos e de consumo dos países europeus se assemelharam aos dos EUA.

¹³⁰ JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa B. D. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.81- 126. p. 95.

¹³¹ FUNARI e PELLEGRINE, 2009, p. 23.

homossexuais, deficientes etc.) opuseram a reivindicação de direitos específicos e, por definição, não universalizáveis¹³².

O período de revoluções, após as décadas de 1960 e 1970, pode ser entendido como uma fase de “novos movimentos sociais”, forma de se diferenciar em relação ao “velho movimento operário”¹³³. Para Goldman¹³⁴, as “Categorias como identidade, sociedade, cultura ou etnia surgem, assim, mais como dispositivos históricos de sobrecodificação de campos de diferenças do que como realidades em si, ou mesmo como puros conceitos analíticos”.

O momento em que grupos/coletivos/comunidades se apropriam da categoria patrimônio e a devolvem como “patrimônio cultural”, servindo aos seus interesses, exemplifica a patrimonialização da diferença; esta, por sua vez, acompanha as mudanças conceituais de cultura. O final do século XX, entendido por alguns como pós-modernidade, modernidade líquida, radicalização da modernidade¹³⁵, trouxe à tona a categoria cultura e sua característica de dinamicidade. A contestação das identidades únicas e essencialistas fortalece os movimentos sociais; estes vão em busca da construção e da valorização de repertórios simbólicos próprios, tendo ganhos sociais e políticos.

A perspectiva reducionista inicial, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, circunscrito a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, acabou sendo, aos poucos, suplantada por uma visão muito mais abrangente. A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis¹³⁶.

No caso do Brasil, no início dos anos 1980, o processo de redemocratização impulsionou a ação e a cobrança por parte de muitos movimentos sociais. A luta, a voz e a representatividade desses grupos reverbera no texto da nova Constituição de 1988, que, por sua vez, amplia significativamente o entendimento de patrimônio

¹³² GOLDMAN, Marcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos "Novos Movimentos Culturais". **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1-2, p. 8-22, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/6315>. Acesso em: 15 maio 2023. p.9

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ *Ibid.*

¹³⁵ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; AUGÉ, Marc. **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994; AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009; GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

¹³⁶ FUNARI e PELEGRINI, 2009, p.31-32.

cultural, reconhecendo os referenciais culturais dos vários grupos formadores da nação.

Ao findar do século XX, uma nova categoria é proposta, a de patrimônio da humanidade, apresentado na Convenção de Paris (1972). Estando a humanidade consciente de uma unidade dos valores humanos, considera que alguns bens culturais são patrimônio de todos, portanto compete às gerações futuras preservá-los em sua plenitude e autenticidade.

O patrimônio da humanidade, sua valorização enquanto componente simbólico do humano, ao mesmo tempo em que visibiliza a diversidade, pode reforçar a homogeneização, por meio de categorias universalizantes. Poderia o patrimônio universal servir a um discurso que mascara a existência da diferença e dos problemas da desigualdade humana?

Um patrimônio cultural, após o reconhecimento de sua universalidade, por meio da chancela da Unesco, beneficia as comunidades detentoras e, principalmente, a nação à qual essa comunidade integra. Todavia, é preciso considerar, quando pleiteada tal candidatura, se a exposição intensa, aliada ao uso mercadológico, não produziria transformações negativas para os detentores desse patrimônio.

[...] se, por um lado, abre-se uma comporta para um excesso de patrimonialização impulsionado pela “política da patrimonialização das diferenças como forma de combate à homogeneização neoliberal”, bem como pelas novas tecnologias e os modernos sistemas informacionais, por outro lado, fortalece-se o movimento inverso estimulando ações de distinção patrimonial, materializadas por meio dos selos de “patrimônio mundial” ou de “obra-prima do patrimônio oral e imaterial da humanidade”¹³⁷.

Abreu destaca que a patrimonialização das diferenças contribuiu para o aumento do número de processos patrimoniais, entendendo tal movimento como uma resposta à lógica homogeneizante e individualista da política neoliberal contemporânea. Todavia, com relação ao “patrimônio da humanidade”, a autora alerta em relação às duas faces do estímulo à mercantilização do patrimônio cultural: contribuir para a economia local; ou ser uma forma de exploração massiva e impactante ao próprio patrimônio e aos seus referentes.

A atualidade permite que variados entendimentos acerca do patrimônio cultural coexistam: há os excepcionais; os de cunho nacionalistas; e os referenciais

¹³⁷ ABREU, 2015, p. 75.

culturais dos mais diversos grupos da sociedade. Um dos recursos conceituais utilizados no campo patrimonial é a identidade, a qual Goldman¹³⁸ considera relevante para os “novos movimentos culturais”.

Patrimônio e identidade são categorias de pensamento carregadas de temporalidade, contradições, tensões culturais e políticas. Para Prats¹³⁹, “As representações patrimoniais podem afetar todos os tipos de identidades (e de fato afetam), mas, por sua própria natureza, tendem a se referir principalmente a identidades políticas básicas, ou seja, locais, regionais e nacionais”.

Já discorreremos sobre como a identidade nacional soube construir e expor seu repertório cultural, agora pretendemos entender essa dinâmica para as identidades locais, regionais e étnicas, afinal, em nosso universo de pesquisa, é possível identificar todas essas diferentes escalas.

Como sustenta Woodward¹⁴⁰, a identidade necessita de aportes simbólicos para ser construída, e a patrimonialização de alguns deles reforça tal construção. A identidade é uma categoria de análise recorrente na modernidade tardia, ou pós-modernidade, servindo ao entendimento de nosso lugar no mundo, nossas pautas políticas, nossas formas de agremiação.

Oriunda do latim *identitas*, significante de “a mesma coisa”, bem como do latim *idem*, significante de “o mesmo”, a identidade ganhou força nas discussões acadêmicas em teoria social ao término do século XX, no contexto das viradas etimológicas no campo da História, da Antropologia, da Psicologia e da Linguística. O contexto está imerso na escalada do fenômeno da Globalização, que, aliada aos novos movimentos sociais, contribui para o deslocamento das disputas do campo político para o campo das identidades.

[...] como tal, tem nos colocado diante do acirramento das disputas pela memória e das reivindicações de diversos grupos e/ou etnias que clamam pelo reconhecimento de seus bens e tradições culturais, tomados como representações identitárias. Tais demandas tornam evidentes as correlações de forças entre os gestores públicos e os grupos que bradam pela distinção de seus acervos, de bens tangíveis e intangíveis. Na esteira desses processos de patrimonialização, constatamos o quão vigorosos podem ser os embates na esfera da construção da narrativa histórica e das ações em prol da salvaguarda do patrimônio, uma vez que envolvem os usos do passado, empoderamento e invenções¹⁴¹.

¹³⁸ GOLDMAN, 2009.

¹³⁹ PRATS, 1988, p. 67.

¹⁴⁰ WOODWARD, 2000.

¹⁴¹ PELEGRINI, 2018, p. 95.

Como ponto recorrente dos estudos sociais, a categoria identidade retorna ao centro das discussões teóricas, diante do que alguns pensadores atribuem como sendo seu momento de crise. Tanto para Hall¹⁴² quanto para Woodward¹⁴³, a identidade está em crise porque as antigas bases, que davam suporte às antigas identidades, estão em crise.

No centro dessa crise está a globalização, que causa um descentramento do sujeito moderno, principalmente na concepção do sujeito do Iluminismo¹⁴⁴, apresentado por Hall. Como nos lembra o culturalista, a globalização pode gerar homogeneização, mas também retorno (como defesa) às identidades nacionalistas e étnicas.

Nesse cenário, por entendermos o patrimônio cultural como um elemento formador de identidades, a pós-modernidade instigaria dois movimentos: o retorno ao patrimônio de cunho nacionalista; o uso do patrimônio cultural como espaço e componente simbólico das reivindicações sociais.

A identidade tem se destacado como uma questão central nas discussões contemporâneas, no contexto das reconstruções globais das identidades nacionais e étnicas e da emergência de 'novos movimentos sociais', os quais estão preocupados com a reafirmação das identidades pessoais e culturais. Esses processos colocam em questão uma série de certezas tradicionais, dando força ao argumento de que existe uma crise da identidade nas sociedades contemporâneas. A discussão da extensão na qual as identidades são contestadas no mundo contemporâneo nos levou a uma análise da importância da diferença e das oposições na construção de posições de identidade¹⁴⁵.

As identidades são entendidas como construção, a partir de um dado jogo de relações, em um tempo estabelecido. Toda identidade é marcada pela diferença, carece do diferente para dizer o que ela não é, para tanto seleciona as diferenças,

¹⁴² HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

¹⁴³ WOODWARD, 2000.

¹⁴⁴ "O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo "centro" consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo ou "idêntico" a ele- ao longo da existência do indivíduo. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. Direi mais sobre isto em seguida, mas pode-se ver que essa era uma concepção muito "individualista" do sujeito e de sua identidade (na verdade, a identidade dele: já que o sujeito do Iluminismo era usualmente descrito como masculino)" HALL, 2006, p.10-11.

¹⁴⁵ WOODWARD, 2000, p.67.

dependendo das fronteiras estabelecidas. Woodward¹⁴⁶ destaca que, mesmo as identidades nacionais, aparentemente únicas e essencialistas, possuem internamente uma gama de contradições, negociadas conforme a situação ou o tempo histórico.

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados)¹⁴⁷.

No jogo das identidades¹⁴⁸, o indivíduo possui múltiplas — algumas das quais podem ser conflitantes. Na comunidade que se avizinha aos sambaquis, na análise das falas dos moradores, nas atitudes e nas discordâncias, percebemos o jogo acontecer. O sambaqui geralmente se localiza entre a identidade nacional — parte do nosso mito fundador e da função de antagonista do civilizado — e a identidade local; esta última, referente a uma história do território construído por meio da produção de energia.

Junto a tudo isso, existem as identificações com outros grupos, vivências, relacionamentos. Nesse jogo, a identidade nacional nos atravessa; a profissional também; a identidade local está presente, bem como outras que talvez nem consigamos perceber. Aqui, deparamo-nos com mais um desafio da prática anticolonial, colaborativa e multivocal: lidar com o jogo das identificações de cada um dos agentes envolvidos no exercício patrimonial.

Uma vez que a identidade é uma construção, esta procura, no diferente a ela, seus marcadores simbólicos, sendo, então, relacional¹⁴⁹. Para Woodward, quando a identidade é analisada, podemos visualizar uma divergência entre um viés essencialista — a busca de uma continuidade por meio de fatores históricos e/ou biológicos de um passado profundo — e aquilo que é contingente.

Como discorrido anteriormente, em nosso universo de pesquisa, tal processo acaba sendo evidenciado no relacionamento entre comunidade e pesquisadores. Ora ocorre identificação e somos acolhidos, ora tornamo-nos o outro, o diferente, que, por vezes, é repellido. Refletindo a respeito disso, diante do histórico, da arqueologia brasileira e do contexto em questão, recheada de relações verticalizadas entre a

¹⁴⁶ WOODWARD, 2000.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p.14.

¹⁴⁸ HALL, 2006.

¹⁴⁹ WOODWARD, 2000.

academia e as comunidades locais, a construção de identidades relacionais buscou marcadores que diferenciasses essas fronteiras; atitudes colonialistas da pesquisa arqueológica podem ser consideradas um desses marcadores.

Não é incomum, no campo patrimonial brasileiro, ouvirmos a seguinte frase: “para preservar um patrimônio é preciso se identificar com ele!”. Essencialmente, isso não está incorreto; o problema consiste no ideal de identidade que se almeja. Espera-se da comunidade uma identificação por meio do valor científico do sítio arqueológico, da necessidade de valorização daquela história profunda do território.

Tal forma de identificação pode ocorrer desde que a comunidade e os indivíduos a ela pertencentes entendam esse componente simbólico como mais um elemento construtor de suas identidades. Podemos, por meio de uma arqueologia anticolonial, desenvolver ações, escutas, estruturas que auxiliem nessa tomada de decisão.

Também podemos seguir outros caminhos, como pensar a identificação por meio das memórias individuais ou coletivas/comunicativas¹⁵⁰ daquela comunidade em relação ao sítio arqueológico. Ocorre, então, a possibilidade de mudar as fronteiras estabelecidas, até mesmo fisicamente construídas (cercamento do sítio), entre comunidade, sítio arqueológico e demais agentes envolvidos.

O antropólogo Barth¹⁵¹ reforça a identidade enquanto processo, construído a partir das fronteiras estabelecidas, sinalizadoras de diferenças. A cultura, por sua vez, busca os elementos simbólicos a serem acionados, com vistas a estabelecer ou marcar tal contato. Assim como a fronteira pode ser alterada, conseqüentemente as identidades também podem, e até mesmo transpostas no caso de relações poliétnicas.

Barth questiona a ideia essencialista da identidade, a manutenção da identidade (ao menos de itens dela), que não está restrita ao isolamento, mas pode, inclusive, ser reforçada no contato com o outro, na zona de fronteira, apresentando-se como situacional. Elementos de uma determinada cultura podem ser patrimonializados, servindo como componentes simbólicos de construção, resistência e reafirmação da identidade do grupo.

¹⁵⁰ ASSMANN, Jan, 2008.

¹⁵¹ BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas** (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

Povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, urbanos pinçam elementos de sua cultura para apresentá-los como “cultura” no processo de construção da sua identidade. Selecionam elementos dessa cultura, que possam ser patrimonializados, para utilizarem a categoria “patrimônio cultural” nesse campo de disputa.

Dentre outros fatores históricos, a revisão da noção de “cultura” conduzida pela Antropologia, tem possibilitado a construção de instrumentos para que esse conjunto de saberes possa ser reconhecido pelos estados nacionais e por organizações internacionais. Nesse processo de revisão, destaca-se a importância que os patrimônios imateriais adquiriram na cena científica, onde se critica o excesso de foco dado até agora ao patrimônio material e aos saberes tecnológicos¹⁵².

Na esfera das instituições patrimoniais, a primeira vez que o termo identidade (aquém da relação com a identidade nacional) foi citado em documentos da Unesco foi na Declaração do México (1985), resultante da Conferência Mundial sobre as políticas culturais do ICOMOS. No que compete à Identidade Cultural, o documento afirma:

2. A afirmação da identidade cultural contribui, portanto para a liberação dos povos; ao contrário, qualquer forma de dominação nega ou deteriora essa identidade.
3. A identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana, ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação.
4. Todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade. A identidade cultural de um povo se renova e enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. A cultura é um diálogo, intercâmbio de idéias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre.
5. O universo não pode ser postulado em abstrato por nenhuma cultura em particular, surge da experiência de todos os povos do mundo, cada um dos quais afirma a sua identidade. Identidade cultural e diversidade cultural são indissociáveis.
6. As peculiaridades culturais não dificultam, mas favorecem a comunhão dos valores universais que unem os povos. Por isso, constitui a essência mesma do pluralismo cultural o reconhecimento de múltiplas identidades culturais onde coexistem diversas tradições¹⁵³.

Em outro tópico do documento, que versa sobre patrimônio cultural, lê-se que

24. Qualquer povo tem o direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores em que encontram fontes de inspiração criadora.

¹⁵² GALLOIS, 2006, p.10.

¹⁵³ ICOMOS, Conselho I. D. M. E. S. Conferência mundial sobre políticas culturais. Declaração do México 1985. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.271-280.

25. O patrimônio cultural tem sido freqüentemente danificado ou destruído por negligência e pelos processos de urbanização, industrialização e penetração tecnológica. Mais inaceitáveis, ainda são, porém, os atentados ao patrimônio cultural perpetrados pelo colonialismo, pelos conflitos armados, pelas ocupações estrangeiras e pela imposição de valores exógenos. Todas essas ações contribuem para romper o vínculo e a memória dos povos em relação a seu passado. A preservação e o apreço do patrimônio cultural permitem, portanto, aos povos defender a sua soberania e independência e, por conseguinte, afirmar e promover a sua identidade cultural¹⁵⁴.

A Declaração do México está alinhada às discussões teóricas feitas por antropólogos e culturalistas do período, uma vez que entende a identidade como uma construção, pautada na diferença e na necessidade das relações entre os povos. O patrimônio cultural, por sua vez, é um componente simbólico da formação dessas identidades e é usado nas relações entre os povos, servindo como uma espécie de “defensor da soberania” e independência destes em resposta a ataques colonialistas.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistema *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de *exclusão social*. (...) a identidade depende da diferença¹⁵⁵.

Os mais diversos grupos sociais começaram a utilizar as categorias cultura, patrimônio cultural e identidade como “armas” na reivindicação de seus direitos, perante estruturas coloniais institucionalizadas. Acompanhando as transformações do entendimento de cultura e a busca por uma produção do conhecimento mais inter/transdisciplinar, os estudos em memória cultural se ampliam significativamente. O trabalho de Young¹⁵⁶, por exemplo, discute a memória traumática do holocausto. Inicialmente, acompanhando os demais acontecimentos traumáticos do século XX, há o movimento de distanciamento para com essa memória, que o silencia e institucionaliza¹⁵⁷. Posteriormente, há a necessidade de lembrar, por meio das mídias,

¹⁵⁴ Declaração do México, 1985.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p.39-40.

¹⁵⁶ YOUNG, James E. The Texture of Memory: Holocaust Memorials in History. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. New York: De Gruyter, 2010. p. 357-366. <https://doi.org/10.1515/9783110207262.6.357>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110207262.6.357/html#Vancouver>. Acesso em: 20 nov. 2022.

¹⁵⁷ “Todos devemos voltar as costas aos horrores do passado. Nós devemos olhar para o futuro. Não podemos nos dar ao luxo de arrastar para frente os anos que estão por vir, os ódios e vinganças que surgiram das lesões do passado. Para que a Europa seja salva da miséria infinita e, de fato, da destruição final, deve haver um ato de fé na família europeia e um ato de esquecimento contra todos os crimes e tolices do passado.” Winston Churchill discurso proferido em Zurique em 1946. ASSMANN, A. & SHORTT, L. 2012, pp.58-59. Tradução nossa.

os suportes de memória, entre eles a patrimonialização. Na esfera de tal discussão está também a “justa memória”¹⁵⁸.

Os referenciais culturais são acionados como elementos simbólicos para o fortalecimento e o reconhecimento das identidades. Com isso, há o ganho de espaços de escuta e conquistas políticas, tão necessárias a grupos minoritários e marginalizados pelo Estado. Lima Filho¹⁵⁹ chama esse processo de “cidadania patrimonial”. Para o autor, essa cidadania é a

[...] capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderantemente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença¹⁶⁰.

O autor aponta a elasticidade operativa da cidadania patrimonial como sendo uma forma pela qual os sujeitos e coletivos podem adentrar na relação assimétrica de produção do Estado. Este, “[...] instruído por uma prática histórica colonialista e a manutenção de um modelo econômico liberal”, acaba por manter “hierarquias fantasiadas por um multiculturalismo acrítico na esteira conceitual da indústria cultural”¹⁶¹. Na presente perspectiva, o uso da categoria “patrimônio cultural” contribuiria para o exercício da própria cidadania.

Todavia, como a cidadania envolve ciência, por parte dos indivíduos, de seus direitos e deveres, utilizando-os em benefício da coletividade, o patrimônio cultural pode não ser utilizado para tal exercício. Lima Filho entende tais situações como a maleabilidade da cidadania patrimonial, exemplificando-a.

Posso começar com dois exemplos distintos de modulação inerente à cidadania patrimonial. Quando levei a proposta aos Karajá da aldeia de Santa

¹⁵⁸ “A paz, segundo Christian Meier, é um assunto completamente diferente da justiça. Aqueles que querem alcançar a justiça através da lembrança estão necessariamente colocando em perigo a harmonia social que, como é demonstrado pela história, foi novamente fundada em uma política de esquecimento. Esse modelo mais antigo de processos de paz após guerras civis foi universalmente substituído nos anos 80 por um novo conceito que combina de perto os dois polos contrastantes de justiça - ou recordação - e paz - ou esquecimento. Refiro-me aqui às Comissões da Verdade e Reconciliação, que facilitam o processo de chegar a um acordo com o passado e o reconhecimento das vítimas como um primeiro passo para a paz social”. ASSMANN, A. & SHORTT, L. 2012, p.61. Tradução nossa.

¹⁵⁹ LIMA FILHO, 2015.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p.139.

¹⁶¹ *Ibid.*, p.140.

Isabel do Morro, na Casa dos Homens, a respeito de registrar as bonecas Karajá (ritxòò) como patrimônio cultural brasileiro, um homem presente na reunião defendeu a ideia alegando que se era para ser do Brasil então estava tudo bem. Ora, a história dos Karajá dessa aldeia em particular está diretamente relacionada com o plano governamental da Marcha para o Oeste tendo recebido as visitas do presidente Getúlio Vargas em 1940 e Juscelino Kubstichek em 1960 (Lima Filho 2001). A modulação, no caso das bonecas de cerâmica, foi o prestígio da nação, o passado deu sentido ao presente (Lima Filho 2015). Mas de modo diferente, quando algum tempo depois, uma jovem liderança da mesma aldeia, viu no site do Museu Nacional uma fotografia de uma máscara de Aruanã me avisou aborrecido de que entraria no Ministério Público Federal contra o Museu Nacional, pois as máscaras não podem ser expostas às mulheres por princípios culturais rígidos dos Karajá. Aqui o mesmo grupo usou o artifício da nação (o Ministério Público Federal) contra a própria nação, uma instituição federal de pesquisa e ensino de pós-graduação. Modulações diferenciadas com as políticas patrimoniais, via cidadania patrimonial¹⁶².

No excerto acima, Lima Filho relata duas situações em que as políticas patrimoniais são utilizadas a partir do exercício cidadão desses grupos. Trazendo Cunha para a conversa, vemos um claro exercício do uso da categoria “patrimônio cultural” com aspas.

As transformações sociais e epistemológicas, ocorridas após os anos de 1960, trouxeram muitas reflexões e ações para as políticas patrimoniais. Uma delas consiste no movimento nostálgico, decorrido das mudanças aceleradas e intensas, acompanhadas da concepção de progresso. O sentimento de nostalgia pode estar em restabelecer uma ordem e costumes passados¹⁶³, a partir de uma ideia de controle, talvez uma proposta de estabilidade.

Parafraseando e, talvez, respondendo aos questionamentos de Sennett¹⁶⁴, os patrimônios poderiam representar algo de longo prazo, materializado em uma sociedade de curto prazo — representantes das relações sociais antes duráveis, portadores de uma narrativa de identidade e história em uma sociedade episódica e fragmentada. Talvez seja algo que nos lembre a comunidade.

A aceleração da história, por outro lado, levou as massas dos países industrializados a ligarem-se nostálgicamente às suas raízes: daí a moda retro, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio¹⁶⁵.

¹⁶² LIMA FILHO, 2015, p.145.

¹⁶³ NASCIMENTO, 2019. p.534.

¹⁶⁴ SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 27.

¹⁶⁵ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: UNICAMP, 1990. p.221.

O reconhecimento do patrimônio imaterial foi outra importante mudança nas políticas patrimoniais ao final do século XX. O primeiro documento internacional a tratar, especificamente, sobre o patrimônio intangível — lembrando que a Constituição Brasileira de 1988 já dissertava sobre o tema — trata-se do Documento do Mercosul — Carta de *Mar del Plata* sobre o patrimônio intangível, de 1997.

Nessa carta, a preocupação de proteção ao patrimônio intangível se volta às “[...] consequências que eventualmente podem sofrer ditas identidades em um processo de globalização avassalador, que limite seus horizontes a metas econômicas e financeiras”¹⁶⁶. O documento considera o potencial uniformizador da globalização em relação às manifestações culturais dos mais variados povos. Diante de tamanha ameaça, é necessário proteger os bens intangíveis, tão sensíveis a interferências de um mundo cada vez mais conectado.

Na esfera do patrimônio mundial, os bens intangíveis terão reconhecimento na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial; a Carta de Paris (2003) entende o patrimônio cultural imaterial como sendo:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incultindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana¹⁶⁷.

No documento, a globalização é caracterizada tanto como criadora de condições para um diálogo renovador entre as comunidades como sustentadora da intolerância, arriscando a deterioração, o desaparecimento e a destruição do patrimônio cultural imaterial.

Com o intuito de fechar a discussão aqui proposta, trazemos a síntese da perspectiva histórica de produção, reprodução e disseminação da categoria

¹⁶⁶ CICOP. Carta de Mar del Plata, Mar del Plata: 1997. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 359-362.

¹⁶⁷ UNESCO, 2003.

patrimônio cultural ao longo dos séculos XIX e XX, feita por Regina Abreu¹⁶⁸. A autora a organiza em três grandes momentos:

1. Do século XIX à primeira metade do século XX, em que os processos de patrimonialização estão pautados na reconstrução do passado (história) ou, ainda, na busca e valorização da arte nacional. Aqui, a cultura é entendida como erudita, e os patrimônios preservados fazem referência ao que a elite de cada país, aliada ao seu passado histórico, consideram como tal.
2. A partir da criação da UNESCO (1948), o conceito antropológico de cultura torna-se uma importante variável nos processos de patrimonialização. Nesse momento, após duas grandes guerras mundiais, as diferenças culturais auxiliam na marcação da diferença, distinguindo seres biologicamente semelhantes. Nessa perspectiva, objetivava-se a troca e o intercâmbio entre as culturas, aproximando-as e promovendo o diálogo e o entendimento entre elas.
3. Ao final dos anos de 1980, com o lançamento, pela UNESCO, da Recomendação de Salvaguarda das Culturas Tradicionais e Populares, e por meio das políticas preservacionistas normatizadas por fóruns internacionais, ocorreu o estímulo a uma dinâmica globalizada de identificação, proteção, difusão e circulação de valores e signos patrimoniais. Abreu nomeia esse processo como o terceiro momento de “patrimonialização das diferenças”. Reforçando o cuidado das manifestações culturais diversas em uma lógica global e neoliberal, a UNESCO entende que, “[...] num mundo com tendência crescente à homogeneização” protagonizada pelo capitalismo globalizado e neoliberal, é preciso preservar, ou seja: conceder especial atenção à noção de singularidade ou de especificidade local”¹⁶⁹.

Mesmo que a força significativa do patrimônio cultural nos acesse pelo seu uso e valorização na modernidade ocidental eurocêntrica, o antropólogo José Gonçalves a trata como universal, alertando-nos sobre a importância dessa categoria para as sociedades humanas fora dessa perspectiva: “[...] o que estou argumentando é que estamos diante de uma categoria de pensamento extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana. Sua importância não se

¹⁶⁸ ABREU, 2015, p. 67.

¹⁶⁹ ABREU, 2015, p. 67-68.

restringe às modernas sociedades ocidentais”. Para o autor, se nos voltarmos para contextos sociais e culturais não-modernos, veremos que o patrimônio se mescla às categorias mágicas, assim como se confunde com a ideia de propriedade.

No caso dessas sociedades, a categoria patrimônio não possui apenas sua função simbólica, ou mesmo serve meramente para a representação e/ou comunicação; para as sociedades não-modernas, o patrimônio também é bom para agir. É por meio dessa categoria que se faz a mediação entre os seres humanos e suas divindades, entre mortos e vivos, passado e presente. O patrimônio é vivo, agente, atuante, não somente celebrativo e memorativo. Há uma diferença na forma como as sociedades lidam com o patrimônio, ou seja, se sua existência e construção serão perpetuadas ou destruídas (como em rituais, por exemplo).

É preciso, contudo, considerar que Gonçalves talvez faça referência a uma memória cultural, a depender, uma memória comunicativa, diferenciada de patrimônio cultural. Ainda que, como aponta Jan Assmann, várias culturas ritualizem, especializem e monumentalizem sua memória cultural, o patrimônio cultural está imbuído da chancela do Estado, que é também um rito de uma memória cultural nacional, mas que não deve ser esquecida enquanto categoria colonialista. O que está ocorrendo pode ser entendido como um movimento de *vuelta* como “patrimônio cultural”, servindo como “arma” para afirmar a dignidade, a identidade e o poder das populações minorizadas perante os estados nacionais e a comunidade internacional.

3.2 O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO – PROCESSOS DE VINDA/IDA E VUELTA

A institucionalização da preservação patrimonial brasileira ocorreu no século XX (ainda que já no século XIX, no contexto imperial, haja registros de ações preservacionistas). No período colonial, houve a primeira menção à preservação de uma edificação, ainda distante da perspectiva patrimonialista estruturada no século XX.

No ano de 1742, o Vice-Rei André de Melo e Castro, conde das Galveias, enviou uma carta para Luís Pereira Freire de Andrade, governador de Pernambuco, pedindo que não ocupasse o palácio das Duas Torres, construído por Maurício de Nassau, durante a ocupação holandesa.

Pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, quem em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania¹⁷⁰.

Tal carta é considerada o primeiro documento oficial, produzido no Brasil, voltado à preservação de um local que, carregado de memórias e estética do período, serviria de legado histórico à posterioridade. Ressalva-se que esse foi um ato isolado, não influenciando na estruturação de uma política preservacionista portuguesa implementada na colônia.

O limiar de uma perspectiva patrimonialista é influenciado pela vinda da família real portuguesa nos idos de 1808. Para que possamos entender essa influência, propomos uma breve apresentação de como a categoria patrimônio histórico é pensada e utilizada no território português, ou seja, como essa categoria se forma na metrópole e vem — *ida/vinda* — para a colônia.

De acordo com o historiador Hernan Marcelo¹⁷¹, em relatório apresentado ao Rei D. João V, no ano de 1721, produzido pelo Diretor da Academia Real da História Portuguesa, consta a importância histórica de vestígios pré-romanos, romanos, germânicos e árabes, nos tempos em que esses exerceram seus domínios em terras portuguesas. Em uma perspectiva nacionalista, a preservação de tais vestígios seria essencial para a profundidade histórica do reino português.

Por meio desse relatório, D. João V decretou um alvará, em 28 de agosto de 1721, proibindo a destruição ou vandalização de quaisquer prédios, estátuas, lâminas, painéis, objetos que se refeririam aos períodos citados. Junto à proibição, D. João V atribuiu responsabilidade às câmaras municipais e vilas para a salvaguarda do acervo cultural remanescente. As ações de conservação e aplicação das medidas legais cabíveis, em vista de infrações cometidas ao acervo cultural português, ficariam a cargo da Real Academia de História Portuguesa¹⁷².

¹⁷⁰ MEC/Sphan/Pró-Memória, 1987 apud VENEGAS MARCELO, H. A noção de patrimônio no Brasil Império. **PASOS –Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 135-146, 2013. DOI: 10.25145/j.pasos.2013.11.008. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/2>. Acesso em: 30 abr. 2023.

¹⁷¹ MARCELO, 2013, p.136.

¹⁷² *Ibid.*

Passados oitenta e três anos da promulgação desse alvará, o então príncipe regente, Dom João, republicou o documento, no dia 4 de agosto de 1802, reafirmando o reconhecimento dos vestígios históricos do passado lusitano. Todavia, os domínios ultramarinos, entre eles o Brasil, estavam fora do alcance da aplicação do documento¹⁷³. Ainda que a publicação do alvará não tenha impactado diretamente a colônia, é preciso considerar que apenas em seis anos de sua republicação a família real e a corte portuguesa se instalaram por aqui. Junto à realeza, à nobreza e à estrutura do Estado português, chegou um olhar de preservação para com os vestígios históricos.

O entendimento luso de patrimônio cultural está envolto nas discussões ocorridas, no contexto europeu, acerca de seu uso como aporte simbólico e histórico de uma nação. Quando os portugueses entendem suas histórias antigas (desde os vestígios pré-romanos até a chegada dos árabes) como um legado de sua história nacional, tal perspectiva é passada para a colônia; à época, recém e provisoriamente alçada à posição de reino, de metrópole.

A perspectiva de valorização dos feitos passados contribuiu para o entendimento de que os indígenas devem estar na história nacional brasileira, ainda que em oposição à chegada civilizacional do europeu. Esse entendimento ressoa na preservação de sítios arqueológicos, em especial os monumentais, como os sambaquis.

Tal perspectiva instiga também a construção de coleções etnográficas, permeadas de evolucionismo cultural e da atenção ao exótico, chegando a um certo “fetichismo da cultura material”. Nesse aspecto, expedições foram organizadas em solo brasileiro com o objetivo de coletar itens de valor arqueológico e etnográfico, muitos dos quais foram enviados para grandes museus europeus, expostos em vitrines recheadas de troféus colonialistas e imperialistas.

O patrimônio histórico se tornou um importante componente simbólico da construção da identidade nacional brasileira ao longo do século XIX e durante boa parte do século XX, principalmente após a independência. Na busca pelo fortalecimento e unidade do território recém-independente, bem como pela legitimação e defesa da continuidade da dinastia dos Bragança, optou-se pela

¹⁷³ MARCELO, 2013.

herança das tradições luso-cristãs como referenciais da identidade e memória nacional¹⁷⁴.

Para tanto, a categoria patrimônio cultural contribuiu para a consolidação do Império, tanto internamente — o período pós-independência é marcado por muitas revoltas nativistas e separatistas — quanto externamente, perante outras nações recém-criadas. No período pós-independência, foram construídos monumentos voltados ao culto à nação, com destaque aos feitos e legados luso-cristãos. Não existiram, contudo, políticas públicas de preservação, mas medidas legais que visavam coibir e penalizar a destruição daquilo que viesse a ser considerado um patrimônio da nação.

No ano de 1830, D. Pedro I executou um decreto (referente ao Código Criminal do Brasil) no qual, em seu capítulo IV, pontuou que seriam previstas multas em dinheiro e penas de prisão para quem destruísse “[...] monumentos, edifícios, bens públicos ou quaisquer outros objetos destinados à utilidade, decoração ou recreio público”¹⁷⁵. Tal decreto acabou também por abranger os sítios arqueológicos monumentais, principalmente os referentes à nossa história de longa duração, seja para entender uma pré-história do território, seja para contrapor o civilizado europeu à selvageria existente em terras sul-americanas, pautado em um olhar evolucionista e hierárquico de cultura.

Com a vinda da família real e sua corte, deu-se início a um processo de instalação de instituições centralizadoras, voltadas à continuidade do domínio metropolitano sobre a colônia.

Data dessa época a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural — como a Imprensa Régia, a Biblioteca, o Real Horto e o Museu Real —, instituições que transformavam a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, como em um centro produtor e reproduzidor de sua cultura e memória¹⁷⁶.

Após a independência do Brasil, ocorreram algumas formulações institucionais, que se propunham a pensar e construir a história e a pesquisa da recente nação. Junto a tais instituições foram trabalhadas e retrabalhadas perspectivas raciais de categorização da humanidade, as quais permearam as

¹⁷⁴ MARCELO, 2013, p. 137.

¹⁷⁵ *Ibid.*, p.138.

¹⁷⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.32.

discussões científicas nos centros de estudo daqueles que Schwarcz¹⁷⁷ vai denominar como sendo espaços dos “homens da ciência”.

As produções científicas formuladas nesses espaços perpassaram o entendimento, interno e externo, do “povo” brasileiro, bem como a forma de construção narrativa da história oficial e de estruturação das nossas instituições de memória. Schwarcz¹⁷⁸ relembra que essa análise social de base racial, oriunda do meio acadêmico, mesmo após sua contestação a partir dos anos 1930, continua ressoando e se perpetua no imaginário popular:

Mas, se nessas esferas institucionais é muitas vezes como um discurso culpado — e cientificamente legitimado — que o argumento racial de análise social aparece referido, o mesmo não pode ser dito de outros meios, onde esse modelo científico determinista parece ser assumido sem qualquer receio. Nos discursos do dia-a-dia, na representação popular, nos jornais de circulação diária, é quase corriqueiro o argumento que traduz a ciência em termos populares e encara a raça como uma questão de importância fundamental nos destinos da nação. “Simplificando o que tão bem se diz nas teorias científicas, é através da raça que se determinam os destinos de um povo, da nação”¹⁷⁹.

Influenciados por teorias europeias, que, em realidade, ao final do século XIX, já estavam em vias de contestação, os intelectuais brasileiros, em suas respectivas instituições, estudavam os vários tipos de raça que compunham o Brasil. Seus estudos traziam o branqueamento como uma meta possível a ser atingida, dada a necessidade de civilizar e buscar o progresso do país. Com um jeito próprio de lidar com tais teorias, os “intelectuais ilustrados” uniam visões antagônicas, como a perspectiva humanista e o darwinismo social¹⁸⁰.

Dentre as instituições relevantes para esse período está o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (1838) e grandes museus, como o Museu Nacional, o Museu Paulista e o Museu Paraense Emílio Goeldi. O IHGB, nascido pouco tempo após o processo de independência, se dedicava, à época, a “[...] construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”¹⁸¹. Essa busca por um passado que se propõe como singular foi permeada por visões de grupos

¹⁷⁷ SCHWARCZ, 1993.

¹⁷⁸ *Ibid.*

¹⁷⁹ CP, 1901 apud SCHWARCZ, 1993, p. 322.

¹⁸⁰ SCHWARCZ, 1993.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 129.

específicos, seja na perspectiva nacional (em muito, influenciada pelo regionalismo da capital), seja na perspectiva regional, como é o caso do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894).

Na produção escrita de alguns dos membros do IHGB, é possível visualizar a importância dos monumentos como elementos simbólicos e fontes materiais da construção histórica do país¹⁸², principalmente na região fluminense. Em suas produções historiográficas, há destaque para a relevância dos monumentos, igrejas, conventos, praças, personalidades, ruas, que contribuem para tornar visível e palpável a descoberta da grandeza da capital para seus cidadãos.

O olhar preservacionista era direcionado ao excepcional, monumental e civilizacional, base epistemológica, que, como veremos, acompanha as políticas patrimoniais brasileiras até fins do século XX. O IHGB está intrinsecamente ligado ao Estado imperial, não só pelo período de sua criação, mas também porque tinha D. Pedro II como presidente honorário. O imperador presidiu e participou das reuniões do instituto durante quarenta anos (1849-1889)¹⁸³.

A história nacional brasileira, que se constituiu em meados do século XIX, era monárquica, patriótica e conservadora. Na Revista do IHGB, a antropologia e a etnologia ganharam destaque; no ponto racial, assumiram posição controversa em relação aos povos indígenas e negros. A população negra era colocada em um estado muito baixo de desenvolvimento, chegando a ser tratada como incivilizável. Os grupos indígenas, por sua vez,

[...] provocavam opiniões variadas, tanto que era possível acomodar no interior do IHGB, seja uma perspectiva positiva e evolucionista, seja um discurso religioso católico, seja uma visão romântica, em que o indígena surgia representado enquanto símbolo da identidade nacional. Nesse caso, a combinação de um saber evolucionista com a doutrina católica resultava em uma postura que, ao mesmo tempo que condenava, oferecia soluções: "... poder-se-ia então promover a instrução desses míseros filhos das florestas, azevando-os igualmente ao doce jugo do trabalho, tornando-os úteis a si e a seu país, seria ela o ensaio e logo a solução para a perfeita civilização. A humanidade e a civilização têm, portanto, a esperança"¹⁸⁴.

¹⁸² MARCELO, 2013, p. 138.

¹⁸³ SCHWARCZ, 1993.

¹⁸⁴ RIHGB, 1854: 272 apud SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 145.

A visão um pouco mais “amena” para com os povos indígenas, herança da visão colonial aliada a políticas de catequização e aldeamento, de certa forma contribuiu para o estudo de sítios arqueológicos antigos. O próprio D. Pedro II¹⁸⁵, em muitas ocasiões, investiu e se mostrou entusiasta de expedições arqueológicas. Tal perspectiva colaborou para que as jazidas arqueológicas fossem citadas como elementos patrimoniais em nossas primeiras constituintes, antes mesmo de leis protetivas mais atuantes ligadas a esse patrimônio.

A história da recente nação defendia o aperfeiçoamento das três raças que compunham o país — indígenas, brancos e negros. Esse aperfeiçoamento objetivava o branqueamento da população e, portanto, a possibilidade de civilização do país. Segundo Von Martius — vencedor do projeto sobre “Como escrever a história do Brasil”, promovido pelo IHGB, em 1844 —, as três raças detinham características e funções diferentes.

Ao branco, cabia representar o papel de elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, por fim, restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação¹⁸⁶.

Apesar de não haver, no período imperial, normas e regramentos institucionais voltados exclusivamente para o campo do patrimônio histórico, todo o discurso racial, presente nos institutos e museus, era estendido aos lugares que ficariam preservados pelo seu valor histórico e memorialista. Aqueles relacionados ao branco civilizador deveriam ser lembrados, rememorados, celebrados, enquanto aos demais grupos restava o resgate de peças e remanescentes ósseos humanos — enviados para museus e institutos estrangeiros — que auxiliavam os homens da ciência a entender o indígena, em seu estágio primitivo, bem como os negros e mestiços, em sua degeneração.

No caso, o pensamento racial europeu adotado no Brasil não parece fruto da sorte. Introduzido de forma crítica e seletiva, transforma-se em instrumento conservador e mesmo autoritário na definição de uma identidade nacional (Ventura, 1988:7) e no respaldo a hierarquias sociais já bastante cristalizadas¹⁸⁷.

¹⁸⁵ BARRETO, 2000.

¹⁸⁶ SCHWARCZ, 1993, p. 147.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p.55.

Os museus, assim como os referidos institutos históricos e geográficos, serão espaços importantes para tal intento. Lilia Schwarcz¹⁸⁸ apresenta o Museu Nacional (MN), o Museu Paulista (MP) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) como espaços de desenvolvimento científico alinhados às teorias raciais acerca do povo brasileiro. O que ficou conhecido como a “era dos museus” foi atravessado por parâmetros biológicos de investigação, bem como modelos evolucionistas de análise.

O período de apogeu se segue a 1890, quando se estabelecerão normas, padrões de funcionamento e se redefinirão perspectivas de promoção de empregos. Aos poucos, os museus etnológicos transformam-se em depósitos ordenados de uma cultura material fetichizada e submetida a uma lógica evolutiva. Comparar e classificar se tornam as metas desses cientistas, verdadeiros “filósofos viajantes”, 1 que financiados por instituições científicas dirigem-se a terras distantes em busca de coleções que representem variedades da flora, fauna e da contribuição humana na terra¹⁸⁹.

À época, o Brasil era visto por viajantes, naturalistas e antropólogos estrangeiros como um grande depósito de espécimes animais e humanas, passíveis de serem levadas ao contexto europeu, local de erudição e salvaguarda. Os museus nacionais, além de contribuírem com a ciência estrangeira, se constituíram em espaços relevantes para a construção da identidade nacional que destacava e reforçava a hierarquia social vigente.

Voltados principalmente para as ciências naturais, os museus, quando se dedicavam às questões antropológicas ou arqueológicas, utilizavam, a título de exemplo, a ciência da craniometria¹⁹⁰. No ano de 1911, o então diretor do Museu Paulista, H. Von Ihering (antropólogo físico), em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, defendeu publicamente o extermínio dos Kaingangs que se encontravam no caminho da Estrada de Ferro Noroeste, usando o argumento de que um povo primitivo não deveria ser impeditivo para o progresso da civilização¹⁹¹.

¹⁸⁸ SCHWARCZ, 1993.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p.89.

¹⁹⁰ Craniometria usava medidas das características cranianas com o objetivo de classificar as pessoas de acordo com a raça, a inteligência e até mesmo propensão à criminalidade. “Os estudos de frenologia ou craniologia foram os primeiros a serem aplicados. Modelo de sucesso em outras instituições brasileiras, na escola baiana tais análises cumprirão um papel delimitado, qual seja, identificar as raças, refletir sobre o atraso, ponderar sobre a fragilidade dos cruzamentos. “Para um povo de população heterogênea como o brasileiro, a identificação craniológica das raças adquire em medicina legal uma importância máxima”, dizia o artigo da Gazeta Médica da Bahia, publicado em 1902 e escrito pelo prof. Nina Rodrigues”. SCHWARCZ, 1993, p. 275.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 107.

O pensamento racista defendia que, caso os povos indígenas vivessem resistissem ao ímpeto pacificador e civilizacional, poderiam ser exterminadas, até mesmo porque o estudo de seus vestígios e corpos serviria como atestado de sua inferioridade.

Nesse mesmo período, o patrimônio alusivo aos povos indígenas restringia-se a acervos museológicos ou sítios arqueológicos monumentais, provas de um estágio evolutivo da humanidade, bem como da missão civilizadora do europeu. Tal visão é perpetuada na contemporaneidade, quando da defesa de destruição de sítios arqueológicos em prol do progresso. Frases como “são coisas de índios”, “vai parar a obra por causa de osso de cachorro”, “quem quer saber de coisa de índio, tem que pensar na gente”, já ouvidas em nossas pesquisas, reforçam o diminuto valor atribuído a um passado profundo e primitivo.

Quando tal discussão é utilizada para compreender os processos significantes entre a comunidade e o sítio arqueológico, inicialmente é possível perceber a incongruência institucional em preservar um legado que tem quatro mil anos, referente a uma ocupação indígena e, ao mesmo tempo, o descuido e a falta de informação com o mesmo espaço. Muitos moradores locais alegaram que, se for para deixar abandonado, o local deveria ser loteado, permitindo o progresso da região.

Uma fala icônica, proferida por uma moradora a outra, contestava a preservação do Sambaqui Capivari I, uma vez que ele fazia alusão ao passado, morto e enterrado, sendo necessário, portanto, que pensássemos nos vivos e construíssemos coisas novas no local do sítio arqueológico. A visão comparativa civilizacional leva a uma contestação da preservação patrimonial, uma vez que se trata de um legado atrasado, ultrapassado e, para muitos, desconexo de sua história. A memória desse passado deve ser deletada, já que está “morto e enterrado”.

Ao fim do período imperial brasileiro, a recente República também recorreu a espaços memoráveis para a construção de sua narrativa histórica. O movimento narrativo consistiu na descrição do período monárquico como atrasado. A perspectiva racial foi defendida, no âmbito institucional, até meados dos anos de 1920. Ao final desse período, o interesse sobre o passado do território mudou, em especial acerca das populações autóctones, buscando-se, então, a construção de uma nova imagem da nação, apresentada como moderna, industrial e urbana¹⁹².

¹⁹² BUENO, Lucas. Arqueologia, Patrimônio e Sociedade: quem define a agenda? **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 26, 2011. p. 55-72, dez. 2011. DOI:10.5007/2175-7976.2011v18n26p55.

No limiar do século XX, um importante marco na cultura brasileira e sua representação foi A Semana de Arte Moderna – 1922¹⁹³. Intelectuais que participaram de tal movimento, influenciados pelas vanguardas modernistas europeia e norte-americana, discutiram e representaram a diversidade/miscigenação cultural brasileira. A partir dos anos de 1920, o Brasil começou a apresentar elementos de uma “brasilidade”, produzida na mistura racial. O novo Brasil era, então, entendido a partir da

[...] valorização dos dialetos locais, da cultura caipira, do folclore, dos costumes e dos tipos ruais foi criada a partir da contraposição ao polo urbano, visto como cosmopolita e “estrangeirado”. Não se cogitava sobre o caráter compósito e ambíguo do modernismo, abarcando pluralidades espaço temporais. O resgate das tradições realização em nome de um Brasil moderno, que já se fazia anunciar¹⁹⁴.

Velloso recorda que o ano de 1922 foi um contexto favorável aos exercícios de memória no Brasil, levando em conta os intensos movimentos políticos, militares e religiosos vivenciados aqui. Chegando aos anos de 1930, as teorias raciais de cunho científico perderam força no cenário brasileiro; estudiosos, influenciados por antropólogos culturalistas, começaram a pensar sob o égide da dinamicidade cultural humana.

Foi também nesse período que ocorreu o incremento na construção do conhecimento em solo brasileiro, com a formação de novas universidades, a criação do Ministério da Educação, bem como a inclusão da História como disciplina autônoma nos currículos escolares¹⁹⁵. Todas as mudanças auxiliaram o Estado-nação a construir o sentimento nacionalista, recorrendo à necessidade histórica a partir da valorização da República.

O Estado Novo, de Getúlio Vargas, entendeu o campo histórico, cultural, memorial e educativo como parte essencial na construção da nacionalidade brasileira, identidade esta unificada, pautada no civismo e no patriotismo.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/271158746_Arqueologia_patrimonio_e_sociedade_quem_define_a_agenda. Acesso em: 14 maio 2023. pp.57

¹⁹³ O movimento modernista dos anos 1920 no Brasil é parte de um processo já presente nos finais do século XIX e no contexto da proclamação republicana. Nesse período, havia tanto a discussão eugênica do que seria moderno, urbano, industrial, como a apresentação de um país interiorano, diverso, mestiço e desconhecido na produção intelectual brasileira.

¹⁹⁴ VELLOSO, Mônica P. **História & Modernismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.22.

¹⁹⁵ BUENO, 2011, p.57-58.

Redimensionando questões como agrarismo, ruralismo, provincianismo, patriarcalismo, tradição e folclorismo, o imaginário regional mostrou-se extremamente rico e flexível. É no bojo dessa historicidade que ele deve ser pensado, destacando-se as suas múltiplas configurações e temporalidades. Essa possibilidade articuladora do regional/nacional foi uma das estratégias mais bem-sucedidas do regime autoritário do Estado Novo (1937-1945)¹⁹⁶.

O governo Vargas utilizou a valorização cultural brasileira, ao menos uma parte dela, para o enaltecimento do Brasil e, principalmente, de sua *persona*. Não é à toa que a primeira Constituição a fazer menção aos monumentos históricos, artísticos e naturais foi a de 1937, a qual, em seu Art. 134, trazia que

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional¹⁹⁷.

Na mesma Constituição, em seu Capítulo II, Art. 148, atribuía-se responsabilidade à União, junto aos estados e municípios, em proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país. Há de se considerar que, em Constituição anterior à de 1934, já constava a proibição da evasão de obras de arte do território brasileiro, bem como o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras quando viesse a se revestir de uma função social¹⁹⁸. Mesmo que isso estivesse expresso na constituinte, foi apenas em 1937 que se destinou um artigo específico à preservação dos monumentos históricos brasileiros.

Também foi no início do Estado Novo que ocorreu a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, subordinado ao Ministério da Educação — inicialmente, denominado Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob direção de Rodrigo Franco de Mello. No mesmo ano, foi sancionado o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, tratando do ato/ação de tombamento patrimonial. No capítulo I, Art. 1º, do Decreto nº 25/37, define-se como patrimônio histórico e artístico nacional:

¹⁹⁶ VELLOSO, 2010, p.61.

¹⁹⁷ BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

¹⁹⁸ FUNARI E PELEGRINI, 2009, p.44.

[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana¹⁹⁹.

Dois pontos, do presente decreto, podem servir à nossa análise: a necessidade de oficialização do patrimônio histórico — a partir da inscrição nos livros tombos; a excepcionalidade dos bens a serem preservados. Mas o que era considerado excepcional? Como já visto, desde a vinda da família real ao Brasil ocorreu a valorização do legado luso-cristão colonial, e ele continua a ser preservado junto aos símbolos da recente República.

A perspectiva patrimonial brasileira, apresentada até aqui, é entendida como categoria de *ida/vinda* do contexto europeu, tanto com o legado luso, com a vinda da família real, como com a institucionalização do patrimônio histórico no início do século XX, que apresentou forte influência dos parâmetros europeus contidos nas Cartas de Atenas de 1931 e 1933. Na constituinte de 1937, bem como nos documentos legais que a acompanharam, é constatada a busca por elementos excepcionais e memoráveis da história brasileira, contributos à formação de uma identidade nacional.

Guardaram-se os artefatos de exceção e perderam-se os bens culturais usuais e corriqueiros do povo²⁰⁰. O legado, de valor europeu, excluiu a representatividade da maior parte do povo brasileiro. No ano de 1890, a maioria da população (56%) era considerada mulata ou negra, e 44% era considerada branca, sendo que a maioria branca estava no Sudeste e no Sul, devido ao processo de imigração incentivada no período.

Os dados mostravam que boa parte da população, ao final do século XIX, era composta por negros e mulatos, todavia são poucos os bens destes que foram preservados na política de memória da nação. Um bom exemplo é a Capoeira,

¹⁹⁹ BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

²⁰⁰ LEMOS, Carlos A.C. O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 2000

atividade de resistência dos negros escravizados, criminalizada até se tornar patrimônio nacional, por meio de sua transformação em atividade física, acompanhada do esvaziamento de seu significado. Há, portanto, questões raciais latentes envoltas na construção da categoria patrimônio cultural no Brasil. Sobre os processos de invenção do patrimônio cultural, Prats²⁰¹ assevera:

Associo os processos de invenção à capacidade de gerar discursos sobre a realidade com vistas a adquirir cartas da natureza, e, portanto, com o poder (não apenas com o poder político se este for entendido como exclusivamente o que deriva do Estado), e associo a ideia de construção social aos processos de legitimação, ou seja, de assimilação social destes discursos mais ou menos inalterados.

Nessa perspectiva, os bens patrimoniais brasileiros elencados levaram a uma visão distorcida da memória coletiva, pois, justamente por serem excepcionais, acabavam não tendo uma ampla representatividade. No ano seguinte ao Decreto n. 25/37, ocorreram muitos tombamentos, sendo, em sua maioria, de casarios, cidades históricas, fortes, monumentos de fatos memoráveis do país, bem como alguns acervos documentais e museológicos. A maioria dos bens tombados está na região litorânea e faz referência ao período colonial brasileiro; há novamente o reforço ao mito fundador (descobrimento do Brasil pelos portugueses) e a valorização do legado luso-cristão.

A escolha dos bens patrimoniais a serem tombados, desenvolvida por intelectuais do IPHAN logo após 1937, foi orientada por critérios de seleção que observavam as características estéticas, a autenticidade e a excepcionalidade. Tais pontos foram espelhados no modelo francês, que serviu de modelo também para a lista de patrimônios culturais da Humanidade²⁰². Não versaremos, neste momento do texto, acerca do entendimento de patrimônio arqueológico no mesmo contexto, uma vez que haverá espaço próprio para tal temática.

Voltando-nos ao campo das constituintes, se observadas as seguintes ao ano de 1937 — a de 1946 e a de 1967 —, elas dedicam apenas um artigo cada para as “obras e monumentos históricos e artísticos”; são os artigos 175 e 172, respectivamente:

(Const. 1946). Cap. II. Art. 175 - As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens

²⁰¹ PRATS, 1998, p.63-65. Tradução nossa.

²⁰² FUNARI e PELEGRINE, 2009, p.45.

e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público²⁰³.

(Const. 1967). Art. 172 - O amparo à cultura é dever do Estado. Parágrafo único - Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas²⁰⁴.

O texto é basicamente o mesmo entre elas; há apenas um adendo, na constituinte de 1967, acerca das jazidas arqueológicas. Em ambas as constituintes (1946 e 1967), a notoriedade dos patrimônios protegidos pelo Estado é destacada, cabendo a este sua proteção. A definição do que vem a ser Patrimônio Histórico e Artístico continua amparada no decreto de 1937, portanto os patrimônios (materiais, de pedra e cal e celulose) persistem no cerne simbólico da construção da identidade nacionalista.

Se refletirmos que a constituinte de 1967 foi instituída durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, o patriotismo e a formação do sentimento nacionalista serão reafirmados. Análogo a Getúlio Vargas, quando do uso da categoria patrimônio histórico e de demais elementos simbólicos da nação, o período ditatorial também se volta — em menor medida e com a desvalorização do campo científico — para os patrimônios representativos de determinados grupos, principalmente aqueles referentes aos feitos patrióticos do Brasil.

Para o governo ditatorial, a cultura deveria ser controlada, uma vez que, por meio dela, era possível defender o ideário de uma conduta passada e imposta à população. Em busca de tal objetivo, a ditadura estabelecia como meta a defesa e a valorização da cultura nacional, fazendo-o por meio da censura a gêneros e produções culturais que considerassem problemáticos, dada a conduta defendida²⁰⁵. É por óbvio que tudo o que representava o povo pobre, preto, indígena, as mulheres e outros grupos minorizados entraria para a lista de censura.

No campo patrimonial, o governo ditatorial fez muitas mudanças no IPHAN, entendendo-o como mais um instrumento na construção ou rememoração de

²⁰³ BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

²⁰⁴ BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

²⁰⁵ SANTOS, Jeaniny S. D. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: as políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. **SURES**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 13, p. 61-70, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1816/1812>. Acesso em: 19 abr. 2022.

símbolos da nação. Por parte de tal perspectiva, “[...] a preocupação do passado histórico passara a integrar também um verdadeiro calendário de comemorações de centenários de acontecimentos, de nascimentos ou morte dos mais notáveis vultos de instituições da história do Brasil”²⁰⁶.

A partir do ano de 1968, com a instituição do Ato Institucional número 5, o campo patrimonial ficou mais debilitado. Várias obras receberam intervenções e proibições. Nos anos seguintes, as ações voltadas ao campo patrimonial ficaram restritas à coibição e ao controle do comércio de obras de arte antigas, junto ao uso de prédios tombados e/ou de valor histórico como repartição pública; também houve a promoção de alguns cursos de formação de mão de obra especializada para a área e incentivo à produção artística e literária, que tinham como objetivo apresentar e estudar valores nacionais e regionais²⁰⁷.

Foi nesse contexto de controle militar que, na década de 1970, ocorreu, na capital Brasília, o 1º Encontro dos Governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais do país. O encontro, realizado no mês de abril daquele ano, teve como produto o documento intitulado *Compromisso de Brasília*. Do documento, selecionamos o excerto abaixo, extraído do item 9:

Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídos nos currículos escolares de nível fundamental, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais e da cultura popular, adotado o seguinte critério: no nível elementar, noções que estimulem a atenção para os monumentos representativos da tradição nacional; no nível médio, através das disciplinas de Educação Moral e Cívica; no nível superior (a exemplo do que já existe no curso de Arquitetura, com a disciplina de Arquitetura do Brasil), a introdução, no currículo das escolas de Arte, da disciplina de História da Arte no Brasil; e nos cursos não especializados, a de Estudos Brasileiros, partes destes consagrados aos bens culturais ligados à tradição nacional²⁰⁸.

Considerada a primeira carta patrimonial brasileira, fica evidente a relevância dos patrimônios culturais como parte do sistema simbólico, necessário à construção da identidade nacional. O *Compromisso de Brasília* reforça a necessária participação dos estados e municípios na proteção e valorização dos bens culturais regionais,

²⁰⁶ GOMES, 1996, p.146 apud SANTOS, 2019, p.64.

²⁰⁷ FUNARI e PELEGRINE, 2009, p.48.

²⁰⁸ COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970.

indicando a criação de órgãos, voltados ao campo patrimonial, em todas as esferas de governo. O documento aborda ainda a necessidade da participação de universidades, não só na formação de profissionais para a área patrimonial, mas também para o estudo, salvaguarda e difusão do patrimônio nacional.

A demanda de criação de órgãos, ou mesmo o reforço de alguns já existentes, apresentava a relevância dada, por um período ditatorial, acerca da necessidade de um aparato estatal para lidar com bens patrimoniais e, por conseguinte, com o controle das narrativas históricas e representativas aos grupos formadores do Brasil.

O projeto político do governo militar utilizava os recursos simbólicos da memória social para forjar novos conceitos de cultura e identidade nacionais com a finalidade de retratar o Brasil Potência, na medida em que assumia a cultura um papel para a construção de um projeto de hegemonia²⁰⁹.

No ano seguinte, em 1971, ocorreu o II Encontro de Governadores para a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, realizado em Salvador. No *Compromisso de Salvador*, documento oriundo do encontro, reafirmou-se o *Compromisso de Brasília*, bem como a necessidade de criação de um Ministério da Cultura — a cultura até então estava dentro do Ministério da Educação. O documento salientava a necessidade de criação de leis complementares de proteção aos bens culturais brasileiros, destacando as demais esferas estaduais e municipais, com a proposição de fundos específicos para tal temática.

Em um período tão controlador e violento, por parte do governo, em contato com um contexto externo de liberação sexual, movimentos jovens, lutas de movimentos negros e demais avanços e reivindicações de populações minorizadas, o Estado brasileiro se preocupou em controlar o campo patrimonial, por entendê-lo como um espaço que serviria à reivindicação ou legitimação das pautas sociais, culturais e identitárias.

As vozes, culturas e elementos patrimoniais de indígenas, que sofriam pelas mãos do Estado ou por omissão deste (vide o Relatório Figueiredo²¹⁰); das mulheres

²⁰⁹ SANTOS, 2019, p.64.

²¹⁰ Esse relatório foi construído pela Comissão de Inquérito, criada pela Portaria nº 239/1967, do Ministério do Interior, e presidida por Jader Figueiredo, em 1967, para investigar os abusos, que desde o início da década de 1960 (citando apenas os inquéritos construídos), e mesmo antes, o Serviço de Proteção ao Índio cometia nos postos indígenas em terras indígenas sob tutela do órgão. A Comissão percorreu mais de 16.000 mil quilômetros e visitou mais de 130 postos indígenas em todo o Brasil. O Relatório foi publicado em 1968, teve repercussão na mídia nacional

que buscavam mais espaços e direitos; da população negra; dos ambientalistas e de demais coletivos e povos minorizados são silenciadas nesse processo de controle de produção da história. Cabe também lembrar que, de forma paralela, a quantidade de obras de infraestrutura avançava pelo Brasil; em seu caminho, pereciam os povos indígenas, ribeirinhos, caboclos, silenciados tanto narrativamente quanto fisicamente, por meio do extermínio de seus corpos e memórias.

Com o avanço das obras de infraestrutura e já em período da “lenta, gradual e segura” democratização do país, foi instituída a Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, versando também sobre o licenciamento ambiental no Brasil²¹¹. Para posterior regulamentação e aperfeiçoamento da lei, instituíram-se outras normativas, como a Resolução Conama n. 001, de 23 de janeiro de 1986.

Na década de 1980, o movimento ambientalista brasileiro estava consolidado; aliado à crescente preocupação em torno das questões ambientais estava o interesse brasileiro em conseguir recursos financeiros internacionais. Nesse ínterim, foram inseridos os bens culturais como objeto de levantamento e salvaguarda no transcórre do processo de licenciamento ambiental. Destaca-se que, desde a década de 1960, o IPHAN é consultado em estudos de impacto de grandes empreendimentos, todavia sem regulamentação própria para tal. Tais mudanças, aliadas às intensas lutas sociais, influenciaram no entendimento de Patrimônio Cultural Brasileiro, presente na nova constituinte de 1988.

Acompanhando todo o processo de redemocratização, imerso em um contexto de ampla discussão e revisão de conceitos como cultura, identidade; viradas

e internacional, e diante da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, o relatório desapareceu. Acreditava-se que o relatório, com mais de 7 mil páginas, havia sido queimado em um incêndio no Ministério da Agricultura, em 1967 (confusão de datas da apresentação do relatório). Foi encontrado no Museu do Índio no Rio de Janeiro, em 2013, pelo vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic. RESENDE, Ana Catarina Zema de. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a "justa memória". SIQUEIRA, Gustavo Silveira; WOLKMER, Antonio; PIERDONÁ, Zélia Luiza. **História do direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 489-513.

²¹¹ “O licenciamento ambiental é um instrumento instituído pela Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981). Sua finalidade é a aprovação ambiental de empreendimentos com potencial degradação ambiental, listados no Anexo I, da Resolução CONAMA nº 237/1997. Esse documento preconiza que empreendimento nas áreas de Extração e Tratamento de Minerais; Obras civis; Serviços de utilidade; Turismo; Atividades agropecuárias, por exemplo, necessitam, para sua instalação e operação, passar por procedimentos de licenciamento ambiental junto aos órgãos responsáveis, devido aos impactos que podem causar ao meio ambiente”. BONFIM, Paôla Manfredini Romão et al. A cultura no licenciamento ambiental: a anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). In **Gestão e Sustentabilidade Ambiental**. Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 3-29, 2020.

linguísticas nos campos da antropologia, história, psicologia, linguística; importantes movimentos sociais de políticas de identidade, a Constituição de 1988 revolucionou as demais não só por ampliar a ideia e a diversidade de patrimônios, mas por definir o que é Patrimônio Cultural brasileiro, o que não havia ocorrido nas constituintes anteriores. Pela primeira vez, o termo identidade e memória são citados nesse contexto, e os patrimônios aqui tratados, tanto de natureza material como imaterial, são considerados como referentes e aportes às identidades e memórias dos diversos grupos que compõem o Brasil.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico²¹².

A Carta Magna de 1988 reconhece a contribuição de conselhos municipais participativos, uma vez que prega ser a comunidade uma colaboradora ativa na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro. Para tanto, estabelece maneiras de participação social, como: o direito de acesso à informação, o direito de petição, a ação popular, entre outros mecanismos que podem ser usados nas várias esferas, dentre elas a patrimonial²¹³.

Algumas ações realizadas no campo patrimonial brasileiro, nos anos de 1980 e 1990, buscaram o exercício patrimonial envolvendo a participação de agentes locais. Relacionada com a nossa área de atuação, a existência de tal prerrogativa, que aponta a comunidade como colaboradora ativa na promoção e proteção do patrimônio cultural, deve ser respeitada e estimulada. Portanto, a comunidade como agente importante dos processos patrimoniais é um item constitucional.

²¹² BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>. Acesso em: 20 fev. 2020.

²¹³ PAIVA, Marcelo C. D. Políticas municipais de preservação: perspectivas de participação social na proteção do patrimônio cultural. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 93-19, jan./abr 2017.

Além de ampliar o campo patrimonial, reforçando os bens imateriais, o texto da nova constituinte coloca os patrimônios como referentes simbólicos de identidades, dos mais variados grupos que formam a sociedade brasileira, ainda que continuem sob um grande guarda-chuva institucional da identidade nacional. Os variados bens, agora reconhecidos, começam a fazer parte da composição da identidade nacional brasileira, podendo-se citar como exemplos: o samba, a capoeira, a feijoada, espaços religiosos de matriz afro, grafismos indígenas, entre outros.

Todavia, é preciso pontuar que muitos desses patrimônios são expropriados dos grupos que os produziram; seus sentidos são silenciados, para servirem a uma nação que se colocava como multicultural e miscigenada, em uma perspectiva agora romântica desse sentido. O patrimônio cultural nacional, que serve à exportação de uma imagem multicultural brasileira, não estaria agindo mais em prol do colonialismo do que como espaço de memória dos grupos referentes?

Cunha problematiza a patrimonialização de conhecimento dos povos indígenas, com enfoque nos conhecimentos tradicionais e nos direitos intelectuais. Para a autora, o patrimônio entra como um importante recurso de defesa da soberania nacional diante dos interesses das demais nações. Quando isso ocorre, o discurso é: “são os nossos indígenas e nosso patrimônio”. Porém, quando se volta à perspectiva interna de divisão dos benefícios adquiridos com tal patrimonialização, o sentimento se reduz substancialmente. Nesse aspecto,

Fazer parte de um patrimônio nacional, claro está, é uma faca de dois gumes: se por um lado valoriza o status simbólico indígena, por outro, transforma os povos indígenas em ‘nossos índios’, uma fórmula que condensa a ambiguidade inerente à condição de indígena²¹⁴.

A maioria dos patrimônios referentes às populações minorizadas brasileiras compõem o que hoje denominamos como imaterial. O reconhecimento e a proteção dessa forma de patrimônio podem ser considerados um passo importante para a valorização e o reconhecimento dessas memórias. Apesar de já estar nomeado na Constituinte de 1988, o patrimônio imaterial brasileiro careceu, durante um bom tempo, de reconhecimento institucional.

A valorização do campo imaterial chegou a constar no anteprojeto de Mario de Andrade (1937), mas foi removida quando da promulgação do texto do Decreto

²¹⁴ CUNHA, 2009, p. 332.

25/37. O patrimônio imaterial só vem a ser reconhecido e protegido, oficialmente, no ano 2000, por meio do Decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro de bens imateriais. O reconhecimento na legislação brasileira ocorreu três anos antes da Convenção do Patrimônio Imaterial de 2003 (UNESCO), ratificada pelo Brasil em 2006, tendo os primeiros bens inscritos em 2008. Temos um exemplo de como as políticas culturais e patrimoniais estavam mais avançadas na América Latina em relação ao Norte Desenvolvido.

No Decreto, Art. 1º, parágrafo 2º, consta o seguinte texto: “A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”²¹⁵.

O segundo bem imaterial brasileiro registrado (2002) foi a Arte Kusiwa, um sistema de representação gráfico dos povos indígenas Wajãpi. No ano seguinte, esse patrimônio foi reconhecido como patrimônio da humanidade (2003). O fato de um patrimônio indígena ser um dos primeiros a ser reconhecido, seguido de outros bens de matriz afro, é demonstrativo do quão importante era o reconhecimento do patrimônio imaterial como patrimônio cultural brasileiro.

A ampliação semântica proposta, após a última constituição, provocou uma reorientação metodológica na política patrimonial brasileira, que agora se via desafiada a representar a diversidade cultural do país e as miríades de seus suportes de memória²¹⁶. De acordo com Meneses²¹⁷, a nova constituinte trouxe para o patrimônio cultural brasileiro um deslocamento de matriz, ou seja, as comunidades ganharam mais autonomia para eleger suas referências culturais, privilegiando-se o uso social do patrimônio, estando o Estado como mediador do processo, por meio de máxima participação popular.

A mudança resulta do processo de redemocratização do Estado brasileiro, mas, principalmente, do fortalecimento de movimentos sociais, identitários e intelectuais que entendem a categoria patrimônio cultural como um espaço de reivindicação e garantia de direitos, no exercício de “*vuelta*” da categoria. Desde o

²¹⁵ BRASIL. Decreto-Lei no 3.551/2000.

²¹⁶ SILVA, Ana C. R.; SIMONIAN, Ligia T. L. A política patrimonial atual do Brasil e a gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, RS, v. 10, n. 18, p. 48-64, jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/11079>. Acesso em: 13 maio 2022. pp.49.

²¹⁷ MENESES 2012, p.33 apud SILVA; SIMONIAN, 2017, p.53.

final do século XX, vários bens patrimoniais, representativos de diversos grupos formadores da sociedade brasileira, foram inventariados, tombados e registrados. Todavia, ainda há uma enorme diferença numérica entre os bens materiais e imateriais.

Desde 2002, o Conselho Consultivo do IPHAN indicou o registro de 38 bens, sendo o último deles a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, em 2015.⁴ Há, portanto, uma média de 2,9 nomeações anuais, uma média baixíssima que é, em parte, oriunda de uma metodologia mais sofisticada e lenta do que as antigas práticas de identificação e nomeação do patrimônio edificado, tradicionalmente descritivas e feitas sem consulta à sociedade local. Não há, contudo, como negar que o investimento do Estado nessa ação é de escala obviamente irrelevante em relação ao rol de bens materiais, que recebeu 167 tombamentos na década de 2000 e 123 entre 2011 e 2015²¹⁸.

Essa disparidade é também regional. Segundo um levantamento feito por Vieira Filho²¹⁹, entre os anos de 1938 e 2010, a região Sudeste detinha 45,7% dos bens protegidos, seguida da região Nordeste, com 35,1%.

A coincidência não pode ser tomada como eventual, mas deve sim ser compreendida como parte de uma reiterada interpretação do país em que essas duas regiões, base geográfica inicial da colonização portuguesa e lócus simbólico da mestiçagem entre brancos e negros, são aquelas que definem o caráter “nacional” desde o estabelecimento das políticas culturais na década de 1930. Excluem-se assim, e reincidentemente, as populações indígenas ou imigrantes da centralidade simbólica do país²²⁰.

O cenário do patrimônio brasileiro teve muitos avanços, principalmente quando legal e institucionalmente foi visibilizada a diversidade patrimonial existente. Todavia, como parte integrante de um processo histórico que privilegiou e ainda privilegia determinados grupos, continua visível a desigualdade no campo simbólico e narrativo do patrimônio cultural. Logo, o patrimônio cultural se reafirma como um importante espaço de disputas e de conquistas narrativas e sociais na contemporaneidade.

²¹⁸ MARINS, Paulo C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, abr. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>. Acesso em: 10 abr. 2023. p.18.

²¹⁹ VIERA FILHO, 2011 apud MARINS, 2016.

²²⁰ MARINS, *op.cit.* p.18.

3.2.1 A *Vuelta* da categoria: resistência, sobrevivência e o “patrimônio cultural”

Se **Javé** tem algum valor, são as histórias das origens, os guerreiros que vocês vivem contando, isso é patrimônio (**Filme Narradores de Javé, 2004**²²¹).

A frase que inicia a discussão acerca da categoria “patrimônio cultural” no Brasil foi retirada do filme *Narradores de Javé*, com roteiro e direção de Eliane Caffé, lançado em 2004. Essa produção do cinema brasileiro conta a história do povoado de Javé, que, diante da ameaça de remoção de seu vilarejo, em vista da construção de uma hidrelétrica, vê no processo de patrimonialização seu colete salva-vidas.

Os moradores desse pequeno vilarejo começam a “registrar” suas histórias, buscando enaltecer feitos e personagens que estariam ligados à fundação do seu território. Ocorre o entendimento de que a patrimonialização das suas histórias evitaria a destruição da cidade. Dessa maneira, a categoria “patrimônio cultural” seria utilizada, pela comunidade, como um importante recurso de sobrevivência.

A partir da reflexão proporcionada pela presente produção cinematográfica, nosso texto caminha a pensar e exemplificar a devolução da categoria “patrimônio cultural”, com aspas, para servir às reivindicações e lutas dos mais variados grupos perante o poder e ação estatal.

Os sambaquis, objetos e sujeitos desta tese, nascem no escopo patrimonial no momento de seu registro. Não fazem ligação histórica direta com nenhum grupo existente hoje no Brasil, mas podem, enquanto categoria, serem reapropriados pelas comunidades vizinhas como lugares de memória do território em que vivem. Estão atravessados por todos os discursos e conceitos trabalhados até aqui, que dificultaram a construção de um elo entre sítio e comunidade urbana que se avizinha, ao mesmo tempo em que podem, a partir de então, servir à ampliação dessa corrente de proteção.

Pode a categoria “patrimônio cultural” ser devolvida à estrutura estatal, que patrimonializa e age de forma autorizada e autoritária, beneficiar a própria comunidade? Foi entregue a ela um patrimônio oficial autorizado?²²²; Se lhe cobram

²²¹ NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Estúdio: Bananeira Filmes. Distribuição: Riofilme. 2004. Tempo de Duração: 100 minutos.

²²² SMITH, 2011.

e penalizam o uso incorreto daquele espaço, a comunidade, por meio de seus representantes, pode usar essa categoria para reivindicar melhorias no espaço que a beneficia.

Isso posto, a outrora discussão sobre a construção da categoria patrimônio cultural contribuiu para o entendimento de seu reflexo no contexto da comunidade urbana estudada, experiência que pauta parte do discurso contestatório da comunidade para com o patrimônio arqueológico. A partir dessa análise e de um processo de desconstrução da perspectiva colonialista tão arraigada, é possível auxiliar o processo de devolução da categoria “patrimônio cultural”, transformando a realidade da comunidade.

A comunidade não pôde participar do processo de patrimonialização dos sítios arqueológicos, mas pode e deve participar das demais decisões de gestão e uso desses espaços. Se a própria Constituição de 1988 assegura em seu Art. 216, parágrafo 1º, que “[...] o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”, como pode a comunidade não estar integrada em tal processo? Excluir a comunidade local é agir de forma inconstitucional.

O exercício patrimonial por parte da comunidade, a abertura de espaço de fala para suas reivindicações, a construção de uma proposta de uso e proteção do patrimônio arqueológico, feita juntamente com a comunidade, são expressões da apropriação e uso do “patrimônio cultural”.

Uma vez que os sítios sambaquis são referentes a uma memória indígena, ainda que, no presente contexto, como espaço de disputa entre a sociedade não indígena, buscamos exemplificar como esses povos podem realizar a *vuelta* do “patrimônio cultural”. Destarte, é possível problematizar a função social da arqueologia e sua relação com as sociedades indígenas contemporâneas, como forma de contribuir com tal retorno, revisando a contribuição da arqueologia para discursos evolucionistas e raciais.

3.2.1.1 “Patrimônio cultural”: o uso da categoria por povos indígenas

Patrimônio cultural imaterial, patrimônio material? É tudo misturado!
Para explicar, desenhamos um rapaz que está todo enfeitado. Desenhamos esse nosso parente enfeitado para a gente entender melhor onde está o

patrimônio material e onde está o patrimônio imaterial. De um lado, colocamos o patrimônio material, do outro o imaterial. Todos nós sabemos que o imaterial é a fonte do patrimônio material. Para nós, é *entu*, fonte. Está na cabeça desse rapaz que desenhamos, está no pensamento dele. Se ele não tiver esse conhecimento dentro dele, como é que ele vai fazer os enfeites que ele está usando aqui, como é que ele vai poder repassar para os filhos dele? O patrimônio imaterial é o conhecimento que foi repassado para esse rapaz. É o invisível que está dentro, que comanda tudo. O conhecimento que ele tem para fazer os adornos que ele vai tecendo. Isso quer dizer que ele não deixou acabar o conhecimento (João Asiwefo Tiriyo²²³).

Figura 16 – Desenho feito por Justino Tiriyo para representar o que é patrimônio cultural material e imaterial



Fonte: Gallois, 2006, p. 8.

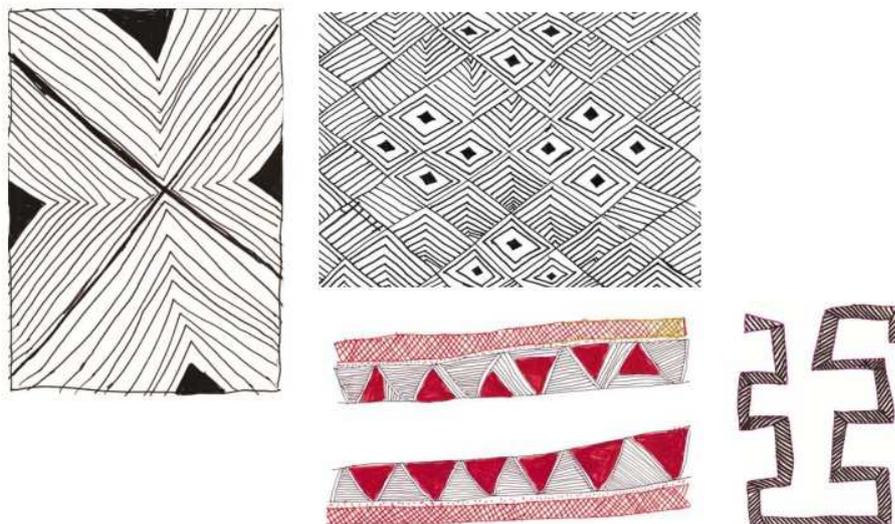
A fala de João Asiwefo Tiriyo problematiza a visão ocidental que separa o patrimônio material do imaterial e nos alerta que, para conhecer e apreciar o patrimônio indígena, precisamos entender a conexão entre o imaterial — conhecimento, ideia, *entu* — e a materialização deste. O ideal é que esse entendimento estivesse presente sempre que agíssemos com a categoria patrimônio cultural como um todo.

²²³ João Asiwefo Tiriyo in GALLOIS, 2006, p.8.

A Arte Kusiwa, o segundo bem patrimonial imaterial registrado no Brasil, é um sistema de representação gráfica (vide figura 16) dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá.

Figura 17 – O repertório de padrões kusiwarã

O repertório de padrões *kusiwarã* comporta cerca de 25 padrões básicos que são sempre aplicados no corpo na forma de composições.



Fonte: Gallois, 2014, p. 2.

A arte gráfica kusiwarã e os saberes orais que lhes são associados, constituem uma prática e um sistema de conhecimento que remonta, segundo os Wajãpi, ao começo dos tempos, quando todos os seres do universo, originalmente indiferenciados (sem cor, transparentes, todos “como a gente”), distinguiram-se entre si através do uso de marcas próprias que reencontramos até hoje nos grafismos usados para decorar o corpo dos humanos Wajãpi²²⁴.

Registrada como patrimônio imaterial brasileiro em 2002, no ano seguinte recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco. O registro como patrimônio cultural brasileiro partiu do desejo das principais lideranças do grupo e dos professores indígenas, por meio da Apina – Conselho das Aldeias Wajãpi, com o auxílio do Museu do Índio/Funai.

Após o registro no Brasil, deu-se início a uma discussão em torno da candidatura do bem à Unesco, pleiteando seu reconhecimento como patrimônio da

²²⁴ GALLOIS, Dominique T. Expressões gráficas e orais dos Wajãpi do Amapá. Oficina “Desafios para uma candidatura ao Patrimônio Mundial”. Rio de Janeiro, 2014. Slide. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Waj%C3%A3pi_Dominique%20Gallois.pdf. Acesso em: 27 out. 2021. pp.6.

humanidade. A estruturação do plano de ações proposto à Unesco e a elaboração do dossiê foram realizados pela antropóloga Dominique Tilkin Gallois, contando com a participação de pesquisadores do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-USP), bem como com a colaboração dos assessores do Programa Wajãpi — desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (Iepé). Outro apoio importante para a candidatura veio do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Governo do Estado do Amapá. A candidatura foi apresentada à Unesco em setembro de 2002²²⁵.

Segundo Gallois²²⁶, existiram duas principais razões para que os Wajãpi elencassem os padrões gráficos Kusiwa e os saberes orais associados para compor o dossiê de candidatura à Unesco. Na perspectiva dos Wajãpi jovens, era um movimento de proteção da sua arte gráfica, diante do uso para fins comerciais e publicitários sem autorização ou partilha dos lucros.

Na visão dos mais velhos, tornar sua arte um patrimônio reconhecido servia à proteção do conhecimento como um importante registro para a posterioridade. A atitude dos mais velhos ocorre em um contexto no qual os mais jovens estariam evitando usar os grafismos por medo do julgamento e falas preconceituosas dos *karaikõ* (coletivo genérico para designar os não-índios)²²⁷.

Em dossiê realizado pelo Iphan²²⁸, a discriminação sofrida pelos Wajãpi levou seus jovens a esconder e, até mesmo, depreciar sua identidade indígena. Por conseguinte, houve casos de crises profundas de angústia, momentos de disputa e discussão com os adultos, chegando ao extremo de alguns membros do grupo cometerem suicídio.

Em ambos os fatores que justificavam a patrimonialização, a categoria “patrimônio cultural” foi entendida como uma forma de proteção de uma prática cultural. No dossiê encaminhado à Unesco, os Wajãpi deixam claro que não há intento em eternizar os elementos de sua cultura, mas, antes, alcançar “respeito e compreensão de sua capacidade de integrar objetos, técnicas e reflexões aos seus modos de perceber e se posicionar no mundo”²²⁹.

²²⁵ GALLOIS, Dominique T. Wajãpi frente à sua “cultura”. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, 2005. p. 1-14.

²²⁶ *Ibid.*

²²⁷ *Ibid.*

²²⁸ DPI/IPHAN. Dossiê IPHAN 2 {Wajãpi}. Expressão gráfica e oralidade entre os Wajãpi do Amapá. 2008, 137p, p.78.

²²⁹ GALLOIS, 2005, p.2.

Apresentar e valorizar o patrimônio cultural indígena também contribui para desconstruir o discurso do “povo sem”. Em uma perspectiva evolucionista cultural e estruturalista, os povos indígenas brasileiros são caracterizados pela simplicidade de sua cultura material, como se estivessem em um estágio de infância da humanidade.

Trazendo para os discursos acerca dos sambaquis Capivari I e Capivari II, não é incomum o espanto com a descoberta de que as sociedades indígenas, construtoras de sambaquis, confeccionavam redes de pesca, anzol, construíam barcos e podiam fazer esculturas em pedra – zoólitos. Uma vez que tais espaços são associados aos povos indígenas de um passado distante, seus vestígios arqueológicos seriam resultado de seres primitivos, selvagens, que teriam apenas o arpão para a caça, item necessário à subsistência do grupo.

Até hoje, muitas pessoas continuam avaliando o grau de civilização dos povos indígenas em função de seu legado material às futuras gerações, contrapondo assim um nível de tecnologia “primitiva” ao alto grau de desenvolvimento conquistado pelos povos ocidentais. Somada a essa “deficiência evolutiva” em termos tecnológicos, temos também a caracterização de suas sociedades como “simples”, dada a ausência de Estado, de propriedade privada, de escrita etc. Os primeiros colonizadores descreveram os índios brasileiros como “povos sem lei, sem fé, sem rei”. Aos olhos dos ocidentais, como disse o antropólogo Pierre Clastres, são sempre definidas como “sociedades da falta”. [...] Essa comparação, que sempre associa povos com Estado a povos com tecnologia, ignora o imenso legado de modos de vida, de experiências e saberes de inúmeros povos em todos os continentes que, como os grupos indígenas que vivem atualmente na Amazônia, apresentam formas de organização social e cosmológica extremamente complexas independentemente de terem produzido formações estatais ou não²³⁰.

Intentando desconstruir a ideia do primitivo, congelado no tempo da chegada dos colonizadores, as sociedades indígenas utilizavam “patrimônio cultural” como o fazem com a categoria “cultura”, ou seja, como forma de transformar a visão dos não indígenas sobre seu legado, contribuindo para a construção do respeito e para a legitimação dos seus direitos. Em carta produzida pela representação Wajãpi, enviada, à época, ao Ministro da Cultura Gilberto Gil, no decorrer do processo de reconhecimento do patrimônio pela Unesco, eles enfatizaram que:

Nós queremos que os não-índios conheçam nossa cultura para respeitar nossos conhecimentos e nosso modo de vida. Se os não-índios não respeitam nossa cultura, até os nossos próprios jovens podem começar a desvalorizar nossos conhecimentos e modos de vida. Por isso, nós queremos

²³⁰ GALLOIS, 2006, p.9.

apoio para continuar este trabalho com os nossos parceiros, de formação dos Wajãpi e também de formação dos não-índios para entender e respeitar os povos indígenas²³¹.

Patrimonializar um elemento de sua cultura serviria tanto para fora quanto para dentro. Para fora, por meio do respeito e do reconhecimento dos saberes indígenas. Internamente, para que os mais jovens — que entram de forma mais recorrente em contato com os não indígenas — possam continuar a exercer e valorizar os saberes de seu povo.

O sistema gráfico e o conhecimento a ele associados não eram pensados, na lógica interna dos Wajãpi, como algo conectado à sua identidade, tampouco definido como patrimônio, se é que tal categoria existe para essas culturas.²³² Todavia, a categoria “patrimônio cultural” era apropriada e utilizada como referente à sua identidade, diante dos impactos sofridos pelas transformações sociais, ambientais e econômicas, elementos que fortalecem o entendimento dos Wajãpi acerca da sua condição de “índios” para a sociedade não indígena²³³.

Do ponto de vista dos Wajãpi do Amapá, o sistema gráfico kusiwa tem valor excepcional, justamente por evidenciar um “estilo próprio” e ser uma expressão adequada para enunciar a especificidade cultural dessa comunidade. Sua valorização interna tem crescido com sua utilização para marcar fronteiras simbólicas e políticas e tornou-se, hoje, um dos elementos mais significativos da auto-imagem construída pelos Wajãpi²³⁴.

A patrimonialização acarreta garantias políticas e civis aos Wajãpi, associadas ao plano de continuidade das manifestações. Dentre elas, estão: usufruto exclusivo da terra indígena demarcada Wajãpi; fortalecimento de organizações coletivas do grupo, como o Programa Wajãpi²³⁵ e o Conselho Apina; educação escolar diferenciada; envolvimento de representantes da comunidade no desenvolvimento de pesquisa e na difusão do seu patrimônio; fortalecimento de assistências por parte do Estado.

²³¹ 07.11.03 – in Museu ao Vivo, n° 25 apud GALLOIS, 2005, p.2.

²³² GONÇALVES, José R. S. O patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário D. S. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

²³³ IPHAN, 2008, p.89

²³⁴ *Ibid.*, p.89

²³⁵ Esse trabalho é assegurado pelo Programa Wajãpi, com o apoio da Fundação Mata Virgem, da Noruega. Trata-se de um programa de longa duração, proporcionando capacitação para que eles possam enfrentar coletivamente os desafios da representação e da defesa dos interesses de suas aldeias. IPHAN, 2008, p.96.

O “patrimônio cultural” com aspas é mais uma categoria colonialista devolvida à estrutura estatal, com vistas às lutas e reivindicações do grupo indígena. Contudo, a exposição e a publicização do patrimônio para o mundo “abarcará consequências para a autoimagem dos Wajãpi do Amapá – um aspecto positivo – mas poderá também resultar em efeitos políticos e comerciais indesejados para a gestão e valorização interna do patrimônio cultural que se pretende preservar”²³⁶.

Portanto, com vistas a diagnosticar, avaliar e lidar com tais consequências, foi instalado o Conselho Consultivo do Plano de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial Wajãpi, que é formado por quatro membros da diretoria do Conselho das Aldeias / Apina; dois representantes do Iphan; dois representantes do Museu do Índio; dois representantes do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Estado do Amapá (NEI/SEED); dois representantes do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (Universidade de São Paulo) e dois representantes do Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena.

Não podemos deixar de notar e problematizar, diante de todas as discussões desenvolvidas até aqui, que a maioria do Conselho é formada por instituição não indígena, ainda que a Apina fique com a responsabilidade de gerir os recursos e o papel de avaliar o progresso e os resultados — positivos e negativos — de todas as intervenções decorrentes do reconhecimento de seu patrimônio imaterial. O poder de deliberar e, mesmo, de interromper ou orientar essas ações, de modo que fiquem favoráveis à comunidade, é somente da Apina.

Apresentamos apenas um dos exemplos do uso da patrimonialização por parte dos povos indígenas. Atualmente, no Brasil, há registrados mais cinco patrimônios imateriais desses povos, protegidos pela esfera federal: Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica, do Povo Karajá (2012); Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá (2012); Ritual Yaokwa, do povo indígena Enawene Nawe (2010); Cachoeira de Iauaretê – Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri (2006); Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani (2014).

Para alguns estudiosos do patrimônio imaterial indígena, a documentação e o registro dos bens podem contribuir para a manutenção deles, entendendo que mostrar determinadas manifestações culturais à sociedade não indígena, aliada à ativa

²³⁶ IPHAN, 2008, p.107.

participação de seus detentores nas ações de difusão, pode contribuir para o fortalecimento do grupo. “O número crescente de publicações, de exposições, de websites, etc. criados ou mantidos por indígenas revela seu interesse na apropriação de novas mídias para expressar suas particularidades culturais”²³⁷.

3.2.1.2 O uso da categoria “patrimônio cultural” na relação com o patrimônio natural

O pensamento moderno pressupunha a supremacia e o domínio da humanidade sobre a natureza, acabando por enaltecer o legado histórico e cultural de uma nação, de forma dicotômica ao seu patrimônio natural/ambiental. Essa forma de pensamento, aliada à lógica moderna, de uso capitalista do meio ambiente, resultou na criação de espaços de proteção ambiental excluídos da presença humana.

Nesta perspectiva, a natureza é o “mundo não humano, o mundo que não criamos em nenhum sentido primário”, enquanto que a cultura é fruto da ação e da criação humanas (Worster 2003 p. 26). É claro que esse conceito de cultura, básico, foi amplamente discutido e ampliado nas últimas décadas²³⁸.

Ainda que seja relevante a compreensão da existência de fenômenos e movimentos da natureza, além de nossas vontades e intenções, ou ainda que nos percebamos como seres biológicos integrantes e interdependentes desse sistema, tem sido cada vez mais difícil pensar espaços naturais intocados pelo humano, ou seja, a defesa de uma perspectiva essencialista da natureza.

Clement *et al.*²³⁹ e Posey²⁴⁰ demonstram que os povos indígenas amazônicos manejaram e ainda hoje manejam a floresta, a mesma floresta que por muito tempo foi propagandeada como reflexo fidedigno do natural. A diversidade biológica como fruto da ação humana — em escala diferenciada do uso capitalista da natureza —

²³⁷ GALLOIS, 2006, p.77.

²³⁸ GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice. S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. Fronteiras: **Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2016v5i3.p54-71>. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1902>. Acesso em: 15 fev. 2022. pp.55.

²³⁹ CLEMENT, Charles R. *et al.* The domestication of Amazonia before european conquest. **Proceedings B. The Royal Society Publishing. Biological Sciences**, London, v. 282, n. 1812, 2015.

²⁴⁰ POSEY, Darrell Addison. Indigenous Management of tropical forest ecosystems: the case of the kayapó indians of the Brazilian amazon. In: DOVE, Michael R.; CARPENTER, Carol (Org.). **Environmental Anthropology: A historical reader**. Hoboken: Blackwell Publishing, 2008. p. 89-101.

levou Balée²⁴¹ a questionar o entendimento de uma preservação ambiental distante da presença humana.

Outro exemplo do manejo humano pode ser visto em pesquisas realizadas na região sul brasileira, as quais têm demonstrado que a disseminação das araucárias, no planalto catarinense, resulta do consumo e da dispersão do pinhão por povos indígenas, antepassados dos grupos Jê (Kaigang e Laklãnõ), que ocuparam aquele território por milhares de anos²⁴².

A biodiversidade e a diversidade cultural são essenciais e inerentes ao patrimônio ambiental. A conservação deste patrimônio depende, é claro, da atuação do Estado, mas depende também das pessoas o reconhecerem como seu, pois elas elaboram sua identidade coletiva a partir dele e podem considerá-lo uma herança a ser conservada para que prossiga existindo²⁴³.

Entretanto, a dicotomia da relação entre o que é natural e o que é cultural, já surgida na antiguidade greco-romana²⁴⁴ e potencializada na modernidade, persiste em formas contemporâneas de ler e entender o mundo. Essa divisão se estende para o campo patrimonial, especialmente aquele que é definido como patrimônio natural/ambiental. No que compete ao patrimônio cultural, a percepção de integração ao natural já constava na Constituição Brasileira de 1937, em seu Art. 134:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional²⁴⁵.

Portanto, mesmo que persistisse a ideia de excepcionalidade, os monumentos naturais já podiam ser tombados na esfera do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Contudo, essa aproximação não foi percebida na esfera ambiental. Como resultado, a política do patrimônio ambiental brasileiro consistiu na esterilização da presença humana dos espaços protegidos.

²⁴¹ BALÉE, William. Footprints of the forest. Ka'apor Ethnobotany – The historical ecology of plant utilization by an Amazonian People. In: PRESS, Columbia U. **Indigenous Forest Management**. [S.l.]: [s.n.], 1994. p. 116-134.

²⁴² ROBINSON, Mark *et al.* Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**, v. 8, p. 1-10, 2018.

²⁴³ GERHARDT e NODARI, 2016. p.67.

²⁴⁴ PADUA, 2010, p. 86 apud GERHARDT e NODARI, 2016. p.55.

²⁴⁵ BRASIL. Constituição Federal, 1937.

Predominou o ‘modelo de parques nacionais sem moradores para a preservação da vida selvagem’, adotado nos Estados Unidos no final do século XIX com a criação do Parque Nacional de Yellowstone. Naquele país esse modelo sofreu críticas, como a de valorizar “as motivações estéticas, religiosas e culturais dos humanos, o que nos mostra o fato de que a natureza selvagem não foi considerada um valor em si, digno de ser protegido’ (Diegues 2002 p. 35). No Brasil, a criação de várias outras unidades de conservação, como o Parque Nacional do Iguaçu, em 1939, seguiu o modelo norteamericano. O patrimônio natural foi “conservado à luz da ciência. Menos por permitir uma identidade a quem nele vive, mas sim pelos atributos que lhe conferem beleza cênica, a possibilidade de novas experiências e a busca de informação genética”²⁴⁶.

A manutenção dessa relação dicotômica pode ser vista no Código Florestal de 1965, bem como na Política Nacional do Meio Ambiente (1981). Apesar de constar na Constituição de 1988 que os sítios de valor paisagístico e ecológico se inseriam como patrimônio cultural²⁴⁷, a prática é de não permissão à presença humana nas áreas de preservação ambiental.

Diante do presente cenário, principalmente quando voltado à expulsão de populações tradicionais essenciais para a proteção e manutenção da biodiversidade do território, a categoria “patrimônio cultural” pode ser ativada para fins de reivindicação de território. Dentro dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, na fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, uma comunidade quilombola — Comunidade de São Roque²⁴⁸ — tem buscado institucionalizar seu legado cultural, para lidar com as pressões dos órgãos ambientais que desejam sua expulsão, tratando-a como infratora da legislação ambiental²⁴⁹.

Um caso semelhante ocorreu ao término do ano de 2020, quando famílias indígenas Laklãnõ ocuparam a área da Floresta Nacional - Flona na região de São Francisco de Paula/RS. Há anos os indígenas pedem a área como parte integrante de seu território ancestral. Por medida judicial, solicitada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), que administra a Flona, foi solicitada a expulsão dos “invasores”. Antes que ocorresse a reintegração de posse, que poderia recorrer à violência institucional, os indígenas saíram das terras, mas continuaram às margens da RS-484, no limite da área florestal.²⁵⁰

²⁴⁶ Zanirato & Ribeiro 2006 p. 261 apud GERHARDT e NODARI, 2016. p.58

²⁴⁷ GERHARDT e NODARI, 2016, p.58

²⁴⁸ CID, Ricardo. Isso eu não vi: memória, identidade e patrimônio imaterial na Comunidade Quilombola São Roque. In: CASTELLS, Alicia N. G.; SANTOS, Jeana L. C. **Patrimônio Cultural e seus campos**. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 97-111.

²⁴⁹ *Ibid.*

²⁵⁰ Informações retiradas no site (Amigos da Terra Brasil).

Na TI Ibirama Laklãnõ, em Santa Catarina, há uma sobreposição da TI na Área de Relevante Interesse Ecológico Serra da Abelha²⁵¹, gerida pelo ICMBIO. A fração de terra que engloba a Serra da Abelha e a Varaneiras é de relevância histórica para os Laklãnõ. A área possui ricos pinheirais e fartura de caça, bem como áreas propícias ao cultivo pelo grupo. Além do aspecto de uso econômico, há a presença de locais míticos e espaços de encontro entre os grupos, para a realização de festas e cerimônias²⁵².

Ao norte da TI Ibirama, há outra unidade de conservação ambiental, a Reserva Biológica Estadual do Sassafrás. “A ocupação Xokleng na área de incidência da Rebio do Sassafrás é registrada pelos não-índios, os quais mencionam que até recentemente os indígenas faziam a coleta do pinhão naquelas paragens tradicionais”²⁵³. A reserva, criada em 1977, pertencia à TI Ibirama e foi invadida pelos não indígenas na segunda metade do século XX. Atualmente, as lideranças Laklãnõ reivindicam esses territórios, visando à ampliação do perímetro da área de suas terras tradicionais.

Para tanto, se valem da apresentação de dinâmicas históricas e socioculturais, ratificando que as áreas das Unidades de Conservação Ambiental Arie Serra da Abelha e Rebio do Sassafrás incidem em terras de ocupação tradicional indígena que foram subtraídas dos Laklãnõ de forma ilegal e por força de atos de violência praticados em um passado recente.

Tais áreas são espaços importantes para que os Laklãnõ possam exercer suas práticas socioculturais e de subsistência tradicional. A área que engloba a TI Ibirama e parcela das unidades de conservação é essencial à preservação do meio ambiente, assim como à continuidade de manifestação cultural dos Laklãnõ²⁵⁴.

²⁵¹ A partir do começo dos anos de 1950, por força de atos de ilegalidade e violência, os indígenas perderam a ocupação permanente na fração territorial compreendida pela Serra da Abelha e Varaneiras. Contudo, permaneceram circulando na região até os dias atuais. Em sua concepção, porém, essa ocupação permanente ainda se consubstancia, não em termos civilistas, mas em termos de direito consuetudinário indígena. No transcorrer dos levantamentos periciais efetuados pelo GT de reestudo da TI, entre novembro de 1997 e maio de 1999, ficou patente a ocupação Xokleng da Serra da Abelha. Depoimentos indígenas e de não-índios comprovaram a constituição da aldeia *Zág Jol* – Pinheiro Torto – nas proximidades do ribeirão Abelha II, área contígua à atual Arie Serra da Abelha, e uma gama de acampamentos e aldeias sazonais utilizados regularmente pelos indígenas. PEREIRA, Waldir S. Os Xokleng e a questão ambiental: o caso da sobreposição entre a TI Ibirama La Klãnõ e as UC Arie Serra da Abelha e Rebio do Sassafrás. In: Ricardo F. (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. p. 337-345.

²⁵² PEREIRA, 2004.

²⁵³ *Ibid.*, p.340.

²⁵⁴ *Ibid.*, p.345.

Os exemplos acima mencionados são um pequeno fragmento dos vários casos de expulsão de comunidades tradicionais em áreas de proteção ambiental — a força da lei acaba por reiterar a ideia de incoerência entre preservação ambiental e presença humana. Há o equívoco de utilizar a mesma medida quando observado o uso do ambiente por comunidades tradicionais e os usos capitalista e comercial dele. Como ferramenta para essa luta, os povos tradicionais podem usar o reconhecimento de seus patrimônios, bem como de outras práticas culturais, para reivindicar o direito de existirem em áreas de preservação ambiental.

3.3 A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL PARA A VUELTA DO “PATRIMÔNIO CULTURAL”

A educação pode ser um importante instrumento para a valorização do patrimônio cultural, podendo contribuir, inclusive, com os processos de patrimonialização. Durante muito tempo, a chamada “Educação Patrimonial” teve caráter instrutivo e informativo, sendo voltada, exclusivamente, à perspectiva da educação formal. Muitas ações, denominadas como Educação Patrimonial, mantêm tal característica.

É recente o movimento de reflexão acerca das ações educativas voltadas para a área cultural, na qual se tem buscado mudar o entendimento e as estratégias na relação entre os agentes do patrimônio institucional, as comunidades e o patrimônio cultural em si. Esse movimento reflexivo contribui para a apropriação da categoria “patrimônio cultural” pelas comunidades, utilizando-a para cobrar direitos, entre eles o de falar e ser escutada.

A Educação Patrimonial foi e, em parte, ainda é um importante instrumento de legitimação do patrimonial oficial, contudo, por meio da pressão de movimentos sociais e políticos na contemporaneidade, começa a visar outras atitudes. Algumas ações educativas procuram desconstruir a forma colonizadora de trabalhar e entender o patrimônio, outrora praticada.

Desde a criação do IPHAN (1937) — não de forma sistemática, tampouco com tal denominação —, já se discutia a necessidade de uma Educação Patrimonial. Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do órgão desde sua criação, até 1967, em variados discursos e publicações, reforçava a correlação entre educação e preservação patrimonial. Contudo, a educação à qual ele se referia era voltada à

conscientização da população quanto à relevância do patrimônio nacional. O excerto abaixo deixa claro tal intento.

Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado. Se não se custou muito a persuadir nossos concidadãos de que o petróleo do país é nosso, incutir-lhes a convicção de que o patrimônio histórico e artístico do Brasil é também deles, ou nosso, será certamente praticável²⁵⁵.

Na carta de Atenas, em 1931, a educação é acionada como instrumento voltado a educar a infância e a juventude para que se abstenham de danificar os monumentos, estimulando seu interesse pela proteção desses testemunhos, pertencentes a toda a civilização. Consta ainda no documento que “[...] a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos [...]”²⁵⁶.” Isso posto, o poder público tem a atribuição de elencar os bens a serem preservados e, posteriormente, criar políticas educativas que convençam as pessoas sobre a relevância da preservação desses bens.

A educação patrimonial, aos moldes de uma educação bancária²⁵⁷, intentava incutir na população brasileira a necessidade de valorização e preservação de um patrimônio nacional, essencialmente colonial e elitista. O sentimento de pertença a um patrimônio cultural não partia da comunidade para o poder público, mas, ao contrário, de forma verticalizada, do Estado à população, que, usando as palavras de Capanema, devia ser persuadida desse pertencimento.

Entende-se que, em muitos casos, o desconhecimento, aliado a uma política intencional de desinformação, orientada por fatores de exploração econômica de territórios ou dos próprios bens culturais, acabou por destruir parcial ou completamente esses registros da nossa história. Em tais casos e nessa temporalidade (primeiras décadas do século XX), medidas altivas de preservação

²⁵⁵ MINISTÉRIO DA CULTURA, 1987, p. 64, apud FLORENCIO, Sônia R. Rampim *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014. pp.6

²⁵⁶ Carta de Atenas novembro de 1933 – Assembleia do CIAM. In CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 13-20.

²⁵⁷ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.

eram necessárias, ainda que fossem direcionadas a tipos específicos de patrimônios (construtivos e alusivos a um passado luco-cristão).

Todavia, muita coisa mudou desde então! O Estado brasileiro se mostrou, em muitos casos, impotente e, por vezes, incompetente para com a preservação e gestão daquilo que elegera como seu legado patrimonial. Além de tal constatação, o histórico autoritário das ações institucionais de proteção complexificou a relação com as comunidades locais. Poderiam, então, as ações de Educação Patrimonial se voltarem à transformação dessas relações.

O termo Educação Patrimonial possui inspiração no modelo inglês *Heritage Education*, a partir de uma longa e consolidada trajetória britânica de medidas educativas para com o patrimonial cultural. De acordo com o modelo britânico, propunha-se usar fontes primárias — aqui, o patrimônio cultural — como ferramenta didática nas escolas. No Brasil, o termo foi utilizado pela primeira vez no ano de 1983, durante o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos²⁵⁸.

Alguns pesquisadores²⁵⁹ analisam criticamente o termo, visto que, se nos orientarmos pela ideia de um processo educativo de “alfabetização cultural”, sob a ótica do que Freire propôs, “[...] não há como dissociar a prática educativa da ideia de cultura e de patrimônio o que acaba por tornar a expressão ‘Educação Patrimonial’ um termo [...] que, segundo Chagas (op.cit.), “caiu no gosto popular” – todavia de forma acrítica”²⁶⁰.

Logo, antes mesmo da nomenclatura e das práticas da Educação Patrimonial serem apresentadas ao contexto brasileiro, já existia uma proposta de prática educativa que era fundamentada na cultura. Mesmo que essa discussão permeie o campo da educação e da ação pedagógica, a Educação Patrimonial, enquanto espaço de ação e discussão, se inicia no âmbito do trabalho museal.

No Museu Imperial, as historiadoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (1996) publicaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, que, durante muito tempo, guiou as práticas e teorias da Educação Patrimonial no país. A proposta metodológica do guia básico envolvia

²⁵⁸ IPHAN, 2014.

²⁵⁹ CHAGAS, 2006; BEZERRA, 2006 apud SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira.; BELTRÃO, Jane (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, 2007. p. 81-100.

²⁶⁰ *Ibid.*, p.82.

quatro etapas progressivas de apreensão dos objetos e fenômenos culturais, sendo elas: observação, registro, exploração e apropriação.

Os exemplos utilizados eram de experiências desenvolvidas no Museu Imperial de Petrópolis/RJ²⁶¹. Mesmo que consideremos ampliar a percepção da Educação Patrimonial para além de uma metodologia, as autoras já apontavam a necessidade de uma educação processual, permanente e sistemática, tendo o Patrimônio Cultural centralidade na construção do conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.

No início do século XXI, o IPHAN criou um setor específico para as questões relacionadas à Educação Patrimonial. A Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) (2004) surgiu, principalmente, como resposta às necessidades de parâmetros e fiscalização das ações educativas desenvolvidas no âmbito dos licenciamentos ambientais. A portaria IPHAN n. 230, de 2002, recomendava a elaboração de programas de Educação Patrimonial no contexto do licenciamento ambiental. Essa recomendação transformou-se em uma obrigação a partir da Instrução Normativa 01, de 2015, que, em seu artigo 13, caput VIII, solicita a proposição de Projeto Integrado de Educação Patrimonial. A instrução normativa dispõe um capítulo próprio (III – DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL) para a Educação Patrimonial.

Art. 43. Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por Projeto Integrado de Educação Patrimonial aquele que contemple concepção, metodologia e implementação integradas entre o patrimônio arqueológico e os demais bens acautelados.

Art. 44. O IPHAN receberá o Relatório Integrado de Educação Patrimonial em documento único contemplando a totalidade dos bens culturais envolvidos.

Art. 45. O Projeto Integrado de Educação Patrimonial será desenvolvido na AID e deverá conter:

I - definição do público alvo;

II - objetivos;

III - justificativa;

IV - metodologia;

V - descrição da equipe multidisciplinar responsável;

VI - cronograma de execução, e VII - mecanismos de avaliação.

§ 1º O público alvo a que se refere o inciso I será composto por comunidades impactadas pelos empreendimentos, empregados envolvidos com o empreendimento, comunidade escolar, inclusive professores das unidades selecionadas, e gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento.

²⁶¹ HORTA, Maria D. L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN Museu Imperial, 1999. pp.6.**

§ 2º A equipe multidisciplinar responsável pela execução do Projeto deverá, necessariamente, contar com profissionais da área da Educação.

§ 3º O cronograma poderá prever ações a serem desenvolvidas também após o início de operação do empreendimento.

§ 4º Atividades pontuais, tais como: palestras e ações de caráter exclusivamente promocional, assim como atividades de esclarecimento e divulgação, não são suficientes para caracterizar Projetos Integrados de Educação Patrimonial²⁶².

A novidade que o documento traz consiste no fato de que, além de solicitar um projeto, orienta como ele deve ser feito, incluindo os públicos aos quais devem se destinar tais ações. Ainda que no documento normativo a comunidade impactada conste como público-alvo, a maioria das ações são direcionadas às estruturas de ensino formal presentes nessas comunidades.

Está claro, no parágrafo 4ª da IN 01/2015, que ações pontuais, como palestras, promocionais, não serão consideradas como projetos integrados de Educação Patrimonial. Cabe ressaltar que, no âmbito do licenciamento ambiental, existem projetos educativos muito interessantes, participativos e integrados. Todavia, a maioria se volta apenas ao espaço escolar, sendo desenvolvido de forma pontual, com caráter instrucional.

Há de se considerar que tais ações são mais recorrentes em projetos de pequeno e médio porte, uma vez que, diante dos recursos limitados, as empresas acabam por destinar pouco recurso para a parte educativa, barateando o valor do trabalho e vencendo a disputa de orçamentos e licitações. Grandes projetos, com recursos maiores, mais tempo de execução, tendem a fazer ações mais elaboradas, processuais, ainda que, em muitos desses casos, o espaço de realização das ações persista apenas nas instituições de ensino formal. O cenário de competição exacerbada da prática comercial da arqueologia tem reduzido substancialmente o valor da pesquisa arqueológica nesses grandes projetos, colocando o patrimônio arqueológico em risco e desidratando as propostas educativas.

Nas publicações feitas pelo IPHAN, a partir da estruturação da CEDUC, houve uma reflexão e a redefinição da Educação Patrimonial, como um processo que objetiva a difusão e a valorização do patrimônio cultural por meio de metodologias educativas. A Educação Patrimonial é composta por todos os processos educativos

²⁶² Instrução Normativa IPHAN Nº 001 de 25 de março de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2015.

desenvolvidos em âmbito formal (instituições de ensino) e não formal (como museus e grupos de pesquisa) que enfocam o Patrimônio Cultural.

O Patrimônio, por meio das ações educativas, pode ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações²⁶³. É esperado que os processos educativos primem pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais, bem como pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural²⁶⁴.

O novo entendimento do órgão federal acerca da Educação Patrimonial reforça o protagonismo das comunidades no desenvolvimento de ações voltadas ao reconhecimento e à valorização do seu patrimônio cultural. Parte dessa perspectiva a defesa de que os agentes culturais devem buscar o diálogo com as comunidades e primarem por uma construção coletiva e democrática.

Tal entendimento orientou o contato estabelecido com a comunidade circunvizinha aos sítios Capivari I e Capivari II, bem como todas as ações de educação realizadas com a comunidade local e com a comunidade escolar. Quanto ao ensino formal, já constava nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental de 1998 a relevância das visitas a museus, sítios arqueológicos, cidades históricas e arquivos, no contexto da disciplina de História.

O reconhecimento da diversidade cultural brasileira, ao final do período ditatorial (1985), promoveu reflexões acerca dos processos e políticas de escolarização. No âmbito dessas novas diretrizes, foi dada visibilidade aos direitos dos vários atores e grupos sociais brasileiros, até então marginalizados na história oficial. A transformação na educação decorre também do aumento de espaços de reivindicação à diversidade e ao respeito à diferença²⁶⁵.

Segundo Regina Abreu (2015), neste contexto há uma tendência à “patrimonialização das diferenças”, em que os próprios documentos da UNESCO enfatizam o enfrentamento à homogeneização protagonizada pelo capitalismo globalizado e a concessão de “especial atenção à noção de singularidade ou de especificidade local”²⁶⁶.

²⁶³ IPHAN, 2014.

²⁶⁴ *Ibid.*

²⁶⁵ SILVA, Rodrigo M. D. D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015.

²⁶⁶ *Ibid.*, pp.219.

Foi nesse contexto que o patrimônio cultural apareceu nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1988 e continuou aparecendo em documentos posteriores. Se observarmos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)²⁶⁷ de 2017, o documento apresenta, já na fase da Educação Infantil, os campos de experiência como um arranjo curricular que acaba por abarcar as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, relacionando-os com os conhecimentos que constituem o patrimônio cultural.

Quanto ao Ensino Fundamental, o patrimônio cultural é citado reiteradamente como parte das competências de áreas específicas, sendo também inserido em objetos de conhecimento ou habilidades nas disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Ciências, Geografia e História. No Ensino Médio, o estudo do patrimônio cultural consta na área de Linguagem e suas tecnologias, bem como no campo artístico-literário. Contudo, é importante frisar que tal referência não consta apenas na presença da nomenclatura patrimônio cultural, mas no entendimento, presente ao longo de todo o documento, de que o processo de aprendizagem deve estar relacionado ao mundo físico, social, cultural e digital, entendendo a cultura como um elemento desse processo em várias etapas da educação básica.

Outro documento importante para as transformações na educação e a inserção da diversidade cultural e patrimonial é a Lei Federal N. 11.645, de 10 de março de 2008. Esta torna obrigatório o ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino, em todas as fases e componentes curriculares. A Educação Patrimonial pode ser usada como ferramenta importante de aplicação da lei e de cobrança por seu cumprimento.

Usar diferentes estratégias nos processos de ensino, como saídas guiadas a museus, centros históricos e sítios arqueológicos, contribui para que crianças e jovens desenvolvam a autonomia no processo educativo, por meio da exploração e questionamento empírico. Todo esse movimento é computado no desenvolvimento do pensamento histórico²⁶⁸. Esse trabalho já deve ser desenvolvido com crianças pequenas, visto que estas são “[...] ‘capazes de operar com conceitos de validade e

²⁶⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

²⁶⁸ PINTO, Helena. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 199-220, jan./abr., 2015.

de resolver questões históricas progressivamente mais complexas, podendo aprender conceitos históricos abstratos interligando-os com os concretos²⁶⁹.

Pinto²⁷⁰ critica o reduzido uso que se faz de fontes patrimoniais para o ensino de História. Para a autora, o desenvolvimento da Educação Patrimonial deve ser feito com recursos, sendo pautado em um diálogo interidentitário no processo de construção de atividades desafiadoras. O uso das fontes patrimoniais auxilia a compreensão de conceitos históricos, bem como a interpretação de fatores e contribuições culturais, sociais e econômicas dos diversos grupos formadores da sociedade.

Conhecer o legado patrimonial “[...] estimula a consciência crítica em relação às próprias crenças e identidades, assim como em relação a outras culturas, nomeadamente pela partilha de valores com outras sociedades”²⁷¹. Nesse aspecto, precisamos considerar a relevância da Educação Patrimonial no contexto da formação do pensamento histórico em ambiente escolar. Logo, não defendemos o abandono do espaço formal de ensino para desenvolver tais ações, mas buscamos, antes, transformá-las e ampliá-las a outros públicos.

No contexto escolar, podemos desenvolver projetos voltados ao estímulo da formação do pensamento crítico dos estudantes, contribuindo para sua formação integral enquanto pessoa que age na sociedade. Entretanto, quando nos voltamos para as comunidades locais, não devemos empregar metodologias e discursos utilizados no contexto escolar. As ações com as comunidades locais devem ser realizadas a partir de palestra pontual, de caráter instrumentalista, reforçando as relações verticalizadas presentes no histórico das políticas patrimonialistas.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) dispôs nas Normas de Quito (1967), em seu item VIII – *O interesse social e a ação cívica*, que:

Do seio de cada comunidade pode e deve surgir a voz de alarme e ação vigilante e preventiva. O estímulo a agrupamentos cívicos de defesa o patrimônio, qualquer que seja sua denominação e composição, tem dado excelentes resultados, especialmente em localidades que não dispõem ainda de diretrizes urbanísticas e onde a ação protetora em nível nacional é débil ou nem sempre eficaz²⁷².

²⁶⁹ COOPER, 2004, p. 60 apud PINTO, 2015, p.205.

²⁷⁰ *Ibid.*

²⁷¹ *Ibid.*, 208-209.

²⁷² Normas de Quito, 1967.

A Educação Patrimonial pode ser um espaço de estímulo à criação de grupos organizados, contribuindo para a intermediação de discussões e a resolução de determinado bem patrimonial. No contexto comunitário, as ações educativas possibilitam espaços de escuta, potencializam a multivocalidade.

A comunidade é um agente ativo. Ações voltadas a ela promovem sua instrumentalização acerca dos usos da categoria “patrimônio cultural” para fins de reivindicações sociais. Como o Patrimônio Cultural, a Educação Patrimonial é uma categoria vinda/*ida* da metrópole, que hoje é devolvida/*vuelta* em ações voltadas à participação e emancipação dos mais variados grupos.

Acreditamos que o conceito de Educação Patrimonial deva servir como sinal que nos obriga a questionar o papel da educação na constituição do patrimônio, o papel do patrimônio no processo educativo e a função de ambos na dinâmica social que articula a lembrança e o esquecimento²⁷³.

As ações patrimoniais, desenvolvidas pelo Estado ou por operadores da cultura, não servem mais à perspectiva colonialista, que segrega ou infantiliza a participação das comunidades. Os processos de patrimonialização “[...] deixaram de ser atributo de algumas falas autorizadas legitimadas no aparelho do Estado para se converterem em falas plurais tecidas em redes em que interagem diversos agentes”²⁷⁴.

Em síntese, é importante contestar a nomenclatura Educação Patrimonial, por considerá-la colonialista, ainda que, no contexto escolar, ela possa ser apropriada. Entretanto, essa reflexão etimológica deve ser acompanhada de mudanças práticas. Inclusive, no ambiente escolar, é preciso estimular que a escola seja produtora e não só receptora dessas ações, cumprindo, assim, a orientação dos parâmetros curriculares acerca da relevância do patrimônio cultural.

Fora do espaço formal de ensino, a Educação Patrimonial deve deixar sua característica instrutiva e legitimadora do patrimônio oficial nacionalista, para contribuir com a dissolução da identidade homogênea, promovendo a multivocalização do patrimônio cultural²⁷⁵. Uma nova perspectiva acerca do papel e da contribuição da Educação Patrimonial pode corroborar a experiência patrimonial anticolonial, contribuindo para a *vuelta* do “patrimônio cultural”.

²⁷³ SILVEIRA e BEZERRA, 2007, p. 93.

²⁷⁴ ABREU, 2015, p. 72.

²⁷⁵ SILVA, *op. cit.*

4 REFLEXOS²⁷⁶ DA ARQUEOLOGIA: DA HEGEMONIA DO DISCURSO À MULTIVOCALIDADE

Sempre mais do mesmo
 Não era isso que você queria ouvir?
 Bondade sua me explicar com tanta determinação
 Exatamente o que eu sinto, como eu penso e como sou
 Eu realmente não sabia que eu pensava assim
 (Mais do Mesmo, Legião Urbana, 1987)

A categoria patrimônio cultural — outrora chamada de antiguidades ou monumentos históricos — se origina da necessidade de diferenciação de classe; os aristocratas romanos — *pater* — eram aqueles que possuíam patrimônio. Na modernidade, a categoria é deslocada da exclusividade do contexto familiar e aristocrático para servir à profundidade histórica dos Estados-Nação modernos.

Assim como a categoria patrimônio flutuava seu significante de acordo com a temporalidade e a sociedade em questão, como já bem discutimos, a Arqueologia serviu a propósitos colonialistas, imperialistas e nacionalistas — em alguns contextos e aplicações, tais ideais continuavam a ser replicados, reforçando a colonialidade. O presente capítulo propõe-se a refletir sobre a arqueologia, desde suas conexões com os ideais antes nomeados até a contemporaneidade de práticas e teorias voltadas a descolonizá-la: Arqueologia Pública; Arqueologia Comunitária; Arqueologia Colaborativa; Arqueologia Indígena; Arqueologia Quilombola.

A perspectiva colonialista reflete as tensões contemporâneas entre sítios arqueológicos, instituições de proteção e salvaguarda, equipes de pesquisa e

²⁷⁶ Utilizamos aqui a palavra Reflexo fazendo um exercício de aproximação com a área da linguagem. “Nesse sentido, para Bakhtin, “a língua é a realidade material específica da criação ideológica. Seu postulado de que todo signo é ideológico e de que, na sua função comunicativa, o signo não só reflete, mas também refrata a realidade, aponta para uma concepção de língua como um campo de forças, tal qual o existente na heterogeneidade social. A língua, portanto, não é um instrumento apto a apreender, ou não, “como realmente são as coisas” (ADORNO, 1989, p.2), ela é “um fragmento material da realidade” (BAKHTIN, 1999, p.3). E é nesse universo sígnico que a consciência se forma: “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (1999, p.34) (...) E, como os signos refletem e refratam a realidade, cada contexto enunciativo não só absorve da língua as intenções “alheias” e as perspectivas socioideológicas pelas quais as palavras foram marcadas, mas também integram estas à ação de forças pertencentes ao novo contexto enunciativo”. SILVA, Luciana Marinho Fernandes. Literatura e sociedade: da teoria do reflexo à construção discursiva de identidades sociais. **Graphos**. João Pessoa, Vol 7., N. 2/1, 2005. p.142. Tomando por base o campo da linguagem, o signo aqui é a arqueologia, e como seu significado, ao mesmo tempo que reflete, pode também refratar a realidade, nessa perspectiva a arqueologia pode ser significante do colonialismo (reflexo) ou ser ferramenta anticolonial (refração); a refração em determinado período, pode ser tornar reflexo, ou não.

comunidades locais. É errôneo atribuir descontentamento local para com o patrimônio arqueológico apenas à falta de interesse, educação ou identidade. Pensar assim é mergulhar no raso de uma relação historicamente complexa e profunda.

No limiar da Modernidade, expedições de naturalistas trazem novos objetos fetichizados do Oriente para o Ocidente, aumentando as coleções principescas e os gabinetes de curiosidade. Houve um estímulo a pesquisas que buscassem sinais do primitivo e do civilizado, contributos para a construção do pensamento moderno evolucionista.

A arqueologia iniciou-se, como disciplina científica, na esteira do imperialismo das grandes potências. A empreitada arqueológica inseria-se no domínio colonial, como parte de disputas estratégicas. Não à toa, os arqueólogos ligavam-se aos serviços militares ou de informação e serviam a agendas voltadas para o controle material e ideológico das periferias. Ao lado dessa vertente imperial, a disciplina, *ab initio*, esteve imbricada na construção de identidades nacionais, de cunho masculino, tendo como objetivo a coesão social e a uniformidade, no presente e no passado. A disciplina, assim, surgia e firmava-se como parte do amplo espectro de agenciamentos das normatizações, tanto em âmbito interno, em cada Estado Nacional, como na relação com os sujeitos externos da opressão, nas periferias asiática, africana, médio-oriental e latino-americana²⁷⁷.

Said²⁷⁸ reforça que as conquistas e explorações colonialistas precisam ser “[...] apoiadas e talvez até impulsionadas por impressionantes formações ideológicas, bem como por formas de conhecimento associadas à dominação”. A arqueologia enquanto mudança discursiva, na visão de Dommelen²⁷⁹, precisa refletir sobre suas práticas. Foram necessárias práticas colonialistas para legitimar o discurso colonialista; no movimento contrário, práticas anticoloniais são relevantes para o fortalecimento do discurso anticolonialista.

Esse pensamento embasou nossas ações, buscando desconstruir concepções mentais e atitudes práticas da arqueologia, de tal modo que a relação entre a comunidade local e o sítio arqueológico se transforme. De forma intencional ou não, pesquisadores do campo arqueológico estruturaram teorias e práticas que afastaram as comunidades, bem como seus processos significativos e identitários, dos locais arqueológicos.

²⁷⁷ FERREIRA, Lúcio M.; FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia como prática política. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 9-12, jan./abr., 2009. p.1.

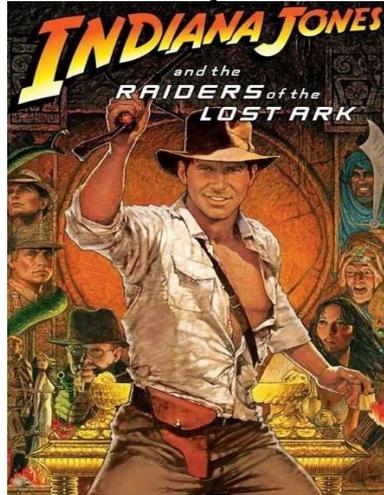
²⁷⁸ 1993, p.8 apud VAN DOMMELEN, Peter. Postcolonial Archaeologies between Discourse and Practice. **World Archaeology**, London, v. 43, n. 1, p. 1-6, 2011. pp.2.

²⁷⁹ DOMMELEN, 2011.

Ainda que refletir sobre o passado da ciência seja importante, Dommelen²⁸⁰ alerta que não podemos ficar apenas no passado, mas também “[...] escrutinar a dinâmica social e política da pesquisa arqueológica realizada no mundo pós-moderno, seja nos países descolonizados do chamado Terceiro Mundo ou nas antigas metrópoles”. Repensar o passado é preciso, contudo, sem nos esquecermos de olhar o presente, questionando o quanto nossas ações refletem práticas colonialistas.

A pesquisa arqueológica não produz apenas dados e acervos, ela constrói narrativas²⁸¹. Para servir a tal propósito, artefatos e remanescentes humanos foram parar em vitrines ou reservas de museus europeus, expostos como troféus de conquistas, estruturando uma narrativa que exalta a superioridade branca europeia. A pesquisa arqueológica, em tempos de colonização e imperialismo, procurou “grandes civilizações” — Egito, Grécia, Roma, Astecas, Incas —, esquecendo-se de demais grupos humanos considerados “simples” e “inferiores” na escola evolutiva da humanidade. Não seria Indiana Jones um reflexo desse pensamento?

Figura 18 – Cartaz do Filme Os Caçadores da Arca Perdida – 1981²⁸²



Fonte: Adoro Cinema, 2015.

²⁸⁰ DOMMELEN, 2011 a partir de E.G. Gosden 2001; Meskell 2007. Tradução nossa.

²⁸¹ Como nos lembra HODDER, Ian. **The archaeological process**. An introduction. Oxford: Blackwell publishers, 1999.

²⁸² “Acho isso bastante surpreendente, já que os arqueólogos que lamentaram a hegemonia da ciência colonial estão endossando um filme sobre um euro-americano branco pisando em lugares que são economicamente dependentes dos EUA e da Europa, onde ele chuta, atira e soca os anônimos locais, antes de fugir com um tesouro inestimável, que ele planeja “proteger” em um museu (embora em filmes anteriores eu ache que ele planejava vender suas “descobertas”). Eu entendo que no filme *Crystal Skull*, Indy está ajudando os nativos – que aparecem como selvagens genéricos ostentando o adorno pessoal de pessoas da Nova Guiné, da Austrália e de certas partes da África – recebem seu crânio de volta, mas não me acalmo. Não vou nem comentar sobre o papel das mulheres nesses filmes. Entendo que o Instituto Arqueológico da América colocou Harrison Ford em seu conselho consultivo”. PYBURN, K. Anne. *Indiana Jones, Public Archaeology, and Honesty*. **Archaeologies: The Journal of the World Archaeological Congress**, New York, v. 4, n. 2, p. 201-204, 2008. pp.3.

Indiana permeou o imaginário acerca da arqueologia, relacionando-a a um mundo de aventuras, romances e tesouros perdidos. Há os que digam que podemos usar isso a nosso favor, o encantamento do desconhecido, em decorrência de um aumento de público. Consideramos que tal utilização deve ser feita com cautela, principalmente em contextos anticoloniais. Partindo da premissa de que a arqueologia serviu a intentos colonialistas, imperialistas, nacionalistas, não deveríamos utilizar um personagem que representa tudo isso para que as pessoas se sintam atraídas a conhecer a arqueologia local.

A maioria dos filmes retratam um passado marcado pelo imperialismo europeu e as grandes guerras mundiais. Contudo, influenciam o imaginário popular contemporâneo sobre a pesquisa arqueológica. No contexto acadêmico, é possível identificar “personagens” de estética e pensamento semelhantes ao de Indiana.

Não podemos nos esquecer do uso da mão de obra local para fins exploratórios e da realização de expedições à procura de achados grandiosos, com o poder de tornar famoso quem os encontrar. Há discursos preservacionistas nos quais o arqueólogo “salva” os artefatos da destruição promovida por “ignorantes” que não compreendem o valor da cultura material ali presente.

A digressão no cinema norte-americano teve como intuito exemplificar que os posicionamentos colonialistas persistem nas estruturas da arqueologia. Por óbvio, essa constatação não é privilégio da arqueologia; tantas outras ciências cumpriram/cumprem esse papel — Antropologia, Biologia, Medicina, Direito, entre outras.

Linda Smith²⁸³, em seu livro intitulado *Metodologias Descolonizadoras: Pesquisa e Povos Indígenas*, problematiza a própria categoria pesquisa, independentemente da área em que é produzida, como uma prática colonizadora:

Apenas saber que alguém mediu nossas 'faculdades' enchendo os crânios de nossos ancestrais com sementes de painço e comparando a quantidade de sementes de painço com a capacidade de pensamento mental, ofende nosso senso de quem e o que somos²⁸⁴.

As intervenções e interferências em prol de uma ciência ocidental caracterizaram a pesquisa como mais um instrumento de opressão. Na concepção da

²⁸³ SMITH, Linda. **Decolonizing Methodologies Research and Indigenous Peoples**. 3. ed. London: Zed Books, 2021.

²⁸⁴ SMITH, Linda, 2021, p.1. Tradução nossa.

autora, uma reelaboração desse processo ocorre quando fontes indígenas são contestadas e invalidadas por não serem “científicas”. O relato de um viajante europeu do século XVI vem como carimbo de confiabilidade, mas as fontes indígenas, não.

Muitos pesquisadores, acadêmicos e trabalhadores de projetos podem ver os benefícios de seus projetos de pesquisa específicos como servindo a um bem maior "para a humanidade" ou servindo a um objetivo emancipatório específico para uma comunidade oprimida. Mas a crença no ideal de que beneficiar a humanidade é de fato um resultado primário da pesquisa científica é tanto um reflexo da ideologia quanto do treinamento acadêmico²⁸⁵.

Pensemos sobre nosso espaço na academia, como fomos treinados a replicar tais ideais. Ainda que, na presente tese, não tratemos de uma realidade indígena contemporânea — à qual Smith faz referência em sua publicação —, ponderamos sobre a síndrome de herói na pesquisa.

A síndrome se manifesta quando os salvamentos arqueológicos, a retirada de artefatos arqueológicos de residências locais e os cercamentos não são feitos em benefício de um “bem da humanidade”. De forma contrária, os salvamentos servem ao herói e à sua estrutura de trabalho. No caso dos sambaquis, esse heroísmo articula uma defesa em prol da história indígena de longa duração, todavia não acompanha a real valorização das sociedades indígenas passadas e contemporâneas.

As ciências produziram conhecimentos para disciplinar o colonizado, construindo o que Ngũgĩ wa Thiong'o chama de colonização 'da mente'²⁸⁶. No contexto latino-americano, Pagán-Jiménez²⁸⁷ argumenta que a desigualdade social presente na maioria dos países tem seu início com a construção de um passado oficial de base nacionalista. A História, a Antropologia e a Arqueologia foram instrumentos voltados a moldar a consciência nacional e justificar os projetos de homogeneização em países multiculturais²⁸⁸.

As oligarquias dominantes fizeram e ainda fazem da história seu instrumento de poder. Os gabinetes de curiosidades europeus são espelhos dessas práticas.

Antes da colonização europeia, as comunidades eram capazes de agir como administradoras de seus próprios recursos culturais e históricos — examinando, lembrando, ensinando, aprendendo e protegendo seu próprio

²⁸⁵ SMITH, Linda., 2021, p.2. Tradução livre

²⁸⁶ *Ibid.*, p.68.

²⁸⁷ PAGÁN-JIMÉNEZ, Jaime R. Is all archaeology at present a postcolonial one? **Journal of Social Archaeology**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 200-213, jun. 2004.

²⁸⁸ *Ibid.*, p.203.

patrimônio. Na América do Norte, como em muitos lugares ao redor do globo, tudo isso mudou abruptamente quando a colonização começou e as elites ricas da Europa e os americanos recém-estabelecidos começaram a exercitar sua curiosidade sobre os materiais sob seus pés no “Novo Mundo”. Enquanto doenças, buscas por terras, guerras e religião forçada dizimavam os nativos e perturbavam suas vidas e práticas diárias, antiquários e antropólogos reuniam os restos mortais dos mortos e moribundos – incluindo seus corpos, crânios, materiais sagrados e itens de uso diário—para estudo e colocação em museus ao redor do mundo²⁸⁹.

No contexto da África oriental — Quênia, Somália, Moçambique, Tanzânia e outros —, Mapunda e Lane²⁹⁰ tratam o histórico das pesquisas arqueológicas imperialistas como uma forma de entender a relação que os atuais moradores estabelecem com os pesquisadores contemporâneos. Na percepção das comunidades locais, os representantes do patrimônio arqueológico, gestores ou pesquisadores, são representantes do Estado, um braço de controle a essas comunidades²⁹¹. Logo, a arqueologia é entendida como parte desse Estado opressor e de seu passado violento, que acaba por repelir toda a estrutura da pesquisa arqueológica.

Nessa realidade relacional, o patrimônio arqueológico não reverbera na contemporaneidade dessa comunidade, fechando-se na bolha acadêmica e estatal. No caso dos sítios sambaquis Capivari I e Capivari II, é notória tal percepção pela comunidade. Como eles se deparam com objetos inanimados — cercas, placas, bancos, calçadas —, que, na sua percepção, foram ali colocados pelo poder público, quando aparecem pesquisadores, eles são vistos como membros dessa estrutura, resultando em ações hostis ou cobranças que escapam às suas competências.

Alguns moradores da comunidade vivem há mais de 40 anos no local; outros descendem de moradores mais antigos. O que essas pessoas vivenciaram, a partir dos anos de 1970, foi um processo estatal que as excluiu do espaço em que estão os sítios arqueológicos. Anteriormente, plantava-se, caçava-se, brincava-se ali; agora, “não pode mais! É patrimônio e pronto!”. Um exemplo, talvez o mais claro dessa relação, é o medo, por parte de alguns moradores, de perderem sua residência.

Muitas casas foram construídas em cima do sítio arqueológico Capivari I. O medo da expulsão afastou algumas pessoas do desenvolvimento da presente tese.

²⁸⁹ ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as decolonizing practice. **The American Indian Quarterly**, Nebraska, v. 30, n. 3-4, p. 280-310, 2006. pp.281.

²⁹⁰ MAPUNDA, Bertram; LANE, Paul. Archaeology for whose interest – archaeologists or the locals? In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 211-222.

²⁹¹ *Ibid.*, p.213.

Havia também a crença de que melhorias estruturais implicassem a remoção dessas residências. Esse entendimento não é só desinformação, mas o receio diante de um histórico de expulsão e desapropriação, principalmente dos mais vulneráveis — desarticulação de ocupações de moradia, acampamentos feitos pelo Estado ou omissão deste.

Mergulhados em uma herança de práticas autoritárias, inicialmente a comunidade nos via como “eles”, fiscalizadores do patrimônio estatal. Ações de escuta voltadas à colaboração modificaram esse entendimento. Contudo, tal como uma sombra que nos acompanha, é preciso estar ciente de que, de uma forma ou outra, ela estará lá, cabendo a nós escolhermos a posição diante da luz para diminuir ou aumentar o tamanho da sombra. Reconhecer as práticas e posições de exercício da colonialidade, passadas e presentes, transforma um posicionamento científico, que diminui tal legado (a sombra).

A Arqueologia, enquanto ciência surgida no século XIX, como tantas outras desse período, teve forte influência do pensamento iluminista. Pensemos na própria separação, de base francesa, entre o que é história e o que é pré-história, usando como baliza a escrita. O foco da pesquisa arqueológica estaria nesse “pré”, no estudo daqueles que, por não escreverem sua história, estariam destinados a entrar para a modernidade com a etiqueta classificatória dos “sem” escrita, cultura, civilização.

A conhecida frase que atribuí aos arqueólogos o papel de megafone dos mortos é permeada de um viés positivista de ciência, pois entende a área do conhecimento e seus profissionais como amplificadores de uma história advinda em tom de psicografia. Seria, então, a arqueologia isenta, atemporal, aquém das classes sociais, sem uma ideologia para viver? Muito pelo contrário.

Um momento que retrata os posicionamentos da ciência é o período entre guerras. Caracterizado pela ascensão de movimentos fascistas e nazistas, nele houve a utilização das pesquisas arqueológicas nos projetos ultranacionalismos²⁹². No contexto brasileiro, o Estado Novo, na figura do presidente Getúlio Vargas, aproximou intelectuais das mais diversas ordens ao seu projeto de governo.

No processo de reconhecimento do que é digno de participar da identidade da nação, e de ser resgatado, o arqueólogo profissional presta um serviço ao Estado da mesma maneira em que o fazia desde o século XIX. Com a

²⁹² FUNARI, Pedro Paulo A.; TEGA, Glória. Arqueologia, do Imperialismo à inclusão social. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 19, n. 1, p. 17-27, 2014. p.19

diferença de que, agora, não mais distingue o bárbaro do civilizado, mas busca distinguir o verdadeiro tradicional da cultura corrompida²⁹³.

O desígnio de construir uma identidade nacional compreendia a cultura material como um importante elemento da materialização de símbolos nacionais. De forma diferente aos contextos Italiano e Alemão, o Estado Novo resgatou o passado indígena de longa duração, não como forma de conexão a uma ancestralidade gloriosa (as histórias romana e germânica). O intento era o engrandecimento do colonizador, salvador de um mundo indígena que, sem ele, estaria destinado ao primitivismo, à degeneração e à extinção.

O mundo pós-guerras buscou outras visões; era preciso afastar o ressurgir da fênix do fascismo. A partir dos anos de 1960, a arqueologia se aproximou das discussões que entendiam a cultura enquanto fator de diversidade, não mais de hierarquização. O fim da guerra, os horrores escancarados dos ideais nazifascistas e as transformações sociais, econômicas e tecnológicas trouxeram outras discussões voltadas e preocupadas com o ser humano. No lugar de exterminar a diferença, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) versou acerca da dignidade humana, acompanhada do respeito à diversidade.

Soma-se a isso o fortalecimento e a visibilidade de movimentos sociais importantes, como: feminista, negro, indígena, ambiental, trabalhista, entre outros. Ao término do século XX, a arqueologia olhou para dentro de si e começou a refletir sobre seu papel social, buscando um fazer para/com as pessoas, em sua diversidade²⁹⁴.

4.1 ARQUEOLOGIA E AS TEORIAS PÓS-COLONIAIS

Estava um dia conversando com estudantes do 6º ano de uma escola local, quando uma das estudantes me interpela: “Vocês escavam cemitérios, ossos humanos, certo!? Não é desrespeitoso o que vocês fazem?” Neste momento parei e pensei: uma criança de 11 anos teve a sensibilidade de perguntar sobre respeito e cuidado para com lugares que foram construídos, em busca de um descanso eterno, ou fosse lá qual a crença religiosa relacionada. Quanto tempo a Arqueologia levou para discutir sobre e decidir repatriar múmias, parar de

²⁹³ SILVA, Bruno S. R. **Das Ostras, só as pérolas**: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011. p.128.

²⁹⁴ CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil**: comunidades, práticas e direito. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p.16.

expor ossos humanos, escavar apenas com a presença e solicitação dos grupos humanos, seus espaços religiosos?
(Relato de vivência da autora, 2023)

A Arqueologia, como outras ciências clientes do imperialismo, mudou no final do século XX ao se aproximar das teorias denominadas como pós-coloniais/decoloniais/anticoloniais. Contestando o discurso hegemônico, a perspectiva anticolonial veio das periferias, dos considerados grupos subalternos²⁹⁵, como uma resposta à colonialidade estabelecida.

De acordo com Aníbal Quijano (2014) e Enrique Dussel (1994)²⁹⁶, o colonialismo pode ser entendido como uma estrutura de poder diretamente relacionada às formações sociais intersubjetivas, estruturando um novo tipo de poder que estaria nas bases da nossa sociedade. É o ato de dominação de um povo/nação sobre o outro. A colonialidade, por sua vez, é

[...] baseada na imposição de uma classificação social, notadamente de base racial/étnica (e à qual acrescentamos, de gênero), como fundamento de um sistema de relações de poder que opera nas mais diversas dimensões da vida, articulando-se a partir das posições de domínio e subalternidade²⁹⁷.

Logo, a colonialidade tem profundidade estrutural, sobrevivente ao término do domínio colonial. Ela possui escalas diferentes, de acordo com a relação observada e o ponto de vista de observação. Quijano²⁹⁸ entende que a colonialidade é um dos elementos que constituem o padrão mundial do poder capitalista. Assim como no

²⁹⁵ “Outra crítica das epistemologias do Iluminismo foi desenvolvida pela escola de historiografia dos Estudos Subalternos, formada em torno do historiador Ranajit Guha e seus seguidores no final dos anos 1970 (ver Lucas, capítulo 27 deste volume). Esse coletivo questionou até que ponto os subalternos grupos como camponeses, mulheres, classe trabalhadora e outras pessoas marginalizadas foram capazes de fazer sua própria história e constituir um “reino autônomo” (por exemplo, Guha 1982). Utilizando as noções de subalterno de Antonio Gramsci, esta escola procurou recuperar a experiência marginal através das fissuras, silêncios e estratégias retóricas dos documentos coloniais, produzindo uma crítica da modernidade e suas narrativas mestras focadas na história colonial indiana (por exemplo, Chatter)”. LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. Introduction: Postcolonialism and Archaeology. In: LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. **Handbook of Postcolonial Archaeology**. New York: Routledge, 2016. p. 17-33. v. 3. Tradução Nossa.

²⁹⁶ Apud AMARAL, João Paulo; RANGEL, Patrícia. Patrimônio cultural em disputa: considerações acerca das práticas colonizadoras nos processos de patrimonialização. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 19-44, 2017.

²⁹⁷ QUIJANO, 2014 apud AMARAL, RANGEL, 2017, p.21-22.

²⁹⁸ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: (ORG), Boaventura D. S. S. E. M. P. M. **Epistemologias do Sul**. 1. ed. Coimbra: ALMEDINA. SA, v. 1, 2009. p. 73-118.

sistema-mundo capitalista²⁹⁹, o colonialismo possui centros e periferias dinâmicas, por serem relacionais.

Esse cenário integrado formou outras identidades sociais e geoculturais da colonialidade. Quanto às sociais, estão inclusos os indígenas, negros, amarelos, brancos, entre outros. No que se refere às geoculturais, tem-se a América, a África, o Extremo Oriente, a Ásia, a Europa Ocidental³⁰⁰. As relações entre essas identidades estabelecem níveis no exercício da colonialidade. Um exemplo é o fato de integrarmos a América Latina e, portanto, sermos impactados com as colonialidades estadunidense e europeia. Agora, se mudarmos a escala, internamente o Brasil vive tensões resultadas e resultantes de práticas colonialistas de base geográfica (norte e nordeste, urbano e rural) e sociais (indígenas, negros, caboclos etc.).

O aumento de teorias pós-coloniais, no contexto acadêmico, associa-se ao momento em que críticos literários exploram formas alternativas de “ler” as sociedades coloniais, ao final dos anos de 1970³⁰¹. A teoria pós-colonial tornou-se rapidamente um ponto focal nas cenas acadêmicas das humanidades e das ciências sociais. Destacamos três marcos dessa mudança do campo geral das ciências humanas e sociais em direção à arqueologia:

- publicações de **Frans Fanon** (1925-1961) — psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia —, com a publicação de *Os condenados da terra* (1961); **Aimé Césaire** (1913-2008) — poeta, negro, também nascido na Martinica —, com a publicação de *Discurso sobre o colonialismo* (1950); **Albert Memmi** (1920-) — escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica —, por meio da publicação *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador* (1947); e **Edward Said** (1935-2003), com a publicação de *Orientalismo* (1978).
- a realização do **World Archaeological Congress (WAC)**, em 1986 — nesse evento, arqueólogos oriundos de diversos países (ricos ou pobres), estudiosos de outras disciplinas interessadas no tema, indígenas e demais povos estudados pela Arqueologia estiveram presentes. A partir de suas discussões, foi estabelecida uma “Arqueologia não mais feita por militares

²⁹⁹ WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 447-470.

³⁰⁰ QUIJANO, 2009, p. 74.

³⁰¹ DOMMELEN, 2011, p. 1.

imperialistas por sobre cadáveres indígenas, mas por nativos em colaboração com as pessoas para valorizar os indígenas e os perseguidos”³⁰². Para os autores, esse foi um importante passo em direção a uma revolução epistemológica e sociopolítica, presente na arqueologia até hoje.

- a publicação do livro **Imperialismo Romano: perspectivas pós-coloniais**, considerada a primeira discussão clara acerca da teoria pós-colonial³⁰³.

Os momentos apresentados trazem pensadores que contribuíram com essa mudança de pensamento na arqueologia. Na concepção de Toro³⁰⁴, a pós-colonialidade é um discurso voltado à dialogicidade. Este é caracterizado pela descentralização, propiciando espaços para novas e diversas perspectivas. Há o entendimento de uma diferença narrativa entre o colonizador e o colonizado, percebendo, pois, a necessidade e o compromisso em “defesa” dos colonizados.

Pontua-se que discussões recentes acerca das teorias pós-coloniais criticaram autores oriundos de regiões consideradas subalternas, mas que estudam, produzem e validam suas teorias a partir do centro dominante. Não consiste na invalidação dos feitos desses pesquisadores, afinal foram e ainda são revolucionários. A crítica é direcionada ao fato de esses autores se adequarem à colonialidade do saber³⁰⁵, ao invés de eliminá-la, se é que isso é possível. Nessa perspectiva, somos levados a refletir: quantos são os pesquisadores indígenas confrontados com o academicismo? Os poucos que se aventuram na academia são expostos a uma

³⁰² FUNARI e TEGA, 2014, p. 20.

³⁰³ Editores Webster e Cooper, 1996.

³⁰⁴ TORO, Alfonso D. La Postcolonialidad en Latinoamérica en la era de la globalización. ¿Cambio de paradigma en el pensamiento teórico-cultural latinoamericano? In: TORO, Alfonso D.; TORO, Fernando D. **El debate de la postcolonialidad en Latinoamérica**. Una postmodernidad periférica o Cambio de paradigma en el pensamiento latinoamericano. Frankfurt and Main: Vervuert, 1999. p. 31-77. p.33.

³⁰⁵ “A Colonialidade do Saber nos revela, ainda, que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, j· assinalados pela teoria da dependência e outras, um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. Como nos disse Walter Mignolo, o fato de os gregos terem inventado o pensamento filosófico, não quer dizer que tenham inventado O Pensamento. O pensamento est· em todos os lugares onde os diferentes povos e suas culturas se desenvolveram e, assim, são múltiplas as epistemes com seus muitos mundos de vida. H·, assim, uma diversidade epistêmica que comporta todo o patrimônio da humanidade acerca da vida, das ·águas, da terra, do fogo, do ar, dos homens”. GONÇALVES, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. Em E. LANDER, A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas (pp.3-5). Buenos Aires: Coleccion Sur CLACSO.

validação constante, que cobra sua adequação a uma estrutura do saber que ainda hoje exercita a colonialidade.

Produzir no centro da cientificidade pode ser entendido como uma demonstração de que a periferia não conseguiu se livrar da obrigação de se apropriar do conhecimento lá produzido. “Sem sua terminologia, seu aparato teórico, seus parâmetros, os discursos da periferia são considerados exóticos, não-científicos”³⁰⁶.

Caso se afastem do local da produção do conhecimento científico, são considerados exóticos. Contudo, quando ocorrem a aceitação e a aplicação das estruturas científicas do centro, suas produções são associadas como um ato epigonista. O único caminho destinado a essa periferia do conhecimento seria, como disse Hegel, “[...] desaparecer do chão em que a história se moveu até os dias de hoje”³⁰⁷; independentemente da forma, não há chance de produzir história.

O que Toro traz para nossa discussão é o dilema das teorias pós-coloniais, como diria o ditado brasileiro: “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”. O centro estrutura a colonialidade do saber, não só por ser o local de produção e validação, mas por ditar as regras de sua produção.

É sabido que a comunidade presente nesta tese faz parte da lógica colonialista que estruturou essa sociedade, por se tratar de uma comunidade urbana integrada às bases normativas da sociedade contemporânea brasileira. Todavia, os moradores que a compõem estavam alheios à produção do conhecimento sobre seu lugar de vivência.

Multivocalizar o processo, buscar formas diferentes de escutar e amplificar vozes e lidar com uma variedade de agentes são ações anticolonialistas. Encontramos nesse entremeio, agimos para quebrar estruturas da relação hierarquicamente construída entre arqueologia e comunidade, mas também continuamos a cumprir prazos, estilos, métodos, avaliação e demais processos da academia. Imersos em uma estrutura colonialista, talvez não consigamos transpô-la. Todavia, os problemas geram transformações, é preciso fazer balbúrdia, integrar-se ao movimento anticolonialista, posicionar-se.

A teoria pós-processualista é parte dessa mudança, pois inclui uma gama de abordagens voltadas a reagir e criticar o processualismo — visão positivista do

³⁰⁶ TORO, 1999, p.35.

³⁰⁷ Herlinghaus/Walter, 1994, p.12 apud TORO, 1999, p.35.

passado, com o objetivo de compreender os processos do comportamento humano³⁰⁸. O pós-processualismo trouxe para o campo de discussão acadêmica questões que envolviam: a multivocalidade, uma arqueologia ética, visões diferentes de entender e construir interpretações sobre o passado.

Pagán-Jiménez³⁰⁹ faz uma provocação: seria toda a arqueologia contemporânea pós-colonial? Assim como Toro, ocorre a explanação de que não se trata de uma periodicidade da história, melhor dizendo, não se trata da arqueologia após as independências de antigas colônias, mas de um fenômeno discursivo estratégico, oriundo de um pensamento pós-estruturalista. O autor demonstra que não, pelo contrário, são poucas as pesquisas a partir de perspectivas da pós-colonialidade.

No contraponto dessa ideia, Funari e Tega³¹⁰ relembram a existência de movimentos anteriores aos anos de 1970, os quais voltavam-se a pensar temas sensíveis à perspectiva pós-colonial:

- Claude Lévi- Strauss publicou, em 1952, um estudo (encomendado pela Unesco) contra o racismo;
- Paul Rivet, já ao final de sua vida, nos anos de 1950, advogava o valor cultural de todos os seres humanos;
- O mesmo ideal defendido por Rivet será defendido pelo brasileiro Paulo Duarte logo após³¹¹.

Não obstante, tais ações foram consideradas, pelas ciências humanas, uma forma de instrumentalização política da arqueologia (como se até então já não o tivesse sido), em um contexto latino-americano recheado de ditaduras militares. Em tempos de exceção, a arqueologia refugiou-se na objetividade de uma ciência positivista, neutra, técnica e profissionalizada, a Nova Arqueologia. A escolha pela autoproteção da comunidade acadêmica, entretanto, não resiste às pressões dos movimentos sociais amplificados nos anos de 1970.

O mundo em ebulição cultural cobra uma transformação epistemológica. No cerne das lutas por representatividade, a cultura material não poderia servir apenas para comprovar a superioridade ocidental, mas reclamaria uma maior visibilidade às

³⁰⁸ ATALAY, 2011, p.291.

³⁰⁹ PAGÁN-JIMÉNEZ, 2004.

³¹⁰ FUNARI E TEGA, 2014.

³¹¹ FUNARI E TEGA, 2014, p. 19.

formas e impactos coloniais. Assim como a categoria patrimônio cultural, a arqueologia será cobrada como espaço de representação, respeito e luta dos povos e grupos marginalizados pelos processos anteriores.

A arqueologia, de estudo do antigo, passou, como propugnavam em 1987 Michael Shanks e Christopher Tilley (1987), a ser o estudo das relações de poder. Michel Foucault (1969) e sua “Arqueologia do Saber” tornaram-se parte da reflexão da disciplina, e seu caráter político e social passou a ocupar cada vez mais o lugar de destaque³¹².

O processo iniciou tímido, alterando alguns focos de pesquisa (comunidades indígenas, quilombolas, eventos traumáticos, espaços de batalha), mas mantendo práticas colonialistas na formação dos pesquisadores, nos lugares de pesquisa e nas estruturas de publicação³¹³. Foi o ativismo indígena, negro, feminista, migrante que forçou as teorias e práticas arqueológicas em direção a transformações mais efetivas.

No contexto norte-americano, Atalay³¹⁴ relembra que, na década de 1970, houve intensos protestos, organizados pelo Movimento Indígena Americano, em relação a escavações arqueológicas. Soma-se às manifestações contrárias a forma com que seus remanescentes ósseos humanos eram expostos em vitrines, etiquetados como exemplares de ancestrais nativo-americanos.

Além da insensibilidade e da fragilidade ética das exposições, havia também a intencionalidade de manter esses povos em um passado primitivo, desconexo dos povos contemporâneos, servindo a um discurso evolucionista da história. Nesse contexto discursivo, a aproximação da arqueologia com as teorias pós-coloniais vem auxiliar os grupos dominados a exercerem o controle de sua narrativa histórica. Eis aqui uma das importantes funções sociais da arqueologia na contemporaneidade.

Pagán-Juménez defende que tal controle sempre existiu; sua linha de pesquisa investiga a relação entre as teorias pós-coloniais, produzidas no centro, com as demais arqueologias que já se desenvolviam na América Latina, em busca de compartilhamentos ou dissidências. Na perspectiva do autor, antes mesmo de as teorias pós-coloniais “surgirem” no centro “euro-americano”, a América Latina, indígena, negra, crioula e híbrida (não subalterna — Ribeiro, 1970, 1971) se levantava perante seu sufocamento físico e acadêmico. Como resultado, nos anos de 1960 e 1970, formou-se uma classe acadêmica latino-americana:

³¹² FERREIRA e FUNARI, 2009, p.1

³¹³ DOMMELEN, 2011, p.3

³¹⁴ ATALAY, 2006.

[...] já na década de 1960 havia intelectuais que questionavam a falta de 'uma teoria geral, que explicasse nossa realidade em seus próprios termos, fundamentada em nossa experiência histórica. Teorias originárias de outros contextos eram muito eurocêntricas e, portanto, inutilizáveis para nós [como latino-americanos] para serem inteligíveis'³¹⁵.

A arqueologia social latino-americana se colocava contrária às histórias e arqueologias oficiais. Novas formas de interpretar o passado latino-americano, ressaltando as contradições e os conflitos entre opressores e oprimidos, já aconteciam.

Pagán-Juménez³¹⁶ destaca, inclusive, que a arqueologia latina influenciou a escola histórico-cultural americana. O autor pontua que muitos grupos indígenas já construíam e socializavam suas histórias, em verdade, sempre o fizeram, faltava apenas que o centro escutasse as vozes vindas da periferia. A reflexão trazida pelo autor é interessante; seria a introdução da teoria pós-colonial na academia uma posição também colonialista?

[...] em vez de simplesmente tomar e aplicar teorias pós-coloniais em diferentes contextos, cada arqueologia deve estabelecer canais de comunicação com outras arqueologias, sem recusar ou ignorar sua própria forma autogerada de praticar a disciplina³¹⁷.

A crítica é válida, o pós-colonial surge em superação à colonialidade — que ocorre ou não, a depender do contexto — e, de alguma forma, reforça o centro como posição antagônica. Nessa perspectiva, as outras arqueologias seriam pós-coloniais pelo fato de não serem coloniais, de uma forma ou de outra; é em comparação ao centro que se faz a distinção.

Atalay³¹⁸ é provocativo em relação aos profissionais da arqueologia quando discorre sobre a posição de poder deles, não só acerca de um passado colonial, imperialista e colecionista, mas também sobre um presente recheado de práticas colonialistas. Estas não estariam somente na forma de pesquisar, mas também nos processos de gestão do patrimônio arqueológico. Entendendo o Estado como gestor patrimonial, os profissionais da arqueologia, ao serem autorizados a lidar com esse

³¹⁵ RIBEIRO, 1968; 1995: 11 apud PAGÁN-JUMÉNEZ, 2004, p. 205.

³¹⁶ *Ibid.*

³¹⁷ PAGÁN-JUMÉNEZ, 2004, p. 202

³¹⁸ ATALAY, 2006, p. 282

patrimônio, acabam por desconsiderar a autonomia dos demais povos em governar e praticar suas formas tradicionais na gestão de seus recursos.

Em outras comunidades, circunvizinhas ao bem patrimonial, aplica-se a mesma lógica denunciada por Atalay. A continuidade de um exercício discursivo que coloca a seguinte disputa: arqueologia = preservação (*versus*) comunidade = descaso e falta de conscientização.

Defendemos que uma arqueologia anticolonial ultrapassa o ato de problematizar o discurso construído a respeito do patrimônio arqueológico (entendo a importância da discussão), devendo ser uma reflexão seguida de transformação da ciência e dos seus cientistas. É preciso reconhecer que nossa prática tem base ocidental de pesquisa, classificação, ordenação, salvaguarda e preservação. Apenas ao perceber a posição em que estamos é que podemos analisá-la e transformá-la. Foi tal reconhecimento que motivou a existência desta tese e de todas as ações desenvolvidas ao longo do seu processo de construção.

4.2 O PAPEL DA ARQUEOLOGIA E SEUS ADJETIVOS CONTEMPORANEOS: SOCIAL, PÚBLICA, COLABORATIVA, COMUNITÁRIA

A arqueologia é mais que instrumento de compreensão, é forma de gestão e controle do patrimônio dos grupos estudados. Com esta contextualização, fica claro que, na prática, a arqueologia é muito mais do que simplesmente uma ferramenta para compreender o passado: a prática arqueológica e o conhecimento que ela produz fazem parte da história e do patrimônio dos povos vivos e têm implicações e relevância contemporâneas para eles em seu dia a dia³¹⁹.

As transformações sociais após os anos de 1950, acompanhadas do entendimento de cultura enquanto elemento de diversidade humana, exigiram mudanças significativas nas práticas arqueológicas. Era preciso recuperar os humanos por detrás da cultura material, tanto os que a produziram quanto os que hoje habitam, significam, (re)significam sítios arqueológicos. A arqueologia passa a integrar novos embates científicos, provocados por sujeitos até então posicionados à margem da construção científica do conhecimento arqueológico. Não cabe mais, nesse contexto, o uso da cultura material para legitimar perspectivas evolutivas culturais — a mudança epistemológica da arqueologia foi necessária.

³¹⁹ ATALAY, 2006, p.283. Tradução nossa.

O arqueólogo Luis Guillermo Lumbreras, na construção de sua palestra no encerramento da IV Semana Internacional de Arqueologia — Discentes MAE/USP (2015), refletiu sobre a construção de uma arqueologia social e humana. O palestrante aponta que historiadores, antropólogos e arqueólogos estariam mais preocupados com os mortos do que com os vivos.

Lumbreras defende que o seccionamento de uma história dos indígenas é mais uma forma de separar a “história deles” do que ele chama de “nossa história”. Logo, compete à arqueologia um passado pré-colonial — história deles. Por outro lado, a História se ocupa da “nossa história”, a partir da chegada dos colonizadores.

Não é incomum a referência a povos indígenas com a utilização de verbos no passado: os indígenas comiam milho; os indígenas caçavam animais; os indígenas viviam nas aldeias; os indígenas viviam aqui, entre outras. O uso de tais signos e seus significantes permeia uma construção discursiva direcionada ao silenciamento dos oprimidos, voltada à manutenção dos povos indígenas no período primitivo de um passado distante.

Quando a arqueologia, de forma a evitar embates e posições políticas, se limita ao estudo da cultura material do “pré”-história/colonial, contribui para a colonialidade. Uma ciência comprometida apenas com a cultura material enxerga seus produtores enquanto culturas, tecnologias, fases, tradições, subtradições, não como seres humanos. “As pessoas se transformaram em traços culturais. Não há pessoas fazendo cerâmica nas aldeias. É um estilo cerâmico, é uma cultura dada”³²⁰.

Ao perceber o apego por uma arqueologia estruturalista e começar a questioná-la — em muito, por pressão dos demais grupos humanos silenciados —, surge o questionamento: para quem é feita a arqueologia? Na procura por respostas, a arqueologia agrega novos adjetivos: Arqueologia Social, Arqueologia Pública, Arqueologia Comunitária, Arqueologia Colaborativa.

Surgida na América Latina entre os anos de 1970 e 1980, a Arqueologia Social, nas palavras de um dos seus fundadores — Lumbreras — procura entender a atividade social humana por meio de uma leitura mais humanizada do testemunho material, aliado a uma conexão com pessoas de determinado tempo presente.

Estamos no século 21 e não há nada que possa voltar atrás, mas o que consigo entender é que faço parte de uma intervenção do ser humano, nas

³²⁰ LUMBRERAS, 2019, p.492. Tradução nossa.

condições concretas deste mundo, e que eu intervimos na natureza e os meus predecessores intervieram na natureza. Estou vivendo naqueles que intervieram nas pessoas há cem anos, mil anos atrás, quinhentos anos atrás. E essas condições me permitiram ter o que tenho agora³²¹.

A Arqueologia Social — seus fundadores acreditavam que deveria ser entendida como arqueologia e pronto — nasce da necessidade de uma proposta teórica que oriente a arqueologia em sua contribuição para a transformação da História. A arqueologia, por meio da interpretação de um testemunho material, contribuiria para a “[...] construção da história dos povos, não a história segregada de um povo específico, a história de todos nós”³²².

A grande preocupação da arqueologia social está no processo de leitura do testemunho material. Trata-se de um exercício de uma arqueologia no qual os processos de organização da sociedade são construídos a partir das relações sociais que nela se estabelecem. Para exemplificar o compromisso da arqueologia com as relações sociais, Lumbreras faz menção a um convite que recebeu para lecionar na Universidade de Conceição, no Chile, à época governado por Salvador Allende:

Aprendi muito com as pessoas que estavam lá. Nenhum era estudante de arqueologia. Ninguém. Eram estudantes de sociologia, ou eram estudantes de medicina e havia pessoas absolutamente revoltadas. O que os interessava era transformar o Chile. Aprendi com eles que o mais importante que eu poderia fazer era trabalhar numa Arqueologia comprometida com a História. No Chile, onde os Araucanos foram marginalizados, os Mapuches no Sul e os Aymaras eram marginalizados no Norte. Em um Chile onde a discriminação racial é uma impressionante fonte de golpes para o povo em geral. Foi muito forte e muito violento. Naquele Chile começamos a trabalhar com eles, com os chilenos, na construção de uma nova forma de fazer Arqueologia³²³.

Como dito pelo autor, a América Latina já desenvolve arqueologias diferentes antes de virar “tendência”³²⁴. Na esteira da arqueologia social, surgiu a Arqueologia Pública. O termo foi utilizado pela primeira vez no livro homônimo de McGimsey’s, publicado em 1972. Todavia, surgiu em um contexto de sensibilização para com o patrimônio arqueológico estadunidense, perante a lógica desenvolvimentista que o colocava em risco. A arqueologia pública, nesse cenário, era de gerenciamento do

³²¹ LUMBREERAS, 2019, p.495. Tradução nossa.

³²² *Ibid.*, p.494. Tradução nossa.

³²³ *Ibid.*, p.497, Tradução nossa.

³²⁴ Termo utilizado por nós para fazer referência a modismos contemporâneos que são facilmente agregados e replicados sem necessariamente passarem por uma reflexão. Lumbreras não utiliza ao longo do seu texto tal terminologia.

público, por meio do Cultural Resource Management (CRM), entendida como o oposto de uma arqueologia acadêmica — esta última, voltada a pesquisas mais amplas³²⁵.

Com o objetivo de convencer os legisladores e empresários de que havia muito o que salvar do patrimônio arqueológico nacional, o CRM buscou o apoio do público, daqueles que estavam fora do setor arqueológico. No entanto, com o crescimento de empreendimentos e a necessidade de mais pesquisadores envolvidos, a profissionalização da arqueologia acabou por “tutelar” esse público, ou seja, passou a responsabilidade de proteção e gestão para os pesquisadores. Essa foi uma medida que iniciou a partir da necessidade de um engajamento maior do público, por afastá-lo desse processo³²⁶.

Essa mudança de direcionamento expõe a aliança entre a CRM e a arqueologia pública estadunidense com as empresas capitalistas e governamentais, trabalhando em prol das obras de engenharia e dos negócios turísticos. “Aqui nasceu, bem nutrida e vigorosa, a arqueologia de contrato e sua aliança com a arqueologia pública³²⁷”.

A confusão do termo público entre aquilo que é de competência do Estado e o que faz parte de um corpo crítico (divergente e conflituoso) externo a ele resulta nas ambiguidades conceituais acerca da Arqueologia Pública. Alguns a interpretam como uma arqueologia produzida pelo Estado³²⁸, outros a percebem como uma arqueologia preocupada com a comunicação com os diversos públicos. No Brasil, o entendimento de arqueologia pública, erroneamente, se associou à arqueologia desenvolvida em empreendimentos — arqueologia de contrato — e às atividades educativas no âmbito desta.

Márcia Bezerra³²⁹, exímia questionadora de uma arqueologia distante do público em geral, reforça que fazer Educação Patrimonial, ou seja, divulgar a produção

³²⁵ MERRIMAN, Nick. Introdução. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 1-18. p. 3.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ FERREIRA, Lúcio M. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 87-106, 2013. p.99.

³²⁸ “Segundo Chauí (2000, p. 91): ‘[...] Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público, do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado [...]’. O Estado, portanto, estabelece ‘relações pessoais de favor, clientela e tutela’ com os cidadãos (CHAUÍ, 2000; FUNARI, 1995, 1999^a), o que pode aumentar as distâncias entre eles. Isso acarreta a noção de que o que é público, em termos legais, não é aquilo de todos, mas o que é propriedade privada do Estado”. BEZERRA, 2003, p. 283.

³²⁹ BEZERRA, 2003.

científica, não pode ser a definição de uma arqueologia pública, é requisito de toda produção científica. A pesquisadora pontua que há cerca de 90 anos (hoje, poderíamos falar em 110 anos) o instituto estadunidense *Antiquities Act* — criado com o intuito de regulamentar o tratamento dos sítios arqueológicos em terras públicas, bem como assegurar o acesso público aos resultados da pesquisa — já cobrava o dever profissional da arqueologia de aproximar tal ciência do público³³⁰.

Com o aumento de obras de infraestrutura no Brasil, a arqueologia de contrato cresceu substancialmente e hoje é responsável pela maioria das portarias de pesquisa. Esse cenário propiciou o crescimento de empresas de arqueologia. A necessidade de um *marketing* patrimonial que contribuísse com o valor social destas contribuiu para a criação de um engodo que associa arqueologia pública com arqueologia de contrato ou, ainda, com o fazer educativo dentro dessas pesquisas.

De acordo com Funari e Robrahn-González³³¹, nesse cenário, a arqueologia pública estaria associada à definição de instrumentos e estratégias para uma sustentabilidade socioambiental inserida em um contexto capitalista. Ferreira³³² reforça que, nessa situação, o patrimônio arqueológico torna-se uma fonte de legitimação do mercado.

Vende-se o produto, muitas vezes, exibindo-se orgulhosamente fotos representando a “ciência em ação”, onde os princípios metodológicos da arqueologia comunitária são artificialmente cenografados: mostra-se a comunidade trabalhando em todas as etapas da pesquisa arqueológica. Contudo, a verdade é que não se consulta previamente a comunidade para elaborar-se o “projeto de pesquisa”, assim como não se delibera com ela acerca dos impactos econômicos e ambientais que as obras de engenharia ocasionarão. **Em suma, segue-se tranquilamente a “melhor” tradição autocrática do Estado brasileiro: a imposição de projetos sem consulta à sociedade civil**³³³.

Usar a arqueologia dessa forma coloca, em muitos casos, o interesse liberal desenvolvimentista à frente da preservação patrimonial — seja no sentido dos órgãos oficiais, seja nas formas que as comunidades significam. Em prol de um empreendimento, um sítio arqueológico pode ser integralmente removido, desde que salvo — pesquisa, análise, curadoria, exposição — por aqueles que o Estado autoriza.

³³⁰ BEZERRA, 2003, p.276

³³¹ FUNARI e ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p.22.

³³² FERREIRA, 2013, p.90.

³³³ *Ibid.*, 2013, p.98, grifo nosso.

Não é intento aqui abominar a legislação patrimonial e arqueológica — elementos importantes na construção de narrativas históricas, em suas diversidades —, mas refletir sobre o “sacrifício” do patrimônio em prol do mercado, aliado a um afastamento e esterilização em relação às comunidades locais — estas nada podem fazer, tocar no sítio, pois não são autorizadas pelo poder estatal, pela ciência ocidental, a menos que essa mesma comunidade financie tal trabalho.

Os projetos de desenvolvimento podem destruir os sítios, mas a arqueologia de contrato, aliada a essa versão sorrateira de arqueologia pública, diz-nos: “aqui estamos nós para preservar o passado para o futuro e educar a comunidade”! Eis que as empresas e governos, agora, conjugam destruição desenvolvimentista com preservação do passado³³⁴.

Na concepção de Ferreira, o liberalismo utiliza-se da arqueologia pública para fins marketeiros, ainda que distorça sua epistemologia e objetivos. Cientes dessa confusão, necessária de ser pontuada e desconstruída, o que seria, então, a arqueologia pública?

Quando a arqueologia começa a se aproximar mais das pessoas, não para demandar ou coletar informações, mas com o intuito de dialogar, dá-se início a uma mudança de postura da ciência, tanto no campo epistemológico quanto nas práticas adotadas. As teorias pós-coloniais estão na base dessa autorreflexão.

Ainda que haja uma crítica acerca da captura da arqueologia pública pelo neoliberalismo brasileiro, é preciso considerar que há, sim, no Brasil, muita arqueologia pública sendo feita em outros contextos, preocupada com o papel dessa ciência para a sociedade brasileira. Apoiar-se na relação arqueologia pública – arqueologia contratual como definidora da primeira é entregar uma discussão e ações de extrema relevância para a transformação da arqueologia.

Na perspectiva de Schadla-Hall³³⁵, a arqueologia pública consiste em “[...] qualquer área de atividade arqueológica que interagiu ou teve potencial para interagir com o público”. Para Ascherson³³⁶, o mundo real em que a pesquisa arqueológica se encontra é, por si só, conflituoso econômica e politicamente. Todavia, entendendo a dissonância do patrimônio, compreendemos que disputadas políticas fazem parte de qualquer pesquisa vinculada ao patrimônio cultural.

³³⁴ FERREIRA, 2013, p.97

³³⁵ Schadla-Hall, 1999 apud MERRIMAN, 2004, p. 4.

³³⁶ Ascherson, 2000 apud MERRIMAN, 2004, p. 4.

A arqueologia pública entende a necessidade de exercitar a aproximação entre pesquisadores, instituições e sociedade civil; a discordância faz parte do processo. Uma vez que busca dialogar com os outros, os divergentes, a multivocalização é pré-requisito para o desenvolvimento. Considerando que são variados os contextos patrimoniais, não há fórmula para o desenvolvimento da dialogicidade — compete aos pesquisadores conhecer o público com que irão conversar.

A palavra público tem sua origem no Latim *Publicare*, “tornar público”, de *Publicus*, “relativo ao povo”, de *Populus*, “povo”. Convém sair da zona de conforto e dialogar com outras vozes, contestar alguns rigores acadêmicos, exercitar a escuta, aceitando que o intuito não é consenso; é preciso saber lidar com as divergências.

A preocupação da arqueologia pública não se volta ao desenvolver pesquisa para a sociedade, mas, antes, à participação desta³³⁷. Para Fontolan e Menezes, essa arqueologia se posiciona no campo político, espaço profícuo ao diálogo e à gestão de interesses, tanto da ciência e suas especificidades quanto das diversas comunidades que podem estar relacionadas. Levando em conta que age conscientemente na realidade, a arqueologia pública se integra à cultura pública ampla — nesta, a contestação e a dissonância são inevitáveis. Para Ascherson³³⁸, “[...] as questões da arqueologia pública ‘são sobre os problemas que surgem quando a arqueologia se move para o mundo real de conflito econômico e luta política. Em outras palavras, eles são todos sobre ética’”.

Há a preocupação ética com uma ciência que produz conhecimento, não sobre “coisas”, mas sobre pessoas em suas várias temporalidades. Esse conhecimento ressoa na realidade e a impacta. Como já discutido aqui, a arqueologia contribuiu para a formação de narrativas históricas de cunho colonialista, nacionalista e imperialista, ao refletir sobre seu posicionamento ético, seu papel nas discussões contemporâneas relacionadas à/ao/a: identidade, pertencimento, movimentos sociais, reparações históricas, reconhecimento, entre outras.

Sendo sobre ética e identidade, portanto, a arqueologia pública é inevitavelmente sobre negociação e conflito sobre significado. Esta definição

³³⁷ FONTOLAN, Marina; MENEZES, Victor Henrique da Silva. “LAP com as escolas”: ações e pesquisas no campo da arqueologia pública. In: CAMPOS, Juliano B.; FUNARI, Pedro P.; RODRIGUES, Marian Helen. **Arqueologia Pública e patrimônio**: questões atuais. Criciúma: UNESC, 2015. p. 273-311. p. 277.

³³⁸ 2000, p 2 apud MERRIMAN, 2004, p.4.

mais ampla de arqueologia pública abre um espaço para discutir não apenas os produtos arqueológicos (como programas educacionais, exposições em museus e visitas a locais), mas também os processos pelos quais o significado é criado a partir de materiais arqueológicos no domínio público. (...) A arqueologia pública, portanto, abrange os debates que se abrem entre a oferta oficial de arqueologia em nome do público e os diferentes públicos que têm interesse na arqueologia, que frequentemente debatem entre si sobre os significados e valores dos recursos arqueológicos³³⁹.

Na percepção de Holtorf³⁴⁰, a arqueologia é um importante instrumento de leitura crítica do mundo em que vivemos, seja por meio da valorização do patrimônio, seja por meio da democratização da ciência, via escuta. Nessa perspectiva, não basta apenas educar, ainda mais quando essa educação é feita na perspectiva do *déficit*³⁴¹. Nela, o público é entendido como uma folha em branco; compete, então, aos pesquisadores, salvadores patrimoniais, a missão de suprir o *déficit* de conhecimento, impelindo movimentos depredatórios.

Nos Princípios Éticos em Arqueologia, organizados pela SAA — Sociedade para Arqueologia Americana (1996) —, a pesquisa arqueológica, para ser caracterizada como responsável, precisa de: aceite público para com sua prestação de contas; consulta ativa a todos os grupos afetados, utilizando-se de todos os esforços para isso; relações de trabalho satisfatórias para todas as partes envolvidas na pesquisa.

Pautando-se em tal reflexão, pensadores e agentes de uma Arqueologia Pública mais engajada começam “[...] a assumir sua responsabilidade social em relacionar a experiência do passado à do presente, e contribuir na promoção do futuro”³⁴². Como há uma gama de contextos e públicos, o objetivo da arqueologia como prática de pesquisa mais social e humanizada não deve ser tratado como uma especialização ou divisão da ciência. Necessita do entendimento de que há conexão com as demais pessoas envolvidas com o patrimônio pesquisado, reconhecendo a arqueologia como um importante instrumento de ação política e social. Essa é a arqueologia pública que defendemos e praticamos!

³³⁹ MERRIMAN, 2004., p.5

³⁴⁰ apud *Ibid.*, p.27.

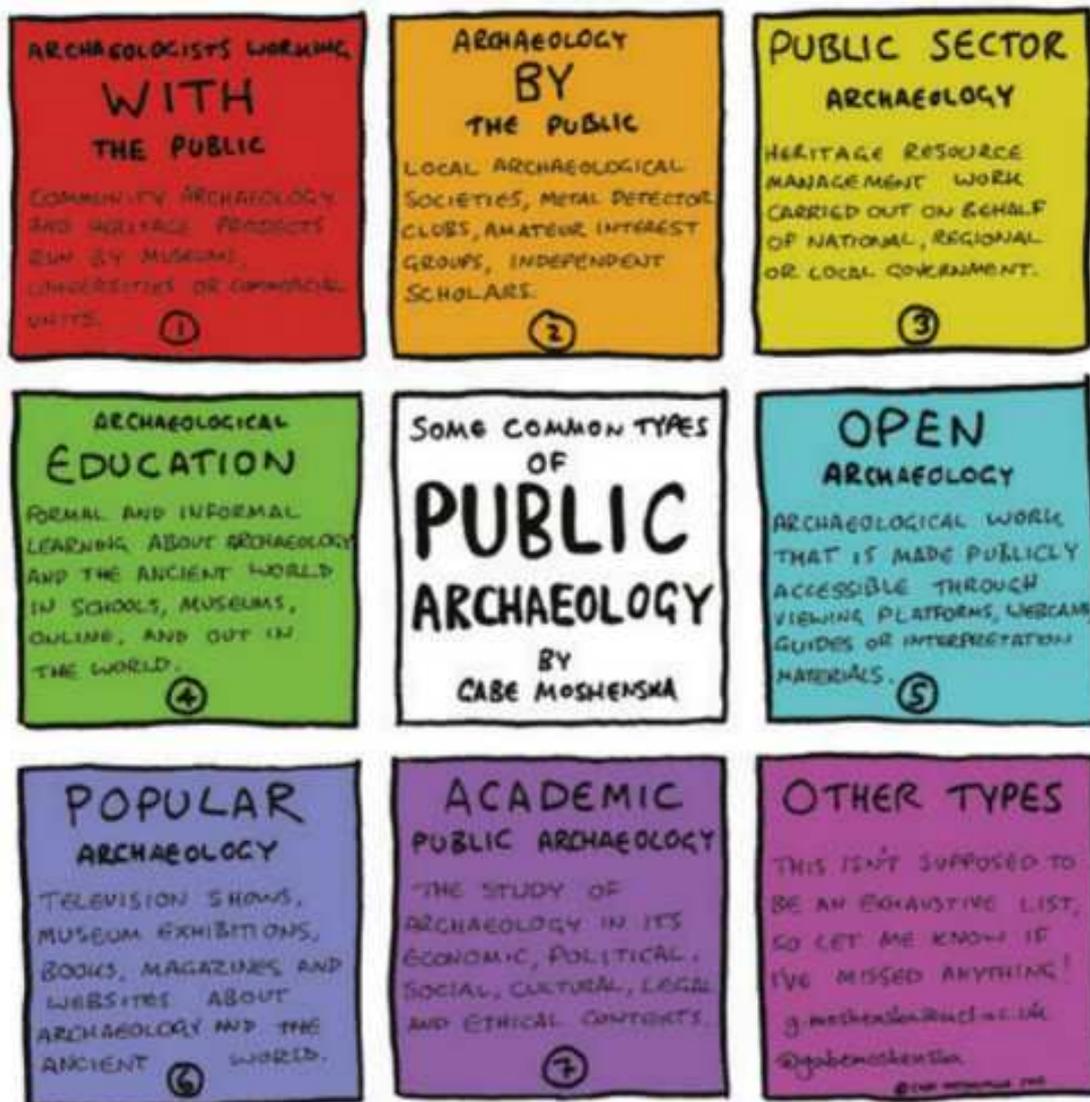
³⁴¹ “Havia aqui uma classificação implícita do público como deficiente e equivocado em sua atual “falta de aceitação” da ciência – um “modelo de déficit” do público, cuja falha tinha de ser reparada por mais ciência “divulgada” ou “através” a fronteira de um mundo especializado e relativamente limitado para o das massas em grande parte ignorantes.” MacDonald, 2002, p. 49 apud MERRIMAN, 2004, p.5.

³⁴² FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. Ethics, Capitalism and Public Archaeology in Brazil. *História*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008. p.22.

Em busca de apontamentos necessários para a área, tendo como lugar de fala o contexto arqueológico britânico, Moshenska³⁴³ constrói uma espécie de mapa mental sobre os tipos mais comuns de práticas associadas como arqueologia pública (vide

Figura 19).

Figura 19 – Tipos comuns de arqueologia pública de acordo com Moshenska



Fonte: Moshenska, 2017, p. 6.

Para uma melhor compreensão de cada uma dessas seções, organizamos um quadro contendo seus principais pontos, aliado a uma análise própria de pontos fortes e positivos, utilizando outros autores que versam sobre as estratégias e métodos adotados nas classificações apresentadas.

³⁴³ MOSHENSKA, Gabriel. Introduction: public archaeology. In: MOSHENSKA, Gabriel. **Key Concepts in Public Archaeology**. [S.l.]: [s.n.], 2017. p. 1-13.

Quadro 1 – Descrição e análise dos classificados de arqueologia pública construídos por Moshenska (2017)

(Continua)

| Tipo de AP | Como é feita? | Pontos fortes | Pontos a fortalecer |
|----------------------|--|--|--|
| Com o público | Oportuniza ao público de forma geral, ou a uma comunidade específica, a participação da pesquisa arqueológica. Pode ser desenvolvida na pesquisa de campo ou em acervos contidos em reservas técnicas, museus e arquivos. | Experenciar a pesquisa arqueológica, contribuindo para uma melhor compreensão da produção científica do conhecimento arqueológico. | Em muitos casos, a comunidade serve meramente como fonte de informações, ou, ainda, como mão de obra barata. Também há relatos de treinamentos de locais que se transformaram em escavações autônomas e comercialização de peças arqueológicas. |
| Pelo público | Refere-se a uma união ou aproximação entre a arqueologia desenvolvida pela academia e a arqueologia dita amadora. | Seria uma arqueologia realmente pública, feita pelo público. Em muitos casos, é mais inclusiva do que a arqueologia acadêmica, uma vez que ela encontrar-se-ia ligada a um elitismo intelectual. Produção de dados que podem ser aproveitados pela arqueologia acadêmica, base de muitos dados de pesquisa de campo e de criação e gestão de acervos, anteriores à arqueologia profissional. | Incentivo a caçadas por tesouros perdidos, focando no valor artefactual e esquecendo-se de contextualizá-lo. Acaba por anexar um número maior de peças ao mercado ilegal de artefatos arqueológicos. Incentiva produções midiáticas sensacionalistas, que, por sua vez, atraem mais pessoas a tal intento. |
| Pelo Estado | Inclui todo o trabalho de órgãos controlados ou financiados pelo Estado, nas esferas nacional, regional e local, com o objetivo de gerenciar, preservar, estudar e comunicar o patrimônio arqueológico. Podemos pensar como uma Arqueologia do setor público. Não necessariamente há um trabalho diretamente com o público, ou mesmo aos olhos do público, todavia o Estado se apresenta como responsável, perante o público, pelo estudo, preservação e gestão de um legado nacional (a depender da legislação, é claro). | Controle da pesquisa em um pensamento coletivo do patrimônio. Políticas públicas podem orientar pesquisas para a valorização de setores até então negligenciados pela história nacional. Enfatizar o poder e a responsabilidade democrática dos órgãos pelos contribuintes, com responsabilidades pelos recursos arqueológicos. Institucionalizar programas educativos voltados ao patrimônio arqueológico. Oportunizar pesquisas que as iniciativas privadas não teriam interesse em financiar. | Fica à mercê de orçamentos de governo, o que incorre, em muitos casos, no descaso, abandono e depredação (omissiva) do patrimônio. O Estado detém as ferramentas de patrimonialização. Pode refletir sobre as ações opressoras do Estado perante as comunidades. Promove uma confusão acerca do entendimento do que é público, sendo atribuído a este o significado de que é de posse e obrigação do Estado, apenas. |

(Continua)

| | | | |
|---|--|---|---|
| <p>Educação arqueológica</p> <p>Educação Patrimonial (aplicado no Brasil)</p> | <p>Obrigação da ciência em compartilhar seus conhecimentos com aqueles que podem apreciá-los e usá-los. É base de muitos trabalhos em arqueologia pública ou comunitária, assumindo várias formas: palestras informais; visitas guiadas; treinamento básico em habilidades arqueológicas (conectado a arqueologia com o público); atividades em instituições de ensino; produção de materiais paradidáticos.</p> | <p>Auxilia a arqueologia no cumprimento do seu dever em comunicar — divulgação científica. Contribui para a sensibilização acerca da preservação patrimonial. Pode se apresentar como ponto de partida para o desenvolvimento de uma arqueologia colaborativa.</p> | <p>Tende a ser pontual e descontinuada. Acaba por limitar a relação entre arqueologia e público, confundindo-se, como feito no Brasil, com a própria ideia de Arqueologia Pública. A depender da linguagem utilizada, pode ser mais um exercício de colonialidade e exclusão. Contribuiu para o pensamento do <i>déficit</i>, problematizado por Merriman (2004).</p> |
| <p>Aberta</p> | <p>Oportuniza visitas monitoradas às escavações; proporciona diálogos entre os pesquisadores e o público.</p> | <p>Popularização da Arqueologia: de forma diferente de algumas áreas do conhecimento científico, alguns processos e práticas da arqueologia, quando vivenciados, são de fácil compreensão pelo público. Dialoga com as comunidades (vizinhas ou não) sobre as ações que estão sendo desenvolvidas no local, aproximando os profissionais da arqueologia e membros da comunidade. Incentivo ao desenvolvimento turístico arqueológico. Estímulo a uma continuidade da escavação, com mais tempo, dado seu uso educativo e turístico, trazendo mais investimento para a pesquisa.</p> | <p>Incentiva furtos das áreas de escavação. Expõe partes dos sítios que podem comprometer o registro arqueológico. Reforça o distanciamento entre comunidade e arqueologia, com destaque para a autorização de escavação apenas pelo arqueólogo profissional.</p> |

(Conclusão)

| | | | |
|---------------------------------|---|---|--|
| <p>Popular</p> | <p>Promove ações que popularizam a arqueologia, por meio de uma divulgação direta e clara, acessível a vários públicos. Usa documentários, artigos de jornal, revistas, rádios, entre outras mídias mais simples para divulgação. Voltada à comunicação da pesquisa arqueológica, utilizando-se de mídia acessível e amigável ao público.</p> | <p>Deixa a comunicação organizada, acessível, mantendo o interesse popular e o apoio ao patrimônio arqueológico, em termos políticos, culturais e econômicos. Aproxima o conhecimento do público, ampliando-o, utilizando um vocabulário mais simples e direto, se comparado ao rigor de publicações acadêmicas. Conquista o apoio popular necessário para a defesa e manutenção de pesquisas, bem como do próprio patrimônio arqueológico.</p> | <p>Fica à mercê de interesses dos financiadores da pesquisa, ou mesmo dos veículos de comunicação. A indústria de documentários e filmes pode reproduzir distorções, teorias da conspiração e demais recursos sensacionalistas que acabam por desmerecer produções culturais de determinados grupos humanos. Estimula o fetichismo da arqueologia e o furto/comercialização artefactual. Serve como peça publicitária e <i>marketing</i> de empreendimentos.</p> |
| <p>Pública acadêmica</p> | <p>Trata da forma como a academia entende e pratica, ou não, uma arqueologia pública. Preocupa-se com o ponto de encontro entre a arqueologia (no âmbito acadêmico) e o mundo.</p> | <p>Conecta-se com todas as demais tipologias, uma vez que estas podem ser caminhos que levam os estudantes e pesquisadores a pensarem e agirem para com a arqueologia pública. Produz conhecimento acerca das possibilidades da arqueologia pública, destacando a quantidade e a diversidade do leque de abordagens e métodos que podem ser selecionados, apurados e postos em prática. Estimula o debate necessário a um fazer arqueológico multivocalizado.</p> | <p>Pode isolar-se na academia, levando a discussões que só interessam a si, ainda que se utilize da comunidade como ponto de discussão. Capturada por intenções neoliberais, contribuindo para a construção de capitais sociais em instituições que, em verdade, impactam o patrimônio.</p> |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os tipos de arqueologia pública no quadro acima não são excludentes e exclusivos, ou seja, mais de uma ou todas as tipologias podem constar no desenvolvimento da pesquisa arqueológica. A divisão feita por Moshenska parte da dificuldade de definição e da diversidade de contextos possíveis envolvidos na arqueologia pública. Nós construímos as colunas que se referem a pontos fortes e ao

fortalecimento, tendo por base os apontamentos do autor, assim como de outros autores³⁴⁴ que versam sobre arqueologia pública.

Considerando que todas as ações desenvolvidas na presente tese, voltadas a uma arqueologia engajada com o público, serão apresentadas na sequência capitular desta, citamos, de antemão, as tipologias desenvolvidas: feita pelo Estado, uma vez que ele é uma das vozes presentes; educação arqueológica, desenvolvida de várias formas e com um variado público; popular, por meio da produção de materiais comunicacionais mais acessíveis e voltados a públicos diversos; pública acadêmica, diante de toda reflexão produzida ao longo da tese, culminando em uma exercício de colaboração.

As tipologias “arqueologia com o público”, restritas, aqui, às ações de escavação, bem como à “arqueologia aberta”, não foram desenvolvidas, visto que as escavações no sítio Capivari I se encerraram em 2019. Foi exatamente a falta dessa integração o ponto motivador desse doutorado. Ainda que não realizada, tal ação deve ser estimulada em caso de novas ações de intervenção no sítio, preocupando-se com uma aproximação real. Quanto à arqueologia aberta, ainda que tais ações não tenham sido desenvolvidas, o recurso turístico é algo, inclusive, solicitado pela comunidade local.

Mesmo que haja uma interessante distinção entre as ações desenvolvidas no âmbito da arqueologia pública, Moshenska³⁴⁵ não enfatiza a necessidade de uma arqueologia mais engajada, participativa, colaborativa, comunitária. Talvez, estas venham a surgir no desenrolar da última categoria apresentada, tendo por base a reflexão acadêmica.

No âmbito das mudanças epistemológicas da arqueologia, Little e Amdur-Clark³⁴⁶ trazem outra categoria de pensamento relacionada ao assunto, o engajamento civil.

Engajamento cívico significa trabalhar para fazer a diferença na vida cívica de nossas comunidades e desenvolver a combinação de conhecimentos, habilidades, valores e motivação para fazer essa diferença. Significa promover a qualidade de vida em uma comunidade, por meio de processos políticos e não políticos' Ehrlich (2000). Engajamento cívico significa construir

³⁴⁴ (MERRIMAN, 2004) (BEZERRA, 2003) (DOMMELEN, 2011)

³⁴⁵ MOSHENSKA, 2017.

³⁴⁶ LITTLE, Barbara J.; AMDUR-CLARK, Nathaniel. **Archeology and Civic Engagement**. Nebraska: University of Nebraska – Lincoln, 2008.

comunidades criando ou reforçando relacionamentos entre as pessoas e promovendo um diálogo saudável e participação ativa na vida cívica³⁴⁷.

Há um destaque para o real envolvimento da comunidade, denunciando a superficialidade de meras consultas públicas feitas diante da obrigatoriedade legal. Uma arqueologia nesse nível de engajamento se aprofunda na comunidade, perpassa o envolvimento público (consultas, entrevistas e ações educativas pontuais), com o objetivo de trazer essa comunidade para o fazer patrimonial, pois intenta “[...] fortalecer a compreensão pública do significado completo e da relevância contemporânea dos recursos culturais e naturais”³⁴⁸. Os autores exemplificam como tal engajamento pode ser desenvolvido:

- incluindo membros da comunidade antes, durante e depois do projeto;
- estabelecendo parcerias com organizações locais, para arrecadar fundos, a fim de determinar o escopo de um projeto;
- estimulando a participação voluntária no projeto;
- pesquisando e divulgando informações, com vistas a criar interesse em patrimonial, ou em outras histórias, além das estabelecidas como “oficiais”.

Nesse aspecto, todas as ações desenvolvidas na presente tese se comprometem com o engajamento cívico da arqueologia, ainda que, em pesquisas arqueológicas anteriores, sequer o envolvimento público superficial tenha sido feito. O conhecimento arqueológico construído se transforma em um recurso de discussão na comunidade e contribui para estruturar a confiança entre os participantes do grupo, usando o passado como um veículo de engajamento cívico.

Em uma contemporaneidade tão individualista, o patrimônio pode vir a ser um condutor de participação coletiva. É preciso, contudo, pontuar que, em outros momentos da história, os patrimônios culturais foram utilizados para agregar e dar sentido a coletivos, com destaque para seu uso em propostas ultranacionalistas de governos autoritários do século XX. Portanto, pontuamos que a ideia de engajamento aqui apresentada não está relacionada a intentos nacionalistas, mas, antes, se volta a um engajamento cívico local junto à comunidade vizinha aos sambaquis Capivari I e Capivari II.

³⁴⁷ LITTLE e AMDUR-CLARK, 2008, p.2. Tradução nossa.

³⁴⁸ *Ibid.*, p.3. Tradução nossa.

Alguns desafios para o engajamento cívico no campo da arqueologia são: tempo; vontade de mudar e sair da zona de conforto da pesquisa, disposição para ouvir e se transformar no processo³⁴⁹. O desenvolvimento de uma arqueologia mais participativa é imprescindível, ainda que cause incômodo, principalmente quando desenvolvida no seio de estruturas colonialistas seculares.

Por que, então, a arqueologia pública ainda é irrelevante para a maioria dos arqueólogos no Brasil? A organização da comunidade arqueológica no país, bem como a sua atitude em relação ao público, caracteriza-se por relações verticais. A atitude hierárquica de grande parte da comunidade científica mundial é ainda mais forte no caso brasileiro. Segundo a análise de Minetti e Pyburn (2005:3), a arqueologia brasileira se apresenta como 'extremamente hierárquica com forte componente paternalista/padronizador'. Essa atitude se reproduz na relação dos arqueólogos brasileiros com o público, marcada pelo distanciamento e pelo paternalismo. A arqueologia pública no Brasil é considerada uma atividade menor, da qual os profissionais parecem isentos³⁵⁰.

A Arqueologia Pública procura abalar alguns fundamentos ontológicos que constituem historicamente a disciplina, tais como: “[...] a lógica da modernidade capitalista, o tempo linear e teleológico, as políticas logocêntricas e etnocêntricas de preservação do patrimônio cultural e o primado do passado como seara única da arqueologia”³⁵¹. Mesmo que o termo venha sendo utilizado para fins empresariais, a arqueologia pública é mais ampla e ativa, gerando um tensionamento entre aqueles que verdadeiramente querem exercê-la³⁵² e os que a usam como camuflagem neoliberal.

A arqueologia pública reformula-se nos anos 2000 e traz consigo novos adjetivos, como comunitária, colaborativa, participativa, multivocal, entre outras.

³⁴⁹ LITTLE e AMDUR-CLARK, 2008.

³⁵⁰ FUNARI, Pedro P. A.; BEZERRA, Márcia. Public archaeology in Latin America. In: SKEATES, Robin; MCDAVID, Carol; CARMAN, John (Org.). **The Oxford Handbook of Public Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 100-115. v. 1. p.111.

³⁵¹ FERREIRA, Lúcio M. PREFÁCIO I. In: CAMPOS, Juliano B.; GOMES, Marian H. D. S.; FUNARI, Pedro P. A. **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma: UNESC, 2017. p. 18-19. pp.18.

³⁵² (SILVA, 2011); (ROCHA, JÁCOME, *et al.*, 2013); (BEZERRA, 2017); (FONTOLAN e MENEZES, 2015); (FUNARI e BEZERRA) (RODRIGUES, 2017).

4.2.1 Arqueologia Colaborativa

A Arqueologia Colaborativa, ou Comunitária³⁵³, de forma geral, é entendida como uma prática arqueológica voltada a “[...] estabelecer a colaboração e o envolvimento de diferentes coletivos nas questões relativas à pesquisa e gestão do patrimônio cultural”³⁵⁴. As pesquisas arqueológicas, nessa perspectiva, não intentam uma coesão de ideias, mas, antes, procuram valorizar a multivocalidade no processo, cientes das dissonâncias inerentes aos processos patrimoniais.

Dentro das discussões, a crítica feita aos processos arqueológicos se volta à “[...] relativização do direito e da capacidade dos arqueólogos de controlar o conhecimento sobre o passado e na eliminação da supremacia da interpretação científica em detrimento das interpretações êmicas sobre o passado”³⁵⁵.

Tal “poder” se estrutura em uma supremacia das ciências, bem como no papel e responsabilidade desta na defesa do patrimônio arqueológico, principalmente o indígena. A academia é protetora da destruição patrimonial, não só física, mas também discursiva. Reflexões acerca da colonialidade da arqueologia “[...] têm conduzido ao desenvolvimento de práticas arqueológicas mais inclusivas, menos colonizadoras e, particularmente, nos contextos indígenas, de uma *indigenização* da arqueologia”³⁵⁶.

A arqueologia colaborativa defende que a participação de grupos, comunidades ou setores, até então posicionados à margem das pesquisas arqueológicas, é essencial para “[...] a preservação, fruição e sustentabilidade cultural, pois, como afirma Funari (2001), a comunidade é a maior guardiã de seu patrimônio, inclusive as principais recomendações nacionais e internacionais de proteção do patrimônio assumem essa importância”³⁵⁷. Pautada em uma perspectiva pós-

³⁵³ Arqueologia colaborativa (COLWELL-CHANTHAPHONH e FERGUSON, 2008; MACDAVID, 2004) e Arqueologia comunitária (MARSHALL, 2002; TULLY, 2007)

³⁵⁴ SILVA, 2011. p.37

³⁵⁵ *Ibid.*

³⁵⁶ *Ibid.*

³⁵⁷ RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade local: educação, valorização, fruição social e perspectivas futuras – o caso do município de Coronel José Dias, PI. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 97-122. p.97

processualista, a arqueologia colaborativa busca construir uma pesquisa através de um discurso descolonizado³⁵⁸.

Pensando que toda ação científica é também política, contextualizada e historicizada, quando da promoção de uma política de salvaguarda patrimonial, sem a integração das comunidades envolvidas, mais uma vez há o reforço de práticas colonialistas. Esse movimento se encontra em todos os momentos da pesquisa arqueológica. A montagem de reservas técnicas/acervos arqueológicos, por exemplo, reflete uma construção artificial, ou seja, o que se resgata, guarda e conserva também reflete a dominação do civilizador perante o selvagem, do conquistador perante o conquistado.

Há o entendimento de que muitas dessas coleções foram formadas em períodos históricos de produção e defesa de ideais nacionalistas, evolucionistas e até mesmo eugênicos; considera-se a historicidade nesse aspecto, todavia é preciso se indagar se esse movimento realmente deixou de existir. Quando, na perspectiva de uma arqueologia contratual, autoriza-se a destruição de sítios arqueológicos, ainda que de forma metodologicamente aceita, e destina-se o material salvo para uma reserva técnica já pré-estabelecida, tal movimento se repete. Sob a égide de proteção patrimonial, do resgate e do cuidado para gerações futuras, de uma legislação que, no caso do direito brasileiro, toma para a nação toda essa gama de vestígios, negligenciam-se as sociedades atuais, que, por sua vez, continuam a ser expectadores de prática estatal e colonialista.

Descreve-se a longa biografia das coisas: seu renascimento durante as escavações (até então as coisas estavam enterradas e mortas), sua trajetória nos laboratórios, sua filiação a um táxon e disposição numa coleção, até seu posterior aprisionamento nas vitrines dos museus. Entretanto, o primeiro aprisionamento das coisas é decretado pelas legislações arqueológicas. Elas se assenhoram das coisas, modelando-as na fôrma das categorias nacional e universal. É verdade, também, que as comunidades pressionam legisladores, arqueólogos e gestores do patrimônio cultural para descentralizar o manejo, a salvaguarda e o uso da cultura material [...]³⁵⁹.

Portanto, como bem afirmado anteriormente no texto, não basta ouvir como fonte da pesquisa ou, ainda, envolver a comunidade na pesquisa com a finalidade de

³⁵⁸ BARÃO, Vanderlise M.; FRAGOSO, Ana C. Novos caminhos: por uma arqueologia além dos muros da Universidade. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano – Series Especiales**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 206-216, 2015. pp.209.

³⁵⁹ SCHOFIELD e JOHNSON, 2006 apud FERREIRA, 2013, p.89.

suprir a mão de obra de campo. Como diria, ironicamente, Felipe Bate, a arqueologia pública produz um discurso “[...] altamente progressista e democrático, somado a um paternalismo comovente”³⁶⁰.

Uma arqueologia colaborativa requer participação, de fato, simétrica, preferencialmente em todas as etapas da pesquisa, contribuindo para a reflexão e revisão acerca de práticas colonialistas. Tal participação, aliada a importantes e ativos movimentos sociais, reivindica mudanças ligadas à representatividade, às formas de saber e, principalmente, à legislação patrimonial.

A arqueologia colaborativa, por ser um movimento mais atuante junto às populações tradicionais — principalmente para com os povos indígenas —, acaba perpassando uma visão que a restringe a essa atuação. Estamos cientes de que a lógica colonialista possui um impacto maior naqueles que foram colonizados e que, ainda hoje, lutam contra práticas de preservação, produção do conhecimento e divulgação, construídas em uma perspectiva ocidental.

Nada obstante, sempre que há um processo voltado a multivocalizar a ciência, refletir e transformar práticas colonialistas, na busca por integrar, de forma equânime, os membros de uma comunidade, desenvolvemos a colaboratividade, nos mais variados contextos. A colonialidade do saber atinge os mais diversos grupos humanos, promovendo distanciamento e resistência por parte de comunidades específicas.

Concordo [...] que uma arqueologia indígena deve se engajar na realização de pesquisas que sejam benéficas e valiosas para as comunidades descendentes, e defendo que tal pesquisa seja realizada em total colaboração com membros da comunidade, anciãos e líderes espirituais e culturais. No entanto, defendo que a arqueologia indígena não é apenas para e por povos indígenas, mas tem implicações e relevância mais amplas fora das comunidades indígenas. Na minha opinião, a arqueologia indígena fornece um modelo para a prática arqueológica que pode ser aplicada globalmente, pois exige e fornece uma metodologia para colaboração de comunidades descendentes e partes interessadas em todo o mundo³⁶¹.

Cada contexto exige um tipo de abordagem específica e um tipo de entendimento acerca da colaboração, seja qual for a comunidade em questão; as metodologias utilizadas podem contribuir para o desenvolvimento de mais pesquisas do tipo ou, ainda, para uma maior reflexão acerca dessa prática. O ponto focal da

³⁶⁰ BATE, 1998, p. 12 apud FERREIRA, 2013, p.98. Tradução nossa

³⁶¹ ATALAY, 2006, p. 292.

Arqueologia Colaborativa são os grupos sociais, na contemporaneidade, e as relações que estes estabelecem com os sítios arqueológicos³⁶².

Silva *et al.*³⁶³, pautados em Moser *et al.* (2002) e Tully (2007) apresentam algumas estratégias presentes na prática colaborativa da arqueologia:

1. promover a interação social entre a equipe de pesquisa e a comunidade local;
2. manter a presença da equipe na área ao longo da pesquisa;
3. buscar recursos para beneficiar a comunidade local;
4. manter a comunidade inteirada sobre os procedimentos e andamento da pesquisa;
5. permitir o acesso fácil da comunidade aos vestígios arqueológicos coletados.

Metodologicamente, o que caracteriza essa prática é:

1. a comunicação e colaboração com a comunidade em todo o processo da pesquisa;
2. o emprego e treinamento de membros da comunidade;
3. a preservação pública do patrimônio cultural;
4. a prática de entrevistas e pesquisa da história oral;
5. a produção de recursos educacionais;
6. a realização de vídeos e fotografias;
7. o controle comunitário da divulgação dos resultados.

Muitas dessas metodologias são reafirmadas por Ferreira³⁶⁴. O autor destaca um elemento importante nesse processo: a construção de um arquivo visual (fotos e vídeos). Tal arquivo, além de guardar um importante registro de ações colaborativas, serve como um lugar de memória para a comunidade em questão.

A Arqueologia comunitária, nesse passo, assegura à comunidade função central na criação e imaginação das formas de extroversão e apresentação pública da cultura material revelada pela pesquisa. Inclusive no quesito de como conservar os materiais e para quem efetivamente conservá-los, as

³⁶² SILVA *et al.*, 2011.

³⁶³ *Ibid.*, p.37.

³⁶⁴ FERREIRA, Lúcio M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 81-92, 2015.

comunidades deliberam com os arqueólogos, decidindo-se conjuntamente se servirão para usufruto imediato do presente ou das gerações futuras³⁶⁵.

No desenvolvimento de uma arqueologia colaborativa, os grupos sociais circunvizinhos aos sítios arqueológicos são entendidos como aliados importantes na preservação, devendo ser integrados em todos os processos voltados a esse patrimônio³⁶⁶. A integração das comunidades envolve todas as etapas de pesquisa, da construção do projeto até as estratégias de gestão do patrimônio arqueológico, instrumentalizando a comunidade para que, de forma autônoma — ainda que, no caso brasileiro, associada ao Estado —, possam lidar com o seu patrimônio.

Nesse momento, é preciso que os discursos não se sobreponham, que as relações de poder entre os profissionais da arqueologia e a comunidade sejam niveladas. O pesquisador muda de posição, desce do degrau exclusivo para cientistas e coloca-se como também um colaborador da comunidade³⁶⁷.

A transformação de práticas arqueológicas promove também mudanças na forma como a sociedade percebe a arqueologia e seus pesquisadores. A comunidade inicia a desconstrução da imagem do estrangeiro explorador de suas terras e histórias, representantes de órgãos de controle físico e intelectual — “[...] o arqueólogo, nesse contraponto, não apenas se reinventa culturalmente; descobre, no mesmo passo, a pluralidade de significados que repousa sobre os artefatos, os monumentos e a paisagem³⁶⁸”.

As estratégias desenvolvidas junto à comunidade local primaram pela colaboração. No momento de encerramento dessa etapa da academia, ainda há ações a serem desenvolvidas; também estruturamos projetos futuros voltados à transformação da realidade local. Atalay³⁶⁹ discorre sobre alguns desafios do fazer em colaboração (os nossos desafios serão mais bem trabalhados no Capítulo 6):

- determinar os parceiros de colaboração apropriados em cada comunidade;
- saber trabalhar com diversos grupos dentro de cada comunidade, cada qual com diferentes desejos, planos, agendas;

³⁶⁵ FERREIRA, 2008, p.8.

³⁶⁶ ETCHEVARNE, Carlos A.; BEZERRA, Alvandyr D. Práticas arqueológicas em comunidade: Experiências Participativas na Chapada Diamantina, no Âmbito do Projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 36, n. 1, p. 42-76, 2021, pp. 42-76.

³⁶⁷ FERREIRA, 2013, p.95

³⁶⁸ *Ibid.*, p.95-96

³⁶⁹ ATALAY, 2006, p.293

- buscar formas de financiamento de projetos colaborativos;
- lidar com divergências acerca dos direitos de propriedade intelectual.

Abrir o espaço de diálogo e amplificar as vozes trazem muitas dificuldades. Não é simples construir de forma colaborativa, principalmente quando nos habituamos a exercer a colaboração (quando isso acontece) apenas no cerne de nosso círculo acadêmico (redes de pesquisa). Estado (federal, estadual, municipal), academia, comunidade, empresários, terceiro setor, interesses privados, todos dialogando em torno de um objeto: o patrimônio arqueológico.

Fazer arqueologia colaborativa é algo necessário, uma vez que o patrimônio arqueológico é uma referência do passado, mas também do presente. As relações entre os indivíduos e os patrimônios são estabelecidas no presente — também é nesse tempo que os mais variados grupos sociais elegem seus patrimônios; por fim, é no presente que o Estado decide o que é patrimônio público³⁷⁰.

No desenvolvimento de uma arqueologia colaborativa, podemos entendê-la como uma etnografia arqueológica, havendo a necessidade de que os profissionais da arqueologia se eduquem e se transformem nesse processo³⁷¹. A escolha em si, de desenvolver uma pesquisa nessa linha — não recorrendo a confusões, intencionadas ou não, com ações educativas esporádicas em contextos desenvolvimentistas — já pode ser entendida como parte dessa transformação. Uma etnografia arqueológica deve:

- entender as narrativas acerca do passado, construídas pela comunidade, bem como as representações acerca dos vestígios arqueológicos. Tal análise necessita de um canal de diálogo ativo, realização de entrevistas — formulários, questionários, gravações —, preferencialmente de forma “rotineira”;
- perceber as dinâmicas que envolvem os conflitos, as negociações de identidade e demais elementos culturais, sociais e econômicos da comunidade;

³⁷⁰ BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. **O australopiteco corcunda**: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 2003. Tese (Doutorado em arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. p.14.

³⁷¹ HAMILAKIS e ANAGNOSTOPOULOS, 2009 apud FERREIRA, 2013.

- estar disposto a ouvir os vários discursos que envolvem o patrimônio arqueológico, não se limitando a consultas pontuais e sem retorno, mas, de fato, dialogando e atuando junto à comunidade.

A arqueologia pode afetar positivamente os mais variados públicos, por meio da construção de relações que apresentem, ainda que de forma discordante, interesses dos vários agentes do patrimônio arqueológico. Nesse processo, a arqueologia também se beneficia com as várias vozes, pontos de vista, habilidades, propostas voltadas ao patrimônio em questão³⁷².

Um dos exemplos no contexto brasileiro, de um novo olhar acerca das práticas da pesquisa arqueológica junto à comunidade local, pode ser encontrado nos trabalhos desenvolvidos por Márcia Bezerra³⁷³. A pesquisadora tem voltado suas pesquisas para um olhar descolonizador da Arqueologia Brasileira. Em experiências suas com sítios e comunidades amazônicas, ela tem percebido o ressignificar protetivo dos vestígios arqueológicos por comunidades que vivem e vivenciam esses espaços. Bezerra vai além de pensar uma arqueologia mais inclusiva, ela discute a preservação em si, o modo como esta, na ânsia de manter o máximo de registros possíveis, acaba por desconsiderar a construção significativa e simbólica das populações atuais acerca dos vestígios pretéritos.

Inicialmente, percebi que as pessoas sempre demonstravam algum tipo de relação com as coisas do passado, ainda que fosse uma “não relação”. Isso refutava o discurso criado pelo Estado, e repetido por muitos de nós, de que “o patrimônio local não é valorizado”, “a comunidade não reconhece o valor”, “não dá importância”. O discurso autorizado do patrimônio, preocupado principalmente com a preservação de narrativas por ele legitimadas, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, prefere normatizá-las. A patrimonialização conservadora dessas relações esvazia a carga simbólica³⁷⁴.

Um dos exemplos usados pela autora no contexto amazônico, mas que se trata de uma narrativa comum também no imaginário da nossa região de pesquisa, é o “corisco” ou “pedra de raio” — forma pela qual essas populações explicam a formação das lâminas de machado evidenciadas. Esse objeto “[...] é incorporado ao repertório material de comunidades que vivem próximas aos sítios arqueológicos, com outros significados que variam de acordo com o contexto em que surgem como *coisas*,

³⁷² LITTLE e AMDUR-CLARK, 2008, p.6.

³⁷³ (2017; 2013; 2002)

³⁷⁴ BEZERRA, 2017, p. 12-13.

evocando, assim, outros sentidos na vida vivida”³⁷⁵. Essa construção elaborada não está relacionada com os dados e o vocabulário científico da arqueologia, mas, sim, com a vida vivida por essas pessoas, o que não deslegitima a configuração dessas elaborações³⁷⁶.

O que a autora propõe é a valorização dessas narrativas e interpretações atuais em relação à cultura material existente, compreendendo as relações construídas no presente, pelas pessoas do presente, acerca dessas coisas do passado. Apesar de não ser na perspectiva arqueológica científica, tampouco estabelecer uma relação direta com esse passado histórico e/ou arqueológico, essas comunidades se relacionam de forma afetiva, atribuindo valor aos objetos ou lugares, por meio de novos processos significativos, de novas narrativas memoriais, nas quais o contexto do patrimônio arqueológico autorizado não tem seu lugar³⁷⁷.

Quero dizer que o entendimento de que as comunidades locais ‘não conhecem, não sabem, não valorizam’ a materialidade que convencionamos denominar de patrimônio arqueológico constitui uma análise míope dessas situações, sendo um forte indicador das assimetrias existentes nas relações entre nós, arqueólogos, e o ‘outro’³⁷⁸.

Está em jogo a problematização do paradigma da preservação, que vê o uso atual desses espaços e objetos arqueológicos como destrutivo. No entanto, há cada vez mais pesquisas em busca de problematizar esse entendimento, apontando que a “[...] lógica preservacionista, interdita as sensibilidades contemporâneas sobre eles e nos impede de perceber que as *coisas do passado* contam sobre a vida das *pessoas no presente*”³⁷⁹. A autora faz ainda uma ressalva final, relevante para esta tese, assim como para a ideia de preservação em si.

Cabe ressaltar que não estou incentivando saques e coletas, nem sou contra a conservação e preservação desses objetos para a compreensão do passado. Minhas reflexões tiveram somente a intenção de chamar a atenção para a importância de “abrirmos nossos sentidos” e pensarmos na vida social e cotidiana desses *objetos vivos* como algo de interesse para uma outra arqueologia...Uma arqueologia da memória na Amazonia³⁸⁰.

³⁷⁵ BEZERRA, 2017, p.45

³⁷⁶ *Ibid.*

³⁷⁷ *Ibid.*, p.13-14

³⁷⁸ *Ibid.*, p.46

³⁷⁹ *Ibid.*, p.17

³⁸⁰ *Ibid.*, p.64

Em nosso lugar de pesquisa, a colocação de cercas, placas proibitivas, sobre a alcunha de patrimônio — como se tal título garantisse a preservação de prontidão — interdita as sensibilidades dessa comunidade para com os sítios sambaquis Capivari I e Capivari II. Muitas residências foram construídas em cima dos sítios; muitas pessoas ainda hoje encontram em seus quintais vestígios associados a eles; o imaginário, os objetos, o uso daquele espaço fazem parte da história daquelas pessoas. Quando nos propomos a ouvi-las, não só permitindo que falem, mas considerando suas reivindicações em uma patrimonialização de controle institucional, reforçamos sua relevância como parte essencial na construção dessa história.

O transbordamento de coisas é acompanhado por um fecundo processo imaginativo que parece querer perpetuar os ecos do passado nas coisas que, após as chuvas, vazam e se expõem sobre a superfície. É nessa superfície que a arqueologia, especialmente na região amazônica, se depara com o presente vivificado por pessoas que habitam paisagens “grávidas” do passado³⁸¹.

No exercício da colaboração, o olhar da arqueologia, que ao longo do tempo voltou-se ao subterrâneo ou subaquático, ascende/aflora para observar a superfície enquanto problema de pesquisa³⁸². Os artefatos, agora integrados à superfície, compõem o imaginário dos que ali vivem: “O que equivale a dizer que somos – nós, arqueólogos, - apenas alguns dos fios soltos que se emaranham com outros tantos fios”³⁸³.

Bezerra versa sobre a nossa percepção — da arqueologia — enquanto uma linha no emaranho de narrativas históricas possíveis. Pontua que o entendimento das construções narrativas de determinadas comunidades contribuiu para o desenvolvimento de uma arqueologia voltada ao tempo presente e seu processo semântico.

Abrir-se para a colaboração é um posicionamento anticolonial, entretanto, questionamo-nos: é possível nos distanciarmos tanto assim das estruturas de colonialidade do Estado brasileiro? “Mas, ao final de tudo, não podemos desviar da grande questão ética: quem se beneficia da pesquisa arqueológica?”³⁸⁴

³⁸¹ Ingold, 1993: 153 apud BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 51–58, 2022. pp.53.

³⁸² Byrne, 2007 apud BEZERRA, 2018.

³⁸³ BEZERRA, 2018, p. 54.

³⁸⁴ FUNARI e ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008, p. 22.

É possível construir projetos a partir dos anseios das comunidades, envolvê-los em todo o processo, buscar o diálogo e incentivar a multivocalidade, no entanto, ainda assim cairemos na rede da legislação patrimonial, pois elas “[...] têm o poder de arregimentar as coisas que definem identidades nacionais, a despeito, quase sempre, dos desejos e deliberações das comunidades locais” (Ferreira, 2013, p. 89)³⁸⁵. A opinião pode ser pública, as regras do jogo continuam sendo apenas científicas e estatais³⁸⁶.

A arqueologia pública iniciou sua discussão no campo discursivo; na sequência, direcionou-se à alteração de práticas na pesquisa arqueológica — o convite à colaboração foi uma delas; o próximo passo deve ser, talvez, em direção a uma reestruturação na legislação patrimonial brasileira. O número crescente de arqueologias públicas, colaborativas, comunitárias, indígenas, quilombolas servirá de suporte para tal mudança, pois demonstra que a pesquisa e a gestão patrimonial com as comunidades são factíveis.

4.3 O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO BRASILEIRO – TRAJETÓRIA HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

O Brasil possui um rico e diverso patrimônio arqueológico, integrante do escopo patrimonial brasileiro; os bens de valor arqueológico – espaços, vestígios, registros de ocupações humanas passadas são entendidos como bens da União, não carecendo de processo de patrimonialização (ainda que possam passar por um processo de tombamento) para seu reconhecimento e proteção. O registro do sítio arqueológico, no Cadastro Nacional de Sítio Arqueológicos (CNSA), junto ao Iphan, é a porta de entrada para a cartela do patrimônio cultural brasileiro. Atualmente, temos mais de 24 mil sítios arqueológicos registrados junto ao CNSA, cientes de que esse número está desatualizado, visto que a atualização e publicação do registro não acompanha o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no país.

Nossa dimensão continental e a quantidade de biomas existentes contribuem para as peculiaridades regionais do patrimônio arqueológico, bem como das pesquisas desenvolvidas nele. Em sua maioria, o patrimônio arqueológico brasileiro é

³⁸⁵ FUNARI e ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008.

³⁸⁶ SILVA, B. 2011, p.140.

referente a uma história indígena de longa duração, ainda que possa também voltar-se para o estudo de nossa história colonial, alcançando o período contemporâneo.

A valorização da cultura material, como fonte de informação sobre populações passadas, aparece junto aos cronistas, navegadores e naturalistas, que buscavam conhecer e explicar o “novo mundo”. A cultura material é indissociável e constitutiva da condição humana desde seu surgimento, estando presente em todas as sociedades humanas³⁸⁷. Bruce Trigger, fazendo referência aos estudos de Childe sobre a pré-história europeia, apresenta a definição de cultura arqueológica como um “[...] certo tipo de vestígios – vasos, apetrechos, adornos, ritos funerários, formas de habitação – que aparecem associados de forma recorrente”³⁸⁸. Childe esclarece que cada cultura pode e deve ser descrita de modo a se ver individualizada, em vista dos artefatos que a constituem.

A cultura material é produzida não por um sistema, mas por indivíduos com escolhas ideologicamente determinadas. Longe de ser apenas um reflexo da cultura, ela a constitui ativamente (Hodder, 1982); do mesmo modo, mais que um reflexo direto do comportamento, ela age de volta sobre ele, com seu poder transformador, como parte das estratégias de negociação social. As formas materiais não espelham simplesmente distinções sociais, ideias ou sistemas simbólicos. Ao contrário, elas são o meio efetivo por onde esses valores, ideias e distinções sociais são constantemente reproduzidos e legitimados, ou transformados (Tilley, 2008b, p. 61), de modo que toda uma trama de relações sociais se instala a partir da cultura material³⁸⁹.

Cronistas que aqui passaram descreveram como era o nosso litoral e os povos indígenas, todavia tais descrições não continham ainda uma preocupação científica. Assim como os padres jesuítas, no período colonial, navegadores e cronistas se preocupavam mais com a descrição dos sítios arqueológicos, dos vestígios e dos grupos indígenas do que com a evidenciação e estudo deles. Tais relatos contribuíram muito para o desenvolvimento da arqueologia brasileira, seja para compreender contextos arqueológicos, seja para entender a visão europeia sobre tais vestígios e as populações que aqui vivem.

Na segunda metade do século XVIII e início do XIX, o Brasil recebeu diversos naturalistas estrangeiros. Inúmeras excursões; viagens e pesquisas foram realizadas,

³⁸⁷ LIMA, Tania A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011. pp.12.

³⁸⁸ TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004. pp.165.

³⁸⁹ LIMA, *op.cit.* p.19

principalmente por naturalistas franceses e alemães. Além do detalhamento da fauna, flora, as evidências arqueológicas aqui encontradas e descritas serviam para a formulação de teorias sobre a origem e antiguidade do povo ameríndio³⁹⁰. Essas expedições se intensificaram com a chegada da família real portuguesa e a abertura dos portos a nações amigas, em 1808.

Muitas expedições foram realizadas pela coroa, dentre elas destaca-se a realizada pelo naturalista, botânico, paleontólogo amador e dinamarquês Peter Wilhem Lund, no ano de 1835. Lund pesquisou mais de 800 cavernas em Lagoa Santa, Minas Gerais. É dele a descoberta do primeiro fóssil humano brasileiro associado aos restos de animais pleistocênicos. Denominado “Homem de Lagoa Santa”, a descoberta gerou várias especulações sobre a antiguidade humana e a contemporaneidade das sociedades humanas com animais extintos, na América.

A região de Lagoa Santa se apresentou como um espaço profícuo ao entendimento da história profunda brasileira. Suas cavernas calcárias permitiram a fossilização de muitos remanescentes ósseos humanos, em contextos funerários variados. No ano de 1975, uma equipe franco-brasileira, coordenada por Annette Laming-Emperaire, descobriu na região o crânio e ossos do fóssil de homínido mais antigo do país, denominado de Luzia (1999). O crânio feminino de Luzia foi datado em cerca de 11.500 anos AP.

Após tais descobertas, ocorreu uma efervescência científica na arqueologia brasileira. Não só as expedições arqueológicas se intensificaram, como houve um salto na formulação de hipóteses e teorias sobre a chegada, dispersão e diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros. Nesse período, a pesquisa arqueológica era desenvolvida no âmbito das instituições museológicas³⁹¹, dentre elas o Museu Nacional, antigo Museu Real, o Museu Laurista e o Museu Lauraense Emílio Goeldi. Esses museus e centros de pesquisa foram decisivos para o desenvolvimento da Arqueologia brasileira. Nesse período, a produção do conhecimento científico arqueológico ocorria em aproximação com a área de Antropologia. O distanciamento entre tais áreas se deu quando a pesquisa arqueológica saiu da esfera museal.

Podemos remontar ao início do século XIX o entendimento da Arqueologia como um discurso erigido por meio de fontes materiais. Ao longo do Império e boa parte da República, tal ciência apresentou um importante papel na construção da

³⁹⁰ BARRETO, 2000, p.35

³⁹¹ *Ibid.*, p.37.

nação, principalmente no que compete à sua antiguidade, relacionada à origem e organização social dos povos indígenas³⁹².

No que compete à proteção legal/institucional do patrimônio arqueológico, no Decreto Lei nº 25/1937 já constava a proteção dos bens móveis ou imóveis de excepcional valor arqueológico. Todavia, essa proteção era condicionada ao ato do tombamento, o que, na perspectiva da pesquisa arqueológica, não é a forma mais indicada para a proteção desses espaços.

Ao enfatizar a necessidade de tombamento para a preservação dos bens arqueológicos essa lei se torna praticamente inócua – primeiro devido à extrema dificuldade de implementação do processo de tombamento e, em segundo, por ser absolutamente paradoxal, pois no momento em que bem fosse tombado ele deveria ser preservado sem maiores modificações o que impedia a realização das próprias pesquisas arqueológicas³⁹³.

Como resultado desse decreto e a subsequente proteção de um legado lusocristão, alguns (poucos) sítios arqueológicos referentes a esse passado foram protegidos. No tocante aos povos indígenas, a proteção se limitou aos acervos museológicos. A maioria do patrimônio arqueológico continuava desprotegido e no caminho da política nacional desenvolvimentista das décadas seguintes.

No período compreendido entre a denominada “era dos museus” e o ingresso da arqueologia no contexto universitário ocorreu um período que pode ser denominado “era dos amadores”³⁹⁴. Esta é caracterizada por entusiastas da área que contribuíram para o registro de sítios, bem como para o desenvolvimento de coleções arqueológicas de extrema relevância na arqueologia brasileira. Apenas nos anos de 1950 e 1960, a arqueologia adentrou na academia, e foi nesse contexto que se deu um movimento, primeiramente, regional e, posteriormente, nacional, de proteção aos sítios arqueológicos, contribuindo para a necessidade de profissionalização dos trabalhos desenvolvidos.

O desenvolvimento das pesquisas no campo universitário surgiu da emergência de pesquisas voltadas a esse patrimônio, com vistas à sua preservação. Após os anos de 1950 e 1960, iniciou-se um processo intenso de urbanização em vários pontos do Brasil, aliado às grandes obras de infraestrutura, colocando em risco os sítios arqueológicos.

³⁹² BUENO, 2011, p.56.

³⁹³ *Ibid.*, p.58

³⁹⁴ *Ibid.*

As alterações no território brasileiro se intensificaram significativamente ao final do século XIX e início do século XX, tendo como principais fatores: o encurtamento de distâncias propiciado por modos de transporte mais rápidos; o aumento de obras de infraestrutura; o aumento populacional, principalmente nas faixas litorâneas e centros urbanos estabelecidos; a defesa da ideia de progresso, que via nos espaços naturais (aqui, também incluídos muitos sítios arqueológicos) um empecilho ao desenvolvimento.

No Brasil, a partir da década de 1950, com a proposta desenvolvimentista, acompanhando o movimento mundial pós-grandes guerras, várias áreas caracterizadas como rurais se desenvolveram. Há um aumento considerável dos núcleos urbanos, a ampliação de algumas linhas férreas e a implementação do sistema rodoviário (incentivada pela vinda de multinacionais produtoras de automóveis).

No caminho desse projeto desenvolvimentista de país estavam vários sítios arqueológicos, tendo como resultado sua parcial ou total destruição. Voltamo-nos, aqui, à destruição empreendida a um tipo específico de sítio arqueológico, os sambaquis. Essa escolha se dá não somente por estarem tais sítios no centro das pesquisas científicas e ações de proteção no Brasil, mas, principalmente, por ser tal tipologia de sítio a estudada no contexto da presente pesquisa.

A nomenclatura sambaquis tem sua origem na língua Tupi, por meio da junção de *Tamba* — concha — e *Ki* — amontoado. Os sambaquis são caracterizados por seu formato monticular, constituindo-se, basicamente, por camadas de moluscos intencionalmente arranjadas. Esse tipo de sítio pode ser encontrado por quase toda a costa brasileira, ocupando principalmente regiões lagunares e áreas recortadas por baías e ilhas.

Exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada: camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros. Esses estratos são ricos em materiais orgânicos e possuem muitas estruturas distribuídas, como as de sepultamentos, encontradas na maioria dos sítios e dispostas em locais preparados para a cerimônia funerária. Frequentemente, são acompanhados por artefatos, oferendas alimentares e estruturas de combustão. Gaspar ³⁹⁵aponta também a presença de outros objetos no sítio arqueológico, tais

³⁹⁵ GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. pp.10.

como artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueira, os quais constituem parte da estratigrafia do sítio.

Na região lagunar sul de Santa Catarina, na qual a presente pesquisa se desenvolveu, estão registrados pouco mais de 120 sambaquis, dentre eles os maiores sambaquis registrados no Brasil. Alguns desses sítios poderiam chegar a 70m de altura e 500m de comprimento³⁹⁶, de acordo com os vestígios encontrados. Nessa mesma região, a construção de sambaquis compreendeu datas que vão dos 7.500 anos AP até 1.200 AP.

Os sambaquis são entendidos como sítios pré-coloniais, construídos intencionalmente por grupos de pescadores-caçadores-coletores que habitaram a quase totalidade do litoral brasileiro. Em sua maioria, são locais cerimoniais e que guardam vestígios da cultura material dos grupos que os construíram, indicando, ainda, elementos da cultura imaterial, representados pela mentalidade simbólica presente nos vestígios dos rituais funerários e suas cerimônias³⁹⁷. O caráter monumental dos sítios sambaquis, aliado à diversa e abundante cultura material evidenciada, chama a atenção para os estudos nesses sítios, bem como para com a proteção desses espaços como ícones importantes da excepcionalidade do nosso passado. Lembremos da caracterização como excepcional que os alçou à categoria de patrimônio brasileiro, já na Constituição de 1937.

Várias formas de explicar a existência desses sítios arqueológicos surgiram. A primeira apresenta uma consequência bíblica, ou seja, esses amontoados de conchas, com remanescentes humanos presentes, seriam resultado do dilúvio bíblico. Essa visão foi seguida da perspectiva naturalista, em um contexto acadêmico, que entendia os sambaquis como resultados do recuo do mar e da ação do vento exercida sobre as conchas lançadas à praia. Os vestígios humanos estariam associados a naufragos³⁹⁸.

A perspectiva religiosa do dilúvio está presente nas explicações dadas pelas comunidades circunvizinhas aos sambaquis do Complexo Laguna Sul. Todavia, na comunidade estudada nesta pesquisa, não se escutou tal explicação; os moradores classificam os sambaquis Capivari I e Capivari II como cemitérios indígenas, ou seja, reconhecem sua intencionalidade construtiva enquanto um espaço de sepultamento

³⁹⁶ DEBLASIS et al, 2007.

³⁹⁷ *Ibid.*

³⁹⁸ GASPAR, 2004, p.12.

humano. Talvez a distância dos sítios em relação à atual linha do mar tenha evitado a perspectiva do dilúvio, ou a recente formação da comunidade seja um fator a ser considerado. A narrativa bíblica está, em muito, relacionada às comunidades antigas litorâneas — em sua maioria, de formação açoriana. Todavia, ainda que o dilúvio não tenha sido evidenciado como justificativa, a origem das conchas é atribuída ao consumo e descarte do material no local, o que conversa com a segunda corrente de explicação da existência dessa tipologia de sítios, vista na sequência.

A segunda explicação atribui a esses lugares uma origem artificial, resultante do descarte das conchas de moluscos consumidas pelos grupos que ali viviam — o sambaqui, então, foi caracterizado como uma “lixreira”. “A indolência atribuída aos indígenas foi acionada para explicar o comportamento do grupo pré-histórico: a preguiça teria sido a conduta que os levou a acumular restos de comida”³⁹⁹. Apesar dessa teoria não ser mais discutida no contexto acadêmico, ela continua viva no imaginário popular, em especial na comunidade aqui estudada. A terceira visão, que se torna consenso nas pesquisas envolvendo tal sítio, é a da teoria de construção artificial mista, ou seja, seria aquele espaço intencionalmente construído por povos indígenas, por meio do material conchífero, possuindo também elementos de formação natural.

O foco das pesquisas arqueológicas para esses sítios, especialmente no início do século XX, ocorria em vista de sua monumentalidade, extensão e quantidade no território catarinense, bem como da peculiaridade de muitos de seus artefatos e ritos funerários. O aumento dessas pesquisas, a partir dos anos de 1950, decorreu da destruição eminente desses espaços, pelo uso econômico das conchas.

Os sambaquis foram intensamente minerados para a confecção de cal e como material de aterro de estradas, terrenos e linhas férreas. Gigantescos sambaquis sofreram desmontes no auge da mineração, nas décadas de 1950 e 1960. É sabido que os mineradores encontravam os vestígios humanos extraídos junto às conchas, chegavam até a separar alguns e guardavam artefatos, mas como os sambaquis eram entendidos como resultado de ações catastróficas (dilúvio bíblico, temporais, tornados), não havia impeditivo para utilizar aquele espaço para o fim econômico que se desejava no período⁴⁰⁰.

³⁹⁹ GASPAR, 2004.

⁴⁰⁰ ZAMPARETTI, B. C. 2014.

Diante da intensa destruição dos sambaquis, em especial dos sítios do litoral catarinense, Luiz de Castro Faria⁴⁰¹, a pedido do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, posteriormente denominado IPHAN, na década de 1950), ficou incumbido de visitar os sambaquis catarinenses e relatar tal destruição. Em suas visitas, Castro Faria registrou muitas ações de desmontes dos sambaquis, principalmente pela indústria caieira. No momento do desmonte do sambaqui Cabeçuda 01⁴⁰², em Laguna/SC, o pesquisador realizou a primeira escavação sistemática em sambaquis do Brasil, resgatando vários remanescentes humanos — estima-se que mais de 240 sepultamentos.

A destruição acelerada dos sítios sambaquis brasileiros estimulou um movimento organizado por um grupo de arqueólogos vinculados a museus e instituições universitárias, que, pautados pelos documentos e registros produzidos pelas inspeções de Castro Faria, buscavam a preservação legal dos sambaquis.

⁴⁰¹ Luiz de Castro Faria (1913-2001), antropólogo de formação, foi muito atuante em pesquisas arqueológicas no Brasil. Na década de 1930, atuou no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), constituindo o Centro de Estudos Arqueológicos, tendo recebido formação em arqueologia na Escola de Museologia do Museu Histórico Nacional. Chefiou a Divisão de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional entre 1942 e 1944, quando foi nomeado naturalista efetivo. Foi diretor do Museu Nacional da UFRJ de 1964 a 1967. Foi membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Sociedade Brasileira de Genética, da Sociedade Brasileira de Anatomia e da Sociedade Brasileira de Geografia. A documentação das pesquisas e trajetória intelectual do pesquisador Luiz de Castro Faria, professor do PPGAS, foi doada ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST-MCT), em 2000, pelo próprio antropólogo. A biblioteca pessoal de Luiz de Castro Faria foi adquirida pela UFRJ e encontra-se em fase de catalogação e tratamento na Biblioteca Central do Museu Nacional (Horto). Ver: IPHAN. Luiz de Castro Faria. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/200>. Acesso em 14 de agosto de 2019.

⁴⁰² O Sambaqui Cabeçuda 01 é considerado o primeiro sítio arqueológico litorâneo de grandes dimensões sistematicamente escavado. Luiz de Castro Faria, pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro, realizou escavações em áreas extensas. Ver: CARVALHO, Claudia Rodrigues *et al.* Cabeçuda II: um conjunto de amoladores-polidores evidenciado em Laguna, SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 21, p. 401-405, 2011. Suas pesquisas foram desenvolvidas na década de 1950 (1951; 1954; 1959), em virtude da situação de destruição iminente. Em seus relatórios de visita a sítios arqueológicos em 1950, ele destacava a situação de destruição do Sambaqui Cabeçuda 01, que, a seu ver, possuía apenas 1/10 de seu tamanho original. Em 1951, Castro Faria encaminhou ao Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas seu primeiro pedido de bolsa de estudos para o desenvolvimento do projeto sobre os sambaquis de Santa Catarina, ora divulgado pelo CNPq. O principal foco da escavação deste projeto era o Sambaqui de Cabeçuda. Em novo relatório emitido em 1954, o pesquisador mais uma vez apontou a continuidade de destruição do sítio e o considerava inviável para estudos estratigráficos. As escavações de Castro Faria realizadas nos meses de julho e agosto de 1950 e 1951 ocuparam uma área de 14x10m, atingindo, em algumas áreas, a profundidade de 8,50m. Ver: ROHR, Pe. J. A. Pré-História da Laguna. In: CABRAL, Osvaldo R. **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 29-30. De suas escavações, foi coletada uma das maiores coleções arqueológicas de remanescentes humanos pré-históricos litorâneos do Brasil. O número mínimo (estimado) de esqueletos escavados por Castro Farias foi de 162 adultos e 83 jovens. Esse material foi enviado ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Algumas amostras foram datadas e apresentaram o resultado de 4.120+-210 AP. Ver: CARVALHO, 2011.

O arrasamento do sambaqui de Matinhos, no Paraná, e do de Boguaçu, em Cananéia”, diz Joseph Emperaire, “constitui uma calamidade irreparável para a Arqueologia Brasileira. De uma riqueza espantosa e a eles poderia juntar-se o nome de muitos outros, teriam êsses sambaquis fornecido material insubstituível de altos estudos. O de Boguaçu e o de Subaúma foram inteiramente moídos, durante anos e anos, para o fabrico de farinha de ostra. O de Matinhos, integralmente empregado no revestimento de uma estrada de rodagem! Dezenas de ossadas humanas foram vistas, já trituradas pelas máquinas, já fragmentadas e espalhadas no leito daquela rodovia⁴⁰³.

Junto de Castro Faria estavam também Paulo Duarte e José Loureiro Fernandes. Tais personagens serão os responsáveis não só pela construção do documento legal de preservação dos sítios arqueológicos, como também pela inserção dessa ciência no contexto universitário⁴⁰⁴. O movimento, de forma concreta, se iniciou no Paraná, quando, a partir do esforço de Jose Loureiro Fernandes, foi sancionado o Decreto nº 1.346, de 30 de maio de 1951, que reservava para fins de pesquisa proto-histórica os sambaquis registrados no litoral paranaense ⁴⁰⁵.

No Estado paulista, em 1952, Paulo Duarte, junto de Paul Rivet, lutavam pela criação, por meio de decreto, da Comissão de Pré-história. Tal comissão se destinava à proteção dos sítios sambaquis, grutas e lapas, de interesse científico, situados no território brasileiro. No Estado do Rio de Janeiro à época, surgiram várias instituições voltadas à pesquisa arqueológica, como: Associação Brasileira de Pesquisas Arqueológicas (1958), Instituto de Arqueologia Brasileira (1961) e Centro Brasileiro de Arqueologia (1961)⁴⁰⁶.

Como resultado dessa movimentação, tanto na esfera de estruturação de centros de pesquisa quanto na esfera de fiscalização e denúncia sobre a destruição eminente de sítios arqueológicos, Juscelino Kubitschek instituiu uma comissão constituída pelos diretores dos Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), SPHAN, Comissão de Pré-história de São Paulo, Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas do Paraná e Museu Nacional. Tal comissão iria redigir um projeto de lei, com vistas à proteção dos sítios arqueológicos. Esse projeto foi encaminhado ao congresso no ano de 1957, mas só foi enviado ao Senado em 1960, sendo sancionado por Janio Quadros em 1961⁴⁰⁷.

⁴⁰³ DUARTE, Paulo. **O Sambaqui visto através de alguns sambaquis**. São Paulo: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, 1968. pp.49.

⁴⁰⁴ BUENO, 2011, p.59.

⁴⁰⁵ *Ibid.*

⁴⁰⁶ *Ibid.*

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p.60.

A aprovação de Lei federal nº 3.924, de 1961, criminaliza a ação depredadora dos monumentos arqueológicos de qualquer tipologia, ainda que ficassem mais evidentes no documento os sítios sambaquis. De acordo com a Lei nº 3.924/61:

Art 1º Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que nêles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acôrdo com o que estabelece o art. 175 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas, nem a dos objetos nelas incorporados na forma do art. 152 da mesma Constituição.

Art 2º Consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente.

b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;

d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

Art 3º São proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas b, c e d do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas⁴⁰⁸.

No âmbito da lei federal, todos os sítios arqueológicos tornam-se bens patrimoniais na União. Todavia, isso não é suficiente para coibir a destruição em curso. No ano de 1972, João Alfredo Rohr⁴⁰⁹, outro importante expoente da arqueologia brasileira, então delegado do Iphan para a arqueologia no Estado de Santa Catarina, realizou várias inspeções e vistorias, nas quais produzia relatórios

⁴⁰⁸ BRASIL, Lei nº 3.924/61.

⁴⁰⁹ Padre João Alfredo Rohr, S. J (1908-1984), foi padre jesuíta, professor – com destaque para sua atuação no Colégio Catarinense em Florianópolis, que hoje guarda em seu museu (Museu do Homem do Sambaqui, criado por Rohr) grande parte do resultado de suas pesquisas arqueológicas – e arqueólogo. Foi um importante personagem nos processos de registro e proteção dos sítios arqueológicos brasileiros. Suas pesquisas e publicações são importantes contribuições para a arqueologia brasileira.

semestrais, que, em parte, objetivavam denunciar as ainda frequentes destruições dos sambaquis litorâneos catarinenses⁴¹⁰.

Em seus relatórios de vistoria, Rohr denunciava a destruição dos sítios não só por parte das empresas mineradoras, mas também por parte do poder público municipal:

Em 03 de outubro, o encarregado de vigiar os sambaquis no litoral sul trouxe-nos a notícia alarmante, que a prefeitura municipal de Laguna, acabara de demolir por completo os sambaquis do Cabo de Santa Marta II, compactando estradas e que, de um mês para cá, a destruição de sambaquis havia recrudescido em toda a região sul do Estado. As placas de proteção, que havíamos colocado sobre alguns sambaquis, haviam sido derrubadas. Procuramos imediatamente a divisão da polícia federal tendo o diretor nos encaminhado ao Procurador da República, Dr. Evaldo Fernandes Campos [...] deixando, no entanto claro, que não encontra amparo sufi - ciente na lei, para condenar os depredadores de sambaquis. Conclui que só havia dois caminhos a seguir ou TOMBAR os sambaquis como monumentos históricos ou conseguir na área federal REGULAMENTAÇÃO da lei n.º 3924. Disse mais, que discutira o assunto com o juiz federal, tendo o mesmo se manifestado no mesmo sentido. O Dr. Diretor da Divisão de Polícia Federal declarou que não podia passar por cima da autoridade do Dr. Procurador da República e apreender a maquinária e os produtos da depredação dos sambaquis. Com isso chegamos a VERDADEIRO IMPASSE⁴¹¹.

As vistorias realizadas por Rohr fizeram deste uma persona conhecida, não só no meio acadêmico, mas também como personagem histórico presente nas narrativas de moradores do litoral catarinense. Mesmo protegidos por lei, os sambaquis continuaram a ser efetivamente minerados até a década de 1980, no Estado de Santa Catarina.

Esse histórico de destruição dos sítios sambaquis, para uso econômico desses espaços, e a forma como foi combatido refletem no modo como se estabeleceram as relações entre comunidade, pesquisadores e poder público. Em alguns casos, tais vistorias se faziam de forma autoritária; a proibição do uso econômico não era acompanhada de alternativas econômicas às comunidades que viviam daquela atividade. Os objetos que as pessoas tinham em casa eram recolhidos, e, de forma verticalizada, as pessoas estrangeiras à sua realidade vinham dizê-las

⁴¹⁰ GUIMARÃES, Geovan M.; ZAMPARETTI, Bruna C.; FARIAS, Deisi S. E. João Alfredo Rohr: registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. In: NIZZOLA, Liliane J.; SOUZA, Margareth D. L.; MARQUES, Roberta P. **A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina**. Florianópolis: IPHAN, 2021. p. 86-103.

⁴¹¹ RELATÓRIO J. A. ROHR, 1974 apud GUIMARAES et al, *op.cit.*, p.99.

que era proibido acessar e viver naquele espaço. As cercas, que depois vão se materializar em volta dos sítios, já começavam a ser erguidas nesse momento.

É claro que tais ações são fruto de seu tempo histórico; não buscamos, aqui, julgá-las, mas, antes, entender que a forma como ainda hoje se dá a relação entre poder público, comunidade, especialistas e sítios arqueológicos tem um passado marcado por autoritarismo e silenciamento para as comunidades que viviam próximas a esses sítios arqueológicos; não foi diferente com a comunidade presente nesta tese. Além da proibição e criminalização da destruição dos sítios arqueológicos, a Lei nº 3.924/61 também versa sobre a autorização de pesquisas nos sítios arqueológicos, o que impede a necessidade de profissionalização da área. Essa demanda faz com a arqueologia ingresse efetivamente na universidade.

Não há um projeto acadêmico específico para a arqueologia, ao contrário do que ocorria nas demais ciências sociais. São demandas preservacionistas, decorrentes da constatação de uma intensificação no processo de desmonte, de descaracterização do patrimônio arqueológico que orientam essa formação. Se o objetivo era preservar, era preciso identificar, caracterizar, catalogar os sítios⁴¹².

Para formar tais profissionais, recorre-se a outros profissionais estrangeiros. Os primeiros profissionais são representantes da escola francesa, da qual herda-se o entendimento e a associação da pesquisa arqueológica com o período denominado pré-história. Posteriormente, o Brasil recebeu como contribuição acadêmica os representantes da escola norte-americana de arqueologia. Barreto⁴¹³ comenta que “[...] franceses e norte-americanos deixaram suas marcas profundas no desenvolvimento da Arqueologia brasileira por toda essa segunda metade do século XX”.

A escola francesa, além de proporcionar o método de decapagem⁴¹⁴ para escavação, imprimiu sua principal marca com as contribuições do casal Annette Laming (arqueóloga) e Joseph Emperaire (geógrafo), por meio da descoberta de Luzia. As pesquisas francesas concentraram seus esforços em sítios pré-cerâmicos. Todavia, é preciso considerar que, tanto em dimensão territorial quanto em

⁴¹² BUENO, 2011, p.60.

⁴¹³ BARRETO, 2000, p.42.

⁴¹⁴ Decapagem, método de escavação em que a área escavada recebe tratamento de escavação em níveis naturais, ou artificiais, de 10 em 10 cm. É um método demorado, pois o solo vai sendo removido lentamente, de forma que vestígios materiais e estruturas não se desagreguem, mantendo o registro o mais fiel possível.

diversidade ecossistêmica e cultural, o Brasil difere muito da realidade francesa. Nessa perspectiva, o modelo de escavação francesa (mais demorado e minucioso) se mostrava moroso para a necessidade e urgência de se pesquisar arqueologicamente o extenso território brasileiro. Aos poucos, os arqueólogos brasileiros foram adaptando os métodos franceses às diferenças regionais de solo e cultura material do país.

No que compete à contribuição norte-americana, os arqueólogos estadunidenses de maior relevância nesse período foram Wesley Hurt e o casal Betty Meggers e Clifford Evans. Retomando as escavações de Lagoa Santa, o casal realizou as primeiras datações radio-carbônicas, assim como o treinamento de novos arqueólogos em escavações sistemáticas.

As pesquisas dos norte-americanos voltaram-se aos povos ceramistas da região amazônica, com especial atenção à relação, existente ou não, entre essas e as civilizações da Mesoamérica ou América Andina. Na concepção de Meggers⁴¹⁵, as sociedades ceramistas da Amazônia descenderiam de outras regiões da Amazônia, que, ao migrarem para a região baixa, se depararam com um ambiente hostil, tendo entrado em decadência até sua extinção. Tal percepção tem por base o determinismo ambiental, presente nas pesquisas estadunidenses do período. Hoje, é sabido que a região não só é terreno rico e propício para o desenvolvimento humano, como sua biodiversidade resulta deste⁴¹⁶.

Entre as contribuições da escola norte-americana, uma das mais marcantes para a arqueologia brasileira foi o desenvolvimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (Pronapa). O casal Meggers e Evans, diretores do projeto, inseriram o método de seriação dos artefatos em tradições, fases e subfases.

A primeira leva de arqueólogos brasileiros em contexto universitário se desenvolveu nesse meio, contendo uma supervalorização técnica, principalmente no olhar voltado à seriação e à classificação do objeto. As pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 se constituíram por projetos de área pesquisada, ou seja, voltados para a realização de levantamentos sistemáticos dos sítios, sem problematizá-los⁴¹⁷.

Uma fase crítica ao modelo tecnicista de formar profissionais da arqueologia, bem como de estudar os vestígios arqueológicos, teve início na década de 1980. Junto

⁴¹⁵ MEGGERS, 1992 apud BARRETO, 2000, p.44.

⁴¹⁶ NEVES, Eduardo. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

⁴¹⁷ SCHIMITZ, 1988 apud BARRETO, op.cit., p.46.

ao mapeamento e à categorização dos sítios e vestígios arqueológicos, ocorreu uma preocupação maior com o estudo sobre os aspectos culturais das sociedades que ali viveram. O foco deslocou-se do objeto para a sociedade humana que o produziu. Padrões de assentamento e organização social começaram a ser focos de pesquisa, buscando uma visão mais dinâmica da cultura. Também nesse período se intensificou o que podemos denominar Arqueologia Preventiva, voltada ao licenciamento ambiental de obras.

No ano de 1988, o Iphan publicou a Portaria nº 07, que vem regulamentar a concessão de licenças para a realização de pesquisas arqueológicas em todo o Brasil. Ainda que tal documento tenha sido publicado no final dos anos de 1980, o incentivo e as diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa de cunho preventiva, ligada aos empreendimentos, ocorreu somente nos anos 2000, especialmente vinculados ao desenvolvimento de infraestrutura no país. Nesse contexto, um importante documento foi a portaria IPHAN nº 230, de 2002, que versava sobre a correlação entre as fases do licenciamento ambiental e as pesquisas arqueológicas em empreendimentos efetivamente capazes de impactar o patrimônio arqueológico. Essa última portaria teve como objetivo normatizar a pesquisa arqueológica no contexto de obtenção de licenças de implementação ou operacionalização de empreendimento.

No início do novo século, o crescimento de obras de infraestrutura aumentou significativamente os projetos desenvolvidos no âmbito da pesquisa arqueológica preventiva. Esse movimento fez surgir empresas de arqueologia em todo o território nacional. A arqueologia preventiva (muitas vezes, também denominada “Arqueologia de Contrato”) ampliou significativamente a necessidade de profissionais da Arqueologia, o que refletiu na necessidade de mais cursos de graduação e pós-graduação na área. Todavia, o tempo e a forma da pesquisa, em contextos relacionados a empreendimentos, suscitaram discussões quanto à efetiva preservação do patrimônio pesquisado e às intenções dessa mesma preservação⁴¹⁸. Para além desse debate, porém, um fato há de se destacar: o aumento do pedido de portarias para o Iphan, voltadas a pesquisas contratuais, fez com que o campo do patrimônio arqueológico ganhasse mais visibilidade política.

Esse protagonismo político adicionou outros agentes ao campo das disputadas narrativas acerca do patrimônio arqueológico. Tais agentes utilizaram-se

⁴¹⁸ GNECCO, C.; SCHMIDT DIAS, A. Sobre Arqueologia de Contrato. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 25, n. 2, p. 03-19, dez. 2015.

de velhos discursos para permeabilizar a legislação para com esse patrimônio. Um desses discursos consiste no distanciamento entre vestígios arqueológicos e comunidades contemporâneas, principalmente quando tais vestígios fazem referência aos silenciados — indígenas, negros, ribeirinhos, movimentos sociais.

Há de se considerar que o fato de o patrimônio arqueológico estar na contramão de processos contemporâneos mais inclusivos, quanto à forma de pensar e elencar os patrimônios culturais, contribuiu para tal uso. O patrimônio arqueológico carrega consigo uma lei protetiva federal e um forte discurso de dever de preservação. Esse entendimento é transmitido às comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos, ainda que a comunidade não se identifique, não saiba do que se trata, tampouco tenha uma relação direta com aquele patrimônio.

Nessa direção, um questionamento é essencial: será que essa reorientação tem se revertido em práticas democráticas e emancipadoras em comunidades locais assentadas ou envoltas a sítios arqueológicos na região?⁴¹⁹

Tal problematização não consiste em avaliar a destruição dos sítios arqueológicos, nem desconsiderar a relevância desses espaços e da cultura material presente na construção da história e representação da memória dos grupos que ali habitaram, mas, antes, refletir que as ações destrutivas resultam de políticas autoritárias, verticalizadas, que, na ânsia preservacionista, assim o fazem de forma ineficiente.

Todavia, se direcionarmos ao patrimônio arqueológico discutido na presente tese tal dever de memória, oriundo de uma elite intelectual (arqueólogos), isso contrasta⁴²⁰ com o que a política de memória nacionalista propõe no intento de formar uma identidade nacional. A política de memória nacional adotada optou por esquecer ou silenciar a história e a memória referentes aos povos indígenas, congelando-as em um tempo passado — o da colonização —, caracterizado como selvagem, naturalista e ocioso. Tal passado se opõe ao progresso e ao desenvolvimento proposto.

Como outras políticas públicas, mas talvez mais diretamente ainda, as políticas da memória participam das relações simbólicas de poder.

⁴¹⁹ SILVA; SIMONIAN, 2017, p.50.

⁴²⁰ Contrasta ou não! Há pesquisas arqueológicas que corroboram com a visão evolucionista do patrimônio arqueológico brasileiro. Considera-se também que uma não aproximação entre arqueologia e populações indígenas contemporâneas de alguma forma resguarda tal ciência de uma discussão essencial para sua função.

Comemore, erija um memorial, pronuncie "desculpas oficiais" é distribuir, na ordem simbólica, títulos de honra, igualdade ou de reconhecimento⁴²¹.

No âmbito das políticas de memória, “[...] nunca é o próprio passado que age sobre uma sociedade presente, mas representações de eventos passados que são criados, circulados e recebidos dentro de um quadro cultural específico e constelação política”⁴²². Portanto, no campo das memórias coletivas, ou seja, aquelas que “[...] são produzidas através de representações mediadas do passado que envolvem a seleção, rearranjo, redescrição e simplificação, bem como a inclusão e exclusão deliberada, mas também talvez não intencional de informação”⁴²³, optou-se por silenciar, homogeneizar ou estatizar a memória indígena.

[...] não é possível separar cuidadosamente a lembrança e o esquecimento. Todo ato de recordação, seja individual ou coletivo, envolve necessariamente formas de esquecimento seletivas, parciais ou de outra forma tendenciosas. [...] Como a lembrança e o esquecimento são ambos necessariamente seletivos, a sinceridade do desejo de superar disposições inveteradas hostis ou mutuamente suspeitas parece depender, em última análise, de um acordo genuíno de não lembrar de tudo, mas de negociar publicamente quais questões problemáticas precisam ser abordadas⁴²⁴.

Apesar de discussões recentes apresentarem o uso da categoria patrimônio cultural como um recurso de luta política, que parte das próprias comunidades, ainda persiste no país uma percepção de atraso com relação à memória cultural desses grupos.

Ou seja, a imagem que se construiu do Brasil exclui ou descaracteriza a participação de uma série de agentes fazendo com que estes, apensar de veicularem esse discurso, não se reconheçam de fato no Patrimônio. Assim, ao invés de dizermos que os brasileiros não têm memória, o que vemos é que os brasileiros, de um modo geral, não participam da construção dessa memória. Por mais que ela seja veiculada, transmitida, re-transmitida e afirmada ela não é interiorizada, não é vivenciada, o que se reflete diretamente na relação que este público estabelece com o Patrimônio, a qual passa muitas vezes pelo não reconhecimento ou pela negação e até pela destruição⁴²⁵.

⁴²¹ HOURCADE, Renaud. Militer pour la mémoire – Rapport au passé et luttes minoritaires dans deux anciens ports négriers. *Politix*, [S. l.], v. 2, n. 110, p. 63-83, 2015. p. 66

⁴²² ASSMANN, Aleida; Shortt, Linda. **Memory and Political Change**. New York: Palgrave Macmillan, 2012. p. 3.

⁴²³ ASSMANN, A. & SHORTT, L, 2012, pp. 3-4.

⁴²⁴ *Ibid.*, p.5.

⁴²⁵ BUENO, 2011, p.66.

Tal entendimento é refletido nos atos de depredação aliados a discursos repelentes ao patrimônio arqueológico, apesar das leis protetivas existentes. Trazendo essa problematização para nosso universo de pesquisa, a relação da comunidade com o sítio arqueológico é vista como conturbada, uma vez que agentes públicos sempre negligenciaram o espaço de vivência dessas pessoas sob a justificativa de um impeditivo legal: a existência do sítio arqueológico.

Quando membros da comunidade indagavam por que o referido espaço do bairro não tinha infraestrutura básica, servindo como espaço de descarte de lixo/entulhos, bem como para a realização de atividades ilícitas, recebiam como respostas: “Porque é patrimônio”; “Porque tem que ser protegido”; “A gente também acha um atraso, mas é patrimônio, se mexermos levamos uma multa”. Todavia, como um patrimônio pode ser tão malculhado? Por que essas pessoas nunca foram ouvidas ou fizeram parte das propostas de proteção e uso daquele espaço? Por que nenhuma ação pensou em conciliar necessidades locais com a proteção patrimonial?

A prática de distanciamento entre poder público, academia e comunidade local foi a tônica do cuidado institucional para com o patrimônio arqueológico, bem como da pesquisa arqueológica sobre ele. Contudo, a arqueologia vem discutindo e realizando novas práticas em busca de uma descolonização da área. A crítica feita aos processos metodológicos da arqueologia consiste na “[...] relativização do direito e da capacidade dos arqueólogos de controlar o conhecimento sobre o passado e na eliminação da supremacia da interpretação científica em detrimento das interpretações êmicas sobre o passado”⁴²⁶. Entendemos que esse “poder”, dado aos arqueólogos, está permeado pela “supremacia das ciências”, bem como pela responsabilidade atribuída aos especialistas sobre a defesa do patrimônio arqueológico — principalmente o indígena —, da destruição não só física, mas pautada em um discurso que apaga e subjuga a cultura e a participação desses povos na formação do Estado brasileiro.

Novas práticas, como a Arqueologia Pública, a Arqueologia Colaborativa, ou a Arqueologia dos sentidos “[...] têm conduzido ao desenvolvimento de práticas arqueológicas mais inclusivas, menos colonizadoras e, particularmente, nos contextos indígenas, de uma *indigenização* da arqueologia”⁴²⁷. Esse processo visa multivocalizar a prática da pesquisa arqueológica, buscando quebrar o paradigma de

⁴²⁶ SILVA, et al. 2011. pp.37.

⁴²⁷ *Ibid.*

que é o arqueólogo o detentor do conhecimento que será transmitido para as demais comunidades. Como essa discussão infere diretamente no desenvolvimento dessa tese, foi dedicado um capítulo próprio para discutir e analisar a Arqueologia Colaborativa, nos campos teórico e prático.

Pautada pela Arqueologia Colaborativa, a pesquisa aqui desenvolvida procurou estabelecer um diálogo mais equânime entre o saber acadêmico e o saber das comunidades, buscando a salvaguarda e a valorização do patrimônio. Dentro do estudo dos sítios arqueológicos Capivari I e Capivari II, ocorreu um processo de valorização das narrativas, das memórias individuais e coletivas que os cidadãos do entorno construíram sobre o sítio arqueológico, uma vez que estas também compõem as marcas históricas que o sítio arqueológico possui.

Todavia, no exato momento da história política brasileira, o patrimônio arqueológico sofreu uma nova ameaça diante da tentativa de flexibilização dos processos de licenciamento ambiental, o que facilitou a destruição de sítios arqueológicos não registrados, por meio do projeto de lei PL nº 3.729/2004 — conhecido como Lei Geral do Licenciamento Ambiental. Nesse cenário, a sociedade de arqueólogos se mobilizou, mais uma vez, diante de uma situação extrema, como foi na década de 1960, em prol do patrimônio arqueológico. Mais uma vez, o discurso do progresso colocou-se em posição antagônica ao patrimônio arqueológico, contudo, como essa discussão está ocorrendo? Quem está participando, se organizando e tendo espaço de fala nesse processo? Estamos (pesquisadores) dentro de nossos espaços de pesquisa, enquanto as comunidades não participam de tal discussão.

Fala-se tanto em multivocalização do fazer patrimonial, mas novamente são os especialistas e suas instituições que se colocam à frente da batalha pela preservação do patrimônio arqueológico. A situação apresentada reforça a necessidade de intensificar esse diálogo com as comunidades, para que estas também possam se sentir agentes do processo de preservação dos sítios arqueológicos, bem como da pesquisa arqueológica.

Torna-se necessário mudar a perspectiva colonialista e exótica pela qual a arqueologia continua sendo vista. É preciso mostrar que essa ciência pode ser um instrumento para a construção da história, da memória, da identidade e da cidadania

representativa da diversidade de uma sociedade⁴²⁸. Mas, para tanto, precisamos de mudanças internas significativas — algumas ações têm se voltado para isso.

⁴²⁸ BUENO, 2011, p. 37.

5 COMO, COM QUEM E POR ONDE ANDA A ARQUEOLOGIA COLABORATIVA?

Com a finalidade de embasar nossa reflexão e ações, estruturamos um estado da arte, acessando trabalhos científicos nacionais e internacionais que discorressem sobre pesquisas e ações colaborativas direcionadas ao patrimônio arqueológico. Todavia, é preciso estar ciente de que cada pesquisa possui suas particularidades, a partir do grupo/comunidade ao qual foi direcionada, onde se realizou e as intencionalidades presentes. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliométrico, ou seja, uma busca sistematizada em bancos de dados, selecionados por sua relevância para a publicação de produções científicas, em especial as arqueológicas. Os textos analisados foram artigos, monografias, dissertações, teses e capítulos de livros. Os bancos de dados pesquisados foram:

- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD;
- SciELO – Scientific Electronic Library Online;
- Periódico Capes;
- Directory of Open Access Journals (DOAJ);
- Science Direct;
- Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira;
- Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP;
- Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas;
- Revista de Arqueologia Pública – UNICAMP;
- Cadernos do LEPAArq.

O levantamento e a análise, de forma sistematizada, foram realizados entre os anos de 2022 e 2023, de acordo com o recorte temporal do ano de 1990 até 2023. O período escolhido resultou do entendimento de que foi a partir dos anos 1990 que tivemos o aumento de discussões relacionadas à Arqueologia Pública e à Arqueologia Colaborativa. No contexto brasileiro, essa fase de maior produção iniciou nos anos 2000.

O levantamento utilizou palavras-chaves, pesquisadas em português, inglês e espanhol, de forma individual e por associação, para que houvesse um afunilamento da pesquisa a partir dos objetivos traçados. As palavras foram: “**arqueologia**

pública”; “arqueologia colaborativa”; “arqueologia comunitária”; “arqueologia e colaboração”; “patrimônio arqueológico e colaboração”.

Todos os resultados que estavam conectados à arqueologia pública, colaborativa ou comunitária foram computados, entretanto, como o intuito desse levantamento foi entender as práticas que foram desenvolvidas, optamos por considerar que as publicações relacionadas unicamente às discussões teóricas serão contabilizadas, mas não analisadas e discutidas.

No transcorrer das buscas, foi possível constatar alguns erros, provavelmente relacionados ao momento de registro da produção no banco de dados (palavras-chave, assuntos ou resumos não anexados, inclusive, em alguns casos, mal organizados). Tais falhas podem ter excluído determinadas produções no momento de nossa pesquisa.

A falha da ferramenta de busca foi mais perceptível nos bancos que envolviam dissertações e teses — um motivo seria a morosidade de atualização dos bancos. No caso de algumas revistas científicas, houve artigos que não apareceram no banco de dados da Capes, por exemplo, mas foram identificados quando da procura no banco de dados da própria revista.

Cabe reiterar que as palavras-chave delimitam um recorte que não necessariamente abarca todas as pesquisas voltadas à colaboração ou produção por grupos minorizados. Há pesquisas brasileiras utilizando nomeações como arqueologia indígena, arqueologia quilombola, entre outras, não se servindo de nenhuma das palavras-chave selecionadas. No que compete ao contexto internacional, há o uso de termos como arqueologia contemporânea ou valendo-se da nomeação de determinados povos. Contudo, em alguns casos brasileiros, mesmo ao se utilizar a terminologia de uma arqueologia quilombola, por exemplo, no registro do trabalho há a arqueologia pública e/ou colaborativa, dando-nos uma cobertura interessante a partir da metodologia escolhida.

Outro problema identificado consistiu na confusão entre o público — da arqueologia pública — e o verbo publicar associado tanto ao acesso público quanto à ideia de publicação. Encontramos também muitos artigos que versavam sobre o uso de tecnologias resultantes de produções colaborativas, assim como outros exercícios de colaboratividade no exercício da ciência.

Cabe ponderar que há o entendimento acerca da relevância da existência de redes científicas, uma vez que estas podem promover a multivocalização e a

colaboração. Contudo, como direcionamos nosso olhar para a relação entre comunidade acadêmica e comunidade externa de forma mais ativa e não só informativa, não contabilizamos essas produções.

Também identificamos resultados relacionados ao exercício da museologia colaborativa ou comunitária. O campo dos acervos museológicos possui uma trajetória própria com práticas colaborativas. A maioria dos trabalhos assim identificados compreendiam a efetiva participação de comunidades locais, tradicionais, indígenas, quilombolas, entre outras.

No âmbito da metodologia utilizada, foram elaboradas duas tabelas. A Tabela 1 apresenta os resultados a partir do retorno das palavras-chaves, por banco de dados pesquisado. Na Tabela 2, organizamos todos os trabalhos resultantes da pesquisa, com enfoque nas características, metodologia e ações desenvolvidas.

Tabela 1 – Levantamento bibliométrico por bases de dados

| Nome da Base de Dados | Palavras-chave com resultado | Resultados obtidos |
|--|---------------------------------------|--------------------|
| BDTD | arqueologia pública | 22 |
| | arqueologia colaborativa | 3 |
| | arqueologia comunitária | 1 |
| Scielo | arqueologia pública | 3 |
| | patrimônio cultural e colaboração | 1 |
| CAPES | arqueologia colaborativa | 4 |
| | arqueologia colaborativa | 20 |
| DOAJ | arqueologia comunitária | 16 |
| | arqueologia colaborativa | 9 |
| Science Direct | arqueologia colaborativa | 8 |
| Revista de Arqueologia da Sociedade de Arqueologia Brasileira | arqueologia comunitária | 1 |
| | arqueologia e colaboração | 1 |
| | arqueologia pública | 6 |
| MAE-USP | arqueologia colaborativa | 2 |
| | arqueologia comunitária | 2 |
| | arqueologia pública | 2 |
| | patrimônio arqueológico e colaboração | 1 |
| Cadernos do LEPAARQ | arqueologia pública | 8 |
| | arqueologia comunitária | 2 |
| Revista de Arqueologia Pública | arqueologia pública | 26 |
| | arqueologia colaborativa | 1 |
| | arqueologia comunitária | 2 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Outro ponto a ser ressaltado é que alguns artigos foram encontrados em mais de um banco de dados. Nessas situações, foram contabilizados apenas uma vez, sendo atribuídos ao primeiro banco pesquisado. As informações coletadas foram organizadas na Tabela 2, que possui como pontos de análise do texto: referência completa, resumo apresentado no documento, tipologia de publicação, ano de publicação e país em que a pesquisa foi desenvolvida (não o país de publicação).

Cada banco de dados consultado recebeu uma tabela própria, que, posteriormente, tornou-se uma só, organizada por ano de publicação. Como ela ficou muito extensa, optamos por apresentá-la no APÊNDICE A.

Tabela 2 – Exemplo da tabela utilizada para análise dos textos

| Referência | Resumo presente na publicação | Tipo Publicação | Ano | País |
|--|--|-----------------|------|-----------|
| MONTENEGR O, M. Una experiencia de arqueología pública y colaboración intercultural en el sector septentrional de Argentina. Revista Arqueología Pública , Campinas, SP, v. 8, n. 2[10], p. 26-43, 2015. DOI: 10.20396/rap.v8i2.8635637. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635637 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Pode-se entender a Arqueologia Pública como espaço de desenvolvimento de propostas educacionais que contribuem para a geração de conhecimento sobre o passado, a partir de uma perspectiva multivocal. Neste trabalho, compartilhamos uma experiência de Arqueologia Pública e colaboração intercultural, realizado numa comunidade do Noroeste da Argentina. Trata-se de uma atividade pedagógica, voltada à produção de material de ensino para trabalhar o passado pré-hispânico no espaço escolar. Tal proposta integrou conhecimentos ancestrais e científicos, e as tecnologias da informação e comunicação (TICs). A partir dessa experiência, foram formuladas perguntas e reflexões sobre o papel da arqueologia na construção de discursos sobre o passado em um contexto complexo, no qual estão entrelaçados ativações patrimoniais, mediação científica, surgimento de identidades étnicas e reconfiguração de territórios. | Artigo | 2015 | Argentina |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O resultado das buscas retornou **141 publicações** escritas, publicadas em português, espanhol ou inglês. Destas, 41 foram classificadas como discussão teórica; outras **100 publicações** continham o exercício/prática da arqueologia pública, colaborativa ou comunitária, entre os anos de 2003 e 2023. Todos os trabalhos foram acessados, lidos de forma dinâmica e analisados.

No Gráfico 1, é possível observar que entre os anos de 2013 e 2015 houve um aumento expressivo nas publicações de práticas em arqueologia pública/colaborativa/comunitária. Em 2015, houve uma redução significativa destas, até que em 2020 houve um novo aumento. Há de se considerar que as mudanças políticas ocorridas no Brasil após o golpe da presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, influenciaram as pesquisas brasileiras como um todo.

Dados da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) demonstram que o orçamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) caiu desde 2016 e despencou nos primeiros três anos do governo Jair Bolsonaro. Os cortes orçamentários são um ataque à produção científica, principalmente a desenvolvida por universidades públicas e a com financiamentos de origem público. Soma-se a esse cenário um exercício de perseguição às pesquisas relacionadas às ciências humanas.

Outro fator de impacto às pesquisas voltadas à arqueologia são as tentativas de diminuição da cobrança da pesquisa arqueológica no âmbito do licenciamento ambiental. Esse movimento também se intensificou a partir de 2016. No ano de 2019, a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, decorrente do PL nº 3.729/2004, em sua terceira versão, teve brechas que poderiam retirar a competência do Iphan e dar mais poderes a outros órgãos de liberação, muitos dos quais acabaram se alinhando a interesses de particulares, entre outras medidas que fragilizam a proteção do patrimônio arqueológico nacional.

Após o ano de 2016, ocorreu uma nova queda nas pesquisas de arqueologia pública/colaborativa/comunitária, aqui compreendida como reflexo da pandemia de Covid-19, em virtude das orientações sanitárias que visavam proteger comunidades e pesquisadores. Paralelamente à segurança física, houve muita preocupação com a saúde mental das pessoas, tornando-se até mesmo desumano cobrar naturalidade para o contínuo de produções e publicações. A pandemia também oportunizou que mudanças legais obtivessem menos resistência e visibilidade, contribuindo para a ideia do então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de “passar a boiada”.

Gráfico 1 – Número de publicações em arqueologia pública, colaborativa ou comunitária por ano



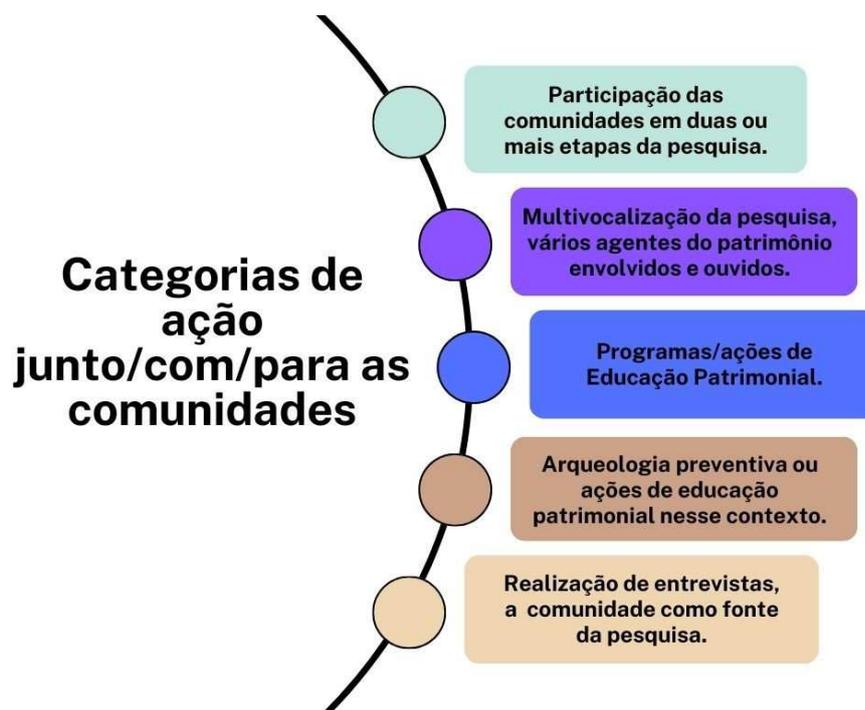
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As publicações analisadas foram desenvolvidas nos seguintes países: Argentina; Brasil; Guiana Francesa; Chile; Colômbia; Cuba; Egito; Equador; Espanha; Etiópia; Estados Unidos; Índia; Inglaterra; Islândia; México; País de Gales; Peru; Portugal e Suécia. O Brasil aparece em destaque de publicações, com 68% da amostra, certamente pela pesquisa ter abordado em sua maioria bancos de dados nacionais, embora haja um aumento, nos últimos 20 anos, de discussões voltadas à arqueologia pública no país.

Relembramos que a pesquisa, além de utilizar três línguas na busca por palavras-chave — português, espanhol e inglês —, realizou consultas em bancos de dados internacionais, como DOAJ, Science Direct, Scielo e Capes. Neste último, foi possível ter acesso a revistas nacionais e internacionais. A pesquisa teve como base, na área de ciências humanas, os seguintes bancos: ADI – África development indicators; Portal UNIFACIG de Publicação; EMBASE; OpenGeoSci (GSW); SAGE Open; Repositório da Produção da Universidade de São Paulo (USP); Portal de Livros Abertos da Universidade de São Paulo (USP); SCOPUS.

No universo das 100 publicações, para fins de análise acerca das ações propostas e desenvolvidas para a/junto da/com a/na comunidade, estruturamos cinco categorias referentes à relação com o público, e cada uma delas recebeu uma cor segundo o diagrama abaixo (Figura 20).

Figura 20 – Categorias criadas a partir das ações com os públicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As categorias aqui propostas foram estruturadas a partir dos pontos de conexão entre as ações publicadas, tendo o auxílio de outros autores⁴²⁹ que discutem e/ou realizam a arqueologia pública, colaborativa ou comunitária. Uma dessas referências foi Moshenska⁴³⁰. Sua proposta de classificação, a partir do contexto britânico, já foi apresentada no capítulo anterior. Porém, diante da relevância desta no momento da análise, estruturamos um quadro de equivalência entre a classificação de Moshenska e a nossa categorização.

Quadro 2 – Comparativo entre as categorias de Moshenska e as construídas na presente análise

(Continua)

| Categorias construídas na presente análise | Categorias propostas por Moshenska |
|--|---|
| Participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | Com o público *todavia podem ser inseridas aqui pesquisas que utilizam o público apenas como mão de obra ou fonte de informação. |

⁴²⁹ (ATALAY, 2006) (BEZERRA, 2018) (FERREIRA, 2013) (FUNARI e TEGA, 2014) (DOMMELEN, 2011) (LIMA, 2011) (MAPUNDA e LANE, 2004) (MERRIMAN, 2004) (SILVA, 2011) (MACHADO, 2017)

⁴³⁰ MOSHENSKA, 2017.

(Conclusão)

| | |
|--|---|
| Multivocalização da pesquisa; vários agentes do patrimônio envolvidos e ouvidos. | Aberta Com o público Acadêmica *são as que mais se aproximam, mas nenhuma de fato busca a multivocalização, com exceção da acadêmica, que coloca isso mais no campo da reflexão teórica. |
| Programas/ações de Educação Patrimonial. | Educação Arqueológica Popular – popularização Pelo Estado *a última compreende as ações educativas que entidades de Estado realizam no âmbito da arqueologia. |
| Arqueologia preventiva ou ações de educação patrimonial nesse contexto. | Não possui equivalente. |
| Realização de entrevistas; a comunidade como fonte da pesquisa. | Com o público Aberta |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Por outro lado, é preciso considerar os diferentes contextos de aplicação, pois a maioria das publicações aqui analisadas foram desenvolvidas na América Latina. Sabido disso, podemos, em consonância com os dados apresentados, afirmar que as ações no contexto latino-americano se voltam mais à participação efetiva da comunidade e a uma busca pela polifonia da prática e do discurso arqueológico.

Além disso, Moshenska⁴³¹ classifica como arqueologia feita pelo público a aproximação entre a pesquisa acadêmica e a amadora, muito comum no contexto europeu, a qual não é vista em nosso contexto. A arqueologia classificada como “pública” se refere às ações desenvolvidas única e exclusivamente sobre os órgãos de governo; nessa medida, não temos muitas publicações acerca da prática de órgãos governamentais voltadas a essa temática.

Segundo os dados apresentados pelo arqueólogo, o tipo de arqueologia pública mais recorrente nas ações denominadas como públicas ou comunitárias é a Educação Arqueológica. Transportando para a realidade brasileira, é perceptível o mesmo entendimento em algumas publicações.

Retornando à nossa análise, ponderamos que, quando um mesmo trabalho se incluía em duas ou mais categorias, todas elas eram atribuídas a ele. Um exemplo recorrente dessa situação se deu em pesquisas com a participação da comunidade em duas ou mais etapas e que envolviam também a multivocalização.

⁴³¹ MOSHENSKA, 2017.

Mas se é comum haver essas duas características em algumas ações, por que separá-las em duas categorias? A escolha por duas categorias independentes ocorreu devido à identificação de ações que eram colaborativas enquanto participação da comunidade, mas ficavam mais no campo de trabalhos de escavação, laboratório, curadoria, entrevistas, entre outras ações que não envolvem as demandas das comunidades ou dão espaço de fala e posicionamento para elas.

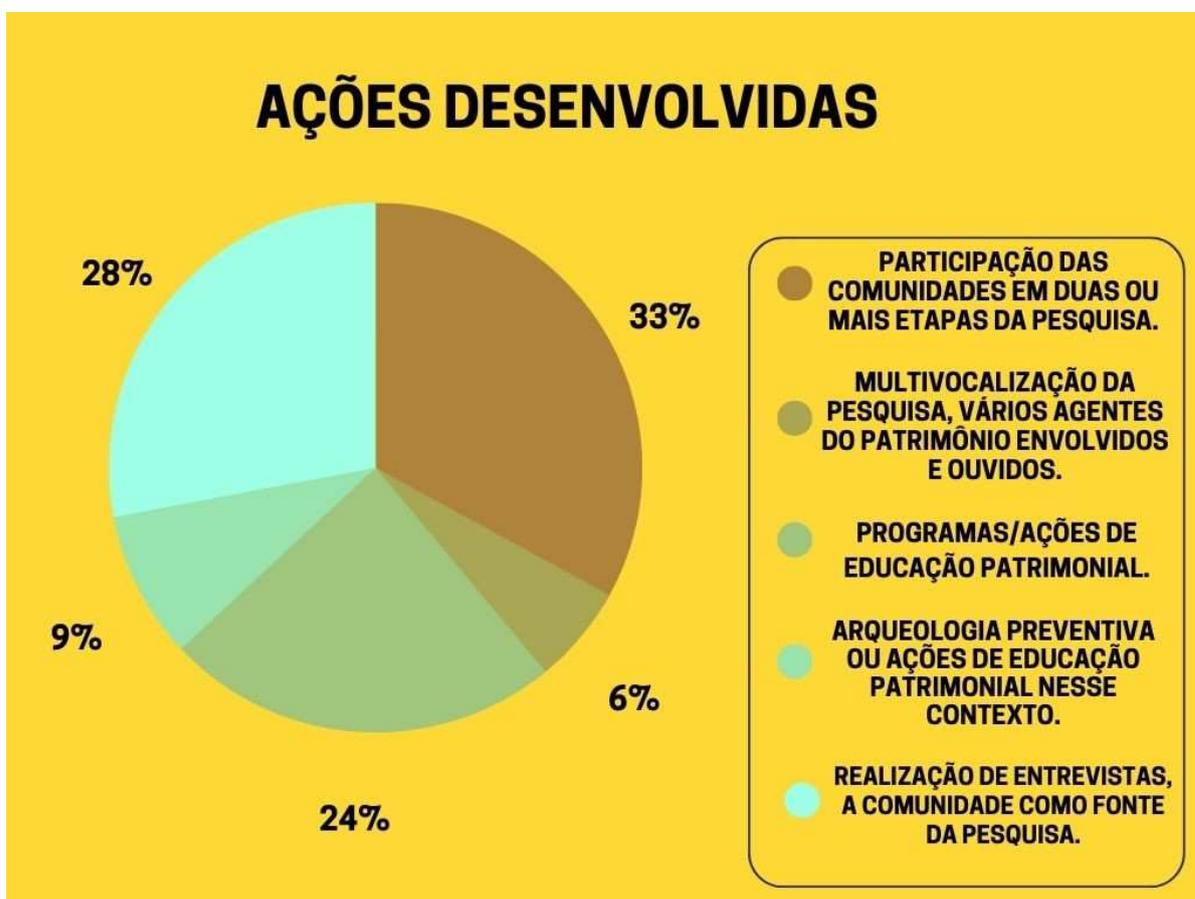
O oposto foi também identificado. Algumas ações buscaram multivocalizar o exercício patrimonial, trazendo outros agentes, como a comunidade, os gestores públicos locais, os estudantes, entre outros. Mas a multivocalização não promoveu a integração dos vários envolvidos na pesquisa, ao menos não em duas etapas ou mais. Esse dado nos faz recordar a crítica de Gnecco⁴³² acerca dos altares da multivocalidade.

O Gráfico 2 contém o resultado da categorização das 100 publicações analisadas. A categoria mais recorrente, presente em 33% dos trabalhos, foi a participação da comunidade em duas ou mais etapas da pesquisa. Logo, entendemos que essas pesquisas transpõem a ideia da comunidade como receptora de informações (educação) ou como fonte de histórias e do conhecimento popular.

As pesquisas que lidaram com a multivocalização representaram apenas 6% da amostra. Reiteramos que estas eram exclusivamente da presente categoria, mas também foram encontradas de forma conjunta com os trabalhos que envolviam a categoria anterior.

⁴³² GNECCO, 2011.

Gráfico 2 – Ações desenvolvidas nas publicações analisadas, apresentada por meio das categorias de análise



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Práticas voltadas à aplicação de entrevistas, estruturas, semiestructuras, gravadas ou não, de base qualitativa ou quantitativa, entendendo, pois, as demais pessoas como fonte de informação da história de determinado local ou patrimônio representam 28% da amostra. Há o entendimento, por parte dos autores dos textos analisados, de que os atos/ações de entrevistar já seriam suficientes para definir suas ações como arqueologia pública ou, ainda, colaborativa.

Todavia, variados são os trabalhos desenvolvidos que se utilizam de outras fontes da história, mas que não refletem sobre a função social da área, nem sequer tentam envolver os entrevistados na produção do conhecimento em si, considerando-os apenas como fonte de pesquisa. Em suma, entendemos que entrevistar não é somente sinônimo de multivocalização e colaboração.

Em terceiro lugar, com 24% da amostra, encaixaram-se os trabalhos que tinham como objetivo apresentar determinadas ações e programas de Educação Patrimonial. Nessa categoria, estão compreendidos apenas os programas

desenvolvidos em contextos acadêmicos, como: instituições universitárias; museus; instituições escolares; entre outros espaços educativos e grupos de pesquisa. A maioria das atividades foi direcionada ao público escolar – estudantes e professores.

Márcia Bezerra⁴³³ reiterou que a divulgação científica e o retorno dos dados da produção científica à comunidade em geral são obrigações de qualquer Ciência. Contudo, é recorrente o entendimento de que fazer Educação Patrimonial é fazer Arqueologia Pública; embora ela possa ser uma das ações desta, não é assim limitada.

Por fim, o entendimento da arqueologia pública associada à arqueologia preventiva e às ações educativas no contexto desta aparece em 9% da amostra. Considera-se que tal associação carrega um legado norte-americano acerca da arqueologia pública. Porém, é preciso considerar a captura, para fins capitalistas, da arqueologia pública, como justificativa de ações desenvolvidas por empresas. Tal associação ameniza os impactos aos patrimônios e comunidades decorrentes desses interesses, bem como é prejudicial às demais pesquisas que realmente se preocupam em fazer uma arqueologia pública comprometida socialmente.

É provável que haja um número maior de pesquisas e pesquisadores que entendem a arqueologia pública dessa forma. Em variados projetos e relatórios produzidos pela arqueologia preventiva é recorrente a defesa de algumas ações educativas — obrigatórias por instrumentos normativos — como equivalente ao exercício da arqueologia pública.

Contudo, uma vez que tais produções não foram foco desta pesquisa, nem haveria tempo hábil e recursos para fazer tal análise, fica a provocação aos demais pesquisadores da área ou, ainda, ao desenvolvimento de uma pesquisa vindoura por parte desta autora.

Uma análise individual de cada categoria poderia ser vista de forma positiva, dada a quantidade de ações que envolvem a comunidade em mais de duas etapas da pesquisa. Entretanto, não nos enganemos, já que, ao observarmos o quadro geral, consta que 61% das publicações utilizam e aplicam metodologias e ações voltadas à educação patrimonial, arqueologia preventiva e entrevistas.

Logo, em mais da metade das pesquisas produzidas, as comunidades não são integradas aos processos patrimoniais. Junta-se a isso que as experiências

⁴³³ BEZERRA, 2003.

realizadas no mesmo contexto, na mesma comunidade e com os mesmos dados compuseram publicações em revistas diferentes ou, ainda, apresentaram estágios diferentes da pesquisa.

No que compete à região de desenvolvimento, observou-se que 88% das ações foram realizadas no contexto da América Latina. Esse dado é de extrema relevância, já que, como nos lembrou Pagán-Juménez⁴³⁴, a arqueologia latino-americana se destaca por sua variedade de ações, objetos e problematizações.

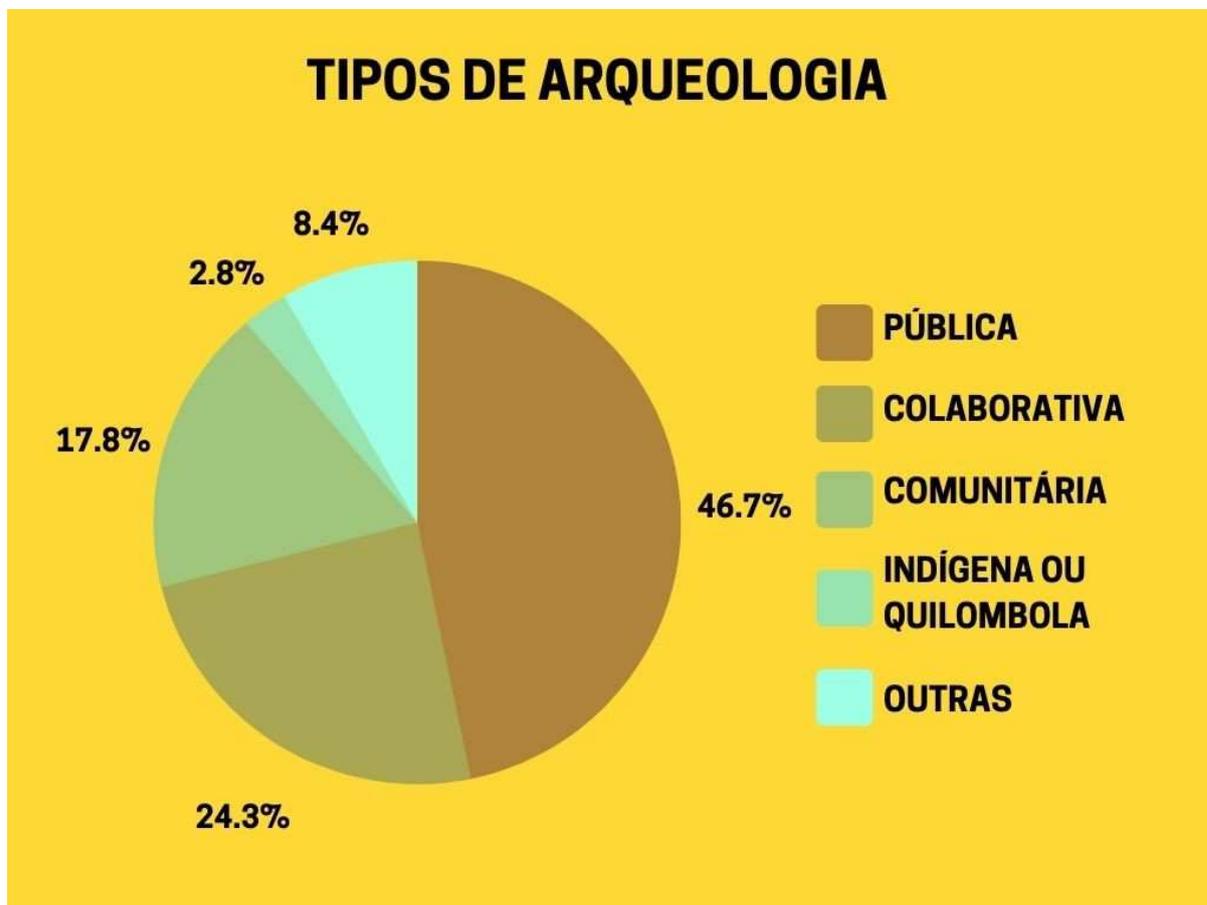
A arqueologia latina já se propõe a uma perspectiva anticolonial antes desta ser popularizada no norte gerador da colonialidade do saber. As produções desenvolvidas na Europa corresponderam a 8% dos trabalhos pesquisados, seguidas de 2% na África, 1% na Ásia e 1% na América do Norte.

As categorias apresentadas anteriormente refletem nossa análise diante das ações desenvolvidas; outrossim, consideramos relevante entender como os autores denominam sua prática; e tal resultado pode ser observado no Gráfico 3. O termo Arqueologia Pública foi utilizado em 46,7% das publicações, seguido de Arqueologia Colaborativa, com 24,3%, e Arqueologia Comunitária, com 17,8%.

Também houve outras denominações, como Arqueologia Indígena e Arqueologia Quilombola, aparecendo em 2,8% dos textos, seguidas de outras que representaram 8,4% da amostra analisada. Na categoria 'outras', enquadrámos denominações como: participativa; etnoarqueologia; decolonial, relacional, antropológica, presente, multivocal, griótica e afro-equatoriana.

⁴³⁴ PAGÁN-JUMÉNEZ, 2004.

Gráfico 3 – Forma pela qual os autores das publicações analisadas identificam a arqueologia em desenvolvimento



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A América Latina, como palco de muitas ações em uma pesquisa arqueológica anticolonial, apresenta formas diferenciadas de denominação destas. A nomeação é conectada ao histórico de terminologias já utilizadas nas pesquisas voltadas a outras áreas do conhecimento. No Gráfico 4, é possível constatar que, no Brasil, a terminologia mais utilizada é arqueologia pública, seguida de colaborativa; por sua vez, a comunitária é mais incomum.

Quando direcionamos nossa análise para os demais países latino-americanos, há um destaque maior para a arqueologia comunitária, seguida da pública. Nesse contexto, a arqueologia denominada colaborativa foi identificada apenas em pesquisas do México e do Peru. A diferença pode ser explicada no histórico de pesquisas anticoloniais na América espanhola, a qual utiliza mais a nomenclatura comunitária, principalmente relacionada a movimentos sociais.

Gráfico 4 – Forma como as pesquisas latino-americanas nomeiam sua arqueologia



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No Gráfico 5, é possível observar o uso de cada nomenclatura ao longo do tempo. Os dados são apresentados bianualmente. Entre os anos de 2003 e 2008, observamos uma diminuição do uso do termo arqueologia pública e a introdução dos termos comunitária e colaborativa.

O termo arqueologia pública teve um índice maior de uso após 2009, chegando a um pico em 2014 e decrescendo de forma leve entre 2016 e 2023. Podemos separar os anos compreendidos entre 2013 e 2016 como os de maior utilização da terminologia. Uma análise focada nesse dado demonstra que entre os anos de 2016 e 2021 tivemos como retorno 16 publicações; destas, apenas 3 são em contextos de licenciamento ambiental, todas produzidas no Brasil. As demais são publicações em forma de artigo e dissertação.

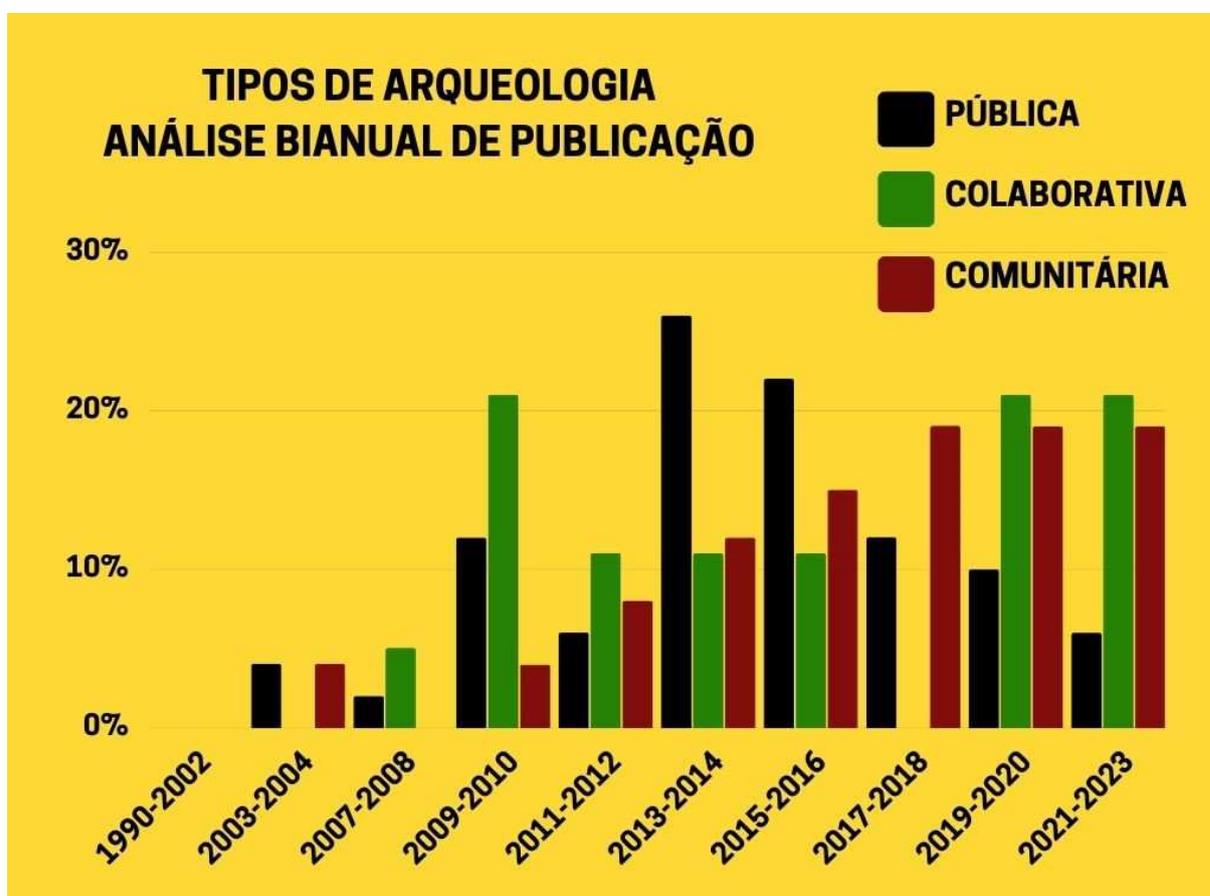
Essa diminuição, se comparada ao período de 2013-2014, pode também estar relacionada aos impactos sócio-políticos vividos no Brasil após o Golpe de 2016 e suas consequências no desenvolvimento científico do país e nas grandes obras de infraestrutura. Segundo a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), o PIB

da construção civil brasileira despencou de 4,5% em 2013 para -10% em 2016, só voltando a crescer substancialmente em 2021. No que compete à construção civil, há a operação Lava-Jato, que impactou severamente a indústria da construção civil brasileira.

Retornando à análise do gráfico, a aplicação do nome arqueologia colaborativa possui oscilação entre os anos de 2009 e 2023. Entre 2009 e 2010 ocorreu um aumento, seguido de uma diminuição e sua estabilização a partir de 2011, estendendo-se até 2018, quando ela voltou a crescer ao patamar de 2009. Por ser o termo mais utilizado no contexto brasileiro, as pesquisas voltadas à arqueologia colaborativa também sofrem um forte impacto no contexto sociopolítico antes mencionado.

A arqueologia comunitária demonstrou uma curva ascendente que tem seu início em 2007, crescendo consideravelmente em 2013 e 2016; pouco depois, alcançou um patamar mais alto, que se mantém até 2023.

Gráfico 5 – Uso das nomenclaturas de arqueologia ao longo dos 20 anos de publicações analisadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Dentre as ações desenvolvidas na América Latina, no Gráfico 6 pesquisas que envolvem as comunidades em mais de uma etapa representam 32,6% das publicações; seguidas de 30,2%, que realizam entrevistas e entendem a comunidade como fonte para a pesquisa. Programas institucionais de educação patrimonial representam 22,1% dos trabalhos, seguidos de 10,5% no âmbito da arqueologia preventiva; e 4,7% direcionados à multivocalização.

Gráfico 6 – Categoria de ações desenvolvidas na América Latina



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

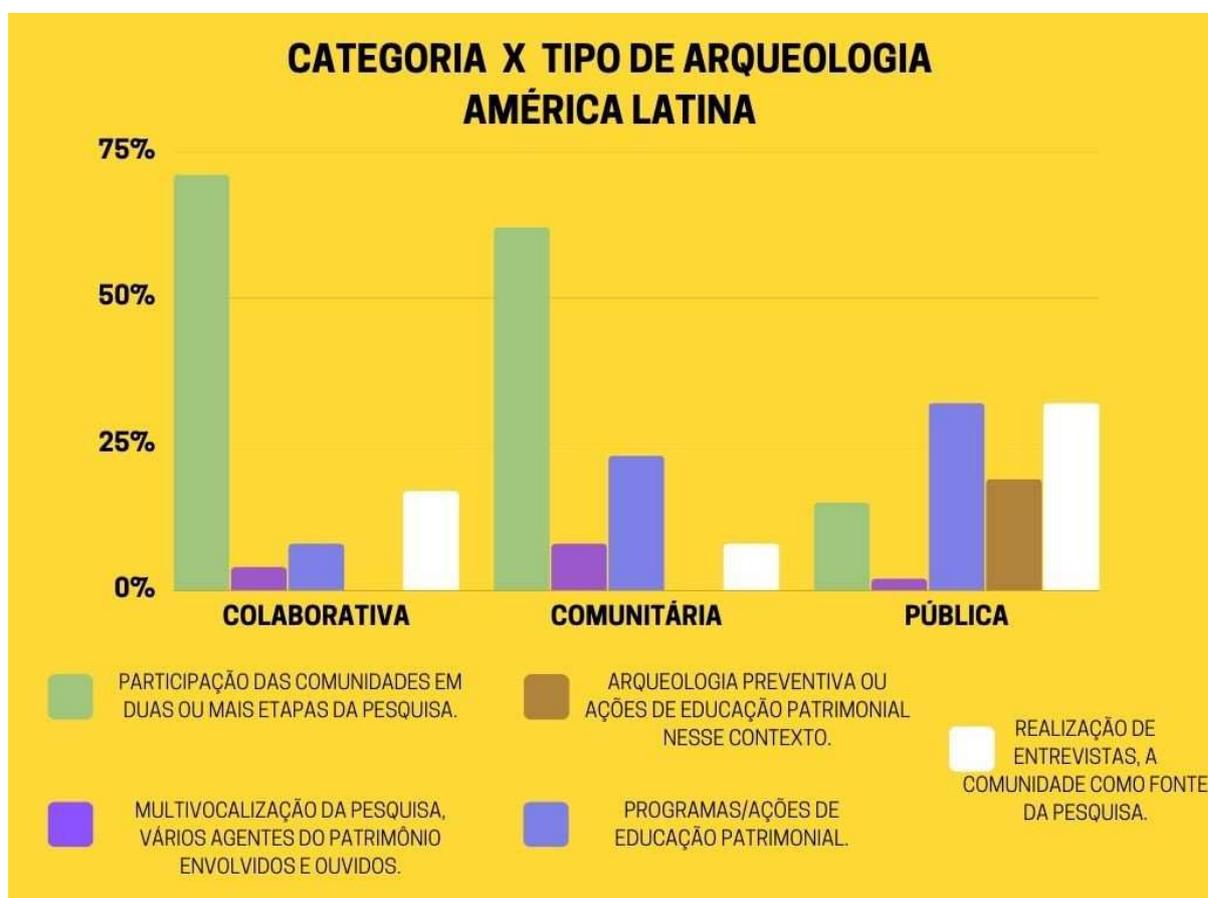
Os dados aqui apresentados se assemelham aos do Gráfico 2, no qual apresentamos as categorias no quadro total de publicações, o que nos indica a dianteira latina nesse desenvolvimento. Entretanto, uma diferença percebida foi o aumento das atividades no contexto contratual da arqueologia, visto que há um crescimento no foco latino-americano. O mesmo comparativo apresenta um aumento de 2% na realização de entrevistas e a diminuição de 1,3% nas ações de multivocalidade do exercício patrimonial.

Já identificamos que a maioria dos trabalhos desenvolvidos na América Latina buscam a participação da comunidade e seu uso como fonte na pesquisa. Os dados apresentados no Gráfico 7 tornam mais compreensíveis os tipos de arqueologia que são realizados e as categorias de ação. As pesquisas que se definem como colaborativas, em sua maioria, promovem a participação das comunidades; a mesma constatação se mostra quanto às pesquisas ditas comunitárias.

Por outro lado, as pesquisas identificadas em arqueologia pública realizam mais ações educativas e entrevistas com as comunidades, seguidas do exercício da arqueologia preventiva. Chama nossa atenção que as categorias de participação e multivocalização são proporcionalmente inferiores nessa tipologia.

Nenhuma das ações defendidas como comunitárias ou colaborativas se referiram à sua realização no contexto empresarial da arqueologia. Assim, podemos dizer que o desenvolvimento da arqueologia preventiva se utiliza mais do termo arqueologia pública, reiterando nossas análises prévias.

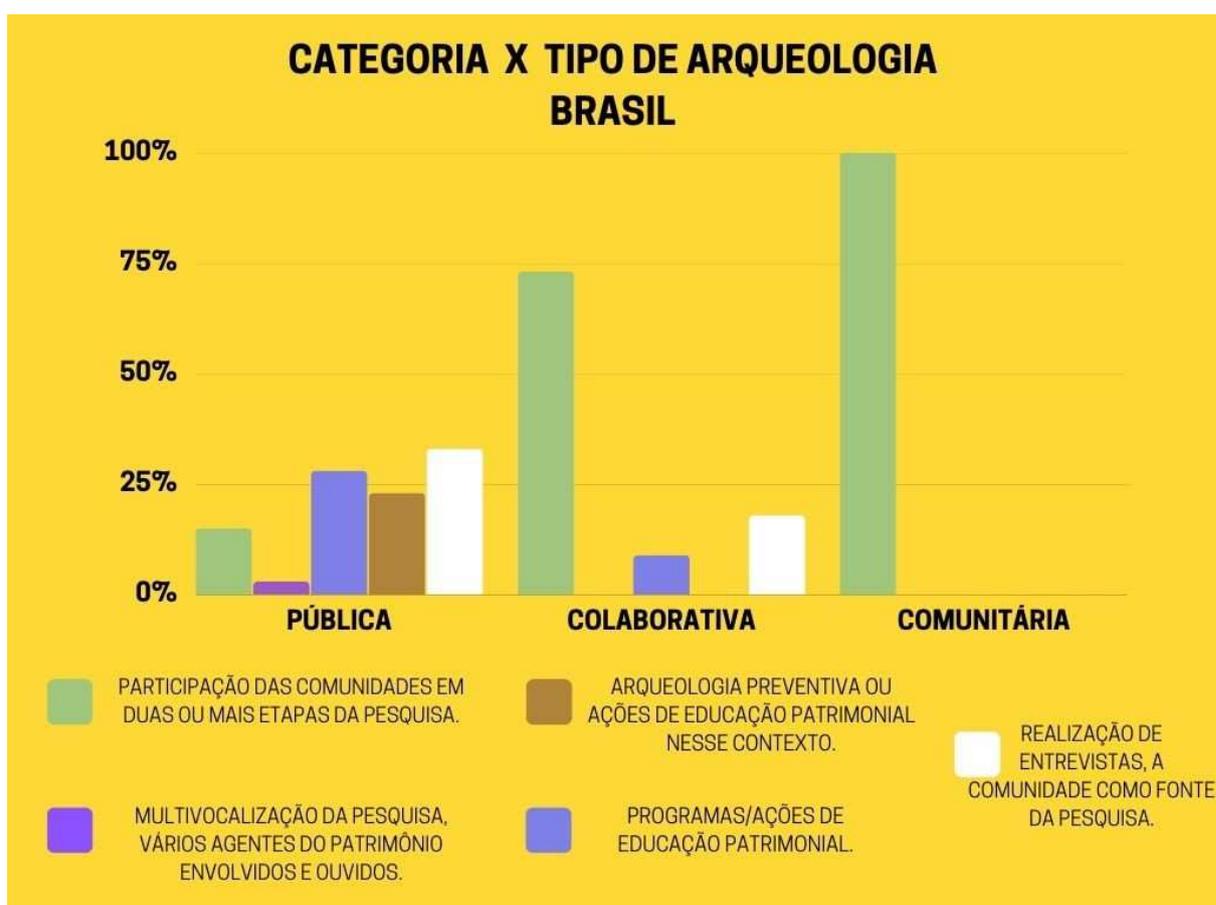
Gráfico 7 – Categorias de ações desenvolvidas por tipo de arqueologia no contexto latino-americano



Quando cruzamos os dados entre países latinos, o Brasil se destaca com 80% das publicações que usam o termo arqueologia pública. Segue a Argentina, com 6%, e os demais países — Cuba, Chile, Guiana Francesa e Peru —, com 2% cada. No âmbito da arqueologia pública, as ações consistiram na realização de entrevistas, programas de educação patrimonial e exercício da arqueologia preventiva.

Destaca-se o fato de que todas as publicações que se colocaram como comunitárias desenvolveram ações envolvendo as comunidades. Quanto à arqueologia colaborativa, quase 75% desta realiza ações com as comunidades em mais de duas etapas, seguida de um percentual inferior a 20%, que entende as entrevistas como uma forma de a comunidade colaborar; e menos de 10% associam a arqueologia colaborativa a programas e ações de educação patrimonial.

Gráfico 8 – Categorias de ações desenvolvidas por tipo de arqueologia no contexto brasileiro



A partir desse momento, a análise começa a observar cada tipo de arqueologia de forma mais atenta e detalhada. O Gráfico 9 apresenta que a maioria

(32,7%) dos trabalhos que se autodefinem como desenvolvedores da arqueologia pública realizam programas ou ações de educação patrimonial. São seguidos de 30,6%, que direcionaram suas ações para a realização de entrevistas com membros da comunidade local. Uma amostra significativa de 18,4% das pesquisas fazia referência ao desenvolvimento da arqueologia preventiva ou de ações/programas de educação patrimonial em seu cerne.

Apenas nesses três primeiros dados, constatamos que 83,4% dos trabalhos apresentados como Arqueologia Pública estão relacionados à divulgação científica, à consulta à comunidade para fins de levantamento histórico e ao desenvolvimento da arqueologia preventiva. O dado reafirma a confusão entre arqueologia pública e socialização/difusão/extroversão do conhecimento arqueológico. Contudo, também nos apresenta um cenário de exercício da arqueologia pública voltada a ações educativas e ao contato com comunidades locais.

Considerando que a intenção de multivocalizar aparece em apenas 2% das publicações, podemos inferir que a produção e difusão do conhecimento científico ocorrem principalmente pelos agentes do patrimônio autorizado⁴³⁵. Por sua vez, uma arqueologia pública preocupada com a integração das comunidades locais no processo da pesquisa, pautada em uma construção coletiva, compõe 16,3% das publicações. Em vista das confusões de sentido e da prática antes discutida, tal percentual representa positivamente uma arqueologia pública que se volta cada vez mais à colaboração e ao protagonismo de grupos locais. É preciso um processo maior de reconhecimento e estímulo a uma arqueologia pública comprometida em um processo de retomada da terminologia.

⁴³⁵ SMITH, 2011.

Gráfico 9 – Categorização das ações em trabalhos denominados como de Arqueologia Pública



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As pesquisas nomeadas como arqueologia colaborativa promovem e incentivam, em 65,4% dos casos, a participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa arqueológica. As pesquisas que se autoidentificam como colaborativas tendem a desenvolver uma colaboração mais integrativa, utilizando o termo de forma mais apropriada.

Percebemos também a existência de um percentual significativo de 19,2% de pesquisas que, por aplicarem entrevistas, entendem a comunidade como colaboradora do processo de construção do conhecimento. Ainda que o ato de entrevistar membros da comunidade consista em um importante passo para uma ciência mais próxima da população, muitas dessas pesquisas não buscam trazer a escuta, a multivocalização ou a polissemia para a produção do conhecimento. Trata-se mais da utilização de memórias individuais, sociais ou coletivas para fins de fonte do que, propriamente, para integrar essas comunidades.

Dando continuidade à nossa análise, foi possível observar o entendimento de que o desenvolvimento de ações/programas de educação patrimonial voltados ao público estudantil, presente em 11,5% da amostra, seria um exemplo de colaboratividade e, portanto, do exercício da Arqueologia Colaborativa. Por sua vez, pesquisas que apresentem ações de multivocalização representam apenas 3,8% da amostra. Contudo, não nos enganemos com tal dado, como já apontado no início desta análise, visto que muitos textos classificados como sendo de participação efetiva da comunidade estavam acompanhados de processos de multivocalização; o pequeno percentual aqui apresentado refere-se a trabalhos que buscam multivocalizar, mas não necessariamente envolvem a comunidade em duas ou mais etapas da pesquisa.

Gráfico 10 – Categorização das ações em trabalhos denominados como de Arqueologia Colaborativa

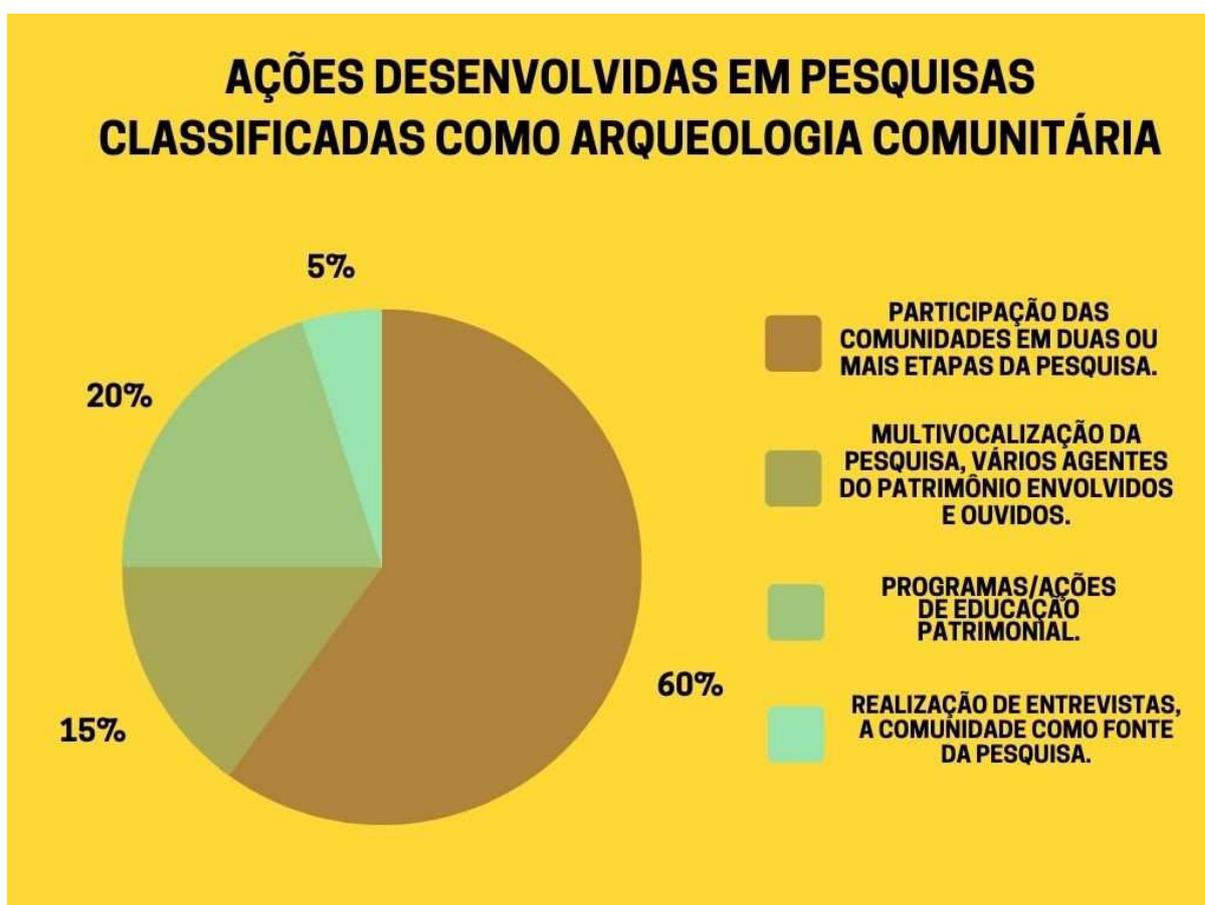


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quanto às pesquisas identificadas com a arqueologia comunitária, 60% buscaram envolver a comunidade, de fato. Cabe pontuar que a arqueologia

colaborativa e a comunitária aparecem como terminologias equivalentes, estando, em muitos casos, ligadas ao pesquisador e sua área de atuação, a escolha do termo. De forma semelhante, as pesquisas classificadas como colaborativas e as pesquisas em arqueologia comunitária se envolvem mais com a multivocalização da pesquisa, constando em 15% delas. Percebemos algo diferente em relação à atribuição colaborativa: o aumento de ações de educação patrimonial em contextos da educação formal que foram classificadas como uma arqueologia comunitária, correspondendo a 20% da amostra. No contraponto, há um número reduzido de pesquisas — 5% — que pensam a participação da comunidade apenas como fontes históricas.

Gráfico 11 – Categorização das ações em trabalhos denominados como de Arqueologia Comunitária



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Talvez, o dado mais relevante do Gráfico 10 e do Gráfico 11 está representado por sua ausência. Nenhum dos trabalhos que se propuseram como de Arqueologia Colaborativa e Comunitária entenderam-na em contextos da arqueologia preventiva ou de contrato. Há, portanto, uma percepção de que a colaboração exige

tempo, esforço, vozes, integração, tratamento das dissonâncias e da vontade, requisitos que a arqueologia contratual, e seu tempo exíguo, aliada aos interesses empresariais presentes, não intenta desenvolver.

Quanto às demais formas de classificação da pesquisa arqueológica, por ter esta um número reduzido, optamos por expô-las em formato de tabela. Observando-as, é possível notar um equilíbrio entre arqueologias preocupadas com a participação efetiva das comunidades e arqueologias que percebem as entrevistas desenvolvidas junto a demais agentes do patrimônio como forma de participação na pesquisa.

Quadro 3 – Outras nomenclaturas utilizadas nas publicações analisadas

| Tipo de arqueologia | Forma de participação | País |
|-------------------------|---|--------------------------|
| Indígena | Participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | Brasil |
| Quilombola | Realização de entrevistas; a comunidade como fonte da pesquisa e participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | Brasil |
| Relacional | Participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | Brasil |
| Multivocal | Realização de entrevistas; a comunidade como fonte da pesquisa. | Brasil e Guiana Francesa |
| Decolonial | Realização de entrevistas; a comunidade como fonte da pesquisa. | Brasil |
| Etnoarqueologia | Realização de entrevistas; a comunidade como fonte da pesquisa. | Brasil |
| Antropológica | Participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | México |
| Participativa | Participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | Brasil e Espanha |
| Griótica | Participação das comunidades em duas ou mais etapas da pesquisa. | Guiana Francesa |
| Afro-equatoriana | Realização de entrevistas; a comunidade como fonte da pesquisa. | Equador |

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

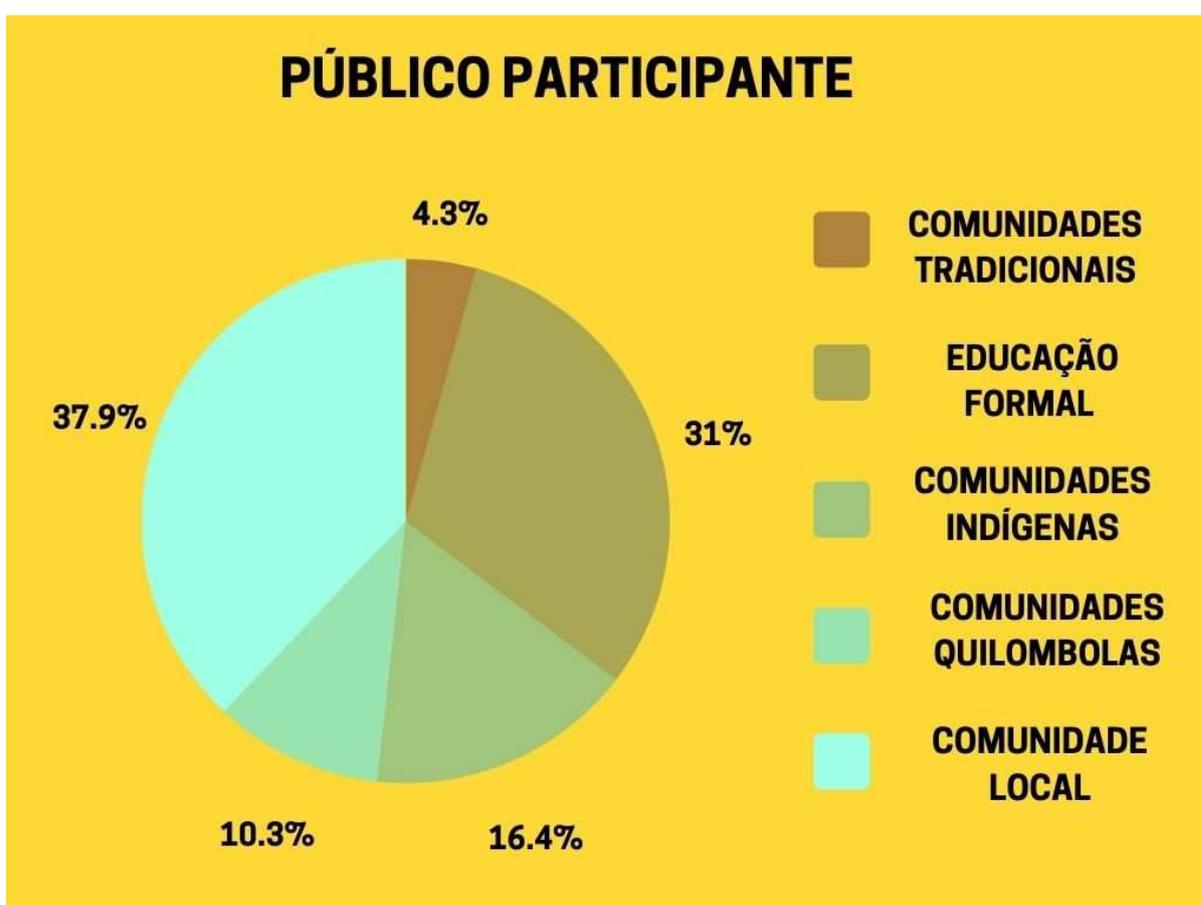
Falou-se tanto em colaboração, participação, multivocalização, mas, afinal, que termos são esses com os quais a arqueologia vem dialogando? Observando o

Gráfico 12, é possível constatar que as comunidades locais estão, em sua maioria (37,9%), presentes nas ações de pesquisa caracterizadas como arqueologia pública/colaborativa/comunitária. Segue-se a esse resultado 31% das ações

direcionadas ao público escolar, realizadas em espaços museais e em demais áreas, formais ou não, reconhecidas pela difusão do conhecimento arqueológico.

Após esses dados, pesquisas junto a grupos indígenas representam 16,4% da amostra; seguidas por 10,3% das ações voltadas à comunidade quilombola ou às demais comunidades afrodescendentes. Outras comunidades tradicionais — ribeirinhos, caboclos — estão presentes em apenas 4,3% das ações aqui analisadas.

Gráfico 12 – Públicos-participantes das ações publicadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A relação entre o público participante e o tipo de arqueologia atribuído pode ser observada no Gráfico 13. As comunidades locais aparecem em destaque, proporcionalmente, em todas as tipologias. O oposto ocorre com as comunidades tradicionais, que estão envolvidas em menos de 5% das ações em arqueologia pública e colaborativa.

Pesquisas colaborativas são desenvolvidas, em sua maioria, com comunidades locais, seguidas de comunidades indígenas e quilombolas.

Principalmente no Brasil, tem aumentado o número de práticas colaborativas junto às comunidades indígenas e quilombolas.

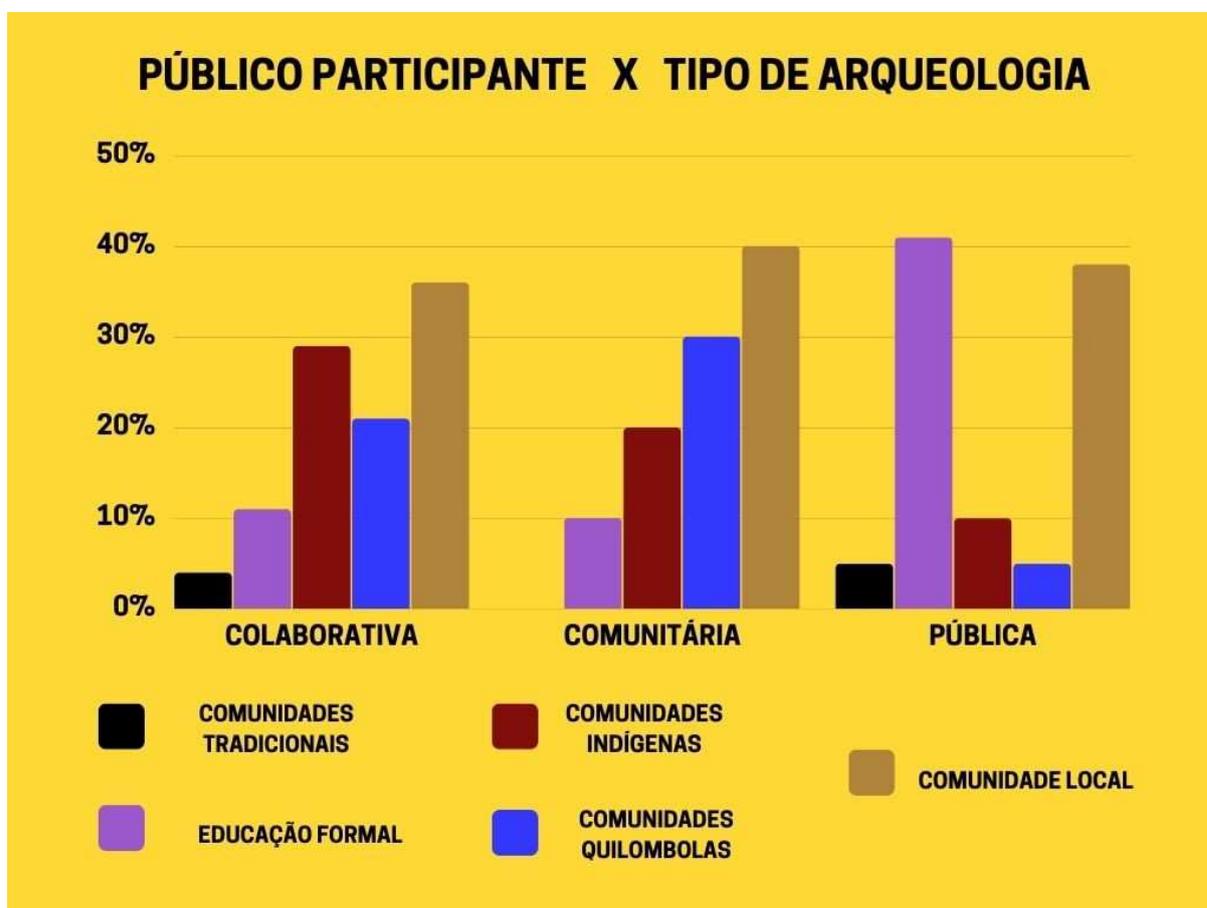
Quanto às pesquisas ditas comunitárias, temos a continuidade da maioria na comunidade local, seguida agora pelas comunidades quilombolas e indígenas, invertendo a posição. Nenhuma delas foi direcionada a outras comunidades tradicionais. Na arqueologia pública, observamos que pouco mais de 40% são direcionadas ao público escolar ou aos demais espaços da educação formal, seguidas da comunidade local. Em contraste, no mesmo item, temos uma redução significativa de grupos indígenas e quilombolas, aparecendo agora com menos de 10% das ações.

Nas pesquisas classificadas como “Arqueologia preventiva ou ações de educação patrimonial nesse contexto”, refletimos acerca do papel da Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. O documento estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais o órgão participa.

Foi estruturado no documento um capítulo específico (Cap III) para a Educação Patrimonial, no qual há a necessidade de construção de um projeto integrado de educação patrimonial que contenha os seguintes pontos: diversidade de público participante — comunidade local, trabalhadores e comunidade escolar, gestores de órgãos públicos localizados na AID do empreendimento; composição de uma equipe multidisciplinar com a obrigação de profissionais da área da Educação; não caracterização de processos educativos pontuais — palestras, ações promocionais, divulgação — como projetos integrados de educação patrimonial.

Diante de um documento que cobra e aponta os caminhos para o que o órgão entende por Educação Patrimonial nos licenciamentos, há de se pensar que isso tem influência significativa nos trabalhos produzidos e publicados após esse ano. Ao observar nosso corpo de análise, utilizando o ano de 2015 como divisor, percebemos um aumento de 50% em Programas de Educação Patrimonial, direcionados à educação formal e/ou comunidades locais, desenvolvidos no âmbito de projetos de licenciamento ambiental. Todos os trabalhos produzidos nesse recorte são classificados como de Arqueologia Pública.

Gráfico 13 – Relação entre o público participante e a tipologia de arqueologia atribuída



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O resultado expressivo de ações voltadas às comunidades locais poderia nos deixar otimistas, principalmente em relação aos objetivos desta tese. Todavia, a maioria dessas ações compreendem o contato da comunidade para fins de entrevistas e produção de fontes históricas, seguidas de ações educativas no contexto da arqueologia preventiva/contratual.

Nos trabalhos que classificamos como participação da comunidade em mais de duas ações no projeto, a comunidade local ou circunvizinha aparece em 13 trabalhos (38% das publicações assim classificadas), dos quais 9 foram desenvolvidos fora do Brasil: Colômbia, Egito, Espanha, EUA, México, Peru e Suécia. Pontuamos, ainda, que as comunidades locais, alvo dessas pesquisas no Brasil, em sua maioria, estão em contextos interioranos, com enfoque para a região amazônica.

Os dados da relação entre comunidades locais e patrimônio arqueológico apresentam um panorama ainda colonialista, mesmo que proposto o contrário. Muitas dessas comunidades servem apenas como fonte de informação à pesquisa ou como

público receptor de ações educativas. Tal constatação se altera quando a direcionamos para outros agentes envolvidos na colaboração.

No intento de exemplificar e valorizar tais ações, apresentamos algumas experiências e pesquisadores que desenvolvem uma arqueologia em conjunto com as comunidades locais. Os trabalhos aqui apresentados também resultam do levantamento bibliográfico e, após leitura e análise, se destacaram pelas estratégias e propostas utilizadas no exercício da colaboração.

No contexto amazônico, o projeto acadêmico OCA — O projeto OCA — Origens, Cultura e Ambiente, vinculado ao Museu Paraense Emílio Goeldi, tem desenvolvido, desde 2014, a colaboratividade junto aos moradores de Gurupá-PA. Perpassando o estudo relacional dos vestígios arqueológicos, o projeto também desenvolve: ações de educação patrimonial; registro de coleções arqueológicas que estão sob a guarda de moradores locais; exercício de curadoria compartilhada e salvaguarda dos materiais identificados; acesso ao acervo documental e bibliográfico produzido no decorrer das pesquisas⁴³⁶.

O projeto chegou a ser premiado na categoria “ações de excelência na preservação do patrimônio cultural material”, em sua 31ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, no ano de 2018. A partir de 2016 e 2017, intensificaram-se os encontros e ações junto às comunidades locais — dentre elas, duas comunidades quilombolas. Em busca de uma maior e organizada participação, um grupo de cerca de 20 pessoas foi formado por iniciativa dos locais, voltado à salvaguarda do patrimônio cultural. Tal coletivo se autodenominou “Nós, os Guardiões” e participa ativamente no planejamento e na execução de ações, entre elas a curadoria compartilhada da exposição no Forte Santo Antônio de Gurupá⁴³⁷.

Um dado interessante, apresentado pelos pesquisadores, consiste na apropriação, pelos moradores do projeto OCA, do que agora é denominado como “nosso projeto” e não mais como o projeto do museu. Essa é uma demonstração do quão transformador é o processo de colaboração para as comunidades locais e para os pesquisadores e a ciência. Uma ação que parte da academia, devido a uma demanda arqueológica científica em prol da identificação e da preservação dos sítios

⁴³⁶ LIMA, Helena Pinto *et al.* Oca, origens, cultura e ambiente: uma proposta de arqueologia colaborativa em Gurupá/PA. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 96-128, 2020. p.99.

⁴³⁷ *Ibid.*, p.119-120.

arqueológicos — quando desenvolvida a partir do entendimento de sua função social — implode os muros acadêmicos, deixando entrar outras vozes, outros agentes, outros responsáveis por esse legado.

O exemplo acima se aproxima muito do que vem sendo desenvolvido com a comunidade vizinha dos sambaquis Capivari I e Capivari II. Uma inquietação acadêmica, em um contexto de produção de um doutoramento, que tem como princípio o exercício da multivocalização. Construiu-se um grupo de moradores — autodenominado “Nosso sambaqui” —, que desde então vem pensando melhorias para o espaço dos sítios. O projeto também traz outras vozes, outros agentes do patrimônio: estudantes extensionistas, comunidade escolar, entes da gestão pública nas três esferas do conhecimento e entidades do setor privado. A arqueologia colaborativa é um processo longo, contínuo e persistente, mas, talvez, daqui há algum tempo, o projeto “Tem um sambaqui na minha rua!” deixe de ser o projeto da Bruna para ser o “nosso projeto”, apropriado pela comunidade local.

Outro exemplo de uma arqueologia engajada com as comunidades locais são os trabalhos de Márcia Bezerra junto aos coletivos da vila de Joanes, na Ilha do Marajó. Bezerra direciona o olhar da pesquisa para a produção de sentido de grupos contemporâneos acerca dos artefatos do passado. A autora defende que tal apropriação da cultura material compõe uma singular forma de fruição com o passado, estabelecido por essas comunidades⁴³⁸. Para a pesquisadora, ainda que tenha surgido toda uma gama de arqueologia engajada e decolonial, a maioria não aborda a experiência sensorial e a conexão entre as pessoas e as coisas (arqueológicas).

A defesa dessa visão teria iniciado em 2008, quando a autora começou a ter contato com vários coletivos do Pará. A relação que as pessoas estabelecem com os sítios e artefatos arqueológicos vai de encontro com o discurso patrimonialista que antagoniza preservação e comunidades locais. Nesse contexto, até mesmo pode ser criticada uma perspectiva da ciência decolonial, que, no processo de envolvimento e escuta das comunidades locais, não escuta ou desprestigia as narrativas construídas por essa relação.

Ouvi histórias de assombrações que circundam os sítios; da “terra falsa” que esconde um tesouro e uma maldição; dos objetos que caem do céu, como os machados polidos; das coisas que nascem na terra, como cacos de cerâmica; das moedas que eram dos índios. Essas e outras interpretações se repetiam

⁴³⁸ BEZERRA, 2013.

em vários lugares, o que indicava certa ressonância do imaginário amazônico, que é povoado por seres e tesouros encantados. Constatei que os moradores com os quais trabalhava, assim como eu, observavam, descreviam e interpretavam os objetos e os lugares arqueológicos. Isso me fez reconhecer a complexidade e a potência dessas outras epistemologias sobre a cultura material arqueológica⁴³⁹.

No desenvolvimento da colaboratividade junto à comunidade local, também ouvimos histórias de assombração, potes de ouro enterrados, pedras de raio, artefatos recolhidos em coleções pessoais — acompanhados da tristeza, devido a algum representante da universidade ter levado e o antigo proprietário desconhecer sua localização atual —, jogo de bola no sítio, árvores de sombra e cenário fotográfico. Ouvir, registrar e considerar a relação estabelecida entre comunidade e patrimônio arqueológico fazem parte do processo de decolonização da arqueologia, afinal você não chega à casa de alguém — nós somos o outro para determinadas comunidades — e ignora o conhecimento quando não o diminui de seu anfitrião.

Os exemplos acima são exercícios colaborativos estruturados, todavia isso não ocorre na maioria dos trabalhos que se propõem como colaborativos ou comunitários. Dos trabalhos dedicados à multivocalização do patrimônio, com o envolvimento de vários agentes nos processos de gestão patrimonial, em apenas 5 a comunidade é apresentada como voz ativa. Destes, apenas um é em contexto brasileiro, os demais foram realizados na Inglaterra, México, Islândia e Peru.

Aqui, também consideramos importante, além de dados, apresentar pesquisas reconhecidas por sua integração com as comunidades tradicionais. Voltados aos povos indígenas brasileiros, são destaque os trabalhos realizados por Fabíola Andrea entre os Asurini do Xingu, na T.I., e Koatinemo ou Kuatinemu, no Pará. Esse caso, que começou em 2010 como uma pesquisa arqueológica ou etnoarqueológica⁴⁴⁰, transformou-se em uma pesquisa arqueológica colaborativa.

O objetivo da pesquisa era localizar os antigos assentamentos Asurini às margens do igarapé Ipiaçava. Para tanto, os arqueólogos e os Asurini protagonizaram o projeto, perpassando sua “elaboração, organização logística, cronograma de atividades e [...] interpretação dos vestígios materiais encontrados”⁴⁴¹. Fabíola é reconhecida na arqueologia brasileira como referência de uma arqueologia indígena e colaborativa.

⁴³⁹ BEZERRA, p.13, 2017.

⁴⁴⁰ Definição apresentada pelos autores em publicação de 2011.

⁴⁴¹ SILVA *et al.* 2011.

Continuando a exemplificar a relação com as comunidades indígenas, trazemos a pesquisadora Juliana Salles Machado, que tem desenvolvido projetos de arqueologia colaborativa e indígena junto aos Laklãnõ, no Estado de Santa Catarina. As ações desenvolvidas até então foram: mapeamento colaborativo; levantamentos de lugares de memória; entrevistas estruturadas e semiestruturadas; documentação de festas e eventos; participação em rodas de conversa; acompanhamento de grupos de trabalho de artesãos; realização de oficinas de capacitação audiovisual; visitas com representantes indígenas a arquivos históricos, reservas técnicas e exposições de museus, com vistas a visitar coleções arqueológicas, etnográficas e demais acervos relacionados à história do grupo; realização de palestras e exibição de filmes⁴⁴².

Juliana Machado, outra referência de uma arqueologia colaborativa com grupos indígenas, também incentiva e orienta estudantes indígenas em sua formação acadêmica; estes, por sua vez, irão contribuir com os anseios de seu povo e escrever sua própria história. Entre as orientações realizadas, destacamos o recente trabalho dissertativo produzido por Walderes Coctá Priprá de Almeida (2021), que pesquisou, por meio de uma arqueologia indígena colaborativa, os caminhos e lugares de memória dos Laklãnõ em Santa Catarina. Walderes foi a primeira indígena no país a defender um título de pós-graduação na área de Arqueologia, o que resultou em seu reconhecimento por meio do Prêmio de Excelência em Mestrado 2021, concedido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

Saindo do contexto brasileiro, trouxemos um exemplo desenvolvido na Colômbia. O projeto “Bëngbe Benacheng” (Our paths): Collaborative Cultural Heritage Management with the Camëntsá People, por meio da colaboração com povos indígenas, discute o patrimônio cultural e as instituições museológicas. O projeto tem como ponto de partida a forma autoritária pela qual o Estado lidou com uma das manifestações culturais indígenas.

O governo colombiano estruturou um “Plano Especial de Salvaguarda do Bëtschnaté”, que é o ritual mais importante do povo Camëntsá. Ele foi apropriado pelo Estado como patrimônio imaterial, e, segundo o plano, uma estrutura hierárquica do Estado foi criada para tomar decisões que o envolviam, tirando o protagonismo indígena⁴⁴³.

⁴⁴² MACHADO, 2017.

⁴⁴³ (Miranda; Suárez, coletivo Ayentš, 2020).

Junto a essa problemática acerca do patrimônio imaterial institucionalizado, os autores direcionaram a discussão e as ações de seu projeto para a exposição do Museu de Sibundoy. Nesse espaço museal, construído com itens advindos de catequizadores, saqueadores e colonizadores, os Camëntsá estão representados como itens congelados em um passado pré-colonial, associados a artefatos e remanescentes ósseos humanos considerados desse tempo profundo. A narrativa museológica finda por não conectar os povos indígenas com seu passado ancestral, promovendo uma descontinuidade histórica.

Constatado isso, o projeto trouxe os Camëntsá para dentro do museu, a fim de promover uma exposição — temporária — com curadoria colaborativa junto ao coletivo indígena Ayentš. A exposição foi desenvolvida em 2019 e nomeada Ilamó Ayentš (Espaço Vivo). Devido ao sucesso da exposição, a sequência da ação conteve produções artísticas indígenas que seriam também expostas. Todo o movimento do projeto pautou-se na necessidade de uma autorrepresentação indígena, desafiando as interpretações coloniais e exóticas desses povos.

O levantamento bibliográfico trouxe à tona uma América Latina produtora de arqueologias diferentes, produzidas e publicadas no cerne de suas instituições de pesquisa. No caso brasileiro, são vários os exemplos de arqueologias públicas, colaborativas, comunitárias, indígenas ou quilombolas, demonstrando que temos o nosso jeito de pensar uma arqueologia mais engajada com as diversas sociedades e culturas que compõem esse país.

O levantamento foi direcionado aos bancos de dados que continham produções de pós-graduação e artigos e revistas. Todavia, entendemos que eles não compreendem a totalidade das ações em arqueologia pública; muitas publicações e revistas não constam nesses bancos ou não retornam na busca devido a erros de cadastro. Ainda que não tenham retornado na pesquisa, talvez por serem livros ou pela sua recente publicação, gostaria de deixar registrada a produção de outros materiais que versam sobre o assunto e que foram, inclusive, importantes para a discussão teórica aqui proposta.

Esse é o caso, por exemplo, do livro “A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito”, publicado em 2017 e organizado por Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues e Pedro Paulo Abreu Funari. Ao longo dos nove capítulos, deparamo-nos com discussões teóricas

acerca da função pública da arqueologia, envolvendo, inclusive, o patrimônio subaquático, bem o contexto de licenciamentos ambientais.

Na publicação, destacamos dois capítulos que apresentam práticas colaborativas envolvendo comunidades. O primeiro, uma produção decolonial com três autores indígenas — Jóina Freitas Borges, Sebasião Ovildo dos Santos (Sezinho Tremembé) e José Getúlio dos Santos (Getúlio Tremembé) —, nos apresenta o percurso da apropriação do patrimônio arqueológico, denominado de *taperas* pelos indígenas no contexto apresentado, pelos Tremembé, como forma de resistência na contemporaneidade.

O conhecimento em relação aos sítios arqueológicos, hoje, está mais presente em nosso cotidiano, devido ao fato de essa questão estar sendo bastante discutida em sala de aula e em reuniões com a comunidade. Isso torna mais fácil a preservação dos sítios, pois, com o conhecimento em mão, o povo pode se organizar melhor e lutar pelo que é seu por direito, ou seja, os sítios arqueológicos, que são vestígios deixados por nossos ancestrais mais velhos em lugares que eles residiram por anos.

Assim, é na memória das lideranças, das pessoas mais velhas, que os vestígios arqueológicos ganham vida e significados que vão além dos funcionais ou simbólicos. As memórias trazem histórias do cotidiano dos ancestrais, mas estão imbricadas pelo presente de lutas e de conflitos pela terra. Essas memórias são constantemente trabalhadas a parir das demandas atuais, então os sítios arqueológicos são apropriados à construção de uma história dinâmica e militante⁴⁴⁴.

A patrimonialização de espaços simbólicos, representativos da memória e da imaterialidade daquele povo, são entendidos como ferramentas políticas. Não que os sítios arqueológicos (*taipas*) registrados em suas terras ou próximas a elas não sejam considerados relevantes, pelo contrário; mas, agora, a categoria patrimônio arqueológico é apropriada pelo grupo indígena, mais um exemplo da categoria patrimonial de *ida e vuelta*.

Outro capítulo de destaque é o da pesquisadora Marian Helen Rodrigues, denominado “Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade local: educação, valorização, fruição social e perspectivas futuras – o caso do município de Coronel José Dias (PI)”. No texto, há uma crítica quanto à formação do parque estadual, no que tange à comunidade local de Coronel José Dias. Ao longo da implementação do parque, vários projetos foram iniciados e descontinuados; os locais que possuíam uma

⁴⁴⁴ BORGES *et al.*, 2017, p. 89-90.

relação profunda com os sítios arqueológicos não foram os alvos iniciais das ações educativas.

O resultado dos dados levantados por Marian em sua dissertação e a problematização da forma de implementação do parque foi a criação, em 2013, do Instituto Olho D'Água (IODA), projeto estruturado na e pela comunidade local. O instituto visa à conciliação entre preservação da paisagem cultural e atividades “empreendedoras que promovam a participação simétrica de todos os envolvidos, parindo de iniciativas de dentro da comunidade”⁴⁴⁵.

A recente publicação⁴⁴⁶ da Revista de Antropología del Museo de Entre Ríos – Argentina dedica o volume ao desenvolvimento da arqueologia pública sul-americana. Conta com nove artigos de pesquisadores brasileiros, argentinos, uruguaios e venezuelanos e prólogo das pesquisadoras brasileiras Leilane Lima e Mirian Carbonera.

Há artigos que versam sobre arqueologia e empreendimentos, legislação patrimonial, patrimônio museal e práticas decoloniais, práticas arqueológicas com comunidades locais. Alguns já foram identificados em publicações anteriores, não de forma idêntica, mas apresentam o mesmo caso/situação/território/comunidade. Dentre os artigos, destacamos dois que apresentam ações de colaboração com as comunidades locais.

O primeiro artigo é intitulado “Arqueología pública o los usos sociales de la arqueología en Venezuela”, de autoria de Gladys Gordones Rojas. Nele, o autor faz uma discussão acerca da arqueologia venezuelana, enfatizando que a arqueologia pública não teve impacto no campo de discussão epistêmico, ético-político, muito menos no lugar que esse termo ocupa no exercício da profissão de arqueologia.

Para tanto, o autor apresenta um caso de participação comunitária em um projeto arqueológico desenvolvido pelo Museo Arqueológico de la Universidad de Los Andes. O caso consiste em ações desenvolvidas com a comunidade de Llano del Anís, município de Sucre, do Estado de Mérida, região na qual foram descobertos vestígios de megafauna pleistocênica associada a utensílios de caça.

Durante os quatro anos de trabalho de campo, foram realizadas várias reuniões com a comunidade. Desse projeto, em 2011, criou-se o Parque Paleoarqueológico de Llano del Anís. Com a criação do parque, abriu-se possibilidade

⁴⁴⁵ RODRIGUES, 2017, p. 99.

⁴⁴⁶ Referente a dezembro de 2022, mas publicada em maio de 2023.

econômica para a comunidade, por meio do turismo. O patrimônio arqueológico se tornou um elemento de identidade daqueles que se reconhecem como descendentes dos povos indígenas que habitavam a região. Mais de seis grupos assim se identificaram; deu-se início a uma disputa local que teve no projeto do parque um espaço para lidar com essas dissonâncias.

No projeto do Parque Paleoarqueológico a proposta era de que o legado patrimonial fosse gerido pela própria comunidade, organizada para fins educacionais e econômicos. Para tanto, foram promovidos *workshops* para alunos e professores, realizadas reuniões com os Conselhos Comunitários e com as demais entidades da sociedade civil, assim como visitas guiadas com grupos de jovens. Todo esse trabalho promoveu a valorização das comunidades e a organização, acompanhada de cobrança de estruturas sociais que foram negligenciadas pelo poder público venezuelano⁴⁴⁷.

O segundo artigo é um exercício em território brasileiro, intitulado “Arqueología comunitaria y patrimonio en los palafitos precoloniales de Maranhão: un trabajo colectivo”, de autoria de Alexandre Guida Navarro e Pedro Paulo Abreu Funari. O artigo relata a experiência colaborativa da equipe do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal do Maranhão (LARQ-UFMA) com moradores próximos às palafitas pré-coloniais na Baixada Maranhense. A colaboração envolveu ações de divulgação com a comunidade escolar (palestras) e local, aliadas ao envolvimento desses grupos nas ações de campo desenvolvidas. Em trechos do artigo, os autores defendem o processo educativo como uma forma de ensinar esse passado indígena, promovendo a identificação e a preservação dos sítios.

Segundo os autores, a principal participação da comunidade consiste no mapeamento dos sítios arqueológicos, atividade que tem continuidade no âmbito do projeto realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), liderado pelo Laboratório de Arqueologia (LARQ) e pela unidade escolar Tancredo Neves, do município de Penalva. Participam desses mapeamentos pesquisadores, estudantes, professores e pescadores locais.

Trouxemos alguns exemplos a fim de apresentar qualitativamente ações em desenvolvimento na América Latina. Muitos contribuíram para o direcionamento de nossas ações; outros tantos nos alertaram sobre a necessidade de continuar nesse

⁴⁴⁷ ROJAS, 2022, p. 19-20.

caminho, fortalecendo a perspectiva anticolonial. As comunidades estão envolvidas em maior ou menor grau. Todavia, o levantamento como um todo apresentou poucas ações que, de fato, envolviam as comunidades locais.

De posse do material levantado e das referências estudadas, nosso entendimento de uma Arqueologia Colaborativa é aquele que envolve a(s) comunidade(s), não só nas etapas de uma pesquisa de campo, mas também na construção do conhecimento, gestão, preservação e desenvolvimento do patrimônio arqueológico. As ações intentam equidade de vozes, em busca da desconstrução do patrimônio autorizado, aliada ao respeito, à parceria e incentivo e à autonomia da comunidade participante.

A multivocalização se orienta para os vários agentes do patrimônio — academia, instituições, comunidade, poder público, iniciativa privada, entidades do terceiro setor, entre outros —, ciência da dissonância patrimonial. Cabe ao pesquisador procurar essa polifonia e gerenciar a discordância eminente, de forma a ser um ente contribuinte ao lado mais vulnerável dessas relações, as comunidades locais.

6 A COLABORATIVIDADE EM CONSTRUÇÃO

Há um crescente espaço de discussão acerca da produção científica, em especial nas ciências humanas, sobre o desafio e a necessidade de um pensar e fazer anticolonialista. Por entender que as bases que erigiram a construção científica do conhecimento são essencialmente colonialistas, posicionar-se e agir em oposição a elas é um importante passo, todavia extremamente desafiador.

O anticolonialismo é um processo moroso, um verdadeiro exercício de persistência e resistência. Ainda assim, não tem conseguido modificar as estruturas postas, na medida em que permanecemos respondendo às demandas acadêmicas tradicionais. Não obstante, caminhar em direção à saída da zona tradicionalmente estabelecida, ao modificar teorias e práticas, é extremamente necessário.

Pautado nesse entendimento, este capítulo apresenta a colaboração, de ações conjuntas e integradas, entre a Arqueologia e a comunidade vizinha aos sítios Capivari I e Capivari II. Tal exercício não parte de um modelo pré-estabelecido; encontra-se imbuído em tentativas, erros, mudanças e permanências, ações colonialistas e anticolonialistas.

Inquietas com a tradição de um fazer científico, que não só sobrepõe seu discurso como também se nega a escutar os demais, desafiamo-nos no exercício da colaboração. Poderíamos ter realizado apenas entrevistas quantitativas (como foi feito), trazido algumas entrevistas orais (como também foi feito), defendendo essas ações como consulta ou colaboração da comunidade. Todavia, em nosso entender, não estaríamos tratando de colaboração.

A construção por meio da colaboração gera insegurança e medo para nós e para os que caminham conosco, a comunidade local. Tantos anos de isolamento por cercas, placas, proibições, multas, desvalorização de seu conhecimento, tudo isso aliado a uma perspectiva contemporânea de pensar e agir de forma individualista torna o fazer colaborativo inovador, desafiador e desconfortável para essa comunidade.

Os moradores estão acostumados a berrar para que os gestores públicos os escutem. Não foi diferente no início desse exercício conosco, afinal integramos a estrutura colonialista que os distancia, os silencia, os coíbe e os penaliza.

As ações aqui apresentadas foram desenvolvidas entre os anos de 2021 e 2023. Não representam o fim da colaboração, apenas o final de um protocolo

acadêmico necessário, a escrita e a apresentação da tese. Entre as ações que foram desenvolvidas estão: aplicação de formulários; entrevistas gravadas; criação de um grupo de moradores; ações educativas com a comunidade local e a comunidade escolar; reuniões e apresentação das ações para entidades públicas e privadas.

Na perspectiva da comunidade local, todas estas ações desenvolvidas ao longo de dois anos, está além do documento acadêmico que aqui se apresenta. A importância é dada para todas as ações realizadas, com especial atenção para a continuidade destas. Para tanto, estruturamos a primeira versão do “Programa de Valorização, Educação e Preservação dos Sambaquis Capivari I e Capivari II”, construído de forma colaborativa. O programa é um lastro da continuidade de nossas ações, tanto para seu aperfeiçoamento quanto para a implementação processual das ideias propostas.

6.1 EXERCITANDO A ESCUTA: A COMUNIDADE LOCAL E O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O primeiro passo em direção à colaboração foi a escuta da comunidade local, feita por meio de formulários aplicados e entrevistas orais gravadas. Quanto às entrevistas, já as apresentamos no primeiro capítulo, uma vez que foram elemento importante para a história territorial em que os sítios arqueológicos estão implantados.

Ainda que nas entrelinhas interpretativas sejam trazidos os testemunhos horais, nossa proposta é apresentar o resultado quantitativo, referente aos formulários aplicados. Além disso, foi somente a partir da aplicação dos formulários que tivemos a oportunidade de conhecer aqueles que seriam entrevistados e seguiriam conosco no projeto.

O início das ações de campo era previsto para o ano de 2020, contudo, em vista da situação pandêmica que se apresentou, reestruturamos nosso planejamento para o segundo semestre de 2021. Em busca da continuidade em uma época de grandes transformações, empenhamo-nos na realização de ações on-line. Realizamos formulários on-line, *flyer* de divulgação da pesquisa, conversas com turmas da educação básica de escolas da região e a entrega de formulários para estudantes e familiares.

Mas isso não era suficiente. Precisávamos do contato, frente a frente, com a comunidade, para conhecê-la e nos tornarmos conhecidos, tomando um café,

escutando histórias relacionadas ou não ao tema, sentindo a potência do contato humano. Foi só a partir do segundo semestre de 2021, ainda mantendo todas as orientações sanitárias, que nos sentimos seguros para iniciar tal processo.

Para fins de apresentação do processo colaborativo, estruturamos uma sequência temporal. Esta inicia com a aplicação dos formulários e a interpretação dos dados, findando com o programa construído de forma colaborativa.

6.1.1 Aplicação de formulários

Os formulários objetivaram entender a relação da comunidade com o espaço dos sítios arqueológicos. Para tanto, as questões foram direcionadas a identificar histórias, angústias, expectativas, afetividade ou repulsa acerca da área em questão.

Entre os meses de setembro e dezembro de 2021, foram aplicados 215 formulários com a comunidade local. Essa etapa foi desenvolvida por mim, junto a colegas e estudantes bolsistas de extensão do Grupep/UniSul. Os entrevistadores estavam identificados com coletes marrons do grupo de pesquisa e seguindo os protocolos sanitários à época ainda exigidos — uso de máscara e distanciamento.

Percorremos duas vezes a área (

Figura 21) delimitada: ao norte, pela Rua João Rodrigues Martins; ao leste, pela Rua General Osvaldo Pinto da Veiga; ao oeste, pela Avenida Nereu Ramos; ao sul, pela Rua Maria da Silva Alves (rua do Sambaqui Capivari I). Na região, há 372 construções (verificadas pela imagem aérea e pelo limite dos terrenos), aproximadamente, com um significativo número de pequenas empresas de produção e atividade de comércio.

Considerando que o bairro Centro — o segundo mais populoso do município — possui 4.564 moradores⁴⁴⁸, nossa amostra corresponde a 5% dos moradores. Contudo, é preciso considerar que cobrimos toda a área vizinha aos sítios arqueológicos. Ainda que ela faça parte do bairro Centro, está distante da área mais central, podendo ser entendida como uma comunidade própria dentro do bairro. A região pesquisada é local de alguns dos moradores mais antigos. A malha urbana ao leste da área delimitada resulta de um dos novos loteamentos do município.

⁴⁴⁸ CENSO, 2010.

Figura 21 – Delimitação da área de aplicação das entrevistas



Fonte: Captura feita do Google Earth em fevereiro de 2022. Imagem Google de 8/5/2021.

Os formulários foram realizados sempre às sextas-feiras, durante o dia, todavia, como muitas casas estavam fechadas, devido ao horário de trabalho, também os aplicamos em alguns sábados pela manhã. Nas imagens abaixo, registramos a aplicação dos formulários.

Figura 22 – Entrevistas realizadas na comunidade



Fonte: Acervo da autora, 2021.

O formulário de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética e Pesquisa da Universidade do Sul de Santa Catarina, no dia 31 de agosto de 2020, sob o código **CAAE**: 34190520.5.0000.5369, e aprovado no dia 6 de setembro do mesmo ano, no contexto de uma bolsa de iniciação científica — orientada por esta autora — no início de 2020, na mesma universidade. Mas, como já dito, não foi possível sua aplicação nesse mesmo ano.

Para a aplicação dos formulários, optamos por reduzir o número de perguntas existentes na primeira versão. A entrevista ficou mais objetiva, diminuindo seu tempo de aplicação. O formulário foi composto por seis questões abertas (dissertativas), algumas complementares às perguntas optativas, e sete questões fechadas (optativas), como visto no Quadro 4.

O formulário inicia com questões gerais acerca da categoria Patrimônio Cultural e os sítios arqueológicos sambaquis. Posteriormente, temos questões direcionadas ao conhecimento sobre os sambaquis Capivari I e Capivari II. Caso o entrevistado viesse a responder que não conhecia os sambaquis pesquisados (questão 5), a entrevista se encerrava, pois as demais questões eram direcionadas à relação entre a comunidade e os sítios arqueológicos.

Quadro 4 – Questões presentes no formulário aplicado na comunidade
(Continua)

| |
|---|
| Cabeçalho com a identificação das/dos entrevistados, contendo nome (apenas o primeiro nome, para fins de diálogo no processo de entrevista), idade, profissão e grau de escolaridade |
| <p>1ª Pergunta – Pergunta aberta</p> <p>O patrimônio cultural pode ser um lugar, uma construção, objetos, saberes, manifestações populares, tradições que são reconhecidas por sua importância histórica e cultural. O que você consideraria como Patrimônio Cultural no município de Capivari de Baixo? E no seu bairro?</p> |
| <p>2ª Pergunta – Pergunta fechada com pergunta complementar aberta.</p> <p>Você sabe o que é um Sítio Arqueológico Sambaqui?</p> <p>() Sim () Não</p> <p>Caso sim, você saberia informar quais objetos podem ser encontrados em sítios arqueológicos sambaquis?</p> |
| <p>3ª Pergunta – Pergunta fechada</p> <p>Você já visitou um sítio arqueológico sambaqui?</p> <p>() Sim () Não</p> |

(Conclusão)

4ª Pergunta – Pergunta fechada

Você conhece os sambaquis Capivari I e Capivari II, no município de Capivari de Baixo?

Sim Não

5ª Pergunta – Pergunta fechada

Para você, os sítios arqueológicos Capivari I e Capivari II são relevantes para a história do município de Capivari de Baixo?

Sim Não

6ª Pergunta – Pergunta aberta

Teria alguma lembrança nos sambaquis Capivari I e Capivari II que você gostaria de compartilhar conosco?

7ª Pergunta – Pergunta fechada com pergunta complementar aberta.

Você considera importante a preservação dos sambaquis Capivari I e Capivari II?

Sim Não

Caso sua resposta tenha sido "sim" para pergunta anterior, por quê?

8ª Pergunta – Pergunta fechada

Como você percebe a situação atual dos sambaquis Capivari I e Capivari II?

Preservados Abandonados

Bom estado, mas poderia haver melhorias Desconheço a situação atual

9ª Pergunta – Pergunta aberta

Quais ações você considera importantes para a preservação dos sítios arqueológicos e para o benefício da comunidade próxima aos sítios?

10ª Pergunta – Pergunta fechada

A quem você atribui responsabilidade pelos cuidados com os sambaquis Capivari I e Capivari II?

Parque Ambiental Encantos do Sul Comunidade vizinha aos sítios arqueológicos

Universidades Toda a sociedade

Pesquisadores

Prefeitura de Capivari de Baixo Órgãos públicos, como IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e FCC – Fundação Catarinense de Cultura.

11ª Pergunta – Pergunta aberta

Você tem interesse em participar de um grupo de moradores formado para pensar a preservação e o uso do espaço dos sambaquis Capivari I e Capivari II? Caso tenha interesse, deixe seu e-mail e/ou telefone, que entraremos em contato.

Do total de respondentes, 134 se identificam com o gênero feminino e 81, com o masculino; nenhum entrevistado optou por outros e indicou qual viria a sê-lo. Percentualmente, temos um público participante composto por 62% de mulheres e 38% de homens. Com relação à idade dos entrevistados, optamos, para fins de tabulação e análise, dividi-los segundo o critério psicológico etário de Jovens, Adultos e Idosos:

Quadro 5 – Divisão etária segundo critério psicológico

| | |
|----------------|--------------------|
| Jovem | até 19 anos |
| Adultos | 20 a 59 anos |
| Idosos | acima de 60 anos |

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O público participante é composto por 59% de adultos, 27% de idosos e 14% de jovens. Podemos observar que mais da metade dos entrevistados é adulto, contendo entre 20 e 59 anos, seguido de participantes idosos. O percentual significativo de jovens pode ser entendido como aqueles que participaram das atividades no ambiente escolar. Outra observação é que, na pesquisa de rua, na maioria das vezes, não são os jovens que atendem aos entrevistadores, por estarem em período escolar/trabalho e/ou por questões de segurança.

Até aqui, temos uma maioria composta por adultos e idosos, em grande parte, mulheres. Quanto à profissão dos moradores, dada a quantidade de profissões elencadas, optamos por categorizá-las de acordo com a Classificação de ocupação para pesquisas domiciliares (COD), utilizada pelo IBGE, atualizado em 2010. Por ocupação, entendemos a tarefa ou função que uma pessoa desenvolve.

O COD – 2010 se estrutura em dez grandes grupos ocupacionais, divididos em subgrupos; ficaremos, nesse caso, somente com os grupos. O

Quadro 6 apresenta os Grandes Grupos – GG classificados pelo COD – IBGE 2010 e suas descrições. Todas as profissões apontadas nos formulários foram enquadradas nos GG. Os aposentados, estudantes e desempregados foram classificados como inativos.

Quadro 6 – Classificação de ocupação para pesquisas domiciliares

| Grande Grupo | COD |
|--------------|---|
| 01 | Diretores e gerentes |
| 02 | Profissionais das ciências e intelectuais |
| 03 | Técnicos e profissionais de nível médio |
| 04 | Trabalhadores de apoio administrativo |
| 05 | Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados |
| 06 | Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca |
| 07 | Trabalhadores qualificados, operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios |
| 08 | Operadores de instalações e máquinas e montadores |
| 09 | Ocupações elementares |
| 00 | Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares |

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

A maioria dos moradores é considerada inativa — com 54% das opções —, categoria composta principalmente por aposentados, pensionistas, donas de casa e estudantes. Na sequência, há 17% que são trabalhadores qualificados: operários e artesãos das artes mecânicas e outros ofícios. Segue-se a análise com 13% de trabalhadores de serviços, vendedores dos comércios e mercados.

Se cruzarmos esses dados com a divisão etária apresentada, observamos que idosos e jovens, quando somados, representam 41% dos participantes. Logo, entendemos o elevado número de inativos. Muitos moradores são aposentados da atividade de produção de energia local: da antiga CSN e do lavador de Carvão ou da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.

O elevado número de trabalhadores qualificados está relacionado à existência de várias oficinas na região. Também é preciso considerar que tais profissões compõem a base operária da usina termoeletrica. Os dados exibem uma preferência de moradia relacionada à proximidade com a função laboral dos residentes. Os profissionais das ciências e intelectuais representam 9% do universo da pesquisa, estando, entre eles, os profissionais da saúde e professores.

Seguindo a análise, 6% dos entrevistados trabalham na grande área de técnicos e profissionais de nível médio, principalmente caracterizados por supervisores da indústria, profissionais da área de informática e comunicação. Diretores e gerentes, operadores de instalações e máquinas e montadores, bem como profissionais de ocupações elementares (estivador, carregador de bagagem, entre outros), aparecem com menos de 1% cada.

Além da usina, a Prefeitura Municipal e as redes de educação empregam boa parte da população capivariense. Isso, porque o bairro é próximo das instalações municipais; muitas das profissões evidenciadas estão imersas no funcionalismo público ou na prestação de serviços a ele.

Com relação ao grau de escolaridade dos participantes da pesquisa, 32% possuem ensino médio completo; 23%, ensino fundamental incompleto; 13%, ensino fundamental completo; 12%, ensino médio incompleto. Os demais (20%) têm cursos superiores e especializações ou estão em fase de desenvolvimento destes.

Na sequência, adentramos na seção do formulário, voltada às questões sobre o patrimônio local e os sítios sambaquis. O primeiro questionamento busca identificar aquilo que os entrevistados definem como patrimônio cultural do município, bem como de sua localidade. Obtivemos muitas respostas, por se tratar de uma questão aberta.

O patrimônio com o maior número de apontamentos foi o Parque Diamante+ Energia. Perto de outros bens citados, o parque é temporalmente recente. Todavia, a transformação local promovida por esse espaço de lazer, cultura e oportunidade financeira para a comunidade leva as pessoas a considerarem-no algo a ser preservado e legado aos demais. Outros bens apontados estão relacionados às antigas instalações da CSN e SOTELCA, como:

- Recreio do Trabalhador — espaço de lazer para os trabalhadores, inaugurado em 1955; chegou a ser a Casa da Cultura Joaquim Manoel da Rosa. Até o início de 2023, serviu como Fórum de Capivari de Baixo. Atualmente, está em processo de decisão quanto à sua funcionalidade. A construção foi tombada

como patrimônio histórico municipal por meio do Decreto nº 32, de 30 de maio de 1997;

- Campo de futebol do Nacional — Estádio Engenheiro Lírio Búrigo (também construído para o lazer dos trabalhadores). O Nacional Atlético Clube foi uma agremiação do Município de Capivari Baixo (SC). Foi fundado em 1949 por empregados da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional);
- Siderurgia (clube destinado à realização de festas); na atualidade, em situação de abandono;
- Prédios da Prefeitura de Capivari de Baixo (espaço que era destinado à gestão da empresa CSN, sendo hoje usado pela prefeitura).

Esses bens denotam o elo da comunidade com a história de formação do bairro, o qual, posteriormente, se torna a cidade de Capivari de Baixo. Muitos dos entrevistados usufruíram desses espaços; outros ainda usufruem, como é o caso do campo de futebol. São lugares de memória, de um tempo antigo do município, que, conectado à trajetória de vida das pessoas, representa o deslocamento e a formação de suas famílias na região. São nesses espaços que eles trabalhavam, festavam, jogavam, comemoravam, viviam a sociabilidade.

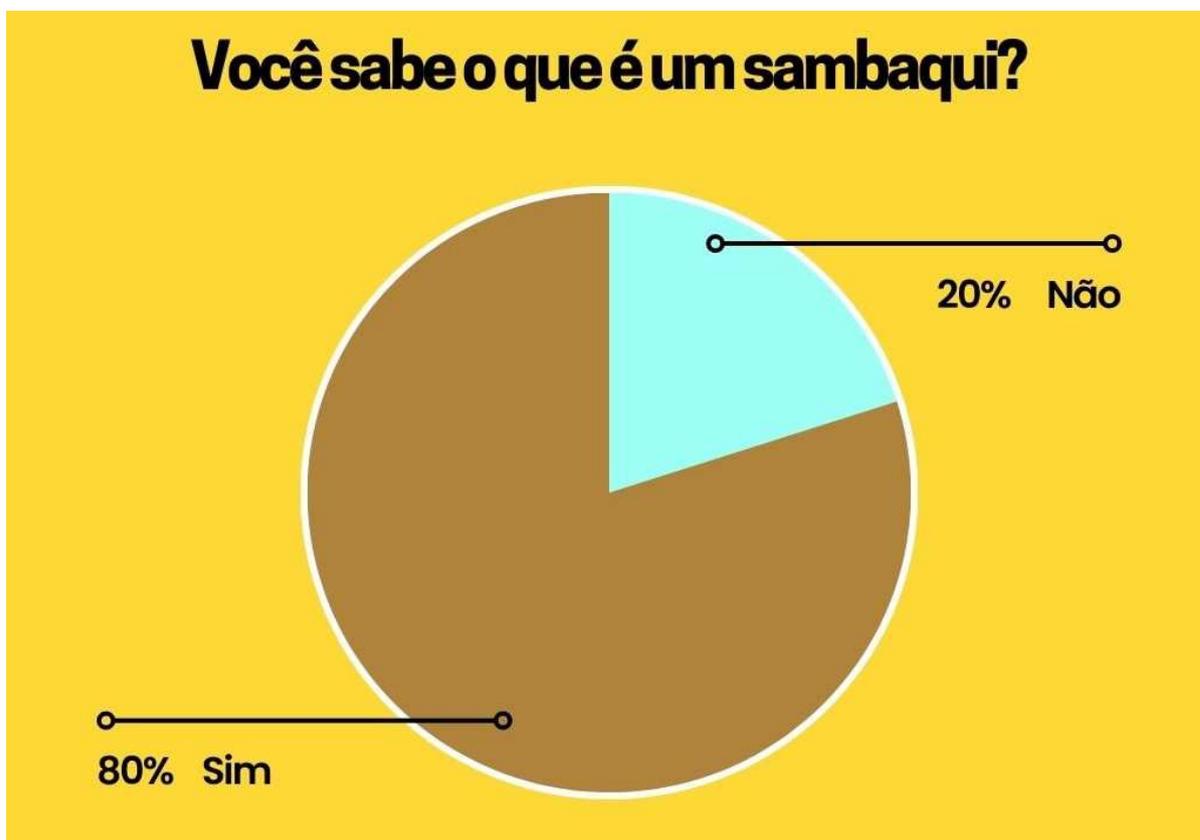
Surpreendentemente, o bem patrimonial que aparece na terceira posição em número de citações é o sambaqui Capivari I. Podemos refletir se tal menção está relacionada à ideia de pertencimento ou se trata do conhecimento dos moradores acerca das restrições impostas à área em vista de ser um patrimônio. As placas, o tempo em que não se abriu a rua, a justificativa da prefeitura em não melhorar a infraestrutura local podem contribuir para esse apontamento.

De uma forma ou de outra, as pessoas apontam o sambaqui como um patrimônio local. Em outras respostas do formulário — analisadas na sequência —, é reforçado esse entendimento. Também houve referência a bens intangíveis, um foi a festa de aniversário do município — realizada na semana de dia 30 de março; outro, a Festa de São João Batista (padroeiro da cidade) — realizada anualmente na semana do dia 24 de junho. No âmbito religioso, citaram a Gruta de Nossa Senhora da Saúde, espaço de peregrinações no município.

A pergunta seguinte os indaga acerca do entendimento sobre sítios arqueológicos sambaquis. Junto a ela está uma pergunta complementar, solicitando que informassem o que pode ser encontrado nesses sítios. Se observado o Gráfico

14, há um elevado percentual — 80% dos moradores — que afirmam saber o que é um sambaqui; os que desconhecem aparecem com 20%.

Gráfico 14 – Diagnóstico do conhecimento de moradores acerca do que é um sambaqui



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quando indagados sobre o que é encontrado em um sambaqui, as respostas foram: sepultamentos humanos indígenas; machadinhas; conchas; objetos feitos em ossos. Ocorre também referência a elementos encontrados em outros sítios arqueológicos, como urnas funerárias, desenhos nas pedras e pontas de flecha em pedra. De forma geral, os moradores entendem os sambaquis como um espaço funerário indígena.

Isso se deve à vivência dessas pessoas nos sítios, muitas das quais encontraram vestígios arqueológicos antes citados. Soma-se a isso as construções do imaginário acerca de visões relacionadas a espíritos vagantes, celebrações indígenas passadas, fantasmas curandeiros. O detalhe de algumas dessas histórias é que o povo indígena em questão é a caracterização de uma forma semelhante às representações de indígenas norte-americanos, tão difundidas pelo cinema

hollywoodiano. Nesse momento, o imaginário acerca do macabro — cemitério indígena — se conecta a estereótipos colonialistas propagandeados pelo capitalismo civilizatório.

A difusão do conhecimento também se dá por meio da educação básica, por veículos de comunicação como rádio e TV ou, ainda, devido às placas informativas hoje existentes nos sítios. Após, os moradores foram questionados se já teriam visitado um sítio sambaqui. A relevância da pergunta está em entender o interesse pela visita desses espaços, algo que pode ser utilizado para a melhoria da área dos sambaquis Capivari I e Capivari II em prol da comunidade. Pouco mais da metade — 57% dos entrevistados — nunca visitou um sambaqui, ainda que viva próximo aos sambaquis aqui pesquisados.

Podemos discutir que, para os entrevistados, o ato de visita representa a ida a locais estruturados para tal, como sambaquis existentes nos municípios de Laguna e Jaguaruna. Se partirmos disso, os moradores que passam pelos sítios arqueológicos cotidianamente não consideram tal ação uma visita. Entre os moradores que já visitaram um sambaqui, muitos deles (43%) responderam o sambaqui Capivari I; outros apontaram sambaquis das cidades litorâneas vizinhas, como Jaguaruna e Laguna.

Gráfico 15 – Moradores que já visitaram um sambaqui

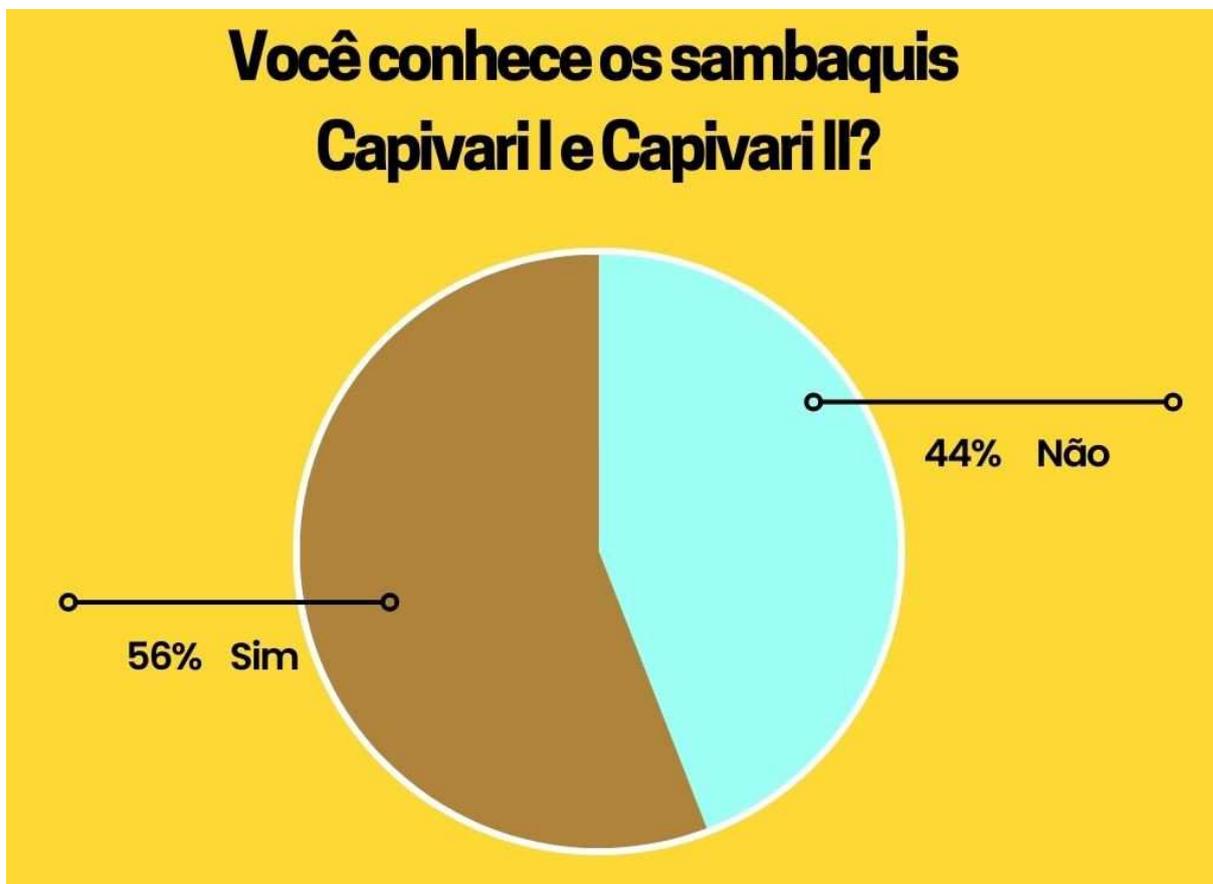


Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A parte seguinte do formulário se ocupou dos sambaquis Capivari I e Capivari II. A primeira pergunta indaga aos moradores se eles conhecem tais sítios. Como observado no Gráfico 16, pouco mais da metade (56%) conhece os sambaquis em questão; os demais (44%) afirmam desconhecer. Durante a aplicação dos formulários, muitos moradores afirmaram conhecer apenas o Capivari I, dado que o Capivari II está atualmente dentro de área restrita da usina, ou seja, menos visível para a comunidade local.

Essa quantidade expressiva de pessoas que desconhecem os sítios chamou nossa atenção. Ao compararmos as respostas com a questão anterior, constatamos que muitos moradores sabem o que é um sambaqui, mas desconhecem a existência deles em sua comunidade. Isso reforça o já constatado distanciamento entre os gestores do patrimônio, a academia e a comunidade local. Observamos que todas as pesquisas e ações educativas desenvolvidas nos sítios, inclusive recentemente, não conseguiram ou mesmo sequer tentaram alcançar a comunidade local.

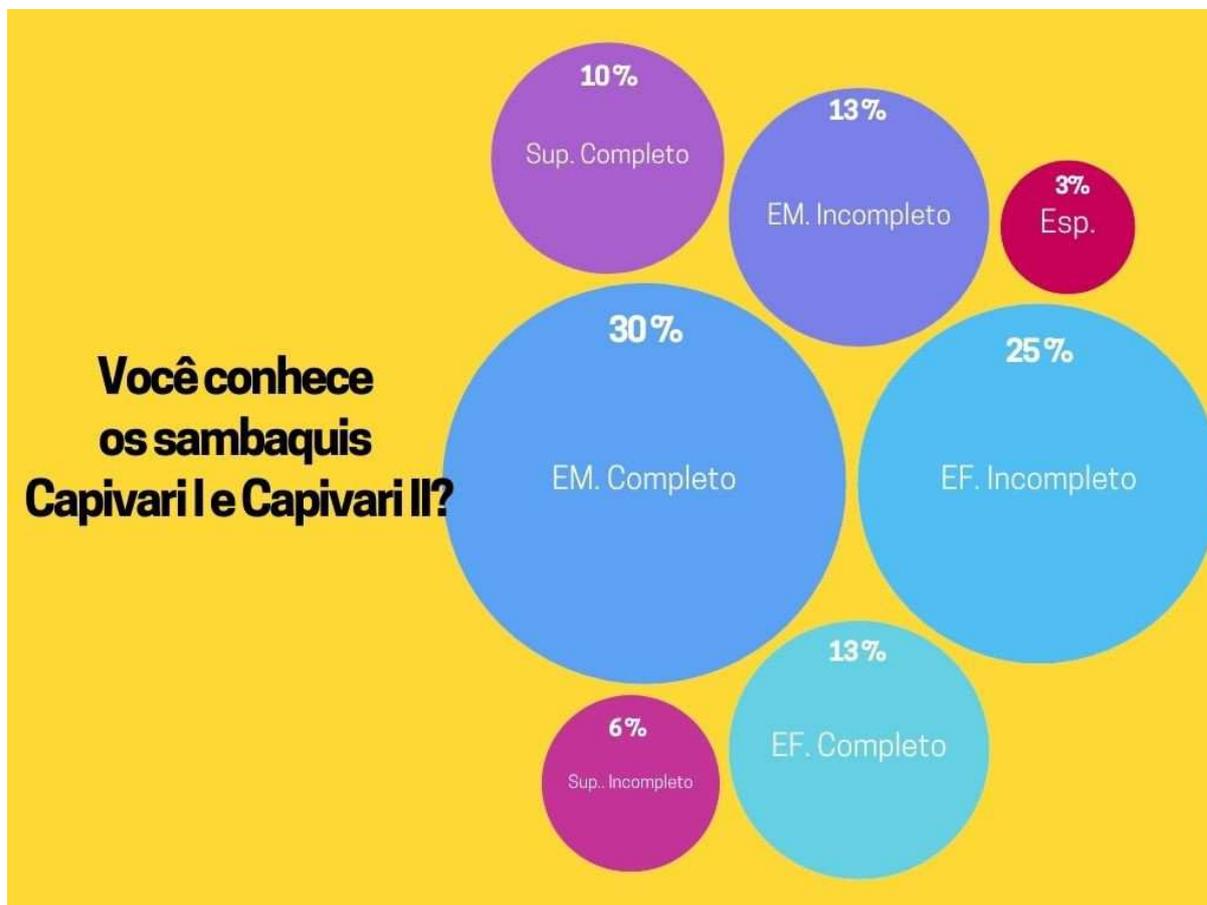
Gráfico 16 – Ciência dos moradores acerca da existência dos sambaquis Capivari I e Capivari II



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao fazer o cruzamento desse dado com as informações de escolaridade dos participantes, observamos (Gráfico 17) que a maioria dos que alegam conhecer os sítios arqueológicos possuem Ensino Médio Completo (30%), seguidos daqueles com o Ensino Fundamental Incompleto (25%).

Gráfico 17 – Conhecimento dos entrevistados sobre a existência dos sambaquis Capivari I e Capivari II, divididos por nível de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O gráfico acima reflete o percentual maior de entrevistados que possuem esse grau de instrução. Com objetivo de compreender como, em cada grupo de formação, essa pergunta é respondida, elaboramos o Gráfico 18. Nele, podemos visualizar que, entre os entrevistados com ensino superior completo, mais de 60% alegam conhecer os sítios arqueológicos. Por sua vez, o desconhecimento dos sítios arqueológicos é mais representativo nos moradores que possuem ensino superior incompleto (mais de 50%), seguidos dos com especialização (50%).

Gráfico 18 – Conhecimento dos entrevistados acerca do sítio arqueológico: análise por grupo de escolaridade



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Considerando o Gráfico 18, observamos que a escolaridade não influi no conhecimento acerca desses espaços, visto que o percentual, por categoria, é semelhante ao gráfico geral. Logo, não é o ambiente escolar o único promotor do conhecimento, ainda que ele contribua com a difusão de pesquisas desenvolvidas.

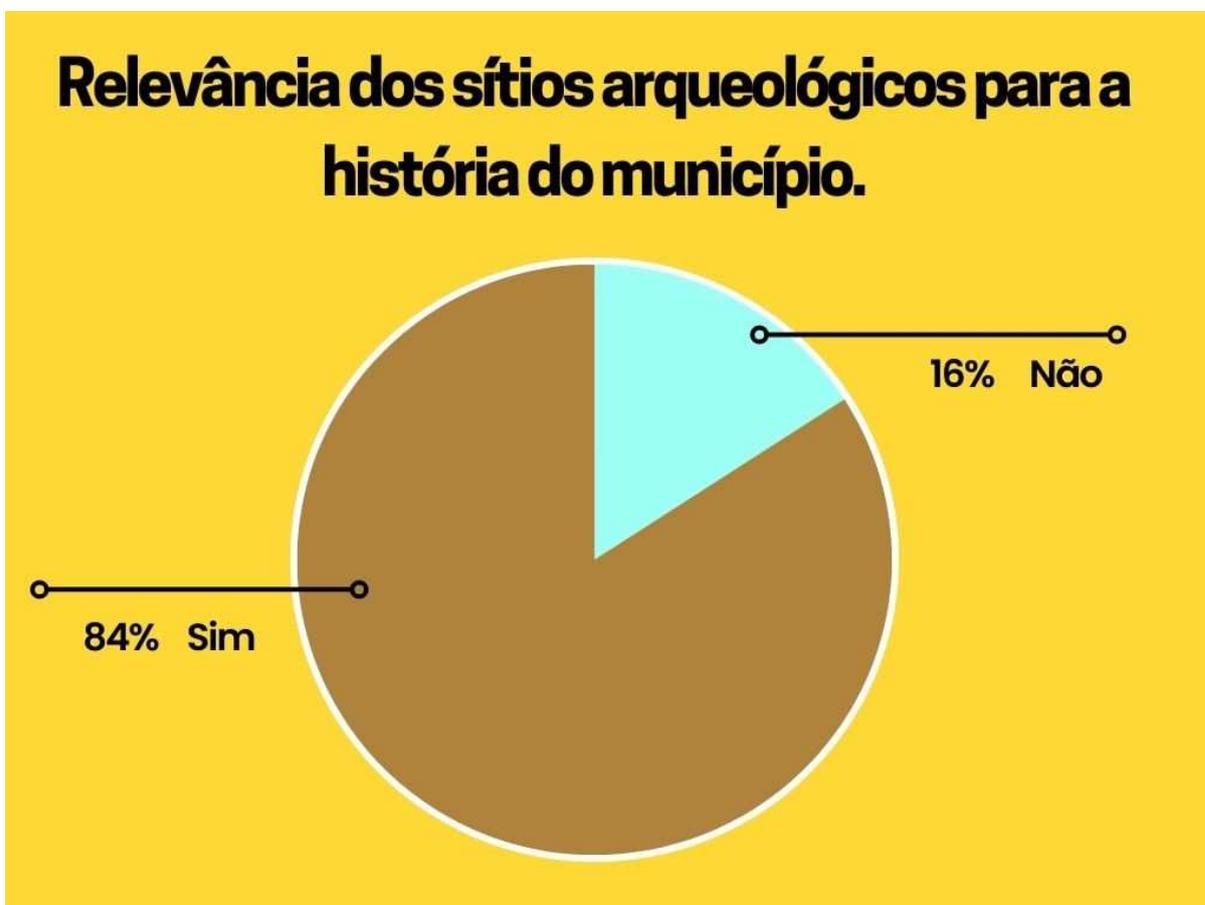
A educação formal/escolar não irá, necessariamente, promover o entendimento de determinada comunidade sobre um sítio arqueológico local. O conhecimento está também nas histórias repassadas, nas vivências compartilhadas, no diálogo com os vizinhos.

Precisamos repensar a posição dos profissionais da arqueologia enquanto detentores do saber a ser transmitido aos demais, em prol da preservação. Não negamos a relevância dos espaços formais de ensino, só não os consideramos como justificativa para o saber acerca de uma parte do território de vida das pessoas.

O formulário segue com perguntas específicas sobre os sítios arqueológicos. Muitos entrevistados encerraram na pergunta anterior, dada a negativa de conhecerem os sítios. Os moradores foram indagados acerca da relevância desses sambaquis para a história de seu município.

Em sua maioria (84%), os moradores consideram relevante; apenas 16% responderam negativamente. O resultado positivo pode estar associado ao entendimento desses sítios como patrimônios locais, inicialmente apresentado. É preciso, também, considerar condicionamentos involuntários na pesquisa, ou seja, a tendência do entrevistado em responder positivamente diante de um entrevistador que busca falar do assunto e se apresenta como membro de uma pesquisa em desenvolvimento.

Gráfico 19 – Percepção dos moradores acerca da relevância dos sítios arqueológicos para a história do município



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Outrossim, diante do objetivo de entender os processos de significação e memória da comunidade em relação aos sítios, ultrapassando a perspectiva científica e patrimonial, convidamos os moradores para compartilhar memórias suas na área dos sítios arqueológicos. Tivemos um retorno de 53 pessoas (24% do total) dispostas a compartilhar suas memórias conosco.

A maioria dos relatos fez referência à área do Sambaqui Capivari I; a área do sambaqui Capivari II também possui relatos, todavia oriundos apenas dos moradores mais antigos. Alguns moradores relataram o uso da área do sambaqui Capivari I antes do cercamento, para a coleta de capim e lenha, atividades de plantio, espaço para trato e criação de animais.

Além disso, outras pessoas lembraram períodos de infância em que brincavam na área do sítio, jogavam bola, pegavam conchinhas, relatando que estiveram também em visita escolar e se encontravam com outros jovens. Na sequência, selecionamos alguns desses relatos:

“Brincava de esconder lá!”

“Brincava quando era criança, via cascalhos e pedras.”

“Jogava futebol no sambaqui. Encontrava materiais arqueológicos. Em 1960 alguém enterrou um cavalo no local, e me lembro de ter visto a camada do sambaqui.”

“Passei minha infância lá, muitas lembranças”⁴⁴⁹.

Moradores mais antigos recordam da época que não havia rua no local, com poucas casas no entorno dos sítios. Um relato recorrente estava associado ao achamento de peças arqueológicas, a exemplo das machadinhas e remanescentes ósseos humanos.

“Encontrei uma machadinha, material em pedra, mais ou menos em 1974/75”. (ano em que os sítios foram registrados).

“Lembro que foram encontrados grandes montes de conchas, repletos de materiais orgânicos e com muitos vestígios de fogueiras e marcas de estaca, como também pedra e ossos de animais”

“Meu pai achou uma machadinha no sambaqui”

“Quando vim morar no bairro encontrei muito material nos sambaquis, materiais em pedra como machadinhas”⁴⁵⁰.

Muitos moradores encontraram artefatos arqueológicos, outros já os viram na casa de um conhecido. Os objetos exercem um fascínio nas pessoas, por questão estética, *status* social ou, ainda, por serem um elemento identitário⁴⁵¹. Também há casos em que, ao identificar um artefato por causa de sua funcionalidade (lâminas de machado, pontas de flecha), o morador o guarda por acreditar que pode ser útil para

⁴⁴⁹ Informações verbais, formulários aplicados com moradores no ano de 2021.

⁴⁵⁰ Informações verbais, formulários aplicados com moradores no ano de 2021.

⁴⁵¹ BEZERRA, 2003, p. 282.

as pesquisas futuras. Eles acreditam que os artefatos estão mais protegidos dentro de suas casas do que no sítio arqueológico, entendido por algumas pessoas como um local de abandono daquele item.

A arqueologia se volta aos artefatos enterrados ou submersos, resguardando a exclusividade de seu lugar interpretativo acerca dessas coisas do passado. Quando ocorre o afloramento artefactual, de forma antrópica ou não, a arqueologia o considera um ato de “frouxidão referencial, da impureza das coisas tocadas pelo presente e maculadas pelo seu impulso de se emaranhar com a vida cotidiana; a superfície é o lugar do caos”⁴⁵².

O arqueólogo David Byrne, em seu processo de reflexão acerca da relação entre a superfície e o subterrâneo, “ascendeu” estratigraficamente para a superfície. Esta é o lugar em que, nas palavras de Bezerra, a profundidade do subterrâneo encontra a profundidade da superfície.⁴⁵³

As coisas que surgem à superfície são significadas, ressignificadas, interpretadas, reutilizadas pelas pessoas do presente. Transformam-se em gatilhos de memória, lugar do imaginário, reflexões acerca da vida naquele lugar. Dona Maria do Carmo, em entrevista gravada, comentou sobre as coisas que afloram em seu terreno. Destacou as descobertas da infância de seus filhos, da curiosidade acompanhada da tentativa de entender a conexão entre o passado e o presente.

Seu Clóvis encontrou, guardou e expôs os artefatos encontrados. Todavia, em um determinado momento, por escolha sua ou por pressão externa, entregou seus artefatos a alguma instituição de pesquisa, não se lembra qual; o fato é que nunca mais os viu.

De alguma forma, isso o desconectou das memórias e de sua atuação em relação aos sítios arqueológicos, retomando-as quando conversou pela primeira vez conosco, na aplicação dos formulários. Quando começou a contar histórias suas nos sítios, no mesmo instante pensou em buscar os artefatos que davam “credibilidade” ao seu testemunho, os portais de memórias afetivas. Procurou pela casa, colocou a esposa na busca, mas não encontrou. Lembrou-se, então, da doação; lamentou não ter guardado.

A comunicação falha entre pesquisadores, instituições patrimoniais e comunidades locais, somadas ao histórico autoritário dessas relações, promove o

⁴⁵² BEZERRA, 2018, p. 53.

⁴⁵³ Ibid.

receio de moradores em relatar seus achados, com medo de perdê-los ou serem punidos legalmente.

Em muitos casos, a falha em reconhecer a importância de envolver os aldeões no processo de pesquisa afastou a população local de sua própria herança cultural, em vez de recuperá-la, estudá-la e preservá-la para eles. Em grande parte, os arqueólogos só conseguiram falar sobre o significado acadêmico de artefatos, monumentos arquitetônicos e vestígios faunísticos entre si, em vez de mostrar o significado desses materiais para a população local. No entanto, são estes últimos os zeladores e, em muitos casos, os herdeiros diretos do patrimônio cultural que os arqueólogos procuram recuperar nas casas de outras pessoas⁴⁵⁴.

Mapunda e Lane pontuam a importância existente no explicar o significado científico dessas coisas do passado para os verdadeiros herdeiros do patrimônio, no lugar de um resgate de um patrimônio em risco. Ainda que consideremos relevantes essas informações, elas não podem encerrar o processo de significado dos vestígios arqueológicos.

A explicação arqueológica acerca dessas coisas pode ser entendida como uma das raízes de uma grande aroeira — árvore nativa presente no sambaqui Capivari I, conhecida por seu fruto, a pimenta rosa. A comunidade local é outra raiz, adentra o subterrâneo do sítio trazendo à superfície vestígios encapsulados pelo tempo.

Ambas fazem parte dessa árvore, metonímia da produção de sentido acerca desse lugar, o sítio arqueológico. Uma raiz é portadora de um nutriente, a outra também nutre a árvore, mas de outra forma. Quando do corte de uma delas, a árvore pode esmorecer. Uma vez que a arqueologia se restringe à sua raiz, não enxergando a existência e contribuição das demais, ela pode ajudar a matar a árvore, por acreditar ser a única responsável por nutri-la.

Acredito que pensar sobre os fluxos de vida que imbricam pessoas e coisas ditas arqueológicas no presente é pensar a arqueologia como fenômeno sociocultural, como propõe Castañeda (2008), é tomar consciência da moldura inadequada que encerra e enterra a arqueologia no subterrâneo⁴⁵⁵.

As vivências antes narradas nos ajudam a perceber a relação entre a comunidade e o sítio arqueológico. Os sambaquis foram locais de produção de memórias: as crianças iam lá brincar, se divertir, encontrar os amigos. Também foi

⁴⁵⁴ MAPUNDA e LANE, 2004, p. 214. Tradução nossa.

⁴⁵⁵ BEZERRA, 2018, p. 5.5

espaço de *labor* para os que ali pegavam lenha e capim, praticavam a agricultura e criavam animais. Um morador se lembrou de pesquisadores no Capivari I em escavação recente.

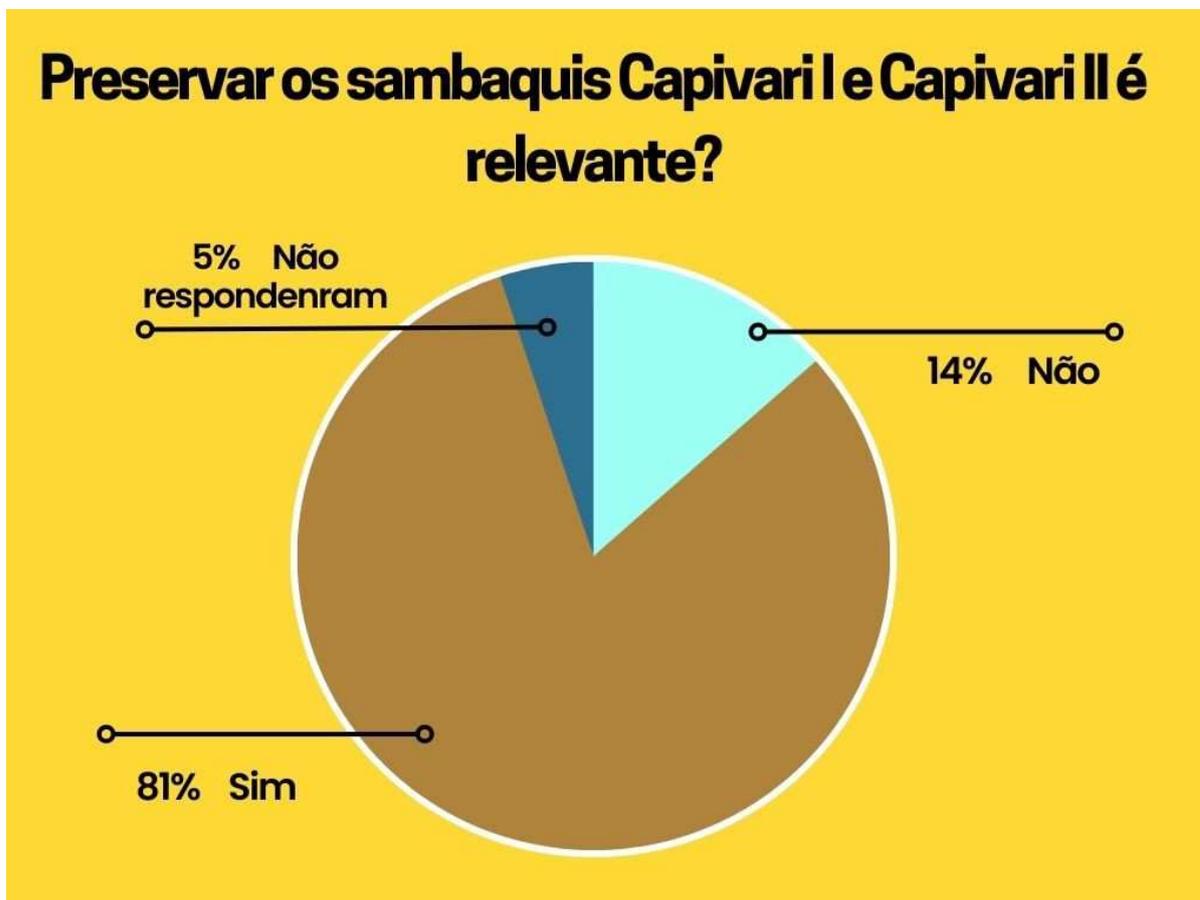
Por se tratar de um sítio com um histórico de ao menos três períodos de escavação, fora outras pesquisas desenvolvidas, era esperado que mais pessoas relatassem tais ocorridos, mas tivemos apenas um relato. Tal constatação decorre de um distanciamento entre a pesquisa arqueológica e a comunidade local.

A presente tese vem contribuir ao coro de alerta à comunidade arqueológica, para que ela repense suas práticas de pesquisa e seus públicos nos processos educativos. Como pode uma comunidade vizinha a dois sambaquis, amplamente impactados a partir da década de 1970 — um deles, devidamente delimitado e escavado três vezes —, e os pesquisadores não aparecerem sequer nas estórias desse lugar? Precisamos transformar realidades de pesquisa semelhantes a esta.

Dando sequência, indagamos os participantes se consideram importante a preservação dos sítios Capivari I e Capivari II. Dentre eles, 81% responderam positivamente, seguidos de 14% negativamente, e 5% não se posicionaram. É interessante a observação dos moradores que responderam negativamente; para eles, uma vez que os sítios já estão destruídos e abandonados, não haveria por que preservá-los.

A área em torno dos sítios, em especial do Capivari I, sempre foi caracterizada como largada e incômoda à população. A forma como os gestores, públicos e privados, lidam com os sítios é antagônica à ideia de preservação. Isso reverbera na comunidade a visão do lugar como destruído e, portanto, não haveria nada mais a preservar. Porém, o efeito oposto geraria indignação quanto a essa situação, acompanhado do entendimento de que a preservação mudaria o aspecto local.

Gráfico 20 – Percepção da comunidade acerca da importância de se preservar os sambaquis Capivari I e Capivari II



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como questão complementar à anterior, os participantes foram convidados a justificar sua posição. Da totalidade de respondentes, 29% optaram por não responder a tal questionamento. Entre os que responderam, a maioria reafirmou que os sítios compõem a história do município e da comunidade local. Abaixo, elencamos algumas palavras dos moradores:

“Acho importante, pois é o passado de nossa cidade”
“História da gente, nossa origem”
“Importantes para a história da cidade”
“Manter viva a nossa história”
“Não é qualquer lugar que encontra, faz parte dos nossos ancestrais”
“Porque os sambaquis fazem parte da história de Capivari de Baixo”
“Memória dos antepassados, cemitério indígena, cultura para as próximas gerações”⁴⁵⁶.

⁴⁵⁶ Informações verbais, formulários aplicados com moradores no ano de 2021.

Além disso, alguns moradores lembraram que os sítios já são patrimônios, o que, em si, seria mais que suficiente para defender sua preservação. Outros citaram a produção do conhecimento arqueológico. Por fim, o potencial dos espaços para a visitação, com destaque para a visitação escolar, também apareceu nas respostas.

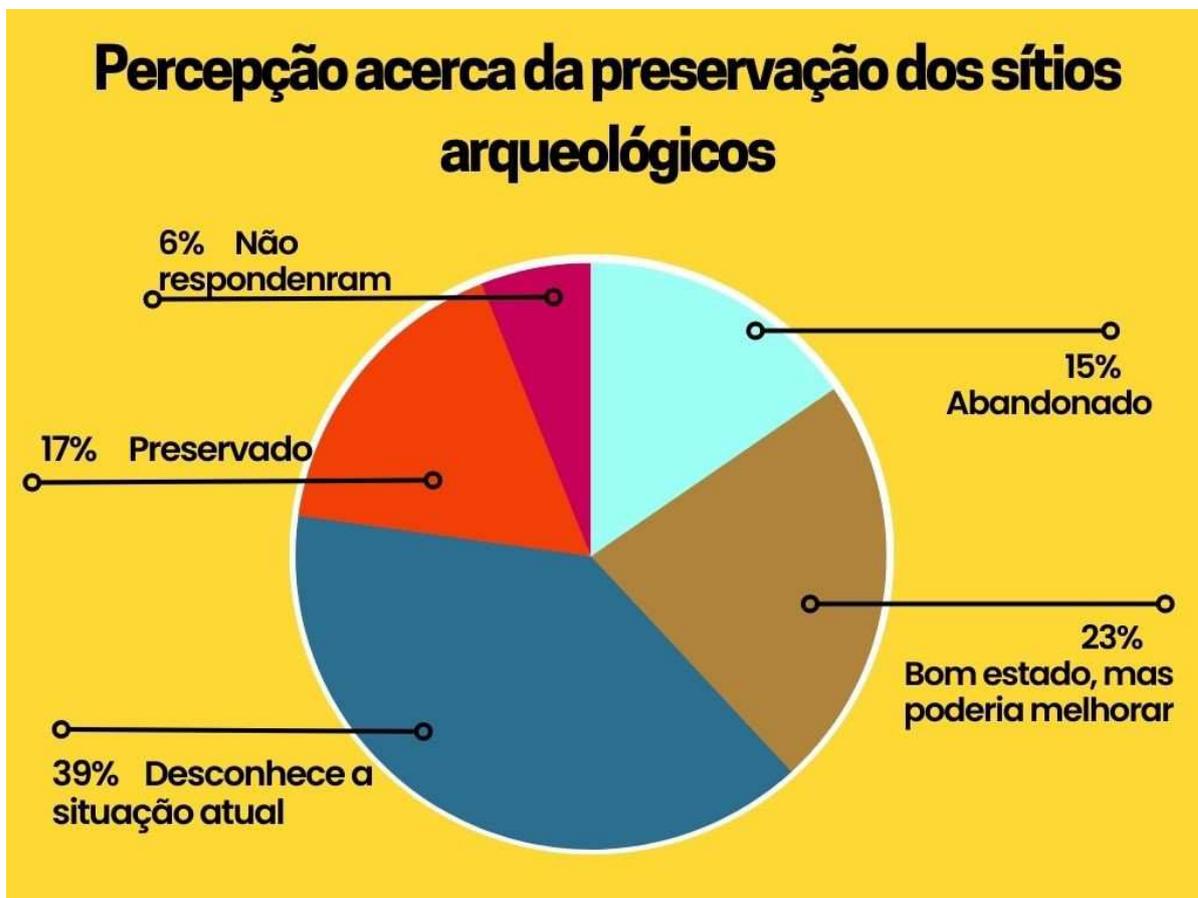
Diante da necessidade de preservação apontada pelos entrevistados, nós os questionamos sobre o estado de preservação dos sítios arqueológicos. A maioria dos entrevistados (39%) alegaram desconhecer tal situação. Muitos destes compõem o grupo de respondentes que sabem da existência dos sítios, mas nunca foram até o local; ao menos, não recentemente.

Outros 23% dos participantes entenderam que os sítios estão em bom estado, mas que seriam necessárias melhorias em seu entorno. Na sequência, 17% dos participantes consideraram os sítios preservados, inclusive alguns atribuíram a preservação ao cercamento dos sítios.

Com isso, podemos inferir que os moradores entendem o sítio arqueológico como o que se encontra atrás das cercas. Nessa perspectiva, o espaço externo voltado à comunidade não comporia a preservação do local. Essa constatação nos levou a refletir sobre o alto índice de moradores que desconhecem os sítios ou nunca os visitaram. Para eles, como nunca estiveram na parte de dentro da cerca, nunca visitaram os sítios arqueológicos.

Passar em frente ao sítio estaria relacionado ao contato com a parte de fora; a visita seria feita pela parte interna. Talvez seja esse um dos motivos que levaram muitos moradores a solicitar acesso aos sítios arqueológicos. Tal entendimento reflete o alto índice de participantes que desconhecem a situação dos sítios arqueológicos. Os moradores que consideraram a área do sítio abandonada correspondem a 15%, e os demais 6% não responderam à questão.

Gráfico 21 – Percepção dos moradores entrevistados acerca da preservação dos sítios arqueológicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Diante da situação dos sítios arqueológicos, antes identificada, solicitamos aos moradores que sugerissem ações voltadas à preservação dos sítios arqueológicos, em conjunto com o benefício da comunidade. Por se tratar de uma questão aberta, organizamos as respostas em nove ações principais, apresentadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Sugestão dos moradores acerca de ações necessárias às áreas dos Sambaquis Capivari I e Capivari II

| Demanda local | Percentual |
|--|-------------------|
| Criação de estruturas para visitaçào | 40% |
| Divulgaçào/realizaçào de açào educativa | 27% |
| Desenvolvimento de estudos e pesquisa | 8% |
| Recolhimento de lixo e conscientizaçào da populaçào local | 6% |
| Iluminaçào local | 6% |
| Asfaltamento da rua | 5% |
| Segurança | 5% |
| Cercamento e sinalizaçào | 2% |
| Criaçào de espaços de lazer | 1% |

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Observamos que boa parte das demandas locais está voltada à criação de estruturas que viabilizem a visitaçào ao sítio arqueológico. Alguns moradores sugeriram um portào na cerca, para que a comunidade possa acessar e conhecer a área do sambaqui. Também indicaram a criaçào de trilhas guiadas, passarelas, plataformas de observaçào e a estruturaçào de um museu, viabilizados e desenvolvidos na parte interna do Parque Ambiental.

Os moradores manifestaram vontade para a realizaçào de ações educativas, principalmente com a comunidade local, uma demanda recorrente entre os respondentes. Uma das moradoras deixou registrado seu incômodo em ser cobrada quanto à preservaçào, pois ninguém vem falar com a comunidade acerca dos sítios arqueológicos. Em verdade, na arqueologia, são poucas as ações pensadas para a comunidade local; quando ocorrem, muitas são caracterizadas por ações pontuais, por meio de palestras.

No desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, tem sido comum que as ações de difusào do conhecimento fiquem limitadas a uma educaçào patrimonial desenvolvida na/para a comunidade escolar. No momento de nossa formaçào

acadêmica, presenciamos os dizeres de um expoente da arqueologia brasileira, o qual atribuiu a “função” de educar à pedagogia, não à arqueologia.

A infeliz colocação é compartilhada por outros tantos da área, mas alguns são mais polidos com as palavras. Se trouxermos tal problemática para a arqueologia preventiva e sua lógica empresarial, a educação patrimonial é tida como normatização, recebendo um baixo orçamento e se restringindo a palestras ou ações em escolas e com funcionários de obras. Em algumas empresas de arqueologia, não é incomum que a pessoa responsável ou agente de execução da parte educativa seja alguém da área da pedagogia ou licenciatura, alheia às pesquisas arqueológicas desenvolvidas.

Fluindo em nossa análise, alguns moradores pediram também que se intensificassem as ações no ambiente escolar, bem como fossem realizadas pesquisas e estudos na área dos sítios. Questões voltadas à infraestrutura para a comunidade apareceram após as melhorias citadas anteriormente. É preciso considerar que, quando os moradores pedem a criação de uma estrutura de visitação, subentendemos que questões como asfalto, iluminação e segurança são sanadas.

O maior causador de desconforto na comunidade local é o lixo, condição que decorre do abandono estrutural da área (sem iluminação e segurança, estrada de chão). Muitas pessoas, segundo os moradores, de fora da comunidade, vão até a área do sambaqui Capivari I descartar entulhos, móveis velhos, animais mortos. Essa situação, somada aos problemas de infraestrutura, tornam o lugar mais propício à recorrência dessas ações, contribuindo com o sentimento de repulsa em relação à área.

O asfalto é uma demanda antiga da comunidade; é sabido que a abertura da rua, nos anos de 1990, decorreu de infração do poder público, visto que ela atravessa o sítio arqueológico Capivari I. Todavia, a rua foi aberta, está lá e se encontrava, à época da aplicação dos formulários, cheia de buracos. Quando chovia, a rua ficava intransitável, principalmente aos pedestres. No início de 2023, a rua foi asfaltada pela prefeitura, com o devido acompanhamento arqueológico, contudo, mais uma vez, sem a participação da comunidade local.

O asfalto trouxe um pouco mais de vida à região, aumentou o número de transeuntes, principalmente durante o dia. Porém, a falta de iluminação reforça a insegurança da comunidade e propicia a ação de atividades ilícitas no local. Muitos moradores, principalmente próximos à área do sítio, relataram furtos em suas casas,

bem como afirmaram ser comum a entrada de ladrões e usuários de drogas na área do sítio arqueológico. Findando as sugestões, alguns moradores falaram sobre melhorias na parte de cercamento e sinalização do sítio. Sugeriram a criação de espaços de lazer, como academia ao ar livre e uma praça no local.

A penúltima pergunta visou identificar quais seriam os responsáveis pela preservação da área dos sítios arqueológicos, segundo a comunidade. A Prefeitura Municipal foi citada por 30% dos moradores, seguida de 27%, que disseram ser a sociedade como um todo responsável. O Parque Ambiental é o terceiro mais citado, com 17%, e apareceu quase sempre junto à prefeitura.

Apenas 9% dos entrevistados atribuíram tal responsabilidade ao IPHAN, muito próximo aos 8%, que disseram não saber quais seriam os responsáveis. Universidade e pesquisadores foram citados por 6% dos participantes. A opção “comunidade vizinha” foi citada por apenas 3% dos entrevistados. Logo, o entendimento é de que a comunidade não se enxerga como parte da preservação dos sítios, ainda que ela possa estar incluída na sociedade como um todo. Os anos de descaso público e privado (principalmente por parte da usina termoelétrica), as medidas autoritárias em relação à comunidade, com a justificativa de proteção patrimonial, e sua exclusão em todas as ações que envolveram tais espaços a levaram a atribuir responsabilidade às instituições públicas e privadas.

Nesse cenário, a comunidade delegou a função protetora do patrimônio ao município ou ao parque. Não havia como a comunidade se colocar no papel de agente da preservação se ela nunca foi inserida nesse processo. As formas de preservação, inclusive o entendimento sobre o que são, sempre vieram de fora, daqueles que detêm o discurso patrimonial autorizado.

A última questão do formulário foi criada com o objetivo de identificar a intenção dos entrevistados em participar de um grupo, formado na comunidade, com a proposta de debater questões relacionadas aos sítios arqueológicos. Caso o entrevistado demonstrasse interesse, solicitamos que deixasse seu contato (e-mail e/ou telefone). Dentre os entrevistados, 76% não mostraram interesse em participar, os demais 24% se dispuseram e forneceram seu contato.

Os moradores interessados foram anexados em um grupo no WhatsApp, ainda em funcionamento, voltado à divulgação e definição de ações a serem realizadas, principalmente as reuniões do grupo. Muitos daqueles que deixaram seu contato já saíram, outros continuam, mas participam pouco, principalmente nas ações

presenciais. Todavia, lá continuam, inteirando-se dos assuntos, opinando e, por vezes, denunciando situações irregulares na comunidade.

Em síntese, os dados obtidos constataram que a maioria dos moradores entrevistados sabem o que é um sambaqui, bem como o atribuem a uma construção indígena utilizada para fins funerários. Todavia, esse dado vem acompanhado de um percentual considerável dos entrevistados (44%), que não sabem da existência de sambaquis em sua comunidade. Por sua vez, os 56% que alegam conhecer, em sua maioria, se referem apenas ao sambaqui Capivari I. A partir dessas informações, podemos inferir que:

- a) Há pouca divulgação e ações voltadas à comunidade, problema apontado pelos moradores;
- b) A falta de infraestrutura no entorno do sítio Capivari I leva ao distanciamento dos moradores; muitos evitam a região do sítio. Com relação ao sambaqui Capivari II, por estar em área restrita, o sítio fica escondido, sendo conhecido apenas por moradores mais antigos que vivenciaram ações nele;
- c) A falta de infraestrutura, somada à aparência de abandono, afasta os transeuntes da área do sambaqui Capivari I, levando-os a não se deterem naquele espaço, nem mesmo para ler as placas ali existentes. Muitos moradores relataram já ter passado na rua e não terem notado a existência do sítio arqueológico;
- d) A maioria da comunidade sabe da existência dos sítios arqueológicos, em especial do sítio Capivari I. A ciência disso decorre do compartilhamento de histórias e memórias, suas ou não, relacionadas a esses espaços. A falta de infraestrutura, que destoa das demais áreas do bairro, também chama a atenção e promove o questionamento dos moradores acerca da razão pela qual o local está assim.

É possível notar um descontentamento com a área do sítio arqueológico, o que contribui para a construção de uma imagem negativa, ou mesmo problemática, do sítio perante a comunidade. Pequenas melhorias de infraestrutura já seriam suficientes para transformar essa visão. O “problema” não seria o sítio em si — entendido por alguns como o que consta da cerca para dentro —, mas a má gestão do espaço por aqueles que justificam seu descaso por meio da existência do patrimônio arqueológico.

Para os moradores locais, contudo, os sítios arqueológicos são importantes para a história do município (84%) e devem ser preservados (81%). Muitos os citaram

como patrimônios culturais da cidade ou localidade. A importância atribuída pode estar relacionada à história antiga do município e do território, bem como às memórias e vivências das pessoas naquele espaço.

No relato de alguns moradores, é recorrente o uso do espaço dos sítios (principalmente o Capivari I) para atividades de lazer em sua infância e juventude, acrescido dos usos econômicos, como a criação de animais e o plantio no local. Não foram poucos os relatos de achamento de artefatos arqueológicos na localidade; alguns foram recolhidos e, por vezes, até expostos.

Entendemos que alguns moradores percebem a preservação do espaço dos sambaquis como uma forma de contribuir para as melhorias na comunidade. Isso pode ocorrer por meio da criação de uma infraestrutura local, assim como do recebimento de visitantes. A vinda de pessoas para conhecer esses espaços na comunidade, além de trazer benefícios econômicos, pode trazer um sentimento de orgulho e valorização, desde que de forma planejada e em benefício da comunidade.

Relacionado a isso, é perceptível que as melhorias apontadas pelos moradores se referem, principalmente, à criação de estruturas de visitação no sítio arqueológico. Mais uma vez, há de se considerar que essa estruturação deve vir acompanhada de melhorias no entorno do sítio arqueológico, em prol da comunidade.

Para viabilizar tais melhorias, a comunidade aponta a responsabilidade da prefeitura e do parque. No entanto, ela não se vê como responsável por esses cuidados. Isso decorre de um distanciamento historicamente construído entre a gestão pública do bem arqueológico e a comunidade local. A comunidade nunca foi ouvida nas ações que impactavam os sítios e que as impactavam também.

Em suma, a aplicação dos formulários nos apresentou uma comunidade ciente da origem indígena e cerimonial dos sítios arqueológicos. Ela os considera como patrimônio, algo relevante para a história do município, que deve, assim, ser preservado. O potencial de visitação e as atividades educativas naqueles espaços são apontados pelos moradores, reforçando que estes desejam integrar o público participante.

A proposta de visita aos sítios, na parte interna da cerca, nos revela a vontade dos moradores em acessar novamente os sítios e os vestígios arqueológicos que ali podem ser encontrados. A busca por visitar o espaço do sítio arqueológico e interagir com ele pode estar relacionada ao acesso de experiências vividas, bem como à construção de novas memórias.

Pautados nesses dados, entendemos que os sítios arqueológicos são constituídos pelas pessoas do presente e, portanto, devem ser pensados além de sua narrativa oficial, mas também como um espaço de integração, lazer, fruição e benefício da comunidade na contemporaneidade. Já que a comunidade recebeu um patrimônio cultural malcuidado pelos seus progenitores (Estado), por que não utilizá-lo como forma de reivindicação, devolvê-lo para a estrutura de Estado colonialista como “patrimônio cultural”?

Os formulários aplicados e as entrevistas gravadas foram nossos primeiros passos. Cientes de que nosso desafio não findou por aqui, os dados levantados serviram à estruturação de um programa de proteção aos sítios arqueológicos, construído de forma colaborativa. A etapa dos formulários nos aproximou da comunidade; foi a partir dele que estabelecemos o contato e criamos um grupo de moradores atuante nas ações e decisões relacionadas aos sítios Capivari I e Capivari II.

6.2 GRUPO DE MORADORES NOSSO SAMBAQUI

As entrevistas realizadas, por meio dos formulários, oportunizaram um conhecimento mútuo entre pesquisadores e comunidade, o início de uma relação de confiança. Muitos moradores se dispuseram a participar de um grupo de moradores, e é sobre ele que nos deteremos agora.

A partir dos contatos fornecidos pelos entrevistados, construímos um grupo de WhatsApp no ano de 2021. Na medida em que os formulários eram aplicados, as pessoas eram inseridas no grupo. Algumas saíram já na primeira semana, outras ficaram, mas não se manifestam, nem participam das reuniões presenciais.

Recentemente, fizemos contato com cada um dos membros menos atuantes, e eles reforçaram que querem continuar no grupo, que é difícil estar presencialmente, mas que consideram importantes as informações que são ali passadas. Atualmente, somos 12 membros; destes, 5 são os mais atuantes em reuniões e ações — são membros reconhecidos da comunidade por sua atuação pública e comunitária. O grupo é formado por Atamir Brunel Alves; Maria do Carmo Rodrigues Silva; Clovis Natalino Girardi; Ana Girardi; Orlando Vargas; Bruna Cataneo Zamparetti; Maria de Fátima Cardoso; Mirian Medeiros; Nalcione; Carla; Edson e Ione.

Assim que criamos o grupo, muitos moradores manifestaram, por escrito, as necessidades da comunidade, como: o asfalto da rua; a drenagem, devido ao alagamento de uma parte da rua em dias de fortes chuvas; e a criação de um museu e de um acesso local à área do sítio, para fins de visitação pela comunidade.

Um dos objetivos traçados pelo grupo é sua ampliação. Pretendemos promover visitas a moradores do bairro, falar sobre o projeto e fazer um convite de forma pessoal. Recentemente, chegou até nós a informação de que alguns moradores receavam participar do grupo pois entendiam que assim perderiam suas casas. A melhor forma para a desconstrução dessa perspectiva está em estabelecer um diálogo mais próximo, construir laços de confiança e desmistificar algumas ideias acerca da área dos sítios arqueológicos.

Nosso grupo se reúne uma vez por mês; os dias mudam a cada semestre, podendo ser em dias da semana à noite ou aos sábados pela manhã. Data e período são definidos em conjunto. Contamos com o apoio do setor de Educação Ambiental do Parque Diamante +Energia, que nos cedeu um local para as reuniões, o espaço destinado à recepção de grupos escolares participantes de ações voltadas à educação ambiental.

No dia 28 de outubro de 2021, às 19h, realizamos a primeira reunião, que contou com 7 participantes, dentre eles um estudante, bolsista do projeto de extensão universitária⁴⁵⁷, que acompanhou e registrou o encontro. Inicialmente, nós nos apresentamos e, logo após, apresentamos a proposta inicial do projeto e o porquê de estarmos reunidos naquele dia.

Conversamos sobre os sítios arqueológicos e mostramos dois *banners*, com a finalidade de indicar as áreas dos sambaquis. Junto aos banners, foram levados alguns artefatos líticos associados à cultura sambaquieira — um zoólito de pássaro,

⁴⁵⁷ No segundo semestre de 2021, a autora foi uma das coordenadoras de um projeto de intervenção no PROESDE - Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, realizado pela SED - Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Esse programa fornece bolsa de estudos de graduação, e os estudantes são inseridos em projetos organizados pela instituição de ensino e aprovados pela SED. O projeto ao qual os estudantes bolsistas participaram era denominado Educação Patrimonial na Educação Básica e tinha como objeto produzir material educativo para a difusão do patrimônio arqueológico catarinense. Inicialmente, o projeto possuía duas turmas, uma voltada ao município de Tubarão e outra ao município de Imaruí, mas, diante da disponibilização de novas bolsas, abrimos uma nova turma para o município de Capivari de Baixo. Ao invés de direcionar essa turma para ações escolares, consideramos melhor integrá-la às ações já desenvolvidas no escopo deste projeto, junto à comunidade local. Devido a isso, os estudantes também foram convidados a participar das reuniões e contribuíram com ideias e apontamentos, bem como com sua organização e registro. Em outras ações junto à comunidade, os estudantes estiveram presentes.

uma lâmina de machado, um pilão e uma mão de pilão, um peso de rede e uma bacia de polimento —, para que os moradores pudessem manuseá-los.

Tanto o *banner* quanto os artefatos não visavam a uma educação patrimonial instrutivista, ainda que muitos questionamentos tenham surgido a respeito. Nosso intento era utilizá-los como gatilhos de memória e canais de diálogo. Os moradores ali presentes já tinham visto artefatos semelhantes, inclusive haviam encontrado alguns nos sítios em questão. Houve uma curiosidade em ver artefatos oriundos daqueles sambaquis, bem como em saber onde se encontravam.

Figura 23 – Primeira reunião com moradores do bairro Centro, de Capivari de Baixo/SC



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Findada essa parte inicial, os moradores trouxeram informações, histórias e questões sobre os sambaquis. Após a explanação acerca de melhorias de infraestrutura local, os presentes discutiram o potencial educativo e turístico dos sambaquis, ressaltando a necessidade de um envolvimento maior dos gestores do Parque Ambiental.

Foi sugerida a criação de um espaço expositivo no parque, bem como o acesso e a visita ao sítio arqueológico, de forma interna e/ou externa ao parque. Comentamos que seria importante a criação de um conselho de patrimônio cultural no município de Capivari de Baixo ou a criação de uma associação de moradores, para que a comunidade pudesse atuar junto às ações desenvolvidas no contexto do parque, do sítio arqueológico e da comunidade.

A associação é uma das ideias que pretendemos levar adiante. Foi discutido em reunião que iremos consolidar algumas ações do grupo para, então, propor a criação de uma associação. Os moradores afirmaram que tal forma de organização social teria mais força de cobrança e negociação, contribuindo com outras ações em prol da comunidade, visto que o bairro em questão é um dos poucos de Capivari de Baixo que não possui uma associação de moradores.

Desde o primeiro encontro, temos mantido reuniões periódicas, parando apenas nos períodos de férias, entre janeiro e março de cada ano. Ao final de cada reunião, fazemos o registro da lista de presença, estruturamos uma ata e elencamos nossos próximos passos. As informações da reunião e os encaminhamentos são divulgados no grupo do WhatsApp.

Além das reuniões, com pontos específicos de discussão, realizamos confraternizações nos fechamentos de semestres. É interessante registrar que, ao final de cada reunião, organizamos um café para socialização. Na primeira reunião, ele foi organizado pela presente autora, logo após os demais moradores começaram a se organizar para que cada um trouxesse algo também, contribuindo para a construção da afinidade do grupo (palavras deles).

Ao longo de nossos encontros, alguns apontamentos foram feitos; na sequência, apresentamos os principais:

- Necessidade de um espaço expositivo na área do parque, que informe sobre os sítios arqueológicos;
- Melhorias de infraestrutura na parte externa: asfalto, iluminação, cuidado com o descarte incorreto de lixo e entulho;
- Cuidado com a vegetação alta na área do sambaqui Capivari I, pois ela acaba invadindo casas vizinhas e contribuindo para a entrada de animais;
- Ampliação da comunicação entre o parque e a comunidade, incluindo as demais ações realizadas no espaço, visto que a comunidade é pouco informada;
- Maior divulgação dos sítios arqueológicos, principalmente por meio da rádio, um importante veículo de informação da localidade;
- Apresentação das ações e do próprio grupo a entes de governo e à diretoria da Usina Termoelétrica Jorge Lacerda.

Para cada um desses apontamos, houve reflexão, discordância, resistência e ação. O espaço expositivo é pauta recorrente nas reuniões. Sobre ele, na segunda reunião que tivemos, um dos moradores, seu Atamir, relatou que, enquanto refletia acerca da proposta de um museu no parque, se lembrou de que já existe um ali.

Na parte central do parque, há peças relacionadas à produção de energia termoelétrica, muitas das quais pertenciam ao complexo termoelétrico local. Tais peças estão ao ar livre e recentemente foram cercadas para sua proteção, com a justificativa de que a depredação dos materiais era recorrente.

A área só é acessada quando grupos de visitantes da usina são levados até o local, o que ocorre, eventualmente, durante os dias da semana. Nos dias de maior público no parque, o “museu” fica fechado, transformando-se em uma imensa gaiola, com enormes peças sem identificação.

Assim que seu Atamir comentou, lembramos que o território do parque possui dois patrimônios culturais. Entretanto, ambos estão cercados, sem acesso ao público, sem informações a respeito e sem muitas ações de melhoria e valorização. A proposta de Atamir era conciliar os dois patrimônios, em uma conexão entre o passado e o presente da história municipal.

Ele afirmou que seria mais fácil conseguir o apoio dos diretores (Usina e Parque) se criássemos um espaço museológico que falasse tanto de uma ocupação antiga (sambaquis) quanto da história do município relacionada à produção de energia. Lembremo-nos dos patrimônios apontados pelos moradores nos formulários; a memória e a história municipais se conectam a esse passado da instalação da CSN e do complexo termoelétrico.

Ao final do ano de 2021, já havíamos pensado no local desse museu: a entrada no parque, em frente a um grande calçadão que poderia ser aproveitado para desenvolver ações educativas e de pesquisa. Nossa tarefa para 2022 era pensar a estrutura museal, bem como formas de viabilizá-la.

Figura 24: Registro de reunião e confraternização do Grupo de Moradores Nosso Sambaqui



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Ainda em 2021, estabelecemos uma conversa com o então Diretor de Cultura, Álvaro Dalmagro, que se mostrou muito interessado pelo projeto, parabenizou a formação do grupo e a ideia do museu. Ele nos informou que seria interessante uma reunião junto à diretoria do Parque Ambiental, com o objetivo de apresentar o projeto e a ideia do museu. Álvaro reforçou que, caso houvesse a oportunidade dessa apresentação, o máximo de membros do grupo deveria estar presente, pois isso demonstraria a força e a demanda da comunidade local.

Partindo do apontamento do diretor de cultura, organizamo-nos para rascunhar a proposta de um programa de ações, na qual estaria inserido o museu. Nosso pensamento consistia em apresentar algo mais estruturado, quando houvesse a referida reunião. Desde então, estamos estruturando esse programa, e junto ao grupo de moradores estão outros parceiros: estudantes extensionistas orientados pela presente autora; representantes de organizações públicas municipais; representantes do IPHAN, via escritório técnico de Laguna; e demais profissionais das áreas de arqueologia, museologia, arquitetura e turismo.

6.2.1 Dialogando com agentes do poder público e diretoria do parque

Com base na perspectiva da multivocalidade, buscamos o diálogo junto aos demais agentes envolvidos no processo de gestão dos sítios arqueológicos. A partir do momento em que se estruturou o grupo de moradores, deu-se início a uma articulação junto ao poder público local e à diretoria do parque. Já em 2021, o projeto

foi apresentado ao conselho diretivo do parque, que aprovou sua execução. Essa apresentação foi feita via setor de cultura; nenhum de nós foi convidado a participar.

Foi encaminhada uma apresentação com os objetivos do projeto, e esta foi apresentada (por meio da responsável pelos projetos culturais do parque) à diretoria. O retorno desse primeiro contato foi muito positivo; a diretoria estava apoiando o projeto e iria dispor auxílio de marketing para divulgá-lo. Inclusive, chegou-se a estruturar um plano de mídias. Todavia, a mudança de equipe e a falta de diálogo estagnaram tal proposta.

Considerando que precisávamos movimentar nosso projeto, aproximamo-nos do setor ambiental do parque, hoje denominado Programa Diamante+ Educação Ambiental⁴⁵⁸. Na primeira reunião para a apresentação do projeto, Mylena verbalizou a necessidade de integrar o sítio arqueológico com as ações voltadas à educação ambiental. Aproveitamos para informar sobre o incômodo da comunidade local com o entulho e o lixo na área do sambaqui, assim como sobre a vegetação alta.

Mylena comentou que o problema ocorre também na parte interna da cerca, uma vez que os moradores limítrofes estariam jogando lixo por cima dela, nas áreas do parque, incluindo o sambaqui Capivari I. Em nossa reunião, estabelecemos uma parceria que dura até hoje — o setor da educação ambiental nos empresta seu espaço para as reuniões e demais ações, bem como se tornou um importante aliado no processo de levar as demandas da comunidade aos responsáveis, a exemplo do lixo/entulho e da alta vegetação.

No mesmo ano, fomos atendidos pelo diretor de cultura do município de Capivari de Baixo (a diretoria integra a Secretaria de Educação do município), Álvaro Dalmagro, já citado neste texto. Na conversa, o diretor, além do momento de parabenização, foi transparente quanto às dificuldades existentes no contexto municipal, principalmente na área da cultura.

Álvaro se comprometeu a apresentar o projeto ao prefeito e, talvez, até marcar uma reunião nossa com o chefe do executivo municipal, mas isso não aconteceu. O diretor de cultura chegou a participar de algumas ações educativas, mas acabou se afastando em março de 2022, quando foi removido do cargo. À época, ele estava

⁴⁵⁸ As ações educativas são organizadas conjuntamente entre o parque e a área de gestão ambiental do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda. A atual responsável pelo Programa Diamante+ Educação Ambiental é a engenheira agrônoma Mylena de Medeiros. Como já atua há alguns anos no parque, Mylena tem familiaridade com as ações de pesquisa desenvolvidas nos sambaquis.

estruturando um conselho municipal de cultura, que contaria com cadeira especial para representantes do patrimônio arqueológico.

Infelizmente, por parte da prefeitura, não foi dada continuidade à proposta, ainda que Álvaro tenha deixado a estrutura do conselho montada e documentada para eventual continuidade. O conselho seria um importante espaço de participação da sociedade civil; em nosso caso, do grupo de moradores. Dada sua não existência, a transformação do grupo em uma associação se tornou cada vez mais necessária.

Mylena entrou em contato com os secretários de Infraestrutura, Meio Ambiente e Educação do município para que o projeto fosse articulado junto a eles também. Tal contato viabilizou a participação desses representantes em uma ação educativa com a comunidade, realizada em dezembro daquele mesmo ano.

As conexões estabelecidas no evento resultaram no convite para a apresentação do grupo de moradores no Conselho Municipal do Meio Ambiente (Condema)⁴⁵⁹. O convite foi feito pela analista ambiental da prefeitura, Renata Porto Moraes, que, na sequência, foi eleita presidente dele.

Fomos em um grupo de quatro pessoas, no dia 9 de fevereiro de 2022. Por volta das 10h, nas dependências do parque ambiental, cederam-nos um espaço de fala. Colocamos a apresentação e, inicialmente, tomamos a palavra; na sequência, os demais integrantes dos grupos falaram ao Conselho sobre a relevância dessa discussão, o potencial da área do sambaqui e a necessidade de um cuidado maior, principalmente quanto ao lixo no local e aos alagamentos ocorridos.

A presença e a fala de membros do grupo de moradores mostram o quanto as demandas locais estão fortalecidas. Muitas reivindicações da comunidade chegaram, naquele dia, de forma direta e clara, aos responsáveis por saná-las, dada a presença, na reunião, dos representantes da secretaria de infraestrutura e meio ambiente.

Não só foi um espaço importante de fala, como foi também um momento para estabelecer novas relações e parcerias. Ao final dessa reunião, Mylena veio falar

⁴⁵⁹ O Conselho é formado por representantes do poder público municipal – representantes da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento Urbano; Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras, Viação, Trânsito e Meio Ambiente; Procuradoria Geral do Município – PGM; Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC; e representantes de demais entidades e órgãos da sociedade civil – Consórcio Saneamento Capivari; Associação Jorge Lacerda – Parque Ambiental Encantos do Sul, Faculdade Capivari – FUCAP; Comitê da Bacia do Rio Tubarão e Complexo Lagunar, representante da Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos do Vale do Rio Tubarão – AREATB.

conosco sobre uma representante do meio ambiente da usina que estava presente na reunião e gostou do projeto; também combinou de articular uma reunião com o secretário de Obras, Viação, Trânsito e Meio Ambiente, para chamar a atenção e viabilizar um plano de cuidado com o lixo no local do sambaqui Capivari I.

Nossa fala repercutiu na imprensa local e na prefeitura e acabou recebendo mais destaque que a posse da nova diretoria do Conselho, que ocorreu mais cedo naquela mesma manhã. Todavia, a exposição midiática se apegua à autoridade acadêmica. Nas reportagens, é a imagem e o nome da presente autora que aparecem, ainda que as matérias fizessem referência ao grupo de moradores presente. Todavia, já que o apelo à autoridade existe, nós o usaremos a favor do grupo de moradores.

Figura 25: Reportagem sobre a apresentação do projeto na reunião do Conselho de Meio Ambiente de Capivari de Baixo

#meioambiente

Com nova diretoria eleita, Condema discute ações para 2022

Publicado em 09/02/2022 às 16:02 - Atualizado em 09/02/2022 às 16:09



AMBIENTAL

COM NOVA DIRETORIA ELEITA, CONDEMA DISCUTE AÇÕES PARA 2022

Capivari de Baixo

A nova diretoria (mandato 2022-2023) do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Condema) de Capivari de Baixo tomou posse recentemente. A presidente eleita é a analista ambiental e professora Renata Porto Moraes.

A reunião de abertura dos membros recém-empossados ocorreu nesta quarta-feira (9). Foi a primeira em modo presencial desde o início da pandemia (março de 2020). Dentre as pautas em debate estavam a implementação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMA); planejamento das atividades; pendências e demandas do Conselho.

A arqueóloga e historiadora Bruna Cataneo Zampareti, juntamente com integrantes do Grupo de Moradores fez a apresentação do Projeto "Tem um Sambaqui na minha rua!", como intuito de divulgar e disseminar as atividades do espaço, localizado em plena área urbana da cidade, à região. O objetivo é a construção colaborativa de ações de preservação e uso dos sítios arqueológicos sambaquis Capivari I e Capivari II.

Baixar imagem A reunião de hoje ocorreu na Sala de Meio Ambiente do Parque Encantos do Sul.

Outras informações sobre o Condema podem ser obtidas no link: <https://is.gd/yxnXar>, no telefone (48) 3621-4400 ou ainda via e-mail: cmmambiente@capivaridebaixo.sc.gov.br.

Cronograma

No último dia 11, foi realizada a escolha da nova diretoria do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capivari de Baixo (Condema). O último encontro do ano passado ocorreu em 8 de dezembro, quando foram apresentados os resultados obtidos pela gestão 2020-2021, e as propostas e planejamento da nova e atual gestão 2022-2023, bem como foi estabelecido o cronograma de reuniões, que ocorrerão Cronograma nas segundas quartas-feiras de cada mês, a primeira sendo hoje (9).

Fonte: Capivari de Baixo, 2022⁴⁶⁰.

⁴⁶⁰ Disponível em: <https://www.capivaridebaixo.sc.gov.br/noticias/ver/2022/02/com-nova-diretoria-eleita-condema-discute-acoes-para-2022>. Acesso em: 20 set. 2022.

Figura 26: Reportagem sobre a apresentação do projeto na reunião do Conselho de Meio Ambiente de Capivari de Baixo

Preservação de Sambaquis é a meta do Condema de Capivari de Baixo para este ano

Além do projeto de preservação dos dois sítios arqueológicos, o grupo também debateu a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMA)

Por **Zahyra Mattar** - 9 de fevereiro de 2022



Na primeira reunião da nova diretoria, nesta quarta-feira (9), a arqueóloga e historiadora Bruna Cataneo Zampareti apresentou o projeto "Tem um Sambaqui na minha rua" - Foto: Prefeitura de Capivari de Baixo | Divulgação

Fonte: Notisul, 2022⁴⁶¹.

Após a apresentação no Conselho, fomos convidados a participar de uma reunião com a responsável pela gestão ambiental da Diamante Geração de Energia, Liliana Dutra dos Santos, ao final de 2022. Estavam presentes também Fábio Costa, Gerente de Utilidades e Meio Ambiente, e Mylena Medeiros, do setor educativo da área ambiental. Na reunião, apresentamos todas as ações desenvolvidas até então, junto a um planejamento de curta, média e longa duração, voltado à comunidade local e aos sítios arqueológicos.

⁴⁶¹ Disponível em: <https://notisul.com.br/geral/preservacao-de-sambaquis-e-a-meta-do-condema-de-capivari-de-baixo-para-este-ano/>. Acesso em: 20 maio 2022.

Os participantes parabenizaram as ações e nos convidaram a apresentá-las ao diretor do parque, no encerramento de final de ano (o que não ocorreu), e indagaram sobre a forma de estabelecimento de uma parceria entre o grupo de moradores e o parque ambiental. Essa reunião rende frutos até hoje. Liliana tem participado de ações educativas que realizamos, bem como nos convida a participar de ações educativas promovidas pela gestão ambiental da usina.

Embora uma reunião com o diretor da usina não tenha ocorrido, acreditamos que, após a estruturação do programa de valorização, teremos em mãos um importante documento para esse encontro. A consolidação do grupo de moradores, a estruturação do programa e as parcerias estabelecidas nos deixam mais fortes nesse processo dialógico.

Em pouco mais de um ano de atuação, conseguimos articular moradores locais, programas e grupos de pesquisa universitários, poder público municipal, gestão do parque ambiental e gestão da usina termoeletrica. As várias vozes e a dissonância inerente compõem o exercício da colaboratividade.

O entendimento desse exercício nos ajuda a continuar, mesmo em momentos em que há forças contrárias dispostas a nos fazer desistir. As ações educativas se tornam um importante instrumento nessas situações, uma vez que trazem vida, dinâmica, divulgação e interesse ao tema arqueológico e, por consequência, a toda a trajetória que estamos percorrendo como grupo de moradores.

6.2.2 Ações educativas realizadas

No início do projeto, havíamos pensado em ações educativas que envolvessem a comunidade local e escolar. A proposta era que, junto às ações com a comunidade local, também ocorressem ações com a comunidade escolar.

Todavia, a pandemia nos levou a rever essa sequência e, por já estarmos no ambiente digital, optamos por iniciar as ações educativas com a comunidade escolar. No mês de agosto de 2021, estas foram realizadas junto a três instituições de ensino, localizadas na área do projeto, sendo elas: Escola de Educação Básica Teresa Martins Brito, Escola Municipal de Educação Básica Stanislaw Gaidzinski Filho e Escola Municipal de Educação Básica Dom Anselmo Pietrulla.

Em vista dos decretos estaduais e municipais de contenção à COVID-19 para o ambiente escolar, junto ao Plano de Contingência da Educação para a Retomada

das Aulas Presenciais em Santa Catarina (PLANCON), realizamos a ação de forma remota. Os estudantes estavam retornando presencialmente, o que fez com que algumas palestras ocorressem integralmente on-line (todos os alunos na sala on-line), e outras foram transmitidas, ou seja, a interlocutora estava on-line, e os estudantes se encontravam presencialmente na sala de multimídia da escola. As transmissões ocorriam via Google Meet, com a sala aberta pelas professoras responsáveis — professoras de História, Geografia e Ciências.

A ação era caracterizada por uma palestra, entre 45 e 90 minutos, com a abertura de espaço para o questionamento dos estudantes no transcórre da conversa. As ações foram realizadas entre os dias 09 e 28 de agosto de 2021, junto aos estudantes do sexto ao nono ano do ensino fundamental, totalizando 110 estudantes participantes.

Figura 27 – Ação educativa na escola



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A palestra foi estruturada em dois blocos: o primeiro teve como foco a arqueologia e os sítios sambaquis; e o segundo, os sambaquis do município de Capivari de Baixo. Muitos estudantes, ao longo da fala, se mostravam surpresos por haver sambaquis no município, e mais surpresos ainda por estes estarem perto de sua escola e de sua residência. Quando o mapa com a localização dos sambaquis

Capivari I e Capivari II era mostrado, os estudantes identificavam pontos de referência em sua localidade, surpreendendo-se ainda mais com a proximidade dos sítios.

Os estudantes que já sabiam da existência de um sambaqui dentro do Parque Ambiental se questionavam sobre visitas ao local; na sequência, vinha a tristeza pela impossibilidade de realizá-las. Alguns relataram haver uma trilha, dentro do parque, que leva ao sambaqui, mas seu acesso é proibido. Externa ou internamente, o contato de muitas pessoas com os sítios arqueológicos se dá por meio de placas proibitivas e cercas.

Os estudantes também sugeririam melhorias para a visita do espaço. Falaram de um mirante (para não impactar o sítio e ter a visibilidade dele), trilhas e um museu. Os professores mostravam-se surpresos e encantados pela possibilidade de uso do espaço para ações educativas.

As ações voltadas à comunidade escolar continuaram nos anos seguintes, principalmente integradas à educação ambiental do parque e às ações educativas no contexto de projetos de extensão universitária. No ano de 2023, um grande evento educativo foi realizado no parque, a XV Semana dos Povos Indígenas. A escolha do local do evento, já em 2022, se deu em virtude de todas as ações que vinham sendo desenvolvidas junto à comunidade local.

Esse evento, tradicionalmente feito pelo Grupep-Arqueologia/Unisul, foi desenvolvido pela Garapuvu Patrimônio Cultural, uma vez contemplada com o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura 2022, realizado pela Fundação Catarinense de Cultura. Integramos a organização e execução desse evento, realizado entre os dias 09 e 12 de maio de 2023.

O evento contou com a participação de 22 instituições escolares, oriundas de 8 municípios da região, atendendo a um total de 2400 estudantes. As ações ofertadas para as escolas foram compostas por oficinas pedagógicas (escavação, cerâmica, arte rupestre, filtro dos sonhos, biodanza), contação de histórias, apresentações teatrais e uma palestra de abertura, que recebeu Fabiano Karaí, indígena Mbya da Tekoá Marangatu, no município de Imaruí. Fabiano também é mestre em Ciências Ambientais pela Unesc.

O público participante foram estudantes da educação básica e do ensino superior, professores e comunidade local (prestigiando as ações, participando de oficinas e contribuindo para algumas delas). O evento recebeu ampla divulgação na

mídia local. Aproveitamos o espaço na mídia para divulgar o Grupo de Moradores Nosso Sambaqui e as ações que estamos desenvolvendo.

No último dia do evento, como símbolo de fechamento, todos os envolvidos se reuniram e plantaram (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) uma muda de *G arapuvu* na área do parque em que projetamos fazer o acesso interno ao sambaqui Capivari I. Além de um símbolo de todo o esforço para a realização do evento, o local escolhido será acessado por todos os futuros visitantes do sítio arqueológico, tornando-se um lugar de memória da trajetória histórica do exercício colaborativo que propiciou as ações realizadas no local.

Figura 28 – Registro de ações educativas na XV Semana dos Povos Indígenas



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 29 – Recepção das escolas na XV Semana dos Povos Indígenas — parte da exposição



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 30: Registro da oficina de arte rupestre



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 31: Registro do plantio do Garapuvu, próximo à área do sambaqui Capivari I



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Outra ação realizada foram as visitas monitoradas ao sambaqui Capivari I, em suas partes interna e externa. Na parte interna, as visitas ocorreram com membros do grupo de moradores, estudantes do ensino superior, professores em curso de formação sobre a temática e o grupo de escoteiros do município, denominado Carijós.

O acesso ao sítio arqueológico se deu a partir de uma pequena trilha que margeia as cercas. Os visitantes se depararam com um acesso difícil, com vegetação alta e muito lixo pelo caminho. Ao chegar ao sítio, observamos o ponto da última escavação e algumas conchas em superfície, além da forma monticular do sítio, percebida em relação às áreas baixas no entono.

Para o público em geral, principalmente os visitantes do parque aos finais de semana, inclusive os estudantes, moradores locais e demais residentes do município e região, realizamos algumas ações aos domingos. Ao todo, foram realizadas 5 exposições dentro do parque.

Nosso espaço era dinâmico, alternando de acordo com as condições fornecidas pelo parque. Em geral, levávamos expositores com materiais líticos

encontrados em sambaquis — zoólito, lâmina de machado, pilão e mão de pilão, peso de rede, quebra-coquinho — e, durante dois dias, uma bacia de polimento de grande dimensão. Os artefatos eram complementados com *banners* sobre sambaquis e arqueologia regional, junto a dois elaborados especificamente para nosso projeto (APÊNDICE B).

Também estruturamos um espaço com exposição virtual, por meio do App Arqueologia Ra – Arqueologia Realidade Aumentada⁴⁶². Todo o material utilizado na exposição compõe o acervo do laboratório de arqueologia da Unisul. Cabe lembrar que as ações integraram os estudantes extensionistas da respectiva universidade.

Nesses eventos, algumas pessoas ficavam surpresas com a existência de um sítio arqueológico no parque. Na sequência, perguntavam se o sítio era visitável, fornecendo-nos indícios de que ações no sítio arqueológico aos finais de semana, junto aos usuários do parque, têm potencial.

Alguns participantes do grupo de moradores iam até o espaço expositivo para vê-lo e conversar com outros munícipes. Todas as ações aqui apresentadas, sem exceção, foram informadas no grupo de moradores. A última ação que mencionamos ocorreu em junho de 2023, quando fomos convidados para ocupar um estande na II Feira Ambiental Diamante.

⁴⁶² “ARQUEOLOGIA R.A. – GRUPOS PRÉ-COLONIAIS DE SANTA CATARINA é um app que permite ao usuário visualizar artefatos arqueológicos dos antigos povos habitantes de Santa Catarina em Realidade Aumentada. Além da visualização, é possível obter informações, na tela, sobre cada objeto. Desenvolvido inteiramente por arqueólogos, o app foi pensado para ser utilizado por professores, educadores e alunos do Brasil todo. O app é uma parceria entre o Grupo de Pesquisa CNPq – Arqueologia Interativa e Simulações Eletrônicas (ARISE), do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, e o GRUPEP, da UNISUL”. Texto extraído do site do ARISE, em que é possível fazer o download do app, disponível em: <http://www.arise.mae.usp.br/arqueologia-ra/>. Acesso em: 01 maio 2022.

Figura 32 – Espaço expositivo no Parque, no dia 31 de outubro de 2021



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 33 – Espaço expositivo no evento Domingo no Parque, em novembro de 2021



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Figura 34 – Espaço expositivo no evento Domingo no Parque, em dezembro de 2022



Fonte: Acervo da autora, 2022.

Figura 35 – Espaço expositivo na II Feira Ambiental Diamante, em junho de 2023



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Por último, uma das ações mais interessantes, dado seu direcionamento à comunidade local, foram os mutirões de limpeza no sambaqui Capivari I. A proposta da atividade era conciliar um espaço expositivo e de diálogo com os moradores sobre o patrimônio arqueológico, junto a conversas sobre o descarte correto de lixo e entulho. Essa ação ocorreu duas vezes, em um sábado pela manhã: a primeira, ao final de 2021, e a segunda, ao término de 2022.

Em ambos os dias de atividade, houve ampla divulgação em rádios locais, jornais e no canal de informação da prefeitura de Capivari de Baixo. Também emitimos cartas-convite para o representante do Executivo e para a Câmara de Vereadores do município.

A ação foi desenvolvida na parte do sítio voltada à comunidade. Fechamos a rua utilizando duas tendas e estruturamos um espaço de exposição junto com a distribuição de material educativo sobre o cuidado com o patrimônio arqueológico e com o meio ambiente.

O material foi confeccionado por estudantes extensionistas da Unisul e bolsistas PROESDE⁴⁶³. A parte frontal do material versava sobre sambaquis, com destaque para os sambaquis do município; na parte de trás, o foco era direcionado ao descarte correto de lixo. Em ambos os temas, havia canais de informação e denúncia. Os estudantes também produziram um adesivo com os dizeres “Preserve os sítios arqueológicos”, que foi distribuído junto com o *flyer*.

⁴⁶³ Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional, coordenado pela Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional – DIPE e pela Secretaria de Estado da Educação – SED do Estado de Santa Catarina. Regulamentado pela Portaria Normativa 2180/SED/2020, tem como objetivo conceder bolsas de estudo para estudantes matriculados em Cursos de Graduação e de Licenciatura.

Figura 36 – Flyer produzido para a ação educativa no sambaqui Capivari I



Fonte: Elaborado por estudantes e professores do projeto PROESDE, 2021.

Figura 37 – Adesivo produzido para a ação educativa no sambaqui Capivari I



Fonte: Elaborado por estudantes e professores do projeto PROESDE, 2021.

Ao longo de toda a manhã, conversamos com a comunidade, disponibilizando brinquedos para as crianças (cama elástica e disputa de cotonetes), aliados a um café gratuito para todos os envolvidos. Tudo era destinado ao usufruto da comunidade; a proposta era transformar o local do sítio em algo bom para ela, longe da imagem de abandono e insegurança.

Os estudantes universitários foram de casa em casa conversar com os moradores locais sobre o descarte correto de lixo, entregaram o material educativo e convidaram os moradores para ir até o espaço da ação. Na primeira edição, em dezembro de 2021, estiveram presentes o diretor de cultura do município, a secretária de educação e os representantes do setor de meio ambiente da prefeitura de Capivari de Baixo. Foi muito importante essa presença para chamar a atenção para o projeto e estabelecer conexões e parcerias.

Figura 38 – Registro da ação educativa realizada em dezembro de 2021



Fonte: Grupep, 2021.

Figura 39 – Estudantes, moradores e representantes do poder público municipal na ação educativa



Fonte: Grupep, 2021.

Figura 40 – Registro da ação educativa realizada em dezembro de 2022



Fonte: Grupep, 2021.

Muitos moradores foram até o espaço, inclusive os que participam do grupo de moradores. De forma geral, os estudantes que estavam indo de casa em casa foram bem recebidos; apenas um morador, próximo ao sítio, destratou-os e afirmou não querer nada da “gente”, afirmando que o sambaqui é um problema.

Uma vez que a rua estava fechada e havia tendas e brinquedos, o movimento chamou a atenção de vários moradores, que foram conversar, trocar informações, trazer as crianças e, inclusive, alguns se tornaram membros do grupo de moradores a partir daquele dia.

Paralelamente ao espaço criado na parte externa, professores e estudantes, junto aos demais convidados, realizaram um mutirão de limpeza na parte interna do sambaqui Capivari I. Na primeira edição, foram coletados elementos que preencheram vários sacos de lixo, correspondendo à metade de uma caçamba de um tele-entulho contratado. O tele-entulho ficou disponível para a comunidade ao final de semana, sendo informado e sugerido que eles o utilizassem para o descarte de grandes materiais.

Entre o lixo recolhido estavam cadeiras de plástico, uma centrífuga, restos de construção e lixo doméstico, e muitos desses materiais estavam localizados aos fundos das casas que fazem divisa com o terreno do parque. Na parte externa, havia muito lixo, todavia, com a repercussão da primeira ação, a prefeitura realizou a limpeza do espaço, sendo, inclusive, fixada uma placa alertando sobre a proibição de lixo no local.

Interessante notar que esses eventos chamam a atenção da comunidade, mas também do poder público para com aquele espaço. Na segunda edição, foi possível observar que o lixo coletado havia reduzido, indicando uma mudança no hábito de jogar lixo por cima da cerca.

Figura 41 – Mutirão de limpeza na parte interna do sambaqui Capivari I



Fonte: Grupep, 2021.

No dia da primeira limpeza interna, tivemos um contratempo. Informamos previamente à gestão do parque ambiental sobre a realização da atividade como um todo, inclusive convidando-a para o evento. De acordo com o setor de Meio Ambiente, estava tudo certo, mas a secretaria do parque informou que seria necessário pedir autorização à diretoria para realizar a limpeza na parte interna do sambaqui Capivari I.

Na manhã anterior ao evento, informaram-nos que não poderíamos entrar na parte interna do sambaqui, pois não seria possível mexer nele sem antes consultar o IPHAN. Esclarecemos que só iríamos coletar o lixo que está jogado no sítio e seu entorno e que não haveria intervenção. Ainda assim, o pedido foi negado. Indagamos se, com uma autorização do IPHAN por e-mail, poderíamos realizar a ação; eles nos responderam afirmativamente.

Ligamos para a responsável pelo escritório técnico do IPHAN em Laguna, e ela nos pediu para fazer tal solicitação por e-mail; assim o fizemos, e eles nos retornaram na sequência parabenizando pela ação e informando que não se opunham à sua realização. Mandamos o e-mail para o parque, que nos autorizou coletar o lixo.

Esse contratempo chamou nossa atenção para a necessidade de um diálogo junto aos diretores do parque, tanto para informar sobre o projeto quanto para suavizar esse receio quanto à área do sambaqui, temor decorrente de multas e TACs resultantes de ações destrutivas cometidas no passado.

6.3 PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS SAMBAQUIS CAPIVARI I E CAPIVARI II

Todo o processo de colaboração apresentado anteriormente resultou no primeiro modelo de um Programa de Valorização, Educação e Preservação dos Sambaquis Capivari I e Capivari II. O documento completo pode ser acessado no APÊNDICE C. Os agentes do patrimônio envolvidos, seja para fins de construção final desse programa, seja como parte de seu processo construtivo, foram:

- **Comunidade circunvizinha:** por meio de entrevistas gravadas, formulários aplicados e a formação do Grupo de Moradores Nosso Sambaqui.
- **Academia:** desenvolvido no contexto da pesquisa de doutorado da arqueóloga Bruna Cataneo Zamparetti – PPGH/UFSC. Contou também com a participação dos estudantes extensionistas da Universidade do Sul de Santa Catarina e com o apoio do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep, da mesma instituição, principalmente na figura de um dos seus líderes, o arqueólogo Geovan Martins Guimarães;
- **Setor privado e entidades do terceiro setor:** representados pelo Parque Diamante +Energia, principalmente por meio do Programa de Educação Ambiental desenvolvido em conjunto com a Diamante Energia, responsável pela gestão do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda;
- **Poder público federal,** por meio de parceria e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, por meio do escritório técnico de Laguna/SC, na figura da responsável técnica, a arquiteta Ana Paula Cittadin.
- **Poder público municipal,** por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capivari de Baixo, bem como da parceria estabelecida durante um período determinado com o Departamento de Cultura. Muitas ações também contaram com apoio e a presença da Secretaria de Educação.

No primeiro semestre de 2023, abrimos uma turma do projeto de extensão universitária “Um olhar sobre o Patrimônio”, coordenado por mim. A missão dessa turma era entender todo o processo colaborativo, conversar com a comunidade e auxiliar na estruturação desse programa. Participaram desse desafio 30 estudantes dos cursos de História, Pedagogia, Arquitetura, Medicina, Direito, Psicologia e Enfermagem. Toda essa interdisciplinaridade foi essencial para que tivéssemos vários ângulos de um mesmo problema, bem como outros pontos de aperfeiçoamento que ainda não percebíamos.

Ao final do semestre, realizamos a apresentação do programa ao grupo de moradores e membros do programa ambiental do parque (APÊNDICE D). Os presentes puderam comentá-lo, sugerir alterações e definir novas estratégias. Somente após esse dia foi finalizada a primeira versão apresentada nesta tese.

Figura 42 – Reunião de alinhamento com o grupo de moradores e estudantes extensionistas



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Figura 43 – Encontro final para a apresentação do programa, socialização e encerramento do semestre



Fonte: Acervo da autora, 2023.

O programa tem como objetivo **promover a preservação dos sítios arqueológicos a partir de processos mais equânimes e multivocais no exercício patrimonial**. Na busca por alcançar tal intento, entendemos que é necessário: **estimular a continuidade da colaboração com a comunidade local e demais agentes do patrimônio; melhorar o espaço externo do sítio voltado à comunidade; exercer, de forma processual, ações voltadas à valorização dos sítios arqueológicos; estruturar espaços adequados de visitação.**

Foram estruturados seis tópicos principais, sendo eles:

- Processos educativos
- O patrimônio e a comunidade
- Estruturas de visitação
- Plano de mídias
- Avaliação
- Perspectivas futuras

O documento inicia apresentando os problemas identificados pela comunidade local e os demais envolvidos no projeto (Figura 44) acerca dos sítios arqueológicos, bem como pontua as mudanças reivindicadas pelos moradores.

Figura 44 – Representação dos envolvidos no diagnóstico de problemas nas áreas dos sambaquis Capivari I e Capivari II



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O compilado desses apontamentos resultou nos problemas aqui elencados. Estes serviram como força motriz para a estruturação do programa. Os principais problemas podem ser observados na Figura 45. Dentre eles, apenas a necessidade do asfalto foi sanada antes da estruturação deste documento.

Figura 45 – Principais problemas identificados nas áreas dos sítios arqueológicos



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na sequência, são apresentadas as a oes educativas planejadas. Os processos educativos foram pensados para tr s públicos, sendo eles: a comunidade escolar, a comunidade local, os visitantes e turistas.

No que compete   educa o escolar, além de propor a integra o com a educa o ambiental, já realizada no parque, organizamos um portfólio de a oes a serem oferecidas. As atividades são: visita monitorada ao sítio arqueológico; exposi oes nos eventos realizados no parque; produ o de material educativo; curso de forma o para monitores locais; concurso identidade visual do programa educativo; estabelecimento de parcerias.

Na Figura 46,   possível observar uma das a oes propostas, a de visita monitorada ao setor educativo e ao sítio arqueológico.

Figura 46 – Apresentação de uma das atividades propostas para a comunidade escolar

ATIVIDADE

Acolhimento e apresentação do programa.
 Conversa inicial sobre arqueologia e sítios sambaquis.
 Acesso a exposição de artefatos arqueológicos (empréstimo de instituições de guarda como a Unisul).
 Visita guiada ao sítio arqueológico Capivari I.

* Oficina pedagógica – escavação arqueológica simulada, estratigrafia do sambaqui, entre outras opções – a depender da escolha e tempo da instituição agendada.

PÚBLICO-PARTICIPANTE

- Estudantes da educação básica (a atividade é adaptada a idade dos estudantes).
- Estudantes de ensino superior.
- Demais grupos organizados que tenham interesse no assunto: professores, pesquisadores, entidades filantrópicas, entre outros

OFERTA

1 dia de atendimento por semana
 Duração entre 1h30min e 2h
 Turmas de 40 estudantes

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Por entender que a comunidade local é parte essencial dessas ações, e diante da reivindicação feita pela própria comunidade, estruturou-se um plano direcionado a ela. Cabe reforçar que algumas das ações antes descritas podem ser direcionadas à comunidade local. Um dos pontos essenciais é a melhoria na comunicação entre as ações desenvolvidas e a comunidade, mas, para isso, organizamos um tópico voltado à comunicação e à mídia.

As ações voltadas à comunidade envolvem a parte educativa, bem como a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Nossa ideia é que ela se beneficie cada vez mais das ações e espaços do parque, não só do espaço do sítio. O sítio é visto aqui como um facilitador da aproximação entre a comunidade e o parque, o ponto que poderá viabilizar essas ações com a comunidade.

Três projetos foram direcionados à comunidade local: Sábado no sambaqui; Visitas monitoradas; e Cuidando de Si.

- **Sábado no Sambaqui:** ação realizada em um sábado a cada três meses, que visa à criação de um dia voltado à comunidade local, realizado na parte externa do sítio. Para tanto, a rua é fechada, tendas são montadas no local, havendo a instalação de brinquedos e atrações para as crianças, exposição de artefatos, local de conversa e socialização, disponibilização de lanche, convite a

parceiros que queiram expor suas atividades e realizar ações junto à comunidade. A proposta é que o espaço externo do sítio seja apropriado pela comunidade. Também buscamos transformar a imagem negativa acerca da área do sítio arqueológico.

- **Visita monitorada ao sítio arqueológico e demais ações educativas oferecidas:** ao menos em um domingo do mês o espaço educativo está aberto para receber visitantes da comunidade e do parque como um todo. Também, neste dia, são realizadas visitas monitoradas ao sítio arqueológico. Considerando que alguns membros da comunidade têm mobilidade reduzida, a visita ocorre pela parte externa do sítio, com o acesso pelo portão da rua.
- **Cuidando de si – qualidade de vida da comunidade:** as ações aqui desenvolvidas são voltadas à saúde física e mental da comunidade. O sítio arqueológico e suas áreas adjacentes são utilizados como espaço para grupos de caminhada; alongamento e mobilidade; redução alimentar; meditação, *mindfulness* e yoga restaurativa; entre outros. O projeto Cuidando de si vem beneficiar a comunidade por meio de um programa conectado aos sítios arqueológicos. O patrimônio arqueológico se torna parte valorada da comunidade, um veículo de transformação local.

Para o público visitante do parque e turistas interessados em conhecer os sítios arqueológicos, foram pensadas as seguintes ações: tótems informativos ao longo do parque; material de divulgação; exposições e atividades lúdicas nos eventos; abertura do espaço de visita aos domingos; agendamento de grupos.

Por entender que o programa irá atender a um público variado, estruturamos protocolos de prevenção de acidentes e de primeiros atendimentos. Por se tratar de um parque ambiental, há o risco de os visitantes serem picados por animais peçonhentos e insetos. Também devemos pensar em eventuais quedas ou no mal-estar de algum visitante.

Ao fazermos esse levantamento, chocou-nos o fato de que, atualmente, o parque não possui um espaço de atendimento de primeiros socorros, tampouco profissionais ou protocolos a seguir nesses casos. Os estudantes do projeto de extensão, alguns da área da saúde, ao identificarem essa demanda, encaminharam uma reclamação à Ouvidoria do parque. Após esse processo, informaram-nos de que o parque e a prefeitura estabeleceram uma parceria para que os agentes da saúde ficassem à disposição no espaço, todavia apenas durante a realização de grandes

eventos. Ainda que não seja o ideal, já foi uma mudança decorrente das ações aqui desenvolvidas, dando-nos um sinal positivo em relação a elas.

O terceiro tópico do programa está voltado ao usufruto da área do patrimônio pela comunidade local, buscando desconstruir relações verticalizadas estabelecidas entre os representantes do patrimônio institucionalizado e as pessoas que vivem no entorno dele. Para tanto, propõem-se mudanças estruturais e educativas que visem ao benefício da comunidade. Tais mudanças envolvem questões relacionadas à/ao:

- deslocamento urbano, com mudança de alteração do sentido de ruas, descomplicando a vida dos moradores em dias de fluxo intenso no parque;
- iluminação na rua que perpassa o sítio;
- manutenção das estruturas já existentes (deque e cerca), bem como da vegetação na área dos sítios arqueológicos;
- troca da cerca e criação de uma entrada (monitorada) pela parte externa. Podemos, inclusive, pensar na parceria com vizinhos que contribuam com a manutenção desse acesso;
- extensão da passarela, criando acesso, uma vez os transeuntes, quando chegam à parte mais alta do sítio, são obrigados a fazer um retorno, pois não há uma saída contínua. Também não há calçamento nos terrenos vizinhos, o que, em si, torna a calçada e o deque subaproveitados.
- limpeza e a campanhas de sensibilização quanto ao descarte de lixo e entulho no local;
- aquisição (prefeitura ou parque) dos terrenos baldios em frente ao sítio, com a finalidade de construir um espaço coletivo (praça, parque) para a comunidade;

O quarto ponto apresentado é a necessidade de criação de uma estrutura de visitação ao sítio arqueológico Capivari I que envolva (Figura 47): local de atendimento ao público-participante, trilhas, tótems informativos, acesso ao sítio arqueológico para visitas monitoradas e, numa perspectiva a longo prazo, a estruturação de um espaço museológico. Na parte externa ao sítio, algumas das ações antes citadas, principalmente quanto ao deque e às cercas, já contribuíram com melhorias no local.

Figura 47 – Propostas de melhoria e construção de estruturas na parte interna, acesso pelo parque ambiental



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Figura 48 – Propostas de melhorias e construção de estruturas na parte externa, acesso pela comunidade



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

O programa construído conta ainda com plano de mídias on-line e off-line, formas de avaliação periódicas do programa e, por fim, perspectivas futuras. Entendemos que todas as ações aqui apresentadas são futuras, todavia sua

implementação, por mais extensa que seja, não apresenta um alto nível de complexidade e tempo, tendo sido pensadas a curto e médio prazo de execução. No item ‘perspectivas futuras’, colocamos todas as propostas a longo prazo, bem como o levantamento e dados necessários à implementação de algumas ideias apresentadas nessa primeira versão. São estas as perspectivas:

- Estudo de viabilidade turística e planejamento turístico;
- Aperfeiçoamento do projeto arquitetônico quanto às estruturas de visitação;
- Concepção e estruturação de um museu que conte a história do território utilizando o viés do trabalho — por meio de uma perspectiva que uniria a energia do trabalho dos povos sambaquieiros e o trabalho produtor de energia daqueles que viveram e vivem hoje na cidade;
- Continuidade e ampliação do Grupo de Moradores Nosso Sambaqui, com a perspectiva de formação de uma associação de moradores;
- Destinação de parte do sítio à formação de pesquisadores, na função de um sítio-escola;
- Estímulo à economia local, estabelecendo parcerias para o fornecimento de lanches; venda de *suvenires*; e monitores da comunidade trabalhando nos atendimentos.

Nota-se que a maioria das ações é voltada ao sambaqui Capivari I, pois ele está mais próximo à comunidade, integrado ao parque ambiental, com acesso facilitado. Todavia, o sítio Capivari II também será integrado, por meio de sua menção nos processos educativos, melhorias em sua sinalização, conhecimento por mapas, visão área do mirante no parque, datação e ampliação do levantamento de fontes históricas, buscando entender as mudanças ocorridas no sítio.

6.4 REFLEXÕES ACERCA DO FAZER COLABORATIVO

Como todo processo, o fazer colaborativo é permeado por erros e acertos. No início do doutorado, a pesquisa caminhava imersa no academicismo. A transformação da pesquisa e da pesquisadora se desenvolvia no campo das leituras, discussões em sala, grupos de pesquisa. A partir de 2021, tudo isso mudou!

O primeiro desafio foi lidar com a autoridade exercida pela voz de arqueóloga, professora e doutoranda, tentando camuflá-la. O exercício de negação ou

encobrimento da autoridade era um incômodo internalizado. As teorias acerca dos processos anticoloniais, de certa forma, nos estimulam a repensá-los, o que é um processo extremamente difícil, principalmente quando desenvolvemos isso dentro da própria estrutura de colonialidade.

Demoramos a entender que a autoridade existe e que reconhecê-la é importante, mas dissolvê-la é um pensamento fora da materialidade existente nesse contexto, ao menos por enquanto. Ao aceitarmos e entendermos as estruturas de formação e exercício dessa autoridade, iniciamos um processo de uso em favor da comunidade local, buscando, internamente, exercitar a tolerância ao lidar com a dissonância do patrimônio.

Junto a uma comunidade urbana, passamos a entender que, por vezes, é um desejo desta usar nossa autoridade. No jogo patrimonial, cada dia mais burocrático, aquele possuidor de credencial e currículo para acessar as estruturas institucionais é uma peça valiosa. Deixemos que a comunidade local nos “use” como categoria de *vuelta*, que o nosso conhecimento e os lugares que acessamos possam ser utilizados na devolução do “patrimônio cultural”.

Alguns membros do nosso grupo de moradores participaram de movimentos políticos, de coletivos — como Conselhos municipais —, o que contribuiu para o entendimento de que a coletividade e a democratização de vozes têm peso no campo político brasileiro. Eles também possuem suas autoridades, são líderes comunitários, pessoas conhecidas na comunidade, professores e contêm uma rede de contatos com demais movimentos, grupos, políticos, diretores dessa pequena cidade.

É certo que a autoridade aqui exercida não é mais aquela autoritária, como nos desafiou Paulo Freire⁴⁶⁴; é preciso aprender o exercício da autoridade sem o autoritarismo. Nós nos transformamos nesse processo, aprendemos a ouvir mais, a comunicar, a decidir de forma coletiva, a ver as pessoas e suas angústias por detrás de posicionamentos ríspidos.

Exercitamos as variadas formas de linguagem, de acordo com o ambiente e o agente patrimonial envolvido. Contestamos ideias pré-estabelecidas da relação entre a comunidade e o patrimônio. “Digerimos sapos gigantesco” no processo dialógico e político. As etapas desse processo reforçaram nosso entendimento de que

⁴⁶⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

a categoria patrimônio cultural, bem como o conhecimento arqueológico, não são — nunca foram — suficientes para a preservação ou estímulo deste.

A comunidade, ao buscar melhorias em um espaço que lhe pertence, reivindica ações em prol dela. Já que o “casqueiro” virou patrimônio cultural, a comunidade pode utilizar essa categoria na exigência de seus direitos; alguns, constitucionais.

No jogo patrimonial, cada voz articula suas estratégias, discursivas e práticas. A prefeitura tende a culpabilizar o patrimônio pela falta de estrutura no local, ao mesmo tempo em que, interessada nas próximas eleições e diante de um baixo orçamento na cultura e no meio ambiente, entende o asfalto na rua do sambaqui como uma janela de propaganda política. Há de se mencionar que, como outros municípios pequenos, a disputa eleitoral é polarizada, gerando uma espécie de dialética da política municipal. Um lado (partido) político reclama da gestão do outro, e vice-versa.

O parque ambiental, junto à diretoria da usina termoelétrica, teme qualquer ação na área dos sítios arqueológicos, imaginando que pode incorrer em mais multas por parte do IPHAN. Há de se considerar que o histórico não o favorece. Todavia, o reforço dessa justificativa o exime de maiores cuidados com os patrimônios, ao menos é isso que entendem.

Assim, toma-se cuidado apenas com o que é cobrado, a calçada e a cerca. Na parte interna do parque, o Capivari I é periférico, tanto na esfera espacial quanto na esfera de ações culturais e educativas voltadas a ele. Para o IPHAN, o sítio, estando cercado e vigiado, além da construção da calçada e do deque, já contribuiu, e muito, para sua preservação. Enquanto não houver mais impactos a ele, as coisas seguem bem. Há uma política muito comum na região sul e que começa a ser revista recentemente, de proteção por meio do cercamento. Só no Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina, todos os sítios sambaquis de fácil acesso do público estão cercados. Talvez, possamos contribuir para essa discussão.

No caso do Capivari I, a própria comunidade percebeu a cerca como algo positivo, principalmente quanto à diminuição de atividades ilícitas. Todavia, essa comunidade é que pediu um portão para acessar o sítio. Também eram seus membros que retiravam o capim alto, trilhavam no sítio, mantendo a vegetação baixa e deixando o local visível aos transeuntes. Além disso, a continuidade de atos considerados depredatórios demonstra que cercar não é suficiente.

O patrimônio cultural está no presente, é significado e ressignificado, lugar de memória, de histórias, de disputas. São tantos os instrumentos legais que trazem a participação da comunidade, mas poucas as ações que os respeitam. Uma arqueologia colaborativa, anticolonial, não está só em perceber e contestar nosso papel e a estrutura colonialista que integramos, está em mudar nossas ações e transformar a prática da arqueologia como um todo.

Relembremos a provocação feita por Bezerra⁴⁶⁵, na qual a autora reforça que a arqueologia pública/colaborativa/comunitária deveria ser o exercício da arqueologia em si, não um adjetivo ou tipologias específicas. Não basta que essas mudanças sejam feitas por grupos de pesquisa específicos, precisamos que adentrem na Arqueologia como um todo.

Precisamos encarar que não existe arqueologia apolítica⁴⁶⁶ — se o discurso desta ciência já serviu, ou ainda serve, a modelos imperialistas e colonialistas, podemos utilizá-lo para outros fins. Ao compreendermos esse movimento, ativamos o que Lima Filho⁴⁶⁷ entende como cidadania patrimonial.

Essa denominação, em síntese, é a forma pela qual determinados grupos constroem suas relações “[...] com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderantemente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença”⁴⁶⁸. Daí em diante, esses grupos agenciam categorias colonialistas — cultura, patrimônio — como forma de resistência.

O patrimônio arqueológico em si pode ser entendido como um patrimônio autorizado, sequestrado de sentidos. Um espaço de memória de povos indígenas, tomado como bem da união e diluído na identidade nacional brasileira, acaba por desconectar esse passado (agora como componente simbólico do legado nacional) de pontos problemáticos da relação entre o Estado brasileiro e as sociedades indígenas. A problemática da memória já pode ser vista na própria concepção do sítio arqueológico como patrimônio nacional. Esse lugar de memória é pertencente a quem? É indígena? É da união? É da comunidade?

⁴⁶⁵ BEZERRA, 2003.

⁴⁶⁶ FERREIRA, 2008, p. 88.

⁴⁶⁷ LIMA FILHO, 2015, p. 139.

⁴⁶⁸ *Ibid.*

Valorizar um legado indígena é relevante, contribui para visibilizar a diversidade, podendo resultar em uma sociedade mais respeitosa e empática com nossos povos indígenas contemporâneos. Todavia, para que surta esse resultado, é necessário um processo de desconstrução da perspectiva evolucionista cultural, que entende e apresenta o sítio arqueológico pré-colonial, em nosso caso, o sambaqui, como um legado de povos primitivos, atrasados e selvagens. Aqui, as ações educativas processuais podem contribuir com essa mudança.

Outro ponto relevante a ser analisado consiste no exercício patrimonial, que exige da comunidade vizinha ao sítio arqueológico a preservação de um espaço de memória relacionado a um grupo específico de uma temporalidade longínqua. Essa mesma política preservacionista silencia as memórias construídas pela comunidade que ali vive atualmente. É preciso refletir que a preservação patrimonial pode ser acessada por outros caminhos significativos, não apenas por aqueles divulgados e defendidos por meio do discurso hegemônico científico.

No processo de estruturação do Programa de Valorização, Educação e Preservação dos sítios Capivari I e Capivari II, chegamos ao entendimento de que a Arqueologia deveria “parar de levar a arqueologia ao público pela arqueologia e começar a fazê-lo para atender às necessidades educacionais, sociais e culturais do público em geral”⁴⁶⁹. O propósito dessa ciência se deslocaria do ensino e da sensibilização, sendo encerrado no valor arqueológico, para “[...] encorajar a auto-realização, enriquecer a vida das pessoas e estimular a reflexão e a criatividade”⁴⁷⁰.

Nossas ações buscaram não apenas multivocalizar, entrevistar, realizar atividades educativas, mas também transformar a Arqueologia por meio do exercício da colaboração, na realidade da comunidade. Tal movimento nos auxilia a ultrapassar, teórica e praticamente, o “modelo de déficit” defendido, inclusive por ações identificadas com a arqueologia pública: “[...] o 'modelo de déficit' da arqueologia pública vê o público como necessitado de uma educação, de maneira correta, para apreciar a arqueologia, e o papel da arqueologia pública é construir confiança no trabalho profissional dos arqueólogos”⁴⁷¹.

⁴⁶⁹ SMARDZ, 1997, p.103 apud MERRIMAN, 2004, p.7

⁴⁷⁰ MERRIMAN, 2004, p.7

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 5-6.

A arqueologia estuda as sociedades humanas passadas por meio da cultura material, mas a ciência, os pesquisadores, as instituições e as comunidades estão imersas em seu tempo. Na contemporaneidade, práticas de colonialidade precisam ser revistas.

Não significa que o exercício da comunicação arqueológica deva ser abolido, mas, antes, um movimento em que os profissionais da arqueologia “[...] trabalhem com, e não contra, o fato de que as pessoas constantemente derivam significados do que é fornecido, retrabalhando-o em algo que se relaciona com elas pessoalmente⁴⁷². Para que isso ocorra, é preciso mudar. O exercício colaborativo cobra nosso engajamento cívico⁴⁷³, de modo que nossas ações se voltem à promoção da qualidade de vida de uma comunidade, por meio da arqueologia. Chegamos ao final do texto crentes de que transformamos e fomos transformados. A escrita tem aqui seu fim, mas a colaboração continua a ser construída.

⁴⁷² MERRIMAN, 2004, p. 11.

⁴⁷³ LITTLE; CLARK, 2008.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de sentidos, práticas e leis patrimoniais caminhou de uma perspectiva particular e aristocrática para a representação da diversidade cultural. Nesse ínterim, o nacionalismo foi o movimento que mais se valeu dessa categoria, uma vez que a utilizou na construção do fundo histórico do mito nacional. Em meados do século XX, acompanhando as transformações sociais, políticas e econômicas, a categoria patrimônio se ampliou a partir do entendimento de cultura enquanto manifestação da diversidade.

Documentos institucionais em âmbito internacional e nacional, no mesmo período, versam sobre a participação das comunidades nos processos patrimoniais. Parte disso é reflexo da mobilização de grupos invisibilizados da história e excluídos de políticas de Estado. Entendendo a categoria como um campo de disputa política, grupos sociais procuram articulá-la para fins de cobrança e defesa de seus direitos perante a estrutura estatal.

Construímos o entendimento de que o patrimônio cultural pode se transformar em uma categoria de *vuelta*, apropriada para fins reivindicatórios. Para tanto, utilizamos as categorias — *ida/vuelta* — propostas por Cunha⁴⁷⁴ quanto à cultura para refletir acerca da construção da ideia de patrimônio e seu uso atual como forma de resistência.

Quando esse entendimento parte de grupos tradicionais, ou está relacionado a práticas tradicionais, o movimento de *vuelta* conquista espaço no campo patrimonial. Isso ocorre, sobretudo, quando é sabido que tais grupos tiveram suas formas de vida solapadas pelo colonialismo e a colonialidade, consideradas símbolo do atraso e da degeneração nacional.

A construção simbólica da nação, bem como de algumas das nossas instituições de pesquisa⁴⁷⁵, do século XIX ao XX, se deu a partir de formas discursivas para subjugar e, por vezes, justificar o extermínio de povos. Quando não conseguiram a morte física, direcionaram o ataque para as histórias, lugares, ritos, valendo-se de uma política de memória excludente.

No Brasil, temos diversos exemplos de povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais que acionaram a categoria patrimônio cultural

⁴⁷⁴ CUNHA, 2009.

⁴⁷⁵ SCHWARCZ, 1993.

para o fortalecimento de seu movimento político. Todavia, o contexto da presente tese não foi este, ainda que os sambaquis e o patrimônio arqueológico em questão sejam construções relativas a povos indígenas passados e tenhamos o entendimento de nosso compromisso para com os povos atuais.

Não há indígenas no entorno dos sítios arqueológicos pesquisados. A comunidade vizinha aos sambaquis Capivari I e Capivari II é resultante de uma estrutura social contemporânea; nesse caso, suas reivindicações não são, necessariamente, relacionadas a uma proteção de base identitária. A comunidade local não ativou a categoria patrimonial por meio da patrimonialização; esta foi entregue a eles pelo Estado.

Uma vez que os sambaquis entram na seção do patrimônio arqueológico, a partir do momento de seu nascimento perante o Estado — com a ficha de sítio —, dá-se início a um movimento de confronto entre a comunidade local e os agentes que representam o sambaqui patrimonializado.

O motivador desta tese não teve início na comunidade, mas a partir dos sítios arqueológicos. Como parte da estrutura acadêmica, da construção do conhecimento científico sobre esses sítios, nosso primeiro movimento se voltou à proteção desses espaços. Fazemos isso porque, para nós, está subentendido seu valor e importância para o passado brasileiro.

Foi, portanto, a preservação o nosso primeiro impulso, uma preservação pensada a partir da patrimonialização. Os sítios arqueológicos são patrimônios protegidos pela Lei nº 3.924/31, o que, em si, não garante sua proteção. Um exemplo está no impacto causado ao Sambaqui Capivari II, que se intensificou entre os anos de 1980 e 1990, logo após seu cadastro como sítio arqueológico.

Os “casqueiros”⁴⁷⁶ já faziam parte da vida daquele território, antes de os sambaquis se tornarem “sítios arqueológicos” e serem “salvaguardados” pelo Estado. Eles são a marca de uma população indígena passada, mas são também o lugar de vivências e vestígios contemporâneos, de memórias, de relação que as pessoas que chegaram ali com o passar do tempo construíram. Antes de se tornarem um lugar de memória⁴⁷⁷, aqueles espaços foram e são cheios de memórias do lugar⁴⁷⁸.

⁴⁷⁶ Forma pela qual as comunidades locais costumam chamar os sítios arqueológicos, em vista do material conchífero em sua construção. Tal denominação também possui um fundo histórico da implementação das caieiras.

⁴⁷⁷ NORA, 1993.

⁴⁷⁸ PEREIRA; ARAUJO, 2021.

Os sítios foram impactados pela vida que se formou posteriormente, houve “caieira”⁴⁷⁹ e casas construídas em cima. Os sambaquis são, assim, lugares persistentes, lugares de gente, reocupados por outros povos — há várias camadas de memória. Ainda que isso tenha atingido fisicamente partes dos sítios, a maior destruição irá ocorrer após seu conhecimento e reconhecimento enquanto patrimônio nacional.

Mas por que isso? Porque eles deixaram de ser um espaço de relação daquela comunidade, daquelas pessoas no tempo presente. Foram isolados dos sentidos sob o véu distanciador do patrimônio; qualquer ato vindo da comunidade foi coibido, e a comunidade foi considerada vândala, responsável pela sua destruição. Utilizando o que diz Ulpiano Bezerra de Meneses⁴⁸⁰, houve uma sobreposição da preservação por razões científicas a uma preservação por razões afetivas. Essas ações levaram ao afastamento das pessoas, culminando no abandono por aqueles que o tornaram patrimônio.

A atividade industrial foi a que mais destruiu ambos os sítios. O mais grave é que isso ocorreu após o registro arqueológico, que, *a priori*, deveria estar sob proteção estatal mais efetiva. Mas não paramos por aqui; até o ano 1995, a Usina Termoelétrica Jorge Lacerda era de gestão estatal, à época integrante da Eletrosul, o que significa que o mesmo Estado que deveria proteger o patrimônio o destruiu. Outro grande impacto ocorreu em 2010, quando da construção do parque ambiental, na antiga área de pátio de carvão da usina e que, no passado, já compreendia a área dos sítios. Sim, houve multa, e para onde ela foi revertida? Uma cerca, um deque e poucas cartilhas, ações direcionadas ao isolamento do sítio, para não haver mais impactos por parte do parque. Alguns moradores locais consideraram que essas ações já melhoraram o espaço, todavia outros tantos alegam que a estrutura montada não tem serventia. Uma rua que poucos passam, uma calçada que não faz conexões.

Diante desses fatos, como poderia a comunidade entender um discurso que criminaliza o uso daquele espaço? Muitos moradores temem, inclusive, pisar no local, por ser considerado proibido. Outros moradores se distanciam por medo de perderem suas residências. No contraponto, as construções empresariais nas áreas dos sítios

⁴⁷⁹ Estrutura destinada à mineração de material calcário, principalmente os oriundos de conchas, para fins de produção de cal. O principal elemento construtivo é o forno, que servia para a calcinação do material. Muitas caieiras foram formadas ao lado de sítios sambaquis, devido à disponibilidade de material conchífero. Esse aproveitamento econômico dos sítios ocorreu até os anos de 1980.

⁴⁸⁰ MENESES, 1984.

arqueológicos, bem como o descaso por parte dos gestores públicos, que os destruíram sem grandes represálias. Quando o “casqueiro” virou sambaqui, não se tornou um patrimônio da comunidade, mas do Estado e dos especialistas envolvidos no discurso patrimonial autorizado⁴⁸¹.

Desde então, a comunidade foi isolada por cercas, placas, falta de estrutura e, principalmente, pelo silêncio. A relação conflituosa parte da intervenção do Estado — com parte do setor privado após a privatização da usina — para com a comunidade local. Um lugar que antes estava integrado à territorialidade das pessoas que ali viveram transformou-se em incômodo e medo.

Foi preciso entender esse processo para que pudéssemos nos transformar enquanto pesquisadoras e fortalecer o processo de mudança da arqueologia. O agir junto à comunidade nos revelou coisas que temos em comum, e a preservação dos sítios arqueológicos foi uma delas.

Em todas as pesquisas e intervenções anteriormente realizadas nos sítios arqueológicos, a comunidade local não foi integrada, lembrando que os sítios ficam na rua dessas pessoas. Foram poucos os moradores que relataram terem visto pesquisadores no local. Parece que uma redoma se instala nos sítios enquanto as pesquisas acontecem.

Houve diálogos com alguns moradores locais, é claro, mas com o intuito de tratá-los como fonte de informação ou como público de atividades educativas. Nosso primeiro contato com a comunidade mostrou que ela está ciente do que é um sambaqui, ainda que haja uma cobrança para a realização de atividades educativas. Logo, isso nos leva a entender que não falta consciência, como muitas campanhas preservacionistas defendem, tampouco conhecimento apenas por meio da educação patrimonial.

Quando observamos estas comunidades a partir da teoria do déficit⁴⁸², pré-estabelecemos que estes grupos precisam se apropriar do conhecimento que a academia e gestores públicos do patrimônio têm a oferecer. Quanta colonialidade!

Os patrimônios estão vivos e, por meio dos processos significantes dinâmicos, conectam passado e presente. Diante disto, como podemos inferir que uma comunidade não sabe o que é um sítio arqueológico? A maioria dos moradores

⁴⁸¹ SMITH, 2011.

⁴⁸² MERRIMAN, 2004.

responderam ser um cemitério indígena, descreveram artefatos, relataram achados artefatuais naqueles sítios.

O entendimento por parte da comunidade não se deve a palestras pontuais, cartilhas infantis ou placas. Seu conhecimento parte de sua própria vivência, dos achamentos de artefatos, das conversas entre vizinhos, das histórias fantasmagóricas.

Multivocalizar as relações patrimoniais não se trata de fazer entrevistas apenas, não é tornar os discursos iguais a partir do entendimento da arqueologia sobre aquele espaço. Entendemos a polifonia como a simetria do exercício de escuta, não das ideias apresentadas. A famosa frase “É preciso conhecer para preservar” pode até caber em contextos escolares, mas à qual forma de conhecimento nos referimos quando estamos junto às comunidades locais?

Toda prática patrimonial deveria ser multivocal, afinal a dissonância é uma das suas principais características. Reiteramos que a aplicação da multivocalidade pode, sim, resultar em oportunismo acadêmico, e até mesmo midiático, mas talvez seja mais um termo que precisamos retomar e transformar. No campo da arqueologia, foram necessários adjetivos para enfatizar a função social dessa ciência. Fizemos toda uma problematização acerca da prática arqueológica, destacando-a com novos nomes — pública, colaborativa, comunitária —, no intuito de marcar sua contribuição ao descolonizar a área.

O levantamento bibliométrico das pesquisas desenvolvidos nessas áreas destacou a Arqueologia Latina como um ponto fulcral do movimento anticolonialista, pioneira em realizar arqueologias “diferentes”, antes mesmo do centro colonialista do saber começar a discutir tais ideias.

No contexto brasileiro, foi possível identificar uma divisão entre o uso e a aplicação do que se entende como Arqueologia Pública e Arqueologia Colaborativa; a Arqueologia Comunitária é mais presente nos demais países da América Latina. A Arqueologia Pública, em sua maioria, direciona suas ações para a educação formal e para a comunidade local. Todavia, a comunidade é entendida como fonte de pesquisa, público de ações educativas e, alguns casos, como mão de obra barata disfarçada de processo educativo. Destaca-se, também, um alto índice de trabalhos que direcionam as ações ao contexto da arqueologia preventiva, defendendo-a como o exercício da arqueologia pública, embora, de fato, não o seja e contribua para descredibilizar as

arqueologias públicas comprometidas com o papel e a ação social da arqueologia na contemporaneidade.

A Arqueologia Colaborativa, por sua vez, tem voltado suas ações para as comunidades locais, indígenas e quilombolas. Dentre as categorias de atividades, aquelas nomeadas como colaborativas, têm efetiva participação da comunidade em 73% das publicações. Cabe destacar que muitas delas possuem ações pautadas na multivocalidade.

Diante disso, identificamo-nos com a arqueologia colaborativa. Nosso propósito foi exercitar o verbo colaborar, do latim *colabore* = *com*(junto) + *labore* (trabalho), ou seja, trabalhar junto em torno de um objetivo. Entendemos que colaborar significa unir forças em prol de algo em comum, o que não significa que os interesses sejam homogêneos, muito menos que há uma única forma de entendimento e significação dos sítios arqueológicos.

Do entendimento dessa união, foi possível identificar que o nosso desejo — da comunidade e das pesquisadoras — pela preservação poderia ser o ponto focal do trabalho colaborativo. Preservar é etimologicamente relacionado a guardar algo de antemão, manter a salvo. No campo do patrimônio autorizado, a preservação é feita a partir da patrimonialização, dado um interesse público amplo.

Esse modelo preservacionista, preocupado em guardar o máximo de registros possíveis, acaba por desconsiderar a construção significativa e simbólica que as populações atuais fazem de vestígios pretéritos⁴⁸³. A comunidade, por sua vez, entende a preservação de forma diferente, porque o sentido se alterna.

Não houve escolha, por parte da comunidade, sobre o que seria guardado de antemão — os sítios foram preservados, inicialmente, pelo poder público. Ainda assim, há um sentimento de proteção daquele espaço, conectado às suas vidas, às suas memórias, por razões afetivas. Mas a preservação entendida pela comunidade não se trata de guardá-lo atrás de uma cerca, é preciso cuidá-lo, construir estruturas de visitação, algo a ser usufruído pela comunidade.

O discurso autorizado do patrimônio, preocupado principalmente com a preservação de narrativas por ele legitimadas, não problematiza as relações entre as pessoas e as coisas do passado, prefere normatizá-las. A patrimonialização conservadora dessas relações esvazia a carga simbólica⁴⁸⁴.

⁴⁸³ BEZERRA, 2017.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 12-13.

Ao entender essa diferença, transformando também nosso pensamento acerca da preservação, trabalhamos juntos na construção de um programa voltado à:

- valorização patrimonial, entendendo esta como algo que beneficie a comunidade com melhorias estruturais e qualidade de vida;
- educação, também como foco de integração da comunidade, mas, principalmente, para o público escolar e turístico, contribuindo para a valorização, bem como para o desenvolvimento econômico da comunidade;
- preservação como consequência dos pontos anteriores. O sambaqui não é preservado apenas porque é sambaqui, mas também por propiciar o lazer, o resgate de memórias, o contato, a viabilidade de recursos para a comunidade. Alia-se a isso o uso do espaço para o ensino da história e da cultura de matriz indígena, no ambiente escolar e familiar, propiciando o contato com um local que é terra de gente há pelo menos 4 mil anos.

A partir de um trabalho que dialogou com todos os agentes do patrimônio envolvidos, a criação do Grupo de Moradores Nosso Sambaqui e da primeira versão desse programa nos sinalizam mudanças vindouras. O grupo quer se transformar em associação, o que oportunizaria uma organização comunitária inexistente em sua localidade. A associação também teria peso de cobrança e ação, podendo, inclusive, pleitear projetos via lei de incentivo à cultura.

O Programa de Valorização, Educação e Preservação dos Sambaquis Capivari I e Capivari II resulta de todo um processo colaborativo que tem muito a contribuir para a arqueologia. Quantos pontos foram levantados, pensados e discutidos que não conseguiríamos enxergar a partir de uma visão academicista? Pensemos no dinheiro gasto com estruturas inutilizadas; por que não houve um diálogo com as pessoas que as usariam, a comunidade?

Entre a colonialidade e a anticolonialidade, a multivocalidade e o apelo à autoridade, entre o fazer colaborativo e a escrita acadêmica solitária, seguimos confiantes em torno da potência exercida pela colaboração, conscientes de que estamos envolvidos em um processo singular.

Tendo em conta que o patrimônio veio – *ida* – do Estado, nós o utilizaremos para cobrar mudanças efetivas naquela comunidade, conciliando preservação e qualidade de vida para as pessoas. Nosso processo de devolução da categoria

patrimônio cultural – *vuelta* – está só começando. Aqui, finda uma escrita e nasce um processo de transformação da realidade local e das práticas arqueológicas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (Org). **Memória e novos patrimônios**. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução de Vinícius Nicastro Honesto. Chapecó: Argos, 2009.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar – Textos em História Oral**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AMARAL, João Paulo; RANGEL, Patrícia. Patrimônio cultural em disputa: considerações acerca das práticas colonizadoras nos processos de patrimonialização. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 19-44, 2017. DOI: <https://doi.org/10.19177/memorare.v4e1201719-44>. Acesso em: 28 mar. 2023.

AMIGOS da Terra Brasil. **Reintegração de posse dos Xokleng**: Retomada do território ancestral vai contra os interesses de Ricardo Salles, 05 jan. 2021. Disponível em: <http://www.amigosdaterrabrasil.org.br/2021/01/05/reintegracao-de-posse-dos-xokleng-retomada-do-territorio-ancestral-vai-contra-os-interesses-de-ricardo-salles/>. Acesso em: 12 maio 2023.

ANDERSON, Benedict. **Comunidade Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida; Shortt, Linda. **Memory and Political Change**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

Assembleia do Congresso internacional de arquitetura moderna. Carta de Atenas 1933. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 21-68.

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as decolonizing practice. **The American Indian Quarterly**, Nebraska, v. 30, n. 3-4, p. 280-310, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1353/aiq.2006.0015>. Disponível em: <http://chitita.uta.cl/JCA/documentos/adj-8732.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2023.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas/SP: Papirus, 1994.

BALÉE, William. Footprints of the forest. Ka'apor Ethnobotany – The historical ecology of plant utilization by an Amazonian People. In: PRESS, Columbia U. **Indigenous Forest Management**. [S.l.]: [s.n.], 1994. p. 116-134.

BARÃO, Vanderlise M.; FRAGOSO, Ana C. Novos caminhos: por uma arqueologia além dos muros da Universidade. **Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano – Series Especiales**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 206-216, 2015.

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dez./fev. 2000. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/30093>. Acesso em: 20 out. 2021.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas**. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. **O australopiteco corcunda**: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 2003. Tese (Doutorado em arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001299407>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 275-295, jul./dez. 2003. Disponível em: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/habitus__2003-libre.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. **Teto e Afeto**. Sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia. 1. ed. Belém: GKNoronha, 2017.

BEZERRA DE ALMEIDA, Marcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. **VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 51–58, 2022. DOI: 10.31239/vtg.v12i2.12198. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/12198>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia Reis e Glauce Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BONFIM, Paôla M. R.; HENKES, Jairo Afonso; GUIMARÃES, Geovan Martins. A cultura no licenciamento ambiental: a anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 8, n. 4, p. 3-29, 2020. DOI: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v8e420193-29>. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/8565. Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. 1º Encontro de governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Compromisso de Brasília 1970. In: IN CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.137-142.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 01 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961**. Dispõe sobre os monumentos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3924.htm. Acesso em: 01 maio 2022.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/constituicao-federal>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_25_de_30_11_1937.pdf. Acesso em: 15 fev. 2020.

BUENO, Lucas. Arqueologia, Patrimônio e Sociedade: quem define a agenda? **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 18, n. 26, 2011. p. 55-72, dez. 2011. DOI:10.5007/2175-7976.2011v18n26p55. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271158746_Arqueologia_patrimonio_e_sociedade_quem_define_a_agenda. Acesso em: 14 maio 2023.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC: UNESCO, 2017. E-book. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/>. Acesso em: 01 maio 2023.

CARTA DE ATENAS, novembro de 1933 – Assembleia do CIAM. In CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 13-20

CARVALHO, Claudia Rodrigues *et al.* Cabeçada II: um conjunto de amoladores-polidores evidenciado em Laguna, SC. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 21, p. 401-405, 2011. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2011.89986. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89986>. Acesso em: 15 abr. 2023.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 1. ed. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2001.

CICOP. Carta de Mar del Plata, Mar del Plata: 1997. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.359-362.

CID, Ricardo. Isso eu não vi: memória, identidade e patrimônio imaterial na Comunidade Quilombola São Roque. In: CASTELLS, Alicia N. G.; SANTOS, Jeana L. C. **Patrimônio Cultural e seus campos**. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 97-111.

CLEMENT, Charles R. *et al.* The domestication of Amazonia before european conquest. **Proceedings B. The Royal Society Publishing. Biological Sciences**, London, v. 282, n. 1812, 2015. DOI: 10.1098/rspb.2015.0813. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7160226/mod_resource/content/1/The%20domestication%20of%20Amazonia%20before%20European%20conquest%20%28Clement%20et%20al%202015%29.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

Conferência Geral da UNESCO – 13ª Sessão. Carta de Paris, 1972. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 177-194.

CUNHA, Manuela Carneiro da. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 311-387.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

BLASIS, Paulo Antonio Dantas de *et al.* Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueologia Sul-americana**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/b60a80ea-7720-4f4a-ad58-bb5a9533f7a7/1651410.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

DENARDO, Thandryus Augusto Guerra Bacciotti. Por uma Arqueologia anticolonial: a ocupação Kayapó Meridional no Triângulo Mineiro e a colonização de guerra.

Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 37, p. 132-148, 2021.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.163753>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/163753>. Acesso em: 12 jun. 2023.

VAN DOMMELEN, Peter. Postcolonial Archaeologies between Discourse and Practice. **World Archaeology**, London, v. 43, n. 1, p. 1-6, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4000168/mod_resource/content/1/Postcolonial%20archaeologies%20between%20discourse%20and%20practice.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

DUARTE, Paulo. **O Sambaqui visto através de alguns sambaquis**. São Paulo: Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, 1968.

ERLL, Astrid. Cultural Memory Studies: An Introduction. In: ERLL, Astrid; NÜNNING Ansgar. **Cultural memory studies: An internacional and interdisciplinar handbook**. Berlim, v. 8, 2008. p.1-15.

ETCHEVARNE, Carlos A.; BEZERRA, Alvandyr D. Práticas arqueológicas em comunidade: Experiências Participativas na Chapada Diamantina, no Âmbito do Projeto Circuitos Arqueológicos de Visitação. **Clio Arqueológica**, Recife, v. 36, n. 1, p. 42-76, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2448-2331.2021.250744>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/clioarqueologica/article/view/250744>. Acesso em: 18 set. 2022.

FARIAS, Deisi S. E. **Programa de Arqueologia e Extroversão do Patrimônio Arqueológicos de Capivari de Baixo-SC**. Tubarão: Grupep-Arqueologia, 2017.

FARIAS, Deisi S. E. D.; KNEIP, Andreas. **Panorama arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Unisul, 2010.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Capivari de Baixo Capital Termelétrica da América Latina: 40 anos do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda**. Florianópolis: Editora do autor, 2004.

FERREIRA, Lúcio M. Sob fogo cruzado: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 81-92, 2015. DOI: 10.20396/rap.v3i1.8635804. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635804>. Acesso em: 28 set. 2022.

FERREIRA, Lúcio M. Quieta non movere: arqueologia comunitária e patrimônio cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. **Patrimônio cultural, diversidade e comunidades**. Campinas: Editora Unicamp, 2011. p. 15-36.

FERREIRA, Lúcio M. Essas coisas não lhes pertencem: relações entre legislação arqueológica, cultura material e comunidades. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 87-106, 2013. DOI: 10.20396/rap.v7i1.8635673. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635673>. Acesso em: 30 out. 2022.

FERREIRA, Lúcio M. PREFÁCIO I. In: CAMPOS, Juliano B.; GOMES, Marian H. D. S.; FUNARI, Pedro P. A. **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma: UNESC, 2017. p. 18-19. E-book. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5477/1/EBOOK.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

FERREIRA, Lúcio M.; FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia como prática política. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 4, n. 1, p. 9-12, jan./abr., 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/tMS4zTyh4yLxvrJ4PPGwx5d/>. Acesso em: 08 dez. 2022.

FIANKAN-BOKONGA, Catherine. Uma resolução histórica para proteger o patrimônio cultural. **O Correio da UNESCO**, Paris, out./dez. 2017. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2017nian-di-3qi/uma-resolucao-historica-protoger-o-patrimonio-cultural>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FONTOLAN, Marina; MENEZES, Victor Henrique da Silva. “LAP com as escolas”: ações e pesquisas no campo da arqueologia pública. In: CAMPOS, Juliano B.; FUNARI, Pedro P.; RODRIGUES, Marian Helen. **Arqueologia Pública e patrimônio: questões atuais**. Criciúma: UNESC, 2015. p. 273-311.

FLORENCIO, Sônia R. Rampim *et al.* **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: Iphan, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FUNARI, Pedro P. A.; BEZERRA, Márcia. Public archaeology in Latin America. In: SKEATES, Robin; MCDAVID, Carol; CARMAN, John (Org.). **The Oxford Handbook of Public Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 100-115. v. 1.

FUNARI, Pedro P. A.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo A.; TEGA, Glória. Arqueologia, do Imperialismo à inclusão social. **Expressa Extensão**, Pelotas, v. 19, n. 1, p. 17-27, 2014. DOI: <https://doi.org/10.15210/ee.v19i01.4428>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/view/4428>. acesso em: 05 maio 2022.

FUNARI, Pedro Paulo A.; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika M. Ethics, Capitalism and Public Archaeology in Brazil. **História**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 13-30, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000200002>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/YC4nR3Hw8WvzgTsS8CN967L/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2022.

GALLOIS, Dominique T. Wajãpi frente à sua “cultura”. **Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 32, 2005. p. 1-14. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_wajapi.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

GALLOIS, Dominique T. **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas**. São Paulo: Iepé, 2006.

GALLOIS, Dominique T. Expressões gráficas e orais dos Wajãpi do Amapá. Oficina “Desafios para uma candidatura ao Patrimônio Mundial”. Rio de Janeiro, 2014. Slide. Disponível em: http://cmsportal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Waj%C3%A3pi_Dominique%20Gallois.pdf. Acesso em: 27 out. 2021.

GARCIA, Suzana A. **Avaliação e propostas de preservação para os sambaquis de Capivari de Baixo – SC**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice. S. Patrimônio Ambiental, História e Biodiversidade. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 5, n. 3, p. 54-71, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2016v5i3.p54-71>. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/1902>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GNECCO, Cristóbal. De la arqueología del pasado a la arqueología del futuro: anotaciones sobre multiculturalismo y multivocalidad. **Jangwa Pana**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 26-42, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21676/16574923.71>. Disponível em: <https://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/download/71/64/134>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GNECCO, C.; SCHMIDT DIAS, A. Sobre Arqueologia de Contrato. **Revista de Arqueologia**, Pelotas, v. 25, n. 2, p. 03-19, dez. 2015. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/425>. Acesso em: 24 out. 2022.

GOLDMAN, Marcio. Introdução: Políticas e Subjetividades nos "Novos Movimentos Culturais". **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 1-2, p. 8-22, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/6315>. Acesso em: 15 maio 2023.

GONÇALVES, Carlos W. P. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 3-5.

GONÇALVES, José R. S. O patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário D. S. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GOULARTI FILHO, A.; FARIAS DE MORAES, F. Formação, expansão e desmonte parcial do complexo carbonífero catarinense. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 251-267, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19214>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GUIMARÃES, Geovan M.; ZAMPARETTI, Bruna C.; FARIAS, Deisi S. E. João Alfredo Rohr: registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. In: NIZZOLA, Liliane J.; SOUZA, Margareth D. L.; MARQUES, Roberta P. **A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina**. Florianópolis: IPHAN, 2021. p. 86-103.

GUIMARÃES, Márcia; GASPAR, Maria D.; SCHELL-YBERT, Rita. **Da presença de concreções em sambaquis brasileiros**: o caso dos sambaquis Boa Vista da Planície Costeira do Rio São João, RJ. Abequa, 2005. Disponível em: http://abequa.org.br/trabalhos/0163_resumo_abequa.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: Albin Michel, 1997.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HCCH, Conferência D. H. D. D. I. Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado. (Convenção de Haia). Haia: [s.n.]. 1899.

HODDER, Ian. **The archaeological process**: An introduction. Oxford: Blackwell publishers, 1999.

HORTA, Maria D. L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN Museu Imperial, 1999.

HOURCADE, Renaud. Militer pour la mémoire – Rapport au passé et luttes minoritaires dans deux anciens ports négriers. **Politix**, [S. l.], v. 2, n. 110, p. 63-83, 2015. DOI: 10.3917/pox.110.0063. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-politix-2015-2-page-63.htm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ICOMOS, Conselho I. D. M. E. S. Conferência mundial sobre políticas culturais. Declaração do México 1985. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.271-280.

IPHAN. **Instrução Normativa IPHAN Nº 001, de 25 de março de 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_001_DE_25_DE_MARCO_DE_2015.pdf. Acesso em: 02 jul. 2015.

JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa B. D. **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.81- 126.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* Campinas: UNICAMP, 1990.

LE MOS, Carlos A. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LIMA FILHO, Manuel F. Cidadania Patrimonial. **Anthropológicas**, Recife, PE, v. 26, n. 2, p. 134-155, maio 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/issue/view/1721>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LIMA, Helena Pinto *et al.* Oca, origens, cultura e ambiente: uma proposta de arqueologia colaborativa em Gurupá/PA. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 96-128, 2020. DOI: 10.20396/rap.v14i1.8659077. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8659077>. Acesso em: 30 out. 2022.

LIMA, Tania A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGXNyxXqzhwc/?z=pt>. Acesso em: 22 set. 2022.

LITTLE, Barbara J.; AMDUR-CLARK, Nathaniel. **Archeology and Civic Engagement**. Nebraska: University of Nebraska – Lincoln, 2008.

LUMBRERAS, Luis Guillermo. Por una Arqueología social y humana. In: PORTO, Vagner C. **Arqueologia hoje**: tendências e debates. São Paulo: MAE/USP, 2019. p. 485-499.

LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. Introduction: Postcolonialism and Archaeology. In: LYDON, Jane; RIZVI, Uzma Z. **Handbook of Postcolonial Archaeology**. New York: Routledge, 2016. p. 17-33. v. 3.

MAPUNDA, Bertram; LANE, Paul. Archaeology for whose interest – archaeologists or the locals? In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 211-222.

MARINS, Paulo C. G. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, abr. 2016. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MARSHALL, Yvonne. What is community archaeology? **World Archaeology**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 211-219, 2022. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/827909>. Acesso em: 02 maio 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33-36, 1984.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, DF, n. 20, p. 33-36, 1984. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_36_1469587_IdentidadeCulturalEArqueologia.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

MERENCIO, Fabiana Terhaag. **Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina**: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP. 2021. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. DOI: 10.11606/T.71.2021.tde-20042021-161057. Acesso em: 06 jun. 2023.

MERRIMAN, Nick. Introdução. In: MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology**. London: Routledge, 2004. p. 1-18.

MOORE, Christopher R.; THOMPSON, Victor D. Animism and Green River persistent places: A dwelling perspective of the Shell Mound Archaic. **Journal of Social Archaeology**, [S. l.], v. 2, n. 12, p. 264-284, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/1469605311431518>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1469605311431518>. Acesso em: 15 maio 2023.

MOSHENSKA, Gabriel. Introduction: public archaeology. In: MOSHENSKA, Gabriel. **Key Concepts in Public Archaeology**. [S. l.]: [s.n.], 2017. p. 1-13.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Estúdio: Bananeira Filmes. Distribuição: Riofilme. 2004. Tempo de Duração: 100 minutos.

NASCIMENTO, Juliana A. Do patrimônio nacional ao patrimônio mundial: a elaboração e a permanência dos topos patrimoniais. **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 533-553, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/832/1068>. Acesso em: 02 out. 2022.

NEVES, Eduardo. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

Nora, P., & Aun Khoury, T. Y. (2012). ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História: **Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NUPEP. Relatório Final do Projeto Levantamento Arqueológico das Terras do Sr. Francisco Locks para Empreendimento Imobiliário em Capivari de Baixo- SC. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão: Grupep-Arqueologia, 2002.

Organização dos Estados Americanos. Normas de Quito 1967. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p.105-122.

PAGÁN-JIMÉNEZ, Jaime R. Is all archaeology at present a postcolonial one? **Journal of Social Archaeology**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 200-213, jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1177/1469605304041075>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1469605304041075>. Acesso em: 12 set. 2023.

PAIVA, Marcelo C. D. Políticas municipais de preservação: perspectivas de participação social na proteção do patrimônio cultural. **Revista Memorare**, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 93-119, jan./abr 2017. DOI: <https://doi.org/10.19177/memorare.v4e1201793-119>. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/article/view/5014/3119. Acesso em: 03 maio 2023.

PELEGRINI, Sandra C. A. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, [S. l.], v. 25, n. 48, p. 87-115, 2018. DOI: 10.22456/1983-201X.82420. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/82420>. Acesso em: 25 out. 2022.

PEREIRA, Jesus Marmanillo; ARAUJO, Larissa Aryane Lima. Imaginários, memórias e paisagens na Amazônia urbana: uma entrevista com o antropólogo Flávio Leonel. **PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 14, n. 3, p. 437-444, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/7097>. Acesso em: 13 jan. 2023.

PEREIRA, Waldir S. Os Xokleng e a questão ambiental: o caso da sobreposição entre a TI Ibirama La Klãnõ e as UC Arie Serra da Abelha e Rebio do Sassafrás. In: Ricardo F. (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2004. p. 337-345.

PINTO, Helena. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 199-220, jan./abr., 2015. DOI: 10.4025/dialogos.v19i1.1049. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305538472010.pdf> Acesso em: 15 maio 2023.

POSEY, Darrell Addison. Indigenous Management of tropical forest ecosystems: the case of the kayapó indians of the Brazilian amazon. In: DOVE, Michael R.; CARPENTER, Carol (Org.). **Environmental Anthropology: A historical reader**. Hoboken: Blackwell Publishing, 2008. p. 89-101.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimônio cultural. **Política y sociedad**, Barcelona, n. 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <https://patagoniapatrimonio.weebly.com/uploads/3/0/5/9/30594425/prats.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

PYBURN, K. Anne. Indiana Jones, Public Archaeology, and Honesty. **Archaeologies: The Journal of the World Archaeological Congress**, New York, v. 4, n. 2, p. 201-204, 2008. Disponível em: https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/03/indiana_jones___public_archaeology-libre.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: (ORG), Boaventura D. S. S. E. M. P. M. **Epistemologias do Sul**. 1. ed. Coimbra: ALMEDINA. SA, v. 1, 2009. p. 73-118.

RESENDE, Ana C. Z. D. O Relatório Figueiredo, as violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil dos anos 1960 e a "justa memória". In: SIQUEIRA, Gustavo S.; WOLKMER, Antonio C.; PIERDONÁ, Zélia L. **História do direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. p. 489-513.

ROBINSON, Mark *et al.* Uncoupling human and climate drivers of late Holocene vegetation change in southern Brazil. **Scientific Reports**, v. 8, p. 1-10, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-018-24429-5>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-018-24429-5>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ROCHA, Bruna C. D. *et al.* Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. **Revista de Arqueologia**, [S. l]. v. 26, n. 1, p. 130-140, 2013. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/download/373/272>. Acesso em: 25 abr. 2022.

IV Congresso Sergipano de História & IV Encontro Estadual de História da Anpuh/SE, 2009, Aracaju. Museus: um sensível olhar sobre a sociedade. O cinquentenário do golpe de 64. out. 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.se.anpuh.org/resources/anais/37/1424130779_ARQUIVO_JosefaTelmaSantoseldilenedosSantos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade local: educação, valorização, fruição social e perspectivas futuras – o caso do município de Coronel José Dias, PI. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e**

direito. Criciúma, SC: UNESC, 2017. p. 97-122. DOI:
<http://dx.doi.org/10.18616/arq03>. Disponível em:
<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5480/1/CAP03.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2023.

ROHR, João. A. **Sítios arqueológicos de Santa Catarina**. Anais do Museu de Antropologia, Florianópolis, SC, n. 17, p. 77-168, 1984.

ROHR, Pe. J. A. Pré-História da Laguna. In: CABRAL, Osvaldo R. **Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976. p. 29-30.

SANT'ANNA, Marcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria B. *et al.* **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 jun.2023.

SANTOS, Adriano Batista dos. Arqueologia, Sociedade e Poder: Breves Considerações sobre uma Arqueologia do Passado Recente. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**, Paraná, v. 1, p. 61-76, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.26892/noctua.v1i5p61-76>. Disponível em:
https://fundacaoparanabuc.org.br/arquivo/c4463_Artigo_4_Adriano_Noctua_2020_1.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Jeaniny S. D. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: as políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. **SURES**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 13, p. 61-70, 2019. Disponível em:
<https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1816/1812>. Acesso em: 19 abr. 2022.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERTEK, Paulo. **Jorge Lacerda: Uma luminosa mensagem de cultura**. São Paulo: Cultor de Livros, 2015.

SILVA, Ana C. R.; SIMONIAN, Ligia T. L. A política patrimonial atual do Brasil e a gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, RS, v. 10, n. 18, p. 48-64, jan. 2018. DOI:
<https://doi.org/10.15210/rmr.v10i18.11079>. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/11079>. Acesso em: 13 maio 2022.

SILVA, Bruno S. R. **Das Ostras, só as pérolas: arqueologia pública e arqueologia subaquática no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VCSA->

8MJHER/1/silva__das_ostras__s__as_p_rolas__arqueologia_p_blica_e_arqueologia__subaqu_tica_no_brasil.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Fabíola Andréa; BESPALÉZ, Eduardo; STUCHI, Francisco Forte. Arqueologia colaborativa na Amazônia: Terra Indígena Kuatinemu, Rio Xingu, Pará. **Amazônica**, Belém, v. 3, n. 1, p. 32-59, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v3i1.629>. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/629/864>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SILVA, Rodrigo M. D. D. Educação patrimonial e a dissolução das monoidentidades. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 56, p. 207-224, abr./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.38374>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/CrGQj8StgXMrqhszrMj9ytQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: ECKERT, Cornelia; LIMA FILHO, Manuel Ferreira.; BELTRÃO, Jane (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra/ABA/Fundação Ford, 2007. p. 81-100.

SMITH, Laurajane El "espejo patrimonial". ¿Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? Antípoda. **Revista de Antropología y Arqueología**, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/antpo/n12/n12a04.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SMITH, Linda. **Decolonizing Methodologies Research and Indigenous Peoples**. 3. ed. London: Zed Books, 2021.

TORO, Alfonso D. La Postcolonialidad en Latinoamérica en la era de la globalización. ¿Cambio de paradigma en el pensamiento teórico-cultural latinoamericano? In: TORO, Alfonso D.; TORO, Fernando D. **El debate de la postcolonialidad en Latinoamérica**. Una postmodernidad periférica o Cambio de paradigma en el pensamiento latinoamericano. Frankfurt and Main: Vervuert, 1999. p. 31-77.

TRACTEBEL ENERGIA; ELETROSUL; SATC, MINISTÉRIO DA CULTURA. Energia e Desenvolvimento: História do complexo Jorge Lacerda. Florianópolis: Expressão, 2006.

TRACTEBEL E. Recuperação de áreas degradadas por meio da utilização de cinzas de carvão mineral. Prêmio expressão de ecologia. Capivari de Baixo: [s.n.], 2009.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VELLOSO, Mônica P. **História & Modernismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VENEGAS MARCELO, H. A noção de patrimônio no Brasil Império. **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 135-146, 2013. DOI: 10.25145/j.pasos.2013.11.008. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/2>. Acesso em: 30 abr. 2023.

VETTORETTI, Amádio. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão: Editora Incopel, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos sistemas mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1999. p. 447-470.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. D. S.; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais, 14. ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. p. 7-20.

YOUNG, James E. The Texture of Memory: Holocaust Memorials in History. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar. **Cultural memory studies**: an international and interdisciplinary handbook. New York: De Gruyter, 2010. p. 357-366. <https://doi.org/10.1515/9783110207262.6.357>. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110207262.6.357/html#Vancouver>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ZAMPARETTI, Bruna C. **Sambaqui Cabeçuda 01**: Um território resiliente. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3391/1/109595_Bruna.pdf. Acesso em: 30 jul. 2022.

ZEDEÑO, Maria N. The Archaeology of Territory and Territoriality. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian **Handbook of Landscape Archaeology**. Califórnia: Left Coast Press, 2008. p. 210-217.

ZUMBLICK, Walter. **Este meu Tubarão**. Florianópolis: IOESC, 1974.

APÊNDICE A – TABELA LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| REV.SAB | 2003 | SILVA, M. A. da. Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDS Amanã e da FLONA Tefé, Amazonas. Revista de Arqueologia , [S. l.], v. 36, n. 1, p. 267–270, 2023. DOI: 10.24885/sab.v36i1.1062. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/1062 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Colaborativa | Ações com as comunidades de Boa Esperança, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDS Amanã), e de Tauary, na Floresta Nacional de Tefé (FLONA Tefé), ambas no Médio Solimões, estado do Amazonas. Escutas das histórias de vida de lideranças mais velhas, de professores/as e jovens, marcadas por um hibridismo entre a educação, a etnografia arqueológica e a história oral em decorrência da localização desta pesquisa na fronteira desses campos disciplinares. Também foram desenvolvidas práticas de educação patrimonial nas localidades, uma demanda constante e antiga das famílias e das escolas. | Brasil |
| BDTD | 2003 | ALMEIDA, Marcia Bezerra de. O australopiteco corcunda: as crianças e a arqueologia em um projeto de arqueologia pública na escola. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. . Acesso em: 05 jun. 2023. | Tese | Pública | O presente trabalho trata da relação da Arqueologia com o público a partir do olhar de um grupo de crianças, participantes de um projeto educativo realizado em uma escola da rede privada de ensino no Rio de Janeiro. A Arqueologia foi apresentada aos alunos por meio de escavações realizadas em sítio simulado na própria escola, permitindo a introdução do método científico, a apreciação da cultura material e colaborando para a conscientização da importância do patrimônio arqueológico. | Brasil |
| BDTD | 2004 | ALMEIDA, Paulo Araujo de. Arqueologia em Conceição dos Ouros -MG: pré-história e história, identidade, museu e espacialidade. 2004. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. doi:10.11606/D.8.2004.tde-30012023-174112. Acesso em: 2023-05-21. | Dissertação | Pública | A partir de descobertas arqueológicas fortuitas, seguidas de resgates e escavações realizadas nesse município, reflexiona-se sobre questões de identidade, preservação e gestão do patrimônio arqueológico através da coordenação exercida pelo museu então criado na cidade e suas relações com a comunidade local e regional. Expõem-se as experiências em Arqueologia pública e educação, levadas no período através das práticas de extroversão do Museu do Índio, envolvendo estudantes e visitantes na compreensão dos processos de formação da espacialidade, da paisagem urbana e seu entorno. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| Scielo | 2007 | PALMA, Jorge Roberto et al . Museo arqueológico e histórico de Huacalera (Quebrada de Humahuaca, provincia de Jujuy): un trabajo junto a la comunidad. Intersecciones antropol., Olavarría , n. 8, p. 163-171, dic. 2007 . Disponible en < http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-373X2007000100012&lng=es&nrm=iso > . accedido en 28 mayo 2023. | Artigo | Comunitária | Voltada a museologia comunitária ou social, com algumas ações educativas fora desse contexto. Todavia há a intenção de, em um futuro, envolver mais a comunidade, principalmente a indígena, nas decisões de abertura e fechamento da visitação do sítio arqueológico, mas isso ainda não foi feito. Projeto desenvolvido na microrregião arqueológica de Huacalera (Quebrada de Humahuaca, provincia de Jujuy, Argentina). | Argentina |
| BDTD | 2008 | FERNANDES, Tatiana Costa. Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.71.2008.tde-15042008-144626. Acesso em: 2023-05-22. | Dissertação | Pública | Discussão teórica sobre Arqueologia Pública acompanhada, ao final, com um exemplo de programa educativo no âmbito da arqueologia de contrato. As ações nesse focaram-se em: uso de mão de obra local na escavação, presença de comunidade na escavação, realização de oficinas pedagógicas para a comunidade em geral. Um público foi de trabalhadores o outro da comunidade escolar. | Brasil |
| BDTD | 2009 | CARNEIRO, Carla Gibertoni. Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.71.2009.tde-28082009-100307. Acesso em: 2023-05-21. | Tese | Pública | A partir do contexto histórico que revela esta aproximação e dos referenciais teórico-metodológicos dos campos citados, apresento um modelo de atuação no contexto da arqueologia preventiva: O Programa de educação patrimonial do projeto de levantamento arqueológico do gasoduto Coari - Manaus (AM). As ações planejadas para sua execução foram desenvolvidas a partir de uma perspectiva processual e sistêmica com vistas a discutir como os estudos arqueológicos vêm contribuindo com as discussões sobre o processo de ocupação da região amazônica e seu equilíbrio ambiental. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| CAPES | 2009 | Henson, Don 2009. Friend or enemy? Community archaeology in the United Kingdom. Henson, Don 2009. Treballs d'arqueologia, Núm. 15 (2009) , p. 43-49, ISSN 2339-6490 | Artigo | Comunitária | Discute sobre a arqueologia comunitária no Reino Unido, principalmente na perspectiva da arqueologia caracterizada como amadora. Cita alguns exemplos de arqueologia do tipo e apresenta ao final a CBA é «Arqueologia para Todos». A CBA é a organização nacional que representa a arqueologia no Reino Unido. Estes incluem profissionais e amadores, universidades e unidades de campo, serviços de arqueologia de autoridades locais, organizações nacionais e sociedades para o governo e como defensores do engajamento público na arqueologia. Vemos como nosso principal objetivo permitir que mais pessoas se envolvam ou compreendam e apoiem o trabalho da arqueologia. | Inglaterra |
| CAPES | 2009 | Tully, Gemma 2009. Ten years on: the Community Archaeology Project Quseir, Egypt. Treballs d'arqueologia, Núm. 15 (2009) , p. 63-78, ISSN 2339-6490 | Artigo | Comunitária | O Projeto de Arqueologia Comunitária Quseir (CAPQ), Egito, comemorou seu décimo aniversário em 2008. Trabalhos em conjunto para a construção e exposição de narrativas locais; realização de entrevistas e a história oral; recursos educativos construídos em conjunto (livros educativos, por exemplo); criação de arquivos fotográficos, de vídeo e digitais e plataformas de comunicação e troca de experiências na arqueologia comunitária local e global; produção de diversos souvenirs inspirados nas descobertas de Quseir al-Qadim e na história da cidade moderna. | Egito |
| CAPES | 2009 | Simpson, Faye 2009. Evaluating the value of community archaeology: The XArch Project. Treballs d'arqueologia, Núm. 15 (2009) , p. 51-62, ISSN 2339-6490 | Artigo | Comunitária | Apresenta e analisa (pontos fortes e fracos) do projeto de arqueologia comunitária XArch realizado pela Universidade de Exeter e financiado pelo Heritage Lottery Fund, na Welcome Farm, vila de Brayford, Devon. O trabalho resumiu-se a um trabalho de escavação entre arqueólogos profissionais e amadores, com a presença (como observadores e para fins educativos) de demais membros da comunidade. Não foi muito extenso a interação e colaboração da comunidade. | Inglaterra |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|-------------------------------------|--|--------------------------------|
| REV.SAB | 2009 | VIEIRA DE CARVALHO, A. . Entre ilhas e correntes: A criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 165–166, 2009. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/281 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | A pesquisa Entre Ilhas e Correntes: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty (Brasil), desenvolvidano Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp), teve como objetivo analisar a construção das memórias oficiais das cidades de Angra dos Reis e Paraty, no Estado do Rio de Janeiro. Inserida no contexto dos Estudos Ambientais e das discussões a cerca da Arqueologia Pública, almejava-se compreender como o conceito de ambiente era significado dentro dos discursos oficiais produzidos por órgãos públicos (secretarias de turismo) sobre as cidades e, como a materialidade desses municípios dialogava com essas narrativas. | Brasil |
| MAE-USP | 2009 | Silva, F. A. (2009). Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia, (19), 205-219. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2009.89884 | Artigo | Pública, Comunitária e Colaborativa | Projeto “Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena. Um Estudo sobre a Trajetória de Ocupação Indígena em Territórios do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a TI Kaiabi e a Aldeia Lalima.”. Houve: consulta prévia e com o esclarecimento dos objetivos, do valor científico e social da pesquisa; consulta e “convencimento”; participação remunerada nas atividades de campo; realização de história oral; a percepção da pesquisa como recurso importante na arena das disputas territoriais existiu desde o momento de negociação da pesquisa e foi quase a condição para a sua realização; os pesquisadores tiveram de assumir uma atitude política e ética frente às demandas e problemas destas populações. | Brasil |
| | | | | | | |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| REV.SAB | 2010 | ANDRADE, C. Educação Patrimonial em Arqueologia: a dinâmica das práticas evidenciando redes de conhecimento. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 239–255, 2019. DOI: 10.24885/sab.v32i2.699. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/699 . Acesso em: 28 maio. 2023 | Artigo | Pública | Apresenta resultados do trabalho desenvolvido em sete projetos de Educação Patrimonial, entre 2009 e 2018, elaborados no âmbito do licenciamento ambiental. Foram consideradas informações relativas ao público envolvido, à contribuição das atividades para a construção do conhecimento, reconhecimento e apropriação do patrimônio, através da observação de quatro aspectos: categorias dos projetos, região geográfica onde o projeto foi realizado, transição entre público-alvo e público participante, e metodologia de realização. | Brasil |
| CAPES | 2010 | GREEN, Lesley Fordred e GREEN, David R e NEVES, Eduardo Goes. Conocimiento indígena y ciencia arqueológica. Los retos de la arqueología pública en la reserva Uaçá. Pueblos indígenas y arqueología en América Latina. Tradução . Bogotá, D.C.: Universidad de los Andes, Facultad de Ciencias Sociales, 2010. . . Acesso em: 05 jun. 2023. | Capítulo Livro | Pública | Este artículo describe momentos centrales en la confrontación de prácticas en una reserva indígena conocida como Área Indígena do Uaçá, en el Estado brasileño de Amapá, en la costa entre el río Amazonas y la Guayana francesa. Más de una docena de contadores de historias fue entrevistada en siete aldeas palikur a lo largo del río Urucauá, buscando múltiples versiones de historias particulares con propósitos comparativos. Estas historias fueron transcritas y traducidas al portugués por hablantes nativos de palikur. | Brasil/Guiana Francesa |
| BDTD | 2010 | Silva, Selma Lima da. Contexto comunitário e educação patrimonial : um estudo de caso em União dos Palmares-AL / Selma Lima da Silva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2010. 237 f. | Dissertação | Pública | Educação patrimonial: palestras, oficinas com a comunidade escolar e local. Visita turística à escavação. Curso junto aos monitores da região para fins turísticos. Entrevistas com: comunidade escolar; autoridades; moradores da cidade de União dos Palmares; moradores da da Serra da Barriga. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| BDTD | 2011 | SILVIA, Livia Blandina de Araujo. Arqueologia pública no seridó Potiguar : uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnáúba dos Dantas-RN. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2011. | Dissertação | Pública | Estudo de atividades educativas desenvolvidas. Exposições de artistas locais conectando a temática da arte rupestre dos sítios arqueológicos. Estruturação de um programa de educação local, uma função em conexão com a associação comunitária. Criação de programas educativos e artísticos a partir da iniciativa de professores locais. Desenvolvimento turístico por meio do curso “Jovem Guia” e criação do Grupo de estudos em Patrimônio e arqueologia do Seridó – GEPS | Brasil |
| | | | | | | |
| CAPES | 2011 | Silva, Fabíola Andréa ; Bsepalez, Eduardo ; Stuchi, Francisco Forte. ARQUEOLOGIA COLABORATIVA NA AMAZÔNIA: TERRA INDÍGENA KUATINEMU, RIO XINGU, PARÁ. Amazônica - Revista de Antropologia, 2011, Vol.3 (1). Alma/SFX Local Collection. | Artigo | Colaborativa | Procedimentos e primeiros resultados da pesquisa arqueológica e etnoarqueológica realizada em maio de 2010, com o objetivo de localizar os antigos assentamentos Asurini às margens do igarapé Ipiaçava e verificar o potencial arqueológico dessa parte da T.I. Kuatinemu. Mostraremos que os arqueólogos e os Asurini protagonizaram o projeto, contribuindo com diferentes interesses e expertises na sua elaboração, organização logística, cronograma de atividades e na interpretação dos vestígios materiais encontrados. | Brasil |
| | | | | | | |
| CAPES | 2011 | Giullia Caldas dos Anjos ; Andressa Domanski. Sítio “Charqueada Santa Bárbara”: Um Projeto de Arqueologia Pública em Pelotas. Alma/SFX Local Collection DOAJ Directory of Open Access Journals | Artigo | Colaborativa | Esse trabalho articula-se ao projeto de pesquisa “O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)”. Busca-se instituir uma linha formal de pesquisa sobre Arqueologia da escravidão na região, sobretudo na cidade de Pelota. Os trabalhos na Charqueada buscaram compreender as representações e cosmologias das populações locais sobre o sítio arqueológico e a escravidão em. A meta, perspectiva futura, é integrar as comunidades locais nas escavações e definir junto a elas políticas de preservação e musealização da cultura material encontrada. Perspectiva futura, a tese foi apresentada anteriormente. | Brasil |
| | | | | | | |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|-----------------------|--|--------------------------------|
| BDTD | 2012 | ALMEIDA, Fábio Guaraldo. Terra de Quilombo: arqueologia da resistência e etnoarqueologia no território Mandira, município de Cananéia/SP . 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.71.2012.tde-20122012-140908. Acesso em: 2023-05-22. | Dissertação | Pública e comunitária | Na fase de elaboração da pesquisa foram realizadas visitas a campo para conversar sobre a proposta do trabalho e adaptar o projeto às suas exigências e interesses. Realização de entrevistas, direcionamento da prospecção a partir da oralidade local, acompanhamento de membros da comunidade no mapeamento. Retorno ao campo para submeter às interpretações e sínteses aos membros da comunidade quilombola dos Mandira. Tentativa de adotar métodos não colonizadores e mais colaborativos ao estudo etnoarqueológico. | Brasil |
| CAPES | 2012 | Glover, Jeffrey B ; Rissolo, Dominique ; Mathews, Jennifer P ; Furman, Carrie A. El proyecto Costa Escondida: arqueología y compromiso comunitario a lo largo de La Costa Norte de Quintana Roo, Mexico. Chungará, 2012, Vol.44 (3), p.511-522. SciELO Chile Alma/SFX Local Collection | Artigo | Comunitária | A necessidade de escuta e participação dos vários agentes do patrimônio na região norte de Quintana Roo, Península de Yucatan, México. Buscam uma nova abordagem baseada na aprendizagem social e na construção de uma comunidade de prática. | México |
| REV.SAB | 2012 | PAHL SCHAAN, D.; LUIZ MARQUES, F. Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 106–123, 2012. DOI: 10.24885/sab.v25i1.342. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/342 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Envolvimento da comunidade de Joanes desde o início das ações, pensando em conjunto. Foi feito inclusive um grupo/comissão com o objetivo de representar as falas e decisões da comunidade. Também foi aplicado entrevistas e uso da história oral. Ações educativas na escola. | Brasil |
| BDTD | 2013 | PINTO, Karina Lima de Miranda. Arqueologia e conformação de identidades das comunidades indígenas do Nordeste: um estudo de caso dos Xucuru-Kariri. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013. | Dissertação | Pública e Relacional | Analisar o lugar que a cultura material e a Arqueologia ocupam para o grupo e o que esta ciência tem feito por ele. Foi realizado na área um mapeamento participativo que promoveu o diálogo horizontal entre pesquisadora e comunidade. Os resultados obtidos trouxeram a visão da materialidade local a partir da ótica Xucuru-Kariri, como é manipulada pelo grupo e significada dentro do seu universo cosmológico e (re)significada no mundo não-índio. Base da Antropologia Social. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| BDTD | 2013 | ANDRADE, Sabrina de Assis. Etnoarqueologia MBYA Guarani no Tekoa Pindoty (Ilha da Cotinga), litoral do Estado do Paraná. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, 126p, 2013. | Dissertação | Etnoarqueologia | Apresentar as discussões e os resultados de uma análise etnoarqueológica realizada junto aos Mbya Guarani do Tekoa Pindoty ou Terra Indígena Ilha da Cotinga, no litoral do Estado do Paraná. Objetivou-se compreender qual a relação estabelecida entre os indígenas e este local, sob o ponto de uma pesquisa que integrasse estudos arqueológicos e etnológicos buscando novos referenciais para a reflexão sobre a cultura material remanescente nessas áreas. Fala em interação com os indígenas Mbya, não em colaboração. | Brasil |
| CAPES | 2013 | Machado, Juliana Salles. História(s) indígena(s) e a prática arqueológica colaborativa. Alma/SFX Local Collection DOAJ Directory of Open Access Journals. Revista de arqueologia (Rio de Janeiro, Brazil), 2013, Vol.26 (1), p.72-85. | Artigo | Colaborativa | Aborda questões teórico-metodológicas da prática arqueológica colaborativa em comunidades indígenas. A fim de encaminhar tal reflexão, apresento uma pesquisa colaborativa entre os Xokleng de Santa Catarina. A co-existência de trajetórias históricas particulares em seu território e o conhecimento deste palimpsesto de ocupações e reocupações é o cerne desta pesquisa. Através de uma prática científica colaborativa, tem-se priorizado a construção de discursos multivocais, permitindo assim a formação e a incorporação de distintas noções de tempo, espaço, história e memória. | Brasil |
| CAPES | 2013 | Tyas, Alexandra. Underwater Archaeology in Iceland: Past Work, Current Management and Future Possibilities in Community Engagement | Artigo | Comunitária | Globalmente, os gestores do patrimônio cultural subaquático estão cada vez mais voltados para o envolvimento da comunidade como forma de enfrentar os muitos desafios que enfrentam, e este artigo propõe a adoção de uma estratégia semelhante na Islândia. Isso poderia melhorar o gerenciamento e a conscientização dos locais subaquáticos. Ainda mais precisa ser feito na Islândia para melhorar o envolvimento da comunidade em todos os aspectos dos projetos arqueológicos | Islândia |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|---------------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2013 | TEGA, G.; CAMARGO, V.; CARVALHO, A. V. de; FUNARI, P. P. A.; FERREIRA, M. B. R. Ações do projeto arqueologia e divulgação científica – diálogos e saberes: site e documentário. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 75–86, 2013. DOI: 10.20396/rap.v7i1.8635672. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635672 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Um projeto “Arqueologia e Divulgação Científica: diálogos e saberes” desenvolvido pelo Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte e pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (labjor), ambos da Unicamp. Construíram um site e quatro documentários. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2013 | SCHIAVETTO, S. N. de O.; GILAVERTTE, A. P.; ANDRADE, D. dos S. de. Projeto arqueologia e educação: um olhar para o passado da região de Poços de Caldas. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 138–152, 2013. DOI: 10.20396/rap.v7i1.8635676. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635676 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Projeto de Pesquisa sobre Arqueologia e Educação Patrimonial realizado na região sudoeste de Minas Gerais. Realização de entrevistas com locais, ações educativas em escolas públicas e na universidade. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2013 | BEZERRA, M. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 7, n. 1[7], p. 107–122, 2013. DOI: 10.20396/rap.v7i1.8635674. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635674 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Discute a relação entre as comunidades locais na Amazônia e o patrimônio arqueológico, considerando a percepção tátil como elemento importante no reconhecimento e na apropriação das coisas do passado. | Brasil |
| BDTD | 2014 | SILVA, Arenildo dos Santos. Pelas trilhas dos filhos do sol e da lua: memórias das pinturas rupestres de Monte Alegre, Pará, Amazônia, Brasil. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. | Dissertação | Decolonial | Usa de narrativas orais, por meio de entrevistas, para entender refletir sobre o conjunto de narrativas a cerca das pinturas rupestres da região das serras de Monte Alegre, Pará, na busca de compreender os significados que o patrimônio arqueológico assume no âmbito das relações sociais contemporâneas, em específico, aquelas construídas segundo a lógica de populações tradicionais. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| BDTD | 2014 | FERNANDES, Glenda Consuelo Bittencourt. Um buraco no meio da praça: múltiplas percepções sobre um sítio arqueológico em contexto urbano amazônico – o caso de Belém, Pará. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. | Dissertação | Pública | Esta pesquisa trata das múltiplas leituras atribuídas pelas pessoas sobre o sítio arqueológico histórico Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos, situado no contexto urbano amazônico da cidade de Belém, Pará, mais especificamente na Praça do Carmo. Para ter acesso às narrativas, realizei trabalho de campo durante os anos de 2012 e 2013, tempo de convivência e realização de entrevistas com moradores, trabalhadores e frequentadores do lugar. | Brasil |
| BDTD | 2014 | LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa, 1980- 'Pedaços de pote', 'bonecos de barro' e 'encantados' em Laranjal do Maracá, Mazagão, Amapá: perspectivas para uma arqueologia pública na Amazônia. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. | Dissertação | Pública | Uma etnografia sobre as representações que moradores da vila de Laranjal de Maracá, localizada no entorno de vários desses sítios, possuem sobre esses vestígios, bem como sobre as pesquisas desses materiais. Além disso, aborda questões sobre práticas de encantaria e também imaginários sobre os lugares praticados pelos moradores dessa vila. Para tanto, utilizou como técnicas a observação participante, entrevistas e análises bibliográficas, buscando refletir a partir da Arqueologia Pública sobre as diferentes formas de impacto da cultura material. | Brasil |
| BDTD | 2014 | LIMA, Leilane Patricia de. A Arqueologia e os indígenas na escola: um estudo de público em Londrina-PR. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.71.2014.tde-19012015-155303. Acesso em: 2023-05-21. | Tese | Pública | Foca em experiência da educação patrimonial no espaço formal, com intuito de discutir as relações entre a Arqueologia Pública e a Educação Patrimonial e o papel da escola no que se refere à comunicação do conhecimento arqueológico. | Brasil |
| BDTD | 2014 | AMARANTE, Cristiane Eugenia da Silva. Refletindo sobre musealização: um encontro entre público e arqueologia marítima em Santos. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.71.2014.tde-14052014-120829. Acesso em: 2023-05-21. | Dissertação | Pública | O propósito é trabalhar com a arqueologia pública, utilizando-se de estratégias participativas que aproxime as pessoas da ciência arqueológica considerando o museu e seu público. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|-------------------------|---|--------------------------------|
| BDTD | 2014 | SILVA, Valber Souza. Os velhos caminhos de Congonhas numa perspectiva de educação patrimonial. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.71.2014.tde-13052015-165454. Acesso em: 2023-05-22. | Dissertação | Pública | A Educação Patrimonial pode significar um acesso ao conhecimento sobre o patrimônio arqueológico de Congonhas e para sua preservação, utilizando de vestígios arqueológicos aflorados sobre o solo, trabalhando para produzir uma Arqueologia Pública, buscando promover a viabilização de meios de preservação e musealização de sítios arqueológicos revelados por uma Arqueologia Histórica engajada com tendências mundiais da Arqueologia | Brasil |
| BDTD | 2014 | LEMOS, Caroline Murta. Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: patrimônio e identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale / MG). 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós Graduação em Antropologia. 2014. 145f. | Dissertação | Pública e Decolonizante | Nesta dissertação, eu analiso pelo viés da Arqueologia Pública o papel que o patrimônio arqueológico desempenhou na construção da identidade quilombola da comunidade Chacrinha dos Pretos, localizada no município de Belo Vale em Minas Gerais. Esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de questionar a ideia de que o patrimônio arqueológico é essencialmente físico e estático e que pode ser dissociado das relações e práticas socioculturais que ele envolve e nas quais ele atua. | Brasil |
| CAPES | 2014 | Clarisse Callegari Jacques. Arqueologia enquanto prática social; em busca de dinâmicas colaborativas. Alma/SFX Local Collection. Opsi (Catalão, Brazil), 2014, Vol.14 (2), p.94-113 | Artigo | Colaborativa | Experiência de pesquisa na Comunidade Quilombola de Cinco Chagas do Matapi, Amapá. Em especial, são abordados aspectos caros à prática da etnografia no que diz respeito a relação do pesquisador com os interlocutores, como a relação de alteridade, dialogia e autoridade. Estas reflexões estão relacionadas, também, à metodologias educativas alternativas, onde as diferentes formas de transmissão do conhecimento local são veículos importantes para entendermos os diferentes significados dos vestígios arqueológicos para as comunidades, bem como são essenciais para uma relação de comunicação mais inclusiva entre pesquisador e interlocutores. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| CAPES | 2014 | Xurxo M. Ayán Vila. El Patrimonio de los vencidos: arqueología en comunidades subalternas / The heritage of the defeated: archaeology in subaltern communities. Tejuelo (Trujillo), 2014, Vol.19 (1), p.109-142. DOAJ Directory of Open Access Journals | Artigo | Pública | Traz alguns exemplos de como a arqueologia pode contribuir para a descolonização, discursiva e política, de muitas sociedades africanas, dentre elas, algumas da Etiópia e Chipre. Além da reflexão, apresenta algumas ações de educação patrimonial. Cita exemplos de gestão e defesa patrimonial comunitária, dentre eles as ações dos Benga de Mandji, os Gumuz de Benishangul ou os Atacameños de Chiu-Chiu, e da região do campesinato galego (Galícia, Espanha). | Peru |
| CAPES | 2014 | José M ^a Señorán Martín. Patrimonio y Comunidad: el proyecto de la Dehesa de Montehermoso / Heritage and Community: the Montehermoso Dehesa project. Tejuelo (Trujillo), 2014, Vol.19 (1), p.143-153. DOAJ Directory of Open Access Journals. | Artigo | Colaborativa | En este contexto de abandono surge el proyecto de puesta en valor de la dehesa boyal de Montehermoso, cuyo concepto clave será la socialización del patrimonio, y en el que se unen instituciones científicas (Incipit-CSIC) y asociaciones locales (Andares), trabajando desde un punto de vista simétrico y horizontal. El trabajo parte de una concepción integral del Patrimonio “en la que se funde lo histórico y lo natural y bajo la que subyace la necesidad de una gestión coordinada de todos los recursos patrimoniales”(CRIADO et alii, 1995:261), gestión coordinada por parte de la población local, pasando de ser un agente pasivo a un agente activo en las tareas de ordenación y gestión de sus recursos patrimoniales. | Peru |
| CAPES | 2014 | Araujo, Emiliano ; Tobar, Vanina ; Giannotti, Sebastián ; Frías, Carlos ; Castañar, Karina. Construyendo en La Arboleda: proyecto sobre valoración y uso social del patrimonio arqueológico. La Zaranda de ideas, 2014, Vol.10 (10), p.65-74. SciELO Argentina DOAJ Directory of Open Access Journals | Artigo | Comunitária | Comunidad de La Arboleda, localidad donde se han realizado excavaciones arqueológicas (Bárcena y Ots 2011; Ots 2007) y que constituye el Área Fundacional del Departamento de Tupungato, ubicado en el Valle de Uco, provincia de Mendoza. Houve educação patrimonial na escola local, entrevistas com alguns moradores e um encontro final pontua. | Argentina |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| REV.SAB | 2014 | CARNEIRO, C. G. Socialização do conhecimento arqueológico: Uma perspectiva interdisciplinar. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 141–156, 2014. DOI: 10.24885/sab.v26i2.386. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/386 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Análise acerca das ações educativas em programas de arqueologia preventiva no contexto amazônico. | Brasil |
| LEPAARQ | 2014 | BÉLO, Tais Pagoto. UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE BOUDICA E A MEMÓRIA COLETIVA BRITÂNICA. Cadernos do Lepaarq. Vol. XI n°21 2014 | Artigo | Pública | Entrevistas com os visitantes do Norwich Castle Museum & Art Gallery, Colchester Castle Museum, Museum of London e Verulamium Museum. A Perspectiva também de uso público ou contribuição desse patrimônio à memória coletiva. | Inglaterra |
| CAPES | 2015 | Silva, Fabíola Andréia ; Garcia, Lorena Luana Vanessa Gomes. TERRITÓRIO E MEMÓRIA DOS ASURINI DO XINGU: ARQUEOLOGIA COLABORATIVA NA T.I. KUATINEMU, PARÁ. Amazônica - Revista de Antropologia, 2015, Vol.7 (1), p.74 | Artigo | Colaborativa | Primeiros resultados do projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu: Arqueologia Colaborativa na T.I. Kuatinemu, Pará. Trata-se da continuidade da pesquisa arqueológica colaborativa que vem sendo realizada com os Asurini do Xingu, desde 2009. Descreve-se o trabalho de campo e as características dos sítios arqueológicos localizados na área. | Brasil |
| CAPES | 2015 | Costa, Júlio Jader. Sítio Arqueológico Tenda Pai Joaquim de Aruanda: Inserção na paisagem cultural e relações com os saberes tradicionais quilombolas do espinhaço meridional. Revista Arqueologia Pública, 2015, Vol.9 (3), p.63. DOAJ Directory of Open Access Journals. | Artigo | Colaborativa | O sítio arqueológico localiza-se há mais de mil metros de altitude, no município de Conceição do Mato Dentro, em área circunscrita pelo distrito de Ouro Fino. Trata-se de um sítio ritual de Umbanda que permaneceu ativo entre meados e o fim do século XX, quando encerrou suas atividades devido ao falecimento de seu chefe de trabalhos: o curandeiro e médium de Umbanda Abel Matias de Souza. Objetivo geral da pesquisa: estudo sobre os processos de inserção da Tenda Pai Joaquim de Aruanda na Paisagem Cultural e suas relações com os conhecimentos tradicionais de quilombolas e do campesinato negro rural em terras altas do espinhaço meridional. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|------------------------|---|--------------------------------|
| CAPEs | 2015 | Silva, Fabíola Andréa. Arqueologia colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. Revista de antropologia (São Paulo), 2015, Vol.58 (2), p.143-172. | Artigo | Colaborativa | O artigo apresenta alguns resultados do projeto Território e Memória dos Asurini do Xingu. Arqueologia Colaborativa na T.I. Koatinemo – Pará, Brasil. Trata-se de uma pesquisa projetada em parceria com os Asurini, com objetivo principal de compreender sua história na ocupação territorial da T.I. Koatinemo. Ao mesmo tempo, procura também identificar o potencial arqueológico dessa área do baixo-médio Xingu. | Brasil |
| | | | | | | |
| CAPEs | 2015 | Ramírez Corredor, Yvonne Rocío. En los Montes de María el museo resiste: aproximaciones a la relación entre Arqueología, comunidad y patrimonio arqueológico desde el Museo Comunitario San Jacinto, Bolívar, Colombia. Memorias (Barranquilla, Colombia), 2015, Vol.27 (27), p.174-206. SciELO Colombia DOAJ Directory of Open Access Journals. | Artigo | Museologia comunitária | El presente artículo tiene como objetivo problematizar las relaciones que emergen entre Arqueología y comunidad a través de la experiencia del Museo Comunitario San Jacinto, localizado en el corazón de los Montes de María, departamento de Bolívar, Colombia. | Colômbia |
| | | | | | | |
| DOAJ | 2015 | Gupta, N., 2015. Social and Political Factors in Post-Colonial Indian Archaeology: The Case of Sanghol, Punjab. Bulletin of the History of Archaeology, 25(2), p.Art. 8.DOI: https://doi.org/10.5334/bha.262 | Artigo | Colaborativa | A colaboração na pesquisa apresentada é entendida entre equipes de arqueólogos de diferentes entes de pesquisa, no desenvolvimento das escavações realizadas em Sanghol - distrito de Fatehgarh Sahib de Punjab, na Índia. | Índia |
| | | | | | | |
| Sciencia | 2015 | SUTHERLAND, Fred. Community-driven mining heritage in the Cuyuna Iron Mining District: Past, present, and future projects. The Extractive Industries and Society . Volume 2, Issue 3, August 2015, Pages 519-530. | Artigo | Pesquisa comunitária | Com vistas a pensar o patrimônio minerador em benefício local, com incentivo turístico, houve consultas públicas, entrevistas e conversas com a comunidade de Cuyuna Iron Mining Range, antigo distrito de mineração norte-americano localizado a cerca de 90 milhas (145 km) a oeste de Duluth, no centro de Minnesota. A comunidade participou também da escolha dos lugares que mereciam maior atenção, por meio de um registro sistemático. | EUA |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|---------------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | MONTENEGRO, M. Una experiencia de arqueología pública y colaboración intercultural en el sector septentrional de Argentina. Revista Arqueología Pública, Campinas, SP, v. 8, n. 2[10], p. 26–43, 2015. DOI: 10.20396/rap.v8i2.8635637. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635637 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | La investigación se conformó en base a observación participante, indagación de documentación institucional, y rescate de discursos de los diversos actores educativos y miembros de la comunidad local. Ocorreu em uma escola primária na Argentina. | Argentina |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | FERNANDES, T. C.; BROCHIER, L. L. A educação patrimonial na avaliação de impacto ambiental: possibilidades de aplicação de uma perspectiva de arqueologia pública. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 32–43, 2015. DOI: 10.20396/rap.v5i1.8635749. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635749 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Contato com o sítio arqueológico no momento de sua escavação e com a exposição das evidências materializadas do passado no presente. Realização de oficinas. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | LIMA, L.; FRANCISCO, G. da S. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de arqueologia pública em Paranã – TO. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 1, n. 1[1], p. 49–62, 2015. DOI: 10.20396/rap.v1i1.8635821. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635821 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Realização da Semana de Arqueologia, no município de Paranã – estado do Tocantins, relacionado a atividade de pesquisas arqueológicas numa região de impacto ambiental, dada a construção de um empreendimento hidrelétrico no médio vale do rio Tocantins. Ações voltadas e desenvolvidas com o público escolar: palestras. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da Mina Calcária Limeira. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 1, n. 1[1], p. 63–120, 2015. DOI: 10.20396/rap.v1i1.8635822. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635822 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Moradores locais participaram do levantamento arqueológico. Reconhecimento e inclusão de suas formas de viver no que se define como “patrimônio arquitetônico” da região; na inclusão de seus depoimentos e opiniões sobre o que considerar patrimônio, o que preservar, o que é significativo; e na busca de vestígios do elemento africano em uma atividade tradicionalmente relacionada ao colonizador branco europeu: a mineração. | Brasil |
| | | | | | | |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|---------------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | ZABALA, M. E.; FABRA, M. Estrechando vínculos entre “comunidades” en torno al patrimonio arqueológico. Las prácticas extensionistas desde un programa de arqueología pública. Revista Arqueología Pública, Campinas, SP, v. 6, n. 1[6], p. 39–53, 2015. DOI: 10.20396/rap.v6i1.8635733. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635733 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Reflexão acerca do Programa de Arqueologia Pública (PAP) da Universidad Nacional de Córdoba. Nesse programa há uma participação com as comunidades locais, academia e povos nativos que participam na organização de reuniões, seminários e palestras sobre memória, história e identidade, e da busca de laços mais estreitos com a universidade. | Argentina |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | GOMES, R. N. da C.; LOPES, R. C. dos S. Cacareco de índio e artefato arqueológico: conversas entre arqueólogos e a família Souza no Sítio Cedro, Santarém – Pará. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 20–21, 2015. DOI: 10.20396/rap.v5i1.8635748. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635748 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Entrevistas com alguns moradores do entorno da área escavada e uso da mão-de-obra local. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | CASTRO, A.; ZUBIMENDI, M. Ángel; GRASSI, L.; MAZZITELLI, L.; AMBRÚSTOLO, P. Sitio arqueológico Carsa (Puerto Deseado, Patagonia Argentina): reflexiones sobre la práctica de una arqueología social y pública. Revista Arqueología Pública, Campinas, SP, v. 2, n. 1[2], p. 7–21, 2015. DOI: 10.20396/rap.v2i1.8635807. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635807 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Ações educativas con alumnos en riesgo de un colegio de la ciudad de Puerto Deseado (Santa Cruz, Patagonia Argentina). | Argentina |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | DOMÍNGUEZ, L. S. Guanabacoa como una “experiencia” india en nuestra colonización: los retos de la arqueología pública. Revista Arqueología Pública, Campinas, SP, v. 2, n. 1[2], p. 89–98, 2015. DOI: 10.20396/rap.v2i1.8635812. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635812 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Não explícita, foca mais nas ações de campo realizadas pela equipe de arqueologia. | Cuba |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|---------------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | OLIVEIRA, N. V. de; FUNARI, P. P. A.; CHAMORRO, L. K. M. Arqueologia participativa: uma experiência com indígenas Guaranis. <i>Revista Arqueologia Pública</i> , Campinas, SP, v. 4, n. 1[4], p. 13–19, 2015. DOI: 10.20396/rap.v4i1.8635776. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635776 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Participativa | Realização de palestras, oficinas, aplicação de questionários, ensaios fotográficos, entrevistas. Todas essas ações tiveram participação e agência dos indígenas envolvidos, principalmente, dos mais jovens. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2015 | SANTOS, C.; CASTRO, V. M. C. de; LEITE, M. N. O patrimônio arqueológico rupestre no agreste pernambucano: a comunidade em foco. <i>Revista Arqueologia Pública</i> , Campinas, SP, v. 6, n. 1[6], p. 6–16, 2015. DOI: 10.20396/rap.v6i1.8635730. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635730 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Consistiu no levantamento preliminar de alguns dados para nortear o projeto “A educação patrimonial no agreste pernambucano: a comunidade em foco, uma parceria que pode dá certo”, que tem como área geopolítica inicial o município do Brejo da Madre de Deus, situado na Mesorregião do Agreste pernambucano. Para tanto houve entrevistas com moradores locais, de vários segmentos da sociedade. | Brasil |
| MAE-USP | 2016 | Godoy, A. P., & Plens, C. R. (2016). Arqueologia da Memória da região (território) de Guarulhos. <i>Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia</i> , (26), 27-41. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.119009 | Artigo | Pública | Envolvimento de acadêmicos da USP e realização de entrevistas com a comunidade local, utilizando da História Oral. | Brasil |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2016 | MELLO, S. A.; CASTRO, V. M. C. de. Memória, identidade e patrimônio arqueológico: um estudo sobre as lembranças dos velhos da Vila do Catimbau, Buíque-PE. <i>Revista Arqueologia Pública</i> , Campinas, SP, v. 10, n. 3[17], p. 37–54, 2016. DOI: 10.20396/rap.v10i3.8640928. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8640928 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Apresenta o estudo realizado com os moradores mais velhos da vila do Catimbau e sua relação com o patrimônio arqueológico do PNC. Por meio da história oral pretendeu-se compreender como os idosos se relacionam com os sítios arqueológicos. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|------------------------|--|--------------------------------|
| BDTD | 2017 | SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. Descobrimos a Chácara e a Charqueada, pela arqueologia pública. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/T.71.2017.tde-30112017-091734. Acesso em: 2023-05-22. | Tese | Pública | Estudo de caso no sítio arqueológico "Charqueada Santa Bárbara", fragmento de uma antiga estância de produção de charque (carne seca) de mesmo nome, em Pelotas/RS. Desenvolvimento de uma etnografia arqueológica por meio de observação participante e realização de entrevistas. Não há participação da comunidade na construção do projeto, mas há relevância quanto a sua fonte de informação e colaboração. | Brasil |
| BDTD | 2017 | MACEDO, Thaisa Dayanne Almeida. "Vou te proteger": a Educação Patrimonial como estratégia para proteção e valorização do patrimônio arqueológico do município de Felício dos Santos, MG. 2017. 175 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2017. | Dissertação | Pública | Relata as experiências e as reflexões decorrentes de uma experiência de Educação Patrimonial realizada na cidade de Felício dos Santos- MG. Ações desenvolvidas: (1) entrevista com moradores do município Felício dos Santos44, MG; (2) roda de conversa com a comunidade escolar do Município de Felício dos Santos; (3) aplicação de um questionário aos alunos do quinto (5º) ano do primeiro ciclo do ensino fundamental da escola municipal Santo Antônio e (4) atividades práticas direcionadas para a Arqueologia regional, tendo como público-alvo os alunos integrantes da etapa anterior. | Brasil |
| BDTD | 2017 | VIEIRA, Bruno Vitor de Farias. Era no tempo do coronel... "eu não concordo muito com isso não!": arqueologia pública e interpretações colaborativas sobre a "Fazenda São Victor", Piauí. 2017. 192 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia)-Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2017. | Dissertação | Colaborativa e Pública | Objetiva apresentar um estudo sob o viés da Arqueologia Colaborativa, com os habitantes da Comunidade Lagoa de São Vitor, localizada no sudeste do Piauí, na identificação e caracterização dos espaços constituintes do antigo "Complexo Produtivo Fazenda São Victor".Envolveu a comunidade em etapas de mobilização, pré-campo, campo e laboratório. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| CAPES | 2017 | Machado, Juliana Salles. Arqueologias Indígenas, os Laklãõ Xokleng e os objetos do pensar. Revista de arqueologia (Rio de Janeiro, Brazil), 2017, Vol.30 (1), p.89-119. Alma/SFX Local Collection DOAJ Directory of Open Access Journals | Artigo | Colaborativa | Experiência recente de compartilhamento de interesse sobre o passado entre os Laklãõ Xokleng no estado de Santa Catarina. Ações:, em levantamentos de sítios arqueológicos de forma oportunística e através de informações orais e identificações prévias de outros pesquisadores, levantamentos de lugares de memória, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, documentação de festas e eventos realizados nas aldeias, participação de rodas de conversa, grupos de pesquisa e acompanhamento de grupos de trabalhos de artesãos, oficinas de capacitação audiovisual, mapeamento preliminar da disposição das casas nas aldeias atuais, observações dirigidas das formas de estruturas subterrâneas de cocção externas ou internas às casas, além de visitas com representantes indígenas a arquivos históricos, reservas técnicas e exposições de museus para discutir as coleções arqueológicas, etnográficas e acervos documentais e fotográficos concernentes à sua história. Também foram ministradas aulas em escolas, palestras e exibições de filmes. | Brasil |
| BDTD | 2018 | SANTOS, Thiago Rodrigo da Conceição. A arqueologia no licenciamento ambiental em Sergipe 2018. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. | Dissertação | Pública | Analisar a função científica, profissional e social da Arqueologia Pública no Licenciamento Ambiental através dos aspectos da Ética, Gestão, Legislação, Educação e Desenvolvimento Sustentável, tendo como exemplo os licenciamentos ambientais com relevância arqueológica realizados em Sergipe. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| BDTD | 2018 | CARVALHO, Patricia Marinho de. Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão - Vila Bela/MT. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.71.2019.tde-20022019-154725. Acesso em: 2023-05-22. | Tese | Colaborativa | Contexto afrodiáspórico da comunidade remanescente de Quilombo do Boqueirão, no município de Vila Bela, Mato Grosso, região do Alto Vale do Guaporé. Essa efetiva troca de experiências que acontece nas pesquisas de campo em arqueologia e uma experiência multivocal de construção de conhecimento. Oportunidade de realizar cinco “ações colaborativas” em Vila Bela que envolveram uma série de arqueólogos e profissionais de outras áreas, na execução dos estudos empreendidos na comunidade quilombola. | Brasil |
| CAPEL | 2018 | Dias de Assis, Nívia Paula ; Farias Vieira, Bruno Vítor ; Canaan Mageste, Leandro Elias ; Felisberto Oliveira, João Paulo ; Muniz Mendes, Patrícia. Conexões entre arqueologia pública e museologia social: O centro museológico de experimentação comunitária do território Quilombola de Lagoas, PI. Revista de Arqueologia Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp, 2018, Vol.12 (2), p.161-180 | Artigo | Pública | A partir das relações de parceria e afetividade estabelecida entre pesquisadores e comunidade, procuram articular diferentes procedimentos museológicos com iniciativas arqueológicas socialmente engajadas. O culminar desse processo foi a formatação do Centro Museológico de Experimentação Comunitária –o CEMEC -com atuação voltada para atividades que envolvem a experimentação do patrimônio arqueológico, associadas como iniciativas envolvendo a memória social, a história, bem como as demandas sociais que caracterizam o tempo presente. | Brasil |
| CAPEL | 2018 | BANDEIRA, A. M. Aproximações entre a etnografia arqueológica e os modos de fazer na comunidade quilombola de Itamatatuiua, Alcântara – Maranhão. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 12, n. 1[20], p. 30–46, 2018. DOI: 10.20396/rap.v12i1.8653106. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8653106 . Acesso em: 25 maio. 2023. | Artigo | Colaborativa | Projeto de investigação, com base na etnoarqueologia colaborativa que levasse em consideração as expectativas políticas das ceramistas e que possibilitasse construir uma agenda de trabalho conjunto que envolvesse as artesãs, o corpo discente e a produção do conhecimento sobre as práticas ancestrais ainda resilientes na região. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| Sciencia | 2018 | LESUR, Joséphine et al. Hide and meat among Boreda hideworkers: Ethnoarchaeozoology of consumption and craft practices in Gamo (southwest Ethiopia). <i>Quaternary International</i> . Volume 471, Part A, 25 March 2018, Pages 81-94. | Artigo | Colaborativa | Os Gamo, que falam omótico, representam uma das sociedades do sul da Etiópia organizadas em um sistema de castas amplamente reconhecido. A história desta sociedade e o desenvolvimento de sua organização de castas ainda são amplamente desconhecidos. Entre 2006 e 2012, organizamos um projeto colaborativo com pessoas do distrito de Gamo, em Boreda, em um esforço para combinar suas tradições orais e histórias de vida com investigações arqueológicas sobre a história de seu atual sistema de castas. | Etiópia |
| LEPAARQ | 2018 | SOUZA, Laize Carvalho de. Arqueologia Pública e sua práxis social: uma contribuição necessária para a preservação de recursos arqueológicos e interação social. In: <i>Cadernos do Lepaarq</i> , v. XV, n.30., p. 80-97, Jul-Dez. 2018. | Artigo | Pública | Faz uma crítica ao entendimento de Educação Patrimonial, apenas, como arqueologia pública, principalmente em contextos de arqueologia de contrato. Ainda que defenda não utilizar Educação Patrimonial e Arqueologia Pública como sinônimos, é direcionado às análise ao campo do licenciamento ambiental. | Brasil |
| CAPES | 2019 | Russi, Adriana ; Abreu, Regina. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. <i>Dossiê Estudos de Museologia e Gênero. Revista Museologia & Interdisciplinaridade.</i> , Vol. 7(13), p. 10-14.2019 | Artigo | Colaborativa | Museologia – experiências e como foi feito no Marque UFSC. | Brasil |
| Scielo | 2019 | RUSSI, A.; ABREU, R.. “Museologia colaborativa”: diferentes processos nas relações entre antropólogos, coleções etnográficas e povos indígenas. Horizontes Antropológicos , v. 25, n. 53, p. 17–46, jan. 2019. | Artigo | Colaborativa | Museologia colaborativa, apresentação dos casos Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC, em Florianópolis, e no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. | Brasil |
| BDTD | 2020 | BISPO JÚNIOR, Heitor Alves. Lugares e gentes: as relações entre pessoas, paisagens e Arqueologia em Felício dos Santos, Alto Vale do Araçuaí, Minas Gerais – (2010-2019). 2020. 147 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020. | Dissertação | Pública | Aplicação de questionários e entrevistas. Esta pesquisa permite às partes interessadas ampliar os horizontes acerca das ocupações humanas no Vale do Araçuaí para que as políticas de gestão e conservação dos patrimônios culturais sejam efetivamente empregadas nessa região. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| CAPEs | 2020 | Lima, Helena Pinto ; Barreto, Cristina Nunes Galvão de Barros ; Tavares, Fernando Luís ; Botelho, Gabrielle de Amorim ; Moraes, Bruno Marcos ; Haper, Kyle ; Pace, Richard ; Shepard Junior, Glenn Harvey ; Silva, Ezequiel Barbosa da ; Alho, Fábio dos Passos ; Benathar, Cássia Luzia Lobato. Oca, origens, cultura e ambiente. Revista Arqueologia Pública, 2020, Vol.14 (1), p.96-1. DOAJ Directory of Open Access Journals. | Artigo | Colaborativa | Apresenta o projeto OCA. O desenvolvimento das ações tem sido uma construção conjunta, participativa e aberta, e envolve pesquisadores e estudantes do Museu Goeldi e de diversas instituições parceiras, além de um grupo consolidado de professores moradores de Gurupá. | Brasil |
| CAPEs | 2020 | Barbosa da Silva, Ezequiel ; Harpe, Kyle Lee ; Luzia Lobato Benathar, Cássia ; dos Passos Alho, Fábio ; Luiz Tavares Marques, Fernando ; Barreto, Cristiana ; Pinto Lima, Helena ; Moraes, Bruno ; Pace, Richard ; de Amorim Botelho, Gabriele ; Harvey Shepard Jr, Glenn. Oca –origens, cultura e ambiente: uma proposta de arqueologia colaborativa em Gurupá/PA. Revista de Arqueología Pública: Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia Pública de Unicamp, 2020, Vol.14 (1), p.96-128. | Artigo | Colaborativa | Apresenta um conjunto de ações, iniciadas em 2014 e hoje em andamento, no município de Gurupá, Pará. É um trabalho realizado pelo Projeto OCA –Origens, Cultura e Ambiente, do Museu Paraense Emílio Goeldi. Este texto discute formas de engajamento entre arqueólogos e a comunidade em torno de reflexões sobre a história, memória e do patrimônio cultural. | Brasil |
| DOAJ | 2020 | Kasey Diserens Morgan Richard M. Leventhal. Maya of the Past, Present, and Future: Heritage, Anthropological Archaeology, and the Study of the Caste War of Yucatan.(This article belongs to the Special Issue Maya Anthropological Archaeology) Received: 31 May 2020 / Revised: 17 June 2020 / Accepted: 19 June 2020 / Published: 23 June 2020.Department of Anthropology, University of Pennsylvania, Penn Museum, 3260 South Street, Philadelphia, PA 19104, USA | Artigo | Antropológica | Projeto de patrimônio comunitário integrado e colaborativo, com sede em Tihosuco, Quintana Roo, México, se desenvolveu e mudou ao longo do tempo em reação às percepções sobre patrimônio e identidade dentro da comunidade local. Colaboração das escavações e definição das áreas escavadas, entrevistas, ações educativas, gerenciamento local do patrimônio. | México |
| DOAJ | 2020 | Mario Zimmermann, Héctor Hernández Alvarez , Lilia Fernández Souza; Joaquín Venegas de la Torre; Luis Pantoja Díaz. Heritage 2020, 3(3), 649-670;Collaborative Archaeology, Relational Memory, and Stakeholder Action at Three Henequen Haciendas in Yucatan, Mexico https://doi.org/10.3390/heritage3030037 . | Artigo | Comunitária | Comparam a memória relacional das comunidades locais com relação a três desses assentamentos históricos: San Pedro Cholul, San Antonio Nohuyún e San Antonio Sihó. | México |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|----------------------------|--|--------------------------------|
| DOAJ | 2020 | Seren Griffiths, Ben Edwards and Ffion Reynolds. Public Archaeology: sharing best practice. Case studies from Wales Cite this as: Griffiths, S., Edwards, B. and Reynolds, Ff. 2020 Public Archaeology: sharing best practice. Case studies from Wales, Internet Archaeology 55. https://doi.org/10.11141/ia.55 . | Artigo | Pública | Os autores fizeram uma análise de práticas da arqueológica pública no País de Gales em resposta ao 'Cadw Community Archaeology Framework' (2013), cinco anos após sua publicação. Também apresentaram uma análise crítica de nosso próprio projeto de pesquisa em arqueologia pública realizado como o 'Projeto paisagístico de arqueologia pública Bryn Celli Ddu'. O projeto é executado em junho e julho de cada ano e visa trabalhar com o público local (visando residentes locais do noroeste do País de Gales), escolas locais, o Clube de Jovens Arqueólogos local e estudantes universitários, para realizar uma variedade de atividades locais e comunitárias. atividades baseadas, incluindo uma escavação, palestras, exposições em museus, eventos de dia aberto, divulgação pública e escolar. | País de Gales |
| DOAJ | 2020 | Brent K.S. Woodfill; Alexander E. Rivas. Addressing Problems beyond Heritage, Patrimony, and Representation: Reflections on Twenty Years of Community Archaeology in the Southwestern Maya Lowlands. Heritage 2020, 3(3), 561-586; https://doi.org/10.3390/heritage3030033 . Received: 27 May 2020 / Revised: 23 June 2020 / Accepted: 25 June 2020 / Published: 29 June 2020. (This article belongs to the Special Issue Maya Anthropological Archaeology) | Artigo | Comunitária e Colaborativa | Os autores descrevem três projetos de arqueologia comunitária desenvolvidos com as comunidades viventes na região das antigas planícies maias do sudoeste, na atual Guatemala e México. Os projetos são: Projeto Arqueológico de Cancuén da Vanderbilt University (2000–2007, Guatemala); Proyecto Salinas de los Nueve Cerros (2009-presente, Guatemala); e uma série de projetos exploratórios ao longo da fronteira no leste de Chiapas, México (2017-presente). | México |
| Scielo | 2020 | SALAZAR, Diego et al . ARQUEOLOGÍA Y EDUCACIÓN FORMAL EN LA COSTA DE TALTAL-PAPOSO: REFLEXIONES SOBRE “ARQUEOLOGÍA PÚBLICA”. Chungará (Arica) , Arica , v. 52, n. 4, p. 651-669, dic. 2020 . Disponible en http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-73562020000400651&lng=es&nrm=iso . accedido en 28 mayo 2023. http://dx.doi.org/10.4067/S0717-73562020005000801 . | Artigo | Pública | Con el objeto de contribuir a la formación de sujetos históricos en el marco del actual sistema educativo formal de la Comuna de Taltal, hemos desarrollado un proyecto que vincula los conocimientos académicos que hemos generado sobre el territorio y su (pre)historia en el marco de tres proyectos Fondecyt sucesivos, con saberes locales no académicos y con estrategias pedagógicas y didáctica de enseñanza-aprendizaje que responden a los objetivos de los planes curriculares del Ministerio de Educación, contextualizándolos a la realidad local. | Chile |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|------------------------|---|--------------------------------|
| MAE-USP | 2020 | Ayala, P. (2020). Arqueologias indígenas: una mirada desde el Sur. <i>Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia</i> , 34(34), 26-31. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.164055 | Artigo | Indígena e Comunitária | Faz uma reflexão teórica e cita exemplos de arqueológicas indígenas ou comunitárias desenvolvidas na América do Sul: El Colectivo GUIAS en Argentina, el cual tiene como objetivo fundante atender los reclamos realizados por los Pueblos Originarios, de no exhibición y restitución de todos los restos humanos que forman parte de colecciones arqueológicas, en especial los 10.000 restos humanos que se encuentran en el Museo de La Plata; El Colectivo de Arqueología Cayana que en una primera etapa trabajó y militó abocado a la arqueología indígena; Red de Información y Discusión sobre Arqueología y Patrimonio (RIDAP), colectivo integrado por colegas y grupos de trabajo de diferentes países, sobre todo latinoamericanos, cuyo objetivo último es el análisis crítico de la realidad sudamericana. Trabalho com pesquisadores locais, que participaram de trabalhos de campo arqueológicos, trabalhos de escritório, entrevistas etnográficas com moradores locais e reuniões com membros da equipe para análise e integração das informações coletadas. | Argentina |
| MAE-USP | 2020 | Almeida, F. G., Pedrosa, M. B., & Campos, S. (2020). Arqueologia, comunidade, ancestralidade e outros assuntos para pensar a identidade quilombola. <i>Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia</i> , 34 (34), 194-205. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.163676 | Artigo | Quilombola | Entrevista com Silvio Campos (Sócio fundador, Associação de Moradores de Galeão (AMEGA), Galeão, Cairu, Bahia) que participou da mesa “Arqueologias Quilombolas” na V Semana Internacional de Arqueologia – Discentes MAE/USP . Apesar do potencial da região, inexistiam pesquisas arqueológicas antes de 2016. Naquele ano, Silvio convenceu o arqueólogo Fabio Guaraldo Almeida em desenvolver um projeto de arqueologia na comunidade de Galeão. Assim, o projeto “Passado e presente na paisagem: temporalidade da paisagem quilombola na ilha de Tinharé”. Realização de entrevistas, ações educativas. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|---------------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| LEPAARQ | 2020 | MAGESTE, Leandro E. C. et al. As arqueologias de São Braz do Piauí: apontamentos iniciais sobre as narrativas e usos dos bens arqueológicos no presente. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 164-182, Jul-Dez. 2020. | Artigo | Pública | Entrevistas com a comunidade local, entendendo a relação de significado e usos, no presente, de artefatos arqueológicos. | Brasil |
| LEPAARQ | 2020 | PAPMEHL-DUFAY, Ludvig. Heritage value from below: A local community perspective on conservation, preservation and authenticity in SE Sweden. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 58-73, Jul-Dez. 2020. | Artigo | Comunitária | Na vila de Albrunna, uma pequena comunidade rural no SW Öland com cerca de 50 residentes permanentes, um monumento antigo em particular chama a atenção dos viajantes há séculos. Durante a maior parte do século 20, a pedra de Albrunna era visível como uma laje de calcário de 1 m de largura e 4 m de altura localizada ao sul da vila, orientada N-E e inclinada para o sul, apoiada em uma grande pedra para criar um forma inconfundível de um falo gigante ereto. No outono de 2014 a pedra caiu acidentalmente, deixando um vazio simbólico na comunidade, O projeto foi uma demanda e exigência da própria comunidade, embora a mesma não se envolveu muito na parte de escavação, tiveram inúmeras visitas ao local, bem como em um documentário de 30 minutos. Também houve entrevistas. | Suécia |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2020 | SOARES, F. C.; ZARANKIN, A. Detectando a Antártica: exposição sensorial na Antártica no Espaço do conhecimento UFMG, Brasil. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 182-198, 2020. DOI: 10.20396/rap.v14i1.8660182. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8660182 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | A experiência realizada no Espaço do Conhecimento da UFMG, a qual se caracterizou por uma exposição sensorial fruto do trabalho colaborativo entre os projetos Mediantar (Medicina Antártica), Mycoantar (Microbiologia Antártica) e Paisagens em Branco (Arqueologia e Antropologia Antártica) todos sediados na UFMG. | Brasil |
| BDTD | 2021 | PEREIRA, William Rodrigues. Entre o passado e a “modernidade”: uso e ressignificação do espaço público Praça Dom Pedro II - Manaus/AM. 2021. 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. | Dissertação | Sem referência | Com um enfoque interdisciplinar entre a Antropologia e Arqueologia, esta pesquisa analisa os usos e contra usos que determinados sujeitos fazem da Praça Dom Pedro II, patrimônio histórico e arqueológico da cidade de Manaus, enquanto possuidores do direito de usufruir dos espaços públicos. Observação de campo dos usos e contra usos e em entrevistas abertas. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| BDTD | 2021 | PRIPRÁ, Walderes Coctá. Lugares de acampamento e memória do povo Laklânô/Xokleng, Santa Catarina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021. | Dissertação | Colaborativa | A arqueologia colaborativa e outros trabalhos de pesquisas colaborativas que estão sendo desenvolvidos tem ajudado na reconstrução/reactivação da história do povo Laklânô, nos mostrando a importância dos anciões, sábios e lideranças nesses trabalhos. A contação de histórias, as narrativas das memórias são as ferramentas necessárias para compreender nosso passado. Nesta pesquisa, nossa história será contada a partir da memória dos lugares de acampamento existentes dentro da Terra Indígena Laklânô-Ibirama, SC e entorno. | Brasil |
| CAPES | 2021 | Wellington Santos Greco ; Marcelo Fagundes ; Thaisa Dayanne Almeida Macedo ; Heitor Alves Bispo Júnior. Arqueologia, comunidades e histórias da paisagem de Felício dos Santos, Alto Araçuaí, Minas Gerais. Directory of Open Access Journals. Revista Espinhaço, 2021, Vol.10 (1) | Artigo | Colaborativa | Este artigo é resultado de parte do esforço da equipe do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem da UFVJM ao trabalhar em conjunto com a comunidade local (e regional) onde atua, para além da Extensão ou Extroversão, mas de maneira colaborativa entendendo a comunidade como coprodutora de conhecimentos. . Iniciamos a discussão com a apresentação das características fisiográficas e dos dados arqueológicos obtidos pelas investigações, para em seguida discutirmos as narrativas locais que envolvem essa multiplicidade de saberes, tanto na materialidade quanto na imaterialidade. | Brasil |
| CAPES | 2021 | Carvalho, Patricia Marinho de ; Soares, Alice de Matos. “Todo poder ao povo preto”: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiáspóricos. Alma/SFX Local Collection. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2021 (37), p.164-177 | Artigo | Colaborativa | Várias ações de colaboração tanto junto à comunidade quilombola (já apareceu uma dessas experiências em outro artigo). Nesse sentido, as ações colaborativas passaram a designar também cada uma das etapas de campo que realizamos em Vila Bela da Santíssima Trindade. A metodologia foi sendo construída etapa por etapa, com o objetivo de ser didática e inclusiva, com múltiplas linguagens, como textos, ilustrações, vídeos, áudios e a palavra. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| CAPES | 2021 | Sarcina, Alberto. Arqueología comunitaria en un contexto de conflicto: el proyecto Santa María de la Antigua del Darién (Chocó, Colombia). DOAJ Directory of Open Access - Journals. Cuadernu: Difusión, investigación y conservación del patrimonio cultural, 2021 (9), p.69-106. | Artigo | Comunitária | Desde 2013, el proyecto arqueológico Santa María de la Antigua del Darién ha estado activo en el noroeste de Colombia, en una zona de fuerte conflicto interno. En este artículo se va a esbozar el proceso que se ha llevado a cabo hasta ahora con las comunidades de la zona, mostrando cómo la praxis arqueológica puede actuar a varios niveles con respecto a las relaciones comunitarias. Se intentará ofrecer una posible ruta para los trabajos de arqueología comunitaria o indígena en zonas de fuertes tensiones o conflictos, a partir de la gestión equitativa y descolonizadora de los conocimientos sobre el patrimonio cultural. En particular, se quiere proponer la idea de la escucha igualitaria y abierta como método principal de acercamiento a las comunidades para una relación lo más horizontal posible. El reconocimiento de la multiculturalidad y la inclusión participativa de diversos puntos de vista desde la fase de investigación arqueológica hasta la creación de los guiones museológicos, han permitido hasta ahora un enriquecimiento global del proyecto: en términos de contenidos, consolidación del mismo en el territorio, apropiación cultural por parte de las comunidades y creación de espacios y actividades culturales colectivas. | Colômbia |
| Scielo | 2021 | LIMA, M. et al.. Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas , v. 16, n. 2, p. e20190153, 2021. | Artigo | Colaborativa | Trabalhos desenvolvidos em Boa Esperança, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, por pesquisadores do O Laboratório de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Ações de educação patrimonial no contexto escolar. Entrevistas com moradores locais. Mapeamento participativo. Escuta da comunidade e apresentação dos resultados. Reflexões sobre a prática de pesquisa. | Brasil |
| | | | | | | |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|---------------------|------|--|--------------------|---------------------|---|--------------------------------|
| REV.SAB | 2021 | ZUSE, S. Oficinas com argila e pedaços de pote: Aproximações através da experimentação de técnicas tradicionais e de análise cerâmica no rio Madeira. Revista de Arqueologia , [S. l.], v. 34, n. 2, p. 203–233, 2021. DOI: 10.24885/sab.v34i2.863. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/863 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Desenvolvimento de oficinas de cerâmica e pesquisa arqueológica, com as comunidades locais e com a comunidade escolar do local da pesquisa. | Brasil |
| MAE-USP | 2021 | Lima, L. P. de. (2021). Os elementos comunicacionais dos museus portugueses em evidência: resultados e reflexões. <i>Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia</i> , (36), 148-161. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.162530 | Artigo | Pública | Mais focado na Comunicação Museológica. realizadas visitas técnicas às instituições museológicas e, por sua vez, aos seus espaços expositivos. Ao todo foram realizadas visitas técnicas a 40 instituições museológicas portuguesas. | Portugal |
| ARQUEOLOGIA PÚBLICA | 2021 | DUARTE, A. P. M. P. .; GARCIA, J. L. L. Educação patrimonial e a pedagogia freiriana: uma discussão sobre o programa de educação patrimonial da It 138kv Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí. <i>Revista Arqueologia Pública</i> , Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 120–139, 2021. DOI: 10.20396/rap.v16i2.8666247. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666247 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Pública | Resultados do Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí, realizado nos municípios de São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz - PR. | Brasil |
| REV.SAB | 2022 | ZANCHETTA OTAVIANO, M.; KAPINAWÁ, J. R.; CAVALCANTI DE CASTRO, V. M. .; MIRANDA AMARAL, A. . Materiais perecíveis, ideias duradouras: a cesta, o círculo concêntrico e os grafismos puros. Revista de Arqueologia , [S. l.], v. 35, n. 2, p. 136–153, 2022. DOI: 10.24885/sab.v35i2.923. Disponível em: https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/923 . Acesso em: 28 maio. 2023. | Artigo | Presente | Pesquisa desenvolvida em colaboração com pessoas do povo indígena Kapinawá, tendo como preceito incluir vozes historicamente silenciadas em práticas arqueológicas não inclusivas e problematizar a validade dos múltiplos caminhos de entendimento dos contextos arqueológicos. Realizaram conversas com representantes do Povo Kapinawá e levantamento imagético in locos dos sítios arqueológicos de registro rupestre no Território Kapinawá e no PARNA do Catimbau em companhia de moradores do Território Indígena. | Brasil |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|---|--------------------|------------------------------------|--|--------------------------------|
| MAE-USP | 2022 | Pozzi-Escot, D., Abad, S. ., Carrión, . R., Isa-Adaniya, A., Fuentes, S., Patazca, C., & Brignole, C. R. U. . (2022). Museos interdisciplinarios: Investigación arqueológica, conservación y comunicación en el santuario arqueológico de Pachacamac. <i>Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia</i> , (39), 27-43. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2022.201489 | Artigo | Comunitária | O museu possui um Programa de Desenvolvimento Comunitário que inclui ações educativas e de trabalho com a comunidade local, eixo prioritário da atual gestão, pois permite que os valores do santuário sejam socializados e apropriados pela comunidade, para contribuir com sua proteção . | Peru |
| LEPAARQ | 2022 | LIMA et al. Territorialidade negra no espaço transnacional entre Brasil e Guiana Francesa: o caso da comunidade quilombola Kulumbu do Patuazinho (1990 a 2021). <i>Cadernos do Lepaarq</i> , v. XIX, n.38, p. 164-189, Jul-Dez. 2022. | Artigo | Multivocal | História oral, observações etnográficas e caminhamentos pela comunidade. | Brasil/Guiana Francesa |
| LEPAARQ | 2022 | MORAES, Irislane Pereira de et.al. ARQUEOLOGIA, LUGAR DE FALA E CONEXÕES AFRODIASPÓRICAS: EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DOS POVOS DO APROAGA – AMAZÔNIA PARAENSE. <i>CADERNOS DO LEPAARQ - VOLUME XIX - NÚMERO 37 - JANEIRO-JUNHO/2022</i> . P-55-74. | Artigo | Comunitária e Quilombola | Etapas de campo aforreferenciadas foram realizadas junto aos Povos do Aproaga por meio de oficinas. Atuação na Rede de Arqueologia Negra (NEGRARQUEO) e o uso do termo quilombamentos na arqueologia. Prática de colecionamento comunitário nos povoados. Prática de campo e extroversão por meio de um amostra pública da Coleção de Coisas Dantes dos Povos do Aproaga. | Brasil |
| LEPAARQ | 2022 | HARTEMANN, Gabby Omoni. TRADUÇÃO: ESCAVANDO A VIOLÊNCIA COLONIAL: ARQUEOLOGIA GRIÓTICA E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO NA GUIANA. <i>CADERNOS DO LEPAARQ - VOLUME XIX - NÚMERO 37 - JANEIRO-JUNHO/2022</i> . pp.142-191. | Artigo | Arqueologia Griótica e Comunitária | O projeto de pesquisa etnográfica e arqueológica chamado “Archéo La Caroline, Lavi nou Gangan” ofereceu algum espaço para aplicar uma abordagem de Arqueologia Griótica. Visitava, observação e participação do processo de escavação; membros pesquisadores da equipe pertencentes a comunidade; oficinas de conversa-memória com os grupos Moun’Wayam e Moun’Roura, usando o referência linguístico do afroguianês; a metodologia Sankofa de retornar aos locais e dialogar sobre os mesmos; respeito da autoridade dos chefes comunitários. | Guiana Francesa |

| Banco de dados | Ano | Referência | Tipo de publicação | Tipo de Arqueologia | Forma de participação do público-alvo/participante | País de realização da pesquisa |
|----------------|------|--|--------------------|---------------------|--|--------------------------------|
| LEPAARQ | 2022 | BALANZÁTEGUI, Daniela. Narrativas del paisaje histórico afroecuatoriano en La Concepción (Carchi-Ecuador). CADERNOS DO LEPAARQ - VOLUME XIX - NÚMERO 37 - JANEIRO-JUNHO/2022. pp.250-272 | Artigo | Afro-equatoriana | Estrategias de colaboración arqueológica y antropológica a partir de conversaciones con adultos mayores, líderes e intelectuales de las comunidades afrodescendientes de la parroquia La Concepción (Provincia del Carchi, Ecuador) ubicada en el Territorio Ancestral Afroecuatoriano del Valle del Chota-Mira en los Andes Septentrionales del Ecuador. Desde el 2012, hemos desarrollado dos proyectos en la parroquia codirigidos con la maestra, intelectual y lideresa afroecuatoriana Barbarita Lara | Equador |
| Scielo | 2023 | GIL, Laura Pérez; BUGNONE, Ana. Reflexiones sobre la curaduría decolonial: el caso de “Nhande Mbya Reko – Nosso jeito de ser guarani”. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. 18 (1) • 2023. | Artigo | Colaborativa | Versa sobre a construção de uma curadoria colaborativa para o desenvolvimento da exposição “Nhande Mbya Reko – Nosso jeito de ser Guarani”, realizada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná (Brasil) em 2018. | Brasil |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Sciencia | 2023 | MENA, Alicia Castillo, CÍVICOS, Nektbet Corpas. Participatory Processes and Conflict Resolution in Archaeology and Heritage. Reference Module in Social Sciences. 2023 | Artigo | Participativa | This entry addresses methodologies and strategies to connect archaeology, people and current social challenges. It deals with the task of involving people and of analyzing and resolving the conflicts that arise from archaeological heritage management. Archaeology is still in the process of improving the methodologies regarding the channels it uses for communication, creating co-responsibility and empathy with non-expert people. Based on the experience of previous projects, the authors make a methodological proposal for promoting participation and addressing conflicts in a positive way whenever possible. | Espanha |

APÊNDICE B – BANNERS CONFECIONADOS PARA AS AÇÕES EDUCATIVAS



VOCÊ SABE O QUE É UM SAMBAQUI?



OS SAMBAQUIS SÃO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS, DE FORMATO MONTICULAR, CONSTRUÍDOS COM CONCHAS.

QUEM CONSTRUIU OS SAMBAQUIS?

GRUPOS INDÍGENAS QUE VIVERAM NO NOSSO LITORAL ENTRE 7.500 E 900 ANOS ATRÁS. PODEMOS CHAMAR ESSES INDÍGENAS DE SAMBAQUIEIROS.



FIGURA 1: SAMBAQUI DA GAROPABA DO SUL - JAGUARUNA/SC.
FIGURA 2: PERFIL SAMBAQUI JABUTICABEIRA II - JAGUARUNA/SC.
FONTE: GRUPEP/UNISUL.
FIGURA 3: REPRESENTAÇÃO DE SEPULTAMENTO HUMANO EM SAMBAQUI.
FONTE: FROUS, 2004.



O QUE PODEMOS ENCONTRAR EM UM SAMBAQUI?

A MAIORIA DOS SAMBAQUIS SÃO CEMITÉRIOS INDÍGENAS. TAMBÉM PODEMOS ENCONTRAR ARTEFATOS EM PEDRA COMO: LÂMINAS DE MACHADO, PESOS DE REDE, PILÃO E MÃO DE PILÃO. HÁ AINDA OBJETOS FEITOS EM OSSOS DE ANIMAIS: ANZOL, AGULHA, PANELA, COLARES.



FIGURA 4: ZÓGLITO.
FIGURA 5: ALMOFARIZ.
FIGURA 6: ANZOL EM OSSE (FROUS, 2004).
FIGURA 7: CONCHA DE OSTREA.
FIGURA 8: LÂMINA DE MACHADO.
FONTE: GRUPEP/UNISUL, 2017.

Projeto de Doutorado
Tem um Sambaqui na minha rua!

Acadêmica: Bruna Cataneo Zamparetti
Orientadora: Dra. Juliana Salles Machado





VOCÊ SABIA QUE NO PARQUE AMBIENTAL TEM UM SAMBAQUI?

SAMBAQUI CAPIVARI I

ESSE SAMBAQUI COMEÇOU A SER CONSTRUÍDO HÁ 3.900 ANOS.

TAMANHO ATUAL DO SAMBAQUI

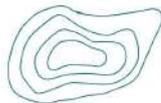
278M DE COMPRIMENTO
153M DE LARGURA
6M DE ALTURA.



FIGURA 1: ÁREA DO SAMBAQUI CAPIVARI I. FONTE: GRUPEP/UNISUL, 2017.

FIGURA 2: VISÃO GERAL DO SAMBAQUI CAPIVARI I APÓS O CERCEAMENTO.

FIGURAS 3 E 4: VISÃO ATUAL DA ÁREA DO SAMBAQUI CAPIVARI I. FONTE: ACERVO DA AUTORA, 2020.



ONDE ESTÁ O SAMBAQUI?



O QUE FOI ENCONTRADO NO SAMBAQUI CAPIVARI I?

ESSE SAMBAQUI FOI ESCAVADO NA DÉCADA DE 1970 E NOS ANOS DE 2016 2017 E 2018. FORAM ESCAVADOS SEPULTAMENTOS HUMANOS, TAMBÉM FORAM ENCONTRADAS LÂMINAS DE MACHADO EM PEDRA, ESCAMAS DE PEIXE, SEMENTES E CONCHAS.



FIGURA 5: LÂMINA DE MACHADO.
FIGURA 6: ESCAVAÇÃO DE SEPULTAMENTO HUMANO.
FIGURA 7: ESCAMAS DE PEIXE.
FIGURA 8: CONCHA DE OSTRÉA.
FONTE: GRUPEP/UNISUL, 2017.



Projeto de Doutorado
Tem um Sambaqui na minha rua!

Acadêmica: Bruna Cataneo Zamparetti
Orientadora: Dra. Juliana Salles Machado



**APÊNDICE C – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO
DOS SAMBAQUIS CAPIVARI I E CAPIVARI II**

**PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS
SAMBAQUIS CAPIVARI I E CAPIVARI II**
Documento construído de forma colaborativa
1ª versão

Agentes do processo colaborativo de construção

Grupo de Moradores Nosso Sambaqui

Pesquisadores das áreas de arqueologia, turismo, pedagogia, museologia e arquitetura.

Estudantes extensionistas Unisul 2021-2023

Parque Diamante + Energia

Capivari de Baixo, SC

2023

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS | 7 |
| PROCESSOS EDUCATIVOS | 10 |
| USUFRUTO DO PATRIMÔNIO PELA COMUNIDADE | 20 |
| ESTRUTURAS DE VISITAÇÃO | 23 |
| PLANO DE MÍDIAS | 32 |
| REFERÊNCIAS | 35 |

INTRODUÇÃO

O Programa de Valorização, Educação e Preservação dos Sambaquis Capivari I e Capivari II foi produzido de forma colaborativa, ao longo dos anos de 2021, 2022 e 2023. Os agentes do patrimônio envolvidos, seja para fins de construção final deste programa ou como parte do seu processo construtivo, estão apresentados na sequência.

- **Comunidade circunvizinha**, por meio de entrevistas, formulários e formação de um grupo de moradores denominado de Nosso Sambaqui;
- **Academia** por ter sido desenvolvido no contexto da pesquisa de doutorado da arqueóloga Bruna Cataneo Zamparetti, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Sul de Santa Catarina. Contou também com a participação dos estudantes extensionistas da Universidade do Sul de Santa Catarina e com apoio do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep, da mesma instituição;
- **Setor privado e entidades do terceiro setor** representados pelo Parque Diamante +Energia, principalmente através do Programa de Educação Patrimonial desenvolvido, em conjunto com a Diamante Energia responsável pela gestão do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda;
- **Poder público federal** por meio de parceria e apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, através do escritório técnico de Laguna/SC na figura da responsável Ana Paula Cittadin.
- **Poder público municipal** através do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capivari de Baixo, bem como a parceria estabelecida durante período determinado com o Departamento de Cultura municipal.

Os sítios arqueológicos Capivari I e Capivari II compõem a rica paisagem cultural do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina, só nessa região, destacam-se 120 sambaquis registrados, alguns alcançando 26m de altura por 10 hec de área (Garopaba do Sul I na cidade de Jaguaruna).

O sítio Capivari I, localizado nas coordenadas UTM 22J 699746/6850952, é descrito como um sambaqui extenso, semienterrado, com

uma área total de 30.000 m². Houve coletas superficiais no sítio no período de seu registro por Rohr em 1975, no qual foi evidenciado artefatos líticos polidos, segundo alguns moradores houve resgate de remanescentes ósseos humanos. O registro do sítio arqueológico ocorreu devido a terraplanagem do terreno, concomitante a abertura de uma vala de drenagem, que expôs a parte sul dele.

Em publicação de Rohr de 1984, há a descrição de que o sítio se localizava em terrenos da SOTELCA - Sociedade Termelétrica de Capivari e de propriedade do senhor Luiz Pedro Medeiros. A SOTELCA adquiriu a parte ao sul do sítio arqueológico com a finalidade de servir como depósito de cinzas. Quando do início da terraplanagem no terreno alguns remanescentes ósseos humanos foram expostos, o que suspendeu por hora a ação. Muitas ações foram realizadas no sambaqui Capivari I – cercamento, construção de um deque, placas informativas, ações educativas pontuais e voltadas a educação básica – todavia foram feitas sem o conhecimento e participação da comunidade circunvizinha ao sítio arqueológico.

Próximo à área do sambaqui Capivari I se encontra o Sambaqui Capivari II, localizado nas coordenadas UTM 22J 699210/6850960 ao lado da estrada férrea e da Estação Ferroviária de Capivari de Baixo, dentro da atual área de depósito de carvão do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda.

Como o Capivari I, o sambaqui Capivari II também foi registrado por Rohr no ano de 1975. O sítio é caracterizado como semienterrado, apresenta um bloco testemunho de 80m de diâmetro por 4m de altura. Foi intensamente impactado pela construção da ferrovia e edificações no entorno.

Ainda que algumas dessas ações mitigaram atos depredatórios aos sambaquis, eles persistem como um espaço marginal, interna (integrado ao Parque) e externa (voltado à comunidade). Os sítios arqueológicos, principalmente o Capivari I, possuem alto potencial para fins educativos, de pesquisa e turístico que junto a ações continuadas e voltadas à comunidade local podem transformar o cenário destes espaços e principalmente desta comunidade.

Ainda que tenhamos parques, como o da Serra da Capivara em Piauí, voltados ao patrimônio arqueológico, a estrutura encontrada no local aqui apresentado pode se tornar uma experiência inédita e de sucesso no contexto brasileiro. Trata-se de sítios arqueológicos em contexto urbano, na área central

do município, próximo a vias importantes de acesso como a BR 101 e o Aeroporto Humberto Ghizzo Bortoluzzi no município de Jaguaruna (distante 36km).

O sítio Capivari I é o mais privilegiado por estar inserido parcialmente no Parque Diamante +Energia. O parque conta com uma ampla estrutura de visitação, com espaço de eventos, estacionamento, banheiros, locais para lanche e toda uma ambientação de convida às atividades de lazer no local. Junte a isso as ações que estão consolidadas como o programa de educação ambiental e os projetos culturais, todos fornecidos gratuitamente à comunidade.

Diante desse cenário que vislumbra a potencialidade, mas depara-se com o abandono, este programa vem objetiva conciliar a preservação dos sítios arqueológico, o usufruto e benefício da comunidade local e a estruturação do espaço para fins educacionais e turístico.

Uma vez que as pesquisas e ações educativas passadas não envolveram outros agentes do patrimônio, principalmente a comunidade local, este programa se estruturou a partir da colaboração e multivocalização. Para que chegássemos ao resultado aqui apresentado foi necessário a realização de algumas etapas:

- Aplicação de formulários, para fins quali-quantitativos, junto aos moradores circunvizinhos aos sítios arqueológicos visando diagnosticar a relação com esses espaços e as demandas da comunidade por melhorias locais.
- Realização de entrevistas gravadas, por meio da metodologia da História Oral, trazendo histórias e memórias relacionadas às pessoas naquele espaço, refletindo acerca de significado, apropriação, permanência e ruptura.
- Formação de um grupo de moradores que, a partir dos dados levantados, estaria responsável por orientar e discutir as demais ações do projeto. Esse grupo reúne-se mensalmente nas dependências do parque e se autodenominou como Grupo de Moradores Nosso Sambaqui.
- Realização de ações educativas junto a comunidade local, visitantes do parque e instituições escolares tais como: exposições, estruturas com vistas a dialogar com a comunidade, mutirões de limpeza, produção de

material de sensibilização, palestras, eventos educativos, divulgação por meio de mídia online e offline.

- Apresentação do andamento do projeto a entes públicos e privados afim de que conhecessem o que vinha se desenvolvendo e contribuição no processo e, talvez, na execução do programa.
- Envolvimento dos estudantes extensionistas da Universidade do Sul de Santa Catarina nas ações educativas, produções audiovisuais, produções de material informativo, reuniões com o grupo de moradores, destacando a participação na idealização deste programa.

O resultado deste exercício de colaboração foi a estruturação do presente programa que tem por objetivo promover a preservação dos sítios arqueológicos a partir de processos mais equânimes e multivocais no exercício patrimonial. Na busca por alcançar tal intento entendemos que é necessário: estimular a continuidade da colaboração com a comunidade local e demais agentes do patrimônio; melhorar o espaço externo do sítio voltado à comunidade; exercer, de forma processual, ações voltadas a valorização dos sítios arqueológicos; estruturar espaços adequados de visitação.

Para tanto inicialmente apresenta-se todos os problemas identificados pela comunidade local e demais envolvidos no projeto, acerca dos sítios arqueológicos em questão, bem como, apresenta as mudanças reivindicadas pelos moradores.

Na sequência é apresentado as ações educativas, voltadas ao público escolar, comunidade e visitantes, pensadas a partir do objetivo a ser alcançado. O terceiro ponto consiste no usufruto da área do patrimônio pela comunidade local, buscando desconstruir relações verticalizadas estabelecidas entre os representantes do patrimônio institucionalizado e as pessoas que vivem no entorno deste. Para tanto propõem-se mudanças estruturais e educativas que visem o benefício da comunidade.

O quarto ponto apresentado é a necessidade da criação de uma estrutura de visitação ao sítio arqueológico Capivari I que envolva: local de atendimento ao público-participante, trilhas, tótems informativos, acesso ao sítio arqueológico para visitas monitoradas e, numa perspectiva a longo prazo, a estruturação de um espaço museológico.

A parte final se destina às formas de avaliação das ações aqui apresentadas, bem como, perspectivas futuras de aperfeiçoamento do programa.

LEVANTAMENTO DE PROBLEMAS

Para que pudéssemos identificar os problemas no local dos sítios, além da visão da arqueologia ou mesmo da gestão institucional do patrimônio, considerou-se relevante escutar outros agentes, principalmente, a comunidade circunvizinha que vivencia diariamente aquele espaço. Os problemas aqui apresentados partiram de constatações dos seguintes agentes:

Figura 1: agentes que se envolveram na identificação dos problemas.



O compilado destes apontamentos resultou nos problemas aqui elencados que serviram como força motriz para a estruturação do presente programa. Os principais problemas identificados foram:

Figura 2: problemas identificados na área dos sítios arqueológicos.



A primeira e mais comum demanda era o asfaltamento da rua Maria da Silva Alves que perpassa o sambaqui Capivari I. No início de 2023 a rua foi asfaltada o que aumento consideravelmente o movimento no local. Quando a rua era de chão além de desviar o trânsito de veículos, também não era acessada pelos pedestres quer seja por alagar em dias de chuva ou ainda por ser escura e deserta, o que conecta com o mais um ponto, a falta de ilumina o no local.

A falta de infraestrutura e abandono do local o transforma em um espaço ermo, propício a atos ilícitos e por consequência causando insegurança na comunidade local. A melhoria do local, aliado a formas de torná-lo mais utilizado pela comunidade pode ser, a longo prazo, um inibidor para a oes de descarte de lixo, bem como, de demais a oes ilegais.

Um dos pontos mais problemáticos e inc modos   o uso do local para o descarte incorreto de entulho e lixo. Tal a o   feita principalmente na parte externa do sítio Capivari I, mas ocorre também por parte de moradores limítrofes ao parque que jogam lixo no espaço deste. Tal a o contribuiu para a cria o e

proliferação de animais, transmissão de doenças e para o aspecto de abandono da área.

Ainda na esfera de manutenção do espaço há uma forte queixa à alta vegetação na área do sítio que é de propriedade do parque. A mesma acaba por adentrar as casas dos vizinhos, causando incômodo, o aumento de animais e a irritabilidade devido a morosidade do corte desta vegetação. Na parte interna do sítio a vegetação impede qualquer visibilidade, o transformando em um matagal. Isto prejudica o uso do espaço para fins educativos.

Aqui temos um dos pontos mais apresentados pela comunidade local, que para que seja efetivado precisa que todos os anteriores estejam sanados: a necessidade criar ou melhorar estruturas de visitação. Atualmente, na parte externa o Capivari I possui um deque, com algumas placas informativas. Muitos dos que passam sequer percebem a existência do sítio arqueológico. Na parte interna a situação é mais delicada, não há nenhuma placa no parque indicando ou informando sobre o sambaqui, ele é inacessível, próximo a sua área (em região periférica do parque) havia placas proibitivas apenas.

No caso do sambaqui Capivari II, além da alta vegetação, o fato de estar em área de acesso restrita da usina, torna mais difícil a sua visibilidade e conhecimento pela comunidade. Além da cobrança pela existência de uma estrutura adequada de visitação, muito moradores locais reclamaram por, até então, nenhuma atividade educativa ter sido voltada para eles.

Os principais problemas levantados foram a base para que programa aqui apresentado busque transformar essa realidade, em prol de todos os envolvidos na experiência patrimonial.

PROCESSOS EDUCATIVOS

A educação faz parte do processo de preservação, para tanto pensou-se em ações que potencializem o caráter educacional dos sítios Capivari I e Capivari II, potencial esse de trazer um número expressivo de atendimentos anuais de várias instituições de ensino de SC e até mesmo de todo o país. Não existe no Brasil um sítio arqueológico sambaqui implementado em um parque ambiental com tamanha estrutura.

Muitas vezes escolas e demais visitantes/turistas se deslocam a sítios arqueológicos que não contam com banheiros, espaço para lanche, local para o ônibus e sem nenhuma estrutura de recepção de processo educativo. O sítio Capivari I sairia na frente por já contar com toda a estrutura do Parque Ambiental Encantos do Sul, aliado a expertise do parque em ações educativas e uma cultura das escolas locais, em muito influenciada pelas ações do Grupep Arqueologia / Unisul, em conhecer e visitar sítios arqueológicos. Para tanto apresentamos ações a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo.

O setor educativo do programa possui três abordagens, direcionadas a diversos públicos participantes, sendo estas: comunidade escolar, comunidade local, visitantes do parque e turistas.

COMUNIDADE ESCOLAR

Em geral a comunidade escolar é a principal participantes de ações em Educação Patrimonial. As visitas monitoras a sítios arqueológicos, laboratórios de pesquisa, entre outras ações, já estão bem integradas ao currículo escolar. Nesta medida, o público escolar é sempre participativo nas ações educativas.

Pontua-se que no Parque Diamante+ Energia é desenvolvido o Programa Diamante+ Educação Ambiental. O programa já possui um atendimento rotineiro, a parte educativa quanto ao patrimônio arqueológico pode ser integrada à estas ações de sucesso.

As ações com a comunidade escolar terão como objetivos o respeito e interesse dos jovens e demais comunidades, evitando práticas de destruição,

além de promover o respeito à diversidade cultural e valorização do passado em meio à sociedade contemporânea.

As palestras e divulgação podem promover a visitação do sítio arqueológico, contendo a participação de profissionais especializados e professores do ramo, como historiadores e arqueólogos, permitindo também a prática de atividades educativas lúdicas que estimulem o envolvimento dos estudantes. Abaixo elencamos o portfólio de atividades a serem oferecidas à comunidade escolar:

Visita monitorada ao sítio arqueológico

| | |
|------------------------------|--|
| Quem pode participar? | Estudantes da educação básica, em todas as fases da educação (a atividade é adaptada a idade dos estudantes. Estudantes de ensino superior. Demais grupos organizados que tenham interesse no assunto: professores, pesquisadores, entidades filantrópicas, entre outros. |
| Periodicidade | 1 atendimento semanal – matutino e vespertino. |
| Capacidade | 1 turma por período, máximo de 40 estudantes. |
| Tempo de duração | 1h30min a 2h. |
| Ações desenvolvidas | Acolhimento e apresentação do programa. Conversa inicial sobre arqueologia e sítios sambaquis. Acesso a exposição de artefatos arqueológicos (empréstimo de instituições de guarda como a Unisul). Visita guiada ao sítio arqueológico. * Oficina pedagógica – escavação arqueológica simulada, construção de sambaqui, entre outras opções – a depender da escolha e tempo da instituição agendada. |

Exposições nos eventos que o parque realiza

| | |
|------------------------------|--|
| Quem pode participar? | Toda a comunidade |
| Periodicidade | 2 vezes por semestre. |
| Capacidade | Livre |
| Tempo de duração | 2h a 4h |
| Ações desenvolvidas | Exposição de artefatos arqueológicos. Distribuição de material educativo. Realização de oficinas pedagógicas. Jogos, brincadeiras, contação de histórias, encenação teatral. * O tipo e formato de ação a ser desenvolvida será escolhida e condicionada ao evento na qual a mesma estará integrada. |

Produção de material educativo

| | |
|----------------------------|---|
| Ações desenvolvidas | Produção de um documentário sobre as histórias e memórias da região, com depoimentos dos moradores locais, entre outros recursos audiovisuais. Campanhas de sensibilização para com o patrimônio local, com enfoque no descarte correto de entulho e lixo. |
|----------------------------|---|

Curso de formação para monitores locais

| | |
|------------------------------|--|
| Quem pode participar? | Jovens entre 14 e 17 anos, preferencialmente residentes no município de Capivari de Baixo. |
| Periodicidade | Uma vez ao ano |
| Duração | 120 h |

| | |
|----------------------------|---|
| Ações desenvolvidas | <p>Aulas teóricas e práticas acerca da arqueologia e o patrimônio arqueológico catarinense.</p> <p>Aulas de didática e atendimento ao público.</p> <p>Provas periódicas e processuais de avaliação.</p> <p>Evento de certificação para os concluintes.</p> <p>Estabelecimento de um programa de jovens monitores que auxiliarão e posteriormente, se for possível a viabilidade por meio de parcerias e projeto, serão executores de ações educativas a serem desenvolvidas neste programa.</p> |
|----------------------------|---|

Estabelecimento de parcerias

| | |
|----------------------------|---|
| Ações desenvolvidas | <p>Estabelecer parcerias com grupos que estejam dispostos a contribuir e/ou atuar no projeto tais como: grupos de escoteiros, universidades, ONGs, institutos, associações, entre outros.</p> |
|----------------------------|---|

Concurso logo do Programa

| | |
|-------------------------|--|
| Do que se trata? | <p>Uma vez que se trata da primeira versão do programa iremos, por meio de um concurso com as escolas do município de Capivari de Baixo, realizar um concurso de desenhos voltados a construção de um símbolo – relacionado aos sambaquis, para compor a logo do programa. Os critérios, formas de divulgação, inscrição e premiação serão detalhados em edital próprio.</p> |
|-------------------------|--|

COMUNIDADE LOCAL

Por entender que a comunidade local é parte essencial destas ações e, diante da reivindicação feita pela própria comunidade, estruturou-se um plano direcionada a mesma. Tal ação tem como objetivo aproximar os agentes do patrimônio institucionalizado da comunidade, visando uma relação multivocal, respeitosa, que contribua com a continuidade da colaboração.

Cabe reforçar que algumas das ações dantes descritas também podem ser direcionadas à comunidade local. Um dos pontos essenciais é a melhoria de comunicação entre as ações desenvolvidas e a comunidade, mas para isso estruturamos no programa um tópico voltado à comunicação e mídia.

As ações pensadas envolvem a parte educativa, mas também, a melhoria de qualidade de vida da comunidade, para que essa se beneficie cada vez mais das ações e espaços do parque, não só do espaço do sítio, mas que o sambaqui seja um facilitador de aproximação comunidade e parque.

Sábado no Sambaqui

Ação, realizada em um sábado a cada três meses, visa a criação de um dia voltado à comunidade local, realizado na parte externa do sítio. Para tanto a rua é fechada, tendas são montadas no local, instalação de brinquedos e atrações para as crianças, exposição de artefatos, local de conversa e socialização, disponibilização de lanche, convite a parceiros que queiram expor suas atividades e realizar ações junto à comunidade. A proposta é que o espaço da comunidade externo seja apropriado pela comunidade e que essa possa usufruir do mesmo em benefício próprio.

Visita monitorada ao sítio arqueológico e demais ações educativas oferecidas

Aos menos em um domingo do mês o espaço educativo estará aberto para receber visitantes da comunidade e do parque como um todo. Também nesse dia serão realizadas visitas monitoradas ao sítio arqueológico. Pensando que alguns membros da comunidade possuem mobilidade reduzida e por muitas vezes fica longe o deslocamento, abriremos a visita, monitorada, pela parte

externa do sítio, ficando de fácil acesso à comunidade. Inclusive esse foi outro ponto de reivindicação, visitar o sítio arqueológico a partir da rua, próximo a sua comunidade.

Cuidando de si – qualidade de vida da comunidade

Dentre os benefícios que a área do Parque Diamante + Energia e Sambaqui Capivari I podem trazer à comunidade vizinha está a realização de atividades físicas com intuito de promoção de bem-estar e saúde. À vista disso, é sabido que a prática de exercícios físicos em área verde está ligada à benefícios para com a saúde mental dos indivíduos. A saúde mental impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas, dessa forma, o cuidado e atenção com ela traz inúmeros benefícios para o indivíduo, como sensação de bem-estar, satisfação em viver e contribuir com o meio em que vive, além de maior proatividade, autoconfiança e autoestima.

Além disso, vale ressaltar que, o ambiente urbano em que vivemos contribui para o aumento dos níveis de estresse e ansiedade, seja pelo trânsito ou pelas poluições visuais e sonoras. À vista disso, uma das maneiras de melhorar a saúde mental, reduzir os níveis de ansiedade e melhorar a depressão é o contato com a natureza e a realização de atividades ao ar livre, seja exercícios físicos como caminhadas, ciclismo, corrida, yoga, dança, trilhas ou até mesmo a prática da jardinagem e da pesca.

Estudos científicos comprovam que o contato com a natureza reduz o nível de cortisol, hormônio associado ao estresse, e eleva a ativação de regiões cerebrais associadas ao planejamento e execução de ações, como o funcionamento cognitivo, a concentração e a criatividade.

Destarte, a valorização, promoção e investimento de áreas verdes se faz importante para a promoção da saúde de uma comunidade. A região de Capivari de Baixo, município de Santa Catarina, conta com uma extensa área verde, onde encontra-se o parque ecológico, Diamante + Energia, e os sítios arqueológicos, Sambaquis Capivari I e Capivari II, patrimônio histórico local. O parque possui estrutura para caminhadas ao ar livre, aulas de yoga, danças em comunidade e muitas outras atividades que trarão inúmeros benefícios

para a saúde física e mental da comunidade e visitantes. A área do sambaqui, além de fornecer uma rica cultura local, poderia ser um excelente local para trilhas, onde além da atividade física realizada, as pessoas poderiam conhecer mais sobre a história local.

A maior visibilidade da área local juntamente com campanhas educativas que envolvam a saúde mental chamaria a atenção da comunidade e público em geral para os benefícios que o local pode trazer para todos. O projeto cuidando de si vêm beneficiar a comunidade por meio de um programa conectado aos sítios arqueológicos. O patrimônio arqueológico se torna parte valorada da comunidade, um veículo de transformação local.

I - Desenvolver atividades em grupos de ritmos;

II - Desenvolver atividades em grupo de alongamento e mobilidade;

III - Criação de grupos para práticas esportivas;

IV - Criar grupos para a prática de caminhadas;

V - Criar grupos de reeducação alimentar;

VI - Desenvolver atividades em grupo de meditação e mindfulness e yoga restaurativa e

VII - realizar reuniões periódicas da equipe para discussão, planejamento e avaliação da execução do projeto.

VISITANTES DO PARQUE

O Parque Diamante+ Energia recebe muitos visitantes, principalmente aos finais de semana e dias de eventos. Em sua maioria, eles vêm para desfrutar o dia, lazer e atividades físicas. Não há nenhuma sinalização ou informação acerca dos sambaquis, diante disto estruturamos um planejamento de melhorias e ações a serem desenvolvidas com estes visitantes.

Implantação de tótems informativos ao longo do parque, nas áreas de lazer e pistas de caminhada.

Estruturar materiais digitais que informem os visitantes sobre a existência, história e cuidados com relação aos sítios arqueológicos. Também comunicando sobre protocolos de segurança ao visitar determinadas áreas e em casos de acidente. Informação em QRCode e redes sociais do parque.

Realizar exposições e ações educativas em dias de evento para o grande público.

Abertura do espaço educativo e da área do sítio Capivari I para visitas monitoradas, em um domingo de cada mês. Expectativa de aumentar o número de dias com o andamento do programa.

PROCOLOS DE PREVENÇÃO A ACIDENTES

Orientações sobre roupa adequada, água e repelente

Orientação antecipada aos visitantes quanto às vestimentas (sapato fechado e adequado para caminhada, calça confortável e apropriada para adentrar em local com bastante vegetação), quanto o uso de repelentes (para evitar mosquitos) e a importância de levar líquidos como água de consumo próprio para hidratação durante a visita ao local. Sendo assim, podendo ser disponibilizadas todas essas informações via folders informativos impressos ou virtuais no momento do agendamento das visitas para os turistas/estudantes/comunidade.

Combate à dengue e prevenção de acidentes com animais peçonhentos

Com o aumento da visibilidade sobre a existência dos sambaquis após revitalização do local, conseqüentemente ocorrerá um aumento no número de visitantes para entender um pouco mais a história, importância e a necessidade do cuidado que devemos ter para manutenção desse patrimônio. Sendo assim, visitas de expedições para reconhecimento da área acontecerão e concomitantemente, faz-se necessário, por ser uma área de mata alertar os visitantes/estudantes/população local por meio de totens/placas sobre como

prevenir acidentes com animais peçonhentos (escorpiões, cobras, aranhas e abelhas) e caso ocorra como agir nessas situações.

Como prevenir acidentes com animais peçonhentos

- Não colocar as mãos em tocas ou buracos na terra, ocos de árvores, cupinzeiros, entre espaços situados em montes de lenha ou entre pedras. Caso seja necessário, use um pedaço de madeira, enxada ou foice;
- Não mexer em colmeias e vespeiros. Caso estes estejam em áreas de risco de acidente, contatar a autoridade local competente para a remoção;
- Inspeccionar roupas, calçados, toalhas de banho e de rosto, roupas de cama, pano de chão e tapetes, antes de usá-los;
- Caso encontre um animal peçonhento, afaste-se com cuidado e evite assustá-lo ou tocá-lo, mesmo que pareça morto, e procure a autoridade de saúde local para orientações.
- Utilizar Equipamento de Proteção Individual (EPI) em locais ou situações de risco;
- Olhar com atenção o local de trabalho e caminhos a percorrer.

O que fazer em caso de ocorrência de acidente com animal peçonhento?

1. Procure atendimento médico imediatamente na unidade de saúde mais próxima;
2. Mantenha o acidentado em repouso, deitado e com o membro acometido elevado em relação ao resto do corpo, enquanto aguarda por socorro. A vítima deve evitar correr ou se locomover por meios próprios;
3. Caso seja possível, e não atrase a ida do acidentado à Unidade de Saúde, lave o local do acidente com água e sabão, apenas;
4. Não tente sugar o local com a boca para extrair o veneno ou amarrar o membro acidentado. Não aplique algum tipo de substância (como álcool, pó de café, ervas, terra, querosene ou urina) no local da ferida. Tais procedimentos não têm efeito sobre o veneno e só aumentam o risco de infecções;

5. Procure atentar para a cor e o tamanho do animal causador, pois suas características podem auxiliar no diagnóstico e no tratamento do agravo.

Além disso, em expedições para locais que envolvam mata, água de chuva parada ou até pela situação de desleixo atual que envolve o lixo jogado dentro da área do sambaqui, é possível encontrar objetos propícios para criação destes mosquitos. Levando em consideração o aumento dos casos de dengue em Santa Catarina, é necessário alertar o turista sobre a importância do uso de repelentes e instrução da comunidade sobre denúncias para os órgãos capacitados quando presenciarem descarte de lixo irresponsável, para que não haja formação de criadouros do mosquito em água parada.

Mordida de cachorro

Lavar o local com sabão e água corrente, ou soro fisiológico, por pelo menos 5 minutos.

- estancar o sangue com alguma toalha ou pano que esteja limpo.
- procurar ajuda médica no hospital mais próximo, para que se possa tomar as devidas providências.
- É extremamente importante a ida ao hospital, mesmo em casos de feridas superficiais.

Informativos acerca dos animais que vivem no parque (gambá, lagarto, cobra, rato):

Necessidade da implantação de placas que exibem quais tipos de animais podem aparecer no local, suas características, como agir na presença de algum. Essa informação é importante para a população que mora nos arredores do parque arqueológico e inúmeras vezes tem suas casas adentradas por esses animais, como também para evitar que visitantes machuquem essas espécies que estão em seus habitats naturais.

USUFRUTO DO PATRIMÔNIO PELA COMUNIDADE

A comunidade vizinha aos sambaquis, em especial o Capivari I, possuem uma estrutura externa construída, todavia, não são funcionais. Soma-se a isto problemas de infraestrutura existentes na região. Para tanto, nesta seção apresentaremos algumas melhorias e construções que intentam contribuir ao melhor usufruto do espaço pela comunidade.

VIAS DE ACESSO AO PARQUE

Visando a segurança e prevenção de acidentes, o trânsito é um problema crescente dentro das cidades, implicando em problemas ao meio ambiente causado pela emissão de CO₂, saúde mental e física daqueles que ir de um ponto a outro, pois estes acabam se estressando e podendo se envolver em acidentes ou discussões no trajeto. Enquanto uma solução simples e viável são as ciclovias que facilitam a mobilidade urbana, mudam a percepção dos locais em que se trafega e por fim melhoram a saúde pública, já que é um hábito que desenvolve o condicionamento físico e mental.

Com isso, as ruas normalmente utilizadas pelo público para chegar ao parque são inseguras e pouco acessíveis, por isso realizar alterações nas vias de acesso são medidas simples de serem implementadas e com diversas vantagens ao público e Governo. Seria benéfico:

- alterar para sentido único a Rua Maria da Silva Alves e Rua da Liberdade;
- criar uma ciclofaixa que comporte o fluxo de pessoas em dois sentidos;
- regularização das calçadas;
- criar redutores de velocidade;
- sinalizar as vias adequadamente para veículos, pedestres e ciclistas;
- instalar e revisar postes de iluminação;

Com estas medidas será realizada a promoção da saúde pública através do lazer ao ar livre em segurança, instigando a visita sobre o Sambaqui Capivari I e a passeios no parque.

ILUMINAÇÃO

Tão importante quanto o lazer no parque, é a segurança do local. De nada adianta, convidar a população para conhecer o lugar, bem como realizar exercícios físicos, se não há o mínimo de condição para tais práticas. Pensando nisto, investir em iluminação na área entre o sambaqui e o parque, se torna indispensável para que as pessoas se sintam mais seguras e possam usufruir do espaço. Com uma iluminação adequada, a população será beneficiada em outros aspectos como:

- Maior visibilidade para trafegar, favorecendo tanto os pedestres quanto os condutores de veículos
- Diminuição dos índices de criminalidade
- Ampliação da capacidade de monitoramento por câmeras e profissionais de segurança
- Aumento da circulação de pessoas para a prática de esportes e momentos de lazer no período noturno
- Desenvolvimento da sensação de tranquilidade para quem trabalha ou estuda a noite e precisa trafegar diariamente pela região

MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS

A manutenção das cercas nas residências vizinhas aos sambaquis Capivari I é extremamente importante para garantir a segurança, tanto dos moradores quanto dos visitantes e estudantes que frequentam a área. Um dos principais motivos para manter as cercas em bom estado é evitar a entrada de animais nas casas que possam representar um risco à saúde dos moradores.

Além disso, a manutenção das cercas também ajuda a evitar que cachorros das casas vizinhas acessem a área de preservação de sambaqui. Cães são animais curiosos e muitas vezes são atraídos pelos odores e movimentos de pequenos animais, como roedores e insetos que habitam a área. Isto pode levar a incidentes com os visitantes e estudantes que estejam fazendo uma visita à área, já que os cachorros podem atacar ou perseguir esses animais, criando uma situação de risco.

MANUTENÇÃO E REMOÇÃO DA VEGETAÇÃO NO ENTORNO DOS SAMBAQUI

Podar o mato em um sambaqui é uma prática importante e necessária para evitar danos e perigos ao meio ambiente e à comunidade que vive ao seu redor. Algumas intervenções propostas:

Realizar campanhas educativas: realizar campanhas educativas para sensibilizar a população sobre a importância de um ambiente bem cuidado, principalmente acerca do descarte incorreto de lixo e entulho. Alertando sobre os perigos destes para a proliferação de animais transmissores de doenças. Essas campanhas podem incluir a distribuição de folhetos, cartazes e outras mídias que explicam a importância da poda do mato e os danos que podem ser evitados. Além disso, ressaltar a responsabilidade de cada indivíduo em manter o meio ambiente saudável e protegido.

Realizar a poda regularmente: a poda deve ser realizada regularmente para manter o local limpo e seguro. Esta intervenção pode ser realizada por uma equipe especializada em manutenção de áreas verdes ou por voluntários da comunidade que desejem contribuir para a conservação do sambaqui.

Monitorar o crescimento do mato: importante monitorar o crescimento do mato para que a poda seja realizada no momento certo. A poda deve ser feita antes que o mato atinja uma altura que possa causar danos e perigos para a comunidade e para o meio ambiente.

Investir em equipamentos de segurança: para garantir a segurança dos envolvidos na poda do mato, é importante investir em equipamentos de proteção individual, como luvas, botas, óculos de proteção e máscaras de poeira. Além disso, é importante usar ferramentas adequadas para a poda do mato, como tesouras de poda e roçadeiras.

ESTRUTURAS DE VISITAÇÃO

ESTRUTURAS EXTERNAS

Em visita ao Sambaqui Capivari I, foi observado alguns pontos que requerem atenção para futuras intervenções que visem o melhor aproveitamento do espaço e integração com a comunidade:

- Cercamento: na visita in loco, foi observado que o Sambaqui, é de difícil acesso para a comunidade - o mesmo encontra-se fechado para visitas do público e o único acesso (por meio de autorização) é por dentro do parque em um espaço estreito e fechado - bem como possui uma cerca para conter invasões e descartes de materiais, contudo já se mostra ineficiente, visto que já foram feitos vários remendos na cerca por conta de violações, e a presença de eletrônicos, garrafas pet, materiais de construção descartados incorretamente.
- Terreno baldio: em frente a passarela de concreto encontrasse um terreno abandonado, com vegetação alta e com despejo de materiais.

Em uma análise geral, pode-se concluir que a presença desses materiais são tóxicos para o ambiente e a falta de cuidado com a vegetação pode atrair animais transmissores de doenças. Assim propomos, as seguintes melhorias:

- trocar a cerca e a criação de uma entrada (monitorada) pela parte externa que servirá para integrar a comunidade ao sítio. Podemos inclusive pensar na parceria com vizinhos que contribuam com a manutenção deste acesso.
- criação de uma praça, no terreno baldio, que sirva para as crianças brincarem e famílias curtirem e construam memória, melhorando a impressão e relação da comunidade com aquele espaço.
- alongar a passarela criando um novo acesso, uma vez que há só um e os transeuntes quando chegam a parte mais alta do sítio são obrigados a fazer um retorno pois não tem uma saída contínua. Também não há calçamento nos terrenos vizinhos, o que em si torna a calçada e deque subaproveitados.

Figura 1 e 2: trechos do acesso atual ao sambaqui



Fonte: projeto de extensão – Unisul- abril de 2023.

Figura 3: terreno baldio em frente a passarela.



Fonte: projeto de extensão – Unisul- abril de 2023.

Referencial arquitetônico para a proposta de melhoria da estrutura externa

Centro Nacional de Pesquisa e Reprodução do Panda Gigante em Chengdu, China, realizou uma expansão do campus em um parque nacional de preservação. Projetado por Ping Jiang, da EID Architecture, quatro pavilhões foram abertos ao público, que se tornarão o laboratório de pesquisa para abrigar e estudar os comportamentos e atividades dos pandas, bem como servem à comunidade para fins educacionais e recreativos, e atraem milhões de turista anualmente para visitar o campus.

Figuras 4 e 5: Centro Nacional de Pesquisa e Reprodução do Panda Gigante



Fonte: Archdaily, 2021

Pontos de referência: caminhos curvos e elevados, integração com o ambiente.

ESTRUTURAS INTERNAS

Na parte interna a maior necessidade é o acesso ao sambaqui. Atualmente o sítio está inacessível por causa de uma vala de drenagem. Para toda a comunidade, visitantes do parque e estudantes possam conhecer o sítio arqueológico Capivari I, pensou-se em um caminho que seja construído elevado do chão (figura 1).

A estrutura, para que não prejudique o solo e consequentemente o sambaqui, seria elevada por vigas de concreto, para maior durabilidade e menor manutenção (necessita de estudo da capacidade de peso que o sítio arqueológico aguenta). Esta forma impactaria o sítio apenas uma vez, evitando impactos pela manutenção pela madeira. As estruturas dos caminhos seriam em metal, um alumínio com acabamento que imita madeira (figura 2), para que assim harmonize melhor com a paisagem.

O caminho terá início quando a estrada, de chão, que fica perto dos banheiros do parque, se encerra devido a vala e ao sítio arqueológico. Esse caminho já existe hoje e fica em meio a algumas árvores (figura 3), chegando de frente para o sambaqui, local que hoje possui uma cerca (figura 4), pensamos em construir um mirante, no mesmo material do caminho, nesse mirante terá algumas placas informativas sobre o sambaqui (figura 5); uma foto mostrando daquele ângulo de visão como era o sambaqui a anos atrás etc.; também um

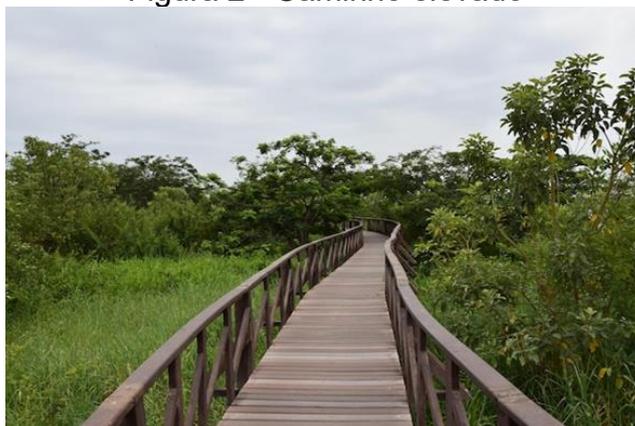
observatório de como é o sambaqui por dentro, suas camadas (figura 6). Além é claro de bancos para admiração da paisagem.

Continuando, o caminho terá uma ponte elevada, onde hoje contém uma vala, no mesmo material e estrutura do caminho. O caminho foi pensado a ser como trilha que vai permear de todo o sambaqui, de forma orgânica, ao longo dele. Ao longo da trilha serão implantadas placas contando a história do sambaqui; lixeiras e bancos pelo caminho (figura 7). O caminho vai até o outro lado do sambaqui, onde hoje é a cerca, pois lá também terá um portão de acesso, provavelmente aberto em dias específicos para visitas pela comunidade.

Todo o caminho deverá ser acessível, portanto, não haverá escadas, apenas rampas; deverão ser iluminados; se for possível e viável, em alguma parte do sítio que seja visível pelo caminho, pode conter um recorte no solo, que vai ser feito por um arqueólogo especializado, para que assim os visitantes possam ver na prática as camadas do sambaqui. Isto também pode ser feito de forma simulada, não impactando e expondo o sítio arqueológico. Toda a extensão do sítio arqueológico deve ser roçada constantemente.

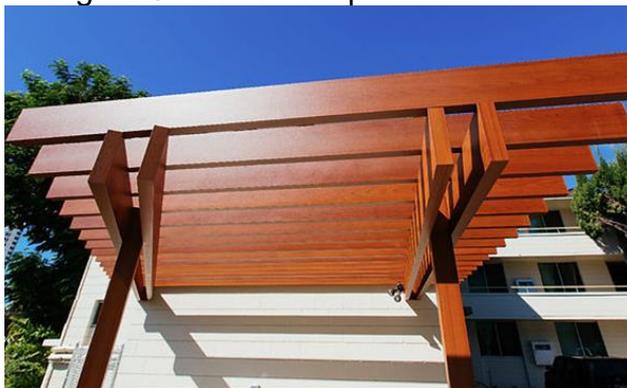
Referências fotográficas

Figura 2 - Caminho elevado



FONTE: Parque Ecológico De Ji-Paraná, facebook.

Figura 3 – Alumínio que imita madeira



FONTE: Mosaico Vidros, Bairro Botafogo - Campinas/SP.

Figura 3 – Início do caminho



FONTE: Foto de autoria da equipe na visita ao sítio em abril de 2023.

Figura 4 – Local onde será o mirante



Fonte: projeto extensão – Unisul, abril de 2023.

Figura 5 – Referência de placa informativa



Fonte: Prefeitura de Vila Velha, foto: acessória, maio de 2022.

Figura 6 – Observatório Vidro



Fonte: Modelo de estratificação das camadas de um sambaqui do litoral sul catarinense, no Brasil.

Figura 7 – Bancos, placas e lixeiras pelo caminho



Fonte: Instagram @parqueecologicodemaracaja.

Figura 8 – modelo de lixeiras separadas por destino



Fonte: <https://www.mundoisopor.com.br/sustentabilidade/lixeiros-de-reciclagem-saiba-como-realizar-o-descarte-correto>

CONSTRUÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO

O pronto atendimento é a unidade de saúde destinada a realizar um atendimento mais rápido, sobretudo para quem não corre risco de vida iminente. Levando esse tópico em consideração, percebe-se que é necessário a instalação de um pronto atendimento no parque ambiental, visto que no presente momento não existe o espaço, profissional responsável ou mesmo um protocolo de atendimento em caso de acidentes, mal-estar, entre outros eventos que venham a ocorrer.

No presente projeto, como visamos atender um público variado e durante o ano todo, quando os convidados devemos estar com o espaço adequado para recebê-los, sendo, em caso de algum ferimento que possa ocorrer durante a visita, manteremos a segurança e atendimentos dos visitantes.

Figura 9 – Programa arquitetônico mínimo para unidade de pronto atendimento

| PROGRAMA ARQUITETÔNICO MÍNIMO PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS | | | | | | | |
|---|------------------------------------|----------------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|----------------------------------|-----------------|
| AMBIENTES | ÁREA UNITÁRIA (m²) | PORTE - I | | PORTE - II | | PORTE - III | |
| | | QUANTIDADE DE AMBIENTE | ÁREA TOTAL (m²) | QUANTIDADE DE AMBIENTE | ÁREA TOTAL (m²) | QUANTIDADE DE AMBIENTE | ÁREA TOTAL (m²) |
| PRONTO ATENDIMENTO | | | | | | | |
| Área de recepção e espera para público/pacientes 1 | 1,20/pessoa | 1 com capacidade para 20 pessoas | 24,0 | 1 com capacidade para 40 pessoas | 48,0 | 1 com capacidade para 60 pessoas | 72,0 |
| Área para guarda de cadeira de rodas 1 | 3,0 | 1 | 3,0 | 1 | 3,0 | 1 | 3,0 |
| Sanitário masculino e feminino (coletivo) 2 | - | 2 | - | 2 | - | 2 | - |
| Sanitário individual para portadores de necessidades especiais 2 | 3,20 (com dimensão mínima de 1,70) | 1 | 3,20 | 1 | 3,20 | 1 | 3,20 |
| Sala de classificação de risco 1 | 9,0 (com dimensão mínima de 2,20) | 1 | 9,0 | 1 | 9,0 | 2 | 18,0 |
| Sala de atendimento social | 8,0 | 1 | 8,0 | 1 | 8,0 | 1 | 8,0 |
| Sala para exames indiferenciados | 10,0 (com dimensão mínima de 2,20) | 2 | 20,0 | 4 | 40,0 | 6 | 60,0 |
| Sala para exames diferenciados (odontológico) 3 | 10,0 (com dimensão mínima de 2,20) | 0 | - | 0 | - | 1 | 10,0 |
| Depósito de Material de Limpeza (DML) 4 | 2,20 (com dimensão mínima de 1,0) | 1 | 2,20 | 1 | 2,20 | 1 | 2,20 |

Fonte: http://189.28.128.100/dab/docs/sistemas/sismob/programa_arquitetonico_upa_24h.pdf

CRITÉRIOS PARA PROJETOS DE ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

- Circulações externas e internas
 - 1- Acessos
 - 2- Estacionamentos
 - 3- Circulações horizontais e verticais
- Condições ambientais de conforto
 - 1- Conforto hidrotérmico
 - 2- Conforto acústico
 - 3- Conforto luminoso a partir da luz natural
- Condições Ambientais de controle de Infecção hospitalar
- Instalações Prediais Ordinárias e Especiais
 - 1- Instalações hidro-sanitárias
 - 2- Instalações elétricas e eletrônicas
 - 3- Instalações fluído-mecânicas
 - 4- Instalações de climatização
- Condições de segurança contra incêndio

IMPLANTAÇÃO DE LIXEIRAS E O INCENTIVO À COLETA SELETIVA DE LIXO

Lixeiras de armazenamento seletivo têm papel fundamental na destinação correta de cada tipo de resíduo. Seja orgânico ou não. A coleta seletiva é uma realidade que deve ser aprofundada em prol da sustentabilidade, da reciclagem e do meio ambiente.

Existem muitos meios que trabalham com essa atitude e um deles é o uso adequado de lixeiras de coleta seletiva. São extremamente úteis para uso em diversos locais, em estabelecimentos públicos e privados. Além disso, são versáteis e adaptáveis para garantir o uso correto. Precisamos também pensar na integração com o ponto que sustenta o parque, a educação ambiental.

A implantação e uso correto das lixeiras no parque e ao redor do sambaqui é de suma importância para o local e a conscientização da população. Sendo assim, podem ser implementados pequenos avisos de como utilizar cada

lixeira de maneira correta. **Afinal, quais são as cores para coletores e lixeiras para coleta seletiva?**

A lista a seguir apresenta a padronização de cores para os tipos de resíduos mais comuns. As informações são baseadas na resolução CONAMA mais recente e de acordo com padrões internacionalmente aceitos.

- **Amarelo** - Metal em geral
- **Azul** - Papel; papelão
- **Branco** - Resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde
- **Cinza** - Resíduo geral não reciclável ou misto, ou contaminado não passível de separação
- **Laranja** - Resíduos perigosos
- **Marrom** - Resíduos orgânicos
- **Preto** - Madeira
- **Roxo** - Resíduos radioativos
- **Verde** - Vidro
- **Vermelho** - Plástico

ACESSIBILIDADE

Um projeto de acessibilidade para cadeirantes em parques públicos consiste em realizar adaptações no espaço para que pessoas com deficiência física possam frequentá-lo com conforto e segurança. Essas adaptações podem incluir rampas de acesso, banheiros adaptados, trilhas acessíveis, sinalização em braile, entre outras medidas.

Além de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, o projeto de acessibilidade também promove inclusão social e cidadania. Isso porque o espaço público deve ser acessível para todos, independentemente de sua condição física. Para implementar o projeto de acessibilidade, é necessário a realização de campanhas de conscientização para que as pessoas saibam da importância da acessibilidade e respeitem o espaço das pessoas com deficiência.

O parque, atualmente, é acessível para cadeirantes. Existem rampas de acesso em diversas áreas do parque e a maioria das trilhas é pavimentada,

permitindo o acesso de cadeiras de rodas. Além disso, os banheiros possuem estrutura adaptada para pessoas com deficiência. O parque tem rampas de acesso e um elevador para cadeirantes, além de acessos para banheiros adaptados. Existem também algumas trilhas acessíveis que podem ser usadas por pessoas em cadeiras de rodas.

O parque também tem uma área de descanso com mesas e bancos acessíveis. Porém, alguns dos equipamentos, como as balanças, não são acessíveis a pessoas com deficiências. Direcionar atenção a esses equipamentos principalmente o balanço e o parque infantil serão importantes para complementar a infraestrutura do parque. Ainda, criar um programa de treinamento para os funcionários do parque, para que eles possam atender e orientar os visitantes com deficiência é importante.

PLANO DE MÍDIAS

ONLINE- INSTAGRAM

A criação de um Instagram educativo dedicado a um sambaqui pode trazer inúmeros benefícios tanto para a preservação cultural quanto para a disseminação do conhecimento. Aqui está um argumento que destaca alguns dos benefícios dessa iniciativa:

Preservação do patrimônio cultural: Os sambaquis são sítios arqueológicos de grande importância cultural e histórica. Através de um Instagram educativo dedicado a um sambaqui específico, seria possível aumentar a conscientização sobre a preservação desse patrimônio, destacando sua relevância e incentivando a proteção e conservação desses locais.

Acesso facilitado ao conhecimento: A plataforma do Instagram é amplamente utilizada por pessoas de todas as idades, especialmente pelos mais jovens. Ao criar um perfil educativo dedicado a um sambaqui, estaríamos aproveitando uma ferramenta popular e de fácil acesso para compartilhar informações relevantes sobre a história, a importância arqueológica e os aspectos culturais relacionados a esses sítios.

Engajamento da comunidade: Um Instagram educativo sobre um sambaqui específico poderia ser um ponto de encontro virtual para os amantes da história, da arqueologia e da cultura local. Isso criaria uma comunidade engajada, interessada em compartilhar conhecimento, experiências e pesquisas relacionadas aos sambaquis. Essa interação poderia incentivar a colaboração e a troca de informações entre especialistas, estudantes e entusiastas.

Promoção do turismo sustentável: Ao destacar as características e a história de um sambaqui em um Instagram educativo, seria possível atrair a atenção de turistas interessados em conhecer de perto esse patrimônio cultural. Essa iniciativa pode ser combinada com esforços de turismo sustentável, orientando os visitantes sobre a importância da preservação e oferecendo informações sobre boas práticas para uma visita responsável e respeitosa.

Estímulo à pesquisa e à educação: Ao disponibilizar informações sobre sambaquis em um formato acessível e envolvente, um Instagram educativo poderia estimular o interesse e a curiosidade das pessoas em aprender mais sobre esse tema. Isso poderia incentivar a realização de pesquisas acadêmicas, estimular a criação de projetos educacionais e até mesmo inspirar jovens a seguir carreiras relacionadas à arqueologia, história e preservação do patrimônio cultural.

Em suma, a criação de um Instagram educativo dedicado a um sambaqui tem o potencial de preservar a cultura, disseminar conhecimento, engajar a comunidade, promover o turismo sustentável e estimular a pesquisa e a educação. Essa iniciativa poderia contribuir para a valorização e proteção de um patrimônio histórico-cultural significativo, ao mesmo tempo em que proporciona uma experiência educativa e interativa para o público em geral.

OFFLINE DIVULGAÇÃO EM RÁDIO

A divulgação no rádio é uma ferramenta poderosa para informar, sensibilizar e engajar a comunidade, alcançando um público diversificado e despertar o interesse maior na valorização desse patrimônio cultural único. A rádio permitirá

compartilhar informações detalhadas sobre o sambaqui, sua história, a importância na comunidade e sua preservação, estimulando também o turismo cultural, atraindo visitantes interessados na história e cultura local para conhecer o sambaqui.

5. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O programa terá um sistema de avaliação semestral. Todos os setores serão contemplados. No que compete à educação formal, tanto estudantes quanto professores irão fazer parte da avaliação, em cada visita.

Com os moradores manteremos um canal de comunicação direto via WhatsApp, para reclamações e melhorias. Os visitantes também avaliarão as ações realizadas por meio de formulário online.

A cada seis meses esses dados serão computados para aperfeiçoamento do programa.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Elencamos algumas perspectivas futuras a serem desenvolvidas no contexto dos sambaquis Capivari I e Capivari II.

- Estudo de viabilidade turística e planejamento turístico;
- Aperfeiçoamento do projeto arquitetônico quanto às estruturas de visitação;
- Concepção e estruturação de um museu que conte a história do território utilizando o viés do trabalho. Por meio de uma perspectiva que uniria a energia do trabalho dos povos sambaquieiros e o trabalho produtor de energia daqueles que viveram e vivem hoje na cidade;
- Continuidade e ampliação do Grupo de Moradores Nosso Sambaqui, com a perspectiva de formação de uma associação de moradores;
- Destinar parte do sítio à formação de pesquisadores, na função de um sítio escola;

- Estímulo à economia local, estabelecendo parcerias para fornecimento de lanches; venda de suvenires; monitores da comunidade trabalhando nos atendimentos.

Nota-se que a maioria das ações é voltada ao sambaqui Capivari I, pois ele está mais próximo à comunidade, integrado ao parque ambiental, com acesso facilitado. Todavia, o sítio Capivari II também será integrado, seja por meio da sua menção nos processos educativos, por melhorias na sua sinalização e conhecimento dos mesmo por mapas, visão área do mirante no parque, datação e ampliação do levantamento de fontes históricas buscado entender as mudanças ocorridas no sítio.

REFERÊNCIAS

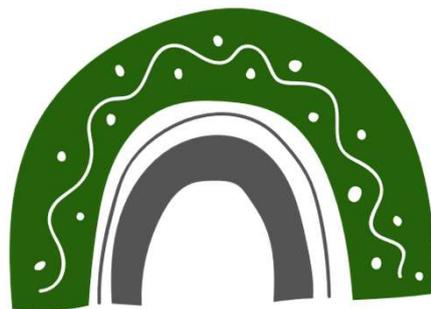
- FARIAS, D. S. (2017). **Programa de Arqueologia e Extroversão do Patrimônio Arqueológicos de Capivari de Baixo-SC**. Relatório final de pesquisa. , Grupep-Arqueologia, Tubarão.
- FARIAS, D. S., & KNEIP, A. (2010). **Panorama arqueológico de Santa Catarina** (1 ed., Vol. 1). Palhoça: Unisul.
- GUIMARAES, G. M., ZAMPARETTI, B. C., & FARIAS, D. S. (2021). João Alfredo Rohr: registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. Em L. J. NIZZOLA, M. d. SOUZA, & R. P. MARQUES, **A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina** (pp. 86-103). Florianópolis: IPHAN.
- ROHR, J. A. (1984). **Sítios arqueológicos de Santa Catarina**. Anais do Museu de Antropologia(17), pp. 77-168.

APÊNDICE D – APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA PARA A COMUNIDADE

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS SAMBAQUIS CAPIVARI I E CAPIVARI II

Uma construção colaborativa

Projeto Um olhar sobre o Patrimônio



1

AGENTES DO PROCESSO COLABORATIVO

**GRUPO DE MORADORES
NOSSO SAMBAQUI**

**PESQUISADORES DO GRUPO DE
PESQUISA EM EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL E ARQUEOLOGIA -
GRUPEP/UNISUL**

**ESTUDANTES EXTENSIONISTAS
UNISUL**

**PROGRAMA DIAMANTE
+EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
PARQUE DIAMANTE.**

2

| | |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">Estudantes extensionistas 2023/1</p> <p style="text-align: center;">Professores</p> <p style="text-align: center;">Bruna Cataneo Zamparetti Geovan Martins Guimarães</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Ana Carolina Wensing Meurer - Bárbara Foppa - Beatriz Botega Dal Molin - Camila Martins Pereira - Carla Fontanella Brognoli • Cristiny Claudino Fernandes - Débora das Neves Silva - Emiliana Peruzzo - Geovana de Souza - Izadora Matheus - Júlio Henrique de Souza Nunes - Lucielli Pagnan Cechinel - Marcella Silva Ribeiro - Maria Eduarda Brigido Machado - Marina Barreto Pereira - Mateus Alves Hobold - Júlia Correa de Souza |
|--|---|

3

| | |
|---|---|
| <p style="text-align: center;">GERAL</p> <p>Promover a preservação dos sítios arqueológicos a partir de processos mais equânimes e multivocais no exercício patrimonial.</p> | <p style="text-align: center;">ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o espaço externo do sítio voltado à comunidade • Exercer, de forma processual, ações voltadas a valorização dos sítios arqueológicos • Estruturar espaços adequados de visitação. • Estimular a continuidade da colaboração com a comunidade local e demais agentes do patrimônio |
| Objetivos | |

4

AGENTES ENVOLVIDOS NO DIAGNÓSTICO DE PROBLEMAS



5

PROBLEMAS IDENTIFICADOS



6

Dica: use links para ir de uma página a outra em sua apresentação.

Como: selecione o texto, clique no símbolo de link na barra de ferramentas e escolha a página que você quer linkar.

Tópicos

- Processos educativos
- O patrimônio e a comunidade
- Estruturas de visitação
- Plano de mídias
- Avaliação
- Perspectivas futuras

7

Processos educativos



Comunidade escolar



Comunidade local



Visitantes e turistas

8



9

ATIVIDADE

Acolhimento e apresentação do programa.
 Conversa inicial sobre arqueologia e sítios sambaquis.
 Acesso a exposição de artefatos arqueológicos (empréstimo de instituições de guarda como a Unisul).
 Visita guiada ao sítio arqueológico Capivari I. ¹⁰

* Oficina pedagógica – escavação arqueológica simulada, estratigrafia do sambaqui, entre outras opções – a depender da escolha e tempo da instituição agendada.

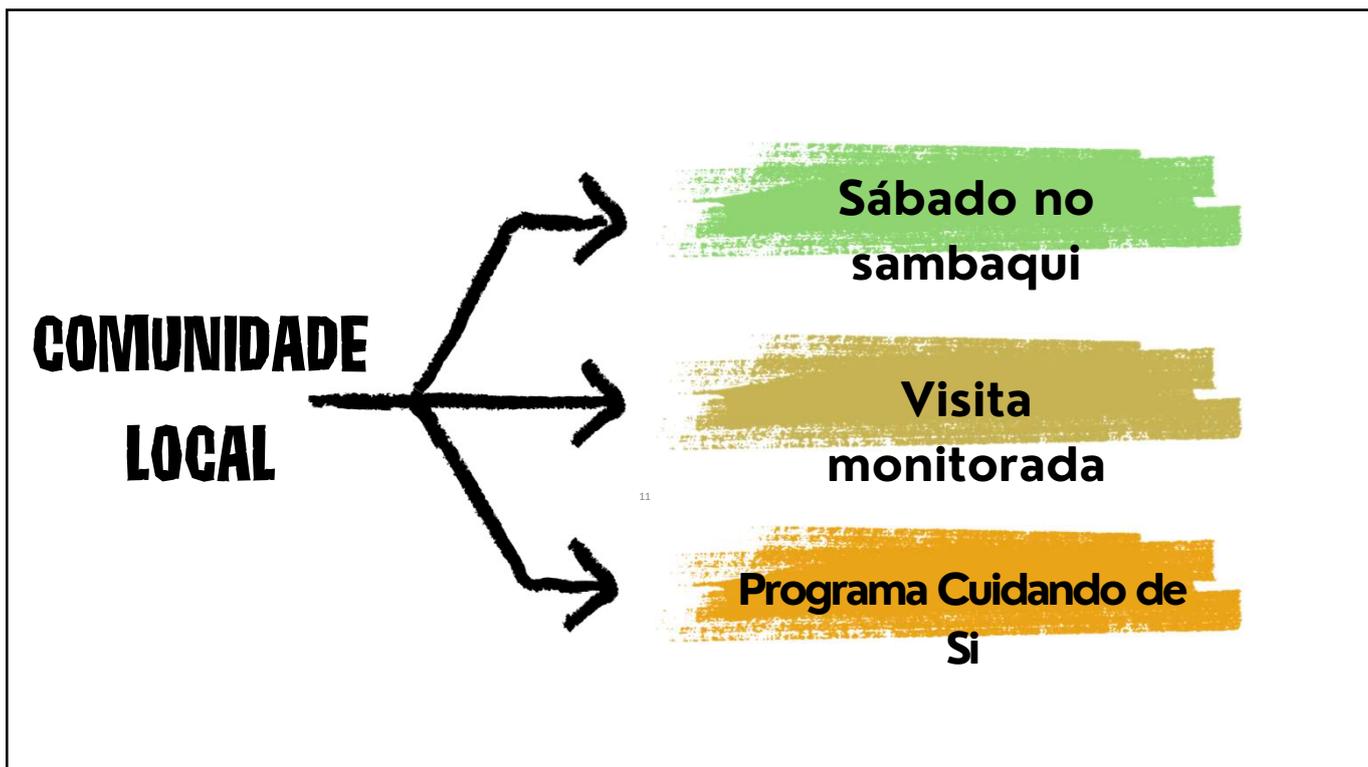
PÚBLICO-PARTICIPANTE

- Estudantes da educação básica (a atividade é adaptada a idade dos estudantes).
- Estudantes de ensino superior.
- Demais grupos organizados que tenham interesse no assunto: professores, pesquisadores, entidades filantrópicas, entre outros

OFERTA

1 dia de atendimento por semana
 Duração entre 1h30min e 2h
 Turmas de 40 estudantes

10



11



12



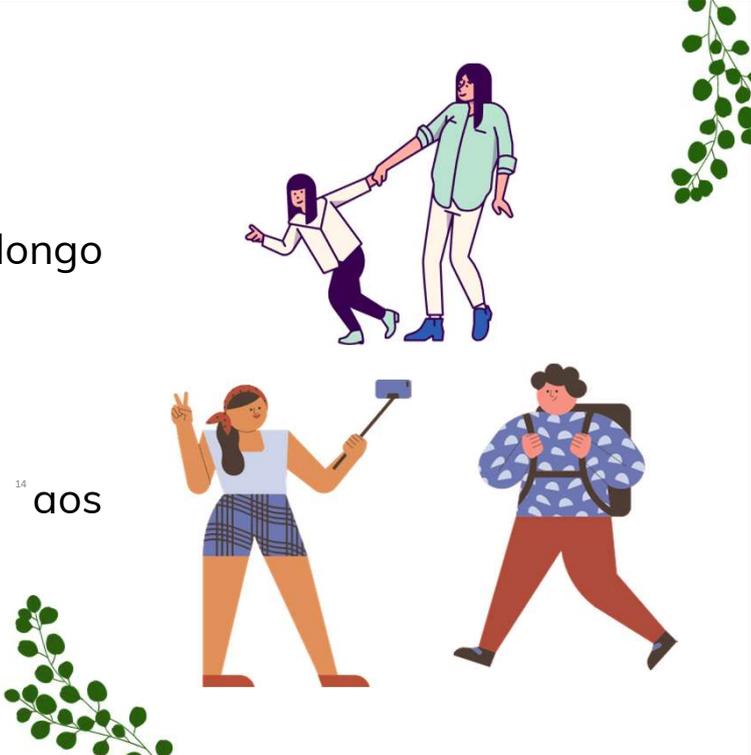
Programa cuidando de si

- Desenvolver atividades em grupos de ritmos;
- Desenvolver atividades em grupo de alongamento e mobilidade;
- Criação de grupos para práticas esportivas;
- Criar grupos para a prática de caminhadas;
- Criar grupos de reeducação alimentar;
- Desenvolver atividades em grupo de meditação e mindfulness e yoga restaurativa

13

Visitantes

- Tótems informativos ao longo do parque;
- Material de divulgação;
- Exposições em eventos;
- Abertura do espaço ¹⁴ aos domingos – tarde;
- Agendamento de grupos.



14

SEGURANÇA E SAÚDE



**LOCAL DE
ATENDIMENTO
A ACIDENTES**

**Protocolos de
atendimento a
acidentes**



**Orientação aos
visitantes**

**Campanhas de
prevenção e
sensibilização**

15

**A comunidade
e o patrimônio**

16



MELHORIAS ESTRUTURAIS

ILUMININAÇÃO DA RUA

VIAS DE ACESSO AO PARQUE

- ALTERAR PARA SENTIDO ÚNICO A RUA MARIA DA SILVA ALVES E RUA DA LIBERDADE;
- CRIAR UMA CICLOFAIXA QUE COMPORTE O FLUXO DE PESSOAS EM DOIS SENTIDOS;
- REGULARIZAÇÃO DAS CALÇADAS;
- REDUTORES DE VELOCIDADE;
- SINALIZAR AS VIAS ADEQUADAMENTE PARA VEÍCULOS, PEDESTRES E CICLISTAS;

MANUTENÇÃO DAS ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES - CERCA, DEQUE E CALÇADA

MANUTENÇÃO E REMOÇÃO DA VEGETAÇÃO NO ENTORNO DOS SAMBAQUI

LIMPEZA - LIXOS E ENTULHOS

17

ESTRUTURAS DE VISITAÇÃO EXTERNA



Portão monitorado na parte externa do sítio.



Praça e ambiente de sociabilidade nos terrenos baldios à frente



Melhorias no deque e calçada



Aperfeiçoamento dos suportes informativos.

18

ESTRUTURAS DE VISITAÇÃO INTERNA



Ponte e passarelas de acesso ao sítio arqueológico.



Construção de um mirante com estruturas voltadas à experiência patrimonial



Estruturas informativas



Estruturas de banheiro, cuidados com o lixo e fácil acesso em caso de acidentes

19

PLANO DE MÍDIAS



INSTAGRAM



PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS



RÁDIOS LOCAIS



DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

20

unisul PRESEVAÇÃO

O PROJETO VISA



Desenvolvimento turístico e educativo do sítio arqueológico Capivari I, com o objetivo de beneficiar a comunidade circunvizinha ao sítio.

Projeto de Extensão: Um Olhar sobre Patrimônio

unisul



1 Patrimônio Cultural

É composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.

Projeto de Extensão: Um Olhar sobre Patrimônio

SAMBAQUI CAPIVARI I



APRENHA UM POUCO SOBRE O SAMBAQUI CAPIVARI I

unisul

O QUE É UM SAMBAQUI?

unisul

Os sambaquis são sítios constituídos por várias camadas compostas de areia, terra e conchas. A construção era um processo contínuo, sendo que alguns sambaquis ficaram ativos por milhares de anos. Dentro deles são encontrados inúmeros vestígios de atividade humana, incluindo artefatos líticos, ósseos e de conchas, fogueiras, sepultamentos humanos e diversos remanescentes de animais e de plantas.

Projeto de Extensão: Um Olhar sobre Patrimônio

21



22

